Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Ângela Maria Nascimento Oliva

**(DES)Cuidado institucional e exploração sexual de crianças e
adolescentes na Metrópole da Amazônia**

**Tese de Doutoramento em Sociologia
Orientador Científico:
Prof. Doutor João Arriscado Nunes**

Coimbra, 2010

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Ângela Maria Nascimento Oliva

(DES)Cuidado institucional e exploração sexual de crianças e adolescentes na metrópole da Amazônia

Tese de Doutoramento em Sociologia, na especialidade das desigualdades sociais e da reprodução social, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, sob orientação do Professor Doutor, João Arriscado Nunes.

-2010-

ÍNDICE

Agradecimentos	6
Lista de quadros, gráficos, e siglas	8
Introdução	11

I PARTE

ITINERÁRIO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Capítulo 1

PARA UMA TEORIA DO CUIDADO INSTITUCIONAL

1.1 – Itinerários do Cuidado	18
1.2 – O novo caminho: o cuidado institucional	41
1.2.1- Balizas do cuidado institucional	47
1.2.2- Construtos do cuidado institucional	49
1.2.3- Interlocuções do cuidado institucional com a sociologia das ausências e das emergências	53
1.3 - Itinerários do Humano	70
1.3.1 - Exploração sexual de crianças e adolescentes: reflexo da ausência de cuidado	71
1.3.2 - Circuito de dominação e transgeracionalidade	74
1.3.3 - Redes e Puçás: o aperfeiçoamento das modalidades de exploração sexual	85

Capítulo 2

A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL: DA AUSÊNCIA A PRESENÇA DO CUIDADO

2.1 - Assistência Social e assistencialismo: o cuidado filantrópico	95
2.1.1 - Superação do assistencialismo: intenção e ação do cuidado	100
2.1.2 - A Política Nacional de Assistência Social enquanto expressão do cuidado	103
2.1.3 - Programas da Política de Assistência Social	109
2.2 - O Programa Sentinela e o enfrentamento da violência sexual	120
2.2.1- A propósito da transferência de renda	126
2.2.2.-Gestão, monitoramento e avaliação	132
2.2.3- Racionalidade burocrática e racionalidade substantiva: ausência e emergência do cuidado institucional	139

Capítulo 3

METODOLOGIA

3.1 - Itinerário metodológico	149
3.1.1 -Instrumentos de recolha de dados	151
3.2 - Análise dos dados	154
3.2.1 -Cuidados éticos	157

II PARTE

O CONTEXTO SÓCIO - ECONÔMICO - POLÍTICO DE BELÉM E A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REFLETINDO SOBRE O POSICIONAMENTO DOS SUJEITOS

Capítulo 4

A AUSÊNCIA DE CUIDADO INSTITUCIONAL À AMAZÔNIA E AO SEU POVO

4.1 - O pobre e o rico Pará	158
4.1.2 - Belém: a metrópole em agonia	164
4.2 - As políticas sociais no cenário paraense e a articulação com a Política de Assistência Social.	167
4.2.1 – Educação	168
4.2.2 – Saúde	170
4.2.3 - Habitação e ocupação	173
4.3 - A Assistência Social na Legislação do Estado do Pará	175
4.3.1- Os programas da Política de Assistência Social	179

Capítulo 5

EXPLORAÇÃO SEXUAL: REFLEXO DA AUSÊNCIA DE CUIDADO INSTITUCIONAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES

5.1- Prevenção e responsabilidade-raiz: as conseqüências da ausência de cuidado institucional na primeira infância	196
5.1.1 – Corpo e sexualidade	230
5.1.2 - O afeto do avesso	276

Capítulo 6

DEFESA E CIRCUITO CONECTIVO: A AUSÊNCIA DO CUIDADO INSTITUCIONAL COLIDINDO COM A LEGISLAÇÃO

6.1 - O Conselho Tutelar em ação	284
6.2 - A polícia: civil e militar	293
6.3 - Ministério Público	297
6.4 - Judiciário	299

Capítulo 7

ATENDIMENTO E AÇÕES SINÉRGICAS

7.1 - Programas de inclusão e metodologias de trabalho	303
7.1.1- A qualificação profissional	312
7.1.2.- Sexualidade e preconceito	317
7.1.3.- Planejando e reinventando a prática social	324
7.1.4- Interações sociais e relacionais	335
7.2 - O controle e a saga do descuidar	338

Capítulo 8

A VIDA E SUAS HISTÓRIAS

8.1 – Cenas da vida cotidiana	344
CONCLUSÕES	368
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	378
ANEXOS	388

AGRADECIMENTOS

No percurso para a construção deste estudo foram significativos os incentivos e contribuições de profissionais e amigos, para que as dificuldades e angústias que, inevitavelmente, prostraram-se no itinerário traçado pudessem ser vencidas.

Em primeiro lugar um agradecimento muito especial às crianças e às adolescentesl em situação de exploração sexual, que confiantemente relataram seus dramas e dilemas sociais e pessoais. Segmento que se constitui na face aguda da barbárie e do descaso com que são tratadas as camadas vulneráveis em nossa sociedade. Chaga social exposta que nos mostra que é preciso garra, coragem, luta, responsabilidade ética e política para mudar esse panorama aviltante.

Agradeço a Deus, minha inspiração divina, pela sua eterna proteção. Ao meu filho amado Matheus Oliva, minha fonte de felicidade, que com sua presença iluminou essa trajetória e com seu sorriso deu alento aos momentos difíceis, nutrindo-me de esperança. Ao meu pai Nicola Oliva, in memoriam, pelos ensinamentos, à minha mãe Izabel pelo companheirismo. A minha eterna amiga/irmã Maria da Conceição do Rosário Braga - in memoriam -, pela inesquecível amizade e cuidado.

Um agradecimento especial ao ex Reitor da Universidade da Amazônia –UNAMA Prof. Edson Franco, ao Reitor Antônio Vaz, à Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão Prof. Núbia Maciel, ao Pró-Reitor de Ensino Prof. Mário Guzzo, à Superintendente de Pesquisa Prof. Ana Célia Bahia, ao Diretor do CCHE Prof. Edval Bernardino Campos, à Coordenadora do Curso de Serviço Social Prof. Marilda Moraes, à Diretora da FIDESA Prof. Marlene Viana, à Superintendente da FIDESA Odilia Salibé, pela oportunidade do doutorado, profissionalismo e apoio.

Cumpre-me igualmente agradecer à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em particular ao Prof. Dr João Arriscado Nunes, ao Prof. Dr. Boaventura Sousa Santos, pelo enriquecedor doutorado e indelévels conhecimentos. À Sra. Rosa e Alexandra Dias pela eficiência e solidariedade

Agradeço ao orientador desta tese, Professor Dr. João Arriscado Nunes, que além de um intelectual brilhante é um ser humano ético, íntegro, de uma simplicidade que só os grandes sábios possuem.

Minha gratidão aos profissionais que foram sujeitos desse estudo, pessoas compromissadas com o processo de transformação social, ética e política da sociedade, por terem socializado comigo os seus conhecimentos e inquietações. Um agradecimento especial à direção, gestores e técnicos da FUNPAPA (CREAS e Casa de Passagem) e do Pró-Paz.

Neste momento ímpar, meu agradecimento ao eterno Juiz da Infância e da Juventude Paulo Frota, in memoriam, ao inesquecível Mestre Mário Barbosa, in memoriam, ao Professor Vicente Faleiros - bravos guerreiros na luta pelos direitos do segmento infanto-juvenil -, pelos enriquecedores conhecimentos comigo partilhados ao longo da minha trajetória profissional.

Minha eterna gratidão ao Prof. Hélder Sarmiento e ao Prof. Cláudio Cruz - profissionais de extrema relevância com quem pude compartilhar minhas perplexidades, inquietações, angústias e desafios na produção dessa tese-, pelas sugestões enriquecedoras, e inesquecível solidariedade e estímulo para a construção desse estudo.

À querida amiga Ana Lúcia Eluan, pelo cuidado, indelével cumplicidade, determinação e incentivo nos momentos em que o combate se tornara decisivo. Você é parte desta vitória.

Ao amigo Fernando Batista Ferreira, pela presença cuidadosa e afetuosa, à Vitória Queirós, Rubia Pimentel e à Sônia Guedes pela solidariedade, à Prof. Elizabeth Teixeira pelas discussões sobre o cuidado, à Izildinha - minha querida amiga portuguesa -, in memoriam, pelo inesquecível cuidado e afeto dispensados à minha família.

LISTA DE QUADROS

quadro nº. 1 – Programas da assistência social	111
Quadro nº.2 - Atendimento institucional	193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 1 - Atendimento institucional realizado	197
Gráfico nº 1-a -Abuso sexual sofrido pelas crianças e adolescentes atendidas	197
Gráfico nº 2 - Idade das crianças e adolescentes - início da exploração sexual	205
Gráfico nº 2-b -Idade em que foram atendidas institucionalmente.	206
Gráfico nº 3 - Situação escolar.	212
Gráfico nº3-b - Condição atual de escolaridade	212
Gráfico nº 4 - Uso de drogas	219
Gráfico nº 5 - Bairros em que moram.	223
Gráfico nº 6 - Família das crianças e adolescentes	226
Gráfico nº 7-a - Situação sócio-econômica dos responsáveis	229
Gráfico nº 7-b - Renda familiar dos responsáveis	229
Gráfico nº 8- Tipo de exploração sexual	231
Gráfico nº 9 - Local em que vivenciam a exploração sexual.	239
Gráfico nº 10 - Preço do programa	249
Gráfico nº 11- Destino da renda.	249
Gráfico nº 12 - Agente impulsionador da exploração sexual	261
Gráfico nº 13 –Cumplicidade dos familiares	262
Gráfico nº 14 -Dimensão sócio-afetiva: vivência dos responsáveis	276
Gráfico nº 15 - Características reproduzidas pelos responsáveis.	276
Gráfico nº 16 - Dimensão sócio-afetiva relacionada aos pais.	279
Gráfico nº 17 - Denúncias recebidas pelos órgãos de defesa	284
Gráfico nº 18 - Atendimento institucional realizado	303
Gráfico nº 19 - Atendimentos realizados pelos profissionais	304

LISTA DE SIGLAS

BIRD - Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CLT -Consolidação das Leis Trabalhistas
CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CODEM - Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém
COHAB - Companhia de Habitação
CEDECA- Conselho Estadual dos direitos da Criança e do Adolescente
CEDCA – EMAUS – Centro de defesa dos direitos da criança e do adolescente
COMDAC – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNSS - Conselho Nacional de Serviço Social
CNAS - Conselhos de Assistência Social
CONANDA- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEPAS - Companhia Especial de Policiamento Assistencial
CRAS – Centro de referencia básica da assistência social
CREAS – Centro de referencia especializada da assistência social
CVC - Centro de Valorização da Criança
CNJ -Conselho Nacional de Justiça
DATA - Delegacia de Atendimento Especializado à Criança e ao Adolescente – DATA
EAPI - Espaço de atendimento provisório infantil
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EIA - Estudo de Impacto Ambiental
FGV – Fundação Getulio Vargas
FUNABEM -Fundação Nacional do Bem Estar do Menor
FBESP -Fundação do Bem Estar Social do Pará
FUNPAPA – Fundação Papa João XXIII
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IML -Instituto Médico Legal Renato Chaves

IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LBA- Legião Brasileira de Assistência Social

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MPAS -Ministério da Previdência e Assistência Social

MP – Ministério Público

NOB – Normas operacionais Básicas

OIT- Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONGS - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PBF - Programa Bolsa Família

PAIF - Programa de Atendimento Integrado à Família

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PETI -Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República

PNAD -Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNH - Política Nacional de Habitação

RIMA - Relatório de Impacto ao Meio Ambiente

RMB - Região Metropolitana de Belém

SEHAB- Secretária de Habitação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde – SUS

TJE – Tribunal de Justiça do Estado do Pará

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutoramento discute o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes sob a égide da categoria “cuidado”. A opção por este direcionamento deu-se em virtude do potencial que a referida categoria congrega, ainda pouco difundido no âmbito das Ciências Sociais, apesar de se registrar um crescimento recente de interesse pelo tema. Compreendo que enquanto categoria filosófica o “cuidado” pode e deve ser apropriado pelas análises sociológicas. A exploração sexual é, portanto, o problema a partir do qual discutirei o cuidado.

O pressuposto de partida da tese foi o de que a exploração sexual, historicamente construída, continua multiplicando-se devido a um contexto social excludente, e a fragilidade de políticas públicas que parecem um tanto distanciadas de uma perspectiva do “cuidado”. O pressuposto remete, convencionalmente, para dois tipos de preocupações, dois aspectos transversais: o humanismo e a ética. Porém, quando se vai à raiz filosófica destes dois aspectos, encontra-se uma categoria filosófica que pode ser considerada a matriz de ambas. Trata-se da categoria “cuidado”.

Da conjugação do “cuidado e da ética” resulta o que designo de *cuidado institucional*, que se reporta à atenção ampliada para com o ser humano nas suas necessidades multidimensionais. Dou especial atenção à instituição neste processo e à forma como se estrutura enquanto mediação das relações sociais e humanas. O cuidado institucional emerge a partir de dispositivos reflexivos suscitados pelo acionamento da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, propostas por Boaventura de Sousa Santos.

Portanto, o eixo central desta tese de doutoramento é o enriquecimento analítico do cuidado, da proposição para o cuidado institucional, de sua inscrição num quadro teórico alargado ao objeto desta tese e a sua mobilização para a pesquisa empírica desse objeto que é a exploração sexual.

Sendo a exploração sexual infanto-juvenil um fenômeno construído pela história, pode ser também desconstruído pela história do porvir. Defende-se nesta tese que essa desconstrução deve ser articulada com a edificação de relações pautadas no *cuidado*

institucional. O fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil é, nesta perspectiva, mais do que determinação econômica e sócio-familiar; é um dos indicadores de ausência de *cuidado institucional*.

Em face desse quadro, o problema de partida dessa tese pode ser formulado da seguinte maneira: - Que expressões da ausência de “cuidado” relacionam-se com a exploração sexual infanto-juvenil? Que aspectos pertinentes a redefinição categorial do “cuidado” precisam ser incluídos na efetivação de políticas públicas para uma intervenção que possa gerar possibilidades de mudança na vida do segmento infanto-juvenil explorado sexualmente?

O principal objetivo dessa tese foi reconfigurar a análise do fenômeno da exploração sexual infanto-juvenil com a inclusão da nova categoria cuidado institucional, no contexto das políticas sociais, com maior foco na Política de Assistência Social; e, a partir de um envolvimento ativo com a sociologia das ausências e das emergências, ampliar o processo de análise do fenômeno em foco. Nesta perspectiva, lacunas explicativas se traduzem por aspectos ausentes, não considerados ou potencializados ou ativamente produzidos como não-existentes ou irrelevantes.

Com os objetivos específicos busquei capturar o “cuidado” num contexto de “ausências” e “emergências”, assim delineados: - Compreender as concepções dos sujeitos envolvidos na situação de exploração sexual em Belém; - Identificar padrões de vida no cotidiano familiar: relações de poder/patriarcado, relações econômicas/economia de sobrevivência, padrões ético-culturais; - Identificar elementos que contribuam para o repensar das práticas sociais, levadas a efeito junto ao segmento infanto-juvenil em situação de exploração sexual.

Neste estudo, enveredei por uma articulação de formas de investigação qualitativas e quantitativas, tendo como parâmetro a categoria “cuidado”, num confronto com múltiplos aspectos relacionados com a questão: psicossociais, éticos, econômicos, políticos e culturais, que precisam ser resgatados.

Para a construção desta tese, o alicerce foi pautado na Sociologia Crítica, dado o cunho emancipatório dos seus pressupostos, na medida em que acredita que o ser humano em sociedade é sujeito da história, e agente do processo de mudança. Neste contexto, ancorei-me em diferentes autores que, à primeira vista, parecem muito diferentes, o que, certamente, suscitará questionamentos sobre o que terão de comum entre si, filosoficamente ou politicamente. Acredito que o mérito de todos esses autores foi a construção de conhecimentos

de extrema importância que dialeticamente podem ser apreendidos. Captei, portanto, as concepções que creio serem contributivas para as discussões propostas. Alguns dirão que é ecletismo, mas a intenção foi traçar uma reflexão plural, pela apreensão do que é significativo e enriquecedor para a análise do fenômeno estudado. A realidade foi mostrando particularidades que me impulsionaram à busca de outros referenciais teóricos para discutir categorias que foram erigidas a partir dos discursos dos sujeitos.

O estudo em foco foi desenvolvido em Belém, capital do Estado do Pará, um dos Estados pertencentes à Região Amazônica. Belém destaca-se no cenário da exploração sexual infanto-juvenil, além de constituir-se em rota de tráfico de seres humanos e por isso foi denunciada à Organização das Nações Unidas – ONU (2002), o que suscitou a presença do secretário de direitos humanos dessa organização, em virtude da gravidade do fato.

A temática da situação de exploração sexual do segmento infanto-juvenil sempre esteve presente no âmbito das minhas inquietações. Trabalhando na área da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal há quase três décadas - inicialmente no contexto da intervenção e posteriormente, já na academia, no âmbito da pesquisa -, tornou-se instigante o estudo desta expressão da questão social, dado que as observações empreendidas mostravam que, nos últimos tempos, esta situação vem multiplicando-se de forma célere. Soma-se a este quadro o fato de ter concluído uma pesquisa acerca da operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, lei 8069/90, mais especificamente sobre as medidas sócio-educativas destinadas ao adolescente autor de ato infracional,¹ sendo uma das conclusões deste estudo que 90% das adolescentes são exploradas sexualmente. Estes problemas sociais exemplificam o descaso, a ausência de cuidado com que são tratados os segmentos menos privilegiados, e isso acontece em franco desrespeito ao ECA, que assegura acesso às políticas públicas desde o útero materno. Entretanto, entre a lei e a realidade existe um hiato significativo.

Inegavelmente o ECA se constitui em um marco na legislação que propugna direitos e deveres ao segmento infanto-juvenil, fruto da luta da sociedade civil, pois a legislação precedente, o Código de Menores, calcava-se na visão da conduta irregular, sendo elitista e segregador. Seus pressupostos não contemplavam a dimensão de cidadania e a condição de

¹ Geralmente designado de delinqüente.

sujeito de direitos com o qual crianças e adolescentes² devem ser identificados. Por isso, a mobilização e a organização para uma nova legislação foi intensa, envolvendo todas as regiões do Brasil.

Destarte, transcorridos 20 anos da promulgação do ECA, a situação ainda registra a formação de um subcidadão associado a “mínimos” sociais, em razão do seu não acesso aos direitos consagrados. Apesar dos artigos contidos no Estatuto proibirem toda e qualquer forma de violência, inclusive a sexual, punindo os seus violadores na forma legal, e garantindo a proteção de crianças e adolescentes envolvidas no problema, a questão agrava-se, chegando ao nível da barbárie.

Certamente a desproteção social, ocasionada pela ausência de cuidado – do Estado, das instituições, das organizações –, vivenciada por significativo contingente de crianças e de adolescentes, desde as primeiras idades, é fator decisivo para as múltiplas violências que estes vivenciam.

Não obstante a luta da sociedade civil para a institucionalização de um programa de combate ao problema e a conseqüente implantação de políticas de enfrentamento ao abuso e à exploração sexual, constantes desde o Programa Sentinela³, que a nível federal foi o responsável pela coordenação nos Estados e Municípios, ainda é muito tímido, em Belém, o envolvimento dos grupos explorados sexualmente nesse atendimento.

É fato comum que para significativo contingente da população brasileira a mudança no Código Penal e o conseqüente aumento da penalidade aplicada aos acusados de violência sexual, configurada no abuso, exploração sexual, tráfico, turismo e pornografia, é suficiente para coibir esse tipo de delito, **dado** que a impunidade incentiva crimes sexuais. Outros imputam à família a total responsabilidade pela situação, quando não aos próprios vitimizados. Um outro segmento credita à estrutura e à conjuntura social e política vigente no país a culpabilidade por essa situação. Esse reducionismo resulta em uma leitura empobrecida do fenômeno, além de que limita o vislumbrar de alternativas de superação. Existem outros aspectos, no contexto da ausência de cuidado, que, organicamente vinculados, geram e contribuem para o desenvolvimento do problema, contraditório e multifacetado, e é isso que

² Segundo o ECA, a faixa etária que caracteriza o período da infância incide em 0 a 12 anos incompletos, e a adolescência nos 12 a 18 anos incompletos.

³ Atualmente, o Sentinela é considerado um “serviço” desenvolvido no Centro de Referência da Assistência Social –CREAS.

pretendo mostrar neste estudo, posto que toda análise que inclui o cuidado necessariamente é propositiva.

Na sua organização formal, este estudo está dividido em três partes. Na primeira parte discuto o itinerário teórico e metodológico da pesquisa. Apresento um mostruário com a contribuição de diferentes autores acerca da ética e do cuidado, privilegiando neste contexto a construção de uma outra categoria, o *cuidado institucional*. Com este direcionamento é apresentado o cenário empírico que é a exploração sexual de crianças e de adolescentes. Busco evidenciar que na operacionalização da Política de Assistência Social há uma relação indissociável entre cuidar e descuidar. Na sequência é detalhada a metodologia levada a efeito para a concretização desta tese. Na segunda parte são traçadas considerações sobre o contexto sócio-econômico e político do Estado do Pará, mais especificamente Belém – lugar em que foi realizado este estudo -, bem como a realidade social vivenciada que impulsiona crianças e adolescentes à situação de exploração sexual enquanto estratégia de sobrevivência. Estabeleço a relação com os fatores discutidos na primeira parte e com as concepções dos sujeitos. Com base no que foi discutido nos capítulos anteriores, discuto a necessidade de reconfiguração da intervenção profissional nas políticas de enfrentamento da situação de exploração sexual, refletindo sobre a apreensão das pistas que possibilitem um novo olhar para este fenômeno social sob a ótica da nova categoria que proponho: a de *cuidado institucional*.

No Capítulo 1, evidenciei com os itinerários do cuidado, recortes da trajetória desta categoria desde a Grécia antiga até a contemporaneidade, trazendo à discussão os seus principais expoentes; na diversidade das suas produções são mostradas as suas premissas. Fruto destas discussões emerge o *cuidado institucional*, que se constitui na categoria-chave desta tese, podendo ser apreendida como um dispositivo suscitado por uma interrogação a partir da sociologia das ausências e da sociologia das emergências. A interlocução entre essas duas sociologias propostas por Boaventura de Sousa Santos aguçou a vitalidade da nova categoria de *cuidado institucional*. Essa vitalização conceitual aparece a partir das discussões subsequentes, no contexto do sub-item “Itinerários do humano”. Nele são apresentadas as principais dimensões da exploração sexual de crianças e adolescentes.

No Capítulo 2, discuti a trajetória da Assistência Social e a sua atuação como política pública, no contexto da garantia de direitos, por via dos programas sociais de que faz parte o “Serviço de Enfrentamento à Violência Sexual”. Ainda nesta esteira evidencio a transferência

de renda, a gestão, o monitoramento e a avaliação, como ferramentas indispensáveis para a construção de uma nova realidade, e neste patamar inserem-se reflexões considerando as racionalidades burocrática e substantiva implicadas nesse processo.

No Capítulo 3, apresento a trajetória metodológica percorrida para a elaboração deste estudo, especificando as opções assumidas nesse domínio e os instrumentos de pesquisa mobilizados.

No Capítulo 4, formulo um conjunto de reflexões acerca do cenário sócio-econômico e político vigente na Região Amazônica, em particular no Estado do Pará e na sua capital, Belém, tecendo considerações acerca das políticas sociais no cenário paraense, posto que a ausência de cuidado institucional na sua efetivação contribui para que a situação de exploração sexual se materialize.

No capítulo 5, caracterizo o segmento infanto-juvenil atendido no quadro das políticas públicas existentes, tendo como suporte os elementos teóricos abordados na primeira parte, o discurso dos sujeitos deste estudo - crianças e adolescentes, familiares e profissionais que direta ou indiretamente atuam com este segmento -, e a reconfiguração dos eixos que embasam o programa de enfrentamento à exploração sexual: prevenção, defesa, atendimento, controle. Nesta conexão, no primeiro eixo, *Prevenção e responsabilidade-raiz: as conseqüências da ausência de cuidado institucional na primeira infância*, desvelo um conjunto de circunstâncias impulsionadoras da situação de exploração sexual. Ainda neste eixo, discuto a exclusão e a estratégia de sobrevivência, a relação com o corpo e a sexualidade e a relação da família com a situação de exploração sexual e a sua compreensão desta.

No Capítulo 6, sob o título: *Defesa: a ausência do cuidado institucional colidindo com a legislação*, reflito sobre o posicionamento dos sujeitos acerca dos órgãos de defesa dos direitos do segmento infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade: Conselho Tutelar, Polícia Militar e Ministério Público. Discuto a colisão entre o que é propugnado no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e a realidade do segmento vitimizado pela exploração sexual.

No Capítulo 7, *Atendimento e cuidado institucional*, retrato as fissuras dos programas de inclusão e as metodologias das práticas sociais que contribuem para que o fenômeno da exploração sexual continue no subterrâneo. Enfatizo a qualificação profissional, e a compreensão acerca da sexualidade, destacando também as interações profissionais. Ainda neste capítulo, discuto o quarto eixo: *Controle e o entorpecimento do cuidado institucional*,

em que evidencio como os órgãos encarregados de monitorar e avaliar os programas de enfrentamento se movimentam neste circuito e como realizam (ou não) a missão que lhes foi atribuída.

No capítulo 8, apresento um estudo de caso envolvendo três situações, em que busco efetivar as conexões com as discussões anteriores.

Nas considerações finais, enfoco as principais elucidações acerca da situação de exploração sexual de crianças e adolescentes, postulando a centralidade da categoria *cuidado institucional* e ressaltando sua importância nas análises sociológicas. Evidentemente, o fenômeno exploração sexual se constituiu em material significativo para reflexões sobre a necessidade de enriquecimento teórico nas análises desse grave problema. O cenário empírico escolhido se constituiu, assim, num campo fecundo em que pôde ser posta à prova a produtividade teórica da categoria de *cuidado institucional*.

Capítulo 1

PARA UMA TEORIA DO CUIDADO INSTITUCIONAL

Para balizar a discussão do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes, o cenário empírico desta tese, apresento a categoria “cuidado”, mediada pela ética. Percorrendo as cercanias deste cuidado, busco a contribuição filosófica, materializada pelos filósofos antigos - Sócrates, Platão e Aristóteles, e contemporâneos como Foucault ou Enrique Dussel; pelo existencialismo, em Heidegger, pela psicologia em Gullings, Noddings e Tronto; a sociológica através de Boaventura de Sousa Santos; a ecológica, representada por Boff, e a pedagógica, através de Freire e Adorno. Na conjugação da categoria cuidado, construo e configuro um seu desdobramento, que denomino *cuidado institucional*. No momento seguinte é efetivada a interlocução do *cuidado institucional* com a sociologia das ausências e das emergências. No terceiro momento discuto o fenômeno em estudo, trabalhando os dois pilares de sustentação: a) “Circuito de dominação e transgeracionalidade”; b) “Redes e Puçás”: o aperfeiçoamento das modalidades de exploração sexual.

1.1 - Itinerários do cuidado

A sociedade é indissociável das relações de poder, determinantes na edificação histórica da humanidade, podendo manter a dominação através da manipulação, persuasão, coerção, influência, decisão, divisão, acreditando na formulação maquiaveliana de que os fins justificam os meios, ou, se a ética estiver entranhada nas relações sociais, e políticas, favorecer o cuidado que propicie a emancipação e a cidadania.

O cuidado não é uma forma de tutela, mas de efetivação de um direito que possibilite ao ser humano construir a sua história, individual e coletiva, e isso não será possível sem a dimensão ética, um dos esteios do cuidado, que movimenta organizações e instituições a envolver-se com o humano.

A formação do cidadão requer, pois, a consciência de ser agente do cuidado e alvo de cuidados. Esse sujeito ético pode ser traduzido como sujeito do cuidado e só poderá existir se lhe forem propiciadas condições para essa formação, através de relações sociais e de instituições que a tornem possível.

Ética e cuidado encontram-se constitutivamente ligados. A forma como o cuidado é vivenciado implica uma noção de ética. Assim sendo, a ética é transversal à categoria nuclear que é o cuidado, que vai desde o cuidar apenas de si próprio e as implicações que isso congrega, passando pelo cuidar dos outros seres humanos e do planeta, em uma ótica mais alargada, até o *cuidado institucional*, proposição desta tese.

Enquanto morada humana, o investimento no cuidado envolve o ethos-ética. Nesta discussão são marcantes as contribuições dos filósofos antigos, Sócrates, Platão e Aristóteles. Suas proposições foram sendo reapropriadas de diferentes modos ao longo da história e de diversos contextos sociais, proporcionando recursos filosóficos para a construção da noção de cuidado. Apesar de preocupados com a formulação de padrões éticos e de seus constituintes – verdade, justiça, solidariedade –, para alcançar a felicidade, estes filósofos não consideraram a mulher neste contexto ou excluíram-na explicitamente, o que revela uma ética dissociada das suas implicações para a discussão das diferenças associadas ao sexo, que ocupam um lugar central neste estudo.

A filosofia clássica mostra que Sócrates concebia a ética como algo concreto, uma força mobilizadora e geradora do estado de felicidade à sociedade e ao indivíduo, enfatizando valores como a virtude, o bem, a justiça, a verdade, evidenciando o cuidado, que se materializava no cuidar de si (Durant, 1926; Huisman, 1980; Chaui, 2000). Simultaneamente, traçava os primeiros momentos do cuidado coletivo, expresso na relação pedagógica que o filósofo estabelecia com os seus discípulos. O cuidado de si volta-se para o cuidado da cidade e com os integrantes da *polis*

Sócrates se destacava por ser um perguntador, não disponibilizava respostas prontas, levava as pessoas a refletir criticamente sobre as suas atitudes e de como estas poderiam interferir na sua vida social, material e espiritual, e nas das outras pessoas. Este caminho vai ser percorrido em uma outra trilha por Platão, já que este desenvolve sua discussão a respeito da ética calcada no saber metafísico, evidenciando o mundo das idéias.

As coisas se me afiguram do seguinte modo: na extremidade do mundo inteligível encontra-se a idéia do bem, que apenas pode ser contemplado, mas que não se pode ver sem concluir que constitui a causa de tudo quanto há de reto e de belo no mundo: no mundo visível, essa idéia gera a luz e sua fonte soberana e, no mundo inteligível, ela,

soberana, dispensa a inteligência e a verdade. É ela que se deve ter em mente para agir com sabedoria na vida privada e pública (Platão, 1985:51).

Platão vincula à ética a construção da cidade ideal, na qual a conjugação dos interesses individuais e coletivos seria edificada, mesmo que de forma coerciva. Neste contexto, privilegiava a ética normativa, como parâmetro para alcançar a felicidade.

As argumentações de Platão são discutidas por Foucault (1984). O autor traz à baila a discussão do cuidado de si, no contexto da relação de poder, enquanto parte da cultura da Grécia dos séculos I a.C. a II d.C. O tema do cuidado assume, neste contexto, várias formas. Estava voltado para o aperfeiçoamento da alma, na esfera da contemplação, como caminho para agradar aos deuses. Mas foi direcionado, também, para a política – Alcebíades⁴ é o exemplo desta junção entre alma e política. Concomitantemente, era considerado o cuidar do corpo. Os gregos, em função da tradição olímpica, preparavam-se para jogos que promoviam o culto da destreza física, sagrando-se vencedor aquele que adquiria maior preparo físico, o que mais se cuidava. O treinamento físico dos guerreiros de Esparta é expressão particular deste cuidar, neste caso para vencer na guerra. O que primordialmente consagrou-se como algo divino, paulatinamente associa-se à cultura de um cuidado de si.

Em um dos primeiros textos dos Diálogos de Platão, segundo Foucault (2004: 52), o cuidar de si é apresentado como o conhecer-se a si mesmo.

O conhecimento de si torna-se o objeto da busca do cuidado de si. Um laço se cria entre o cuidado de si e a atividade política, como está expresso no diálogo de Sócrates com Alcebíades: “O diálogo se finaliza quando Alcebíades compreende que deve cuidar de si mesmo examinando sua alma”. Entretanto, tem ocorrido uma inversão na hierarquia dos dois princípios da Antigüidade: “cuida de ti mesmo” e “conhece-te a ti mesmo”. Na cultura greco-romana, o conhecimento de si aparece como consequência do cuidado de si. No mundo moderno, o conhecimento de si constitui o princípio fundamental.

⁴ Interlocutor de Sócrates.

Esta relação com o cuidado, na civilização greco-romana, é tão forte que Foucault (2004:53) assinala que “Epicteto⁵ chega a definir o ser humano como “o ser a quem foi confiado o cuidado de si recebendo de Deus, com essa finalidade, a faculdade da razão”. A ausência deste cuidado levaria o ser humano a sucumbir. Com este entendimento, Foucault denomina de *epimíleia* não apenas a preocupação, mas um conjunto de atividades na esfera do cuidado, citando como exemplo as tarefas de um dono de casa, as atividades de um rei zeloso com seus súditos, a dedicação que se deve ter com um doente ou ferido.

O cuidado se inscrevia na idéia do bem, para os que faziam parte da *polis*; era um cuidado com as minorias e não com o coletivo. Platão acreditava na possibilidade de mudança do ser humano, um dos sentidos do cuidado, retratando-a na alegoria da caverna. Nesta alegoria, seria possível o investimento em outras trajetórias. No mundo das idéias, Platão acreditava na imortalidade da alma, e o cuidado estava ligado a esta posição. Ao divergir do seu mestre Platão, Aristóteles destacava a importância da razão, estabelecendo a ligação da política à ciência da felicidade humana, voltada à ética e à política propriamente dita. Em relação à ética, a felicidade dependeria da forma como fosse possibilitado ao homem delinear a sua existência.

Quando Aristóteles acreditava que esse homem seria o resultado do meio em que vivia, das leis, dos costumes e das instituições vigentes na comunidade em que estava inserido, propunha uma idéia do cuidado. Em relação à política, concebia que sua meta seria a descoberta do que conduzia à felicidade humana. As formas de governo e as instituições sociais deveriam contribuir para assegurar esse fim. Aparece, assim, a primeira articulação sistemática de idéias acerca do cuidado orgânico.

Não fará qualquer diferença o fato de a pessoa ser jovem na idade ou no caráter; a deficiência não é uma questão de tempo, mas depende da vida que a pessoa leva, e das circunstâncias de ela deixar-se levar pelas paixões, perseguindo cada objetivo que se apresenta. Para tais pessoas, o conhecimento não é proveitoso, tal como acontece com as pessoas incontinentes; mas para quem deseja e age, segundo a razão, o conhecimento de tais assuntos é altamente útil (Aristóteles, 1992:19).

⁵ Pensador da Escola Socrática. Interlocutor de Sócrates.

Aristóteles traz fortes traços do cuidado coletivo quando expressa a importância das virtudes - justiça, caridade e generosidade -, entendendo-as como determinantes para uma convivência harmoniosa, pois seriam fontes de realização pessoal, não só para os que a empregariam no seu cotidiano como para a sociedade de modo geral. Essa convivência equilibrada seria o resultado do pleno exercício da razão. O homem considerado virtuoso é aquele que não pensa só na sua felicidade, mas também na dos seus semelhantes, pois é dotado de sabedoria e, portanto, apto a mediar às relações humanas, buscando o equilíbrio entre o excesso e a deficiência.

No discurso dos filósofos, a ética já trazia elementos para a configuração da categoria cuidado; preocupava-se com a qualidade das relações humanas, mas com as conspícuas exceções da mulher, dos escravos, dos estrangeiros, e daqueles que não eram considerados cidadãos. O cuidado referia-se, pois, a algo que devia ser cultivado por, e para, homens livres e adultos.

O cuidado de si foi articulado de diferentes maneiras ao longo dos séculos seguintes. Sabemos da sua importância para o cristianismo, expresso, nomeadamente, na fórmula “ama a teu próximo como a ti mesmo”. Essa noção do cuidado de si, contudo, existiu sempre numa tensão entre uma concepção coletiva do cuidado e uma outra, centrada no indivíduo. Essa tensão marcou intensamente as práticas sociais e as concepções de virtude. O cuidado de si está relacionado a estruturas de poder existentes, e deve ser pensado no quadro dessas relações. Nas suas discussões, Foucault (2004) enfatiza que o mecanismo de poder está presente na relação que se estabelece entre os diversos grupos com os quais os indivíduos se relacionam e isso não acontece apenas no âmbito da competição, mas, primordialmente, se estrutura por intermédio de um conjunto de ações que contribui para o surgimento de outras, em espiral. Neste sentido, o cuidado tanto pode existir para a dominação como para a libertação.

Para alimentar o cuidar de si sem a vinculação ao cuidar do outro é preciso cultivar disposições que o tornem funcional ao sistema e que configurem tanto o cuidar como o descuidar, entendido como suspensão ou renúncia do cuidar. No século XIX, o filósofo Søren Kierkegaard introduz, embrionariamente, as primeiras abordagens sobre o cuidado na contemporaneidade. Estudiosos deste legado, como Reich (1995), discutem que Kierkegaard, postula uma relação pessoal com a verdade, enquanto expressão da lógica individual do cuidar

de si. O cuidado seria expressado de forma individualizada a partir do momento em que o ser humano torna-se responsável por suas escolhas. Kierkegaard (1972) entende, assim, que a ética deve ter como centro o indivíduo que, ao materializar as suas ações, desenvolve o interesse, a preocupação, e a responsabilidade para com ele próprio. É uma ética do si-mesmo próprio. Neste sentido o indivíduo deve ousar voltar-se para si prioritariamente. Desta forma, para Kierkegaard, a existência humana centra-se em três estágios: o estético, com ecos no imediatismo e no prazer ilusório; o ético – diagnóstico das falhas visando o controle da vontade; o religioso - Deus constitui-se na centralidade da vida do indivíduo. Ultrapassar um desses estágios é um salto, que nem sempre é viabilizado.

Mas, é com Martin Heidegger que o cuidado começa a ganhar maior espaço nas discussões acadêmicas. Intelectuais como May (1989); Thurner (1991), Young (1997) ou Olafson (1998), debruçaram-se sobre o estudo da ética que baliza o conceito de cuidado proposto por Heidegger. Estes debates imputam a Heidegger a vitalização do cuidado de si de Kierkegaard, ou a recusa deste conceito, ao asseverar que Heidegger trilhou uma posição diametralmente oposta. Thurner (1991:136-139), reconhecendo a influência de Kierkegaard no legado heideggeriano, amplia a discussão, frisando que o pensamento de Heidegger está centrado em uma “ética fundamental com o mesmo direito com o qual ele pode ser caracterizado como ontologia fundamental”. A ética fundamental, segundo o autor, trata do agir originário e institui o fundamento de todo o agir derivado.

Young (1997), analisando o legado Heideggeriano, argumenta que as proposições deste diferem das de Kierkegaard. Assevera que para Heidegger a “ontologia determina a ética {...} e o ser determina os valores” (p. 66-100). Neste contexto, “*Sein* [ser] e *Sollen* [dever] são inseparáveis” (p. 207). Os conceitos basilares da denominada *ética fundamental* são a finitude e a autenticidade, ou autonomia temporalizada. Os valores primordiais voltam-se para a possibilidade do ser em si buscando a autenticidade consigo mesmo e com os demais seres, e uma relação libertadora que constrói o cuidado.

Enquanto autor matricial da discussão sobre o cuidado, Heidegger (1989) tem sido considerado, no circuito acadêmico, o “filósofo do cuidado”; sua produção centra-se em uma dimensão existencial. Recorre à fábula/mito do cuidado⁶ que teve origem na mitologia grega,

⁶ “Certo dia, ao atravessar um rio, Cuidado viu um pedaço de barro. Logo teve uma idéia inspirada. Tomou um pouco de barro e começou a dar-lhe forma. Enquanto completava o que havia feito, apareceu Júpiter. Cuidado pediu que soprasse o espírito nele. O que Júpiter fez de bom grado. Quando, porém, Cuidado quis dar um nome à

também conhecida como fábula de Higino⁷, para mostrar a sua gênese. Entende que esta categoria, por ser ontológica, está presente originalmente no ser humano, sendo, portanto, inerente a este.

O cuidado se constitui, então, no cerne da existência humana, que precisa de cuidados para não definhir e se extinguir; a morte não é só entendida do ponto de vista físico, mas moral, social, emocional, pessoal, intelectual e político. O ser do *Dasein* é o cuidado. O *Dasein*, ou “ser aí” sedimenta a existência humana, sua conexão com o mundo, percebido na tríade dialética: presente, passado e futuro. Nas projeções humanas, o passado adquire significado através das experiências presentes, e em como se projeta para o futuro. Heidegger argumenta que o cuidado

é uma constituição ontológica sempre subjacente a tudo o que o ser humano empreende, projeta e faz; cuidado subministra preliminarmente o solo em que toda interpretação do ser humano se move {...} do ponto de vista existencial, o cuidado se acha a priori, antes de toda atitude e situação do ser humano, o que sempre significa dizer que ele se acha em toda atitude e situação de fato (Heidegger, 1989: 235 - 258).

Para a compreensão de como o ser humano estrutura as suas relações sociais e pessoais, não se pode entendê-lo desconectado do cuidado, dada a presença deste na constituição da sua identidade. O cuidado, ou a ausência deste, está inserido em todas as dimensões da vida do ser humano, pois se encontra na sua raiz, precedendo as suas atitudes. Um bebê precisa de cuidados para não perecer. A forma como esse cuidado é ministrado, o conteúdo desse cuidado – afetivo ou impositivo – ou a ausência do cuidado deixam marcas consideráveis na sua formação. O contexto em que esse cuidado é vivenciado torna-se essencial para que se possa construir uma sociedade mais equitativa, na medida em que seja incluído e não

criatura que havia moldado, Júpiter o proibiu. Exigiu que fosse imposto o seu nome. Enquanto Júpiter e Cuidado discutiam, surgiu de repente a Terra. Quis também ela conferir o seu nome à criatura, pois fora feita de barro, material do corpo da Terra. Originou-se então uma discussão generalizada. De comum acordo pediram a Saturno que funcionasse como árbitro. Este tomou a seguinte decisão, que pareceu justa: “Você Júpiter, deu-lhe o espírito; receberá de volta este espírito por ocasião da morte dessa criatura. Você, Terra, deu-lhe o corpo; receberá, portanto, também de volta o corpo quando essa criatura morrer. Mas você, Cuidado, foi o primeiro que moldou a criatura, ficará sob seus cuidados enquanto ela viver. E uma vez que entre vocês há acalorada discussão acerca do nome, decido eu: esta criatura será chamada de Homem, isto é, feita de húmus, que significa terra fértil”.(Heidegger, 1989:23)

⁷“Jovem de 22 anos, brilhante intelectual de Alexandria, tornado escravo quando da invasão da cidade pelo imperador Otávio. Foi levado a Roma e tornou-se preceptor dos filhos do imperador. Posteriormente foi liberto e nomeado Diretor da Biblioteca de Alexandria.”(Heidegger, 1989:24)

descaracterizado nas relações sociais e institucionais. Manifesta-se, enraizando-se, através do exercício cotidiano da inquietação com a formação individual e coletiva do ser humano, assim como pode ser descaracterizado através da sua associação à desresponsabilização. Esta preocupação encontra-se presente quando Heidegger afirma que:

Vivemos numa época estranha, singular, inquietante. Quanto mais a quantidade de informações aumenta de modo desenfreado, tanto mais decididamente se ampliam o ofuscamento e a cegueira diante dos fenômenos. Mais ainda, quanto mais desmedida a informação, tanto menor a capacidade de compreender o quanto o pensar moderno torna-se cada vez mais cego e transforma-se num calcular sem visão, cuja única chance é contar com o efeito e, possivelmente, com a sensação (1989: 96).

Heidegger percebe o cuidado centrado em duas possibilidades aparentemente ambíguas: o “cuidado angústia” – *Sorge*, e o “cuidado solicitude” – *Fürsorge*. O primeiro se materializa em um cotidiano de luta pela sobrevivência e pela necessidade de alcançar postos de destaque no mundo do trabalho. Na outra ponta, o cuidado solicitude traz a dimensão do coletivo na medida em que inquieta-se pelos destinos mais gerais da sociedade e pelo planeta. Neste sentido, o ser humano alcançaria a evolução quando conseguisse transcender ou conjugar o cuidado angústia com o cuidado solicitude. Desta forma se romperia com a forma impessoal que marca a maioria das relações sociais.

Heidegger (1989) opõe-se à alienação quando analisa a forma impessoal de ser do sujeito. Critica a publicidade, enfocando a massificação dos comportamentos que tudo dilui. Os eixos das discussões de Heidegger intensificaram-se na contemporaneidade, à medida que a globalização do capital se tornou mais presente. A distancialidade torna-se marca das relações, o que é incentivado pela mídia que apregoa a competição, o poder, o cuidar de si, homogeneizando comportamentos e induzindo a desresponsabilização.

Em um processo de libertação, o ser humano pode vir a sacudir as estruturas geradoras destes processos inserindo-se na dinâmica do cuidado, voltando-se não só para si, mas responsabilizando-se com o que acontece à sua volta. Nesta dimensão, o verdadeiro mundo seria o da presença, pois o ser humano se estrutura, se humaniza na relação com o outro, envolvendo-se e responsabilizando-se por si e pela sociedade.

De certo que este redimensionamento sofre impacto, pois, no contexto das Ciências Sociais, o positivismo fragmentou o conhecimento, pautando-se na técnica. As análises se tornaram impessoais, coisificando as relações sociais e humanas, em função da primazia dada ao fato social. Contrapondo-se a esta fragmentação, a categoria cuidado vem possibilitar o regresso ao ser humano e a reconfiguração das suas experiências.

Intelectuais que enveredam pelos temas pertinentes ao cuidado são críticos quanto às diversas e diferentes formas de opressão coletiva ou de minorias, pois que vislumbram o humano em suas necessidades reais. São exemplares, também, neste sentido, Leonardo Boff e Paulo Freire. A categoria cuidado encontra-se nestes autores e não poderia deixar de estar presente, nas suas tematizações de orientação crítica e emancipatória.

Na preocupação com o Planeta Terra e com as relações sociais e humanas que se deterioram cotidianamente, Boff (2003), tendo como base os pressupostos de Heidegger, propõe um olhar mais alargado ao cuidado, conectando-o ao Planeta Terra em todas as suas manifestações.

Boff postula uma “ética ecológica” centrada na compaixão com o planeta e no respeito e intercomunicação com todas as suas expressões vivas. Vitaliza a responsabilidade, o compromisso social, a inteireza, a justiça. Esta compaixão encontra-se na preocupação, na inquietação com o bem estar de todos os seres. Como afirma o autor, “o preceito ético-ecológico urgente, hoje, é este: “Age de tal maneira que tuas ações não sejam destrutivas da casa comum, a terra, e de tudo o que nela vive e coexiste conosco”. O pensamento de Boff remete ao imperativo categórico kantiano: "Age de tal maneira que a norma da tua conduta possa tornar-se norma de conduta universal", que se traduz na afirmação de que "toda ação, para ser eticamente correta, deve dignificar o ser humano" e que dignificar o ser humano é “tratar o ser humano sempre como fim e nunca, somente, como meio”.

Nesta esteira, o cuidado ganha primazia nas teorizações de Boff. O autor distingue, em função da sua natureza, duas significações básicas, constitutivamente ligadas:

A primeira atitude de desvelo, de solicitude e de atenção para com o outro. A segunda, de preocupação e de inquietação, porque a pessoa que tem cuidado se sente envolvida e afetivamente ligada ao outro{...} O cuidado é mais do que um ato singular ou uma virtude ao lado de outras. É um modo de ser, isto é, a forma como a pessoa humana se

estrutura e se realiza no mundo com os outros. Melhor ainda: é um modo de ser-no-mundo⁸ que funda as relações que se estabelecem com todas as coisas. (2003: 33-92)

Argumenta o autor que os modos de ser-no-mundo delineiam-se pelo trabalho e pelo cuidado. O contexto do trabalho apresenta como centro a lógica masculina no cerne da dominação, do poder, para a concretização de seus interesses pessoais e coletivos. O modo de ser do cuidado, voltado à lógica feminina, não é diametralmente oposto ao trabalho, calca-se na convivência com o outro, através dos princípios da solidariedade. As duas atitudes não são antagônicas, se complementam.

É possível afirmar que o modo de ser do trabalho é incentivado em todas as esferas. O cuidado está sendo subsumido por uma engrenagem que transforma as pessoas em coisas. O avanço das relações de produção contribui para que o distanciamento entre os seres se torne marcante. A tecnologia avança, substituindo em parte a força de trabalho humana. Esta relação pauta-se pela ausência de sentimento, de ligação, do comprometimento presente em um ser de cuidado. A atenção com a manutenção das máquinas substitui o cuidado com o ser humano, secundarizando a sua dimensão de subjetividade, na medida em que parece irreal falar de solidariedade, já que na atualidade privilegia-se a competição. O cuidado com a máquina é impessoal, diferente do cuidado marcado pela cooperação, pela comunhão. Nesta ciranda, o descuidar vai sendo multiplicado em todas as situações. As ações de poder submetem todos à sua engrenagem: populações, florestas, rios. Neste sentido, as lutas em prol do cuidado devem estar conectadas às lutas mais gerais da sociedade, pois as forças de opressão jogam seus tentáculos em várias frentes, vulnerabilizando as mais frágeis.

Nos contextos em que o cuidado é abortado, emergem questões sociais. E isto ocorre porque o cuidado não é alimentado, despertado, potencializado. Parece, antes, haver um estímulo a que a disposição para o cuidado seja orientada para o cuidado tecnológico⁹. A Internet apresenta sites em que as crianças têm cuidado com um bichinho virtual, desvelando-se para que ele sobreviva, saudavelmente. A criança segue todas as regras para não o deixar

⁸“Ser no mundo, significa uma forma de existir e de co-existir, de estar presente, de navegar pela realidade e de relacionar-se com todas as coisas do mundo. Nessa co-existência e con-vivência, nessa navegação e nesse jogo de relações, o ser humano vai construindo o seu próprio ser, sua autoconsciência e sua própria identidade (Boff, 2003:92).

⁹ Boff (2003) já chamava a atenção para o “tamiguchi” um bichinho virtual, criação japonesa, coqueluche da década de 80, que precisa ser cuidado com muito desvelo, para não morrer. Outros bichinhos virtuais na esteira do taniguchi continuam a ser disponibilizados, principalmente em vários sites da internet.

definhar e morrer, sem ser despertada para a necessidade de cuidar também de si, do outro, da família, da comunidade. Transfere-se o cuidado humano para o virtual. O distanciamento desta realidade contribui para a ausência de cuidados com o ser, por isso, desde a tenra idade é necessário que esse cuidado seja despertado em todas as instituições e organizações que, direta ou indiretamente, lidam com a criança para que a sua formação, mental, social, cultural e politicamente saudável não seja apenas uma quimera. Isso oportuniza ações mais responsáveis, que vão gerar frutos, pois se reproduzirão numa aliança política pautada na solidariedade, no cuidado, como afirma Boff (2003:25-53):

O saber cuidar manifesta-se quando os indivíduos se organizam entre si e começam com práticas que visam transformar estruturalmente as relações sociais iníquas, promovendo o cuidado político com os próprios semelhantes. Saber cuidar é um momento de atenção, de zelo e de desvelo, uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilidade e de envolvimento afetivo com o outro. Implica ter intimidade, senti-las dentro, acolhê-las, respeitá-las, dar-lhe sossego e repouso, entrar em sintonia com, auscultar-lhe o ritmo e afinar-se com ele, o outro.

Neste sentido, poder-se-ia dizer que se estuda consideravelmente, analisa-se enfaticamente, produz-se significativamente, sobre a pobreza, a miséria, as desigualdades sociais, a criança, o adolescente, mas não se investe na mesma proporção em ações concretas para reverter esses quadros. Isso tem a ver com a ausência de cuidado com a ecologia humana entendida de uma forma mais ampla, enquanto centrada na relação do ser humano com a sociedade e o mundo, investindo neste ser humano no sentido de desenvolver as suas potencialidades.

O descuidar contribui para que as situações degradantes se multipliquem. É preciso que todo ser humano adquira importância. Como afirma Boff (2003:146), “onde há cuidado aí desabrocha a vida humana, autenticamente humana. Onde está ausente, aparece rudeza, o descaso e toda sorte de ameaças à vida. Importa cultivar o cuidado como condição essencial para vida sob qualquer uma de suas formas”.

O cuidado deve fecundar atitudes dirigidas ao coletivo e centradas na relação. A ausência desta preocupação cria um hábito. As pessoas que não aprenderam a cuidar do

coletivo acreditam que as situações de barbárie são cometidas por indivíduos naturalmente maus, predispostos ao mal pela sua constituição genética, por exemplo; as vítimas não sabem se cuidar; as que se encontram na situação de exploração sexual são despudoradas; a família é a principal responsável; os que não têm trabalho são vadios; ou seja, estas concepções estão pautadas na visão maniqueísta do bem e do mal. Como mostra Boff (2003:5), "quando os seres humanos começam a se cuidar reciprocamente, cuidar do bem comum, da saúde, da educação, da moradia, da comunicação livre, do meio ambiente, então desaparecem as causas do medo, porque ninguém mais ameaça ninguém".

A questão do cuidado remete, portanto, para a concretização dos direitos humanos; entretanto, como a violação desses direitos ocorre cotidianamente, as situações de ameaças e de violência proliferam. De um lado, os excluídos, social, econômica, cultural e politicamente tentando sobreviver, adoecendo não só física, como emocional e socialmente. Do outro, estão os detentores de privilégios que não se percebem enquanto membros de uma sociedade no sentido de cooperarem para a construção de uma situação de bem estar. A realização de direitos humanos com pretensão de universalidade - vida, liberdade, dignidade, proteção - passam pela sua inscrição em direitos de cidadania - saúde, educação, habitação, trabalho. Compromete-se a cidadania quando esse conjunto de direitos é negado e violado.

A ausência de cuidado com a natureza, com os seres humanos, reflete a afirmação do descuidar. O cuidado é, pois, essencial para o enfrentamento de todas as formas de violência. Isso requer que as instituições e organizações capturem esse cuidado, tornando-o constitutivo de suas práticas sociais junto aos usuários¹⁰ e às demandas¹¹ invisibilizadas para que as políticas não se tornem fragilizadas, identificando os elementos do descuidar, para que o cuidado seja possível.

E isso não acontece sem um trabalho educativo alargado, pois se interconecta a outros nos âmbitos social, econômico, educacional, cultural, administrativo, institucional, familiar e organizacional, através de um conjunto articulado de ações visando ou impedindo mudanças. Como aspecto que permeia as diversas esferas da vida humana, a educação está interligada com o desenvolvimento do ser, pois perpassa a vida em sociedade, estando organicamente

¹⁰ População atendida pelas políticas sociais, em especial a de Assistência Social.

¹¹ Demanda, é um termo da economia apropriado pelo social para designar grupos expressivos de pessoas em situação de vulnerabilidade que enfrentam determinados tipos de problemas e que são destinatários das políticas sociais.

vinculada ao processo de produção e reprodução da vida material e espiritual do ser humano, concebendo o espiritual no contexto intelectual, valorativo, ideológico.

Neste sentido, a educação adquire um caráter amplificado, pois está ligada a uma concepção de ser humano e de mundo que impulsionará perspectivas mais críticas ou mais tradicionalistas. A educação mais política e social possibilita uma preocupação fecunda com os destinos da sociedade, com as mazelas causadas ao planeta, pelas desigualdades sociais gestadas pelo sistema, pela operacionalização das políticas sociais públicas.

Neste cenário, Paulo Freire (2000) aparece como um dos expoentes de uma dimensão pedagógica que inclui o cuidado. Com muita propriedade, assevera que o processo educativo não é responsabilidade apenas do professor e da escola, mas interliga-se com as atividades humanas do ser em sociedade.

Apesar de, explicitamente, Freire não ter se proposto discutir o cuidado enquanto categoria, evidenciou-o, implicitamente, nas suas produções, à medida que demonstrava a importância da educação para a libertação das camadas oprimidas. Na proposta metodológica de Paulo Freire está subjacente o cuidado e daí a sua importância para fecundar essa discussão.

A ética que baliza o legado de Freire está sedimentada na relação entre os humanos e o mundo, na interconexão educativa consciente e compartilhada com os seres humanos e com a sociedade. “Falo da ética universal dos seres humanos, que condena a exploração da força de trabalho do ser humano” (1996:16-17). Freire repudia o individualismo, o cuidado de si voltado ao egocentrismo. Postula uma “ética universal” interconectada com a humanização e o bem estar coletivo. Neste contexto está voltada, também, para a diversidade em função da sociedade multicultural onde o que é considerado diferente precisa ser respeitado na sua singularidade e na sua diferença. É feita a vinculação com a estética, quando coloca que é necessário o aprimoramento da beleza nas suas diversificadas expressões. “O ético está muito ligado ao estético. Não podemos falar aos alunos da boniteza do processo de conhecer se a sua sala de aula está invadida de água, se o vento frio entra decidido e malvado, sala adentro e corta seus corpos pouco abrigados”(Freire, 2000:34).

As produções de Freire estão pautadas por uma inquietação, por uma preocupação, que pode ser apreendida como um cuidado pedagógico, que contribui para uma subjectividade favorável, uma emancipação no sentido do coexistir permeado pelo cuidado, configurando

uma consciência de si e de nós. A coerência do cuidado nos leva a um envolvimento ativo e multiforme no mundo.

Quando clamava pelo comprometimento do educador com o processo educativo dos seres humanos, preocupando-se e inquietando-se com a sua situação de opressão, e entendendo que a figura do educador deve estar presente em todas as esferas institucionais, Freire evidenciava o cuidado; quando defendia o alargamento da visão de mundo das massas subalternizadas, através de uma educação libertadora, denotava o quanto as alianças com os setores populares fomentam a libertação e, conseqüentemente, promovem a emancipação, um dos horizontes do cuidado.

O cuidado, portanto, é transversal à dimensão pedagógica emancipatória. A visão educativa sob os auspícios do cuidado faz do ato desse cuidado pedagógico uma mediação e extensão do cidadão crítico participativo que se cuida e cuida do seu coletivo.

Desta maneira, o ato educativo deve ser visto como processo, não podendo se dar fragmentado, parcializado. Em uma perspectiva libertadora, ele deve ser o potencializador para o desenvolvimento da consciência crítica, para a busca coletiva de canais de participação e organização para enfrentamento da situação. Educador e educando caminham juntos em busca de mudanças. Questionam a realidade para transformá-la. O cuidado pedagógico evidencia-se no que Freire denominou de “dialogicidade”. Advoga-se, como Freire, que o diálogo é o passaporte para a discussão, a reflexão crítica. “São esses encontros dos homens mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (1987:78), oportunizando, assim, a discussão sócio-política, o amadurecimento político por meio da reflexão crítica.

A perspectiva do cuidado rompe com a segmentação arbitrária entre saber elitizado e o senso comum, combatidas por Freire. Isso reforça a leitura do emergir da categoria cuidado que conecta culturas, constituindo-se em uma das mediações para a emancipação.

É essa visão que instiga às práticas sociais, a partir de uma ação conjunta, a criar um conhecimento da realidade e promover uma participação crítica na qual se reforcem os embriões organizativos populares e, conseqüentemente, uma atuação mais efetiva da população no conjunto de decisões da sociedade. Para que ela seja conseqüente, é necessário que não haja um hiato na relação teoria-prática, mola propulsora do processo de compreensão da realidade social. O trabalho educativo pode ser encarado como um desafio, em confronto

com uma realidade que parece resistente à transformação a um estado que assegura a perenidade de uma ordem que postula o descuido como o outro lado da generalização do princípio da concorrência. Entretanto, a prática educativa jamais pode ser encarada como uma impossibilidade, considerando que a negação se constituirá em apagar o processo histórico e jogar na obscuridade a possibilidade de os membros da sociedade se tornarem (co)autores da sua própria história.

Os obstáculos à realização dessa possibilidade podem ser relevantes quando não são trabalhados os entraves e as possibilidades de mudança, evidenciando a ausência de cuidado. Quando o pedagógico está distante do cuidado, ele vitimiza: é o que Paulo Freire denominou de “educação bancária”. Nesta perspectiva, os educandos são direcionados a aceitar os parâmetros do educador, na medida em que ele se percebe como detentor capital do conhecimento e da verdade, pressionando que outros pensem e ajam segundo as suas determinações. Como nota Freire (1987:58), “o educador que aliena na ignorância se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez dessas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca”.

O educador que não é respeitado em sua condição de ser de cuidados expressa as seqüelas na sua formação intelectual, pois repete o que lhe foi imposto como certo, tornando-se um dos agentes que reproduz no seu cotidiano a ausência de cuidado.

Este educador está contribuindo para a formação de educandos que não se percebem enquanto sujeitos da história, limitando a sua capacidade de busca, de transformação, de construção de um novo projeto de vida. Colabora, dessa forma, o educador para o desenvolvimento de um ser alienado do seu processo de vida e das condições mais gerais da sociedade. Este tipo de concepção de educação é alimentado pela sociedade capitalista, cuja postura autoritária favorece a alienação, mantendo os segmentos empobrecidos aprisionados ao seu conteúdo classista e discriminatório.

O educador autoritário postula a antidualogicidade, não tendo o diálogo, a reflexão, no horizonte das suas preocupações. A sua referência é aquilo que acredita como verdade, e que deve ser seguido sem questionamentos. Esse tipo de postura propicia a promoção da idéia de que a sociedade é harmônica e de que a população é que está em disfunção com o mundo.

Contrapondo-se a este tipo de direcionamento encontra-se o educador comprometido com uma educação emancipatória. Como nos diz Freire (1987:87),

(...) nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não pode prescindir do conhecimento crítico dessa situação sob pena de se fazer ‘bancária’ ou de pregar no deserto.

Compreendendo a dimensão de uma educação libertadora certamente se estará contribuindo para a formação de sujeitos conscientes, críticos, políticos, que consigam se perceber enquanto seres no mundo, decodificando as condições estruturais e conjunturais em que estão inseridos. Assim, a prática pedagógica torna-se, também, uma ação política na medida em que propicia o processo de ação/reflexão/ação e a consequente participação política do cidadão no contexto social.

Como ressalta Freire, o ato educativo ancora-se no processo de ação/reflexão/ação, contribuindo para que os grupos vulnerabilizados percebam a sua situação existencial no mundo. O processo reflexivo e crítico das condições de vida, das condições de classe se dilata, ampliando a sua concepção de ser humano e de mundo, percebendo este não mais como “uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo” (1987: 71), e dessa reflexão sobre a realidade vigente se formarão os germens da organização, da participação efetiva nas decisões da sociedade.

O cuidado estabelece o vínculo com a educação libertadora, possibilitando que os grupos atendidos percebam a participação como um processo social, buscando alternativas para enfrentamento das situações vivenciadas no cotidiano. A participação, como prática social situada no espaço e no tempo, é a mediadora fundamental das relações humanas que podem superar as formas autoritárias dominantes na sociedade, possibilitando que uma educação libertadora se torne majoritária na prática dos educadores nas diferentes instituições.

A concepção de educação para a cidadania requer a construção de um projeto de sociedade em que as pessoas não tratem os outros como descartáveis. O investimento nessa

possibilidade implica estar atento à dinâmica social e relacional e às aprendizagens interconectadas¹², propiciadoras de uma educação emancipatória.

Essa educação para a vida forma o ser do “cuidado”, que não compactua com o processo de alienação apregoado pelo sistema vigente. A educação, enquanto via de formação intelectual, ética e política, pode ser o passaporte para a construção do cuidado coletivo, pois a consciência crítica, propiciada por uma educação libertadora, certamente contribuirá para romper os grilhões que massificam a população. A educação enquanto mobilizadora da cidadania, de fato, só ocorrerá quando o ato educativo for, por sua vez, impulsionador de transformações. Já Freire enfatizava que “se a educação por si só não transforma a sociedade, sem ela a transformação não acontecerá”. Isolada, não conseguirá enfrentar os problemas ocasionados pelas rupturas sociais, pessoais, econômicas, políticas, culturais, mas, certamente, contribuirá para a construção das capacidades necessárias à ação coletiva.

O investimento na educação deve ser precoce, e isso requer conhecimentos e políticas na perspectiva do cuidado. As contribuições de Theodor Adorno apontam para a importância da criação de valores positivos desde a primeira infância¹³ para evitar as situações de barbárie. No seu “Educação após Auschwitz”¹⁴ (1995), argumenta que “uma educação que queira evitar a reincidência da situação de violência vivenciada em Auschwitz deverá concentrar-se na primeira infância”. Embora Adorno não tenha discutido a categoria do cuidado, as suas posições apontam para o reconhecimento implícito da sua importância.

Não é comum entre os comentadores de Adorno o reconhecimento de uma teoria ética por este postulada. No entanto, Gagnebin (1996), discutindo as relações entre ética e estética¹⁵ no pensamento adorniano, apresenta três conceitos-chave para demonstrar que transcendem a

¹²Conforme afirma Delors (1998:64), estas aprendizagens estão centradas em quatro construtos: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes. Estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento e de permuta.”

¹³ O período que compreende a faixa etária de zero a seis anos.

¹⁴O complexo de Auschwitz-Birkenau constituiu-se no maior campo de concentração da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), construído pelos nazistas na Polônia, sendo utilizado por Adolf Hitler para práticas de experimentação e extermínio. Foram mortos, nas câmaras de gás, mais de 1 milhão de judeus, bem como outros “descartáveis”, como ciganos e homossexuais.

¹⁵ Segundo Gagnebin, a experiência estética é uma “experiência da distância do real em relação a nós” abre caminho para o aprendizado ético que, no limite, significa “não recalcar o estranho”, mas “acolhê-lo na sua estranheza” (p.94).

dimensão da estética e fundam uma “ética da distância e do reconhecimento da alteridade”: a *mimesis*¹⁶, a autonomia e a resistência” (p: 93). Os carrascos nazistas são mencionados como exemplo do impulso mimético. Estes foram crianças, porém os valores que aprenderam ou as relações que foram travadas no decorrer do seu desenvolvimento conduziram a uma consciência coisificada. A coisificação das relações humanas baliza a relação dos que se consideram superiores percebendo os outros seres humanos como coisas, descartáveis. Algo de semelhante ocorreu com a reincidência secular da violência contra crianças e adolescentes.

Adorno (1995) apela a que a finalidade precípua da educação seja provocar e possibilitar a emancipação dos seres humanos, contribuindo para que se tornem críticos e autônomos. Só assim seria possível prevenir, no contexto da formação educativa, o emergir de seres cujos posicionamentos contribuam para promover a violência, a sua transformação em barbárie e as ameaças decorrentes à sobrevivência humana.

A possibilidade dessa emergência tenderá a persistir se as condições que geram e desenvolvem essa conduta não forem desveladas e trabalhadas. Para a construção de padrões éticos capazes de abster essa emergência, é fundamental olhar à primeira infância. Família, escola, organizações institucionais se destacam neste processo no sentido de uma educação pautada no cuidado, já que se encontram organicamente vinculadas.

Nas sociedades contemporâneas, o avanço tecnológico e científico parece caminhar a um passo diferente do da transformação das relações sociais, especialmente no que diz respeito a proteção dos seres humanos e dos seus direitos básicos. Coexiste com o descuidar dos princípios éticos – solidariedade, justiça, respeito, que deveriam ser o mote das relações humanas – obstaculizando a realização dos direitos consagrados em documentos constitucionais e legislativos.

Como primeiro grupo social com que a criança tem contato, a família é crucial para o desenvolvimento saudável dos seus membros. Os valores que a criança assimilará estão constitutivamente ligados às atitudes reproduzidas por seus genitores, e/ou responsáveis que se encontram no seu universo. Entretanto, as metamorfoses ocorridas na organização familiar expressam as dificuldades enfrentadas pelas famílias, independentemente da classe social, nas sociedades contemporâneas. A construção de valores relativos ao cuidado exige ter como referência responsáveis cuidadores, que tenham perspectivas de vida que os dignifiquem na

¹⁶ Impulso mimético - identificação e projeção que fecundam ideais paranóico-totalitários com violência onipotente (p.94)

sua dimensão humana e cidadã. Entretanto, significativo contingente de famílias, sob pressão de circunstâncias sociais, emocionais ou econômicas, vêm reproduzindo transgeracionalmente os padrões que receberam.

Quando se vive em um padrão de “descuido”, expresso na negligência, frieza, desamor e desrespeito ao semelhante, à tendência é repassar esta postura para as próximas gerações. A mobilização para o calor humano requer que sejam escavadas e enfrentadas as razões que geraram a frieza e o abandono. E isso é possível com a reconfiguração das políticas públicas pautadas no cuidado com atenção às famílias, às múltiplas necessidades que manifestam.

As organizações assistenciais têm um papel importante nesta travessia, já que se originam e se legitimam nesta perspectiva do cuidado com os segmentos menos privilegiados - mesmo que na sua origem estivessem centradas em padrões de caridade e de manutenção do *status quo*. Mas, quando este cuidado está voltado a uma lógica instrumental contribui à destituição de direitos conduzindo à exclusão econômica, social e política, que penaliza significativa parcela de famílias e se constitui no retrato do descuido. A reversão deste quadro requer parâmetros em que a categoria cuidado seja considerada nos diversos contextos. Não raro, imputa-se à situação econômica a responsabilidade pelos problemas sociais, dentre outros, a exploração sexual de crianças e adolescentes, como se por si só este componente resolvesse uma questão complexa, que envolve também aspectos culturais, emocionais, sociais e éticos.

Pensar a necessidade do cuidado exige, pois, que este seja vitalizado no ambiente privado e incorporado no público, constituindo-se em itinerário para a construção de uma sociedade fundamentada em princípios democráticos, humanos, justos e solidários, enquanto expressões deste cuidado.

Não obstante a necessidade de trasladar o cuidado do contexto privado para o público, há autores como Gilligan (1983) e Noddings (1984) que tendem a privilegiar a vitalização do cuidado no âmbito privado. São ícones da denominada ética do cuidado, caracterizada como uma “ética feminina”. Gilligan (1983) assevera que, como as mulheres têm o cuidado na sua essência, essa noção impregnou-as, conferindo-lhes maior preparo para se tornarem agentes do cuidado. As concepções da autora estão fundadas na diferença de gênero, argumentando que homens e mulheres expressam a sua eticidade de forma diferenciada. A ética feminina apresenta, enquanto características, a dimensão contextual, o âmbito privado, a ênfase nos

sentimentos, a conectividade com os semelhantes, os relacionamentos comunitários. Os homens estariam inseridos na ética da justiça, que se distingue por componentes que se contrapõem aos femininos, tais como a dimensão abstrata, o contexto público, a ênfase na razão, a distancialidade humana, os direitos individuais. Enquanto a mulher cuida, caberia ao homem a proteção (da família, da mulher, da criança...) através do trabalho.

Neste contexto a ética feminina assenta em dois pilares de sustentação: construção de vínculos e valorização das necessidades dos semelhantes, na medida em que a mulher é, segundo Gilligan, considerada mais altruísta. “A sensibilidade com relação às necessidades dos outros e a suposição de que são responsáveis por dar cuidado levam as mulheres a prestarem atenção às outras vozes que não às delas mesmas e a incluírem em seus julgamentos outros pontos de vista” (Gilligan, 1983:17).

No cerne da ética feminina, Noddings (1984:24-74) parece estar a apregoar um cuidado com os mais próximos, em que o reconhecimento da pessoa abnegada deve ser essencial, e uma distancia de um cuidado com o coletivo:

O cuidar só se completa quando é reconhecido pela pessoa que está sendo cuidada {...} para alcançar o estado mental apropriado para cuidar, é preciso estar receptivo às necessidades alheias (...) Nossa capacidade de atenção, nosso envolvimento mental está na pessoa cuidada, não em nós mesmos.

As colocações de Gilligan e Noddings encontram defensores como Boff (2010), e opositores como Joan Tronto (1997). Boff defende a “ética feminista” enfatizando que “a base antropológica desta ética do feminino não concebe o indivíduo isolado que precisa de um contrato social para viver junto, conecta-o com o outro e com a natureza”. O que implica que “a motivação para viver valores e assim uma vida ética não vem da razão e dos princípios, mas da emoção do afeto e do auto-envolvimento. O desejo natural de sermos cuidados, aceitos e amados, coisa que foi ignorada pela ética vigente”. Neste sentido, a emoção inerente à afetividade ganha destaque na medida em que se contrapõe a razão instrumental.

Tronto critica a centralidade da ética feminina, que privilegia a mulher no contexto do cuidado, o que subentende que a pertinência de tudo o que as mulheres fazem decorreria do fato de serem mulheres. A autora entende o cuidado como

uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso “mundo” para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma completa e auto-sustentável (Fisher & Tronto, 1990).¹⁷

Tronto contribui para a discussão dos modos de cuidado através, nomeadamente, da sua ampliação, distinguindo entre “cuidar de” e “cuidar com”, uma distinção já referida – ainda que sem explorar todas as suas implicações - por autoras como Gilligan, enfatizando que

‘Cuidar de’ implica um objeto específico, particular, que é o centro dos cuidados (...) envolve responder às necessidades particulares, concretas, físicas, espirituais, intelectuais, psíquicas e emocionais dos outros. O próprio ser, uma outra pessoa ou um grupo de outros, podem fornecer cuidados. ‘Cuidado com’ refere-se a objetos menos concretos; caracteriza-se por uma forma mais geral de compromisso(...) A atribuição de responsabilidade de cuidar de alguém, alguma coisa ou alguns grupos pode então ser uma questão moral. O que faz ‘cuidar de’ ser tipicamente percebido como moral não é a atividade em si, mas como essa atividade se reflete sobre as obrigações sociais atribuídas a quem cuida e sobre quem faz essa atribuição (1997:188).

A autora analisa a dificuldade de percepção e atendimento às necessidades do outro, na sua dimensão mais ampla, na medida em que muitos cuidados podem ser atribuídos às mulheres de determinadas profissões, ou associados à maternidade, o que não implica que as mulheres estejam “naturalmente” habilitadas para serem cuidadoras. O cuidado pode estar sendo desenvolvido em um contexto impessoal, mecânico, sendo mais uma atividade, não significando um envolvimento profundo – que inclui uma componente emocional e a de proximidade pessoal - com o outro. A dificuldade de sentir o outro é marcante nas sociedades contemporâneas, na medida em que os interesses pessoais são priorizados, o que retrata uma sociedade voltada para o individualismo que está no centro de muitas das relações sociais.

¹⁷ Apud Tronto (2007).

Três caminhos são propostos por Tronto (1997), em que o cuidar do outro tem implicações morais:

a) *Capacidade de atenção / conhecimento* – Implica na capacidade de conhecer as próprias necessidades e debilidades para cuidar eficazmente, e neste percurso buscar conhecer e atender as necessidades do outro. Quando não ocorre o processo de auto-conhecimento pode acontecer a projeção, ao visualizar na pessoa cuidada as suas próprias necessidades;

b) *Autoridade e Autonomia* – Quando a cuidadora tem autonomia, pode estabelecer uma relação de autoridade, na medida em que a pessoa cuidada encontra-se em processo de fragilização do seu potencial físico ou emocional, que cria dependência. Por outro lado, pode ser fortalecido um processo de tutela, de dependência, quando a pessoa que cuida enxerga as suas próprias necessidades na pessoa que está sendo cuidada, e desta forma obstaculiza a autonomia. A autonomia é um fator que precisa ser trabalhado, seja em situações em que existem relações de igualdade entre os que cuidam e são cuidados, seja em situações caracterizadas pela dependência:

c) *Particularismo* – O cuidar está profundamente ligado a circunstâncias particulares. Isso requer repensar como essas circunstâncias particulares são socialmente construídas.

As possibilidades de pensar um conceito mais alargado de cuidado aparecem nas proposições de autores como Boaventura de Sousa Santos e Enrique Dussel. Encontro em Boaventura de Sousa Santos fortes sugestões de como este tema poderá ser abordado, ainda que esse autor não tenha discutido de maneira explícita a categoria cuidado. Indicações nesse sentido, contudo, aparecem nas suas propostas das sociologias das ausências e das emergências e no seu desafio à construção de uma teoria da tradução (que serão discutidas no sub-ítem 1.2.3):

Enquanto a dilatação do presente é obtida através da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da sociologia das emergências. A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades reais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das atividades de cuidado (Santos, 2002: 257).

A ética que baliza as discussões de Santos é uma “ética da emancipação social”. Esta formulação decorre do fato de o que o autor designa de ausências e de emergências fornecerem os recursos que possibilitam, na sua conexão, a construção de formas de relacionamento social baseadas na equidade e justiça social. O cuidado se metamorfoseia, assim, nas ecologias propostas por Santos, tornando-se uma dimensão central de uma sociedade que se vai construindo através da colocação do cuidado no centro da sua dinâmica, por via da participação dos segmentos excluídos, que, de alvos de um cuidado entendido como relação entre desiguais se transformam em sujeitos de relações sociais ancoradas na solidariedade.

Numa perspectiva convergente, Enrique Dussel, pensador da transmodernidade, postula uma “filosofia da libertação”, considerando a libertação “como ato ou procedimento prático graças ao qual o não-livre passa a ser um sujeito atuante da liberdade”.(1995: 111) . Poder-se-ia então inferir que postula uma “ética da libertação cotidiana”, que rompe com as injustiças sociais através da inclusão, no conjunto de decisões da sociedade, daqueles que hoje são marginalizados ou excluídos, realizando-se assim o princípio da dignidade humana. Desvincula-se, desta forma, do instituído assente na exclusão, buscando em seu lugar o instituinte, que passa pela inclusão dos grupos oprimidos e/ou excluídos. Esta libertação deve começar, como afirma Dussel, a nível intelectual, pela cisão com o modelo filosófico eurocêntrico, imposto pelos intelectuais do Norte, e que não é adequado para pensar a realidade em que vive a grande maioria da população da América Latina, Ásia e África, com a sua exposição à pobreza e à fome.

A “filosofia da libertação” propõe-se a atingir as massas oprimidas em situação de guerra, de múltiplas formas de violência, os que não têm acesso a direitos fundamentais que garantam condições mínimas de vida, ou seja, os que estão vivenciando situações limites. Neste sentido, para a filosofia da libertação o ser do outro excluído e oprimido tem primazia na busca por justiça, não podendo esse outro ser apenas um dado, na ordem estatística. Essa busca da valorização do outro implica a convicção de que “o homem perfeito será aquele que por sua bondade, sua plenitude antropológica, pode abrir-se ao outro gratuitamente como outro, não por motivos fundados em seu próprio projeto de totalidade, mas por um amor que ama primeiro alternativamente: o amor-de-justiça” (Dussel, 1995: 43). O reconhecimento da

alteridade aparece, assim, como condição para que esse outro possa ver reconhecidos, por sua vez, o direito à participação, a ter vez, voz e veto nas decisões mais gerais que afectam a sociedade.

Neste mostruário das diversas concepções acerca da ética e do cuidado identifica-se a fertilidade das contribuições dos vários autores que foram discutidos, ainda que com uma brevidade imposta pelas limitações de espaço, e que certamente não faz justiça à riqueza e complexidade das suas posições. O caldo cultural, intelectual e político gerado pela reflexão sobre as suas proposições abre novos caminhos para pensar e ampliar a categoria de cuidado, nomeadamente através de uma densificação e especificação desta por via de uma reflexão informada pela sociologia. Esses caminhos sugerem a pertinência do conceito de *cuidado institucional*, a seguir apresentado e discutido.

1.2 – O novo caminho: O Cuidado Institucional

Para que o cuidado faça parte do cotidiano e da história é necessário que adquira a função de conectar o saber profissional, o poder institucional e a responsabilidade social no contexto das organizações. Para a articulação dessas vias, proponho como principal categoria o cuidado orgânico ou “*cuidado institucional*”. Trata-se do deslocamento do cuidado de um universo estritamente axiológico e ideário para o campo da práxis na perspectiva da emancipação social, conectando o pedagógico, o social, o económico, o administrativo, o antropológico, o ético, o político, o cultural e a subjetividade.

Denomino de *cuidado institucional* a passagem do cuidado que se processa, normalmente, no âmbito do privado (doméstico), para o público (institucional), desde a primeira infância. O cuidado prestado por instituições pode ser concebido em duas perspectivas distintas. A primeira assenta numa concepção instrumental e impessoal, em que a distância entre a instituição prestadora de cuidados e os seus agentes, caracterizados pela sua competência técnica, por um lado, e o recipiente de cuidados, por outro, é considerado como a condição do tratamento equitativo e igual de todos os que recorrem à instituição ou são colocados sob a alçada desta. Deparamos, neste caso, com uma manifestação típica de uma concepção burocrática de cuidado, que incorpora todas as características que Max Weber imputou às modernas instituições burocráticas. A segunda concepção implica um compromisso com o respeito pela dignidade e autonomia dos sujeitos, tendo em conta as

condições específicas de carência ou de vulnerabilidade que os caracterizam. Para que esta segunda concepção de *cuidado institucional* seja viabilizada, é necessário sair da dimensão meramente técnica e efetivar conexões com as diretrizes, conhecimentos e metodologias emancipatórias. Deve apoiar-se numa preocupação coletiva com o destino da sociedade. Um Estado cuidador será aquele que conseguir o cuidado assim entendido como eixo orientador de uma ação e como critério de avaliação dessa ação. É a esta concepção que nos passaremos a referir, daqui em diante, como cuidado institucional. Ela articula, de maneira indissociável, uma proposta de produção de um conhecimento que reconhece e respeita as experiências dos sujeitos, uma concepção normativa das políticas públicas e da ação institucional que procura realizá-las e uma prática reflexiva, capaz de proporcionar o retorno permanente e a reciprocidade entre a ação e a reflexão.

A política pautada no *cuidado institucional* assim entendido não se limita apenas ao que está preceituado nas legislações, porque o cuidado não é abstrato, é expresso em processos institucionais. O rumo seguido pelas organizações assistenciais, enquanto principais entidades envolvidas no *cuidado institucional*, depende da identificação dos posicionamentos do descuido e das atitudes provocadoras do cuidado.

Nesta perspectiva, a ética assume especial importância, dado que os valores que serão assimilados pelo ser humano desde a primeira infância definirão que tipo de cuidado ele materializará nas suas ações sociais, profissionais e humanas, a partir dos valores que marcam a sua história de vida, da sociedade que busca, das interações que ajuda a construir.

Balizando o *cuidado institucional*, denomino de “ética germinada” a que visa à construção de valores sinérgicos – cooperação, interação, solidariedade, justiça –, consubstanciados na responsabilidade individual e coletiva pelo bem estar da sociedade nas suas múltiplas necessidades, que como ramificação vai se multiplicando, entranhando-se na formação de seres humanos desde a primeira infância. Desta forma, investe-se na conscientização e não apenas na normatização.

A ética germinada tem como morada as instituições – Estado, família, escola, organizações assistenciais – que, organicamente vinculadas, podem estar a responsabilizar-se social e politicamente pela germinação dessas sementes no cotidiano em que as histórias dos seres humanos são construídas, sendo responsabilizadas, também, quando se colocam na contramão dos direitos humanos, violando a dignidade de seus assistidos.

A formação de seres éticos, críticos e conscientes exige que a criança seja estimulada a pensar, a refletir, a debater, a argumentar, a encaminhar, fazendo a conexão do que acontece na sociedade, das suas consequências e possibilidades, ampliando o seu nível de informação e a dimensão cultural. A relação com o mundo favorece o despertar ou o alicerçamento de valores como justiça, honestidade, solidariedade, respeito aos direitos, às diferenças. Dessa forma se oportunizará um ambiente participativo e democrático na família, na escola e nas organizações assistenciais, enquanto instituições essenciais do cuidado. Crianças hoje serão adultos amanhã e estarão influenciando com as suas idéias e ações a dominação ou a libertação.

As garantias de direitos, asseguradas em várias legislações, produzidas nas últimas décadas, por si sós não respondem aos pressupostos da emancipação, já que serão materializadas por seres humanos que podem não estar compartilhando essa proposta. A mudança nas relações sociais de dominação implica a construção de padrões éticos de comportamento desde a primeira infância, trabalhados em um processo de conscientização e a participação orgânica nos destinos da sociedade, evitando a coisificação das pessoas, manipuladas e dominadas pelos que se julgam superiores, o que vai de encontro aos valores éticos normativos que preceituam que os seres humanos são pessoas, devendo ser tratados como tais.

A ética normativa tem justamente esta função de impor barreiras à barbárie, à proliferação da violência. Entretanto, apenas a legislação e as sanções e, consequentemente, o que Boaventura de Sousa Santos (2000) denomina de conhecimento - regulação¹⁸ não garante uma postura ética, já que determinados comportamentos são escamoteados por receio de sanções, mas virão à tona em um momento mais propício. Na outra ponta, a *ética germinada* assenta na possibilidade de construção de um sujeito social que se sinta partícipe do compromisso social com os destinos dos seres humanos com os quais se partilha o mundo. Quando a ética e os valores não são construídos com responsabilidade por si e pelo outro, a tendência é a proliferação de comportamentos que violam os direitos e a dignidade humana.

¹⁸ Para Santos (2000:29) o projeto da modernidade assenta em duas formas de conhecimento: o conhecimento-regulação e o conhecimento-emancipação. O conhecimento - regulação cujo ponto de ignorância se designa por caos e cujo ponto de saber se designa por ordem. O pilar da regulação é composto pelo Estado, o mercado e a comunidade.

A ética germinada investe na conjugação da conscientização com a normatização. Isso implica também o cuidado de si, não no sentido do individualismo do *laissez-faire*, de quem não se percebe como membro de uma sociedade, filiando-se humanamente a ela, mas enquanto mecanismo de reflexão das debilidades da formação humana e profissional. Requer, igualmente, a reconstrução de outros parâmetros de convivência, tendo a consciência de que as atitudes podem construir ou destruir a conexão, a sinergia, com os demais seres. Quando se chega ao patamar da reflexão dos valores presentes no cotidiano das relações sociais, institucionais e humanas, potencializando-os ou contribuindo para a sua transformação, é oportunizada a interação com outros seres na coletividade. Neste sentido, não há renúncia aos projetos pessoais, mas estes coexistem com o investimento em projetos coletivos, com a redefinição de estratégias para que o bem - estar individual seja um canal para a articulação com o bem estar coletivo e o bem comum.

No que diz respeito ao *cuidado institucional*, é essencial não olvidar que as instituições nascem com a incumbência de cuidar do outro. Neste sentido, o *cuidado institucional* postula como passo importante à instituição, primeiro, arrumar a sua morada com a cooperação de agentes sociais reflexivos e pró-ativos em seus quadros, interessados em se perceber no mundo enquanto pessoas que, nas suas diversidades, congregam um considerável potencial de reconstrução, de transcendência do viver em função da satisfação dos seus próprios interesses para enveredar por caminhos voltados ao bem estar das demandas e dos grupos atendidos.

Este arrumar a casa permite verificar os constantes vazamentos, representados pelo rastreamento do nível de articulação institucional; as infiltrações, retratadas pelo mapeamento das mudanças ocorridas ou não na vida dos atendidos; os compartimentos sombrios, exemplificados pelo nível de mobilização ou engessamento dos atores institucionais; as torneiras enferrujadas, representadas pelas estruturas conservadoras e pela ausência ou não de conexão com outros saberes; as janelas e portas cerradas que podem sinalizar o ocultamento das tensões institucionais, como um segredo que obstaculiza a luz no seu interior. Esta diagramação remete à trajetória que, ao ser percorrida, torna visível o diagnóstico institucional, para que após estas escavações as conexões pertinentes sejam efetivadas.

Sem organizar a morada institucional, pode-se estar a sacrificar o conhecimento de si, da instituição, enquanto espaço possibilitador de transformações, fecundando o conhecimento-

emancipação¹⁹ de outras moradas institucionais e seus atores e o alicerce de outras alianças. Quando se opta por potencializar a organização do trabalho, arregimentam-se forças para o fim último, que é o empoderamento dos atores para o bem estar coletivo.

No *cuidado institucional*, há investimento na organização de um trabalho que possibilite a contribuição à mudança de seus paradigmas, de suas estruturas, rumo a um projeto emancipatório. Dessa forma, o cotidiano institucional tem como pilar o projeto de sociedade que os agentes institucionais desejam construir e, com o mostruário onde vicejam as suas ações, paulatinamente, alcancem esta meta.

Para o repensar das práticas sociais no cerne do *cuidado institucional*, há de ser considerado o conhecimento-emancipação, através da captura das subjetividades dos assistidos na sua dialeticidade, para o investimento nos aspectos possibilitadores de mudanças. No contexto em que o *cuidado institucional* aparece é evidenciado o compromisso e a responsabilização com as expressões das questões sociais e, consequentemente, com os dramas e dilemas pessoais e sociais da população. Abre-se espaço para a compreensão dos aspectos sociais, éticos, econômicos, antropológicos, psicológicos, culturais, políticos, presentes em seu cotidiano. Investe-se, portanto, na multidimensionalidade do conhecimento, abordada a partir de uma orientação transdisciplinar.

No *cuidado institucional*, é utilizada a presença ativa para auscultar o que subjaz ao silêncio. Ouvir, refletir, escavar, decodificar, desmistificar, prevenir, mapear, discutir, interagir, planejar, decidir, intervir, articular, resignificar, cooperar, recriar, reinventar, reencantar, compartilhar, propiciar a resolutividade e a continuidade dos serviços, materializando práticas consequentes e eficazes, religando-se com o horizonte da demanda, potencializando uma maior participação, constitui-se no elo perdido entre as intervenções institucionais e uma prática voltada ao cuidado. A alteração na qualidade de vida dos

¹⁹ Segundo Santos (2000:29-277) (...) conhecimento-emancipação cujo ponto de ignorância se designa por colonialismo e cujo ponto de saber se designa por solidariedade. No pilar da emancipação encontramos três formas de racionalidade: a estético-expressiva, a cognitivo-instrumental e por último a racionalidade prático-moral do direito{...}. A emancipação consubstancia-se em um conjunto de lutas processuais, sem fim definido. O que o distingue de outros conjuntos de lutas é o sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido é, para o campo social da emancipação, a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social, conforme estabelecido na nova teoria democrática [...] No entanto, a absorção do pilar da emancipação pelo pilar da regulação se deu através da convergência entre modernidade e capitalismo e a consequente racionalização da vida coletiva baseada apenas na ciência moderna e no direito estatal moderno. A sobreposição do conhecimento-regulação ao conhecimento-emancipação se deu através da imposição da racionalidade cognitivo-instrumental sobre as outras formas de racionalidade e da imposição do princípio da regulação pelo mercado sobre os outros dois princípios, o do Estado e o da comunidade.

atendidos está diretamente ligada às formas como as instituições desenvolvem as suas atividades cotidianas. Assim como o cotidiano pode ser fonte de alienação, também pode ser fonte de insurgência. Essa insurgência está diretamente ligada ao encontro entre sujeitos, constituição e identificação dos seus projetos de vida, gestões compromissadas, monitoramento e avaliação das ações, que precisam ser concretas, impactantes, potentes, sinérgicas.

O *cuidado institucional* é construído enquanto responsabilidade compartilhada de um conjunto amplo de atores, que inclui: governantes, gestores, escola, família, instituições, organizações, comunidade. Desta forma, estabelece-se a relação entre espaço doméstico, comunidade e instituições. O cuidado, quando incorporado e protagonizado pelos movimentos sociais, se expressará pelo “controle social”²⁰, dado que o cuidado institucional não se transfere, mas se compartilha. Essa conexão é um ato político, e como tal está constitutivamente associado a uma ética. Se há aqui ecos de utopia, poderíamos responder com Santos (2000:332): “Utopia é a exploração, através da imaginação, de novas possibilidades humanas e novas formas de vontade, e a oposição da imaginação à necessidade do que existe, só porque existe, em nome de algo radicalmente melhor por que vale a pena lutar e a que a humanidade tem direito”.

O *cuidado institucional* está vinculado ao processo de emancipação e, portanto, se alia a utopia. Qualquer utopia só é possível com o cuidado porque está relacionada com o coletivo. A utopia não é possível em um sistema que alimente apenas o cuidar de si. Este se ocupar consigo, secundarizando ou olvidando o coletivo, foi cultivado como uma atitude, impregnando a sociedade, desenvolvendo formas individualistas de ver o mundo, reproduzindo-se e aperfeiçoando-se transgeracionalmente.

O *cuidado institucional* não condiz com imposição de qualquer ordem, seja física ou intelectual. A dominação jamais sedimentará valores condizentes com a vitalização de ideais emancipatórios. O cuidado não formata mentes nem “conscientiza”, possibilita ao outro se expandir na consciência de si e dos outros.

O cuidado encontra-se no vocabulário do ser humano, mas daí a sua transformação em prática há um passo que nem sempre é dado; é um exercício que deve ser efetivado cotidianamente. Como o cuidado é construído historicamente, socialmente, depende das

²⁰ No Brasil, esta expressão designa os processos através dos quais se faz o monitoramento público dos programas institucionais.

relações que foram instituídas para contribuir à humanização. A ausência do cuidado acarreta o descuido, e, em decorrência, graves questões sociais. A situação dos grupos vulneráveis, vivenciando a destituição de seus direitos, requer que esta seja desvelada e decodificada à luz da possibilidade de reversão desse quadro, entendendo que a emancipação não é uma utopia e que todos os seres humanos têm o direito de contribuir para a escrita da sua história, pautada em princípios éticos de cidadania.

Na esteira da discussão acerca das metodologias junto aos grupos vulneráveis, o cuidado institucional conecta-se à formação de uma preocupação coletiva com o seu destino, aliado a práticas sociais que saiam da ética das intenções e penetrem na ética das ações, pois o cuidado institucional se antecipa, não é expectador nem passivo. É um caminho a ser percorrido, pois a estruturação institucional ainda calca-se em condições limitadoras, fundadas no descuidar.

1.2.1 – Balizas do cuidado institucional

Balizas são marcos que referendam processos de estruturação de aprendizagem e ação. Contribuem para o mapeamento das ausências institucionais que obstaculizam metodologias emancipatórias, pois estão assentadas no descuido. São as seguintes as principais questões que permitem definir essas balizas, no quadro das práticas institucionais associadas ao cuidado, entendidas como as condições limitadoras dessas práticas:

- *A síndrome do stand-by*

A expressão síndrome remete para a repetição de atos que normalmente convergem para uma dimensão negativa de se viver, a nível pessoal ou profissional. Isto tem a ver com o sistema de crenças e de valores apreendidos historicamente e que delinearam um modo de ser no mundo. Esse sistema de crenças acaba se materializando como um programa a ser seguido. Os toltecas²¹ denominavam este programa de “parasita”. Poder-se-ia, então, inferir que em muitos cotidianos institucionais pode estar a morar um “parasita” que, ao sedimentar a imobilização, obstaculiza mudanças nos itinerários percorridos pelos grupos vulneráveis. O parasita espalha-se transgeracionalmente, no contexto interinstitucional, alimenta-se do medo da ousadia, e por isso projeta uma imagem idealizada e acomoda-se.

²¹A sociedade tolteca procurava desenvolver e preservar o conhecimento espiritual e as práticas de seus ancestrais. Eram conhecidos por todo o sul do México como “mulheres e homens sábios” (Ruiz, 2008:11)

Quando as organizações ficam à espera que o segmento infanto-juvenil e em situação de vulnerabilidade as procure e não se deslocam às áreas em que este grupo se encontra estão a ser re-ativos e não pró-ativos. Em um processo crítico, a revisitação do arcabouço valorativo que instituiu as relações ideológicas, sociais, políticas e humanas, retratadas nas práticas sociais e institucionais, constitui-se no passaporte para quebrar os grilhões presentes nestas fronteiras. Uma organização alicerçada na perspectiva do cuidado se antecipa às consequências, e quando com elas lida é pró-ativo.

- *A subterraneidade do fenômeno*

A ultrapassagem do entendimento empírico, impregnado de valores e ideologias, implica que os analistas tenham conhecimentos, que devem ter como fonte as organizações institucionais. Mas, se estas estiverem à espera e o grupo base, por exemplo, em situação de exploração sexual, não se dirigir à instituição, dificilmente o fenômeno em questão vai ser visto na sua complexidade, estudado e analisado. Constituir-se-á em um fenômeno não capturado, não absorvido, não configurado pelas organizações em dados qualitativos e quantitativos. Com este posicionamento, será evidenciado um aspecto de ausência, tanto de política pública como de diretriz organizacional. O conhecimento tenderá a limitar-se a uma sociometria, se os dados disponíveis forem mais periféricos, focados no fato e não uma explicitação enriquecida dos problemas e da situação do segmento explorado que possibilite fluxos de análises, viabilizando uma situação emergente que desencadeará possibilidades de mudança.

Inferir-se, portanto, que não basta identificar crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, é preciso que esse fenômeno seja lido de maneira adequada. Isso requer uma ação assistencial que não seja meramente executiva, mas que transforme a observação do fenômeno em estudos, tornando-o visível em todas as suas direções, em todos os seus ângulos.

A subjetividade do segmento explorado deve compor a configuração teórica/prática da situação em que está envolvido, dado que a exploração sexual infanto-juvenil pode não estar sendo identificada enquanto questão principal, mas apenas correlata, presente entre multifacetadas questões mais valorizadas, como, por exemplo, o ato infracional, por causar danos a terceiros, sendo secundarizada a danificação do ser explorado, que pode produzir outras consequências.

- *O circuito fechado*

Quando sucede a pulverização de dados, ocorre a sua subutilização e sua precária socialização, que limita as condições possíveis ao redimensionamento institucional dos serviços. A conversão em dados, quando não acontece de forma significativa, permanece em contextos funcionais, absorvidos pela malha burocrática. Desta maneira, não entram em circuito, pois não são produzidos numa ótica global. A tendência será, assim, a de continuar contemplando apenas o movimento de um segmento colidindo frontalmente com a emancipação, a mudança. Logo, a configuração das redes para a garantia de direitos tende a não se legitimar, pois as organizações nas suas especificidades convergem à uni-institucionalidade, desperdiçando a experiência resultante das conexões. O cuidado institucional tem dimensão cognitiva, exige conhecimento dos aspectos desencadeadores do fenômeno e como cada organização desta rede pode responsabilizar-se pela reversão da dominação. O descuido quanto à conectividade se opõe à eficácia da ação em rede.

Este circuito fechado pode ser entendido como uma fortaleza institucional, na qual os seus integrantes se sentem seguros na sua estrutura de poder. Dentro dessa fortaleza tudo pode ser ocultado, administrado ou manipulado. Para que se firme como fortaleza, se constroem muros que são as justificativas para os fracassos institucionais. Esta fortaleza funciona como uma proteção, por isso os que nela estão abrigados tendem a reproduzir as suas formas de organização e de ação.

1.2.2 – Construtos do Cuidado Institucional

Contrapondo-se as condições limitadoras, proponho, para o alargamento da discussão, os seguintes construtos que permitem qualificar o cuidado institucional:

- *Responsabilidade raiz, contrapondo-se à “síndrome do stand by”*

Expressa uma dinâmica institucional pertinente ao cuidado. Porém, implica não só ficar à espera das situações - foco, mas ir à raiz dos fatores condicionantes e determinantes que devem se converter em pautas plausíveis das organizações institucionais ou interinstitucionais. O fenômeno da exploração sexual, por exemplo, é complexo e exige ações para além das causas aparentes.

Parte desse complexo antecipatório requer investimento na construção de valores favoráveis a uma sociedade do cuidado. Uma educação em sentido alargado, que cultive o cuidado desde a primeira infância, deve ser uma prioridade das práticas sociais e dos seus agentes.

A construção da identidade individual e coletiva se faz presente através de um processo, de um movimento, em virtude dos diversos grupos que compõem a dinâmica da sociedade. Desta forma, cultiva-se a prevenção das situações de vulnerabilidade, através da construção de um ser integral que perceba o outro como sujeito e não como coisa, descartável. O cuidado institucional através das medidas de proteção desde a primeira infância seria um exemplo disso, investindo na cidadania, na ética, na formação da consciência crítica e política, contribuindo para a edificação de cidadãos que tenham direito a voz nas decisões mais gerais da sociedade. Consequentemente, o cuidado seria um fenômeno de raiz.

- *Ações sinérgicas contrapondo-se a subterraneidade do fenômeno.*

A metamorfose depende de um conjunto articulado de ações, de um trabalho institucional gerador de possibilidades e que invista na emancipação, precisando, para trilhar este caminho, se nutrir de conhecimentos aprofundados. Isso requer vitalização cognitiva. Quando o fenômeno não é desocultado, permanecendo subterrâneo, a consequência é gerar outras situações de risco pessoal e social. Na admissão da incompletude do saber, criam-se condições para que este seja ampliado pelo diálogo entre saberes, incluindo os dos atores, assegurando espaços em que os oprimidos possam ter voz perante as situações de vulnerabilidade. Neste caso, a transformação e recriação requer a qualificação de práticas sociais pela responsabilização social, ética e política. O movimento direcionado ao conhecer para qualificar o fazer é um dos indicadores da dimensão cognitiva que faz parte do cuidado institucional.

Os grupos que começam o processo de mudança levam mais tempo para incorporá-la no seu cotidiano, dado o recrudescimento de muitas concepções, amparadas pela lógica instrumental do individualismo. Neste sentido, o estar receptivo constitui-se na chave para que essa porta seja, paulatinamente, aberta. Os que virão depois já não sentirão as mesmas dificuldades ante a certeza de que não estarão sozinhos. Esta reversão está aliada à contra-hegemonia; o processo de resistência exige esforços consideráveis, mas solidifica-se diante da

convicção de que existem outras possibilidades, quando o meu bem estar está vinculado ao bem estar do outro. Como é bem retratado na fábula do cuidado, “Saturno outorga ao cuidado a criatura conferindo-lhe responsabilidade primeira e preponderante sobre a sua vivência”.

- *Circuito conectivo*, contrapondo-se ao *Circuito fechado*.

Sintetiza a comunicabilidade necessária entre parceiros institucionais, convertendo-a em ações. Os dados devem ganhar movimento e circuito, não só quanto à demanda e aos atendidos, mas também em relação aos agentes que, direta ou indiretamente, influenciam as respostas, por exemplo, à exploração sexual: responsáveis por políticas sociais, instituições, organizações de atendimento, centros de defesa, polícia, judiciário. A partir dessa circulação, será facilitada a identificação dos fatores associados à exploração sexual.

Um exemplo disso será o sistema de rede democraticamente organizado, responsabilizando-se de forma eficaz pelo atendimento e sendo responsabilizado na sua ausência. As conexões que tacitamente se estruturam na sociedade, quando não inseridas na dinâmica do cuidado, não se legitimam e comprometem a sua funcionalidade, não cumprindo a tarefa de contribuir para a constituição das pessoas em cidadãos com direitos. Neste processo de construção podem vir a vivenciar contendas em função de planos diferenciados, que não são impeditivos da sintonia e da aliança. Neste sentido, o cuidado institucional é por excelência um processo de conectividade, consigo, com o outro, com a sociedade e a natureza. As identidades emancipatórias têm seu embrião na aliança responsável dessas conexões.

Para a consecução destes construtos emancipatórios, o cuidado institucional assenta em dois pilares: *libertação celular e articulação orgânica*.

- *Libertação Celular*

É um processo de crescimento que desconstrói o encarceramento pessoal e profissional, construído a partir das relações sociais, reproduzidas no cotidiano. Desmistificar valores que aprisionam exige movimento rumo à sensibilização e à emancipação. O engessamento dos profissionais frente a determinadas situações, como a do fenômeno em estudo, tem a ver com aprisionamento em decorrência dos padrões culturais, das influências externas, dos hábitos que condicionam, das crenças que funcionam como grilhões, dos paradigmas que encarceram.

As pessoas envolvidas nesta cadeia não conseguem perceber as suas limitações, o fato de estarem agindo como se fossem prisioneiras. Romper com esta gama de valores que estão conectados requer um trabalho de transformação das relações dos seres humanos com as suas circunstâncias.

O cuidado institucional implica mapear as limitações que produzem o engessamento, que conduz ao *stand by*, à *subterraneidade do fenômeno*, ao *circuito fechado*, para que os profissionais não continuem encarcerados nas suas limitações e, libertando-se, conectem com a *responsabilidade raiz*, *ações sinérgicas* e o *circuito conectivo*, produtores da emancipação.

- *Articulação Orgânica*

A articulação orgânica implica compartilhar, pôr em relação posicionamentos e sentimentos na conjugação com a liberdade. Estabelece-se um círculo de relacionamento e não uma cadeia de comando. As interações não se processam apenas por normas, regras, reuniões, protocolos, acordos, lista de exigências, mas por pessoas que, por força dos relacionamentos, compartilham responsabilidades. Estabelecer procedimentos burocráticos é bem mais simples que consolidar relacionamentos, que são mais complexos. Entretanto, quem vai dar as respostas aos problemas sociais são as interações propiciadas pelos relacionamentos. Tudo é um processo.

Por isso, para a transcendência do encarceramento é preciso que seja criado esse relacionamento dentro do ser, configurando-se em novas relações sociais e humanas. Este é o sentido do vôo: reconectar-se com a união, honrar o amadurecimento, transcender a aparência. Os comportamentos travados abrem-se diante de um novo paradigma mais humano em que as situações vividas por outros seres e o que os oprimem têm tanto valor como as que me inquietam. Uma compreensão e percepção ativas conectam-se assim à *responsabilidade raiz*, às *ações sinérgicas* e ao *circuito conectivo*, configurando assim um processo de libertação.

O cuidado institucional, ao penetrar na cultura das instituições, será realizado como uma forma de resistência às práticas de conservação centradas no burocratismo. Cria-se a possibilidade do resgate humano, constituindo-se, portanto, em uma subjetividade rebelde que luta por práticas centradas em uma racionalidade substantiva. Nesta configuração, o cuidado

institucional pode ser um dispositivo para ser alargado a partir da sociologia das ausências e das emergências.

Desta forma, o cuidado institucional se vincula à perspectiva da sociologia das ausências na condição de construto intelectual, superando a “ausência” de conjugação analítica das categorias cuidado e ética frente à crítica à racionalidade instrumental. Por outro lado, quando, no plano de conquistas institucionais, o cuidado institucional vier a ganhar espaço privilegiado nas organizações, ter-se-á uma configuração emergente que se torna foco de atenção investigativa no âmbito da sociologia das emergências.

1.2.3 – Interloquções do cuidado institucional com a sociologia das ausências e a sociologia das emergências

O cuidado institucional torna-se uma das principais categorias que possibilitam a percepção da realidade humano-social em contextos de vulnerabilidade ou opressão. As análises e estudos fragmentados são ilustrações de “ausências” que instigam a sociologia das ausências a preenchê-las.

Essa sociologia das ausências, proposta por Santos (2000), possibilita escavações teóricas do que foi invisibilizado ou subsumido. Nesse sentido, a categoria *cuidado institucional* se apresenta de forma subterrânea, soterrada pelas macro narrativas da modernidade. Ela possibilitará conciliação, nas análises, entre as escalas micro e macro.

Os argumentos que possibilitaram esse resgate do *cuidado institucional* requerem antes que se reconheça a sua principal ferramenta de escavação: a sociologia das ausências. O objetivo da sociologia das ausências “é transformar impossíveis em possíveis, objetos ausentes em objetos presentes”. Faz, assim, um foco nos fragmentos de experiência social que não foram socializados completamente através da razão metonímica (Santos, 2002:254). Para alcançar este objetivo são necessárias duas mediações básicas:

- Ruptura com a razão metonímica, caracterizada por desconsiderar outros saberes, especialmente os não ocidentais e do senso comum;
- Ecologizar saberes, tornando visível o que foi invisibilizado pela razão metonímica.

A sociologia das ausências proposta por Santos (2000) tem potencial que extrapola a dimensão heurística, pois inspira e instiga o tecer de um conhecimento-emancipação, que só se

tornará possível a partir de um mapeamento de conteúdos invisibilizados ou subsumidos, ou seja, as chamadas “ausências”, que o *cuidado institucional* permite identificar.

O cuidado não deve ser confundido como mais um elemento entre outros, pois é pertinente ao ser social, sua posição é nuclear, e por isso não é acessório em relação aos processos emancipatórios. Aspectos cruciais e “ausentes” capturados pela sociologia das ausências, quando articulados, revelam o *cuidado institucional*. Quando sua condição axial for revelada e potencializada, terá ilustração nos dois vetores do processo emancipatório: referencial emancipatório e metodologias emancipatórias.

A identificação mais explícita do cuidado nestes dois vetores será viabilizada quando a categoria cuidado for trasladada do *locus* filosófico ao sociológico, que pode ser traduzido numa reconfiguração conceitual da categoria. Tal conceituação será possível com a captura de elementos ausentes relativos às necessidades e potencialidades do humano na sua reprodução como ser social. Essa configuração pode ser traduzida numa concepção mais alargada do que seja a perspectiva do cuidado, e que é precisamente o que tem sido designado, aqui, de cuidado institucional.

A organicidade da categoria *cuidado institucional* permite sua visibilidade institucional a partir da sociologia das ausências através do estudo da execução de políticas públicas e dos seus efeitos. Tal estudo teria por parâmetros as diferentes formas de aproximação ou de distanciamento do “cuidado”. As formas de aproximação do cuidado estariam contidas em todos os mecanismos institucionais que mediassem à emancipação social e não naquelas formas baseadas só na sensibilidade para com as camadas pobres, que se manifestam pela filantropia ou ações governamentais assistencialistas. A sociologia das ausências propõe, antes, como pauta investigativa, a operatividade de políticas públicas. A perspectiva do cuidado pode estar nas diretrizes institucionais, mas isso não é garantia da sua realização no âmbito das instituições e da sua ação, pois o cuidado terá de ser operacionalizado em dispositivos e intervenções.

Por outro lado, o distanciamento do cuidado é a base da razão instrumental que negou ou sufocou dimensões subjetivas, realizando conversões negativas, como transformar em usuário de serviços a *pessoa sujeito de direitos*; em massa coletiva os *cidadãos ativos*; em aplicação de conhecimentos e técnicas junto a indivíduos, famílias, grupos e comunidades a *construção de metodologia pautada na ecologia dos saberes*; em verticalidade na elaboração de políticas

as *políticas como resposta aos anseios da sociedade civil*; em funcionalidade institucional que situa pessoas na configuração do objeto institucional expresso em serviços específicos a *tessitura de ações sistematizadas com referenciais emancipatórios*; em morosidade institucional o *investimento no atendimento qualitativo*.

Como exemplo do afastamento da categoria cuidado que limita a possibilidade emancipatória, identifico a desatenção à construção de dados qualitativos. Os dados quantitativos que embasam estudos sócio-métricos produzem, simultaneamente, visibilidades e invisibilidades e estes correspondem a silêncios, à negação da validade do discurso dos sujeitos. A construção de metodologias emancipatórias não se fará pela verticalidade e pelo silenciamento dos sujeitos. Ela requer elementos provenientes da interlocução que precisa ser permitida e também configurada em dados. Na operacionalização de políticas públicas, pode-se ter aproveitamento cognitivo da experiência ou desperdiçá-la, conforme indica Boaventura de Sousa Santos. Há desperdícios quanto ao que emerge na forma de senso comum, valores construídos, interações e subjetividade.

Não obstante o ser humano constituir-se em um ser de possibilidades, capaz de criar condições para si e para os outros, constata-se uma propensão das organizações e dos seus agentes para promover a inação. Ao longo da história da humanidade, a possibilidade de mudança vem sendo demonstrada. A evolução da ciência e da tecnologia revela, cabalmente, a busca do ser humano em tornar possível o que antes era rotulado como uma impossibilidade. Entretanto, apesar de todas as conquistas, torna-se patente que, em relação ao enfrentamento das graves questões sociais, a baixa crença na possibilidade de transformações é manifesta, perante a aparente imutabilidade e dimensão crescente de fenômenos como a exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Para o atendimento dos grupos empobrecidos são criadas políticas públicas, elaboradas e materializadas por profissionais que compõem o quadro das organizações institucionais. Se esses profissionais não estiverem alinhados com um projeto de sociedade que promova a mudança na situação de opressão, continuarão ancorando-se nas estruturas conservadoras da instituição, e, desta forma, contribuirão para a *síndrome do stand-by*. Por isso, há necessidade de ultrapassar o conhecimento-regulação e investir no conhecimento - emancipação, para que a compreensão e a relação com o mundo sejam mais alargadas e enriquecedoras.

No contexto da exploração sexual destaca-se uma ausência do reconhecimento de outros fatores que, organicamente vinculados a essa situação, contribuem para ela. Este olvidamento implica no não reconhecimento do conhecimento-emancipação e, conseqüentemente, da possibilidade desses grupos serem emancipados através da reversão do quadro em que se encontram. A opção pelo conhecimento - emancipação, no âmbito da construção multicultural, como bem assevera Santos (2004), encontra um significativo obstáculo: o silêncio²².

Na ausência do *cuidado institucional*, a *síndrome do stand by* caminha *pari passu* com o silêncio, a indiferença e a sua congênere, a desresponsabilização. Há uma ausência que fere. Mapear essas ausências requer que os agentes institucionais comprometidos com o conhecimento-emancipação capturem o discurso dos sujeitos, quer validem o instituído, quer sejam críticos deste. Décadas de opressão e de conseqüente destituição cultural, social e política produziram silêncios, obstaculizando a construção de formas contra-hegemônicas de enfrentamento ao que existe e parece sólido.

A dificuldade em compreender os pressupostos em que assenta o silêncio torna-se marcante nas práticas sociais desvinculadas do *cuidado institucional*. Entender o ser como sujeito e, portanto com voz e vez, captar suas subjetividades torna-se um grande desafio. Há um silêncio que é imposto e aceito; um silêncio que oprime e cristaliza a condição de objeto dos grupos explorados sexualmente. Carece do reconhecimento à diferença e isso gera a indiferença, o que obstaculiza a sedimentação de práticas emancipatórias.

As conseqüências de uma determinada ação não são pensadas em um contexto macro. Espera-se que os resultados sejam os melhores possíveis, ainda que não sejam empregadas as ferramentas necessárias para tal. Os efeitos negativos não são, via de regra, potencializadores de discussões fecundas. De fato, se lida com probabilidades de acerto, ainda que estes aconteçam de forma pontual. Importa, institucionalmente, que a prática esteja sendo operacionalizada, e não os seus resultados concretos. Desconstrói-se, dessa forma, a possibilidade de criar alternativas plausíveis e conseqüentes para enfrentamento de problemas, o que mostra que as práticas sociais estão fincadas em um conhecimento-regulação.

²² O silêncio é, pois, uma construção que se afirma como sintoma de um bloqueio, de uma potencialidade que não pode ser desenvolvida (...) Só existe conhecimento e, portanto, solidariedade, nas diferenças, e a diferença, sem inteligibilidade, conduz à incomensurabilidade e, em última estância, à indiferença. Daí a necessidade da teoria da tradução como parte integrante da teoria crítica pós-moderna” (Santos, 2000: 30-31).

Essa presença passiva que denomino de *subterraneidade do fenômeno* é irmã siamesa da estagnação, necessitando da emergência do seu contraponto na esfera do cuidado, que são as *ações sinérgicas*. Essa passagem para o conhecimento-emancipação exige compromisso, vontade política e crença na possibilidade de mudança, construindo estratégias, articulando, produzindo conhecimentos, acreditando nos valores éticos e democráticos para fazer frente à barreira que torna as práticas espectadoras do desenrolar cotidiano, transformando-as em práticas emancipatórias. Dar visibilidade às ausências oportuniza incluir a perspectiva do *cuidado institucional* para se rearticular com o que é subterrâneo.

As práticas sociais dominantes, as de maior expressão em nossa sociedade, destacam-se por serem mantenedoras da ordem e de frágil execução. Certamente encontrariam dificuldades no seu percurso se fosse feito um constante processo de avaliação do que, potencialmente, foi modificado na história de vida dos sujeitos. Ainda que estrutura e infra-estrutura sejam disponibilizadas à execução, esbarra-se em crenças, valores, e na desesperança de que algo possa ser mudado. Cristaliza-se o conhecimento-regulação, em detrimento do conhecimento-emancipação, intensificando-se a *síndrome do stand-by*, estandarte da ausência do *cuidado institucional*.

Os discursos projetados no interior de significativa parcela de organizações assistenciais estão voltados para a identificação dos limites institucionais, o que em muitas situações, serve para justificar o fracasso de determinadas práticas. Quando há uma impotência em transpor os desafios, é mais fácil escudar-se no argumento da impossibilidade ou da invisibilidade, em função da conjuntura e estrutura social e política, do que avaliar os processos, para que seja possível perceber os caminhos que podem conduzir à transformação.

Discussões sobre emancipação requerem captura de categorias que são frequentemente negligenciadas ou desconsideradas pelas teorias sociais. Duas delas, capturadas na análise de Santos (2000) - subjetividades conformistas e subjetividades rebeldes - são essenciais para a construção de práticas emancipatórias. Identificar as subjetividades conformistas, que são sequelas da falta de *cuidado institucional*, transformando-as em subjetividades rebeldes, é fundamental para os que estão comprometidos com a mudança. As subjetividades rebeldes podem ser mediatizadas por uma pedagogia do cuidado, implícita em Paulo Freire, e que a sociologia das ausências permite evidenciar. As práticas sociais estão impregnadas de valores que produzem subjetividades conformistas. Por outro lado, a dimensão do *cuidado*

institucional em que se constituem as *ações sinérgicas* tem como parceira a insurgência, as subjetividades rebeldes, muitas vezes abafadas pelo cotidiano, quando não se seguem as pistas no caminho, quando não se abrem os portais.

Santos (2002:255), a propósito, afirma que, “a construção social da rebeldia e, portanto, de subjetividades inconformistas e capazes de indignação é, ela própria, um processo social contextualizado”. Neste patamar, enfrenta consideráveis desafios, e entre estes ‘a discrepância entre as experiências e as expectativas’. Esse inconformismo não é um atributo individual, pauta-se em uma sensibilidade coletiva, que pode encontrar uma das suas formas de realização no sentido do *cuidado institucional*.

Essa transformação não pode reduzir-se à militância política. Para que as ações sejam *sinérgicas*, implica uma prática social emancipadora que, potencialmente, envolva os protagonistas da ação em um processo de resistência contra as formas de opressão. Isso será favorecido quando forem reconhecidas e empreendidas as formas de libertação do círculo classista em que os dominados estão inseridos. Nesse sentido, a prática social deve estar centrada nos pressupostos de uma ação emancipadora, potente, criadora de possibilidades, o que requer uma mudança fecunda nas premissas norteadoras para que, efetivamente, possam ser criadas alternativas que vislumbrem o sujeito de direitos.

O *cuidado institucional* é a força que se transforma em possibilidade, criando, recriando, semeando práticas sociais calcadas na aliança e no compartilhar. Cuidado é decisão, é atitude, é coragem, se estrutura e funda um novo *ethos*. E para que o itinerário rumo a esta transformação aconteça, a *responsabilidade raiz* é a peça chave, através do investimento na mudança de disposições. Torna-se premente, assim, compreender os sentidos e significados manifestados pela população no seu cotidiano, não subjugando o senso comum, mas buscando compreendê-lo e com ele dialogando para materializar uma ação propiciadora de possibilidades de mudanças, acreditando no pleno desenvolvimento da sua positividade, na sua transformação. Essa atitude de comprometimento é uma conjugação da *responsabilidade raiz, da ação sinérgica e do circuito conectivo*, condições do *cuidado institucional*.

Evidencia-se um senso comum acerca da condição de vida de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, e este pode vir a ser desmistificado, se as representações manifestas forem trabalhadas. Existe um conhecimento potencializador significativo que emana da população, e que propicia a aproximação fecunda com uma ciência prudente,

oportunizando a interlocução de conhecimentos. No dizer de Santos (2000) “pretende-se um senso comum esclarecido e uma ciência prudente”. Sendo o senso comum conhecido, poderá ser transformado sem o desqualificar. É preciso um conhecimento fecundo para que se criem os germes da emancipação, para que o *cuidado institucional* seja efetivado, desconstruindo os fatores que convergem com a dominação.

Esta inquietação está centrada no *cuidado institucional*, que emancipa, liberta, garantindo direitos, investindo na cidadania, desenvolvendo a consciência crítica e a autonomia coletiva, não embasado nos cânones ideológicos que investem na opressão. O *cuidado institucional* se alimenta da articulação de múltiplos saberes. O vir a ser deve ter a primazia como possibilidade de mudança nas relações sociais. Desta forma, poderá encontrar-se um caminho produtivo para a elaboração de políticas públicas, posto que serão trabalhados os pontos nevrálgicos que obstaculizam a materialização de programas e projetos, qualitativamente. O debate das políticas públicas, permeado pela perspectiva do *cuidado institucional*, tem como eixo a questão da conquista dos direitos sociais. A mediação para alcançá-los requer práticas emancipatórias, permeadas por metodologias coerentes com a perspectiva do cuidado.

E deste caminho o senso comum precisa fazer parte, tendo em vista que foi diminuído pela teoria crítica moderna. Ao resgatá-lo, a teoria crítica eleva-o a um patamar significativo, no qual o conhecimento científico se articula, por via de um diálogo crítico, com o saber emanado do senso comum. A não validação desse conhecimento contribuiu para o que Santos (2002) denomina de “produção da não existência”²³, capturada pela sociologia das ausências, que não se reduz a uma única via.

Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de produção de não-existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional (Santos, 2002: 246-247).

²³ A razão metonímica produziu cinco lógicas ou modos de produção da não-existência, assim denominadas por Santos (2002): monocultura do saber e do rigor do saber - (o ignorante); monocultura do tempo linear - (o residual, o tradicional, o pré-moderno, o simples, o obsoleto, o subdesenvolvido); lógica da classificação social - (o inferior); lógica da escala dominante - (o local); lógica produtivista - (o improdutivo).

As práticas sociais com os grupos em situação de exploração sexual encontram-se ainda impregnadas destas lógicas. Esses grupos são avaliados como ignorantes, inferiores, diferentes. Seus pais são desqualificados profissionalmente e, considerados não produtivos. Essa ignorância e inferioridade, por sua vez, geram vulnerabilidades que passam a ser entendidas, por sua vez, como atributos desses grupos. Por outro lado, os programas sociais ainda estão a encontrar dificuldades em constituir-se em alternativa, dado que aprisionados num modelo convencional que não ultrapassa as barreiras inerentes aos fenômenos sociais, obstaculizam, dessa forma, experiências mais exitosas. Uma análise não pautada no *cuidado institucional* forja as disposições dos superiores e inferiores. Produz-se, então, uma ausência, sendo fundamental a carta de alforria dessas relações de dominação para que a inclusão se faça possível.

Torna-se, portanto essencial, o que Santos (2002) apresenta para essa inclusão: os modos de produção do ser–presente, pela ultrapassagem do monoculturalismo ao multiculturalismo, centrado em cinco lógicas, que se confrontam com as lógicas da não existência. Essas lógicas “outras” são configuradoras do que ele denomina de ecologias: ecologia dos saberes; ecologia de temporalidades; ecologia de reconhecimentos; ecologia das trans-escalas; ecologia de produtividade.²⁴

Mais do que propor seleção de paradigmas, a sociologia das ausências é provocativa de uma construção paradigmática não arbitrária, como foram as que nasceram das grandes escolas norte-americanas e eurocêtricas. A mediação para esse avanço paradigmático configura-se no que Santos (2002) denominou de “ecologia dos saberes”.

A ecologia dos saberes potencializa as interações entre os seres humanos. Podem assim ser fecundadas as experiências institucionais, contra o desperdício resultante da sumária estigmatização do senso comum, dos seus valores, circunstâncias e transgeracionalidade.

A ecologia dos saberes não é de fácil construção. A razão ocidental e todo o aparato dela decorrente são limitantes. A perspectiva do *cuidado institucional* atravessa a proposição de

²⁴ “Ecologia dos saberes – ignorância x saber. A contribuição de cada saber em uma dada prática para a instituição do diálogo visando a superação de uma certa ignorância. Ecologia de temporalidades-residual x dilatação do presente via relativização do tempo linear e valorização de outras temporalidades que se articulam ou que conflituam. Ecologia de reconhecimentos – o inferior x uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos. Ecologia das trans-escalas - o local x detectar as articulações globais/locais. Ecologia de produtividade – o improdutivo x objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição que sustentam o capitalismo global. Comum a todas essas ecologias é a ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe” (Santos, 2002:250-253).

ecologizar saberes, pois assenta numa postura ética que não segmenta os seres humanos em “superiores” e “inferiores”, além de que encontra sabedoria e possibilidade em múltiplas fontes, e instiga uma aprendizagem que decorre do coexistir.

Essa ecologia de saberes, quando conectada a metodologias emancipatórias, não pode prescindir de conteúdos “ausentes”, enquanto novos elementos de interlocução, sejam eles provenientes do senso comum ou de outros saberes não celebrados pela racionalidade ocidental e eurocêntrica. O *cuidado institucional*, por ser condizente com a visão do humano em sua condição ontológica, não deprecia nem exclui quaisquer bens culturais.

O *cuidado institucional* se materializa como uma ecologia social e política, que possibilita o encontro da responsabilização com a solidariedade, que não pode ser secundarizada pela ideologia. Mesmo no contexto da dominação, as práticas sociais podem aliar-se à possibilidade, semeando a libertação. Essa aliança é a chance de um educar para o cuidado. Sementes que são jogadas em um canteiro, germinadas, cultivadas, frutificarão e se libertarão da opressão; as que não frutificarem precisarão ter a chance de uma nova semeadura.

Há de se considerar, portanto, um caminho de possibilidades para o segmento explorado sexualmente, quando se compreende as ausências e as conseqüentes formas de não existência, e as que se contrapõem a esta lógica através da sociologia das emergências. Isso requer mergulhar no conhecimento-emancipação, transformando práticas submetidas a uma lógica instrumental, em que a impessoalidade se faz presente, em práticas que constroem a possibilidade. Estas não podem ser edificadas em cima do vazio, sendo necessário um conhecimento científico, conjugado com um senso comum reconfigurado, para que a ação seja efetiva, propositiva e realmente altere o universo do descuidar, em que estão inseridos os grupos explorados sexualmente, vitalizando-se o *cuidado institucional*.

Santos (2002) nos mostra as possibilidades de reversão das práticas mantenedoras, quando mapeia os pressupostos da sociologia das ausências, e nesse patamar vem à tona a sociologia das emergências, propositiva e plural, que se contrapõe à razão proléptica,²⁵ na qual estava assentada a impossibilidade. A sociologia das emergências busca as alternativas que se

²⁵ Santos (2002), ressalta que a ciência social pautada na razão proléptica tem produzido a não-possibilidade; a ciência moderna tendeu a negligenciar a possibilidade, que se constitui em uma das categorias modais da existência, junto com a realidade e a necessidade.

inserir no horizonte de possibilidades credíveis. “Consiste em proceder a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes de modo a identificar neles as tendências de futuro sobre as quais é possível atuar para maximizar a probabilidade de esperança em relação à probabilidade de frustração” (Santos, 2002:254).

Para isso, é necessário curar-se da *síndrome do stand by*, investir na *responsabilidade raiz*, retirar o *fenômeno da subterraneidade* para que as *ações sinérgicas* angariem forças, potencializando o *circuito conectivo*. Ainda existe um *circuito fechado*, pois os dados coletados, incipientes, não ganham movimento, se voltam para o fato e não para as relações sociais de dominação desencadeadoras desta situação. Servem a uma lógica instrumental que precisa mostrar o atendimento da demanda sem questionar-se o como. No dizer de Habermas (1996), há uma ação meramente normativa.

No quadro do *cuidado institucional*, o segmento infanto-juvenil explorado sexualmente terá ativo apoio das organizações assistenciais para a ultrapassagem da situação vivenciada, pois haverá o desocultamento da *subterraneidade do fenômeno*, através do enfrentamento da *síndrome do stand by*. Daí a importância dos programas conhecerem esses grupos na sua totalidade, identificando que investimentos para o futuro podem ser feitos, que situações do passado e do presente precisam ser trabalhadas para que haja perspectivas de futuro. O *cuidado institucional* implica a inclusão em ações que potencializem o ser e o coletivo. Quando não é creditado esse cuidado, evidencia-se a opacidade, a corrosividade institucional. É possível uma ação que desencadeie a quebra paulatina dos grilhões. E para isso, as idéias têm que arregimentar forças, ganhar circuitos. Convém esmiuçar: qual a realidade entre o cuidado, a inclusão e a realização? Se há uma relação de inclusão no sentido mais amplo, que contempla o ser, ter-se-á realizações. Mas, para isso as idéias fortes, *ações sinérgicas* devem ser impactantes e assumidas pela sociedade civil; o consenso deve contrapor-se aos contrasensos.

Neste caminho, existem pistas e sinais, e esses devem ser percebidos como elementos propulsores que desembocam na possibilidade, pois, como afirma Santos (2002:254), “enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio de experiências sociais possíveis”. E, neste contexto, Santos enfatiza que os campos sociais mais importantes onde a multiplicidade e diversidade mais provavelmente se revelarão envolvem experiências de

conhecimentos; experiências de desenvolvimento, trabalho e produção; experiências de reconhecimento; experiências de democracia; experiências de comunicação e informação²⁶.

E, para que haja a insurgência, não se pode reduzir a análise da realidade em que está inserido um determinado fenômeno a um único aspecto, pois isso obstaculiza a trajetória da inteligibilidade da realidade investigada, reduzindo-a aos contextos hegemônicos. É cabível identificar as questões de base e os seus desdobramentos, para compreender como se mobiliza a possibilidade:

A possibilidade tem uma dimensão de escuridão como origem no momento vivido que nunca é completamente visível como também um componente de incerteza que deriva de um desejo duplo: 1) o fato que só são conhecidas parcialmente as condições que fazem o concreto de possibilidade; 2) o fato que as condições só existem parcialmente[...] Inscreve-se no presente uma possibilidade que é incerta, mas nunca neutra (Santos, 2002: 255).

Para explorar as possibilidades emancipatórias, Santos destaca três grandes *topos*: a fronteira, o barroco e o Sul. É o primeiro *topos*, o da fronteira, que apresenta mais pertinência para a nossa discussão: “A subjectividade emergente compraz-se em viver na fronteira (...) a fronteira surge como uma forma privilegiada de sociabilidade. Quanto mais à vontade se sentir na fronteira, melhor a subjectividade poderá explorar o potencial emancipatório desta” (2000:347). Neste contexto, os grupos de crianças e adolescentes podem ser vistos como viajantes que migram constantemente, deslocando-se a pontos mais rentáveis em busca de

²⁶ “Experiências de conhecimentos - revelam-se conflitos e possíveis diálogos entre formas diferentes de conhecimento. Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção - trata-se de diálogos e conflitos possíveis entre formas e modos de produção diferentes, nas margens ou nos subterrâneos das formas e modos dominantes. Experiências de reconhecimento - diálogos e conflitos possíveis entre sistemas de classificação social. Nas margens ou nos subterrâneos dos sistemas dominantes - natureza capitalista, racismo, sexismo e xenofobia - existem como disponíveis ou possíveis experiências de natureza anticapitalista – ecologia anticapitalista, multiculturalismo progressista, constitucionalismo multicultural, discriminação positiva sob a forma de direitos coletivos e cidadania pós-nacional e cultural. Experiências de democracia - trata-se de diálogos e conflitos entre o modelo hegemônico de democracia (democracia representativa liberal) e a democracia participativa. Experiências de comunicação e informação - diálogos e conflitos possíveis, derivados da revolução das tecnologias de comunicação e de informação, entre os fluxos globais de informação e os meios de comunicação sociais globais, por um lado, e, por outro, as redes de comunicação independente transnacionais e os media independentes alternativos” (Santos, 2002: 258 - 260).

sobrevivência. “Viver na fronteira é viver em suspensão, num espaço vazio, num tempo entre tempos (...). Induz à criação e ao oportunismo, como quando o desespero nos leva a recorrer ansiosamente a tudo o que pode nos salvar” (Santos, 2000:348).

Os laços que podem ser estabelecidos na fronteira para a possibilidade de mudança, ainda que tênues, em um primeiro momento, precisam de cuidados, pois são geradores de possibilidades. E, para essa concretização, é necessário que os agentes institucionais, com a viabilização de *ações sinérgicas*, sigam as pistas – escavem; corram riscos – tendo atitudes; atravessem as ruas – investindo na intersectorialidade, os rios – conectando-se as demais políticas, os oceanos – ampliando a margem de negociação institucional, as estradas – revertendo a incompletude do saber-, indo ao encontro dos grupos de crianças e adolescentes que estão sendo exploradas nas fronteiras. Como nota Santos,

na fronteira, todos somos, por assim dizer, migrantes indocumentados ou refugiados em busca de asilo. O poder que cada um tem, ou a que está submetido, tende a ser exercido no modo abertura-de-novos-caminhos, mais do que no modo fixação-de-fronteiras. Nas constelações de poder, os diferentes tipos de poder competem entre si para serem ativados num modo de alta-tensão, o que torna as constelações instáveis, imprevisíveis e atreitas a explosões, ora destrutivas, ora criativas. O caráter imediato das relações sociais, a vertigem da a-historicidade e a superficialidade das raízes tornam preciosos os laços que é possível estabelecer na fronteira, preciosos justamente pela sua raridade, precariedade e utilidade vital (2000: 351).

Crianças e adolescentes exploradas sexualmente, que vivem nas fronteiras dos espaços “civilizados” das grandes cidades, expressam ora a necessidade de sobrevivência e existência, através dessa estratégia, ora os auspícios de se projetar para o futuro de forma diferente. Há sentimentos contraditórios que retratam os limites, bem como a possibilidade de transgredi-los. Os grupos explorados sexualmente têm concepções e experiências que constroem representações. Há de se considerar que estas precisam ser redimensionadas e potencializadas, pois se constituem em uma travessia significativa, junto com outros elementos, para a construção de uma prática social emancipadora, embasada em *ações sinérgicas*. No espaço institucional, apesar de certamente existirem profissionais de diversas áreas que almejam a superação do quadro de vulnerabilidade, há limites que, contudo, podem vir a abrir-se a

espaços de fronteira. Esses limites têm a ver com a ausência de conhecimento de outros determinantes que dimensionam o fenômeno, com crenças e valores enraizados, com a ausência de credibilidade na mudança, com a ausência de apropriação de outros saberes, com a ausência de estratégias, com a ausência de conhecimentos acerca da subjetividade presente na história de vida dos grupos prostituídos.

Neste contexto, “a subjectividade de fronteira navega por cabotagem(...) sabe que navega num vazio cujo significado é preenchido, pedaço a pedaço, pelos limites que ela vai vislumbrando, ora próximos, ora longínquos” (Santos,2000:354-355). A cabotagem transporta os grupos de crianças e adolescentes aos locais em que são explorados, expondo-os a uma situação limite, vivenciada diariamente, que se configura na venda do corpo enquanto estratégia de sobrevivência. Este cenário retrata a ausência de conhecimento do seu movimento, evidenciando a subterraneidade do fenômeno. O caos instalado remete-nos a um novo itinerário. Com muita propriedade, Santos reflete que

o caos convida-nos a um conhecimento prudente. A prudência assemelha-se um pouco ao pragmatismo. Ser pragmático é analisar a realidade partindo das últimas coisas das conseqüências, e quanto menor for a distância entre os actos e as conseqüências, maior será a precisão do julgamento sobre a validade. A proximidade deve ter a primazia como forma mais decisiva do real (2000:80).

São multifacetadas as engrenagens no cotidiano dos grupos vulneráveis, compostas por riscos e limites. Santos enfatiza a imperiosa necessidade de superação das aplicações técnicas do conhecimento para que, paulatinamente, atinjam-se as edificantes. Para isso é necessário “procurar e reforçar as definições emergentes e alternativas da realidade”. Na aplicação edificante, “os limites e as deficiências dos saberes locais nunca justificam a recusa in limite destes, porque isso significa o desarme argumentativo e social de quantos são competentes neles” (2002:159). Neste sentido, o cuidado é multidimensional, o que requer a apreensão das suas diferentes faces, que vão desde as tipologias de ação à formação de agentes e às condições institucionais.

A transformação exige conhecimento dos processos que culminam com a dominação; entretanto, os sujeitos principais desta mudança, os grupos oprimidos, não têm acesso a essa compreensão, obstaculizada pelos dispositivos hegemônicos, sendo responsabilidade dos profissionais contribuir para o desvendamento da realidade, no contexto da *praxis* social, num processo interativo, sinérgico, ativo.

A compreensão da complexa realidade social é, neste sentido, a alavanca para a transformação de uma sociedade marcada pela tríade: desigualdade, contradição e exploração. Essa compreensão, não significa apenas capturar as engrenagens da sociedade além do que é considerado real, mas na apreensão da lógica interna que gera, regula e desenvolve a realidade social, para transformá-la.

Essa realidade indica que, na luta pela sobrevivência reproduzida cotidianamente, os grupos vulneráveis vão se “transformando em retalhos avulsos de uma manta em que eles próprios já se não reconhecem” (Santos, 2000). Isso implica um investimento em seu capital emocional, social, cultural, econômico, político, tradutores do *cuidado institucional*, que conduz à emancipação, criando-se espaços em que novas configurações de sobrevivência estejam se delineando. A descoberta do reencantamento do mundo necessita da conjugação de saberes, para que a travessia, representada por uma prática social comprometida, ética e politicamente, seja realizada cuidadosamente.

No contexto das *ações sinérgicas*, o *cuidado institucional* remete para a necessidade de ser utópico, investir em práticas contra - hegemônicas, refazendo o texto, ressignificando o olhar, construindo uma nova história em que a justiça social não seja mera falácia, isso requer uma prática social mais audaciosa, criativa, sem sectarismos. Neste contexto, o *cuidado institucional* não é homogêneo e nem poderia sê-lo onde o respeito às singularidades é preponderante, o que implica a apropriação de um conhecimento plural e estratégias que possam dar conta de enfrentar, em nível macro, uma poderosa organização – redes de exploração sexual – que até o presente momento não puderam ser combatidas com as ações que estão sendo desenvolvidas; e, em nível micro, o atendimento aos grupos em situação de exploração sexual. Não obstante o contributo de profissionais compromissados com este enfrentamento, a luta é desigual, mas não impossível de ser vencida, desde que os protagonistas desse processo possam convergir para novas alianças para a ação coletiva. O *cuidado institucional* surge como um importante recurso para essa ação colectiva.

O estar aberto ao conhecimento plural permite a apreensão do ser nas suas múltiplas dimensões, olvidando justificativas que não podem explicar a ausência de respostas concretas junto ao segmento explorado sexualmente. Essa mudança exige a verificação das próprias debilidades dos agentes institucionais, ligadas, nomeadamente, à sua formação profissional, buscando o conhecimento de outras ciências que possam estar contribuindo, fecundamente, para a compreensão do ser. “É a dimensão crítica que Oruka designa por “sabedoria didática”, que funda a carência, o sentimento de incompletude e a motivação para encontrar noutros saberes ou noutras práticas as respostas que não se encontram dentro dos limites de um dado saber ou de uma dada prática” (Santos, 2000:271).

No *cuidado institucional*, as *ações sinérgicas* convergem para o conhecimento de outros saberes, para que a gama de emoções positivas e negativas, que compõem a bagagem socioeconômica, cultural e psicológica do segmento infanto-juvenil, possa ser decodificada. O mergulhar nesse universo possibilita elementos de análise e de reelaboração de estratégias, conhecendo essa realidade, esse cotidiano a partir das suas vozes, da sua compreensão de sociedade e de mundo, da sua vivência. A crença de que o profissional sabe o que é melhor, desconsiderando a subjectividade dos sujeitos sociais, constitui-se em um entrave de substanciais consequências, pois esses sujeitos não se identificam com o que está sendo proposto. Neste sentido, o *circuito conectivo* precisa ganhar força.

Acreditar na possibilidade requer um certo tipo de investimento. Santos (2002), apoiado em Ernest Bloch, reitera que, das três categorias nodais da existência – a realidade, a necessidade e a possibilidade – a possibilidade foi secundarizada, obtendo primazia a realidade e a necessidade, outorgadas, segundo Santos, pela razão indolente, não obstante a possibilidade constituir-se no movimento do mundo. O mesmo autor identifica os momentos dessa possibilidade como “a carência (manifestação de algo que falta), a tendência (processo e sentido) e a latência (o que está na frente desse processo). A carência é o domínio do Não, a tendência é o domínio do Ainda-Não e a latência é o domínio do Nada e do Tudo, já que essa latência tanto pode redundar em frustração como em esperança” (ibid: 236).

A escavação destes “Nãos”, em absoluto pode subjugar-se a um conhecimento de superfície, leviano. É preciso estar conectado aos impactos, sentidos e significados, reconhecendo a sua existência e em que crenças, tradições e valores estão centrados. Quando se permitem estes solavancos, a desesperança e o derrotismo em que estão assentadas várias

práticas sociais são enfrentadas, e com isso poderá nascer uma esperança ativa, genuína, não imposta, e uma atitude emancipatória em relação à dinâmica da sociedade.

Esta escavação é como um túnel em que se tem de passar, e neste a inadequação e a confusão caminham *pari passu*. Ademais, superada a ultrapassagem, o arsenal de força pessoal e coletiva é posto em movimento, ainda que se tenha de lutar com a probabilidade de recaída. Mas, se forem capturadas como experiência, as novas concepções irão firmar-se, fazendo com que as possibilidades sejam desocultadas e potencializadas e não rejeitadas por medo do incerto e do desconhecido.

Voltamos à alegoria do “Mito da Caverna”, de Platão. No texto alegórico, o mundo das sombras faz parte do universo dos prisioneiros que habitam a caverna. Os que conseguem libertar-se desses grilhões se libertam do mundo das distorções do real e buscam o itinerário do verdadeiro conhecimento, que se encontra no mundo das idéias. Ao contatar com o novo mundo visível, seus olhos não se adaptam ao brilho do sol; todavia, paulatinamente assimilam a claridade, distinguindo os objetos em torno. Os que primeiramente se libertaram do mundo centrado nas aparências congregam a missão de voltar à caverna e alertar seus antigos companheiros sobre a sua apreensão do mundo das idéias. Nesta trajetória, encontrariam dois obstáculos. O primeiro seria o ofuscamento da visão, que poderiam novamente sentir, já que se acostumaram à claridade, e a escuridão acarretaria o desconforto; o segundo obstáculo, reputado como o mais difícil, seria o de os companheiros, confinados na caverna, admitirem que se enganavam quando percebiam as sombras como realidade.

Essa alegoria pode ajudar a lançar luz sobre o fenômeno estudado. Entende-se que, a partir do momento em que os grupos vulneráveis conseguirem ver a luz da esperança e dar os primeiros passos para libertarem-se dos grilhões que os aprisionam, outros poderão seguir os seus exemplos. E, neste cenário, a prática social é fundamental, pois esses grupos precisam acreditar e verificar concretamente que existe, também para eles, uma possibilidade de vida digna, em que os direitos sociais podem ser respeitados e assegurados. Quando isso acontecer, poderão se acostumar com a luz da possibilidade, e retornarão à caverna para falar dessa concretude aos seus companheiros, o que contribuirá para retirá-los da escuridão e, gradativamente, estes se acostumarão à luz, à claridade. Há, claro, riscos associados ao retorno à caverna para avisar os companheiros, especialmente se não forem trabalhadas com a necessária profundidade as situações que geram opressão e exclusão, e se a sua mudança de

vida não for tão evidente que consiga convencer os companheiros da existência de uma realidade mais humana, mais solidária, mais justa, e que a mudança é possível, pois as sombras, que acreditavam ser reais e perenes, são simulacros.

Para a possibilidade obter reconhecimento, requer que seja fecundada pelos múltiplos saberes. A interlocução entre as experiências sociais e as expectativas sociais propiciará a pluralidade da categoria saber, potencializando os protagonistas desse processo, intensificando a possibilidade das práticas serem credíveis. Essa interlocução terá de assentar no trabalho de tradução:

Tradução é o procedimento que permite criar inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo, tanto as disponíveis como as possíveis, reveladas pela sociologia das ausências e a sociologia das emergências. Trata-se de um procedimento que não atribui a nenhum conjunto de experiências nem o estatuto de totalidade exclusiva nem o estatuto de parte homogênea. As experiências do mundo são vistas em momentos diferentes do trabalho de tradução como totalidades ou partes e como realidades que não se esgotam nessas totalidades ou partes. Por exemplo, ver o subalterno tanto dentro como fora da relação de subalternidade (Santos, 2002:262).

Como o trabalho de tradução busca a interpretação do que é hegemônico entre as experiências e o que se torna marcadamente diferente entre estas práticas, poder-se-ia dizer que o trabalho em rede poderá vir a se constituir em um *circuito conectivo* na esteira do trabalho de tradução. É nesta dialeticidade que as experiências sociais, desveladas pela sociologia das ausências, e as expectativas sociais, pela sociologia das emergências, interagem, reciprocamente, sem a necessidade da relevância de uma em detrimento da outra. É utilizada a hermenêutica diatópica para essa tradução de saberes. Verifica-se a importância dessa utilização, posto que apresenta a concepção de incompletude das culturas, creditando ao conhecimento de diferenciadas formas um elemento propulsor para o enriquecimento cultural.

Por intermédio da inteligibilidade recíproca entre as práticas sociais, concretiza-se a possibilidade da avaliação e identificação de prováveis alianças mútuas. A importância do trabalho de tradução evidencia-se em virtude de sua trajetória seguir vias entre saberes e culturas, e através das práticas e seus agentes identificar os pontos de convergência e de

divergência. Isso possibilita uma articulação, visando a conversão de práticas não-hegemônicas em práticas contra-hegemônicas.

Este *circuito conectivo* exige o fortalecimento do potencial contra-hegemônico dos programas direcionados ao combate da exploração sexual, na articulação com o movimento da condição feminina, o movimento das mulheres vítimas de violência, o movimento das mulheres do campo e da cidade, o movimento contra o trabalho infantil.

Em uma sociedade de risco, o mais importante é o *cuidado institucional*. Ao ser exercido na sua plenitude, tem-se a possibilidade de sair das sombras, dos simulacros, pois há um investimento substantivo no ser, escavando os seus itinerários para que transformações possam acontecer. Quando é obstruído, reproduzem-se situações de opressão, como a exploração sexual de crianças e adolescentes.

1.3 - Itinerários do humano

Maslow (1970), através de sua hierarquia das necessidades, foi um dos autores que evidenciou que a não satisfação das necessidades básicas do ser humano resulta em múltiplos prejuízos tanto para o indivíduo, quanto para a própria sociedade constituída por grupos e organizações institucionais. Essa satisfação só é possível a partir de uma compreensão mais rica das dimensões humanas e de viabilização de processos institucionais condizentes com essa leitura.

Uma dessas necessidades refere-se à garantia de condições econômicas que assegurem a subsistência, e uma outra tem a ver com a sexualidade. O descuido ao ser humano faz com que haja um encontro dessas dimensões numa lógica de poder e exploração, em que crianças e adolescentes são vitimizadas por interesses diversos para satisfazer as “necessidades” de sexo.

Os itinerários são construídos a partir das relações sociais, humanas e políticas que o ser humano vivencia no decorrer da sua existência. A vivência em uma sociedade em que os direitos humanos são respeitados contribui para que a dignidade e a solidariedade se tornem imperativos nos relacionamentos, o que se traduz pelo acesso a bens e serviços, pelas relações interpessoais satisfatórias, respeito às leis, sensibilidade, ética e cuidado com o desenvolvimento biopsicossocial das crianças. Mas, caso as sociedades caminhem em sentido diametralmente oposto, formam subcidadãos, não obstante em muitas destas sociedades as diversas legislações subscreverem os direitos humanos. Quando a equidade e a justiça social

não são preocupações dominantes da sociedade e do Estado, surgem problemas sociais como a pobreza, sendo uma das suas expressões a exploração sexual do segmento infanto-juvenil.

1.3.1 - Exploração sexual de crianças e adolescentes: efeitos da ausência de cuidado.

O processo de dominação da mulher, da criança, das minorias sociais caminha *pari passu* com a história da humanidade. Neste sentido, a exclusão direciona a várias trajetórias, onde se destaca a da prostituição, terminologia histórica usada para designar a mercantilização dos corpos femininos.

Na antiguidade, esta definição estava ligada a troca de favores sexuais, visando a obtenção de algum bem, que poderia ser monetário, mas também roupas, jóias, influências, para as prostitutas oriundas de camadas privilegiadas, ou a exploração do trabalho das escravizadas, nos bordéis ou nas ruas. Esses processos eram/são vivenciados em função dos padrões sociais de dominação majoritários.

A prostituição, enquanto relação mercadológica, fez-se presente nos percursos históricos. Esta terminologia secular serviu para designar, também, durante muito tempo, a mercantilização do corpo de crianças e adolescentes. A partir da década de 80 do século XX, a violência sexual começou a ter ressonância no Brasil, saindo da invisibilidade social que secularmente a caracterizou, passando a ser entendida como violação dos direitos humanos universais e direitos peculiares das pessoas em desenvolvimento - conforme preceitua a nossa carta magna, a Constituição Federal Brasileira (1988), mas também outros documentos normativos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) ou as Normativas Internacionais - e como crime.

Em meados da década de 90, o uso do termo prostituição suscitou questionamentos, dada a sua improbidade, ao se reportar ao segmento infanto-juvenil. Foi acatada a denominação “exploração sexual”, proposta no “Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças”, realizado em Estocolmo, na Suíça, em agosto de 1996. Neste evento ficou patente que prostituição está relacionada à atividade desenvolvida por pessoas adultas, mas as crianças e adolescentes são exploradas, em função do abuso de poder dos exploradores, queimando etapas no seu desenvolvimento biopsicossocial. Tornou-se então majoritário, entre os estudiosos do fenômeno, a utilização do termo exploração sexual, grupos

prostituídos, ou “situação” de prostituição - por entender que pode vir a sair desta condição entendida como uma contingência.

Neste contexto, a exploração sexual constitui-se em um dos eixos da violência sexual²⁷; na outra ponta, muitas vezes antecedendo-a, encontra-se o abuso sexual:

Situação de uso excessivo, de ultrapassagem de limites: dos direitos humanos, legais, de poder, de papéis, de regras sociais e familiares e de tabus, do nível de desenvolvimento da vítima, do que esta sabe, compreende, pode consentir e fazer. Nessa perspectiva, pode-se entender qualquer ato sexual ou de conotação sexual em que o adulto submete crianças e adolescentes a situação de estimulação ou satisfação sexual imposto pela força física, ameaça ou constrangimento. (Faleiros, 2000:4)

O abusador usa dos mais diferentes mecanismos para atrair as vítimas, entre os quais a Internet, salas de bate papo, em que utiliza jogos de sedução, penetrando no imaginário infantil, ou a utilização de guloseimas - isso quando se trata de desconhecidos, que correspondem a uma pequena parcela dos abusadores. A grande maioria dos abusadores faz parte do universo da criança, em que se destacam os familiares, estando na ponta o pai.

É de conhecimento generalizado, por profissionais e diferentes autores que abordam a questão, que o abuso sexual não configura uma violência isolada, a ela estão entrelaçadas outras formas de violência física e psicológica. O abuso sexual tem como característica principal o poder que o abusador exerce sobre suas vítimas.

Por se tratar de uma relação de poder, que implica riscos para a vítima e terceiros, estabelece-se um pacto de silêncio, centrado em aspectos que podem ser sumariados na relação seguinte:

- *Silêncio ancorado em valores.*

As situações de dominação centradas em valores machistas geram uma convivência com práticas incestuosas. Por exemplo, quando um pai desvirgina sua filha, sendo esta atitude

²⁷ A violência sexual compreende o abuso sexual e a exploração sexual. Algumas discussões sobre a exploração sexual dividem-na em: prostituição, tráfico, turismo, pornografia. Entendo que a exploração sexual independente da categorização, sempre se constitui em uma exploração. Utilizar o termo prostituição, e não “situação” de prostituição, remete a resistência em assimilar o que já foi deliberado no Congresso Mundial em Estocolmo. (Oliva, 2003:45)

entendida como um processo natural, dado que se encontra associada a concepções enraizadas, por vezes seculares. Existem relatos sobre este tipo de situações, não só nas comunidades interioranas do Brasil, mas também no meio urbano, em que o pai aparece nas estatísticas como o principal abusador.

- *Encastelamento do problema*

Expressa-se pelo silenciamento da vítima através de ameaças diversas, inclusive em relação a sua integridade física e de pessoas da família;

- *Auto-culpabilização;*

Trata-se de uma tendência decorrente da desconsideração da gravidade do problema e de suas sequelas emocionais por parte do núcleo familiar e organizações institucionais que lidam com a questão;

- *Inversão de responsabilidade;*

Existem situações impactantes quanto a posturas ante o problema, seja em alguns agentes no próprio sistema judiciário, seja por parte de membros da família que imputam à criança e/ou à adolescente a utilização de mecanismos de sedução;

- *Ampliação de vitimizadores através de ameaça;*

Ocorre, nestes casos, uma revitimização com aumento de número de abusadores, que usam de pressão psicológica ao ameaçar vítimas de divulgar o “segredo”;

- *Circuito econômico abusivo.*

A sustentação econômica da família, quando provida pelo abusador, contribui para a sua proteção, sendo desconsiderada a denúncia e potencializada a cumplicidade da família.

O abuso está inserido no rol da violação de direitos, podendo ser considerado um dispositivo desencadeador da situação de exploração sexual, que é caracterizada por Faleiros (2000:5), como uma “relação de mercantilização e abuso do corpo de crianças e adolescentes

por exploradores sexuais, sejam as grandes redes de exploração local e global, pais/responsáveis ou os consumidores de serviços sexuais pagos”.

Percebe-se, portanto, estreita conexão entre os conceitos de abuso e exploração sexual, que de forma alguma devem ser confundidos (Faleiros, 2000; Vaz, 2007). Poder-se-ia então inferir que no abuso se processa uma transgressão do ritmo natural da sexualidade infanto-juvenil, sendo o corpo explorado por um adulto visando o atendimento do seu prazer. Na exploração sexual, o corpo infantil/adolescente é disponibilizado para múltiplos parceiros, sendo explorado, sacrificado e utilizado para ganhos ilícitos de seus exploradores e de sobrevivência para o segmento infanto-juvenil explorado.

Sem adentrar num campo polêmico de diferenciações de terminologias entre o abuso e exploração, conteúdo este exaustivamente discutido por Eva Faleiros (2000), certo é que o abuso é um vetor essencial a ser considerado no âmbito da exploração sexual. Isto pode estar a acontecer quando a estruturação emocional e social da criança não encontra o *cuidado institucional*, para enfrentar as marcas do que ficou, o que pode demonstrar a vinculação organizacional ao conhecimento-regulação em detrimento do conhecimento-emancipação, em termos das metodologias utilizadas para estabelecer a “matéria de fato” sobre os casos e na operacionalização da intervenção.

Portanto, a situação de exploração sexual de crianças e de adolescentes vem se constituindo em um fenômeno social de proporções significativas, inscrito na história. Essas trajetórias vivenciadas, historicamente, por mulheres adultas que foram meninas e por meninas ainda não adultas, estão centradas em dois pilares que denominei, respectivamente, de: a) “circuito de dominação e transgeracionalidade”; b) “Redes e Puçás” - aperfeiçoamento das modalidades de exploração sexual”. Estes pilares se consolidam em consequência do processo de exclusão assentado no descuidar do humano. São processos que interagem, na medida em que as ausências não foram suficientemente indagadas e as emergências não foram reconhecidas. Considera-se, portanto, que um fenômeno que foi construído pela história pode também ser desconstruído pela história.

1.3.2 - Circuito de dominação e transgeracionalidade.

Alude-se no ideário popular, a que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo. Tal afirmação suscita questionamentos, pois os estudos antropológicos e sociológicos de

vários autores escrevendo em diferentes momentos dos últimos dois séculos, como Bachofen (1861), Engels (1884), Reed (1979), ou Badinter (1990), retratam a mulher como central na organização social e familiar de diferentes sociedades.²⁸ Em algumas narrativas sobre as sociedades outrora designadas de “primitivas”, enquanto os homens saíam para caçar, a mulher, movida pela tenacidade, coragem e capacidade de sintetizar observação e experimentação, desenvolveu o artesanato, a lavoura, o curandeirismo, o criatório e a pré-indústria, utilizando os recursos naturais disponíveis. Nessas sociedades, como ressalta Badinter (1990), parece ter sido assumida a complementaridade da relação entre homens e mulheres, sem as formas de dominação masculina que viriam a caracterizar sociedades emergentes em períodos posteriores. Como responsável pela criação da primeira organização social – o clã matriarcal, essa mulher ancestral teria estabelecido, nos primórdios da civilização, os pilares da trajetória humana, centrados no cuidado, conduzindo a humanidade ao estágio da evolução hodierna.

Convergindo com esta discussão, Sjöö e Mor (1981), enfatizam que nas sociedades pré-históricas foi vivenciada a interconexão entre a cultura, a religião e a sexualidade, emanadas da fonte sagrada para esses povos – a deusa. O sexo era reputado como sagrado, fazendo parte da vida cotidiana os rituais de sexo grupal liderados pelas sacerdotisas xamânicas, com a participação da comunidade, celebrando-se a força da vida com o cosmos.

A primazia feminina teria sofrido uma derrocada quando surge a propriedade privada da terra e os homens se tornam seus proprietários, estendendo esse direito de propriedade às próprias mulheres. Dessa forma teria sido instituído o patriarcado, que se consolida enquanto relação hierarquizada, assente em um sistema de valores que considera o homem superior e a mulher inferior, reproduzindo transgeracionalmente tanto as relações desiguais de poder entre os sexos como as formas da sua legitimação. Desses tempos viria o culto ao falo como símbolo de poder e de dominação.

Independentemente do rigor dos pormenores históricos, o resultado dessas transformações foi decisivo para a mudança de condição das mulheres. De deusas, estas foram

²⁸ Não será aqui discutido este conjunto de trabalhos sob o ponto de vista do seu rigor historiográfico. Interessa, sobretudo, e para os fins desta investigação, sublinhar que eles contribuíram para a emergência de narrativas que, ultrapassando o âmbito erudito restrito em que, na sua maioria, foram produzidas, se transformaram em “grandes narrativas” sobre a evolução das relações entre os sexos. Em diferentes momentos históricos, elas foram mobilizadas, seja para justificar a necessidade histórica da dominação masculina, seja para afirmar a possibilidade histórica da emancipação das mulheres.

rotuladas como seres inferiores. As mulheres passaram, assim, pela experiência da mercantilização da sua intimidade, com o poder de vida e de morte dos homens sobre seus corpos. Vista como um apêndice do macho, à mulher foi imputada a subserviência, inscrita nas estruturas dessa forma específica de poder que tem sido designada de patriarcado.

Quando se percorre a história da mulher na antiguidade, a exemplo de Grécia e Roma, fica evidenciada a coisificação da sua condição. Nesse quadro de opressão verifica-se o descuidar, pois o inferiorizar o outro é próprio da falta de cuidados, o que se pode conferir com as matizes do período arcaico e no homérico, já que o conhecimento filosófico baseava-se no conhecimento mítico, e o sistema de intensa repressão direcionava o destino das mulheres, obrigadas a casar com o homem escolhido por seu pai. Entretanto, mesmo submetidas ao jugo masculino, há de se considerar a evidência de um movimento de contestação das mulheres, que para fugir desta sina, enveredavam pela prostituição, ainda que tal significasse trocar uma forma de dominação por outra, passando a ser tuteladas pelos clientes bem sucedidos financeiramente, além das instituições que lucravam com o comércio da sua intimidade.

Não obstante a celebração da democracia ateniense, as mulheres foram um dos setores excluídos desta. Os filósofos gregos não se inquietaram com a condição de inferioridade imputada à mulher. O seu cotidiano, como o das suas antecessoras, estava centrado nos pressupostos do patriarcado. Nascia sob a tutela do pai, que posteriormente a designava ao marido, mediante contrato, sendo negociada em função dos interesses paternos. Fincava-se a relação de mando e obediência – reclusão, procriação, cuidados com os filhos.

Sólon, legislador ateniense, dividiu as mulheres em “boas mulheres e o resto ou eram esposas ou prostitutas “(...) qualquer mulher que tentasse viver independentemente dos homens, todas as mulheres pobres, as estrangeiras e as escravas que trabalhavam fora de casa, caíam na segunda categoria” (Roberts, 1998:33-34). Não obstante as relações instituídas, algumas mulheres se recusaram ser submetidas ao casamento e “optaram” pela prostituição. Destacam-se, neste processo mercantil, as *hétereas*, por sua cultura e riqueza, e por administrarem o próprio negócio. Com elas, os maridos das mulheres de Atenas associavam o prazer físico ao intelectual, restando às esposas a procriação dos cidadãos de Atenas.

A divisão arbitrária das mulheres imposta por Sólon contribuiu para que a prostituição se alargasse em Atenas, através dos bordéis tutelados pelo Estado, o que Roberts (1998) denomina de “cafetinagem do Estado Grego”. Nestes espaços encontravam-se as prostitutas

escravas, as *diketariedes*, que, premidas pela condição miserável de sobrevivência, encontravam no seu corpo e na sua venda a sua fonte de sobrevivência. Isso mostra o descuidar da condição feminina, expresso nas condições sociais, culturais e econômicas: um ser que não tinha direito a voz, vez e veto nas decisões que lhe diziam respeito.

A resistência de algumas mulheres é marcante neste período, pois não obstante as proibições de Sólon de exercerem as suas atividades fora dos bordéis, expressiva parcela trabalhava de forma independente, administrando o próprio empreendimento.

O que se depreende é que esse processo de exclusão social criava um contexto favorável à prostituição como meio de vida. Isso está evidenciado na história, contada na ilha de Chipre – “A Chipriana” –, sobre a relação de Afrodite com a Ilha e seus habitantes.

Uma moça, desencantada com a fiação e a tecelagem e com todas as tarefas que definhavam e desperdiçavam a flor da vida de uma jovem, fez uma fogueira do seu tear, do lado de fora de sua casa. E, decidiu seguir as grinaldas, a música e a vida agradável; tornou-se uma cortesã e, em sua nova carreira, naturalmente se chamou Afrodite: Chipriano, disse ela, você deve ter dez por cento de tudo o que eu ganhar, apenas me encontre trabalho e terá a sua parte (Grigson, 1976: 43).

O incentivo da família funcionava como impulsionador de ingresso no mundo da prostituição, conforme também referiu o escritor clássico Luciano²⁹ através do diálogo entre uma mãe – Clobil - que incentivava a sua filha Corina a prostituir-se. Havia o exemplo das prostitutas bem sucedidas, confrontado com a miséria das mulheres que desenvolviam outras atividades e que não conseguiam ascender economicamente. É nesses tempos que surge o termo *prostituição*. Registros históricos indicam que está ligado ao vocábulo *Prostilo*, que significa fachada de um templo com colunas. Essa relação explica-se pelo fato de muitas das religiões geralmente descritas como pagãs considerarem a prostituição com uma atividade associada a rituais religiosos, sendo a prostituição, com frequência, exercida em templos. Outra fonte do termo *prostituir* é o “verbo latino *prostituere*, que significa expor publicamente, por à venda, referindo-se às cortesãs de Roma que se colocavam na entrada das

²⁹ *Apud* o’Fralain e Martino (1973).

casas de devassidão” (Roberts, 1998). O termo associou, pois, desde muito cedo, o sagrado e o profano.

O circuito econômico do Estado se amplia no Império Romano com a proliferação de bordéis, atividade vinculada à economia romana. Apesar dos romanos não adotarem o sistema de bordéis estatais, introduziram na Europa o “primeiro sistema de registro estatal das prostitutas oriundas dos segmentos menos privilegiados”³⁰.

Muitas mulheres romanas, segundo Roberts (1998), seguiram o caminho da prostituição, para não se submeterem a um casamento imposto. Por outro lado, as que conviviam no espaço doméstico com os patrícios, como esposas, tinham outras mulheres escravizadas no seu lar, já que entre as atividades cotidianas dos escravos era incluído o trabalho sexual de mulheres, subjugadas ao prazer daqueles que detinham a riqueza. Para escapar dessa situação, significativo contingente de escravas fugia e se prostituía nas ruas da cidade, onde teria, pelo menos, uma remuneração. Em períodos históricos subsequentes, e em diferentes contextos geográficos, sociais e culturais, a prostituição continuaria a apresentar-se como uma possível resposta à miséria, através da venda do próprio corpo pelas mulheres ou por seus aliciadores.

A exploração sexual de mulheres, é, pois, um fenômeno com uma história longa. O mesmo se poderá dizer da exploração sexual de crianças. Na Grécia Antiga, estas eram exploradas desde os cinco anos de idade. Meninas na condição de escravas experimentavam já o uso dos seus corpos para gratificação sexual de seus donos. Estes justificavam-no com a necessidade de recuperar o investimento na criação dessas meninas³¹.

No mesmo sentido, Roberts (1998:68) enfatiza que “a menina escrava virgem era levada para os bordéis e aquele que desse um lance mais alto era aclamado. O rompimento do hímen de uma menina era festejado”. Também em Roma, enquanto escravas, as crianças eram violadas e obrigadas a ter relações sexuais como parte de suas atividades cotidianas³². Exploradas pelos que consideravam seus donos, essas crianças certamente se constituíam

³⁰ Cf. Roberts (1998).

³¹ Cf. Cabral (2000)

³² Ainda segundo Roberts (1998: 185), em Paris, um harém real foi montado para o rei Luís XV pela cafetina Madame Bompard, contratada para organizar esse centro de prazer em uma propriedade longe da cidade, e para isso foram compradas crianças e adolescentes com idade a partir de nove anos. Importa registrar que os pais de crianças e jovens, premidos ou não pela situação financeira, nobres, ou do povo, vendiam suas filhas a este harém real. A partir de sua inserção na casa, as meninas recebiam instrução relacionada a boas maneiras, música, pintura, dança, história e literatura. Aos 15 anos, eram consideradas aptas para servir ao rei, e aos 18 anos estavam diplomadas. A formação para a prostituição atravessa, pois, séculos de história, desde o registro em Atenas do Gineceu de Aspásia.

quando adultas nas *dikteriades* – as prostitutas escravas, que frequentemente fugiam de seus donos para ganhar algum dinheiro nos bordéis.

A importância econômica da prostituição propiciou o surgimento, na Europa moderna, de escolas, que se multiplicavam em diferentes cidades, de modo a “educar” prostitutas capazes de responder ao gosto dos clientes mais exigentes.³³ A preferência histórica pela violação de meninas virgens levava as cafetinas, também, a buscarem as mais atraentes nos locais que frequentavam: estalagens, cadeia, tavernas e igrejas; nestas, significativa parcela de crianças era comprada, embelezada e, posteriormente, alugada a uma clientela que podia pagar consideráveis somas por serviços sexuais.³⁴

Essa condição de vulnerabilidade foi sendo reproduzida transgeracionalmente em diferentes contextos, e em diferentes áreas geográficas, incluindo o Brasil. Colonizado por portugueses, o país também herdou mecanismos de exploração e dominação da figura feminina vigentes na Europa. Ao reproduzir esta trajetória, a família brasileira se constituiu sobre os pilares do poder inquestionável do chefe de família, da subalternidade da mulher e dos casamentos combinados entre famílias.

Neste contexto, as moças consideradas de boa família tinham o casamento como horizonte; as escravas eram destinadas à exploração. As mulheres escravas, além de submetidas ao penoso e árduo trabalho na fazenda, sofriam violência física, sexual e psicológica dos que estavam revestidos de poder: o senhorzinho, seus filhos, capatazes. Tal como nos inícios da colonização, em que as índias eram abusadas pelos colonizadores, as escravas continuaram a saga de vulnerabilidade e de servidão. A esteira dessa opressão atingiu, também, crianças e adolescentes. Infere-se, portanto, que, com exceção da prostituição religiosa, as demais formas de exploração foram trasladadas para o Brasil, com as devidas particularidades associadas ao contexto.

³³Segundo Roberts (1998:186), em Londres, a cafetina Miss Fawkland, exigia rigorosa disciplina. Mantinha três estabelecimentos com decorações análogas às dos templos: “Templo de Aurora”, especializado em prostitutas neófitas – meninas de onze a dezesseis anos. Os clientes idosos apenas podiam expressar com carícias lascivas suas preferências. O “Templo da Flora” recebia as meninas, após o estágio no Templo da Aurora, que já estavam liberadas para a atuação como prostitutas. O terceiro templo era denominado de “Templo dos Mistérios”, especializado em sadomasoquismo.

³⁴A oferta de virgens era bizarra, pois após ser pago um alto valor pelo defloramento, o hímem era reconstruído, para que a menina não perdesse a sua cotação alta nesse mercado. Mas, quando essa estratégia foi descoberta, o preço de uma virgem caiu de 50 para 5 libras (Roberts, 1998:187)

Para o Brasil Império, foram transportadas as formas de obter poder e prazer que eram correntes na Europa. Importaram-se da França as famosas cortesãs que, no Brasil, conseguiram fama, riqueza e influência administrando bordéis de luxo. Essas cortesãs mantinham jovens belas sob sua tutela para atendimento às elites dominantes. Outros setores da população buscavam a prostituição de rua ou os prostíbulos - locais infectos, que serviam aos menos aquinhoados.

Neste contexto, a mercantilização dos corpos de crianças e adolescentes é reproduzida, no século XVIII, em uma analogia perversa, ser humano/mercadoria. Registros históricos mostram que a miséria que afetava expressiva parcela da população brasileira impulsionava crianças com menos de 12 anos às ruas, esmolando, sendo exploradas sexualmente, o que está documentado pelo menos desde 1788³⁵, muito embora a violência sexual acontecesse desde o Brasil colônia. Esse segmento agregava-se a outros, formado por órfãs, filhas de militares mortos ou que haviam ficado inválidos em combate, e pelas abandonadas por seus familiares. Nesta situação encontravam alimentação e moradia em famílias que vivenciavam a mesma exclusão social e econômica, e que, apesar dessa semelhança, se tornavam opressoras, ao disponibilizar, como fonte de renda, este segmento à condição de exploradas sexualmente.

De um lado a miséria e o abandono; do outro, homens à “caça de virgens”, o que alicerçava o poder do macho, de vida e de morte sobre o corpo feminino. Este binômio levava, também, os segmentos mais privilegiados a abrigarem meninas em suas residências, para a efetivação não só de serviços domésticos, mas também sexuais, em condição análoga à das escravas meninas na Grécia e Roma. Na outra ponta, as que viviam em prostíbulos eram tratadas como mercadoria, negociadas, alugadas, compradas, sendo fonte de lucro, na mesma proporção, para os que vivenciavam o mundo da criminalidade, obrigando-as a aliar à prostituição a prática do furto.

O circuito de mando e obediência, característico das relações sociais em que a dominação preponderava, evidenciava a extrema fragilidade dos segmentos empobrecidos. Este circuito foi-se ampliando, a medida que a riqueza contrastava com a miséria de significativa parcela da população que encontrava na comercialização de seus corpos uma estratégia de sobrevivência.

³⁵ Cf. Fonseca (1982)

Essa saga de negação de direitos agrava-se em um outro segmento subalternizado e oprimido, o dos escravos libertos. Apesar da abolição da escravidão ter ocorrido com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, não foram promovidas medidas para atender esta população, acentuando-se o êxodo rural. Na cidade, ela aglomerava-se, sem escolaridade nem moradia, agregando-se em cortiços. Sem emprego nas fábricas, os libertos buscavam atividades braçais, intermitentes, como pedreiros, ou entregavam-se, na grande maioria, à mendicância ou a pequenos delitos.

Perante este contexto, a prostituição apresentou-se como caminho possível não só para as ex-escravas, mas para as mulheres que viviam no campo e afluíam à cidade em busca de trabalho ou por terem sido expulsas de suas terras, e que não conseguiam admissão nas fábricas. Este caminho também foi percorrido por suas filhas, acelerando-se a criação de prostíbulos com a disponibilização de crianças, filhas dessas prostitutas, obrigadas a substituir as mais velhas ou as que morriam, continuando, portanto, o comércio sexual.

Essa situação persistirá até o final do século XIX e início do século XX, quando começam a ser adotadas medidas para proteção do segmento infanto-juvenil, através de legislações e convenções. Fruto da intensa mobilização da sociedade civil organizada, foi promulgado em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, lei 8.090/90, que proclama a proteção integral e concebe crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Não obstante o que está inscrito nas leis, a realidade revela ausências quanto à promoção de condições institucionais e familiares que sejam favoráveis a um desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Não raro, ante o problema da exploração sexual, ainda persistem posicionamentos que responsabilizam as famílias, perdendo-se de vista que uma dinâmica familiar favorável não se forma *in natura*, requer condições, a começar pelo envolvimento do Estado através, nomeadamente, de políticas públicas adequadas.

Sem atenção aos cidadãos, promovendo-se o *laissez faire* em relação às condições de sobrevivência, a exploração sexual ainda persiste como um meio de vida. Expressão disso é o comprometimento de uma parcela de famílias que tratam as meninas como uma fonte de lucro, a sinalizar um elo entre sexualidade e transgeracionalidade, dado que não se pode conceber a exploração sexual apenas como resultante de uma política econômica concentradora de renda que exclui significativa parcela de pessoas dos sistemas educacionais, profissionais, culturais. Ela está também associada a um conjunto de situações formadoras da subjetividade da criança

que precisam ser decodificadas e entendidas na sua plasticidade e capilaridade. A situação de exploração sexual pode ser o resultado de uma busca de sentido, que segue caminhos que acabam por se tornar destrutivos para os que os percorrem.

Um baixo investimento numa formação ético-moral, ou seja, na construção de uma subjetividade que permita um outro olhar sobre as relações homem-mulher e adulto-criança, e sobre a vida em família, pode estar contribuindo para o acirramento de questões como a exploração sexual, e nestas evidencia-se uma situação em que o corpo é visto como mercadoria em um processo de desvalorização das relações humanas. Para significativo contingente de famílias, premidas por uma condição sócio-econômica desfavorável, e agarradas a concepções problemáticas da sexualidade, torna-se mais fácil a inserção de seus membros na situação de exploração sexual, concebendo tal atividade como um meio natural de sustentação, reproduzindo-a transgeracionalmente, vinculando-a a vivências de violência e opressão ao longo da vida.

Ancoro-me, para essa discussão, nas teorizações de Bourdieu. Ele sustenta que a compreensão da realidade social exige o conhecimento das estruturas sociais e das ações individuais produzidas a partir de disposições adquiridas. Quando empreendem suas ações, os seres humanos, ainda que não de forma consciente, efetivam a comparação das situações vivenciadas no presente com outras vivências do passado:

O habitus³⁶ tende a assegurar sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança {...}; o habitus tende a favorecer as experiências adequadas ao seu próprio reforço {...}; os habitus constituem-se em estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um regente. (1989: 61-102).

³⁶ “Sistema de disposições, duráveis e transponíveis, que integra todas as experiências passadas, matriz de percepções, de apreciações e de ações” (Bourdieu, 1989: 90).

Essas relações transgeracionais remetem à pactuação da família com a exploração sexual, denotando a reedição de uma história vivida anteriormente nas famílias. A reprodução se institui na ausência de percursos para a decodificação dos enredos do passado, para que possam ser criadas as condições favoráveis à construção de um presente diferente desse passado. Na ausência desses processos, a situação terá tendência a se reproduzir, na medida em que, para algumas mães, a criança ou a adolescente podem aparecer como a salvação da família da fome e da miséria.

Um contexto adicional que favorece a passagem à situação de exploração sexual pode ser a naturalização dos abusos intra-familiares, principalmente os cometidos pelo pai que, usando do poder sobre suas filhas, as violenta sexualmente, acreditando que deve ser o “primeiro”, tornando-se o pai/avô de netos e netas que vivenciam, junto com a mãe/filha e a avó, que pactua com esta situação, um cotidiano marcado pelo silêncio.

Reconhecer os mitos que envolvem o segmento infanto-juvenil é investir na possibilidade de recriar novos valores e novas verdades. Como observa Menezes (1998), a propósito das crenças familiares, das tradições e dos valores, por mais fragmentado e mais comprometido que seja um grupo familiar, este grupo sempre tem uma história que fica na memória das vivências de seus integrantes, que se expressa através do circuito de dominação e opressão que marca as trajetórias das crianças e das adolescentes.

Como nota Santos (2000: 252), “a realidade não pode ser reduzida ao que existe. Trata-se de uma versão ampla do realismo, que inclui as realidades ausentes por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, isto é, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes”. O conjunto de sentidos e significados das experiências vivenciadas pelo segmento explorado sexualmente, ao não ser apreendido na sua concreticidade, pelas práticas sociais, será subjugado pelos padrões sociais de dominação que colocam na subterraneidade as subjetividades, conduzindo à alienação das condições de vida desse segmento, da sua história e dos seus congêneres, do seu corpo, instintos, emoções e necessidades, ao uso e abuso do corpo. Quando a sexualidade não se insere em um circuito cuidativo, o segmento infanto-juvenil torna-se vulnerável à exploração sexual.

Na perspectiva de cuidado defendida nesta tese, é fundamental a atenção à sexualidade, como uma construção social, cultural articulada com a maturação biológica. Engloba a conexão afetiva - cognitiva que favorece o descortinar dos significados, e que precisa ser

aprofundada e discutida com liberdade e respeito. Esta poderá ser uma das vias de investimento na prevenção da violência sexual. O não investimento na discussão sobre a sexualidade desde a primeira infância reproduz, não raro, a história dos pais e educadores, que também não receberam essa educação na família nem na escola.

Importa, portanto, como afirma Menezes (1998), capturar a construção da identidade corporal, compreendendo esse corpo como um conjunto de pulsões, de instintos, que está numa relação dinâmica, contraditória e conflituosa, porque todo esse recheio do corpo, espiritual, emocional, psíquico, biológico, tem elementos culturais e da aprendizagem cotidiana.

A formação da sexualidade com a criança, com o adolescente, tem a ver com a sua captura na esfera do desejo, do impulso sexual, da excitação sexual, centrada na dimensão da subjetividade, como parte da natureza humana que pode ser educada, para que se diminuam as situações de violência sexual. Continua sendo comum, contudo, a consideração da sexualidade num sentido instrumental, centrado na informação de como cientificamente se processa o envolvimento sexual humano, secundarizando-se ou olvidando-se a dimensão afetiva e emocional.

Formaram-se, assim, gerações que foram obrigadas a silenciar as suas emoções, debatendo-se nas profundezas do seu instinto, aprofundando a divisão entre o biológico e a emoção, o corpo e a alma, não lhes sendo propiciadas condições de trabalhar as manifestações do seu desejo sexual no quadro de um processo educativo. Como afirma Mouzinho (1998), o impulso sexual pode estar sendo alimentado por um afeto, por amor, ou estar sendo gerado por raiva, preconceito, por a pessoa se julgar inferior e não merecedora de felicidade. Se alguém está infeliz a ponto de se desequilibrar e deixar esse impulso aflorar, pode usá-lo para agredir e subjugar uma criança. É um desejo perturbado que não aprendeu a lidar com ele próprio. Geralmente, está-se perante pessoas que sofreram abusos de naturezas diversas e que, por não superarem essa dor, utilizam a raiva para maltratar vítimas, nas quais se projetam.

Constitui-se tarefa do conhecimento a indagação sobre esses impulsos, esses padrões de opressão, suas manifestações, contradições e circunstâncias, e em particular os que estão associados ao abuso e à exploração sexual. O aliciador, o abusador, encontrados em todas as classes sociais, independentemente inclusive da sua formação cultural e acadêmica, vivenciaram sistemas de opressão internos e externos, são produzidos por uma sociedade que

pensa a sexualidade no contexto de uma lógica, historicamente construída, em que os seres humanos podem ser tratados como coisas.

A edificação de uma sexualidade saudável vincula-se à construção de valores sociais, éticos, culturais, políticos, que serão transmitidos não só pela família e pela escola, mas pelas relações sociais que são vivenciadas nos demais aspectos da vida cotidiana, compartilhados intersubjetivamente. A mudança de uma realidade em que prevalece o “ter” secundarizando o “ser” exige uma atitude social coletiva em virtude da sua complexidade, objetivando, assim, que as gerações futuras sejam formadas no cerne de um processo ético e consciente, em que as discussões e decisões sejam referendadas em salutaras relações sociais e humanas; requer, portanto, que a sexualidade seja retirada da esfera do escamoteamento, que atravessa gerações.

Essa transgeracionalidade contribui para que se corporifique o encarceramento quando se trata de debater a sexualidade centrada no sentimento, já que se potencializa a informação mecânica, desconectada dos ímpetus próprios do ser humano. Romper com este tabu e instituir o diálogo acerca de uma sexualidade ligada à ética, à responsabilidade, ao conhecimento do corpo e das suas pulsões, desde a primeira infância, para que outras descendências de adultos, como os aliciadores e abusadores, não sejam mal formadas, constitui-se como parte do processo emancipatório. No seu olvidamento, as situações de exploração sexual multiplicam-se, sendo aperfeiçoadas as estruturas que mantêm as redes de exploração sexual que capturam o segmento infante-juvenil.

1.3.3- Redes e Puçás - O aperfeiçoamento das modalidades de exploração sexual de crianças e de adolescentes

No final do segundo milênio, Pinto (1999) afirmava que 500 mil meninas eram vítimas de exploração sexual no Brasil. Na conferência promovida pela ONU sobre exploração econômica da criança, em 1993, em Genebra, a organização francesa Bureau International Catholique de L’Enfance informou que mais de 800 mil meninas são exploradas nas redes de prostituição no Brasil. Projetam-se estimativas, mas não existe uma estatística real da exploração; há dificuldades em quantificar esse segmento, e isto ocorre porque mesmo sendo um fenômeno que se encontra em todos os lugares, é ocultado de múltiplas maneiras.

Nesse contexto, o investimento no aperfeiçoamento da exploração sexual de crianças e de adolescentes acentua-se, através de multifacetadas modalidades, inclusive sob a forma de redes. Busco em Marx (1970) a definição de exploração, que a configura no âmbito econômico, dado o processo de trabalho, a constituição da mercadoria, as formas de comercialização e, conseqüentemente, o lucro. Neste âmbito, o segmento infanto-juvenil é explorado, sendo comercializado o seu corpo como objeto social, como artigo para propiciar lucro aos adultos que se organizam neste setor. O mercado do sexo, independentemente da sua dimensão, constitui-se em um espaço de compra e venda, troca e avaliação da mercadoria que será comercializada, numa utilização perversa dos seres humanos como mercadoria, historicamente construída.

Neste patamar em que as pessoas são tratadas como “coisas”, ancore-me em Adorno (1995) e nas suas teorizações sobre Auschwitz, no que tange à “coisificação das relações humanas” e à “consciência coisificada”. Tem-se, também, aqui, um dispositivo que explora e aprisiona crianças e adolescentes ao círculo de riqueza dos seus opressores. Perde-se a noção do humano e a exploração sexual passa a ser considerada natural.

Adorno dimensiona as situações de barbárie afirmando que “se as pessoas não fossem profundamente indiferentes em relação ao que acontece com todas as outras, excetuando o punhado com que mantêm vínculos estreitos e possivelmente por intermédio de alguns interesses concretos, então Auschwitz não teria sido possível, as pessoas não o teriam aceito” (1995:134). Por analogia, pode-se inferir que, se as pessoas não catalogassem os seres humanos distinguindo entre os que merecem ou não consideração, se o respeito aos direitos humanos fizesse parte do cotidiano, a exploração sexual não estaria se multiplicando cotidianamente.

A exploração sexual vai, assim, sendo naturalizada. A situação de violência apontada por Adorno vai se institucionalizando. A discussão da coisificação das relações humanas mostra que, no bojo da dominação, muitos seres humanos são convertidos em objetos descartáveis.

Para o entendimento da relação entre violência e dominação, presente nas redes de exploração sexual, sigo Bourdieu (1989). Com muita propriedade, o autor discute que essa relação é mediada pelos sistemas simbólicos. O símbolo é um instrumento de integração

social, possibilitador de consenso sobre o sentido do mundo, e, portanto, pode também tornar-se um recurso para a dominação e a sua aceitação como evidente ou natural.

Essa vinculação entre consenso e dominação se materializa através do “*habitus*”, a reprodução de práticas e símbolos que possibilitam a continuidade e reprodução da sociedade, ou seja, “uma relação de homologia estrutural e relação de dependência causal; a forma das determinações causais é definida pelas relações estruturais e a força de dominação é tanto maior quanto mais aproximadas das relações de produção econômica estiverem as relações em que ela se exerce” (Bourdieu, 1989: 154). É uma relação que se estabelece em função das condições de sobrevivência e existência dos grupos empobrecidos, que são seduzidos com promessas de uma melhoria de sua situação. Desta forma submetem-se ao opressor, obedecendo à sua vontade, potencializando o silêncio, a passividade, o descrédito na possibilidade de organizar um novo rumo para as suas vidas. Imersas em uma teia social em que não mais se reconhecem, crianças e adolescentes exploradas vivem sob o signo da dominação.

Para a concretização do objetivo final da maximização do lucro através da exploração sexual, o sistema organizado desta precisa sofisticar a sua ação, contando como aliado com o arsenal tecnológico para potenciar a sua ampliação e eficácia. Seus mecanismos sofisticam-se com a presença de redes. As ramificações vinculadas a exploração sexual, tanto no contexto micro, como no macro, através das conexões estabelecidas em nível local, nacional e internacional, aproveitam-se da situação de extrema vulnerabilidade em que se encontra o segmento infanto – juvenil. As redes foram construídas historicamente, com as características próprias de cada contexto. Em diferentes épocas, as instituições, como o Estado e a Igreja, estabeleceram com a prostituição, com a criação respectivamente de bordéis tutelados pelo Estado e em outros momentos administrados pela igreja³⁷, uma relação que deu origem ao que denomino de “circuito comercial institucional.”

Estas formas fincadas na história foram se sofisticando. Na contemporaneidade, o mercado do sexo se multiplica de forma célere, aglutinando redes que se intercomunicam, utilizando os formatos tradicionais de informação ou buscando a internet para a veiculação instantânea da comunicação. Essas redes se organizam e se estruturam para globalizar a

³⁷ Cf Roberts (1998).

violência sexual. As redes locais e internacionais se entrecruzam, derrubando fronteiras, por intermédio da internet.

As redes estão instituídas em multifacetadas atividades, independentemente do fim a que se destinam, dado que a tendência da sociedade é se estruturar em circuitos eficientes e instantâneos, o que se torna uma característica das transformações tecnológicas predominantes na sociedade. Castells (1999:497), enfatiza que "a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura". O autor reitera que rede é um conjunto de nós interconectados, e estes dependem do tipo de redes concretas.

O conceito de Castells (1999) envolve diversificadas redes, desde os meios de comunicação até as conexões de tráfico³⁸, "as redes que globalizam o capital e as redes que globalizam cultura". Assim como as redes se estruturam visando à disseminação da informação e construindo mecanismos para a sua expansão, tendo presentes aspectos qualitativos, centrados em determinados objetivos e finalidades, existem as que se organizam focando apenas a globalização do capital, por vezes delituosamente, como as ligadas ao tráfico e à exploração sexual de crianças e de adolescentes. Nesta modalidade, é necessário estar conectado em rede, facilitando a circulação do capital e o processo de acumulação.

A Internet, enquanto mediação para este tipo de atividade, constitui-se na mais moderna esfera de organização, não obstante a rede organizada advir muito antes do predomínio do espaço virtual historicamente produzido. Reproduz desta forma a ideologia dominante dos países mais ricos do mundo, articulando-se em escala planetária. A Internet possibilita o acesso a milhares de sites em que o sexo, com o segmento infanto-juvenil é disponibilizado, através de fotografias, filmes, chats, links.

Esta questão tem relevância ímpar, pois a modernidade põe em xeque práticas e parâmetros considerados conservadores. Os parâmetros, no entanto, ampliam e fortalecem a estreita relação entre sexo, prazer e poder. Assim, sob o fetiche das máquinas e a padronização

³⁸ "São mercados de bolsas de valores e suas centrais de serviços auxiliares avançados na rede dos fluxos financeiros globais. São conselhos nacionais de ministros e comissários europeus da rede política que governa a União Européia. São campos de coca e papoula, laboratórios clandestinos, pistas de aterrissagem secretas, gangues de rua e instituições financeiras para lavagem de dinheiro na rede de tráfico de drogas que invade as economias, sociedades e Estados do mundo inteiro. São sistemas de televisão, estúdios de entretenimento, meios de computação gráfica, equipes para cobertura jornalística e equipamentos móveis gerando, transmitindo e recebendo sinais na rede global da nova mídia no âmago da expressão cultural e da opinião pública, na era da informação" (Castells, 1999: 498).

de comportamentos, o sexo com crianças e adolescentes passa a ser a fantasia que recebe o maior estímulo visual, não somente com a internet, mas com cartazes, filmes e propaganda (Fonseca, 1998). O fenômeno não é novo, e Adorno, noutro contexto e noutra época, comentou-o de uma forma que mantém a sua pertinência:

No caso do tipo com tendências a fetichização da técnica, trata-se simplesmente de pessoas incapazes de amar. Isto não deve ser entendido num sentido sentimental ou moralizante, mas denotando a carente relação libidinal com outras pessoas. Elas são inteiramente frias e precisam negar também em seu íntimo a possibilidade do amor, recusando de antemão nas outras pessoas o seu amor antes que o mesmo se instale. A capacidade de amar, que de alguma maneira sobrevive, eles precisam aplicá-la aos meios (...) um sujeito experimental – e a própria expressão já é do repertório da consciência coisificada – afirmava de si mesmo: “I like nice equipment” (eu gosto de equipamentos, de instrumentos bonitos), independentemente dos equipamentos em questão. Seu amor era absorvido por coisas, máquinas enquanto tais (1995:133).

A negação da afetividade induz a posturas de opressão e de sadismo historicamente produzidas, conectadas a frieza e objetividade nos seus dispositivos de poder, seduzindo com o canto da sereia as pessoas para a sua nau, que ao não resistirem a sedução se envolvem nas suas teias através dos artifícios que são construídos para legitimar a dominação.

Essa postura mostra, como afirma Adorno (1995:126-130), “uma relação perturbada e patogênica com o corpo, ocasionando tendências de regressão, ou seja, pessoas com traços sádicos reprimidos são produzidas por toda parte pela tendência social geral {...} Em cada situação em que a consciência é mutilada, isto se reflete sobre o corpo e a esfera corporal de uma forma não-livre e que é propícia à violência. No começo, as pessoas desse tipo se tornam, por assim dizer, iguais a coisas. Em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais a coisas”. Essas pessoas apresentam um caráter manipulador, estabelecendo o

hiato com a noção do humano que Adorno define como o tipo de “consciência coisificada”³⁹. Isso é resultado de uma formação e de uma trajetória, e não de alguma determinação ou propensão natural. Crianças e adolescentes em situação de exploração sexual são consideradas coisas, sendo usadas, comercializadas, traficadas, por pequenas e grandes redes.

Adorno dimensiona de forma significativa a relação patológica com a máquina. Entretanto, não o sigo na sua desesperança, quando afirma a sua descrença em que algo, potencialmente, possa ser mudado, porque esta tendência de desenvolvimento encontra-se vinculada ao conjunto da civilização. “Combatê-lo significa o mesmo que ser contra o espírito do mundo”. Há de se considerar que o próprio autor enfatiza que para ceifar a barbárie é essencial o investimento na primeira infância através, nomeadamente, da educação humana, ética e política. Sendo assim, esta pode vir a ser importante parceira neste processo contra-hegemônico, fazendo frente às redes autoritárias, como lhes chama Faleiros (1998:4), que

funcionam como uma pirâmide de poder, servindo a uma minoria dominante. Está centrada no lucro comercial que se possa obter com o trabalho do corpo da criança ou adolescente na sua transformação e submissão em mercadoria humana para benefício sexual do cliente e benefício comercial dos proprietários do comércio e aliciadores.

Ganha visibilidade, assim, uma das diferentes formas específicas de manifestação de uma sociedade na qual a força de trabalho humana é transformada em mercadoria e dessa relação emana a grande massa de capital. É uma sociedade que danifica, porque promove a alienação, incluindo a alienação sexual, gerando, assim, considerável contingente de seres danificados que, nascidos nesse contexto, se irão envolver em processos que ampliam esse dano a outros.

Para as redes autoritárias, o corpo é visto apenas como matéria desconectada do que se continua a chamar, muitas vezes, a alma. É uma mercadoria a ser comercializada atendendo os anseios da clientela. A voracidade deste dispositivo encontra aceitabilidade em múltiplos setores da sociedade, já que se amparam na autoridade e poder de muitos dos seus integrantes.

³⁹ Uma consciência que se defende em relação a qualquer vir-a-ser, frente a qualquer apreensão do próprio condicionamento, impondo como sendo absoluto o que existe de um determinado modo. Acredito que o rompimento desse mecanismo impositivo seria recompensador (Adorno, 1995:105).

As redes articulam-se e movimentam-se conforme seus interesses e conveniências, tendo como objetivo principal a circulação do capital e o consequente lucro, evidenciando o poder que este tipo de organização aglutina.

Não é possível caracterizar de maneira adequada este processo sem considerar um tema que encontrou em Michel Foucault um dos seus mais importantes analistas, o tema do poder. Sem entrar aqui em detalhe na discussão que Foucault propõe deste tema, é importante sublinhar que a sua referência ao panóptico como figura da aspiração ao controle e à vigilância gerais⁴⁰ “um intensificador para qualquer aparelho de poder”, que “assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo)” e “sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos”, uma “maneira de obter poder” (1987:170), fornece uma importante analogia para a compreensão e análise dos processos que sustentam a arquitetura das redes de exploração que mantém prisioneiras milhares de crianças e adolescentes. Os corpos do segmento infanto-juvenil são assim adestrados de modo a tornarem-se corpos dóceis, prontos a ser comercializados:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma ‘anatomia política’ que é também uma ‘mecânica do poder’ está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’ (Foucault, 1987:127).

No cenário da exploração sexual, a sexualidade do segmento infanto-juvenil está organicamente vinculada a dispositivos de poder. Como nos ensina Foucault (1987), existe uma estreita relação entre poder e corpo, entre poder e sexualidade, entre poder e subjetividade.

Assim como as redes se estruturam para essa atividade clandestina, e utilizam a Internet para a disseminação das informações e estabelecimento de contatos, encontram-se também as

⁴⁰Foucault (1987:127) refere-se ao projeto de Bentham, O Panóptico (1786). Nessa obra, Bentham cria um plano de organização da arquitetura das prisões com o intuito de submeter os prisioneiros a um processo de vigilância constante que oportunizará a sua inserção no sistema de produção.

redes que se conectam utilizando outros veículos de comunicação de massa, como os jornais. Outras aliciam crianças e adolescentes diretamente nas ruas, centros comerciais, concursos, colégios, oferta de empregos, fazendo-se conhecer através da abordagem direta.

Há de se considerar, também, outra forma de organização em rede, que denomino de *puçá*. No contexto amazônico, no cenário dos pescadores, “*puçá* é uma espécie de rede farmacônica, montada em um aro para capturar peixes miúdos, camarões e siris, enxalamar” (Houaiss, 2001). Aproprio-me deste termo para designar as “pequenas” redes de exploração sexual que utilizam a comunicação verbal, recorrendo a circuitos da vida cotidiana. Esses circuitos podem incluir o familiar, o de vizinhança, o de amigas, o de donas de casa. Eles gerenciam o faturamento do segmento infanto-juvenil aliciado, apropriando-se de uma parcela da renda deste, ou de toda ela, estabelecendo com esse segmento uma relação de opressão e de subordinação, que não deixa de o ser – e por vezes se torna mesmo mais difícil de suportar – pela proximidade aos que exploram as crianças e adolescentes. Não obstante a proliferação e multiplicidade de circuitos deste tipo, eles parecem ainda, muitas vezes, “invisíveis” tanto social como institucionalmente, com a ausência de medidas de enfrentamento dessas situações.

Os participantes em circuitos ou redes autoritárias, como nos diz Foucault, (1987:131) devem “estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar”. Nesse tipo de rede encontra-se sistematização, organização, conhecimento do mercado para a sua funcionalidade com efetividade visando que o “produto” comercializado possa proporcionar lucro a seus proprietários.

Uma resposta possível para o enfrentamento das redes autoritárias poderá ser, como propõe Faleiros, a constituição de redes democráticas, emergentes da sociedade civil organizada, sem que tal signifique a desresponsabilização do Estado e das instituições e atores públicos:

As redes não são invenções abstratas, mas partem da articulação de atores/organizações-forças existentes no território para uma ação conjunta multidimensional com

responsabilidade compartilhada (parcerias) e negociada. São processos dinâmicos e não organismos burocráticos formais, mas onde se cruzam (como numa rede) organizações do estado e da sociedade. Não funcionam como convênios, mas como contratos dinâmicos, em movimento e conflito, para, no entanto, realizar objetivos em que cada parte potencializa recursos que, juntos, se tornam também mais eficientes. É uma aliança de atores/forças num bloco de ação, ao mesmo tempo político e operacional (Faleiros, 1998:1).

Neste sentido, as redes democráticas postulam o empoderamento, desvinculando-se de funções meramente burocráticas, potencializando a representatividade, assumindo compromissos e investindo em diretrizes e metodologias que as transformem em conexões de forças, com participantes cujo projeto de sociedade inclua a reversão do sistema de dominação para fazer frente às redes de opressão que primam pela organização e sistematização de suas ações. Essas redes emergem, muitas vezes, de lutas, frequentemente longas, protagonizadas por movimentos sociais, como aconteceu com a Política Nacional de Assistência Social, a que está ligado o programa de enfrentamento à violência sexual.

A utilização do termo rede suscita duas posições. A primeira é que, para confeccionar uma “rede,” é necessário material resistente, e na tessitura nós interconectados que não devem se desmanchar. A segunda é que a rede⁴¹ tem a função de embalar os que, preguiçosamente, dormitam no seu espaço. A mudança nos padrões opressivos exige que as redes democráticas estejam envolvidas na primeira posição, sedimentando um processo conectivo de poder. Esta conexão ocorre por força dos sujeitos envolvidos, pois o processo de emancipação precisa de sinergia e vontade política. Neste contexto contra-hegemônico, o cuidado, em todas as suas formas de expressão, surge para combater a subjugação, principalmente quando se converter em um *cuidado institucional*.

⁴¹ A rede para dormir é muito utilizada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

Capítulo 2

A ASSISTÊNCIA SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA NO ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL: DA AUSÊNCIA À PRESENÇA DO CUIDADO

Na época em que a sociedade salarial estava sendo instituída na França, no Brasil pontificava a relação baseada no escravagismo, sendo posteriormente abolida a escravidão após intensa ação dos abolicionistas. O Brasil foi, portanto, uma sociedade escravocrata até fins do século XIX. Verifica-se, assim, que a maneira como foi se estruturando o Estado brasileiro, e as suas formas de assistência, difere acentuadamente da trajetória do Estado Providência em vários países europeus. Apesar de assegurado o Estado de Bem - Estar Social, na Constituição Federal de 1988, em termos de universalidade de direitos ainda se está distante do que é postulado. Continuam a ser problemas que procuram respostas o êxodo rural, a vulnerabilidade de largos setores da população a doenças evitáveis e curáveis, a criminalidade, o desemprego, a violência em suas multifacetadas formas, envolvendo também crianças e adolescentes. Essas situações atravessaram a história, marcadas pela omissão do poder público, colmatada durante séculos, de maneira parcial e seletiva, pela ação assistencial desenvolvida pela Igreja.

Neste capítulo, apresenta-se uma apreciação do processo que, no Brasil, levou de uma assistência social marcada pelo paternalismo e o clientelismo até ao seu reconhecimento como política pública, pela Constituição Federal de 1988, associada à definição dos direitos dos cidadãos e dos deveres do Estado. Esse reconhecimento é confirmado pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (1993). Como política que se propõe romper com o assistencialismo, voltado às situações emergenciais sob a ótica do favor e da benesse, e enfrentar as vulnerabilidades, agindo sobre as causas que geram a necessidade de assistência, a Política de Assistência Social encontra alguns descaminhos dado que entre as legislações e a realidade existem itinerários que podem não estar sendo trilhados. Nem todos os benefícios têm, de fato, caráter universal, com exceção do Benefício de Prestação Continuada (BPC) – direcionado a idosos a partir de 65 anos e aos portadores de deficiência –, que atende a todos que dele precisam quando cumpridas as exigências. E, muitos gestores e operadores da

assistência continuam a atuar no quadro do paradigma assistencialista, alimentando assim a continuação do clientelismo e do paternalismo, numa negação de fato da condição de cidadão aos que constituem a demanda do sistema de assistência social.

2.1 – Assistência Social e assistencialismo: o cuidado filantrópico

A prática da assistência é conhecida historicamente, encontrando-se em diferente épocas e contextos geográficos e sociais, com matizes diferenciados, desde o âmbito religioso até o político. A assistência esteve, historicamente, nos países marcados pelo cristianismo, mas também por outras tradições religiosas, amparada nos preceitos da caridade e de amor ao próximo. Foram assim criados em muitas sociedades hospitais, asilos e abrigos para os pobres, doentes e inválidos. O primeiro hospital criado no Ceilão, atual Sri Lanka, data de 437 a.C. Na Grécia antiga, a assistência estava limitada aos que tinham o estatuto de cidadãos e se materializava em função dos interesses da *polis* e dos que eram admitidos a participar deste universo. Em Roma, a manutenção da paz social numa sociedade fortemente estratificada passava por momentos de redistribuição de alimentos e de outros bens através de banquetes e da posterior distribuição de mantimentos e dinheiro à população. Num contexto geográfico e histórico muito diferente, como o do Brasil, a assistência foi organizada, durante muito da história do país, de uma forma também excludente, seletiva e paliativa, dando forma ao que foi caracterizado como assistencialismo. O início de uma efetiva mudança ocorreu com a aprovação da Constituição Federal de 1988, em que a assistência social é concebida como direito do cidadão e dever do Estado.

Nesta trajetória histórica, assinala-se que as primeiras iniciativas de assistência social no Brasil colônia acontecem na década de 1530, associada às atividades evangelizadoras de missionários como os padres José de Anchieta e Manoel da Nóbrega. As iniciativas dos colonizadores dirigiam-se, sobretudo, ao cuidado dos doentes, sendo criada a primeira Santa Casa de Misericórdia pelo fidalgo e explorador português Brás Cubas, fundador da Vila de Santos, em 1543, e posteriormente o mesmo sucedeu em outras cidades. Brás Cubas garantia os recursos para o funcionamento da instituição, mas a sua administração e os cuidados cotidianos ficavam a cargo de religiosas e de damas de caridade. A assistência voltava-se, principalmente, aos doentes e aos indigentes, e a sua prática estava associada ao exercício da caridade. Surge, assim, a figura do cuidador.

Em uma das instituições religiosa tornou-se célebre a “roda dos expostos”, um cilindro em forma de roda em que eram colocados os recém nascidos abandonados. Ao girá-la eram trazidos para dentro do espaço a fim de serem cuidados. A maioria dos bebês originava-se dos segmentos menos privilegiados, mas existiam os que pelas suas vestes denotavam o pertencimento aos segmentos mais aquinhoados; entretanto, por terem sido concebidos à margem dos padrões morais da época não poderiam ser criados na família.

A presença da Igreja nas obras assistenciais, com a subvenção do poder público, caminhou *pari passu* com a história do país. No Brasil Império, em 1824, foi outorgada a primeira Carta Magna. Reputava a assistência como socorro aos necessitados, ou seja, o “socorro como direito do ser humano” (Art.4). Neste contexto, a presença do Império se manifestava através das Câmaras Municipais, às quais competia supervisionar o funcionamento das casas de caridade, dos orfanatos e dos hospitais e a vacinação das crianças. As práticas assistenciais continuaram a realizar-se através da Irmandade de Misericórdia, sem uma intervenção direta e sistemática dos poderes públicos.

O regime republicano proclamado em 1889 contribuiu para mudanças estruturais neste e noutros domínios, com a passagem de uma economia mercantil escravista para a capitalista, e com a crescente participação do país, ainda que de modo subordinado, no mercado internacional. Estas mudanças não levaram a que as exclusões se atenuassem ou desaparecessem, mas ao surgimento de novas formas de subordinação e de exclusão. A pressão de diferentes movimentos na sociedade, porém, ensejou que na Constituição de 1891, no artº 75, fosse instituída a proteção social aos funcionários públicos, assegurando a sua aposentadoria. No período republicano, a previdência social é concebida como direito, e a saúde e a assistência paulatinamente vão se institucionalizar, não obstante a assistência continuar centrada na ótica da benesse.

Nas primeiras décadas do século XX acentuam-se as manifestações do que ficou conhecido como questão social, decorrentes da relação entre capital e trabalho. Era ainda rara a associação explícita de problemas como, por exemplo, as endemias, ao capitalismo, sendo os problemas de saúde pública concebidos, antes, como problemas de moral e de higiene, e como um grave obstáculo à almejada prosperidade econômica. Essa concepção levaria ao surgimento de um movimento composto, principalmente, por médicos e políticos, dentre outros, para combater as endemias, responsáveis por uma parte considerável da mortalidade,

especialmente em espaços urbanos. Em 1920, os problemas de saúde seriam reconhecidos como questões políticas e públicas de primeira ordem, sendo criado o Departamento Nacional de Saúde Pública. Desta forma, tornava-se competência da união a promoção e regulação das respostas aos problemas de saúde pública. Não desapareceu, contudo, a assistência associada a instituições e movimentos religiosos. Um dado importante neste período é a presença da ação de senhoras da sociedade, católicas, que se dedicavam ao amparo de crianças e órfãos, e a atividades caritativas nos albergues, paróquias, associações de benemerência, escolas paroquiais e ações de preparação para o trabalho.

Nessa fase histórica, o Estado aparece, na melhor das hipóteses, como um regulador da atividade assistencial, mais do que um prestador de cuidados. O paradigma da higienização, e as políticas que ele inspirou, são exemplares desse posicionamento, em que a intervenção direta sobre as situações de carência e de vulnerabilidade continuavam a ser remetidas para entidades que davam continuidade a um modelo assistencialista.

A presença do Estado, fazia-se sentir, ainda, através de mecanismos de repressão. A situação de pobreza era, assim, compreendida, institucionalmente, mais como uma incompetência do ser humano em prover a sua subsistência e de sua família em patamares satisfatórios, do que como consequência das relações de produção e da ordem social e política historicamente instituídas. As mazelas decorrentes desta situação eram tratadas como desvio de personalidade, alvo legítimo dos aparelhos coercitivos do Estado. Por isso, no Brasil, até 1930, a pobreza era vista como caso de polícia, não era entendida como uma questão social. Eram assim colocadas em paridade enquanto manifestações de marginalidade ou “delinqüência” a mendicância, o ato infracional, o alcoolismo, a violência, a exploração sexual ou a situação de viver na rua.

No período de 1930 a 1940, durante a presidência de Getúlio Vargas, foi desenvolvida, pela primeira vez e de maneira sistemática, um corpo de legislação trabalhista. A Constituição de 1934, que teve influência da Constituição Alemã de Weimar, incorporou um conjunto de medidas sociais dirigidas aos trabalhadores assalariados e suas famílias. Eram contemplados direitos sociais ligados à família, ao trabalho – incluindo férias remuneradas, ou o regime de trabalho de mulheres e crianças. Proibia o trabalho antes dos 14 anos, o trabalho noturno aos menores de 16 anos e, em indústrias insalubres, aos menores de 18 anos e às mulheres.

Em decorrência da multiplicação das mazelas sociais, e das divergências com a Igreja, Getúlio Vargas, criaria, em 1935, um comitê nos moldes do “Council of Social Service” norte-americano, coordenado por figuras com posição de relevo na sociedade, objetivando a efetivação da triagem dos problemas sociais que necessitavam de atendimento emergencial, determinando as demandas atendidas e as instituições filantrópicas que receberiam subsídios do Estado. Mas foi somente em 1938, que surgiu a primeira regulação da Assistência Social no Brasil, com a criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), ligado ao Ministério de Educação e Saúde, composto por pessoas com experiência na área. O Conselho deveria dar seqüência ao trabalho do comitê, e procurou fazê-lo de forma organizada e sistematizada, em função da importância que assumia a assistência social enquanto campo de ação governamental.

A entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial com o envio de uma força expedicionária à Itália, contribuiu para a criação, em 1942, da primeira instituição governamental de assistência, a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) presidida pela Primeira Dama da República. Visava essa instituição atender os familiares dos pracinhas que haviam partido para a frente de combate. Posteriormente se constituiu na maior instituição com presença nas demais cidades brasileiras. Em seus primórdios, a atividade de assistência social da LBA destacava-se no atendimento emergencial às situações de calamidade, de seca, nos sertões, ou aos desabamentos. Posteriormente, estendeu o seu trabalho à família, à criança e à gestante, e a demais segmentos menos favorecidos.⁴² “Nela foi estabelecido o vínculo entre o público e o privado, a parceria entre o Estado, o empresariado e o voluntariado para atender a pobreza” (Sposati, 1988). Em 1946, foi redefinida como instituição de defesa da maternidade e da infância, criando unidades próprias com creches, lactários, maternidades e hospitais infantis, além das parcerias com instituições privadas. Nesse mesmo ano, a nova Constituição legitimou a assistência social vinculada à previdência social.

Na década de 60, é criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM, para o atendimento ao segmento infanto-juvenil envolvido com práticas infracionais, abandonado, em situação de rua. Ainda sob a vigência do código de menores de 1927, um código segregador e discriminatório, a instituição se notabilizou por uma metodologia repressiva, com pouca relação com a noção de cuidado.

⁴² Cf. MDS (2009)

No contexto da ditadura militar instituída em 1964, foi criado, em 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social. Deste fazia parte a Secretaria de Assistência Social, com a responsabilidade pela política de combate à pobreza, direcionada aos excluídos do mercado de trabalho. Apregoava a necessidade de sair do mero assistencialismo, de ser apenas um apêndice da previdência. Com este ordenamento foram criados, entre outros, programas sociais voltados à área da educação, habitação e alimentação. São exemplos de iniciativas nesses campos o processo de alfabetização pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL; a construção de casas populares para famílias de baixa renda em conjuntos residenciais, pelo Banco Nacional de Habitação–BNH; a complementação alimentar pelo Programa Nacional de Alimentação–PRONAM. Este arcabouço, em que estavam inseridos programas e projetos, denotava a setorização dos serviços. Há de se considerar, entretanto, que a assistência social, nesse momento, começa a desvincular-se da filantropia, não obstante ser usada como instrumento de propaganda do sistema vigente.

Conquistas, mesmo que mínimas, resultaram de pressões. Os agentes e os movimentos sociais apresentavam proposições que se aproximam da afirmação do sentido do cuidado, ainda que tal processo fosse lento e difícil. O cuidado vai se aproximando, se recriando, se qualificando.

Nesse contexto, a situação política do país ensejou a mobilização da sociedade civil visando a restauração da democracia; os profissionais, no âmbito da luta por mudanças, iniciaram um processo de discussão objetivando a estruturação e sistematização da assistência social. A Secretaria de Assistência Social viria assim a conquistar uma outra posição, contribuindo para que fosse gestada uma Proposta Nacional de Assistência Social, imputando ao Estado o dever de materializá-la, através da garantia de direitos sociais aos necessitados. Com esta compreensão, em 1985 foi criado o 1º PND – Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República⁴³ –, que destinou à assistência social o estatuto de política pública. Nesta nova visão, o usuário é reconhecido como sujeito de direitos que deve ter voz e vez nas decisões. Essa postura contrapõe-se ao modelo caritativo tutelador dos assistidos, e que fora a marca da assistência social durante muitas décadas.

Para que fosse legitimado esse novo paradigma – da assistência social como direito e política pública –, foram imperativas e decisivas as discussões, propostas e articulações

⁴³ Período de redemocratização do País, após 21 anos de gestão militar.

promovidas e coordenadas pelos profissionais vinculados a paradigmas emancipatórios, em que se destacaram os assistentes sociais, para a ampliação dos direitos sociais, no contexto do debate prévio do texto constitucional, numa manifestação da importância, no processo constitucional, da mobilização da sociedade civil. Como resultado, na Constituição Federal de 1988, a assistência social foi contemplada com um capítulo próprio.

2.1.1 Superação do assistencialismo: intenção e ação do cuidado

A Assistência Social tem o estatuto de política pública assegurado na Constituição Federal Brasileira aprovada em 1988, compondo com a saúde e a previdência o Sistema de Seguridade Social, desvinculando-se assim da concepção de política complementar à previdência. No Art. 194 é preceituado que “a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

Constitui-se a Carta Magna em um divisor de águas na trajetória da assistência social, pois a dimensão da cidadania é assegurada por um conjunto de direitos, que é dever do Estado promover. São especialmente relevantes os seguintes artigos:

“Art.203. A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art.204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no Art.195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I–descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II–participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (1988: 130 - 193).

O Art. 203 preceitua, assim, as demandas e situações a serem atendidas, e o Art. 204 delinea a arquitetura administrativa, a fonte de recursos e as diretrizes que subsidiarão a Política de Assistência Social.

A incorporação do “sentido do cuidado” na Política de Assistência Social decorre do avanço democrático que permitiu aos atores que participaram de movimentos sociais e partidos, especialmente os sintonizados com propostas emancipatórias, inserirem essa orientação na Constituição Federal de 1988 e nos documentos programáticos e legais subsequentes. Entre as definições formais e a efetiva realização desse “sentido do cuidado”, contudo, colocaram-se muitos obstáculos, decorrentes das contradições próprias das dinâmicas sociais e das tensões internas à ação do Estado. Isso se tornou patente com a criação do Ministério do Bem Estar Social, na contramão dos avanços da Constituição Federal. Este órgão vitalizou práticas assistencialistas aos moldes da LBA. Os movimentos sociais insurgiram-se ante essa orientação. Na luta destes contra o paradigma vigente representado pelas forças conservadoras, e para assegurar os avanços contemplados no texto constitucional, foi elaborada uma Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). A primeira redação da LOAS, em 1990, foi vetada no Congresso Nacional - outras leis orgânicas a antecederam, como a da saúde em 1990 e da previdência em 1991. Transcorreram três anos até à promulgação da LOAS em 1993, sendo finalmente implementada em 1995. A Lei estabelece, em seus parâmetros, que é da responsabilidade da Política de Assistência Social prover mínimos sociais à sociedade brasileira.

A LOAS (1993) se consubstancia em um texto legal, tradutor de um conjunto de proposições garantidor de direitos, regulamentando os artigos 203 e 204 da Constituição Federal. No artigo 1º, preceitua que a assistência social é uma política de seguridade social não contributiva, sendo os mínimos sociais os parâmetros que deverão subsidiar esta política.

Enfatiza que a Política de Assistência Social está sob a regência dos seguintes princípios, consoante o artigo II, seção I, artigo 4º:

“Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; Universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência as populações urbanas e rurais; Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas, projetos assistenciais, bem como dos serviços oferecidos pelo poder público e dos critérios para a sua concessão”. Institui o atendimento das necessidades de proteção social - básicas e especiais.

Apesar da importância da LOAS e dos princípios que ela (re)afirma, há um caminho ainda longo e difícil a ser trilhado na construção da universalidade de atendimento, dos mínimos sociais, da cidadania, do direito. Nestas circunstâncias, finca-se a responsabilidade da LOAS na coordenação e execução de políticas na área da assistência social. O Conselho de Assistência é responsabilizado pelo controle dessas políticas a nível federal, regional e local, podendo assim ser considerado como um “vigilante do cuidado” **tendencialmente** alinhado com as exigências e propostas da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais.

Após a promulgação da LOAS, muitas das suas proposições foram vitalizadas, entre elas a criação de uma Política de Assistência Social, em 1998, e a elaboração da norma operacional básica (NOB), em 1997, amparada nos seguintes princípios: legitimação do sistema descentralizado e participativo; ampliação do âmbito de competência dos governos Federal, Municipal e Estadual; instituição da exigência de Conselho, Fundo e Plano Municipal de Assistência Social como condição para o município receber recursos federais. Em 1998, nova edição da norma operacional básica estabelece a diferença entre serviços, programas e projetos; concede maiores atribuições aos Conselhos de Assistência Social; cria espaços de negociação e participação – comissões intergestoras bipartite e tripartite - que reúnem representações municipais, estaduais e federais de assistência social capazes de promover o

diálogo entre os três níveis, determinando a ação de cada nível governamental e acertando os aspectos financeiros.⁴⁴

Em 1999, a assistência social é desvinculada do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), e a Secretaria de Assistência Social é transformada em Ministério da Assistência Social (MAS), absorvido, em 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

As mudanças são processos que vão ser implantados em curto, médio ou longo prazo, dependendo das forças sociais que estão no poder e das tensões e conflitos que atravessam o Estado e a sociedade. No domínio da assistência social, emergiu assim um cenário em que as políticas continuaram se pautando pela fragmentação, ausência de sistematização e organização lógica das ações, com avanços pontuais, e um agravante histórico que consistia na descontinuidade dos programas e projetos, por parte dos governantes, que não honravam as iniciativas que alcançavam resultados positivos quando traziam a marca dos seus antecessores.

Neste contexto, foi decisiva a ação dos profissionais e representantes da sociedade civil que, através de um conjunto de mobilizações e iniciativas, contribuíram para criar condições que permitiram a gestação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

2.1.2 A Política Nacional de Assistência Social enquanto expressão do cuidado.

O final do século XX assistiu ao acirramento dos fenômenos da pobreza e da exclusão, num contexto de ascensão do neoliberalismo, com graves questões sociais subsidiando multifacetadas formas de violência. Sposati (1988: 130) salienta, contudo, diferenças entre aqueles dois fenômenos: “(...) por conter elementos éticos e culturais, a exclusão também se refere à discriminação e à estigmatização. Consequentemente, pobre é o que não tem, enquanto o excluído pode ser o que tem sexo feminino, cor negra, opção homossexual, é velho, etc”.

São inegavelmente numerosos os que, na sociedade brasileira, somam à condição de pobres a de excluídos, com relevo à população negra, que recebeu a herança de uma sociedade marcada pela presença plurissecular da escravidão. Mas é importante reconhecer que, não obstante as mazelas sociais, as últimas décadas testemunharam importantes conquistas, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Orgânica da Assistência

⁴⁴ Disponível em www.mds.gov.br.

Social, a Política Nacional da Assistência Social, o Sistema Único da Assistência Social, o Sistema Único de Saúde e o Estatuto do Idoso. Em todas estas realizações, é perceptível o sentido do cuidado como eixo organizador de novas formas institucionais.

Mas é igualmente importante destacar que, apesar da afirmação de direitos inscrita nas diversas legislações, a agudização das vulnerabilidades e situações de risco pessoal e social de considerável parcela da população brasileira denuncia um Estado que está ainda longe de dar cumprimento efetivo ao imperativo do cuidado, o que se traduz em bolsões de miséria, violência e insegurança pública. Neste sentido, a resposta estatal tende a acontecer quando há ameaças de desestabilização do *status quo*. Em um cenário histórico de destituição de direitos, a assistência social metamorfoseia-se e busca caminhos emancipatórios em meio a tantos descaminhos.

Fruto de ampla mobilização da sociedade civil, a Política Nacional de Assistência Social, enquanto política pública, propõe-se assumir e promover a cidadania, divorciando-se do assistencialismo; contempla a centralidade da família e a garantia de convivência familiar e comunitária. Concebe o ser humano enquanto sujeito desses direitos, o que se consubstancia nos seguintes dispositivos - já preceituados na Constituição Federal, através dos artigos 203 e 204, anteriormente citados, e regulamentados pela LOAS:

Art. 1º. “Proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a velhice, buscando a integração no mercado de trabalho, possibilitando a habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência, promovendo-as no que denomina de vida comunitária;

Art.2º, § 2º: Garante um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso, que não têm como prover a sua sobrevivência nem de ser provido pela família;

Art. 5º, § único. Propõe-se a enfrentar a pobreza, garantir mínimos sociais, atender as contingências sociais e a universalização dos direitos sociais”⁴⁵.

No que tange a definição dos mínimos sociais, Sposati (1998) reitera que estes são os pressupostos para a cidadania, incluindo a oferta da oportunidade de educação, saúde, trabalho, segurança e qualidade de vida, e não somente o atendimento de necessidades básicas.

Esses direitos sociais, consignados na Constituição Federal e na LOAS, se propõem a garantia de sobrevivência em patamares satisfatórios, sendo oportunizado à população o

⁴⁵ Cf Política Nacional de Assistência Social (2004)

acesso às demais políticas públicas. Para essa materialização foram criados programas, projetos, reestruturaram-se as instituições, implementaram-se os programas existentes. Estrutura-se um novo reordenamento da Assistência Social com o estabelecimento de duas diretrizes, conforme elucida a Constituição Federal, no Art.204: descentralização administrativa e co-participação do governo e da sociedade civil. O referido artigo, apesar de constitucionalmente assegurado, começa a ter efetividade, em 2004, a partir da aprovação da Política Nacional de Assistência Social. O poder é descentralizado, não devendo sediar-se apenas na esfera da União, como acontecia antes da aprovação da Constituição Federal, em que assumia a responsabilidade pela elaboração de programas e projetos, desconsiderando as peculiaridades de cada região. Nas novas circunstâncias, a União vai se retirando de muitas dessas funções, e assumindo o seu papel de grande coordenadora. O Estado também se reordena, e o município passa a assumir a gestão da Política de Assistência Social.

Enquanto primeira diretriz, o Estado deve, portanto, constituir-se no coordenador das ações executadas nos municípios, disponibilizando apoio técnico, assessoria e recursos financeiros. A Política de Assistência Social deve ser municipalizada, e nesse processo de descentralização o município torna-se o grande responsável pela execução da política de assistência, com o apoio do Estado e da União. A segunda diretriz, consignada na Constituição Federal, refere-se à participação da sociedade civil organizada, através de duas formas: como executora dos programas sociais, por intermédio de entidades como as Organizações Não Governamentais (ONGs), que estão legitimadas para a execução da política de assistência; ou assumindo o controle social, que deve ser exercido pelos Conselhos de Assistência Social. A participação da sociedade nesse controle, fiscalizando, acompanhando, normatizando a política é imperativa, assim, como a responsabilidade dos conselhos nacionais, estaduais e municipais, além da gestão de fundos de Assistência Social no âmbito orçamentário. À situação de pulverização de ações e serviços neste domínio respondeu a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, conforme preceituado na PNAS.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dá efetividade à assistência social enquanto Política Pública de Estado. Desta forma, é alterado o modelo de gestão, bem como a forma de financiamento da assistência social. Estabelece-se um novo pacto federativo embasado em garantias de autonomias legais, sob a égide de cooperação institucional. Esse reordenamento amplia-se, objetivando uma única concepção da política de assistência social

numa ótica emancipadora, focada no atendimento ao ser humano na sua totalidade, e com respeito pela sua subjetividade:

O modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional da rede de serviços sócio-assistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados e Municípios”. (PNAS, 2004: 24).

O SUAS (2005) realiza a proteção social através de um conjunto de ações que inclui programas, projetos, benefícios e serviços objetivando prevenir situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social, no atendimento de forma especializada a indivíduos e famílias em situação de direitos sociais violados.

São preceituados, na sua arquitetura, dois níveis de proteção social: Básica e Especial

- *Proteção Social Básica*

Objetiva o atendimento integral às famílias, para a prevenção à violação dos direitos, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O atendimento é realizado nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades públicas estatais responsáveis pela oferta de serviços continuados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. O CRAS é considerado o portal de acesso aos programas sociais. É implantado em territórios com maior vulnerabilidade social, e para isso deve assentar-se nos índices diagnosticados pelos institutos de pesquisa, como o IBGE. Atende as demandas do Programa Bolsa Família (PBF); Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); Programa Pró-Jovem, e Programa de Atendimento Integrado à Família (PAIF). Segundo o MDS (2009), foram instalados 2.242 CRAS em 1.627 municípios, atendendo, aproximadamente, 9 milhões de famílias. Para a manutenção dos CRAS são destinados recursos de R\$ 200 milhões ao ano. Num CRAS, a população é atendida primeiramente pelo PAIF, através do preenchimento do cadastro único (CAD-Único), que se

constitui em um instrumento que mapeia a situação de vida dos atendidos nas variadas áreas. Após esta diagramação, o atendido deve ser inserido ou encaminhado aos programas e projetos não só da assistência social, mas também das demais políticas, visando o enfrentamento das vulnerabilidades apresentadas.

- *Proteção Social Especial de Média Complexidade*

Operacionaliza um conjunto de serviços voltados ao atendimento, orientação e apoio especializado e continuado de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimentos de vínculos familiares, nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Um CREAS é, portanto, uma unidade pública estatal. Assenta em três vigas mestras: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado de Abordagem Social; Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa⁴⁶ de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);

- *Proteção Social Especial de alta Complexidade*

Propõe-se assegurar proteção integral - moradia, alimentação, atendimento psicossocial - à famílias e indivíduos que estão destituídos de referências ou ameaçados na sua integridade física e psicológica e precisam ser retirados do convívio familiar. Essa proteção pode ser realizada, por exemplo, através do acolhimento em abrigos.

Não obstante a sistematização do atendimento através das proteções - básica, média e alta complexidade -, há de se considerar que apenas gerenciar as expressões da questão social não é condizente com o sentido do cuidado. Este sentido emerge, quando são vitalizados a cidadania, os aspectos sócio-familiares e o intelecto-afetivo. Quando estas dimensões não são

⁴⁶Segundo o ECA(1990), as medidas sócio-educativas destinadas ao adolescente de 12 a 18 anos incompletos que comete ato infracional são: advertência, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida (L.A), prestação de serviços à comunidade (PSC), semi-liberdade, internação. Para os delitos considerados de menor gravidade, como furtos e roubos, dependendo do contexto em que acontecem, o adolescente normalmente é sentenciado com uma medida de meio aberto (LA ou PSC), por um período de seis meses, prorrogáveis se necessário. Para os delitos graves, como latrocínio e homicídio, a sentença é de uma medida em meio fechado, como semi-liberdade ou internação, por um período de três anos. Independentemente da medida, o adolescente deverá ser acompanhado por uma equipe técnica visando construir um novo projeto de vida. Quando o ato infracional é cometido por uma criança, ela deverá ser encaminhada a um abrigo, o mesmo acontecendo quando o adolescente encontra-se em situação de risco, mas não cometeu ato infracional.

contempladas, não se vive, apenas se sobrevive, e limitar-se à sobrevivência não contempla a multidimensionalidade do humano, sem consideração da qual não se pode falar em cuidado.

Significativa parcela do segmento infanto-juvenil inserido nas modalidades de alta e média complexidade encontra-se à espera de elegibilidade em um dos programas de transferência de renda: Bolsa família, Pró-jovem, PETI. Nos documentos que consignam a sistematização e ordenação da assistência social considero, no contexto dos programas direcionados ao segmento infanto-juvenil, que três categorias aparecem na sua elaboração: a transferência de renda, o protagonismo e o empoderamento, e a resiliência, conforme as situações de vulnerabilidade e riscos em causa.

No que tange à transferência de renda, objeto de discussão no item 1.2, os programas se propõem auxiliar os que se encontram fragilizados economicamente, compondo as camadas empobrecidas, que historicamente vêm reproduzindo a situação de marginalizados do usufruto de bens e serviços. A ótica da transferência de renda calca-se no princípio de que o benefício é um direito que este segmento tem, mas a que não teve acesso no decorrer da sua vida, o que culminou com a transgeracionalização da condição de pauperização.

Aliados à transferência de renda, o protagonismo, o empoderamento, e a resiliência constituem-se em mecanismos imperativos no processo de transformação das condições de dominação. Como observa Costa (2004:1), a palavra protagonismo “é formada por duas raízes gregas: *proto*, que significa ‘o primeiro, o principal’; *agon*, que significa ‘luta’. *Agonistes*, por sua vez, significa ‘lutador’. Protagonista quer dizer, então, lutador principal, personagem principal, ator principal”.

Deste ponto de vista considera-se que não há construção de protagonismo quando ocorre ausência de indagações que propiciem conhecimentos pormenorizados e adequados acerca da situação em que a demanda se encontra, o que implica ações sinérgicas à sua transmutação, que possibilitem o despertar da consciência crítica, protagonizando novos episódios na sua vida e na dos segmentos excluídos e marginalizados. O protagonismo terá de estar associado a um processo de participação social e política, pró-ativa e ética, envolvendo interferências positivas na dinâmica da sociedade.

A condição do protagonismo é o empoderamento, individual e/ou coletivo. Este, segundo Baqueiro (2007: 3) se refere a “um processo contínuo que fortalece a autoconfiança de grupos populacionais desfavorecidos, capacitando-os para a articulação e explicitação de

seus interesses, transformando-os em demandas articuladas em apoio à comunidade”. Neste sentido, cria-se um arsenal de conhecimentos e forças sociais que estimula as demandas a inserir-se no processo decisório da sua comunidade, da sua cidade, do seu país, através da participação nas esferas públicas e privadas, construindo-a com responsabilidade ética e política.

A resistência às situações adversas, que irrompem no caminho do protagonismo, pode ser compreendida por referência ao conceito de resiliência⁴⁷. Os estudos de Mastern e Coastsworth (1998) ressaltam que a resiliência encontra-se constitutivamente ligada à influência positiva que o ser humano recebeu na sua trajetória de vida, que pode ter sido de uma pessoa, da família, da escola, da comunidade, contribuindo para o seu fortalecimento. No mesmo sentido, Rutter (1987: 316-331) assevera que “a resiliência não é um atributo fixo, mas a combinação de vulnerabilidade e de mecanismos de proteção em resposta a situações de risco que operam em pontos críticos durante a vida. Para incentivar a resiliência é preciso determinar os processos ou mecanismos de proteção que reduzem o risco”.

Nos termos que têm vindo aqui a ser utilizados, poderia dizer-se que a relação resiliência / empoderamento / protagonismo constitui-se em um itinerário conducente às condições que possibilitam o *cuidado institucional*, e é possibilitadora de transformações à medida que o caráter universal enfatizado nas legislações se tornar uma realidade nos programas da assistência social. Um programa pode ser considerado como protagônico quando na sua ação a criança e o adolescente são considerados sujeitos principais do seu desenvolvimento, o que implica na construção de uma história eivada de justiça e equidade social, econômica e política.

2.1.3 Programas da Política de Assistência Social

Os programas visam à erradicação da extrema pobreza e conseqüentemente da violência provocada pela situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social em que está inserida significativa parcela da população brasileira, e em que se destacam crianças e adolescentes. Mas, se não apresentarem efetividade, desde a primeira infância, e caráter universal, podem

⁴⁷ “Do ponto de vista físico e mecânico, resiliência é a qualidade de resistência de um material ao choque, à tensão, à pressão que lhe permite voltar, sempre que é forçado ou violentado, à sua forma ou posição inicial, por exemplo, uma barra de ferro, um elástico, uma mola”. (Tavares, 2001:45)

contribuir para que o segmento infanto-juvenil busque estratégias diversas de sobrevivência, entre as quais a entrada nos circuitos da exploração sexual. As principais concepções e diretrizes destes programas são apresentadas no quadro a seguir, e nas discussões posteriores.

QUADRO Nº 1 – PROGRAMAS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMAS	OBJETIVO	INCLUSÃO	CONDICIONALIDADES	BENEFÍCIO	ATENDIDOS	EIXOS ESTRATÉGICOS	MODALIDADE
Bolsa Família (PBF)	Assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e pela conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.	-Famílias que possuem renda mensal entre R\$ 70 e R\$ 140 por pessoa com crianças ou adolescentes de até 17 anos. -famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa qualquer que seja a idade dos membros da família.	-Educação: Frequência mínima de 75% à escola; -Saúde: cuidados básicos vacinação e consultas periódicas	-Básico: R\$68,00, se a percapta for até R\$70,00, acrescido de até 03 variáveis (R\$22,00 por criança) -Variável: 22,00 por criança e adolescente até 15 anos, no máximo três pessoas, se a percapta for mais de R\$70,00. -Complementação com uma bolsa de R\$33,00. Podendo ter acesso até 02 adolescentes com idades de 16 e 17 anos.	12.582.844	-Transferência de renda; -Direitos a saúde e educação; -Programas complementares: geração de trabalho e renda; de alfabetização de adultos; de fornecimento de registro civil e de mais documentos	Transferência de Renda
Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	Contribuir para a erradicação de todas as formas de trabalho infantil no País.	-Crianças e Adolescentes de 07 a 16 anos que estejam trabalhando	Filhos preservados de qualquer forma de trabalho infantil; Frequência mínima de 75%, na escola e na jornada ampliada; participação das famílias nas atividades sócio-educativas e projetos de geração de emprego e renda ofertados.	R\$40,00 por criança às famílias residentes em capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes; 03 benefícios por família e mais um abono de R\$ 120,00 e R\$ 25,00, por criança para as famílias residentes em outros municípios ou em áreas rurais.	20.600.000,00	-Serviço sócio-educativo ao segmento afastado do trabalho; -Transferência de Renda para suas famílias. -Ações sócio-assistenciais com foco na família.	Transferência de Renda
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Garantir a proteção social não contributiva da Seguridade Social	-Idosos com 65 anos ou mais; -Deficientes de qualquer idade (PCD).	-Comprovação de Incapacitado (a) à vida independente e ao trabalho; -Comprovação de não ter como garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família.	01 salário mínimo – R\$ 510,00	1.704.800 (PCD) 1.582.009 -idosos	- Identificação dos idosos e dos deficientes que se encontram em situação de vulnerabilidade para garantir-lhes direitos	Transferência de Renda
BPC ESCOLA	Garantir o acesso e permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência.	-Deficientes em idade escolar	Acesso e permanência nos estudos.	01 salário mínimo – R\$ 510,00	Não informado	-Identificação dos presentes e dos ausentes da escola; as principais barreiras para o acesso e permanência na Escola; -Realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação destas barreiras; -Realizar acompanhamento sistemático das ações e programas dos entes federados que aderirem ao programa.	Transferência de Renda

(Des)Cuidado institucional e exploração sexual de crianças e adolescentes na metrópole da Amazônia

PROGRAMAS	OBJETIVO	INCLUSÃO	CONDICIONALIDADES	BENEFÍCIO	ATENDIDOS	EIXOS ESTRATÉGICOS	MODALIDADE
Pró-Jovem Adolescente	Complementar a proteção social básica criando mecanismos para garantir o direito à convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção e permanência do jovem no sistema de ensino, promovendo a inclusão de jovens, qualificando e valorizando a sua participação social através de atividades sócio educativas.	-Jovens entre 15 e 17 anos, de famílias beneficiárias do bolsa família, -Egressos ou em cumprimento de medidas sócio-educativas; -Egressos do PETI; -Egressos ou vinculados aos programas de combate ao abuso e à exploração sexual.	-Frequência à escola; -Saída das situações infracionais do trabalho infantil e da violência sexual.	R\$30,00 limitado a dois benefícios por família.	27.773.175,00	-Convivência social; participação cidadã; e o mundo do trabalho, desenvolvidos através de 06 temas transversais: direitos humanos e sócio assistenciais, trabalho, cultura, meio ambiente, saúde e esporte.	Programa Sócio-assistencial
CREAS Enfrentamento da Violência Sexual	-Propiciar atendimento às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, vítimas de violência sexual, extensivo às suas famílias, -Fortalecer a sua auto-estima e propiciar o auto conhecimento, - auxiliar a construção de um processo de inclusão social através da participação em projetos, possibilitar a integração e ou a reintegração à vida familiar, social e comunitária e - instalar um fórum permanente, palco de debates e promoção da criança e do adolescente.	Crianças de 0 a 12 anos e adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, vitimados pela violência sexual.	Participação no plano de atendimento psico-social para enfrentamento da violência.	-Oriundos do PETI ou do PBF	10.130.000,00	-Análise da Situação; -Mobilização e Articulação; -Defesa responsabilização; -Atendimento; -Prevenção; -Protagonismo Juvenil.	Programa Sócio-assistencial

Fonte: Síntese a partir dos dados do Ministério do Desenvolvimento Social - www.mds.gov.br

Infere-se, portanto, que, a efetiva realização do cuidado depende de como funcionam os programas, das articulações entre eles e com as demais políticas públicas e sociais. Mesmo os incluídos não estão livres de virem a encontrar-se em situações de vulnerabilidade e de busca de estratégias de sobrevivência destrutivas, se a regulação for a tônica principal da operacionalidade destes programas.

- *Programa Bolsa Família – PBF*

Ao longo da história do Brasil, desde a época colonial, proliferaram grandes contingentes populacionais empobrecidos, sem participação no acesso à riqueza produzida, com os consequentes problemas de acentuada e persistente desigualdade, social, econômica e política. As famílias brasileiras conheceram, assim, destinos diferenciados, em função dos níveis de renda ou do acesso a privilégios sociais e políticos. Não obstante essas diferenças, às famílias sempre foi imputada a responsabilidade de prover às necessidades básicas de sua prole, independentemente da sua posição social e condições de vida.

Séculos de desatenção às famílias mais vulneráveis, de assistencialismo e clientelismo presente nas políticas públicas e sociais, ensejaram sua fragilidade, emocional, cultural e econômica e contribuíram para que as questões sociais vicejassem, envolvendo não só os adultos, mas o segmento infanto-juvenil. Este quadro só dá lugar ao reconhecimento deste segmento como constituído por sujeitos de direitos a partir das Convenções Internacionais, da Constituição Federal de 1988, e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. As legislações afirmam garantia de direitos a patamares satisfatórios de sobrevivência a famílias marcadas pela vulnerabilidade, em que se destacam crianças e adolescentes enquanto seres em desenvolvimento. O artigo 227 da Constituição Federal (1988), referendado pelo ECA (1990), assegura direitos sociais e humanos ao segmento infanto-juvenil, preceituando o compartilhamento de responsabilidades:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Direitos assegurados na lei são estabelecidos se articulados a um conjunto de ações que viabilizem mudanças; na ausência destas, ocorrerá um hiato entre as legislações e o contexto. Apesar de, nos termos da PNAS, ser atribuída centralidade à família e as necessidades que apresentam, são notórias as ausências de ações que concretizem essa centralidade. Apesar de há muitas décadas ser preceituado o atendimento à família, e este ter sido realizado episodicamente, continuam a surgir novas gerações atingidas por diferentes formas de vulnerabilidade.

A acentuação da exclusão econômica, social e política associada ao neoliberalismo teve efeitos nas políticas direcionadas à população, já que o Estado dividiu a responsabilidade de atendimento aos vulneráveis com o terceiro setor, não obstante a promulgação da LOAS. Esta divisão de responsabilidades não foi suficiente para a mudança nas situações dos segmentos miseráveis para os quais a fome era um problema presente no seu cotidiano. Mas ela ensejou outras iniciativas, como a do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), que em 1993, implantou a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que se ancorava na certeza de que democracia e miséria eram incompatíveis. O mapa do Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA apontava 32 milhões de brasileiros como vivendo abaixo da linha da pobreza, o que contribuía acentuadamente para fragilizar as relações familiares e agudizar os problemas sociais decorrentes da destituição social, econômica e política.

A fragilidade das políticas foi assim revelada através de uma das mais óbvias manifestações de violação de direitos humanos, a fome. A ação conduzida por Betinho possibilitou a instalação de comitês em todo o País, instigando a participação social. Toneladas de alimentos foram assim distribuídas aos que tinham fome, não só de alimentos, mas de cidadania. Longe do assistencialismo que vinha marcando a assistência aos menos favorecidos com esporádicas distribuições de cestas básicas, de forma indireta, em áreas de maior concentração de miséria, a iniciativa de Betinho pode ser considerada como significativa no contexto de transferência direta. Esta mobilização, junto a outras da sociedade civil, contribuiu para que, ainda na década de 90, alguns programas de distribuição de renda fossem implementados através do Comunidade Solidária, em parceria com organizações não governamentais, voltados para a profissionalização dos jovens.

Diferentes iniciativas realizadas no campo da transferência de renda, como o Bolsa Escola em Campinas-SP, no Distrito Federal, e em Belém, que também não tinham caráter universal, constituíram-se, assim, em inspiração para a implantação do Programa Bolsa-Família. Soma-se a

este quadro o fato de existirem, ainda que pulverizados, vários programas no campo da transferência de renda, além do Bolsa-Escola, como, por exemplo, o vale - gás, a bolsa alimentação do Ministério da Saúde, ou a bolsa alimentação do Programa Fome Zero. Esses programas foram unificados em 2003, através de uma única forma de renda, o Programa Bolsa-Família (PBF), considerado o de maior abrangência do governo federal.

A inscrição no Programa é feita no PAIF, através do Cadúnico, que avaliará a situação da família para a inscrição no PBF ou nos demais programas, sendo responsabilidade das equipes regionais a constatação da veracidade dos dados apresentados pelos candidatos, o que em determinadas cidades nem sempre é efetivado devido à ausência de infra-estrutura institucional. Pode assim estar a ser comprometida a funcionalidade desta ação, já que a elegibilidade é estabelecida pela Caixa Econômica Federal, de forma aleatória, pressupondo-se que todos os inscritos necessitam do benefício. O programa preceitua, para a sua efetividade, a articulação com as demais políticas, como as de saúde e de educação.

Segundo o IBGE (2009), o Brasil tem uma população de 190 milhões de habitantes, dos quais 70% em situação de pobreza; destes, aproximadamente 10% é beneficiário do PBF, o que significa que aquele que é considerado o maior programa de transferência de renda do País não abrange todas as famílias que por ele deveriam ser cobertas. Isso implica que enquanto os beneficiados não forem alvo de monitoramento e avaliação e os que estão à margem do usufruto de bens e serviços continuarem sem acesso aos programas assistenciais, passando pela experiência da exclusão econômica, social e política, as situações que tornam a população refém da violência e o segmento infanto-juvenil protagonista central dessa violência, seja no papel de vítima, seja no de vitimizador, continuarão a encontrar terreno fértil.

- *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI*

Existe, desde a época colonial, a crença arraigada, na sociedade brasileira, de que criança pobre deve trabalhar. As naus portuguesas traziam crianças e adolescentes, denominados de *pagens* e *grumetes*, oriundos de segmentos empobrecidos de Portugal, aos quais eram entregues trabalhos, que muitas vezes eram pesados, incompatíveis com as capacidades físicas dos que estavam inseridos na faixa etária de 10 a 15 anos (Ramos: 1997).

Já no século XX, em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) assegurou direitos ao trabalhador, entre as quais a instituição do salário mínimo, de férias, de aposentadoria, de duração máxima de jornada de trabalho, e estabeleceu a idade mínima de 14 anos para o trabalho nas fábricas. Entretanto, os que desenvolviam atividades nas ruas, em atividades informais, ou no meio rural, continuaram a ser submetidos a formas de exploração incompatíveis com os princípios em que assentavam as leis trabalhistas. Em meio rural, em contextos em que era comum a participação no trabalho de todos os membros da família, tendeu a naturalizar-se o trabalho de crianças, muitas vezes associada à necessidade de mobilização intensiva de força de trabalho, para certas tarefas. Tornou-se assim comum assumir que a criança pobre deveria trabalhar, e não frequentar a escola ou dedicar-se a atividades lúdicas. A educação e o lazer eram reservados às crianças de famílias ricas ou abastadas, ou daqueles que tinham condições para assegurar a sua educação e para lhes proporcionar condições para as atividades que hoje são associadas à infância. Foram estas algumas das condições que tornaram frequente a procura, por crianças, do espaço da rua como espaço onde poderiam encontrar meios de subsistência. Essas crianças não eram necessariamente, crianças sem família. Mas eram os problemas encontrados por estas que contribuía para alimentar essa população de crianças (sobre)vivendo na rua. Os pais estavam frequentemente em situação de desemprego, ou auferiam rendimentos insuficientes para prover à família. Nessas circunstâncias, as crianças apareciam como um recurso alternativo ou complementar de geração de renda para a família.

Até à década de 80, este problema foi invisibilizado ou excluído dos programas assistenciais, que atendiam às crianças que se encontravam nas ruas a realizar algum tipo de trabalho, procurando evitar que elas fossem vítimas de violência, e que tivessem um centro de atendimento onde pudessem ter acesso a alimentação, convívio e momentos de lazer.

A partir da publicação da CLT, que determinou a idade de 14 anos como idade mínima de acesso ao trabalho, outras medidas legislativas se seguiram, com a Constituição Federal confirmando a mesma idade mínima e o ECA, explicitando o preceituado pela Carta Magna, acrescentando que se pode aceder à condição de aprendiz a partir dos 12 anos. Foi proibido, todavia, o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para os menores de 18 anos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), através das Convenções nº 138 e 182, por sua vez, estabelece a idade de 16 anos como idade mínima de entrada no mercado de trabalho. A Convenção nº 182 determina a proibição das “piores formas de trabalho infantil”, incluindo a escravidão, a

prostituição e o tráfico de entorpecentes, que prejudiquem a saúde, a segurança ou a moral das crianças e dos adolescentes, apelando a que sejam elaboradas e implementadas ações para a erradicação dessas situações. No Brasil, ratificando essa deliberação, foi promulgada, em 1998, a Emenda Constitucional nº 20, que preceitua a idade mínima para o trabalho de dezesesseis anos e, para a condição de aprendiz, de catorze anos.

Ressalte-se que, apesar do preceituado na Constituição Federal, o trabalho infanto-juvenil só começou a ser, efetivamente questionado a partir das discussões para a elaboração do ECA, no final da década de 80. As primeiras iniciativas de combate a essa situação aconteceram em 1995, com a Implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que visava enfrentar o problema através da transferência de renda e da jornada ampliada.

Esta implantação teve como respaldo a pesquisa, em 1995, do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), que identificou cerca de 9,5 milhões de crianças e adolescentes da faixa etária de 5 a 17 anos trabalhando no Brasil. No período de 1995 a 2001, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), registrou, aproximadamente, 5,5 milhões de crianças e adolescentes, entre os 5 e os 17 anos, nessa situação. Desse contingente, 300 mil encontravam-se na faixa etária de 5 a 9 anos, 2,8 milhões entre 10 e 15 anos e 2,4 milhões entre os 16 e 17 anos de idade. Durante o período de 1995 a 2001, registra-se um decréscimo na utilização da mão de obra de crianças e adolescentes, que cai de 9,5 milhões em 1995 para 5,5 milhões em 2001, sendo essa redução atribuída à atuação do PETI. Dados do PNAD, em 2006, apontam que trabalhavam 5,1 milhões de crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos de idade. Destes, 1,4 milhão estavam inseridos na faixa etária de 5 a 13 anos. Se considerarmos a informação para o período de 2001 a 2006, houve um decréscimo de apenas 400 mil crianças e adolescentes. A situação é complexa, pois pode significar que, enquanto uns saem deste tipo de atividade, outros, excluídos dos programas assistenciais, ingressam nele. Mas os dados podem também significar que nem todos os que receberam o benefício deixaram de trabalhar. Por outro lado, o número de beneficiados é desproporcional ao contingente que não foi incluído no programa.

Dados colhidos da Análise Situacional do PETI – 2006 (MDS) informam que o maior contingente de crianças e adolescentes que trabalha é do sexo masculino e oriundo de áreas urbanas; as crianças e adolescentes do sexo feminino encontram-se mais no trabalho doméstico; os jovens negros se destacam. Metade dos trabalhadores infantis não recebe qualquer remuneração por seu trabalho. 22,7% das crianças e adolescentes não estudam, com maior

incidência entre os 16 e 17 anos. Os que trabalham e estudam apresentam atraso na escolarização, com idade avançada em relação à série cursada.

Em 2000, visando intensificar o combate ao trabalho infanto-juvenil, através da fiscalização, foi firmada a parceria do programa com o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). Entretanto, essa ação se processa no setor formal, sem afetar as situações de atividade em espaços públicos.

Apesar do conteúdo das legislações, o habitus amparado na crença de que é “melhor trabalhar do que roubar” e a dificuldade de inserção das famílias no mercado de trabalho, levam-nas a legitimar o trabalho infantil. Nas cidades, as crianças aparecem nas vias públicas vendendo os mais variados produtos. A situação agrava-se no meio rural, em que os empregadores assumem a normalidade do trabalho de crianças e adolescentes. Neste contexto, estes realizam atividades insalubres e perigosas em carvoarias, olarias, madeireiras, corte de cana; nas fazendas em que seus pais trabalham vivenciam, junto com eles, situações que podem ser comparadas, em muitos casos, às da escravidão. São frequentes as seqüelas graves, decorrentes das atividades incompatíveis com a sua idade, como a amputação de membros, de mãos, dedos, braços e pernas, e a penalização do desenvolvimento físico, mental e intelectual das crianças e adolescentes. Significativa parcela deixou de frequentar a escola, ou nunca teve acesso a esta.

- *Programa Pró-Jovem adolescente*

Adolescentes e familiares que vivenciam padrões de exclusão vêm nas políticas públicas a oportunidade de mudar a sua realidade, já que os programas apregoam a possibilidade de se constituírem em sujeitos de direitos. A crescente situação de violência em que o segmento juvenil ora encontra-se na condição de vítima, ora de vitimizador, expressam a extrema vulnerabilidade econômica e a fragilidade dos laços sociais e afetivos. Justamente por isso, o Pró-jovem tem como demanda egressos do PETI, os vitimizados pela violência sexual e os que cometeram ato infracional, desde que estejam cumprindo medida sócio-educativa, ou na condição de egresso.

Na década de 80, diante da expressiva violência envolvendo adolescentes em variados delitos, a maioria com vivências de rua e na rua, na mais contundente situação de abandono e de sujeição a múltiplas violências, inclusive institucionais, Paulo Freire refletia: “Como é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha

não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. Apesar da importância da educação cognitiva, ética e política, estamos perante segmentos excluídos da escola, da dignidade, da afetividade. Para abranger estes segmentos vulneráveis, foi criado o Pró-Jovem adolescente que visa “apoiar diretamente o jovem, complementar a proteção social à família, por meio de ações que proporcionem alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social decorrente das condições de pobreza e das desigualdades sociais, que afligem milhares de famílias das várias regiões do nosso país”. (MDS, 2008:7).

Criado em 2005, o Pró-jovem absorveu outros programas destinados ao mesmo público, como o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. O projeto inclui quatro modalidades: Pró-Jovem Adolescente, Rural, Trabalhador e Urbano.

A demanda a quem se destina o Pró-jovem, vivencia processos de vulnerabilidade e de risco pessoal e social, e somente uma pequena parcela consegue inclusão no programa. Desta forma a realidade vem se processando na contramão do protagonismo, pois a vulnerabilidade experienciada pelos jovens assenta no desemprego, sub-emprego ou emprego intermitente dos seus pais, o que significa baixos salários ou ausência de renda, levando-os a procurar estratégias com consequências destrutivas como mecanismo para suprir as suas múltiplas carências.

Os eixos estruturantes do programa buscam consolidar a convivência social, a participação cidadã e o mundo do trabalho, objetivam a formação ética e crítica do adolescente. Os beneficiários, divididos em turmas, participam das atividades do programa duas vezes por semana, sendo assim criadas oportunidades para serem viabilizados os eixos estruturantes que visam fortalecer e reconstruir os vínculos familiares, comunitários, a dimensão de cidadania, as relações interpessoais, o respeito das diferenças e a preparação para o mundo do trabalho; a dimensão cognitiva e crítica é materializada através de atividades que despertem a criatividade. A reconstrução de laços, para uma convivência familiar e comunitária que se pretende que seja saudável, implica também considerar a prevenção, para que as interferências oficiais não aconteçam apenas quando a situação chega a patamares extremos, como é o caso deste programa, já que os seus beneficiários são os egressos de medidas sócio-educativas, do PETI e da violência sexual.

A preparação para o mundo do trabalho é a força motriz, pois muitos adolescentes cometem ato infracional ou se submetem a múltiplas violências, como a exploração sexual, pela situação

de miséria em que se encontram. A expectativa ligada ao programa é a de que, quando o jovem resgata direitos que lhe foram negados, a sua consciência crítica despertará, possibilitando uma formação política, ética e criativa com responsabilidade e acesso às políticas sociais, e a convivência afetiva com sua família e com a comunidade em geral. Desta forma o programa pretende contribuir para a formação de pessoas com capacidade para intervir ativa e responsabilmente na sua vida e no mundo. Para isso, não basta a transferência de renda, mas é necessária a promoção ativa dos eixos que o programa se propõe desenvolver.

2.2. O Programa Sentinela e o enfrentamento da violência sexual

A estratégia de sobrevivência buscada por uma população está associada às relações econômicas e sociais existentes. Comparando-se o Brasil com países em que a relação salarial se generalizou, garantindo uma estabilidade, mesmo que relativa, a significativo contingente da população, verifica-se que a exclusão está, em boa medida, relacionada com a proteção (com todos os seus limites) conferida pela condição de acessibilidade. No Brasil, em virtude da sua construção econômica e política, a exclusão envolve pessoas à margem do circuito da estabilização.

Como o contexto socioeconômico, político e cultural brasileiro ainda não incorpora como dimensões centrais da cidadania a justiça e a equidade social, multifacetadas estratégias de sobrevivência vão se sedimentando e produzindo crianças e adolescentes em situação de exploração sexual. Na parcela da população destituída do acesso às condições básicas de existência, esta condição se manifesta de forma mais acentuada.

O processo de exclusão, social, econômica e política pode ser entendido também como destituição da identidade social, pois ao não ser possibilitadas a construção dessa identidade através, por exemplo, da escolarização ou do trabalho, ganham maior visibilidade e maior urgência o corpo e as suas necessidades básicas. Neste contexto, a mercantilização do corpo é a senha para a inclusão na sociedade. Apesar da vulnerabilidade dos segmentos à margem do sistema de produção, destituídos do usufruto de bens e serviços, evidencia-se que a exploração sexual emerge e se materializa sem que seja decorrente apenas da exclusão econômica, ou seja, como fenômeno oriundo da pobreza. É importante reafirmar, contudo, que o segmento infanto-juvenil explorado sexualmente não adentrou nesta situação por opção, mas por uma questão de necessidade, de pobreza, de abandono, por multifacetadas formas de violência, pela fragilidade

das relações sociais, éticas, familiares, institucionais, organizacionais, que o vão empurrando para este caminho. A vulnerabilidade é socialmente construída, e é uma das expressões do descuido com o humano.

Durante muito tempo, a exploração sexual não fez parte da agenda institucional. Atravessaram-se séculos em que, não obstante encontrar-se encravada na história, foi invisibilizada no contexto social e institucional. Somente nas últimas décadas do século XX, mais precisamente em meados da década de 80, esta situação saiu, ainda que timidamente, do porão em que ficou escondida. As primeiras denúncias enfatizavam que crianças e adolescentes dos segmentos vulnerabilizados da população, ao estarem vendendo os mais variados produtos nas ruas, feiras e praças, eram assediadas pelos feirantes, comerciantes, caminhoneiros e demais pessoas que transitavam nestes espaços, que se prevaleciam da sua carência de condições elementares de sobrevivência. Essas situações foram se multiplicando e tomando proporções crescentes.

Com a promulgação, em 1990, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), calcado na proteção integral, são legitimados direitos ao segmento infanto-juvenil, desde a vida intra-uterina. Na arquitetura desses direitos, são preceituados mecanismos para assegurá-los, devendo ser criadas estruturas para essa viabilização. A partir dessa legislação, aparecem as denúncias de violência e abuso sexual. No seu Art.5º, o ECA determina: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. O Cap. II - Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade – estabelece, no seu Art. 17: “O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. Enfatiza, ainda, no Art.18: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

Na Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lahale, 1992), o Estado, a família, e a sociedade também são responsabilizados pela proteção integral e especial à população infanto-juvenil, em relação a todas as formas de violência física ou mental, ferimentos ou abusos, inclusive sexuais (Art. 19); indução ou coerção a participar de atividades sexuais

ilegais; exploração em apresentações e materiais pornográficos (Art. 34); rapto, venda ou tráfico para qualquer finalidade (Art. 35).

Ao ser removido o véu que secularmente soterrou a violência sexual, foram sendo tecidas, no final da década de 90, as redes de proteção preconizadas no ECA, envolvendo instâncias governamentais e não governamentais, o judiciário, fóruns nacionais, estaduais e municipais para o enfrentamento do abuso e exploração sexual. Essa organização serviu de base para a criação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, matriz do Programa Sentinela.

A mobilização e organização da sociedade civil, através de um circuito conectivo, peticionando e exigindo mudanças, é fator decisivo para que o poder público ao sentir-se pressionado, dê respostas exequíveis aos problemas. E foi essa conexão e força que cobrava articulação e procedimentos sistematizados que possibilitou a parceria entre governo e sociedade civil organizada, sendo criado em 2000, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, legitimado por aproximadamente 160 entidades sociais e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). O público alvo é formado por crianças na faixa etária de até aos 12 anos e por adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, vitimados pela violência sexual. Foi estabelecido que os centros de referência e serviços de atendimento especializado (CREAS) deveriam ser equipados para atender esta demanda.

O Plano Nacional constitui-se “em um instrumento de garantia e defesa de direitos de crianças e adolescentes que pretende criar, fortalecer e implementar um conjunto articulado de ações e metas fundamentais para assegurar a proteção integral à criança e ao adolescente em situação ou risco de violência sexual”. Em termos do que é propugnado no Plano, os objetivos estão centrados em uma perspectiva de garantia de direitos, concebendo o segmento em uma dimensão de cidadania, contribuindo para o atendimento das situações de maior fragilidade, buscando os recursos da rede para a sua efetivação.

Os seis eixos estratégicos do Plano Nacional são os seguintes (2000: 6):

- *Análise da Situação*

Conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes em todo o país, o diagnóstico da situação do enfrentamento da problemática, as condições e garantia de

financiamento do plano, o monitoramento e a avaliação do plano e a divulgação de todos os dados e informações à sociedade civil brasileira;

- *Mobilização e Articulação*

Fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; comprometer a sociedade civil no enfrentamento dessa problemática; divulgar o posicionamento do Brasil em relação ao turismo sexual e ao tráfico para fins sexuais e avaliar os impactos e resultados das ações de mobilização;

- *Defesa e responsabilização*

Atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e capacitar os profissionais da área jurídico-social; implantar e implementar os conselhos tutelares, o SIPIA e as delegacias especializadas de crimes contra crianças e adolescentes.

- *Atendimento*

Efetuar e garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, por profissionais especializados e capacitados;

- *Prevenção*

Assegurar ações preventivas contra a violência sexual, possibilitando que as crianças e adolescentes sejam educados para o fortalecimento de sua autodefesa; atuar junto à frente parlamentar no sentido da legislação referente à Internet;

- *Protagonismo Juvenil*

Promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e comprometê-los com o monitoramento da execução do Plano Nacional”.

Esses eixos estão organicamente vinculados e são desenvolvidos e explicitados, com propostas, sugestões, estratégias, encaminhamentos, cabendo a cada cidade adequá-lo à sua região. A forma como os eixos estão organizados e a proposta de uma nova reordenação será discutida no capítulo 5.

O Plano coloca como basilar o monitoramento e a avaliação, e para isso sugere a criação do Fórum Nacional pelo Fim da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, que deverá reunir organizações do governo e da sociedade civil para o acompanhamento da implantação e implementação das ações do Plano Nacional. Esse Fórum, entretanto, foi já criado.

No que tange as condições objetivas para a efetivação do plano, apóia-se no ECA, que estabelece a exigibilidade do dever da família, da comunidade, da sociedade civil em geral e do poder público, referendando o Art. 227 da Constituição Federal e o ECA. Para isso, será “sustentado por um conjunto articulado de forças e atores governamentais, não governamentais e organismos internacionais que, mediante manifesta vontade política, operacionaliza o enfrentamento da violência sexual, contra crianças e adolescentes, por meio de metodologias e estratégias adequadas, construídas sobre base de consenso entre as partes” (Plano Nacional, 2000:4). Reafirma-se ainda o estabelecido no ECA: “os princípios da proteção integral, da condição de sujeito de direitos, da prioridade absoluta, da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, da participação/solidariedade, da mobilização/articulação, da gestão paritária, da descentralização, da regionalização, da sustentabilidade e da responsabilização” (Plano Nacional, 2000:5).

- *Reordenamento 1– O Programa Sentinela*

Em Junho de 2001, o Plano foi revisado, passando a ser denominado “Programa Sentinela”. Enquanto programa do governo federal, passou a ser coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social. Constitui-se em “um conjunto de ações de assistência social, desenvolvido nos municípios, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vitimados pela violência, bem como de seus respectivos familiares”. Tem como finalidade “oferecer um atendimento técnico, multiprofissional e humanitário ao seu público alvo, assim como tratar os fatos revelados com clareza e fazer seus encaminhamentos adequados à realidade constatada para as instâncias adequadas. Para ser conseqüente e eficaz, necessita de uma rede articulada de serviços para garantir a proteção integral às crianças e adolescentes vítimas das violências” (Sentinela, 2001).

O Programa Sentinela propõe-se penetrar até ao âmago do problema, atacando-o a partir de diferentes ângulos. Os seis eixos estratégicos, que faziam parte do Plano Nacional, foram mantidos, continuando a apontar para um atendimento universal, incluindo a prevenção.

Em 2005, o Sentinela, que, enquanto programa, dispunha de uma estrutura específica para o atendimento à violência sexual, transforma-se em mais um dos serviços a serem

operacionalizados no CREAS, denominado de Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes⁴⁸.

- *Reordenamento 2- Enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes*

A nova configuração do programa Sentinela em “serviço” suscitou um novo reordenamento das funções e papéis dos agentes institucionais. O programa dispunha de uma equipe específica; a sua transformação em serviço juntou-o aos demais programas da assistência social, operacionalizados no CREAS. Na nova arquitetura do serviço, são mantidos os eixos estratégicos, havendo um detalhamento da metodologia. O atendimento continuará no CREAS de abrangência local ou regional, ou pelo deslocamento de equipes em territórios e domicílios.

- *Metodologia proposta segundo o novo reordenamento*

O reordenamento resultante da transformação do programa Sentinela em serviço trouxe consigo uma nova formulação da sua metodologia, que contempla os seguintes aspectos:

- Permanente articulação com a rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, bem como com o Sistema de Garantia de Direitos (Ministério Público, Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude, Defensoria Pública e outros).
- Ações de prevenção e busca ativa que, por intermédio de equipes de abordagem em locais públicos, realize o mapeamento das situações de risco e/ou violação de direitos que envolvam crianças e adolescentes. Sempre que, no acompanhamento ou busca ativa, forem constatadas situações de violência ou exploração de crianças e adolescentes, deve ser comunicada à autoridade competente, sem prejuízo de notificação junto ao Conselho Tutelar;
- Atendimento psicossocial e jurídico por meio de procedimentos individuais e grupais, que considerem: a centralidade na família, visando a superação de situações adversas e a reconstrução/fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; o compromisso fundamental de proteção à criança e ao adolescente; a necessidade de identificar o fenômeno e avaliar riscos; a compreensão da família em sua dinâmica interna e externa; a necessidade de atenções específicas de caráter social, psicológico e jurídico a crianças, adolescentes e famílias.

⁴⁸ A discussão da arquitetura do Serviço de Enfrentamento à Violência Sexual está baseada nas informações fornecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS e pelo Plano de enfrentamento à violência sexual.

A metodologia dá conta do caminho a trilhar para alcançar os objetivos a realizar através de uma determinada ação. Quando uma das componentes dessa metodologia não está articulada com as demais, são comprometidos os resultados. A operacionalização de um método, por sua vez, não é independente da definição de uma orientação da ação de sentido mais emancipatório ou mais regulatório.

As ações desenvolvidas devem estar em consonância com as garantias constitucionais, a LOAS, a PNAS, a NOB/SUAS, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes e o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa à Convivência Familiar e Comunitária.

Crianças e adolescentes vitimizadas pela violência sexual podem ser beneficiários do PBF e do PETI - por ser a exploração sexual considerada uma das formas mais degradantes de trabalho. As adolescentes constituem-se em demanda a ser atendida no Pró-jovem adolescente.

Os benefícios não são, evidentemente, uma solução mágica para todos os problemas; eles são um direito, que como tal deve ser assegurado, mas que não se sustenta por si só; recria-se, quando articulado a outras políticas, fertiliza-se com metodologias criativas, efetiva-se enquanto mecanismo de inclusão no combate a violência quando o seu caráter é universal.

2.2.1 A propósito da transferência de renda

No patamar da garantia de direitos, uma das formas de enfrentamento da situação de extrema pobreza se centra nos programas de transferência de renda, pressupondo-se, também, ser uma forma de evitar o fomento da violência. A concessão de renda é um direito do cidadão em virtude da sua condição de vulnerabilidade social, sem emprego, ou subempregado, sem moradia digna, sem uma alimentação adequada, conseqüentemente, sem acesso ao usufruto de bens e serviços.

Os programas inseridos na Política de Assistência Social seguem um encadeamento, visando a inclusão das famílias e dos jovens a partir das faixas etárias em que estão inseridos, buscando a prevenção das situações de risco, para que as próximas gerações não reproduzam a exclusão social, a econômica e a política. Nesta articulação vem à tona um paradoxo, dado que não obstante o PBF transferir renda para famílias com crianças a partir de 0 anos, o atendimento institucional só é pensado aos sete anos, deixando à deriva os que se encontram na primeira infância - até aos seis anos. Nesta faixa etária, um programa que garanta a sua inclusão e

permanência em creches ainda não é majoritário, já que o número de estabelecimentos é inferior, segundo o IBGE (2010) ao da demanda que necessita destes serviços. A primeira infância foi considerada responsabilidade da área da educação, no contexto da educação básica. Nesse sentido, as creches deveriam reorganizar-se para prover em seus espaços, o maternal, jardim e alfabetização.

Desta forma, estabeleceu-se um hiato com a Política de Assistência Social, que historicamente vinha assumindo aquela função, também com debilidades, não obstante a política para a educação infantil prever essa articulação. O município é o responsável em assegurar amparo a esta demanda. Isso implica criar estabelecimentos, creches, para atender os que se encontram em situação de vulnerabilidade. Nesta ausência estabelece-se um paradoxo, já que não há produção de prevenção, ainda que haja evidência de que considerável parcela de crianças pode estar a vivenciar a fragilidade de suas famílias, desde o útero materno, sendo vitimizadas por multifacetadas formas de violência, permanecendo sozinhas em casa, sendo cuidadas ou cuidando de seus irmãos, ou tendo a rua como companheira no seu desenvolvimento. Daí à exploração sexual vai um passo que é dado com muita frequência. Ao não ser priorizado o atendimento assistencial à primeira infância, há uma colisão com o *cuidado institucional*, já que neste o que foi chamado de responsabilidade raiz deve ser viabilizada desde a primeira infância.

Os programas da assistência social, na sua formatação, prevêm a promoção da emancipação dos vulneráveis, estabelecendo a concessão de renda, no caso do PBF, de maneira temporária, devendo assegurar durante esse tempo a inserção dos responsáveis em programas de geração de emprego e renda. Entretanto, o fato de o PBF, não ter caráter universal, pois não é assegurado a todos os que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, colide com os direitos sociais, e pode configurar situações de violência institucional.

Os responsáveis pelas famílias inseridas no PBF encontram-se desempregados, até porque essa é uma exigência para a elegibilidade. Neste sentido, a inclusão nos programas de geração de renda, previstos pela PNAS, desde que em consonância com as exigências do mercado, representa a possibilidade de inserção no setor formal de produção, já que o mercado globalizado exige um profissional não apenas qualificado para a função, mas com escolaridade compatível. Entretanto, se este aspecto não for vitalizado, sedimenta-se a tutela, dado que o benefício constitui-se na alternativa de sobrevivência da família, que se agarra a este como um náufrago em busca de salvação, ultrapassando o prazo estipulado para a sua concessão.

Deve-se ter em atenção que a linha que separa, nas condições em que são implementadas estas políticas, de uma proposta de emancipação da criação de uma tutela por via da dependência de uma prestação é muito tênue. A diferença dependerá da existência de ações que promovam a cidadania, já que a emancipação subentende o direito a uma vida digna, em patamares satisfatórios em todas as suas dimensões, como bem enfatiza a Política de Assistência Social. A tutela, em contraste, remete para a subordinação, confinando os beneficiários a um assistencialismo que já foi repudiado pela PNAS.

A geração de emprego e renda apresenta, nesta perspectiva, um paradoxo. As posições dos estudiosos divergem entre os que acreditam que os beneficiados deverão prover seu sustento e os que consideram que não se pode estabelecer esse tipo de exigência. Para Pontes (2007), considerável parcela das políticas para os pobres, exige uma contrapartida que, no jargão político é o “antídoto do assistencialismo”. Essa contrapartida nasceu da idéia de que o pobre, ao receber o recurso do Estado, deve dar algo em troca.

Acredita-se que, para não ser assistencialista, é indispensável instituir algum tipo de exigência ou de obrigação ao receptor do benefício. Essa visão liberal da política assenta no pressuposto de que os beneficiários vão receber algo imerecido, pois não trabalharam para essa concessão. A justificativa da melhor condição social e humana de vida, na visão liberal, tem que nascer do trabalho, caso contrário não terá validade. Uma outra concepção, que ainda se situa dentro do campo liberal, assenta na idéia de que as pessoas estão recebendo transferência de renda por uma questão de justiça social. Estão na situação em que se encontram não por essa condição resultar necessariamente da sua vontade, mas devido a condições estruturais, porque o mercado de trabalho é fechado, não integrando todos os que procuram trabalho, e segmentando a oferta em função da escolaridade e da qualificação. A ausência de escolaridade e de qualificação pode, ela também, ter resultado de circunstâncias que não são da vontade do beneficiário. Essas pessoas, sendo excluídas do usufruto de bens e serviços e dos direitos sociais, vêm assim negada a sua condição de cidadãs, e por isso deverão receber do Estado os recursos indispensáveis a uma vida com um mínimo de qualidade, compatível com a cidadania.

Por outro lado, para evitar imposição de um situação de tutela, é necessário criar condições para que a política seja suficientemente eficaz, de modo a possibilitar que os contingentes beneficiados venham a ultrapassar a condição em que se encontram, acedendo a uma situação que lhes permita uma vida com dignidade.

Neste contexto, há de se refletir que Marx considerou o trabalho fundamental na vida do ser humano, a partir do momento que ele pode se recriar e recriar o mundo, a natureza. Desta forma, é incentivada a autonomia. Mas, se for considerado um eterno vulnerável, se não lhe for propiciada condições de trabalho e de cidadania para sair deste estágio, vitaliza-se a tutela, o assistencialismo. Como bem coloca Antunes “o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas” (1999: 121).

Para erradicar determinado problema, a transferência de renda, normalmente, surge como “salvação”, na agenda dos programas levados a efeito. Apesar de tal se constituir em uma estratégia mais avançada do que as formas mais tradicionais de assistência social e de praticar política social, centradas nos gabinetes dos políticos e das primeiras damas, apresentando caráter eleitoreiro pautando-se no clientelismo, instituindo a ótica do favor, da benesse, é importante considerar os seus efeitos no reconhecimento e na prática da cidadania.

Não obstante as mudanças ocorridas na educação, na saúde ou na assistência social, essas mudanças pautaram-se por um crescimento que correspondeu, em grande medida, à massificação de alguns serviços e, em significativos aspectos, à sua, mesmo que relativa, ineficácia: os fundos são aplicados, o sistema é criado, a lei é elaborada e depois executada, mas o sujeito-alvo da política em causa não deixa necessariamente de estar em condição de vulnerabilidade. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que inclui a exploração sexual, é uma boa ilustração dessa situação. Apesar de significativa parcela das bolsas atribuídas pelo programa terem chegado às famílias beneficiárias, permitindo que as crianças frequentem a escola e abandonem o trabalho, os resultados estão ainda aquém do desejado, especialmente em termos de abrangência da população-alvo potencial. Uma parte significativa do segmento infanto-juvenil continua excluída da escola, ou acumulando o trabalho e a escola. Os dados do MDS assinalam o decréscimo, ainda que limitado, do trabalho infantil, mas, este continua a ser frequente, sendo elevado o número de crianças e adolescentes que estão nas ruas, vendendo os mais variados produtos, ou trabalhando, dentre outras, em carvoarias, olarias, perpetuando uma dinâmica perversa em que, de cada vez que alguns saem dessa situação, outros são forçados a entrar nela, especialmente quando a prevenção junto da família não foi realizada com a precocidade desejável. Por trás de uma criança trabalhando podem existir adultos desempregados, subempregados, drogados, exploradores, explorados, ou apenas uma família cuja miséria retrata a

necessidade de intervenção do Estado para que possa ser dada resposta às suas necessidades básicas.

É possível argumentar-se que, como o nível de carência é acentuado, os benefícios são insuficientes para alterar qualitativamente a vida dessas famílias. Todavia, para enfrentar a questão do risco social, a resposta não reside apenas na transferência de renda, pois existem outras situações no cotidiano da família que necessitam de encaminhamentos. A eficácia das políticas públicas neste domínio não depende apenas das transferências de recursos monetários ou de bens de primeira necessidade. Ela obriga a considerar outros fatores que contribuem para forjar o cotidiano dessas famílias, com as suas histórias de vulnerabilidade econômica e social, de privação cultural e de negação de cidadania.. A experiência familiar passa por conflitos, múltiplas formas de violência, pelo desemprego ou subemprego, pela dificuldade de acesso à informação que permita uma participação ativa na vida social, mas também pelos efeitos de carências de acesso a moradia e a saneamento básico ou à saúde, à educação e ao lazer.

No caso do segmento infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade – de que a exploração sexual constitui uma das situações que requerem resposta mais urgente - não se pode avaliar a situação de risco apenas pelas carências econômicas e pela fome enquanto efeito que conduz à procura de meios de sobrevivência, mas tem de considerar-se, também, outros fatores que contribuem para que o envolvimento no mundo da exploração sexual apareça como uma saída possível. Esses fatores incluem a ausência da escola, a negligência da família ou o abandono, ou ainda a agressão física, sexual e psicológica, que frequentemente ocorre dentro da família. É esta multidimensionalidade das situações de vulnerabilidade do segmento infanto-juvenil que suscita desafios complexos às instituições públicas e à responsabilidade social, ética e política dos seus gestores e agentes.

Na arquitetura das políticas públicas dirigidas a famílias com carência e a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, parece existir uma propensão para atribuir à transferência de renda um estatuto privilegiado e um poder desmedido de resposta aos problemas. Essa propensão vai de par com a negligência em relação aos fatores subjetivos que contribuem, para configurar comportamentos conflitantes e outros mecanismos que contribuem para que a criança continue em situação de risco e vulnerabilidade, exposta à violência sexual, mesmo que esteja inserida em algum programa de transferência de renda. A fragilidade dessas políticas poderá, assim, assentar na dificuldade em relacionar os efeitos da transferência de renda com as

transformações na qualidade de vida dos beneficiários, nas relações intra-familiares, na reconfiguração das subjetividades.

Considerável parcela de programas não chega a responder às múltiplas necessidades dessas pessoas, apesar dos fundos públicos aplicados na criação de uma infra-estrutura de atendimento. Essa falta de resposta pode, como foi sugerido, estar associada ao abandono de outras dimensões, centradas na subjetividade, na percepção da história de vida de cada um, numa compreensão mais particularizada das experiências e condições de cada família. A chegada do benefício às famílias processa-se, assim, de forma diferenciada, e com resultados distintos, que podem ou não corresponder às intenções que subjazem ao programa. A política é universal, mas não pode prescindir do conhecimento da singularidade, tem que considerar a especificidade dos casos, e para isso não é suficiente transferir renda e cobrar a frequência a escola ou ao serviço de saúde. Só uma abordagem que contemple a relação da universalidade e da singularidade, apoiada num processo rigoroso de monitoramento e avaliação, permitirá definir com precisão o número das famílias alcançadas em relação com as que são potencialmente beneficiárias do programa e identificar nestas as que saíram da condição de pobreza, da miséria, da exploração sexual, do trabalho infantil.

Não é apenas, pois, a multiplicação e a abrangência dos programas que importa considerar. É importante também que esses programas sejam qualificados. Há os que argumentam que a qualificação encarece a política, porque obriga à criação de uma rede de atendimento. Neste sentido, o nível de responsabilidade e de ética irão apontar ou para o alcance qualitativo dos contingentes alvos dessas políticas, gerando maior justiça social, ou para o mascaramento da situação de vulnerabilidade, mantendo os beneficiários num grau de sobrevivência, de tutela, de não cidadania e de exclusão da participação política, social e econômica. Se a política é temporária, é necessário o atendimento à população nas suas multidimensões para que consiga sair da situação que a vulnerabiliza, e isso não se faz sem o mapeamento da progressão social nessa família, se conseguiu se desvencilhar do grau de vulnerabilidade, se atingiu um grau de bem estar social. É preciso atentar para o critério de merecimento que está por trás dos discursos e não da sustentabilidade da condição social enquanto direito.

É necessário particularizar a política porque a vulnerabilidade é pessoal embora ela guarde ligação com todos os vulneráveis, com todos os excluídos, com todos que foram banidos do consumo, do mercado de trabalho, guarda uma relação universal, mas ela se particulariza. Neste

contexto, para uma família que está vulnerável há gerações, cumprindo o ciclo de pobreza, de violência sexual, não se pode somente transferir renda e tutelá-los. O *cuidado institucional* resgata as dimensões universais e singulares do humano.

Por muito tempo só se acreditou em vias macro: macro econômica, macro-política, como solução. Mas, há de se considerar que existe uma tradição de empobrecimento e de pobreza política, como bem coloca Pedro Demo. A maior parte da população é muito pobre, acostumada ao clientelismo, dificultando a sua superação. Não é só uma questão macro; é uma questão de cultura (Pontes: 2007). Por isso é um caminho importante na política enfocar o subjetivo, o individual, o familiar, com o macro das políticas, dentro do campo da filosofia política, dos valores éticos e políticos, que ao não ser desocultado o valor, a matriz política que o embasa, corrobora-se com discursos que parecem progressistas, mas que ao serem descortinados reproduzem a velha cartilha liberal. As políticas públicas apresentam dificuldades em atingir seus objetivos porque carecem de investimento no seu fortalecimento, no confronto com a fragilidade social com que lidam, sejam crianças e adolescentes, sejam as famílias, seja de combate à pobreza, porque no âmago a grande política é uma só, e precisa encontrar o rumo dentro de um Estado capitalista, no cerne de uma sociedade com uma tradição de exclusão social como a brasileira. Neste sentido, precisa ser avaliado se a prioridade que se tem dado a política é suficiente para o tamanho do problema social que se apresenta. A política precisa se qualificar para que cumpra a sua missão: a redistribuição de renda, diminuir as injustiças sociais, trabalhar as relações intra-familiares e os conflitos nas suas variadas dimensões.

E, para mensurar os avanços e entraves não se pode prescindir do monitoramento e da avaliação, importantes ferramentas, previstas pelo MDS, para mensurar a efetividade dos serviços prestados às demandas e possibilitar novos encaminhamentos. Na sua ausência pode-se estar a contribuir para a fragilidade dessas políticas, quando ainda não se tem visibilidade concreta acerca dos mecanismos da prevenção e da reversão da vulnerabilidade já instituída.

2.2.2 Gestão, monitoramento, e avaliação.

Técnicos e teóricos dos processos de gerenciamento organizacional têm utilizado as categorias gestão, monitoramento, e avaliação como ferramentas importantes na qualificação dos processos institucionais. Na perspectiva da sociologia das ausências o cuidado não é abstrato, ele é experiencial. Nesse sentido, quando da elaborada retórica de programas e projetos, não há

indicador do *cuidado institucional*. Por outro lado, a dimensão experiencial de desatenção e negligência são expressões do descuido para pequenos grupos e coletivos contemplados pelos serviços públicos.

Aos gestores e agentes institucionais responsáveis pela elaboração e operacionalização das políticas públicas convém o conhecimento dos procedimentos teóricos e metodológicos que devem sustentar uma ação. No caso da exploração sexual, cabe considerar se estão preparados para esta função, e se os representantes dos conselhos de direitos, de assistência, responsáveis pelo controle, estão a efetivá-lo baseados na tríade: gestão, monitoramento e avaliação.

Tomando como exemplo à exploração sexual de crianças e de adolescentes, apesar da elaboração do plano de enfrentamento, que subsidia os programas estaduais e municipais, as organizações e seus profissionais, podem ainda não estar conseguindo materializar uma prática profissional, calcada em ações sinérgicas. Existe uma questão de fundo traduzida no hiato entre a execução do serviço e os seus pilares de sustentação, compreendido pelos seis eixos.

A sua arquitetura, desde a primeira versão, centra-se em uma dimensão de cidadania, de garantia de direitos, discutindo, metodologicamente, como se processa a prática profissional. Na versão atual, aprimoram-se os eixos, fazendo uma diagramação de um atendimento na sua totalidade, qualitativo e possibilitador de reversão da realidade vivenciada. Neste contexto, compreender as mediações presentes contribui para o encaminhamento da ação.

No cenário da prática social é imperativo o entendimento de que esta se efetiva por inúmeras determinações. Portanto, é mediatizada. Ao se utilizar os termos “mediatizada” e “mediatizar”, está se evidenciando uma leitura de realidade, que implica a utilização da categoria mediação. Entende-se que,

É uma síntese categorial de elevada universalidade, extremamente objetiva de todas as forças, processos etc., que determinam o nascimento, o funcionamento, e o ser precisamente assim de um complexo. Portanto, não podem existir, nem na natureza, nem na sociedade, nenhum objeto que nesse sentido (...) não seja resultado de mediações. (Luckás, 1979: 90).

Trabalhando com esta categoria, oportuniza-se o movimento do abstrato ao concreto, posto que as mediações são fundamentais para a compreensão e intervenção nas questões a ser

enfrentadas. A ausência de aprofundamento acerca dessa categoria contribui para que práticas sociais sejam executadas, mecanicamente, pautando-se apenas no imediatismo, submetendo-se ao assistencialismo, apesar do discurso inovador.

Em uma práxis que se propõe ser libertária urge capturar no cotidiano o movimento dialógico constituinte da universalidade, particularidade, singularidade, refletindo-os com os sujeitos da ação para que possam no processo reescrever a sua história. A freqüente reelaboração e avaliação da prática possibilita o mapeamento dos tipos de mudanças que foram efetivadas ou não no cotidiano da demanda, criando itinerários que qualifiquem a intervenção.

O SUAS enfatiza a imperiosa necessidade da constante avaliação dos programas por parte da sociedade civil, por meio das suas diversas formas de representação. Essa exigência faz-se necessária, pois a operacionalização pode estar se constituindo em simulacros, quando desconectadas do conhecimento da dimensão social, cultural, humana, dos que demandam seus serviços.

A elaboração e materialização das políticas públicas são norteadas por padrões previamente elaborados, objetivando dar respostas a problemas que se encontram na esfera da visibilidade acentuada. Essas situações de vulnerabilidade, como por exemplo, a exploração sexual, são alvos de uma engenharia política através de programas e projetos. Estratégias são criadas, emergencialmente, já que o Estado precisa mostrar que está combatendo a situação. Neste cenário é montada a estrutura e infra-estrutura de uma determinada ação: dotação de orçamento, liberação de verba, contratação ou remanejamento de funcionário público, articulação política. Entretanto, em que pese toda essa engrenagem, o sujeito alvo da ação, contraditoriamente, pode não ser atendido, ou não deixa de estar em situação de vulnerabilidade.

Existe uma série de senões na arquitetura da política que vão desde a sua construção até a sua materialização. Se a concepção precisa ser reavaliada, a sua operacionalização esbarra em sérios entraves que comprometem o atendimento. No caso de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, a resposta oficial carece de pró-atividade, expressa nas seguintes ausências de elementos próprios do *cuidado institucional*: estratégias de aproximação; atividades que mobilizem a auto-estima; investimento na subjetividade para trabalhar os conteúdos geradores da exploração sexual, investimento na construção de um novo texto histórico para a menina atendida e sua família; discussões acerca da sexualidade na dimensão emoção/corpo, propiciando mecanismos para que essa demanda se projete para o futuro. No que já está posto é necessário

investimento maciço na particularização dessa política, estudando e planejando em conjunto com as famílias que vivenciam situações afins encaminhamentos para mudança na sua história de vida.

O investir nas práticas sociais se alia à prevenção para que os casos não se multipliquem de forma célere. E, para isso, uma nova concepção tem que ser enraizada no seio da sociedade no que tange às relações sociais construídas nas variadas instâncias: família, sexualidade, gênero, infância, adolescência, ética, responsabilidade, respeito.

Para essa operacionalização, não se pode prescindir da análise institucional⁴⁹, objetivando capturar e construir nas particularidades das instituições e organizações uma diretriz de intervenção baseada na ação do instituinte e do organizante. Isso está bem expresso no Movimento Institucionalista, o qual segundo Baremlit (1996: 29), concebe a sociedade como uma rede de instituições “que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens”. Evidentemente, se a categoria *cuidado institucional* for absorvida nessa tematização, não decorrerá uma configuração de compreensão do que é a sociedade, mas de como construí-la com dinamismo em prol do coletivo.

Neste percurso torna-se evidente (ou não) a vitalidade institucional. No caso dos programas de enfrentamento considera-se se a dinâmica ainda está centrada nos cânones do instituído e do organizado, expressos através da burocratização dos serviços, conservadorismo e resistência às mudanças, e ainda muito distante do organizante, dado que as ações organizacionais estando desconectadas da efetividade, esse fosso amplia-se em relação ao instituinte, que se consubstancia em um movimento que visa mudanças qualitativas.

Para que as instituições se sedimentem na relação instituinte / organizante é necessário capturar as forças dos agentes que a compõem e de como se movimentam em campo, o que Bourdieu denomina de “capital”, classificado em quatro tipos: o social, o cultural, o econômico e o simbólico. Neste contexto, o habitus está inserido no cotidiano dos agentes sociais e refletirá as suas práticas sociais.

O conhecimento dessa engrenagem deve fazer parte do currículo, não só acadêmico, mas profissional do gestor, direcionando-o para o gerenciamento das ações. No caso do fenômeno

⁴⁹ Maior aprofundamento da discussão deste item pode ser encontrado em Baremlit (1996), Lane (2001), Rodrigues (1996), Buvinich (1999).

estudado, o gestor do projeto e seus agentes sociais devem ter um conhecimento emancipatório e uma prática condizente. A organização assistencial, para dar qualidade a uma política pública e, conseqüentemente, ao conjunto de programas e projetos que a compõem precisam atentar para a gestão das ações e, concretamente, para o monitoramento e a avaliação. Como afirma Nogueira

a gestão do projeto consiste em dar unidade e coerência ao ciclo de ação. Um projeto tem como conseqüência um conjunto de produtos (gerados via processos de conversão), resultados (previstos nos objetivos e metas) e impactos (mudanças na realidade efetivamente alcançadas). A gestão deve assegurar que tais produtos, resultados e impactos sejam coerentes com a concepção e os fins do projeto, garantindo sua eficácia e efetividade, por meio de uma adequada combinação de recursos (1998:5).

É do planejamento que se origina a gestão de projetos, e em decorrência a responsabilidade com os procedimentos necessários para uma administração calcada na efetividade. Para esta viabilização torna-se imprescindível o uso de ferramentas que centram-se no conhecimento da realidade que fecundará a análise da situação e o diagnóstico, vindo a seguir a tomada de decisão, a implantação da ação, subsidiada pelo controle, o monitoramento e a avaliação (Buvnich:1999). Quando se queima uma etapa comprometem-se as posteriores, e isso pode obstaculizar que os programas de enfrentamento atinjam os objetivos propostos.

Uma etapa que normalmente é queimada, mas que encontra-se nos “eixos estratégicos do enfrentamento à violência sexual”, é a que postula o conhecimento da realidade, que envolve a análise da situação e o diagnóstico, imprescindível na medida em que objetiva propiciar visibilidade ao problema. Entretanto, este procedimento não deve pautar-se apenas em dados quantitativos, como normalmente acontece. É necessário estabelecer aliança com a subjetividade, capturando: padrões de dominação, ciclos transgeracionais, relações sociais e familiares, necessidades, anseios, dificuldades, medos, possibilidades, valores, mitos, crenças, da população alvo da intervenção. Este mapeamento deve ser processado *in loco*, envolvendo não só os sujeitos da ação, mas os demais membros da comunidade, representantes dos centros comunitários, moradores antigos, para reconstruir a realidade social e política daquele local, em que os grupos explorados sexualmente estão inseridos. Para transformar é preciso conhecer. Isso implica em produção de conhecimentos que possibilite construir um painel envolvendo a realidade, a

necessidade e a possibilidade, o que qualificará o diagnóstico. O conhecimento fecundo é componente da perspectiva do *cuidado institucional*. Contrapõe-se, desta forma à perspectiva pragmática em que vivencia-se o binômio problema-intervenção.

Ao privilegiar a análise da situação e o diagnóstico, o “serviço de enfrentamento”, a priori, prima por uma fundação forte que, junto com os demais eixos, constituir-se-á no sustentáculo que direcionará às intervenções. Entretanto, quando esta etapa não é realizada, qualitativamente, as demais serão prejudicadas. E se o trabalho estagna no diagnóstico tornará infrutífera a intervenção, vitalizando-se apenas a esfera da contemplação dos dados. Mas, ao articulá-lo às outras etapas será desenvolvida a escavação de um fenômeno que encontra-se no subterrâneo, materializando-se ações sinérgicas.

Inferre-se, portanto, que os eixos, desde a sua constituição enquanto programa, foram delineados e aprimorados no contexto atual, de “serviço”. Existe, pois, uma diretriz institucional.. Entretanto, gestores e demais profissionais podem não estar a associar-se a estes procedimentos, seja pela incompletude do saber, ou pela insegurança e medo, ou pelo descrédito de que algo pode ser mudado, ou porque naturalizam a relação de dominação e opressão. Isto tem a ver com crenças, valores, tradições, cultura, em que está sedimentada a estrutura de pensamento do ser humano, processo que amalgamou a sua visão de humanidade e de mundo e, conseqüentemente, o seu projeto de sociedade.

A etapa do diagnóstico precisa ser considerada, pois não se pode estabelecer um programa com um conhecimento embrionário da realidade dos explorados sexualmente sem ser elaborado um diagnóstico consistente. Quando isso não acontece e efetiva-se a tomada de decisão, como uma forma de dar resposta à sociedade, às cegas, sem as escavações necessárias, sem uma arquitetura metodológica, compromete-se a efetividade do atendimento. Como afirma Buvnich (1999) a decisão prima pela busca de estratégias e alternativas para enfrentamento da situação diagnosticada, construindo objetivos, metodologias, metas, prazos, cronograma, definindo os resultados esperados, recursos humanos, financeiros, materiais, responsabilidade dos membros da equipe e das instituições que deverão ser parceiras,

Implantada a ação e a materialização das práticas sociais, o controle, que envolve o monitoramento e a avaliação, torna-se o termômetro para capturar se a gestão do projeto está sendo desenvolvida com qualidade. Mas constituir-se-á em um problema quando da ausência de conhecimento para a efetivação destes procedimentos no contexto de programas e projetos

sociais. A operacionalização precisa dar conta dos efeitos e impactos da intervenção sobre a população beneficiária, o nível de mudança na sua vida. Caso não haja uma cultura destes procedimentos no cotidiano institucional, as ações não serão mensuradas. Desta forma, perceber-se-á a eficiência no uso dos recursos financeiros, porém, na mesma proporção pode não ser detectada a efetividade na realização das ações.

O monitoramento envolve a coleta de informações, verifica se, concretamente, o projeto está sendo operacionalizado e se neste percurso atingirá os objetivos a que se propôs, se caminha *pari passu* com o cronograma, se os recursos previstos e os executados estão em consonância, se as metas estão sendo viabilizadas, se os resultados previstos estão sendo alcançados, indica os saltos qualitativos e os entraves, os equívocos cometidos e as mudanças necessárias⁵⁰.

É necessária a criação da mentalidade institucional de que o monitoramento não irá depreciar a equipe, mas contribuirá para que a ação implantada logre êxito. Uma gestão consciente impregna os agentes sociais com as mudanças necessárias e os encaminhamentos que devem ser viabilizados para a efetividade do projeto. Desta maneira poderá ser cessada a histórica resistência que o monitoramento vem sofrendo, bem como as consequências desta ausência.

O resultado do monitoramento é essencial, pois fecundará a avaliação, cujas diretrizes centram-se na tríade: eficácia, eficiência e efetividade. Como afirma Buvinich (1999), no âmbito da eficácia, verificar-se-á se os objetivos foram alcançados no tempo previsto, se a ação propiciou alteração na qualidade de vida da demanda. A eficiência mapeará se os resultados previstos foram alcançados, o correto emprego, ou não, dos recursos, se a metodologia empregada possibilitou o alcance dos objetivos, a utilização de estratégias e alternativas plausíveis. A efetividade conjuga a eficácia e a eficiência, mostrando os impactos do projeto, os seus efeitos positivos no cotidiano da população atendida nos vários aspectos que demandavam intervenção.

A avaliação realizar-se-á no processo. Como bem coloca Nogueira (2006) é preciso saber como a população alvo o avalia, o que a equipe indica enquanto saltos qualitativos e entraves na execução, o aprendizado propiciado, desafios enfrentados. Fundamental é capturar os impactos produzidos, os conhecimentos construídos, se o projeto propiciou condições para a implantação de outros.

⁵⁰ Cf Buvinich (1999)

O monitoramento e a avaliação são ferramentas ainda esquecidas em significativa parcela de porões institucionais. Neste sentido, continua a ser estabelecida uma relação baseada em simulacros: o que as legislações colocam; o que os profissionais dizem que realizam no cotidiano da intervenção profissional e o que a população efetivamente recebe. Nesta esteira, a reversão deste quadro, ou seja, um dinamismo instituinte, tende a acontecer quando se potencializa um conhecimento em ação sustentada por uma racionalidade substantiva, que se veicula por uma ética que é conduto do cuidado, que quando extrapola os comportamentos isolados, esporádicos e se torna alma do novo instituinte gera o *cuidado institucional*, sacudindo as estruturas conservadoras em que estão assentadas as práticas sedimentadas em uma racionalidade burocrática.

2.2.3 Racionalidade Burocrática e Racionalidade Substantiva: ausência e emergência do cuidado institucional.

O estudo das relações sociais historicamente construídas evidencia a ausência de *cuidado institucional*. O cuidado envolve o compartilhar; o descuidar, a dominação. Como já estudado por Weber (1989), essas relações sociais se materializam no convívio de duas ou mais pessoas que interagem em função dos seus comportamentos, respondendo às atitudes dos que participam desta interação. Existe, portanto, a expectativa recíproca de comportamentos dentro de uma escala de valores concebida pelo indivíduo. Estas expectativas comportamentais podem ocorrer diferentemente das elaboradas por uma das partes envolvidas. Como as condutas têm como bússola o sentido da relação, emergem conteúdos e encontros diferenciados entre os sujeitos, quer sejam de afetividade, quer sejam de dominação. Nestes contextos, surgem sentimentos que induzem à afetividade, à eticidade, ou à distancia, à subjugação, à dominação, a acordos empresariais ou institucionais.

A dominação é, portanto, uma expressão da ausência de *cuidado institucional* que se materializou com o advento das relações que dividiram as pessoas em superiores e inferiores. Assim sendo, foi fincada a relação dominado - dominador, de mando e obediência. A dominação consubstancia-se como uma relação social em que predomina quem tem poder, autoridade, podendo até usar de violência física, psicológica ou simbólica, institucional, quando a ordem do espaço que domina vier a ser ameaçada. Envolvidas, nesta relação de poder, encontram-se

pessoas dispostas a seguir ordens sem contestar, movidas por sentimentos diversos, como culpa, medo, dever, respeito, tradição, utilidade, movimento que as torna subservientes ao jugo do opressor.

Uma relação que tem como base a dominação converge para a obediência do dominado. Na esteira desta discussão, Weber (1989) elenca três tipos de dominação: a legal, representada pela burocracia, a tradicional, por valores transgeracionalmente reproduzidos, e a carismática, tendo como expoentes líderes que usam o poder de sedução para exercer o comando.

O Estado Moderno traz novas proposições no contexto da autoridade, que passa a se sustentar em regulamentos racionais condicionantes de uma estrutura organizacional, que é assegurada pelos sujeitos desta relação de poder, independentemente da sua condição, de mando ou de obediência. O expoente da dominação legal é a Burocracia.

A racionalidade burocrática ou instrumental tornou-se um dos pilares da sociedade moderna. Historicamente, as políticas públicas trazem a marca forte dessa racionalidade, herdando os pressupostos discutidos por Weber no contexto das organizações empresariais.

Quando discute a burocracia, Weber (1989), o faz no sentido de dar efetividade às organizações propiciando-lhes celeridade; na outra ponta, os seus elementos, no contexto das organizações assistenciais, foram descaracterizados, criando, contraditoriamente, espaços para a estagnação institucional em significativa parcela das práticas institucionais onde se abriga a racionalidade burocrática. Conseqüentemente, não contribuem para a mudança na vida da demanda, seu bem-estar e sua satisfação pessoal.

A impessoalidade, que se destaca enquanto categoria presente na burocracia Weberiana, constitui-se em fruto da ausência do *cuidado institucional*. A ênfase no ser é secundarizada ou olvidada, por isso os funcionários transformam-se em burocratas tendo como pressuposto norteador os objetivos da organização e o empreendimento em cumprir racionalmente as atribuições conferidas pela posição que ocupa. Isso implica em não lidar com as emoções presentes nas relações humanas, valorizando mais os cargos e não as pessoas, gerando a despersonalização do relacionamento entre os funcionários, mais conhecidos pelos cargos do que pelos nomes que lhes deveriam dar identidade.

Imersa nas categorias que a caracterizam, a burocratização dos serviços torna-se desumana, penalizando as demandas que buscam os serviços assistenciais, pois o grau de confiabilidade em um integrante de uma organização será cada vez mais promissor quanto mais visível for a sua

objetividade e imparcialidade. No dizer de Weber, a impessoalidade da burocracia é regida pelo princípio da administração ‘SINE IRA AC STÚDIO’, sem ódio ou paixão.

Do que foi postulado por Weber, houve uma disfunção dos pressupostos da burocracia - a exemplo a impessoalidade. Este distanciamento impregna os demais integrantes da organização, que demonstram conformidade às rotinas, às normas, e aos procedimentos cotidianos, garantindo o cumprimento do pré-estabelecido. Estão identificados com o cotidiano vivenciado, incorporando-o como um *habitus*. Esta engrenagem torna o profissional prisioneiro da rotina, limitando o seu potencial profissional e pessoal, impedindo a compreensão do real significado das atividades que desenvolve. A possibilidade de mudança no contexto organizacional provoca a sua resistência, pois essa transformação é vista como algo ameaçador, perigoso. Com este entendimento, a burocracia é indispensável, pois garantirá a cultura organizacional defendida por seus dirigentes e manipulará os serviços em comum com a ordem, controle, hierarquia e outros componentes inerentes a estes processos.

O primordial é extirpar tudo o que possa concorrer para a ameaça aos objetivos da organização e assegurar o seu perfeito equilíbrio, o que me leva a concordar com Ramos (1989: 26), quando afirma: “O efeito da estrutura burocrática sobre a personalidade dos indivíduos é tão forte que leva a "incapacidade treinada" ou a "deformação profissional.(...) conduz a uma rigidez no comportamento da burocracia, deixando a organização inflexível, pois o funcionário restringe-se ao desempenho mínimo, perde a iniciativa, criatividade e inovação”.

Como nas organizações empresariais o objetivo maior é o lucro, a dimensão instrumental, mesmo que sofrendo desvios da sua perspectiva original, proposta por Weber, não compromete, via de regra, as metas estabelecidas, já se percebe que algumas empresas investem em seus funcionários, não só na qualidade total, mas na qualidade social, embora a maioria continue nos liames da opressão. Objetiva, portanto, que o funcionário responda com celeridade no seu trabalho, mostrando a sua eficiência, caso contrário, via de regra, é desligado da empresa. Esta dinâmica não acontece na mesma proporção nas organizações assistenciais, em que a dimensão burocrática, muito pesada, acarreta a burocratização dos serviços, massificando os atendimentos. O análogo do lucro, que deveria ser o investimento no capital humano, entendendo-o no contexto da demanda, dos atendidos, e dos agentes sociais, ainda não é possibilitador de resultados fecundos.

As instituições, enquanto mediadoras das políticas públicas direcionadas à população empobrecida, apresentam programas e projetos que, na sua operacionalização, estão impregnados de uma racionalidade instrumental. A aplicabilidade funcional dessa racionalidade em escolas, hospitais e instituições de assistência social implica sufocar expressões da subjetividade tidas como irracionais. O *cuidado institucional* ainda não encontra espaço. Como bem afirma Lefébvre (1989), existe a tendência de gerir a vida cotidiana nas organizações institucionais como se fosse uma pequena empresa.

Quando um funcionário envolve-se na engrenagem da organização assistencial, comungando, sem discutir, sem refletir sobre as suas normas e regulamentos, ocorre a padronização nos atendimentos, centrado nas rotinas internas, contribuindo para a precária atenção dispensada à demanda, descompromisso com seus dramas e dilemas pessoais e sociais. Há uma fragmentação dos serviços, ancorada na burocracia, em detrimento de um atendimento mais personalizado de que muitos necessitam. Acoplada a estas práticas, a burocracia afasta a demanda, obstaculizando práticas emancipatórias.

O processo de inclusão e exclusão alimenta na população a possibilidade de ter sua necessidade emergencial atendida; dependendo da situação, ora galga a posição de incluída, ora de excluída. A extrema fragilidade da demanda em virtude deste aparato institucional e as normas que o regem comprometem a sua condição de cidadão com direitos. O profissional centraliza em suas mãos o poder de decisão, de controle, de cooptação, garantindo o equilíbrio do sistema. Tragtemberg (1985:190), enfatiza: “a burocracia age antieticamente; de um lado responde à sociedade de massas e convida à participação de todos, de outro, com sua hierarquia, monocracia, formalismo e opressão afirma a alienação de todos, torna-se jesuítica (secreta), defende-se pelo sigilo administrativo, pela coação econômica, pela repressão política”.

A prática nestes pressupostos privilegia a análise quantitativa, como sinônimo de atendimento eficaz, em detrimento da qualitativa crítica. A progressiva automatização de que se revestem as práticas sociais mostra que ainda estão impregnadas de acomodação. O termômetro de qualidade dos profissionais baseia-se, nos prontuários, preenchidos adequadamente ou parcialmente ou não preenchidos, que circulam para consulta dos demais profissionais, mostrando o atendimento realizado, mas não indicam as mudanças ocorridas na vida dos atendidos. É transmitido o mito de que, quanto mais burocrática for esta documentação, mais condições terão os profissionais de mostrar a sua habilidade no relacionamento, nas decisões, nos

encaminhamentos (Karsch:1998). Este processo massificador contrapõe-se à concepção da população ser constituída por sujeitos de direitos, apregoados pelas diversas legislações, e evidencia o descuidar, a desresponsabilização, já que a ausência do *cuidado institucional* multiplica as questões sociais, e sua congênere, a violência, em suas multifacetadas formas.

A ausência do *cuidado institucional* de certo que impregna significativa parcela de profissionais das organizações assistenciais, destacando-se os gestores, que, ao invés de se constituírem em maestros que precisam de todos os membros da orquestra para que a sinfonia tenha êxito e qualidade, ora posicionam-se como autênticos burocratas, ora adquirem a postura do *laissez-faire*, o que implica dizer que cada um faz o seu trabalho do jeito que lhe convém. Nas gestões ainda prepondera a racionalidade instrumental, cobrando apenas a quantificação de atendimentos como sinônimo de eficiência.

Há de se considerar que considerável parcela de gestores institucionais não tem ainda conhecimento aprofundado, acumulado para gerir com efetividade programas, projetos e serviços. Conhecem apenas as diretrizes burocráticas do que gerenciam. Há uma ausência de outros saberes. Para estes cargos, considerados de confiança, o critério não é a eficiência, a eficácia, a efetividade, o comprometimento, a responsabilização, mas a lealdade ao gestor municipal, estadual, federal, institucional. Em consequência, compromete-se, também, o monitoramento e a avaliação. O corpo institucional é contaminado por uma postura meramente burocrática, automática, impessoal. Violam-se, desta forma, os preceitos de funcionamento qualitativo institucional.

Apenas o conhecimento das leis e das diretrizes dos programas que amparam os vulneráveis é insuficiente para que se alcance o patamar do *cuidado institucional*, que em outros termos seria uma práxis social pautada numa ética enquanto conduto do cuidado. É o nível de consciência política, de comprometimento, de *cuidado institucional* que define ações sinérgicas. A construção deste novo profissional se processará a partir de uma consistente formação política e social aliada a uma práxis ousada, criativa, contra-hegemônica, e isso tem a ver com os que fazem a organização: gestores, técnicos e população.

A oposição à racionalidade instrumental advém de contributos da psicologia, antropologia, filosofia e da sociologia crítica. Um dos autores da Escola de Frankfurt que se destacou nessa oposição à racionalidade instrumental foi Habermas, que a criticava como “uma ação baseada no

cálculo, orientada para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis”. (1996: 342).

A passagem da racionalidade burocrática à racionalidade substantiva, manifestação do *cuidado institucional*, é um desafio, o que significa arregimentar forças contra-hegemônicas para, através da transcendência do conhecimento-regulação, encontrar na saída do portal o conhecimento-emancipação. Mesmo que não explicitamente, a perspectiva substantiva implica a absorção do *cuidado institucional*, ou seja, o encontro do filosófico com o sociológico. Como o cuidado é a centralidade do humano, transforma-se segundo os parâmetros sócio-culturais e históricos. Portanto, se atualiza na seqüência do desenvolvimento da sociedade. No contexto da racionalidade substantiva, proposta por Habermas e discutida por expoentes como Ramos e Serva, no cerne das teorizações administrativas, é imperativo que as organizações assistenciais se mirem. Ramos argumenta que:

A racionalidade substantiva permite ao indivíduo ordenar sua vida em bases éticas, através do debate racional, buscando encontrar um equilíbrio dinâmico entre a satisfação pessoal e a satisfação social, potencializando o anseio e a capacidade humana de auto-realização, auto - desenvolvimento e emancipação. Na racionalidade substantiva o ser humano ocupa lugar central (1989:45).

Uma sociedade com justiça e equidade social, econômica e política tem como base a ética, para que uma convivência mais humana seja possível, e para isso há de se postular o *cuidado institucional*. O cuidado é inerente à sociedade, no interior da qual ele viceja ou se embrutece gerando o descuidar, ou o apenas cuidar de si próprio. Por isso, o profissional não pode ser considerado apenas um aporte, um componente da engrenagem administrativa. Deve ser sujeito desta ação social. A questão principal, ainda, incide na relação do cuidado com as práticas sociais, o olvidar do estabelecimento de vínculos entre o *cuidado institucional*, o ato político, o ato transformador.

Reafirmando a importância da racionalidade substantiva, Serva (1997:22) a delinea em seis construtos, que entendo serem expressões dessa atualização do *cuidado institucional*.

- *Auto-realização*: conjunto de processos de concretização do potencial inato do ser humano, que se complementa pelo alcance da satisfação individual;

- *Entendimento*: forma pela qual os indivíduos estabelecem acordos e consensos racionais, sempre mediados por processos de comunicação livre, de onde decorrem atividades comuns coordenadas, ao amparo de sentimentos de responsabilidade e satisfação social;
- *Julgamento ético*: processos decisórios baseados em emissão de juízos de valor do tipo bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado, que se dão através do estabelecimento de um debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos em suas interações com os demais membros do grupo;
- *Autenticidade*: interações e relacionamentos interpessoais estruturados em torno de sentimentos como integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos;
- *Valores emancipatórios*: preocupação e observância de valores que levem ao aperfeiçoamento do grupo, na direção do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito às individualidades, da liberdade, do comprometimento e da integração com o ambiente interno e externo, presentes tanto nos indivíduos que compõem o grupo quanto no próprio contexto normativo do grupo;
- *Autonomia*: condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações, sem que estejam condicionados por coações ou pressões exercidas por outros indivíduos.

O investimento na ação racional substantiva nas organizações assistenciais contribuirá para uma atmosfera propiciadora de inovações nas práticas sociais, consubstanciando a satisfação da demanda e realização dos profissionais. Isto implicará em processos institucionais e profissionais dinâmicos, criativos, ativos, com respostas concretas à população. A racionalidade substantiva já é uma invocação do *cuidado institucional*.

No âmbito de significativa parcela das organizações assistenciais, a racionalidade substantiva evidencia-se no âmbito retórico, com alguns ganhos, expressos, por exemplo no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, na Constituição Federal, no Estatuto do Idoso. Ela é, portanto, toda uma base para a configuração do *cuidado institucional*. Entretanto, o cuidado é de raiz, enquanto a racionalidade substantiva pode estar sendo utilizada apenas no âmbito da retórica, constar nas discussões e não na efetividade. Para a sua materialização, é necessário que seja mediatizada pelo *cuidado institucional*.

A racionalidade substantiva matricia tudo o que é positivo no trabalho com indivíduos, com grupos, a ruptura com a impessoalidade burocrática, mas, ainda, encontra-se na contramão do movimento institucional. Está mais no retórico do que no efetivo, dado que as diretrizes nem sempre são operacionalizadas, e isto acontece porque o *cuidado institucional*, na realidade, não se encontra entranhado no cotidiano das organizações assistenciais. Visível é que a questão principal não é de diretriz, mas de *cuidado institucional*. Saber profissional e poder institucional no contexto da responsabilidade e compromisso são eixos chaves, mas para isso é primordial que os atores do cotidiano da instituição sejam alvos de investimentos em todos os sentidos, o que reverterá na qualidade dos serviços levados à população, tornando as organizações efetivamente promotoras da cidadania.

A racionalidade substantiva implica que o tempo necessário para atendimento das necessidades está mais próximo da efetividade, uma certa analogia com a celeridade do tempo do mercado, quem precisa e pode pagar vivencia essa celeridade; enquanto que na racionalidade instrumental em contexto fora do mercado, a exemplo da assistência social, tem-se maior distanciamento entre tempo da necessidade e da efetividade. A configuração objetiva desses tempos (da necessidade e da efetividade) na esfera assistencial quando objetivada seria expressão do *cuidado institucional*, pois a racionalidade substantiva que o permeia pode ser tão somente retórica.

A instituição é um espaço de trama de relações, no qual há interesses, pontos de vista, onde se expressam as relações sociais: de poder, de classe, de afeto. Por isso, nas práticas sociais torna-se imprescindível mediações que possibilitem, como coloca Faleiros (1997:24) “a intervenção nas relações de poder, nas correlações de força, nos orçamentos, nos recursos, nas estratégias, nas metodologias, oportunizando, em relação aos atendidos, a construção da sua auto-estima, da sua cidadania, da sua consciência crítica, da sua emancipação”.

Assim, a grande conquista deste processo é que, concebendo a instituição enquanto espaço contraditório, cenário de luta entre o paradigma emergente e o paradigma vigente, constrói-se, efetivamente, um feixe de produção e de intervenção na realidade social.

As práticas sociais se concretizam por variadas mediações que se processam no cerne da vida cotidiana, quer seja para implementar a dominação, quer seja para viabilizar a libertação. Entendida como a vivência de todos os dias, a vida cotidiana⁵¹ cria rotinas e procedimentos, em

⁵¹ Cf Agnes Heller (1980)

que o humano vai se distanciando, inviabilizando a solidariedade, o preocupar-se, o inquietar-se com as problemáticas vivenciadas pelos seres humanos que se refletem na sociedade como um todo.

As práticas sociais exprimem a relação do profissional com o mundo e a sociedade. Como já tratado por Heller (1980); Carvalho(1996), a vida cotidiana, ao mesmo tempo que constrói mecanismos para a alienação, simultaneamente, cria os germens que possibilitam a transformação. Quando não se decodificam as engrenagens desse cotidiano a tendência é para a prática cristalizar-se no imediatismo, no fazer burocrático. Mas quando é desvelado, paulatinamente, surgem as formas de superação.

Na dinâmica da cotidianidade a práxis criadora é possível, já que os embriões organizativos também se encontram presentes, sendo necessária uma mediação, criativa, crítica e viva para impulsioná-los, o que exige detectar as diferenças, a gênese das mudanças, a força dos sujeitos, para que o fenômeno saia da subterraneidade, decodificando as relações contraditórias que permeiam a vida cotidiana e que refletem as relações verticais ou horizontais da cotidianidade.

Essa ultrapassagem para o coletivo é um processo que exige posicionamento, vontade política e, na realidade, engendra determinadas características (atitudes, compromissos, objetivos, valores), em função do projeto de sociedade que o profissional concebe. A partir do momento da busca da conquista de espaços para a mudança, vai sendo, de forma gradativa constituída, como referenda Heller, a “consciência do nós”, uma vez que, no jogo das forças sociais é necessário arregimentar os que, concretamente, acreditam na possibilidade de reversão, e os que vão amalgamando o seu sistema conceitual de valores, e aderindo a uma proposta coletiva.

É na prática cotidiana da Instituição, em que a rotina, a fragmentação e o automatismo estão incrustados, que podem surgir intervenções que apontem mudanças substanciais para uma concreta relação social qualitativa e crítica. Mas a potencialização dessas forças sociais requer que os seus atores exerçam poder de influência decisivo à construção do trabalho coletivo e, conseqüentemente, na elaboração de metodologias que contribuam para mudanças substanciais do ponto de vista social e político, para que sejam encontradas outras formas de organização do trabalho junto à população.

Neste contexto, é vital um novo olhar, uma visão mais crítica acerca das obras ou simulacros, como pontua Heller, edificados na vida cotidiana da instituição e extra vida institucional, contribuindo, assim, para que as forças sociais mapeiem e analisem com mais

propriedade tais inclinações, apreendendo as divergências, os embriões das mudanças e as possibilidades de rupturas. Este procedimento é fundamental para que os profissionais se percebam como atores sociais na construção de uma sociedade onde a ética e a justiça tenham destaque e contribuam para potencializar o protagonismo da demanda.

Quando ocorre o encontro da possibilidade, da credibilidade, e do entusiasmo, consubstancia-se um movimento em que a força dos sujeitos se potencializa e o impossível, corrente em muitos discursos institucionais, se torna viável, através de novos movimentos. A transformação encontra-se, portanto, na vida cotidiana, através do desvendamento das contradições, dos relacionamentos, para que se construa a superação da cotidianidade por intermédio da busca de canais coletivos para a mudança.

Esta insurgência acontece quando o *cuidado institucional* se cristaliza, propondo-se a resgatar a dimensão humana e política, que deve processar-se no cotidiano. Afina-se, portanto, com a racionalidade substantiva. Nos diversos grupos em que o ser humano convive desde o seu nascimento e nas organizações sociais que farão parte do seu cotidiano, é preciso investimento desde a primeira infância, pautada em dimensões éticas, o que contribuirá para superação da lógica instrumental vigente nas relações sociais e organizacionais.

Capítulo 3

METODOLOGIA

A pertinência da categoria “cuidado” em análises sociológicas é evidenciada na leitura crítica quanto à origem e a fermentação do fenômeno em estudo. Aspectos referentes à ausência de *cuidado institucional* nas relações sociais que permeiam a sexualidade, a dinâmica familiar, as políticas públicas e a rede de serviços constituem-se em fatores que, organicamente vinculados, contribuem para a crescente situação de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Com esta compreensão, a sociologia das ausências e a das emergências, propugnadas por Boaventura de Sousa Santos, proporcionarão o embasamento teórico, já que o *cuidado institucional* nasce como um dispositivo destas sociologias.

Muito embora tivesse conhecimento da gravidade do fenômeno em estudo, a investigação foi descortinando uma realidade que me trouxe incontáveis desafios, questionamentos e perplexidades, que foram se corporificando à medida que a pesquisa avançava. Soma-se a este quadro o desafio de mostrar a importância da categoria cuidado, que ainda carece de legitimidade no âmbito das Ciências Sociais, e mais especificamente da proposição acerca do *cuidado institucional*.

3.1-. Itinerário metodológico

A pesquisa foi realizada na cidade de Belém, tendo como *locus* três programas - dois são referências para o enfrentamento do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes, e o terceiro atende o segmento infanto-juvenil em situação de risco e de vulnerabilidade pessoal e social -, a seguir apresentados:

- *CREAS Comércio*

Anteriormente denominado de Sentinela, o programa de enfrentamento está sendo desenvolvido na referida unidade. Constitui-se na referência oficial do município, sob a jurisdição da Prefeitura Municipal de Belém, cabendo a coordenação à Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA, órgão da administração pública responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação da política de assistência social no âmbito e na

competência do município de Belém. Em Belém existem três CREAS, sendo que o CREAS Comércio desenvolve apenas o programa de enfrentamento à violência sexual, ficando a cargo do CREAS Jurunas e CREAS Cidade Velha a operacionalização dos demais serviços. A estrutura física do CREAS/Comércio é pequena, com uma recepção e quatro salas, de dimensões exíguas, para atendimento.

- *Pró-Paz Integrado*

Este é um programa estadual, considerado referência em relação ao abuso sexual. Atende crianças e adolescentes até aos 18 anos incompletos, vitimizados pela violência sexual. Objetiva promover atendimento integral, interdisciplinar e de qualidade a essa demanda e suas famílias. Origina-se de um atendimento inicialmente denominado de Girasol⁵², realizado pelo Serviço Social do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, referência materno-infantil no Estado do Pará. Ao ser encampado, em 2000, pelo governo estadual, para atendimento aos vitimizados pela violência sexual, conforme preceitua o ECA, passou a ser designado de Pró-Paz integrado.

Nos primórdios atendia somente abuso sexual, mas através de um acordo com a direção da FUNPAPA passou a atender ao segmento infanto-juvenil explorado sexualmente, oriundo de determinados bairros. O termo “integrado” refere-se à integração dos serviços médico, psicossocial, de defesa social e de perícia, através das unidades congregadas em seu espaço físico - Instituto Médico Legal Renato Chaves, que tem a incumbência de realizar exames e fornecer um laudo pericial, comprovatório ou não da violação; Delegacia de Atendimento Especializado à Criança e ao Adolescente – DATA, responsável pelos procedimentos investigativos da polícia civil; serviço médico do Hospital da Santa Casa, e atendimento psicossocial com uma equipe interdisciplinar. Existe, entretanto, um hiato nesta integração, já que o andamento do inquérito policial não é registrado no prontuário de atendimento psicossocial, e nem o laudo pericial é anexado, ficando apenas na delegacia.

- *Casa de Passagem*

⁵² O programa surge em função da incidência de internações de crianças e adolescentes por “queda à cavaleiro”; para tratamento cirúrgico; atendimento no Programa de Aborto Legal; óbitos resultantes de estupro, associado à violência física (Registros institucionais)

Atende crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, inclusive vítimas de exploração sexual, que se encontram nas ruas e são levadas à unidade, dentre outros, pelo Serviço Especializado de Policiamento Assistencial (CEPAS), Conselho Tutelar. Permanecem no local por um período de 72 horas e em seguida são encaminhadas aos órgãos de proteção ou ao retorno às suas famílias. As novas instalações da Casa de Passagem apresentam infra-estrutura condizente, arejada, com piscina, amplas salas e dormitórios.

Ao inserir a Casa de Passagem, que não é considerada especializada no atendimento aos vitimizados pela violência sexual, no contexto da pesquisa, assim o fiz motivada pela compreensão de que a exploração sexual está na subterraneidade das situações, atendidas nesta unidade, que apresentam maior incidência, como situações ligadas a droga, fuga, agressão, violência física e/ou psicológica. Os vitimizados pela violência sexual, quando registrados, são encaminhados ao Pró-Paz ou ao CREAS, ou aos abrigos. Por isso, as informações coletadas na Casa de Passagem são imprescindíveis, na medida em que indiretamente está no circuito do atendimento.

3.1.1. Instrumentos de recolha de dados

- *Análise Documental*

Minha intenção na escolha das três unidades foi capturar o fenômeno, pois o atendimento, por ser ínfimo, se comparado ao abuso sexual, não reflete a gravidade da situação. Os registros são pulverizados, ante a inexistência de um banco de dados. Ao não serem organizados, não ganham circuito.

Crianças e adolescentes vitimizadas pela exploração sexual devem receber atendimento psicossocial por um período mínimo de três meses, no CREAS e no Pró-Paz integrado. Entretanto, não existe um trabalho de grupo com este segmento e com os seus familiares, e isso cria entraves à aplicação de questionários (inquéritos) e até mesmo para a realização de entrevistas, já que a frequência aos atendimentos vai sendo abandonada ou realizada esporadicamente.

Para ultrapassar esta muralha, optei pela “análise documental”, através da leitura exaustiva de 263 “prontuários”, que totalizavam o atendimento do segmento infanto-juvenil em situação de exploração sexual na faixa etária dos 5 a 18 anos incompletos, nas três unidades. O prontuário se

constitui em um documento de extrema valia, já que a história de vida de cada um dos atendidos, os procedimentos, e os encaminhamentos, devem ser registrados desde o primeiro atendimento. Mergulhei avidamente nestas histórias para entender seus significados, e procurei conectar os sentidos, o que subjazia daqueles contextos, pois muitos prontuários encontravam-se incompletos.

Vivenciei dificuldades pela ausência de registros aprofundados, imprescindíveis, para a captura da situação de exploração sexual, como a história de vida do segmento atendido, dos seus responsáveis, o discurso da família. Por isso, fui conectando um dado solto aqui, uma referência mais adiante, buscando os seus sentidos. Identifiquei que a dinâmica da maioria dos atendimentos centra-se no fato e não no aprofundamento do fenômeno; está voltada a uma lógica instrumental, à racionalidade burocrática. Diante destas ausências procurei capturar o que estava subjacente nas entrelinhas dos registros acerca das colocações dos envolvidos, fazendo as conexões necessárias.

Esta técnica permitiu, além da captura dos discursos, a caracterização dos atendidos, ultrapassando a dimensão usual e oficial de sexo, idade, bairro. Com esta compreensão, busquei construir outros indicadores, que pudessem retratar os escaninhos deste fenômeno, a seguir apresentados: abuso sexual sofrido; início da exploração e a idade em que foram atendidos institucionalmente; situação escolar; bairros de maior incidência; tipologias de famílias; situação sócio-econômica dos responsáveis; renda familiar; tipo de exploração sexual; local em que são exploradas sexualmente; preço cobrado pelo programa; destino da renda do programa; agente impulsionador da exploração sexual; cumplicidade dos familiares na exploração; dimensão sócio-afetiva com os responsáveis; características relacionais reproduzidas pelos responsáveis; dimensão sócio-afetiva dos pais; denúncias recebidas pelos órgãos de defesa; número de atendimentos sequenciais realizados institucionalmente. Neste sentido, foram utilizados procedimentos quantitativos, através do recurso às estatísticas, e qualitativos, a partir dos registros contextualizados de vivências.

Na esteira da caracterização dos atendidos, procurei trabalhar os eixos em que estão centrados os programas de enfrentamento, priorizando a forma como os compreendo para análise e não a partir do que está proposto oficialmente. Com este entendimento, fiz a conexão com os construtos produzidos em relação com o conceito de *cuidado institucional*: prevenção e responsabilidade raiz – as conseqüências do descuidar na primeira infância; defesa e circuito

conectivo; atendimento e ações sinérgicas. Com base no conteúdo capturado, busquei configurar os aspectos “ausentes” e os “emergentes” segundo a proposição das sociologias das ausências e das emergências.

- *Entrevista*

Não foi sem dificuldades que consegui realizar as entrevistas com os atendidos institucionalmente. Tal que pode ser atribuído ao fato de esta não estabelecer laços com os programas institucionais, já que o atendimento acontece apenas duas ou três vezes, e as mudanças de endereço não são comunicadas. Mesmo assim, atenderam ao chamado do CREAS Comércio seis adolescentes e três mães; no abrigo Dulce Acioly⁵³ entrevistei duas adolescentes que haviam sido encaminhadas pela Casa de Passagem. No total, foram realizadas 11 entrevistas. Ressalte-se que as solicitações de comparecimento ao Pró-Paz integrado não foram atendidas. Ainda no contexto institucional, foram entrevistados três gerentes das unidades de atendimento (CREAS, Pró-Paz, Casa de Passagem) e oito profissionais que atuam diretamente com esta demanda.

Além dos integrantes do circuito institucional, foram entrevistadas cinco adolescentes que estão nas ruas, e nunca foram atendidas institucionalmente; três mães; duas adolescentes ribeirinhas; três adolescentes inseridas nos segmentos mais privilegiados; dez profissionais indiretamente ligados ao estudo em foco; cinco professoras (lecionam em áreas consideradas de risco); quatro conselheiros tutelares; um conselheiro estadual; um conselheiro municipal; um membro do conselho de assistência; um presidente de centro comunitário; seis comunitárias (residentes em áreas vulneráveis à exploração sexual); um policial militar; dois motoristas de táxi; um executivo; um dono de boate/aliciador (pelo telefone); um empresário (pelo telefone).

Realizar entrevistas, nas vias públicas, com o segmento explorado sexualmente é um desafio. Um dos maiores obstáculos que encontrei foi o de se tratar de uma população que se esquiva a uma aproximação e que não está congregada, para que possa ser entrevistada, em nenhum programa institucional.

Apesar de serem vistas em todos os lugares, em muitas ocasiões as crianças e adolescentes dispersam-se quando percebem a aproximação de pessoas estranhas. Construíram os seus códigos de segurança, como por exemplo, a negação da atividade. Torna-se evidente a preocupação com a

⁵³ Para este espaço são encaminhadas adolescentes que estão em situação de risco e de vulnerabilidade, apresentando rompimento de laços familiares.

repressão, e com a perda do que é, para elas, uma fonte de renda fundamental. Alia-se a esse quadro o fato de estarem sempre apreensivas para conseguir clientes; parar, nem que seja por poucos minutos, significa não conseguir dinheiro suficiente para a sua alimentação e a da família. Por isso a necessidade de esperar o momento oportuno, e assim compreender as subjetividades, perceber os sentimentos, discutir os sonhos, de forma que pudesse estar contribuindo, não só para que as entrevistadas se percebessem enquanto sujeitos de direitos, mas, também, có-participantes (ainda que potenciais) na implementação de políticas direcionadas à questão.

Alargando esta perspectiva, enquanto dinâmica para estudo do fenômeno em foco, realizei quatro oficinas, que denominei “Oficinas sobre sexualidade”, três na comunidade e uma na universidade em que atuo como docente, com 45 crianças e adolescentes que estavam nas ruas, na comunidade, nos abrigos, no programa oficial, nos centros de internação - por outros motivos, como, por exemplo, o ato infracional. Nos referidos centros, apesar de vivenciarem a exploração sexual, esta questão estava na subterraneidade. Nestas oficinas, foram discutidos assuntos que fazem parte do seu universo, como: família, adolescência, sexualidade, cidadania, violência sexual. Como estratégias para impulsionar as discussões utilizei dinâmicas de grupo, o que favoreceu a compreensão do que subjaz às suas ações e atitudes, dinamizando os debates e reflexões. A metodologia despertou a criatividade dos participantes, o seu senso crítico, ao mesmo tempo em que buscou discutir os seus valores e sentimentos.

Além destes instrumentos de coleta de dados utilizei, também, a história de vida, enquanto procedimento para aprofundamento da realidade de três membros do segmento infanto-juvenil, uma criança e duas adolescentes. A história de vida é um procedimento de pesquisa que visa fazer aproximações, criar conexões acerca dos fatos marcantes na vida dos indivíduos que podem ter contribuído para originar determinados comportamentos. Segundo Chizzotti (1995), “a história de vida é um instrumento de pesquisa que privilegia a coleta de informações contidas na vida pessoal de um ou vários informantes”. Ouvir estes relatos reafirma a certeza da imperiosa necessidade do *cuidado institucional* em todos os âmbitos para evitar as situações de vulnerabilidade e, no caso deste estudo, a exploração sexual infanto-juvenil.

Ao todo foram contatadas para este estudo 378 pessoas, das quais 263 indiretamente (através dos prontuários) e 115 diretamente.

3.2 Análise dos dados

Para a análise do material coletado, enveredei por uma descrição densa, do tipo interpretativo, que potencializa as particularidades, os sentidos entrelaçados em uma determinada realidade, atribuindo significado às experiências vivenciadas (Kaplan & Maxwell, 1994). Com esta compreensão se deu a captura das circunstâncias que se movimentam no universo de crianças e de adolescentes exploradas sexualmente, o significado das situações vivenciadas e compartilhadas, os contextos que oportunizaram essas ações e, de forma mais geral, o universos cultural das meninas.

Clifford Geertz (1989), um dos mais influentes proponentes de uma abordagem interpretativa nas ciências sociais, concebe a cultura como um padrão de significados transmitidos historicamente, corporificado em símbolos e materializado em comportamentos. Com muita propriedade enfatiza: "Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado" (1989:15). A análise dessa teia possibilita o desvendamento desses significados.

Busquei resgatar aspectos centrais de como a criança e o adolescente se constituem em seres no mundo, impregnados deste, cuja ação, por sua vez, o expressa; ou seja, nas múltiplas determinações da situação de exploração sexual, no seu acontecer, estão presentes aspectos culturais, que interferem com a situação e que atribuem significados às ações. A tradução da subjetividade que assim se vai constituindo, à medida que se considera as instâncias em que emerge e se manifesta, possibilita a compreensão do fenômeno a ser estudado.

No processo de construção do diálogo rumo à compreensão dos significados dos comportamentos, sentimentos e ações que compõem a subjetividade humana, Geertz ressalta que não existe uma receita pronta: "Não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não emocionalizadas; é mergulhar no meio delas" (1989:40). Coloca em discussão o fato de que a análise científica nem sempre faz descobertas acerca das complexidades estudadas, e muito menos contribui sempre para a sua solução, o que implica estar atento à possibilidade de encontrar outros problemas que vão precisar de novas investigações. E cita, a esse propósito, Whitehead: "(...) Procure a simplicidade, mas desconfie dela", Geertz reputa como mais apropriado "o cientista buscar a complexidade e organizá-la".

Na esteira do pensamento de Geertz, Schnitman (1996) enfatiza que na abordagem interpretativa a realidade social é capturada como uma rede de processos sociais aos quais subjazem significados compartilhados intersubjetivamente. É necessário, pois, que o investigador penetre nos meandros da subjetividade humana para procurar esses significados.

Na dimensão interpretativa, para Geertz, a experiência vivida é potencializada para a descoberta dos seus significados e dos fatores que contribuem para as interações. A compreensão do fenômeno estudado é vitalizada a partir dos discursos das pessoas envolvidas, do que eles dizem e do que eles revelam. Os fatos vividos não são analisados isoladamente, mas na sua conexão e transmissão transgeracional e histórica. Como bem coloca Geertz (1989: 45), “a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processo; ela é um contexto, algo dentro do qual eles (os símbolos) podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade”.

O pesquisador torna-se interprete da realidade capturada. O seu aprendizado é confrontado com outras visões e concepções de mundo e experiências que demandam investigação. Mesmo que possua algum conhecimento do real, a relação que paulatinamente é construída com os sujeitos do estudo traz uma nova compreensão, um conhecimento que vai se corporificando. Como a realidade está recheada de significados, cabe capturar o sentido que os atores sociais atribuem às suas vivências, veladas ou explícitas.

Cada menina ou adolescente explorada sexualmente traz a sua rede de significados, com conhecimentos diversificados que interferem mutuamente e podem ser conhecidos, decodificados, desmistificados de modo a abrir caminho a outras experiências. A história de vida do segmento prostituído e, conseqüentemente, as suas condições objetivas de sobrevivência e existência configuram uma subjetividade complexa. Daí a necessidade de captar o sentido que tem de si, o significado das interações estabelecidas com os diversos grupos sociais, como estes se constituíram e se inter-constituem, capturar a sua singularidade para que se possa entender o que têm em comum, mas também o que têm de diferente, crianças e adolescentes que vivenciam a mesma situação.

Como a subjetividade consubstancia-se em um armazenamento de experiências, que propiciam ao ser humano a formação da sua concepção da humanidade e do mundo, os seus atos permitem entender o sentido das experiências pessoais em sociedade. Os diversos grupos a que se pertence, como a família, a escola, a vizinhança, os amigos, a comunidade, a religião e os padrões

culturais a estes associados, interferem na construção desta subjetividade. Acrescente-se a este cenário o poder da mídia que forma opinião, homogeneiza comportamentos, induz ao consumo, muitas vezes de forma compulsiva, de produtos que aliam felicidade, poder ou respeito à sua aquisição e ao seu uso, ou o entorpecimento quando não se consegue fazer parte desse circuito. Apresenta-se, portanto, um contexto de complexidades, de contradições e tensões que envolvem os grupos prostituídos, que precisa ser capturado e interpretado.

O pesquisador não pode, pois, perder a dimensão da subjetividade individual para que possam ser construídas subjetividades coletivas. Isso implica uma ação, que busca a transformação das relações de opressão, de subjugação. Para que a realidade seja transmutada, o sujeito deve ser agente dessa mudança, constituindo-se em sujeito histórico, social, que busca a emancipação coletiva.

3.2.1 Cuidados éticos

Anonimato

Às citações de trechos dos prontuários do segmento infanto-juvenil, e de suas colocações nas entrevistas, foi dada uma sigla diferente das iniciais dos seus nomes, para preservar a sua privacidade e anonimato. O mesmo aconteceu com parte significativa dos entrevistados que atuam indiretamente com os atendidos, e com os que atuam diretamente, como precaução para que suas falas não lhes causassem problemas nas suas instituições ou em outras instâncias. Os que foram identificados, assim o permitiram.

Consentimentos

Para a pesquisa de campo no espaço institucional – CREAS Comércio, Pró –Paz e Casa de Passagem, a universidade em que trabalho enviou um ofício solicitando autorização para a coleta de dados nos prontuários e entrevistas com crianças e adolescentes, seus familiares, e os profissionais que atuam no espaço institucional. Após o consentimento foi dado início ao processo investigativo com os sujeitos que aceitaram participar do estudo.

Capítulo 4

A AUSÊNCIA DE CUIDADO INSTITUCIONAL À AMAZÔNIA E AO SEU POVO

O presente capítulo oferece uma abordagem “panorâmica” acerca da assistência social na Legislação do Estado do Pará. Traça considerações acerca da realidade paraense, em que se destaca Belém, capital do Estado do Pará, considerada a Metrópole da Amazônia. Reflito sobre as principais contradições do desenvolvimento regional, pois, mesmo sendo esta uma região riquíssima quanto à sua biodiversidade, os contrastes são muitos na esfera social, sintetizada em flancos de desenvolvimento, miséria e violação de direitos.

Nesse cenário multifacético, foi possível identificar aspectos que ilustram a histórica ausência de *cuidado institucional*, dada a trajetória local/regional das políticas públicas e, em especial, da assistência social. É possível, a este propósito, salientar que as políticas públicas direcionadas aos segmentos empobrecidos ainda não contemplam a dimensão da cidadania, prevista nas diversas legislações. Neste contexto, contraditoriamente, as situações de vulnerabilidade pessoal e social, como a situação de exploração sexual de crianças e de adolescentes, tendem a multiplicar-se.

4.1. O pobre e o rico Pará

O Estado do Pará faz parte da Região Norte do Brasil, constituída pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Maranhão e Tocantins, abrangendo aproximadamente 60% do território brasileiro. A Amazônia, alvo de interesse mundial, pela biodiversidade da sua floresta tropical, destaca-se, também, pelo panorama de extremos contrastes - a riqueza que congrega e a pobreza da população, que chega a patamares elevados. A região é possuidora de recursos minerais relevantes, concentrando as maiores reservas de urânio do Brasil, produz bens em escala mundial, como minério de ferro, estanho, caulim, manganês, bauxita, alumínio, ouro, madeira, quartzo, dendê, e um imenso potencial madeireiro e de matéria prima. Reúne o maior e mais diversificado banco genético do mundo. Apresenta abundância de água potável, variedade em sua flora e fauna, tendo também o poder regenerador da biosfera.

Constitui-se, portanto, em um valioso e cobiçado tesouro ambiental, apesar dos crimes contra o meio-ambiente que a vêm vitimizando.

Apesar de ser considerado o segundo maior Estado do Brasil em área territorial (1.248.042 km), correspondendo a 14,60% do território brasileiro, e ser detentor da maior província mineral do mundo, o Pará ainda não congrega a atenção da elite política, fato que pode ser atribuído ao distanciamento dos demais Estados do país e à política centralizadora no eixo sul-sudeste, que produz a elite administradora dos destinos do Brasil.

Consciente da necessidade de redução das desigualdades regionais a curto e médio prazo, a atual gestão do governo federal tem vindo a executar o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, mediante maciços investimentos nos setores estruturados do Estado (transportes, energia, habitação, dentre outros), objetivando com isso diminuir os índices de desemprego e limites da miséria que penalizam a comunidade paraense. Soma-se a este cenário o contraditório efeito dos processos de globalização sobre as culturas – incluindo a cultura urbana de cidades como Belém - e formas de organização social das populações indígenas, por vezes acentuadamente destruidor..

Segundo os pesquisadores do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM (2004), o que torna a floresta Amazônica tão valiosa delinea-se em função do seguinte quadro: a Bacia Amazônica é a maior de água doce do mundo; possui 427 espécies de anfíbios; 3 000 espécies de peixes de água doce; 378 espécies de répteis; 40 000 plantas; 427 espécies de mamíferos; 1 294 espécies de aves; 226 000 habitantes indígenas, sendo que com 50 tribos ainda não foi efetivado contato. Santuário ecológico, a Amazônia é alvo da cobiça de grandes grupos empresariais que se instalam na região, que sofre os impactos do desmatamento em nome do interesse econômico. De acordo com as informações do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD (2004), os pecuaristas, ao substituírem a cobertura vegetal natural por pastagem artificial estão a afetar, sensivelmente, o equilíbrio ecológico e a desencadear tensões importantes entre a produção de alimentos e a degradação ambiental. Para conciliar interesses contraditórios, observa-se o empenho em promover o chamado “desenvolvimento sustentável”, ou seja, a exploração dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, sem privar as gerações futuras do seu usufruto.

Entretanto, este ciclo de degradação e destruição vem seguindo o seu curso, apesar da lei que imputa aos empreendedores a responsabilidade pelo reflorestamento e reconstituição

ambiental das áreas degradadas, submetendo a concessão de licença às empresas à prévia apreciação do que vai ser explorado, para evitar novos riscos para o meio-ambiente.

A legislação ambiental vigente condiciona a autorização de novos empreendimentos a um Estudo de Impacto Ambiental – EIA e a um Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – RIMA, documentos em que são elencados os procedimentos de exploração e as medidas mitigatórias e compensatórias a serem adotadas para atenuar as consequências para os ecossistemas alvo de intervenção. Pressionado por organismos preservacionistas internacionais (Greenpeace, por exemplo) o governo anunciou o plano de reflorestamento de um bilhão de árvores na Amazônia. O Pará largou na frente desse empreendimento em áreas de assentamento, unidades de conservação e lotes envolvidos na agricultura familiar.

Neste contexto, torna-se evidente que o espaço amazônico está sendo apropriado por grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, donos de consideráveis latifúndios, explorando, além dos recursos naturais, o trabalhador rural, com frequentes denúncias de trabalho escravo. O Parlamento Estadual vem, sistematicamente, aprovando propostas de repressão desse fenômeno, tendo adquirido significativa visibilidade a atuação jurídica e policial para a libertação dos trabalhadores vitimizados e a aplicação de penalidades aos infratores (indenização pecuniária e suspensão das atividades ilícitas).

Com o trabalho escravo é instituída, portanto, a dominação social, política e econômica, constituindo-se o espaço amazônico em fonte de riqueza para os empreendedores e de miséria para os trabalhadores e a maior parte da sua população. Neste cenário contraditório, o desenvolvimento social encontra-se engessado; a violação dos direitos humanos espelha questões sociais graves e complexas.

A destituição social e econômica de significativo contingente da população amazônida teve origem no processo de ocupação da região. Esta ocorreu de forma desordenada e motivada pelo governo federal, através da abertura da malha rodoviária, implantação de grandes projetos agropecuários, minerais e energéticos e áreas de garimpo com a descoberta do ouro, e a conseqüente febre por riquezas que se instalou. Essa invasão de novos valores e culturas desarticulou formas de organização social e padrões culturais próprios da região. Em face da precária situação financeira dos nativos, foi reforçada a subordinação da mulher ao novo homem que chega para esse processo de ocupação, com a sua inserção em bordéis que foram sendo criados, promovendo a exploração sexual.

O Estado do Pará encontra-se no centro de uma complexa rede de questões sociais e de suas expressões. Segundo a Pesquisa por Amostra de Domicílio –PNAD/ IBGE (2009), congrega uma população de 7.431.020 habitantes, distribuídos por 144 municípios. Do total da população residente no Estado, 42.68% encontra-se na faixa etária de 0 a 19 anos. Destacam-se, entre os problemas do Estado, a já referida existência de trabalho escravo – nos últimos cinco anos, segundo o Ministério do Trabalho, foram resgatados 5.000 trabalhadores. No período de 1990 a 2009, foram ajuizadas, pelo Ministério Público Federal, 608 denúncias criminais, a maioria contra fazendeiros que submetem trabalhadores a condições de trabalho análogas às dos escravos –, massacre da população sem terra, agressões a indígenas, violência urbana, policial e institucional, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes, trabalho infanto-juvenil. Estas são questões significativas no cenário amazônico, constituindo violações dos direitos humanos e dos direitos de cidadania consagrados na Constituição Federal⁵⁴.

O Estado do Pará tem um percurso histórico em que se destaca a subordinação aos centros sulistas, e isso se reflete na sua população. O Estado sempre foi chamado a contribuir para o engrandecimento da nação. Contribuiu na Segunda Guerra Mundial com a produção da borracha, mas após a guerra se observou que não houve um desenvolvimento sustentável para a região. A supressão das políticas de cultivo e da exploração da seringueira nativa e de outras fontes de riqueza teve efeitos desastrosos. Os seringueiros passaram a viver em condições de grande vulnerabilidade, sem uma assistência que os atendesse nas suas necessidades.

Posteriormente, ocorreu o ciclo do minério, quando se revelou que o Pará possui a maior província mineral do planeta, não só pela diversidade das jazidas, mas pela quantidade do material sedimentado. O Estado é considerado como uma espécie de reserva geológica, com números relevantes acerca da exploração útil dos minérios. Todavia, a forma como é feita a mineração enseja que o progresso venha a passos lentos. Observa-se lucros acentuados das empresas, em contraste com a miséria da população e a degradação ambiental⁵⁵.

⁵⁴ O Estado do Pará foi denunciado inúmeras vezes pela ONU em virtude da violação dos direitos humanos, e uma dessas denúncias, diz respeito à situação de exploração sexual vivenciada pelo segmento infanto-juvenil. Em relação ao trabalho escravo, o Estado ocupa o pouco invejável primeiro lugar do ranking.

⁵⁵ Segundo Ferreira (2004), o minério não é semente, não é um bem renovável, extraiu, levou, processou, transformou em artefato, manufaturado, não há um resíduo, não se reproduz. Essa perda é cruel, gerando ainda a sua exploração efeitos danosos para a saúde ambiental. Uma grande área explorada, uma extração mineral ficando a descoberta sujeita às intempéries e à ocupação humana desordenada pode ser desastrosa para a saúde pública, a preservação da fauna, a manutenção dos regimes de chuvas e ventos, e a alteração da temperatura. Estes são fatores que estão interligados e não são estanques, são coesos, estão em interligação, em que a causa puxa o efeito e o efeito, por sua vez, vai produzir consequências e outras causas posteriores.

Nas cidades em torno desses grandes empreendimentos minerais, os bolsões de miséria se acentuam, tendo em vista que a população nativa não é absorvida pelo mercado de emprego.

A questão das estradas também é um impasse que dificulta o escoamento dos produtos, pois considerável número encontra-se sem condições adequadas de trafegabilidade. Ferreira (2004), observa que a Transamazônica (Br-230), que foi inaugurada, em 1972, com 4.700 km de rodovia, objetivando a integração da Amazônia, até 2004 apenas 1.500 km foram pavimentados, permanecendo chão batido na maior parte da sua extensão. Economistas estimam que um bilhão de reais seria necessário para asfaltar toda a rodovia – o governo federal liberou sete milhões para a manutenção de todas as estradas federais. O trecho que liga o Pará a outros Estados tem 1.560 km, mas apenas 150 km foram asfaltados.

A situação de isolamento imputado ao Estado do Pará pode ser mudada, quando estiver pronta uma malha rodoviária bem conservada, sinalizada, estruturada, com artefatos como as pontes de concreto, com capacidade para suportar intenso tráfego de carretas conduzindo a produção de manufaturados da indústria paraense para outras cidades. Isso terá grande significado em termos de economia de frete, de barateamento dos impostos, ampliando e formando novos mercados.

Tem sido invocada, igualmente, a necessidade de se investir, também, na dimensão fluvial, pois se acredita que a vocação da Amazônia são as hidrovias – estradas dos rios –, em virtude de possuir uma malha hidrográfica que interliga lagos e cursos de água com o Rio Amazonas e o Oceano Atlântico. Quando o Pará, em vez de exportar pelos portos de Santos, Paranaguá, Cubatão ou Vitória, materializar a exportação de seus produtos pelos seus próprios portos como os de Vila do Conde, Santarém, ou vizinhos mais próximos do Pacífico, poderá vir a conhecer impactos positivos em termos de desenvolvimento.

O Estado do Pará foi beneficiado pela natureza, em virtude da sua formação florestal, hidrográfica, relevo, clima, fauna e flora. Há pastagens nativas que propiciam o criatório de animais como o búfalo, que hoje se constitui no maior rebanho do País. O Brasil é o segundo produtor mundial de gado bovino, e o Pará, em função da expansão da pecuária leiteira e do gado de corte, está na posição de segundo maior produtor de carne bovina do País.

Na esteira do desenvolvimento da agricultura, presencia-se a expansão agrícola da soja⁵⁶: uma leguminosa que, além de repor a fertilidade natural, liberando muito nitrogênio da sua folhagem, é muito consumida na manipulação da avicultura e da suinocultura. Todavia, a maior parte da sua produção é exportada para o exterior. Observa-se que, paulatinamente, estão sendo descobertas as vantagens da soja enquanto alimento humano.

Está sendo implementada, ainda que de maneira tímida, a atividade gemológica, a produção de jóias. O Pará tem em abundância pedras preciosas e semi - preciosas. Outro setor que emerge é o calçadista. Durante muito tempo, o aproveitamento do couro, de peles, foi secundarizado. A maior parte da produção, cerca de 90%, era exportada. Atualmente, o empresariado está levando a cabo a chamada verticalização da cadeia produtiva – o aproveitamento de todos os elementos de um determinado produto. Neste caso, o couro está sendo destinado à formação de uma indústria de calçados, bolsas, cintos e outros artefatos; os produtos são reputados como de primeira qualidade. Já foram instaladas indústrias nas cidades de Rio Maria e Redenção. Isso está ensejando propostas de leis elaboradas na Assembléia Legislativa, no sentido de estabelecer uma cota de reserva da produção de couro do Estado, pelo menos 25%, para garantir o fornecimento de matéria prima às indústrias locais que estão surgindo.

O Pará tem ainda um potencial turístico incomensurável na sua natureza, na sua manifestação folclórica, na sua culinária indígena, de base nativa. Tem uma população aglutinadora do afro, do luso, do índio. O turismo é, assim, outra fonte de investimento, principalmente o turismo ecológico.

Apesar da riqueza do Estado, a maioria da população é extremamente pobre, o que contrasta com a opulência de alguns setores sociais. Internamente, o Pará detém um dos piores índices de desenvolvimento humano do Brasil, apesar dos bolsões de riqueza e de crescimento. Mas o que predomina são os focos de miséria. Fato notório é que não só aqueles núcleos distantes dos pólos de crescimento vivem em condições miseráveis, mas também as cidades em torno dos grandes projetos rurais, agropecuários e minerais, que se esperaria que fossem instrumentos de promoção social e econômica.

⁵⁶ A soja encontrou no Pará, principalmente nas áreas de cerrado, no sudeste e oeste, condições propícias para uma exploração a nível industrial em escala mundial. Isso é um fator fundamental, e ensejou que a soja produzida no Pará, conjugada com a produzida no Mato Grosso do Sul, esteja sendo transportada pelo porto de Santarém, no Pará. É mais uma alternativa, descentralizando a exportação pelo porto de Belém, de Paranaguá, de Cubatão ou de Santos. O porto de Santarém possui condições para abrigar navios de grande porte e isso gera emprego e divisas. (Ferreira, 2004)

Os nichos ecológicos onde se instala a diversidade biológica da região são comprometidos pela exploração dos minérios em grande escala, pela derrubada de grandes áreas de mata florestadas, causando fortes impactos sociais e ambientais, alterando o equilíbrio ecossistêmico e ameaçando a biodiversidade. São raras as empresas que se responsabilizam pela reposição da mata nativa, da cobertura vegetal, re-elaborando projetos de reflorestamento, de reposição de espécies animais -insetos, anfíbios, batráquios, mamíferos, aves. Não parece haver preocupação em repor as populações animais ou vegetais, As empresas chegam abruptamente, se instalam na cidade e encontram um núcleo urbano despreparado culturalmente, no campo da educação, da manipulação de máquinas modernas. Consequentemente, a população, na sua grande maioria, é alijada da inserção no mercado de trabalho. Neste contexto de miséria, a disseminação da exploração sexual é uma decorrência que se tem dificuldade de conter.

Segundo o “Mapa da Exclusão Social” apresentado pelo governo do Estado em 2009, com dados de 2007, de uma população total de 7.432.020, 3.392,670 pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, apresentando uma renda de menos de meio salário mínimo per capta. Como a maior parte da população está inserida no setor informal de produção, ou recebendo um salário mínimo mensal, ou vivendo dos programas assistenciais, e tendo uma prole significativa ou um número elevado de agregados, a renda per capta deverá ficar bem aquém de meio salário mínimo.

A concentração da renda no Estado é significativa. O Coeficiente de Gini, usado para medir o grau de desigualdade na distribuição de renda, indica 0,76 numa escala de 0 (igualdade ideal) a 1 (desigualdade máxima).

Neste contexto, significativa parcela de famílias rurais migra para Belém, embalando o sonho de que na capital conseguirá melhores condições de sobrevivência.

4.1.2 - Belém: a metrópole em agonia

Belém, que foi fundada em 12 de janeiro de 1616 pelo navegador português Francisco Caldeira Castelo Branco, despertou desde cedo o interesse da Coroa Portuguesa. Ressalta Ferreira (2004) que, no século XVIII, pessoas mais esclarecidas da corte como, por exemplo, o Marquês de Pombal, vislumbrando a importância geográfica, o ponto estratégico da região em referência à Europa, à Ásia e à África, pela proximidade do Oceano Atlântico e do Oceano Pacífico, fizeram planos para a construção, na Amazônia, de uma cidade que poderia, futuramente, vir a ser a capital de uma grande região emancipada da então colônia portuguesa do Brasil. Por isso, Belém,

nos séculos XVII e XVIII, foi contemplada com obras de grande beleza e com infraestrutura: praças, teatros, porto moderno, palácios, mansões, centros de pesquisa científica, como o Museu Emílio Goeldi e o Bosque Rodrigues Alves, considerados, respectivamente, celeiros da fauna e da flora da região.

Em decorrência do apogeu do ciclo da borracha, Belém viveu a efervescência do luxo e do progresso. Entretanto, com as crises no primeiro e no segundo ciclo dessa exploração agrícola, a cidade sofreu abalos na sua dimensão sócio-econômica e política. Neste cenário, o Estado começou a ser relegado para segundo plano, contribuindo para isso o distanciamento do poder central em relação à longínqua e desabitada Amazônia.

Dos quase 7,5 milhões de moradores do Estado do Pará, Belém, a capital, congrega quase um milhão e meio (1.437.600), ou seja, concentra aproximadamente 20% dessa população. Enquanto metrópole, Belém apresenta características que, cada vez mais, estão vinculadas a cidades que apresentam essa condição - uma grave questão social que é a pobreza, e as suas expressões, como desemprego, violência, fome, mendicância, violência sexual, pessoas morando em vias públicas.

O que acontece no Estado do Pará tem ressonância em Belém, dado que significativo contingente de famílias desloca-se do meio rural para a cidade em busca de melhores condições de vida. Aqui chegando, normalmente agregam-se nas áreas de ocupação, ou na via pública. Esses grupos somam-se aos incorporados no cenário da degradação social e da destituição de direitos, constituindo-se, portanto, em retrato do desemprego, da fome, da carência de escolaridade, saúde e habitação, o que contribui para a proliferação do trabalho infanto-juvenil e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nesse quadro se destaca o descaso público e o abandono social.

Identifica-se, portanto, um paradoxo, pois em que pese a riqueza do Estado e as possibilidades acentuadas de progresso, os indicadores sociais retratam uma realidade em que se evidencia o baixo índice de desenvolvimento humano – 0,72, segundo o PNUD (2000), em evidente contraste com a opulência de alguns grupos detentores da riqueza da região.

Na pesquisa sobre qualidade de vida – IQV, realizada pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, no período de 2002 e 2003, e divulgada em 2005, Belém é apontada como tendo o segundo pior índice, sendo superada apenas por Rio Branco, capital do Estado do Acre. Brasília destaca-se como a melhor cidade para se viver. O índice é constituído a partir de 12 itens: renda total

familiar, quantidade de alimentos consumidos, o tipo desses alimentos, avaliação dos serviços de água, coleta de lixo e iluminação das ruas. Também foram avaliados a drenagem e escoamento da água após as chuvas, fornecimento de energia, problemas com rua e vizinhos barulhentos, problemas com poluição ambiental, causada pelo trânsito ou pela indústria, violência ou vandalismo na área de residência e condições de moradia da família. Belém destaca-se negativamente em quase todos os itens.⁵⁷

No quesito “violência e vandalismo na área de residência”, ainda segundo este estudo, Belém aparece em primeiro lugar. Diariamente ocorrem assaltos, homicídios, violência sexual, violência nas escolas. Mas são detectáveis preocupações diferenciadas em função da classe social do/da belenense: A classe mais privilegiada volta-se para problemas com a rua e com vizinhos, dado que Belém é uma cidade barulhenta, principalmente nos finais de semana. Os segmentos menos privilegiados preocupam-se com a violência e o vandalismo. Os que moram na periferia ou em área de ocupação reclamam da deficiência na drenagem e escoamento da água após as chuvas. Em alguns lugares, quando chove, a população transita com muita dificuldade (FGV:2005).

Estas situações agudizaram-se em 2009, pois foram registradas aproximadamente quase 69.000 ocorrências nas delegacias, relacionadas a roubos, homicídios, tentativa de homicídio, latrocínio e estupro. A maioria dos roubos envolve adolescentes usados por adultos. Essa camada populacional vive um cotidiano de *descuidado institucional*, por isso se estabelece a relação de espelho, ou seja, espelham-se naqueles que adquirem dinheiro em atividades ilícitas, eles próprios também vitimizados pelo abandono social. Convém salientar que, entre os detidos nas penitenciárias, o maior contingente é de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos. Os estudos de Oliva (2009)⁵⁸ indicam que, dos 140 jovens presos em uma das penitenciárias de Belém, 90% cometia ato infracional desde a adolescência e já tinham sido sentenciados com uma medida sócio-educativa. Ao não lhe serem propiciadas condições para construção de um novo projeto de

⁵⁷ O coordenador desse estudo, Fernando Blumenschein, considera que esse desfavorável desempenho tem a ver com duas questões básicas: “a renda per capita que cresceu muito pouco e as políticas públicas insuficientes. O setor público investiu pouco ou aplicou mal os recursos.

⁵⁸ Ângela Oliva, autora desta tese, é também autora da pesquisa “A trajetória de vida dos egressos das medidas sócio-educativas em Belém”. Conforme já informado, o adolescente que comete ato infracional é sentenciado com uma medida sócio-educativa que pode ser em meio aberto ou fechado, conforme preceitua o ECA. Ao completar dezoito anos será considerado adulto e submetido a Lei de Execução Penal - LEP, e ao Código Penal, sendo preso nas delegacias e penitenciárias.

vida, estes adolescentes continuaram a trajetória de delitos. Destes, 50% recebia o PBF, e os demais não tiveram acesso a este benefício.

Violência e violação de direitos são irmãs siamesas, envolvem em seu redemoinho crianças e adolescentes cujas famílias reproduzem um processo secular de destituição de direitos. Neste contexto, encontram-se adolescentes do sexo masculino, em maior número, envolvidos com o ato infracional, e do sexo feminino com a exploração sexual.

4.2. – As políticas sociais no cenário paraense e a articulação com a Política de Assistência Social.

O caráter seletivo e compensatório ainda presente nas políticas públicas propicia uma situação de “apartheid social” que afeta a maioria da população, na medida em que a equidade e a justiça social ainda estão distantes da universalidade apregoada nas legislações.

Apesar dos programas e projetos, os despossuídos socialmente dos direitos mais elementares convivem, cotidianamente, com a exclusão social. Os direitos legais entram em confronto com uma realidade em que a política de atendimento vigente não caminha *pari passu* com os pressupostos do ECA, que postula direitos e deveres ao segmento infanto-juvenil, assegurados pelo Estado e pela sociedade, conforme preceitua o artigo. 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento: físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Há uma lei que, efetivamente, postula mudanças vigorosas para alterar o quadro de vulnerabilidade e risco em que se encontram inseridas crianças e adolescentes. O ECA enfatiza que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Art.86). Mas a mudança na organização institucional vigente há muitas décadas requer parcerias que produzam um conjunto articulado de ações para que as necessidades sociais sejam prioritárias, assegurando, assim, os recursos do poder público.

O Estado do Pará e a sua capital Belém destacam-se pela fragilidade das políticas públicas e sociais destinadas aos grupos pauperizados, penalizando, neste contexto, o segmento infanto-juvenil, sem destoar, portanto, do quadro geral do País.

4.2.1- Educação

Identificou-se, através da Programa Nacional Por Amostra de Domicílio - PNAD/2006, que a proporção de crianças de 0 a 3 anos que frequentava creche em 2006 foi estimada em 15,5%, superior à de 2004 (13,4%). Regionalmente, a frequência à creche variou de 19,2% no Sudeste para 8,0% no Norte, do qual faz parte o Estado do Pará. Em 2008, o atendimento no Pará teve um decréscimo e incidiu em 7.24%, atendendo 33.041 das 456.490 recenseadas, menos de 10% do total. Vale ressaltar que certamente considerável parcela deste contingente abrange os segmentos mais privilegiados, para os quais existem creches com satisfatória infra-estrutura, ou babás em suas residências. Igualmente observa-se que, em função das alterações na Lei de Diretrizes e Bases –LDB, a Educação Infantil abrange a faixa etária até aos três anos, atendida no sistema de creche, e a pré-escola, dos quatro aos seis anos. Ocorre que os índices de matrícula na pré-escola da rede estadual e municipal são equivocados, pois as crianças estão sendo matriculadas apenas aos seis anos, ficando sob a responsabilidade das creches o atendimento até esta idade. Em Belém, são cinco as creches municipais Destaca-se, portanto, a ausência de investimento na primeira infância às camadas empobrecidas, sem universalidade no atendimento.

O IBGE (2000), através do Censo, registrava no Pará, 119.974 crianças que não frequentavam a escola. Esses números eram os mais elevados da Região Norte e os terceiros do País⁵⁹. Na capital, Belém, a população na faixa etária de 7 a 14 anos era de 195.187, com mais de 8.000 fora da escola. Este número é provavelmente inferior ao real, pois muitas famílias que declararam ao Censo ter uma criança na escola não informaram do abandono da escola para integrarem o trabalho infanto-juvenil. Ao revisitarmos esta situação, verificamos que o Mapa da Exclusão Social, elaborado pelo Governo do Estado, publicado em 2009, indica que em 2008 foi efetivada a matrícula de quase 90% da população em idade escolar. A taxa de alfabetizados, no Estado, na faixa etária de 7 a 14 anos gira em torno de 88,3%, e a de analfabetismo incide em 11,7%. Em Belém a taxa é de 4,4%.

⁵⁹ No topo encontra-se São Paulo com 168.730. Bahia ocupa o segundo lugar com 159.580. Ressalte-se que o Brasil tem 27,1 milhões de crianças na citada faixa etária, sendo que 1,5 milhões não se encontra na rede regular de ensino.

Há de se considerar, todavia, que matrícula não garante frequência à escola, e ser alfabetizado significa ter cursado alguma das séries do ensino fundamental, mesmo tendo-a abandonado posteriormente. Isto contribui para um contingente considerável de analfabetos funcionais. O referido mapa não indica as evasões, que são acentuadas, em decorrência, principalmente do trabalho infanto-juvenil, criando-se uma legião de adolescentes que não concluem o ensino fundamental, considerado obrigatório pelo ECA.

Educação e saúde têm sido privilégios das classes mais favorecidas economicamente, dada a privatização desses serviços. Crianças e adolescentes que trabalham abandonam a escola em função das consideráveis horas dispensadas ao labor. Quando isso não acontece, a escola sente dificuldades em prepará-lo à cidadania. Esta situação acarreta uma contradição conflituando com o disposto no Art. 55, Capítulo IV do ECA, o qual estabelece que os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino. Entretanto, prover este acesso, requer interações da política educacional com as demais políticas para garantir esta permanência. Não se pode transferir para a família uma responsabilidade que deve ser partilhada com o Estado.

Nessa situação, não se vislumbra um futuro promissor para essas crianças. Os que conseguem ter acesso à escola pública certamente, conviverão com expressiva parcela de docentes insatisfeitos, ausência de material, de capacitação, de infraestrutura para ministrar satisfatoriamente as aulas, ausência de um conteúdo pedagógico que desperte a atenção da criança e que desenvolva o seu potencial. Ao mesmo tempo em que a sociedade imputa à escola a responsabilidade por uma educação ligada às exigências da globalização, ou a formação de um ser crítico e consciente, não possibilita condições às escolas públicas para que isso aconteça.

Apesar das condicionalidades para a elegibilidade ao PBF incluírem a frequência à escola, a realidade dá mostras de que há os que recebem este benefício ou o do PETI, mas continuam desenvolvendo atividades nas ruas, migrando de um espaço a outro quando percebem a presença de alguma autoridade. Neste cenário, as políticas não se articulam, afrontando os seus pressupostos e os das legislações, gerando descaminhos, entre os quais a exploração sexual.

Um fator adicional a esta situação é a violência nas escolas, que tem sido uma constante no cenário paraense, acontecendo principalmente em Belém, em que o *bullying* se multiplica. Segundo informação da Delegacia Especializada à Criança e ao Adolescente - DATA, as agressões vêm aumentando. No início do segundo semestre de 2010, estão sendo efetivadas 10

denúncias, diariamente, de violência física com objetos cortantes. Soma-se a este quadro as situações que ainda permanecem na invisibilidade.

A mudança desta situação requer providências para além do efetivo policial, visando o resguardo da escola. Exige que as interações sociais e familiares dos alunos e professores sejam indagadas, para o enfrentamento desta violência que também é institucional. Destaca-se neste contexto a fome que muitos alunos vivenciam não somente em seus lares, mas também nos estabelecimentos escolares, já que em muitos destes não é garantida a alimentação, apesar da denominada merenda escolar ser assegurada pelo poder público. Isso gera tensões no cotidiano dos alunos e sequelas na aprendizagem, comprometendo a saúde física, mental e emocional.

4.2.2 –Saúde

O atendimento à população em relação à saúde destaca-se pela ausência de um trabalho preventivo, já que o adoecimento tem também vinculação, entre outros, com os problemas relacionados ao meio ambiente, em que se destaca a acumulação do lixo urbano. Dada esta lacuna, as ações curativas são asseguradas pela rede pública, da qual faz uso o segmento menos privilegiado, através do sistema único de saúde – SUS, cuja proposta é considerada referência. Entretanto, apesar do caráter universal de atendimento, este ainda não consegue contemplar de maneira adequada a dimensão qualitativa da atenção em saúde. Por isso os que se beneficiam de melhores condições financeiras optam pelos planos de saúde e convênios privados.

Não obstante a saúde ser um direito assegurado por lei e o Sistema Único de Saúde - SUS preconizar um atendimento universal, a realidade mostra que os pressupostos das legislações ainda não encontraram respaldo nas administrações públicas, no sentido de garantir cidadania à população. Por isso se acumulam problemas relacionados a ausência de leitos nos hospitais, equipamentos deteriorados, ausência de médicos, consultas e exames emergenciais que não são realizados em tempo útil, e o não cumprimento de horário de trabalho. O ECA enfatiza que a criança deve ter prioridade no atendimento. Entretanto, os constantes casos de óbito evidenciam situações de negligência médica e hospitalar, retratando o quanto se está distante do que é preconizado na lei.

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, denominado “Situação da Infância Brasileira-2000: os primeiros seis anos de vida”, enfatizava que:

As respostas emocionais básicas de uma criança são formadas nos seus primeiros meses de vida, posto que o cérebro de um recém-nascido contém cerca de 100 bilhões de células. Cada célula precisa ser ligada a outras células para formar redes, usando milhões de conexões durante os primeiros meses. Descobertas recentes têm demonstrado, convincentemente, que a primeira infância, desde a gestação, é a fase mais crítica da pessoa no que diz respeito ao seu desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social. No momento em que um menino ou menina completa 6 anos, seu cérebro já desenvolveu os amplos contornos da sua auto-estima, de senso de moralidade, responsabilidade e empatia, sua capacidade de aprendizado e de relacionamento social, e outros aspectos de sua personalidade (2000:14).

Não obstante as evidências da ciência, o descuidar do poder público coloca-se contra o conhecimento científico, pois ao não viabilizar direitos assegurados pelas legislações compromete o desenvolvimento biopsicossocial da criança, o que, certamente, trará reflexos para o conjunto da sociedade, através do fomento das questões sociais e das suas expressões.

Neste contexto, a desnutrição alcança patamares significativos, em face da deplorável condição sócio-econômica da grande massa da população paraense. A fome campeia no seu cotidiano, ocasionando a morte de muitas crianças. As que conseguem sobreviver contraem seqüelas físicas e emocionais, que comprometerão o seu desenvolvimento.

Esta situação agudiza-se, em virtude de em Belém os grupos pauperizados residirem em áreas de ocupação ainda carentes de saneamento básico. Muitas crianças tomam banhos em águas poluídas, fétidas, contraindo doenças que muitas vezes lhes causam a morte.

As condições de saneamento básico influenciam consideravelmente a qualidade de vida da população, tendo reflexos em sua saúde. Isto se torna um fator complexo na medida em que apenas 49,15% dos domicílios no Estado do Pará estão ligados à rede de abastecimento de água. Na Região Metropolitana de Belém –RMB-, este índice gira em torno de 64%, segundo o Mapa da Exclusão Social (2009). No que concerne ao percentual de domicílios com esgotamento sanitário (rede geral e fossa séptica), no Pará o índice de cobertura é de 62,08% e, na RMB, 89,12%. Ainda segundo este estudo, no Pará a coleta de lixo é efetivada em 78,95% dos domicílios, e na RMB, a cobertura incide em 97,10%. O Mapa menciona que a energia elétrica é fornecida a 79,03% da população.

No intuito de minimizar a desnutrição e as suas sequelas, que muitas vezes incluem a morte prematura, a Pastoral da Criança, organização não governamental, dedica-se ao enfrentamento da mortalidade infantil e das suas causas. Como resultado dessa ação, a Unicef (2000:24) enfatizava a redução da mortalidade infantil, não obstante serem ainda preocupantes os índices regionais, posto que no Pará, entre mil nascidos, continuavam a morrer, antes de completado o primeiro ano de vida, quase 38 crianças. Mas, se avaliarmos o estudo do IBGE (2007) em relação à taxa de mortalidade infantil no Estado do Pará, para o período de 1991 a 2007, pode-se perceber que houve um decréscimo, pois em 1991 o Pará apresentava um índice de 44,60 por mil, mas em 2007 o índice diminuiu para 24,40 por mil. Em 2008, o Mapa da Exclusão Social registava 18,18 óbitos de crianças menores de 1 ano para cada mil nascidos vivos.

A mortalidade infantil pode estar ligada à gravidez na adolescência, considerada fator de risco pela Organização Mundial de Saúde - OMS, pela sua associação a abortos espontâneos e partos prematuros. Por isso, a maternidade na adolescência pode ser uma importante influência na mortalidade infantil. A realidade social mostra que, nos últimos anos, vem aumentando o contingente de crianças e adolescentes que engravidam com 10, 12 anos. Muitas são vítimas de abuso sexual.

A situação torna-se mais clara se considerarmos o Índice de Notificação de Nascidos Vivos, que registra, em 2004, 2.035 nascimentos no Pará e, em 2005, 1.620, com mães na faixa etária dos 10 aos 14 anos. Ainda em 2004, foram notificados 39.851 nascimentos a jovens na faixa etária dos 15 aos 19 anos, e 30.015 em 2005⁶⁰. Certamente, o número é muito maior, em virtude dos partos feitos em casa - e por isso sem notificação -, e das crianças que nem chegam a nascer devido a abortos. Expressiva parcela deste segmento vivencia a situação de abuso sexual ou de exploração sexual, ou tenderá a trilhar os caminhos da situação de exploração sexual se a política de saúde não estiver articulada com programas que acontecem na mesma área, gerando informações e conectando-se às demais políticas.

O Programa Saúde da Família, que foi incrementado com o Programa de Agentes Comunitários criado pelo Ministério da Saúde, objetiva o acompanhamento das condições de saúde dos segmentos menos privilegiados, trabalhando a prevenção e detectando problemas relacionados a doenças que necessitam de encaminhamentos e acompanhamentos. Ocorre que, em decorrência da ausência de articulação com as demais políticas e principalmente com a

⁶⁰ Cf. Alepa (2010).

PNAS, outras problemáticas vivenciadas pela família não são detectadas na mesma proporção. Isto acarreta um paradoxo, pois apesar da PNAS ter a família no seu centro, as relações familiares e suas conseqüências estão passando ao largo deste processo, já que as articulações carecem de vitalização, perdendo-se, desta forma, a prevenção de muitas situações de violência. As instituições, ao não promoverem essas conexões força, sedimentam o *stand-by*, facilitando a permanência do *circuito fechado*, demonstrando a ausência de *cuidado institucional*.

É através das conexões entre as políticas que muitas situações podem ser detectadas, como, por exemplo, as condições de habitabilidade, pois ter saúde implica habitar em moradias com saneamento básico e equipamentos sociais.

O caráter universal da saúde requer a responsabilidade social dos gestores, para que a população tenha assegurados os seus direitos a uma vida saudável, com condições socioeconômicas, de habitabilidade, para uma existência digna e o reconhecimento da condição de cidadania.

4.2.3 - Habitação e ocupação

A moradia passa a ser uma expressão da questão social, na medida em que a população não tem garantido esse direito. Esta ausência conecta-se ao alto custo dos imóveis e à não implementação de programas que atendam a população considerada de baixa renda. Esta situação contribui para a busca desordenada por espaços que assegurem lugar para morar, mesmo que seja sem saneamento básico, pavimentação das ruas, luz e água encanada e equipamentos sociais, conseqüentemente sem acesso à saúde e à educação. São delimitadas, desta forma, as desigualdades sociais, através da sua inscrição no espaço: um espaço que é habitado, e o outro que é ocupado / invadido. A desigualdade é, pois, sócio-espacial.

A Organização das Nações Unidas – ONU (2008), afirma que os dois países com maior concentração de propriedades da terra, são, respectivamente, o Paraguai e o Brasil. O Estado do Pará, zona de conflitos rurais, lidera, no Brasil, em relação a essa condição.

Desta forma, o espaço inscreve uma simbologia social, de integração ou de exclusão. É neste contexto que as relações sociais são travadas e reproduzidas, no processo de interação com o outro, de organização. No cenário da exclusão, proliferam as áreas de ocupação e as lutas por assentamentos dignos. Como resultado dessas lutas foi promulgado o Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade é uma Lei Federal (10.257/1) que amplia e explicita o Capítulo sobre Política Urbana da Constituição Federal (Art. 182 e 83), configurando a elaboração da Política Urbana Nacional. No artigo 20, inciso I, afirma: “O objetivo da regularização fundiária deve ser de adequar os assentamentos ilegais ao modelo legal ou ideal de cidade sustentável, gerando direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, aos transportes, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as futuras gerações”. A lei reafirma, assim, direitos essenciais ao ser humano; a deslocação de famílias do campo para a cidade torna mais urgente essa reafirmação.

A Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém – CODEM é a responsável em administrar as terras do Município de Belém e conseqüentemente regularizar as áreas que foram ocupadas pela população. Dados do IBGE (2004) indicam que 77% das habitações, no Estado do Pará, são mal construídas. A Companhia de Habitação - COHAB informou que, no segundo bimestre de 2010, 240 mil unidades de moradia foram construídas em Belém. Soma-se a este quadro as 300 mil inadequações, já que inseridas em áreas de ocupação que apresentam desordenamento espacial. Em todo o Estado do Pará, são 470 mil novas unidades e 850 mil inadequações. Neste conturbado contexto, o déficit habitacional gira em torno de 43,99% das necessidades.

Cabe à Secretária de Habitação – SEHAB a operacionalização da Política Nacional de Habitação – PNH, aprovada em 2004 pelo Governo Federal. Os assentamentos precários devem integrar-se à vida urbana e ter acesso aos equipamentos sociais, como forma de assegurar a cidadania para os que neles residem. Entretanto, transcorridos quase 15 anos de implementação da PNH, o quadro é de multiplicação das áreas de ocupação. Isso reflete a situação do país, que, apesar da sua dimensão, ainda não tem uma política agrária que, realmente, responda à necessidade de assentar milhares de trabalhadores sem terra. Os assentamentos são inferiores ao número de despossuídos de moradia.

Em Belém, os assentamentos multiplicam-se em virtude da fragilidade das políticas direcionadas à habitação. Este quadro é agravado por um contingente significativo de pessoas que se encontram em áreas provisórias, de que a qualquer momento podem ser expulsas. Como errantes, buscam outros espaços, e o cotidiano de subcidadania vai-se agravando, contrariando as medidas legislativas.

Mais de 300 áreas de “ocupação” intumescem a periferia da cidade, segundo Ferreira (2004). Considerando a Região Metropolitana de Belém, existe um total de 405 áreas, já que em Ananindeua, são 105 as áreas ocupadas. A maioria destes terrenos está sediada em áreas alagadas, sendo utilizadas pontes para o trânsito dos moradores. Em 2009, este número cresceu para 470 áreas de ocupação (Ferreira: 2010).

A moradia de qualidade está assegurada na Constituição Federal, mas está ainda longe de ser efetivamente realizada. Apesar de existir um órgão para a sua formulação e execução, a Companhia de Habitação - COHAB, ainda não existe uma política habitacional que contemple os que se encontram destituídos dos direitos mais elementares, indispensáveis a uma vida digna e saudável. É excluída também deste processo a classe média baixa. A COHAB mantém a sua estrutura enquanto órgão público, sem que cumpra a sua função social. Os empreendimentos estão voltados para atender uma pequena parcela de funcionários públicos, com a construção de cinco prédios. Os demais moradores da capital, que pagam impostos, taxas e serviços, continuam excluídos de um preceito constitucionalmente adquirido.

Em 2009, foi lançado o Programa do governo federal denominado “Minha casa, minha vida”, para a aquisição de moradia pelos segmentos com menos recursos. Aqui aparece um paradoxo, pois é exigido que a família comprove uma renda de três salários mínimos, o que é incompatível com a situação sócio-econômica de uma parte significativa da população, sendo que são aproximadamente 3,3 milhões os considerados miseráveis no Estado do Pará. Nesta arquitetura da política de habitação torna-se visível, mais uma vez, a ausência de *cuidado institucional*.

Tem sido afirmada a necessidade de estudos que conectem as realidades investigadas, suas conseqüências e possibilidades de resolutividade, e que tenham visibilidade e legitimidade junto às esferas de decisão e deliberação. Isso requer a interação das demais políticas sociais com a PNAS. Quando as áreas de ocupação são mapeadas pelo órgão oficial, não pode ser apenas a questão da moradia o foco da atenção institucional, mas têm de ser capturadas as vivências das famílias para que tenham acesso a programas e projetos assegurados constitucionalmente, e que devem ser realizados pela Política de Assistência Social.

4.3. A Assistência Social na Legislação do Estado do Pará

A inclusão tardia da temática “Assistência Social” na legislação paraense, somente a partir de meados do século passado, reflete a visão dos governantes e legisladores atrelados a conceitos econômicos e políticos oriundos do militarismo do neófito regime republicano brasileiro.

A Constituição Estadual, historicamente, fundamenta-se nos dispositivos da Carta Magna Federal, ao longo dos 120 anos da República Federativa do Brasil. Daí verificar-se o silêncio dos textos das Constituições Estaduais de 1891, de 1904, de 1915 e de 1927, a respeito da Assistência Social, remetendo à União a responsabilidade assistencial às pessoas em condição de vulnerabilidade social.

Cabe à norma constitucional de 2 de Agosto de 1935, em pleno regime de Estado Novo, no Título II – Da Educação e da Família –, manifestar algum tipo de preocupação social, ao criar o fundo educacional, a colaboração recíproca entre o Estado e a Igreja com vistas às ações de beneficência à infância e segmentos menos privilegiados, estimular a catequese dos silvícolas e empreender campanhas contra doenças endêmicas e moléstias degenerativas.

Revisitando esse contexto, saliento que historicamente o Estado assume a educação, mas foi a igreja que sempre esteve na dianteira do atendimento às populações carentes, mesmo que voltada à ótica da benesse, da caridade. Neste sentido, as escolas tradicionais, católicas, em que estudavam as filhas dos segmentos mais privilegiados, acolhiam as jovens das famílias mais necessitadas, concedendo-lhe estudo em troca dos afazeres domésticos, um regime denominado de internato. As irmãs de caridade administravam também os hospitais, subvencionados financeiramente pelo poder público. Destacam-se os institutos que conjugavam a educação e o internato de órfãos do sexo masculino. Às meninas órfãs e às que, abusadas sexualmente, eram exploradas e inseridas na zona do meretrício, algumas eram encaminhadas a um desses institutos em que, além da educação, eram preparadas para serem donas de casa, sendo as de melhor aparência inseridas no setor formal de produção.

Ressalte-se que não havia programas sequenciais de atendimento aos menos privilegiados; eventualmente eram distribuídas cestas básicas, por políticos à caça de eleitores, e que, momentaneamente, saciavam a fome de um pequeno contingente.

A Constituição de 1945, outorgada pelo Interventor General Magalhães Barata, por força do regime de exceção vigente no País, suprimiu os postulados da anterior, expressando-se tão somente numa “Declaração de Direitos”, que assegurava que “todos os direitos expressos na Constituição Federal” beneficiavam brasileiros e estrangeiros residentes no Pará.

Com a redemocratização do País, a Assembléia Constituinte do Estado do Pará promulgou, em 8 de julho de 1947, nova Constituição, contemplando no Título VIII – Da Família, da Educação e da Cultura, a proteção pioneira à “adolescência”. Além disso, introduziu a temática aqui abordada em capítulo específico, o Título X – Da Assistência Social, onde prevê amparar os desvalidos; proteger a maternidade, a infância e a adolescência; socorrer as famílias de prole numerosa; proteger a juventude contra a exploração ou o abandono físico, moral e intelectual; impedir a propagação de doenças transmissíveis; combater o alcoolismo e jogos ilícitos; prestar assistência médico-social, hospitalar e para-hospitalar e psiquiátrica. Estabelecia ainda que o Estado e os Municípios despenderiam cerca de 15% de sua renda com os serviços de Saúde e Assistência. Contudo, uma Emenda Constitucional reduziu esta alíquota a apenas 10% da receita, numa clara demonstração de que a assistência social não era uma prioridade das autoridades políticas.

A implantação da Legião Brasileira de Assistência - LBA ampliou o atendimento, nomeadamente, à gestante, através da organização em grupos, propiciando informação acerca da maternidade e orientação psicossocial; à criança, mensurando o seu desenvolvimento nutricional. As crianças e os adolescentes que cometiam ato infracional, como furtos e roubos, eram encaminhados a um presídio localizado em uma ilha. Nesse local ficavam misturados com os adultos. Vale ressaltar o caráter repressivo desta ação que, entretanto, seguia os preceitos do Código de Menores de 1920, que se destacava por ser segregador e discriminatório.

Posteriormente, sob a ditadura militar de 1964, foi outorgada, em 15 de maio de 1967, a Constituição Política do Estado do Pará, mantendo no Título III – Ordem Econômica e Social, o estabelecido em 1947, enfatizando no Art. 151 que cabe ao Estado e aos Municípios coordenar e assegurar os serviços sociais, criando departamentos especializados na sua execução. No Título IV – Família, Educação e Cultura, reitera (Art. 145) que a lei instituirá a assistência à maternidade, à infância e à velhice.

Foi breve a vigência desta carta, pois em 1969 ela foi reformada através da Emenda Constitucional nº 1, em razão da implantação do Ato Institucional nº 5, que endureceu o regime ditatorial. A legislação manteve os dispositivos anteriores. Porém, o texto reformado recebeu aproximadamente 26 emendas. Destas, a nº 14, de 1981, assevera que “o Poder Público assegurará às pessoas deficientes físicos melhorias de condições de vida, promovendo a sua reabilitação, assistência e reintegração na sociedade e possibilitará condições de acesso a

edifícios, logradouros públicos e de lazer aos que forem fisicamente fracos”. A Emenda nº 21, de 5 de Dezembro de 1984, viria a suprimir o termo “físicos”, objetivando maior abrangência aos portadores de necessidades especiais.

Na década de 60, foi criada a Fundação do Bem Estar Social do Pará – FBESP, direcionada ao segmento infanto-juvenil, sendo responsável pela política de atendimento aos vulneráveis. Seguiu os pressupostos da Fundação Nacional do Bem Estar – FUNABEM –, marcados pela clausura para os que cometessem ato infracional ou estivessem em situação de rua e abandono. Estrutura-se um conjunto de ações assistenciais, ainda que voltado à lógica instrumental, atuando nas conseqüências, e não nas causas geradoras das situações. Posteriormente, na década de 80, com a presença de um gestor na presidência da FBESP, que tinha preocupações sociais, reestruturaram-se as ações assistenciais já existentes e implantaram-se outras, como creches, vitalizando o atendimento a famílias, crianças e adolescentes em situação de rua. Para os adolescentes privados de liberdade foi implantado um trabalho em que se destacava o processo de humanização e garantia de direitos. No contexto de uma proposta emancipatória foi intensa as articulações com os centros comunitários.

Finalmente, em 5 de Outubro de 1989, com o País reinvestido da sua plenitude democrática, através da Constituição Cidadã de 1988, a Constituinte Estadual promulgou a Constituição do Estado do Pará, comprometendo-se restaurar a cidadania e a dignidade do ser humano, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais, promover o bem geral, coibir preconceitos e discriminação, priorizar assuntos de interesse dos cidadãos, igualar todos perante a lei e efetivar direitos sociais.

No Título exclusivo da Ordem Social, estabelece na Seção IX – Da Assistência Social, a garantia de processo de adoção de criança ou adolescente órfão ou abandonado, atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social ou pessoal, acesso de deficientes físicos ou sensoriais no mercado de trabalho, descentralização político-administrativa na política integrada de assistência social, participação da sociedade civil e instituições privadas, criação de fundo específico e prevalência de políticas básicas nas áreas de saúde, educação, trabalho, habitação, abastecimento, transporte e alimentação. Convém ressaltar o que está registrado no Art.295, inciso 3º - “O Poder Público assegurará a assistência à família e a cada um de seus integrantes, criando mecanismos para impedir a violência no âmbito de suas relações”.

A Lei Suprema Estadual ostenta capítulos temáticos sobre a Família, a Criança, o Adolescente e o Idoso, bem como a Mulher e os Índios, procurando universalizar as ações prioritárias dirigidas a esses diferentes segmentos sociais.

Desse modo, o Estado produziu o arcabouço legal necessário à materialização da efetiva prestação da assistência social, que terá efetividade decorrente de decisão política na sua operacionalização. Com a promulgação da LOAS e da PNAS, programas e serviços são implantados, e é assegurada a sua efetividade pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

4.3.1. Os programas da Política de Assistência Social

No que tange aos programas de assistência social – sócio-assistenciais e de transferência de renda -, o MDS (2010) informa que destinou, de Janeiro de 2009 a Junho de 2010, 1,38 bilhão de reais para atendimento à população. Os 236 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os 47 CREAS, oferecem um conjunto de ações para atendimento das diversas vulnerabilidades.

O MDS disponibiliza as informações na sua página na Internet, para que os gastos governamentais sejam acompanhados, inclusive pelos profissionais, possibilitando a previsão de novas metas que atinjam um maior número de pessoas que se encontrem em situação de vulnerabilidade e a rediscussão dos valores dos benefícios.

A Assistência Social enquanto política pública encontra-se instalada na maioria dos municípios paraenses. O Estado do Pará tem sob a sua jurisdição 144 municípios. Destes, 143 já estão descentralizados, ganharam maior autonomia, contam com uma Secretária de Assistência Social. Esse é um movimento nacional porque é lei; anteriormente, cada Estado organizava suas ações isoladamente. Apesar desse avanço se constata que, no âmbito da garantia de direitos para a plena cidadania, ainda se está dando os primeiros passos, pois significativa parcela da população destes municípios migra para Belém, em busca de melhores condições de vida, não obstante a gama de mecanismos que a LOAS contempla, objetivando que os programas que garantem a cidadania sejam instalados em cada município.

Com esta compreensão, saliento que dois eixos, enraizados, obstaculizam avanços na operacionalização da PNAS: a) estrutura, gestão e organização; b) invasão do cariz funcionalista em um modelo emancipatório.

No primeiro eixo, apesar do quadro demonstrativo do MDS comprovar os recursos enviados ao Estado para a operacionalização da Política de Assistência Social, percebe-se que as fissuras ainda são consideráveis nesta arquitetura, e isso vai desde o fato de expressivo número de municípios paraenses ainda não ter as suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios até a forma como os programas são operacionalizados:

Se o prefeito de um município for honesto, íntegro, sabendo administrar, com uma boa equipe, conseguirá fazer uma boa administração. Existem municípios no Pará que estão mostrando que é possível fazer, nos outros Estados também, mas, em significativa parcela nada avança, se tem um desespero de miséria e não é que não sejam enviados recursos para estes locais. É uma questão de valores morais, éticos, desses gestores. Quanto poder passa pelas mãos das autoridades e às vezes pessoas que não têm o poder nas mãos são capazes de fazer bem mais. (W.R – membro do Conselho de Assistência).

Pontes⁶¹, em seus estudos sobre políticas direcionadas à pobreza, ressalta que tem travado contato com significativa parcela de pessoas que, não obstante a inclusão nos programas de transferência de renda, não apresentam mudanças qualitativas em suas vidas, permanecendo nas mesmas situações de risco pessoal e social em que se encontravam anteriormente: trabalho infantil-juvenil, exploração sexual, drogas.

O segundo eixo é vitalizado quando, como enfatiza Campos (2003)⁶², “os municípios precisam deixar de praticar assistência social como pronto-socorro, fazendo de quase tudo um pouco e não resultando em nada”. A reversão dessa postura exige competência técnica, e compromisso político, ético, com o destino da população, construindo uma intervenção geradora de possibilidades de mudança, saindo do mero discurso e buscando a efetividade para que a situação de seditização seja substituída por relações horizontais conjugadas com a solidariedade:

Tem-se, no Brasil, uma multidão de pessoas mobilizadas para fazer parte dos conselhos, das discussões, das conferências. É um movimento nacional fantástico que começa no município, vem para o Estado, vai para a união, todo mundo discutindo a política. Mas, já tivemos várias conferências e muitas vezes ainda estamos discutindo as mesmas propostas

⁶¹ Reinaldo Pontes, Doutor em Sociologia. Coordenador do Observatório de Violência nas Escolas. Entrevista concedida à pesquisadora.

⁶² Edval Bernardino Campos. Doutor em Ciência Política. Destaca-se na discussão sobre a Política de Assistência Social. Entrevista concedida à pesquisadora.

da primeira, porque a sociedade não consegue avançar muito”. (W.R- membro do Conselho de Assistência)

Em Belém, todos os programas que constam na arquitetura da Política Nacional de Assistência Social foram implantados, com infraestrutura, dotação de verbas, equipes. Entretanto, a população vulnerabilizada ainda não é alcançada de forma universal e qualitativa.

- *Programa Bolsa Família*

O MDS informa que no Estado do Pará foram atendidas, em 2008, 529 mil famílias, beneficiando 1,9 milhão de pessoas. Foram cadastradas, em Belém, 83.770 famílias, tendo o benefício sido liberado para 67.678. No ano de 2009 e primeiro semestre de 2010, o atendimento do PBF no Estado do Pará ampliou para 671.173 famílias - o que significa que entraram nesse circuito mais 142.173 famílias. Entretanto, as famílias pobres no perfil Cadastro Único incidem em 1.010.425, correspondendo a uma cobertura de 66,48%. Registre-se que em Belém o PBF atende 75.442 famílias, ampliando o benefício para mais 7.764. A estimativa de famílias pobres no perfil Cadastro Único é de 149.715, e a cobertura incide em 50,38%.

Há de se considerar, todavia, que, além dos cadastrados, há um contingente significativo que ainda não tem acesso ao programa, mesmo preenchendo as exigências para a elegibilidade. Aqui aparece um paradoxo, pois quando o responsável pela família está empregado no setor formal de produção, com carteira de trabalho assinada pelo empregador, e ganha um salário mínimo, que não lhe possibilita o atendimento às necessidades dignas de sobrevivência, não é atendido pelo programa, que é direcionado aos que estão desempregados ou no setor informal de produção.

Em termos metodológicos, o PBF, em Belém, segue as mesmas orientações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que uniformizou o atendimento. O PBF é desenvolvido nos 13 Centros de Referência Básica da Assistência Social – CRAS, sob a custódia da Fundação Papa João XXIII, instituição responsável pela execução da Política de Assistência Social no Município.

Detecta-se a ausência de um monitoramento eficaz em função das condicionalidades relacionadas à educação. Isso possibilita que a criança deixe de frequentar a escola, o mesmo acontecendo em relação à saúde. Mesmo assim, a família continua recebendo o benefício.

A outra questão diz respeito ao processo de autonomia das famílias. Para que isso aconteça é previsto o programa de geração de emprego e renda, para que as famílias não fiquem tuteladas pelo Estado. Mas, como a organização assistencial ainda não assegura esse procedimento, as famílias ficam condicionadas ao benefício durante muitos anos, estabelecendo um processo de dependência institucional, sem perspectiva de emancipação. Algumas pessoas entram em depressão diante da possibilidade de perder o benefício.

Convém salientar que significativa parcela de famílias paraenses vivencia um processo secular de pobreza, de violência e de exclusão que vai se repetindo transgeracionalmente. Ceifar este ciclo requer a presença de um Estado cuidador que possa estar auxiliando as famílias vulneráveis, através dos programas vinculados às políticas sociais e públicas, sem tutelá-los.

É preciso atentar, então, que a situação não é apenas de ausência de renda. As famílias apresentam, também, uma série de outras situações como conflitos familiares, drogas, alcoolismo ou violência que, ao não serem trabalhadas, compromete-se a efetividade dos programas. Apesar de poderem participar do Programa de Atendimento Integral à Família – PAIF, que se propõe a atender as dimensões psicossociais das famílias, a grande maioria encontra-se ausente dele.

A arquitetura do PBF requer para a sua efetividade a captura das multidimensões do cotidiano das famílias empobrecidas paraenses, o que implica sair da cultura da realidade e da necessidade para a cultura da possibilidade, considerando as peculiaridades dos excluídos. Em Belém, a miséria existente é absoluta, diferentemente de centros urbanos como os do sul e do sudeste.

- *Programa de Erradicação do Trabalho infantil*

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI segue as mesmas diretrizes do nacional. É desenvolvido no CRAS. Pauta-se na exigência de frequência à escola, e da participação no outro horário na denominada jornada ampliada, em que deverá haver inclusão em atividades esportivas e oficinas de criatividade. Apesar do PETI ter surgido para dar resposta a esta situação, ainda não consegue alterar substancialmente a qualidade de vida dos envolvidos, não apenas pela precária situação sócio-econômica da família, mas pela ausência de monitoramento e avaliação. Mesmo estando previsto um esquema para verificar a frequência escolar, e evitar o exercício de atividades rentáveis, através do monitoramento das áreas em que anteriormente se encontravam, o referido procedimento apresenta, no cotidiano, fragilidades.

Estas limitações contribuem para que não exista uma avaliação da real situação dos atendidos. É visível que em muitas situações eles migram de um lugar para o outro para continuar trabalhando, ou dedicam-se à mendicância em outros espaços, mantendo uma frequência irregular à escola, pois quando percebem que podem perder o benéfico retornam ao estabelecimento escolar.

Como o programa não tem caráter universal, significativo contingente dos potenciais beneficiários continua à margem dele. Neste sentido, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – Diesse (2010) informa que são mais de 240.000 os trabalhadores do segmento infanto-juvenil, na faixa etária de 5 a 17 anos. Os índices do Pará são responsáveis por 53,25% do total da região norte. Nos demais Estados desta região, os números do trabalho infantil estão assim distribuídos: Amazonas - 68.033; Tocantins - 54.464; Rondônia - 51.094; Acre - 21.556; Roraima - 9.250; Amapá - 6.430. Na faixa etária, de cinco a nove anos, o Estado do Pará destaca-se com 5,43%. Segundo o IBGE, são cerca de 29.000 as crianças envolvidas em atividades laborais na Região Metropolitana de Belém. Desse universo, 7,8% têm menos de 9 anos, 57,7% estão na faixa de 10 a 14 anos e 25,4% entre 15 e 17 anos. No sul do Pará, o trabalho infantil aparece nas madeireiras, carvoarias, olarias. Essas atividades comprometem o desenvolvimento mental e físico das crianças, podendo acarretar problemas respiratórios ou amputação dos membros. Trabalham em regime de servidão e exploração, prosseguindo a saga dos seus pais.

Em Belém, nas décadas de 80 e 90, tornava-se evidente, no período diurno e noturno, crianças e adolescentes aglomeradas nas feiras, nos sinais de trânsito, nos postos de gasolina, nos bares, nas ruas, vendendo os mais variados produtos: bombons, picolés, flores, amendoim, lavando ou reparando carros ou, simplesmente esmolando. Sujas, maltrapilhas, com olhares distantes, transitavam em meio à indiferença popular. Apesar das proibições legais, havia um considerável contingente de crianças a partir de cinco anos trabalhando até altas horas da madrugada. Expressiva parcela dormia na rua, outras retornavam às suas residências já de manhã, sendo espancadas quando não levavam dinheiro para suas casas. Enfrentavam perigos em seus lares ou na rua e eram vítimas de abusos e exploração sexual. Os trabalhadores da noite eram companheiros do silêncio da madrugada, que acolhia os seus gritos de desesperança. Esses pequenos vendedores informavam que entregavam a renda que auferiam aos que por eles eram

responsáveis, para a compra de gêneros alimentícios. Em algumas situações, os pais encontravam-se nas proximidades do local em que as crianças estavam esmolando ou trabalhando. Ficavam observando, para que elas não deixassem de fazer o que lhes fora ordenado, estabelecendo um pacto de silêncio. Quando abordadas, as crianças informavam que os pais estavam próximos, mas não os indicavam.

A partir de 2000, com a contínua pressão da sociedade civil organizada para que o PETI realmente tivesse efetividade, os órgãos encarregados acentuaram a fiscalização nos lugares de maior incidência, o que contribuiu para que grupos de crianças e adolescentes, aparentemente deixassem as suas atividades, já que seus pais temiam perder a renda propiciada pelo PETI, mas deslocaram-se para áreas fora do centro da cidade, para continuar trabalhando, principalmente à noite, ou permaneceram esmolando nas ruas, ou vivendo literalmente nestes espaços usando drogas e praticando roubos e furtos. Outra parcela trabalha nos lixões catando objetos para a venda ou consumo da família.

Apesar dos programas assistenciais, significativa parcela das crianças cresce nas ruas, torna-se adolescente, adulto, sem frequentar a escola. Os casos que são denunciados perdem-se na burocracia institucional e contribuem para que a cidadania, para muitos, seja apenas uma quimera. Esta situação merece um especial estudo, sendo sintomático o fato de que muitos pais não concordam em trabalhar, mesmo quando lhes é proporcionada uma alternativa, ainda que no mercado informal, desafiando, assim, a legislação que prevê pena de até dois anos, caso seja comprovada a negligência em relação aos filhos.

Com a omissão dos responsáveis, da sociedade e do poder público, as crianças são adultizadas precocemente, sem direito ao lazer, às brincadeiras infantis que deveriam fazer parte do seu cotidiano e que são elementares para o seu desenvolvimento biopsicossocial. Trocam o lúdico pela responsabilidade em prover a sua sobrevivência e de seus familiares. Normalmente, as atividades rentáveis são exercidas para contribuir com o orçamento familiar; outras crianças e/ou adolescentes são literalmente arrimo de família. As exaustivas horas dispensadas ao trabalho, tanto no meio rural como na cidade, nas mais variadas atividades, comprometem a construção da sua identidade.

O trabalho infanto-juvenil está se constituindo em uma temática exaustivamente discutida, sem que soluções definitivas sejam encontradas. O benefício que cada criança recebe do PETI para que permaneça na escola, certamente, está muito aquém da real necessidade da família. E

isso passa pela ausência de uma política de geração de empregos, de renda para os responsáveis por essas crianças. Nenhuma ação conseguirá erradicar o trabalho infantil se os seus familiares continuarem desempregados ou auferindo salários miseráveis.

O ECA proíbe qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz. E mesmo a partir de 16 anos, elenca uma série de proibições quando se verificarem as seguintes condições: noturno, realizado entre 22 horas de um dia às 5 horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitem a frequência à escola.

Não obstante o que é postulado no ECA, pesquisas apontam que expressivo contingente de crianças não consegue concluir o ensino fundamental. Abandonam a escola nas primeiras séries, em virtude da jornada de trabalho. Quando a frequentam, o índice de repetência é acentuado.

A mudança, nestas condições, requer a parceria entre a comunidade, o CRAS e a escola, e o monitoramento dos órgãos responsáveis pelo controle social, para que a continuidade do trabalho infanto-juvenil seja denunciada, sendo trabalhadas as causas impulsionadoras da sua permanência, pois a situação de risco continua. Crianças e adolescentes empurradas para o mercado de trabalho retratam a fragilidade das políticas públicas a elas destinadas.

A destituição de direitos é tão acentuada e a miséria tão presente, que expressiva parcela do segmento infanto-juvenil busca as áreas que servem de depósito de lixo, coletando material para venda e se alimentam do que é jogado no lixo. Não é à toa que muitas crianças e adolescentes exploradas sexualmente têm histórias como catadoras de lixo, e sentem-se como lixo, já que vêm experienciando formas de trabalho aviltantes.

- O lixo como recurso

Entre estas estratégias de sobrevivência, o lixão também vem se apresentando como um recurso importante. As crianças, tomam contato precocemente com estas áreas para a coleta de objetos, cuja venda lhes garante alguma renda. Consomem gêneros alimentícios já deteriorados que são jogados no lixo, mas que lhes saciam a fome, comprometendo, assim, a sua saúde. Neste contexto, acentua-se o franco desrespeito à legislação que proíbe o trabalho infantil, uma vez que este se desenvolve, para cúmulo, em áreas de grande risco, como os lixões. Sabe-se que cada lixão é uma aglomeração de resíduos químicos, tóxicos, poluidores do ar, além de vetores que

favorecem o surgimento de doenças diversas, principalmente a leptospirose. Daí resultam sérios impactos na saúde pública e na degradação ambiental.

A ausência de consolidação de saneamento básico no Estado do Pará propicia a formação de lixões, em decorrência da ausência de tratamento deste, o que ocasiona a formação de depósitos a céu aberto, acarretando por sua vez a contaminação do meio ambiente, por intermédio da poluição do ar, do solo e dos recursos hídricos, e expondo a risco de vida muitas famílias, por via de contaminações diversas.

Em Belém, o depósito de lixo denominado “Lixão do Aurá” é uma área a céu aberto, com o a maior concentração de pessoas na Região Metropolitana. É denominado de “Complexo de Destino Final de Resíduos Sólidos da RMB”. Este depósito constitui-se em uma área de extremo perigo para a população, estando infestado de roedores e insetos, o que compromete, significativamente, a saúde não só dos catadores de lixo, mas dos habitantes dessa região. Os depósitos de lixo são instalados nas áreas periféricas da cidade, onde se aglomera a população destituída de condições dignas de existência, resultante de processos migratórios, de ocupação não planejada e dos limites da ação do Estado no gerenciamento da urbanização.

O crescimento desordenado dos municípios deflagra um paradoxo, pois a demanda populacional resulta na maior produção de lixo urbano de resíduos sólidos. A propalada ausência do Estado quanto ao encaminhamento de uma solução industrial para o lixo coletado faz com que essa produção seja despejada em locais periféricos das grandes cidades. A miséria aguda que aflige a população transforma o lixo em uma alternativa de renda, daí a proliferação de infantes e adultos no manuseio do lixo de dejetos presumivelmente recicláveis e o próprio consumo humano. Dessa forma, o manuseio do lixo se metamorfoseia num autêntico posto de trabalho e as mazelas sociais, decorrentes dessa condição subumana de sobrevivência, deterioram a retórica da social-democracia, minimizando o enfoque cidadão da Constituição Brasileira, a qual, no seu Artigo. 5º, afirma que “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza garantindo-se (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

O cumprimento dessas condições exigiria uma coleta qualitativa de lixo na cidade em sua totalidade, posto que nas áreas suburbanas destaca-se o descaso e abandono, sendo bem visíveis os montes de lixo alocados nas ruas. Acrescente-se a este panorama a ausência de educação ambiental da população, o que limita a capacidade das pessoas de contribuírem para a melhoria

de sua qualidade de vida. Os vícios construídos ao longo dos anos manifestam-se no cotidiano, incluindo o atirar nas ruas papéis, copos, restos de alimentos e latas diversas, até colocar lixo mal acondicionados nas vias públicas, ou atirá-los pela janela de suas residências.

Além do “Lixão do Aurá”, é especialmente visível o lixo acumulado na área que aglutina a feira do Ver-o-Peso, e muitos vão se formando, não só na Região Metropolitana como também no interior do Estado. Esta situação tende a agravar-se nas cidades interioranas que comportam maior número de habitantes. No Ver-o-Peso, o lixo é jogado pelos feirantes, transeuntes e donos de barco. Normalmente, os feirantes jogam na Baía do Guajará o que sobrou da sua labuta diária, por considerarem insuficientes as lixeiras alocadas neste setor. Os entulhos das lixeiras constituem-se em um chamariz para crianças e adolescentes na busca de restos de alimentos, muitas vezes contaminados.

A intervenção dos governantes é essencial, reservando ao lixo urbano, industrial e hospitalar tratamento tecnológico, bem como a coleta seletiva e eficiente do lixo domiciliar sem deixá-lo acumular na via pública. E é fundamental, também, intervir sobre as condições sociais em cada área, não permitindo o acesso de crianças a esses locais e inserindo-as em programas que contribuam para a sua formação. Apesar de ter sido criado pelo poder público um programa com esse propósito, o quadro não se altera, pois novas leva de crianças e adolescentes acessam o local. Essas limitações das políticas públicas geram ausências de atendimentos efetivos, e quando estes ocorrem pecam pela qualidade dos serviços. O “cuidado” está associado à prevenção e não só à remediação.

Eis, portanto, um cenário que intensifica a situação de vulnerabilidade, de risco pessoal e social, em que a exploração sexual infanto-juvenil destaca-se como uma das mais degradantes formas de “trabalho”: a venda de sexo por dinheiro, para continuar sobrevivendo.

- *CRAS Comércio e o Serviço de Enfrentamento à violência sexual.*

As pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos para a Infância e Adolescência CECRIA (2002) mostraram a vulnerabilidade do segmento infanto-juvenil explorado sexualmente, em âmbito nacional e internacional. Segundo este levantamento, na Região Norte, da qual o Estado do Pará faz parte, as modalidades de exploração sexual estão assim constituídas: garimpos, prostíbulos, portuária, cárcere privado, fazendas e garimpos; exploração sexual nas estradas e nas

ruas; leilões de virgens; exploração nas áreas de narcotráfico - Rondônia, Acre, Amapá, Pará -; aliciamento de meninas nas áreas rurais⁶³.

Segundo a Pesquisa Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil – PETRAF, coordenada pelo CECRIA (2002) foram mapeadas 241 rotas em 20 Estados, das quais 131 são internacionais e 110 interestaduais. Ressalte-se, entretanto, que não é considerado tráfico o deslocamento interestadual.⁶⁴ A pesquisa constatou também que nem sempre os lugares de destino das pessoas traficadas constituem-se no ponto final da rota. Um exemplo é o das rotas que partem de Belém (PA), seguem para o Suriname, para a Venezuela ou para a República Dominicana, de onde as pessoas são enviadas para a Espanha, que é o verdadeiro destino final⁶⁵.

No Estado do Pará, as ações de enfrentamento à violência sexual começaram em Belém, em junho de 2000, no âmbito do Plano de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infante - Juvenil. Em junho de 2001, o Plano foi revisado, passando a ser denominado “Programa Sentinela”. No Estado do Pará inicialmente foi coordenado pela Secretaria de Trabalho e Promoção Social – SETEPS. Atualmente é coordenado pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Social - SEDS e executado pelos municípios através das respectivas Secretarias Municipais de Assistência Social. Em Belém foi assumido pela Prefeitura Municipal, sendo coordenado pela Fundação Papa João XXIII, e executado no CREAS-Comércio.

Convém assinalar que o anteriormente denominado de Sentinela passa a ser executado, em 2006, no CREAS Comércio como um “serviço” no contexto dos demais serviços e programas. Entretanto, em 2009, com a implantação de mais dois CREAS, o CREAS Comércio passa a

⁶³ Na Região Sul: Exploração comercial de meninos e meninas de rua; redes de narcotráfico; denúncia de tráfico de crianças; prostituição nas estradas; aliciamento de crianças nas áreas rurais; - Região Sudeste: pornoturismo, exploração sexual comercial em prostíbulo e cárcere privado; exploração sexual de meninos e meninas de rua; prostituição nas estradas; pornografia infanto-juvenil através de agências de modelos; - Região Centro-Oeste: Exploração sexual em prostíbulo; exploração sexual comercial nas fronteiras/redes de narcotráfico (Paraguai, Bolívia, Brasília, Cuiabá e municípios do Mato Grosso), prostituição de meninos e meninas de rua; rede de exploração sexual(hotéis, agências de viagem, taxistas; prostituição através de anúncios de jornais; prostituição através de falsas agências de modelos; turismo sexual náutico e ecológico; tráfico de meninas para exploração sexual na Espanha(Goiânia); - Região Nordeste: turismo sexual; exploração sexual, comercial em prostíbulos, pornoturismo; prostituição de menina e menino de rua; prostituição nas estradas; aliciamento de meninas nas áreas rurais.

⁶⁴ A pesquisa ressalta que: “as adolescentes – 12 a 18 anos incompletos, mais do que as crianças, são traficadas através das rotas intermunicipais e interestaduais, com conexão às fronteiras da América do Sul (Venezuela, Guiana Francesa, Paraguai, Bolívia, Peru, Argentina e Suriname) e com o Chile.

⁶⁵ Maior aprofundamento pode ser encontrado no Relatório da PETRAF, do qual esse trecho foi trasladado.

trabalhar somente com o enfrentamento à violência sexual. Em 2009, o número de CREAS no interior do Estado aumentou para 43.

A Política de Assistência Social, apesar de reunir na sua arquitetura elementos que, junto a outras políticas setoriais, podem contribuir para mudanças nos padrões sociais de dominação e de opressão, contraditoriamente, quando há morosidade e desarticulação, contribui para que sejam reforçadas essas relações, pela ausência de *cuidado institucional*.

Fazendo parte da estrutura da assistência social, o município recebe verba justamente para atender a população em situação de vulnerabilidade, mas as cenas impactantes de crianças e adolescentes em situação de violência sexual, tanto no meio rural como no urbano, indicam um *(des) cuidado institucional*. A gravidade desta situação ensejou a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, em todo o País, coordenada pelo legislativo. A primeira CPI, no Estado do Pará, enfrentou uma série de barreiras para a sua funcionalidade, como a ausência de apoio político à sua legitimidade. O diagnóstico parcial mostrou a multiplicidade do fenômeno, tendo a impunidade como fator motivacional. Os casos denunciados não apresentavam a condenação dos implicados a não ser quando acontecia o flagrante. Tornou visível a situação das meninas do interior do Estado, denominadas de “balseiras”, que pegavam as suas canoas e remavam até as balsas, sendo exploradas por seus ocupantes, em troca de óleo e farinha, contando com a convivência das mães. Esta situação se proliferou pela omissão dos órgãos responsáveis.

Em 2008, novamente vem à tona a manifestação de religiosos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, ameaçados de morte por serem contrários a esta violação dos direitos humanos. De posse de farto material, denunciam a omissão do Estado, caracterizada pela exploração sexual de crianças e adolescentes no arquipélago do Marajó⁶⁶. O Bispo Dom José Luiz Azcona (2008), da arquidiocese de Salvaterra, cidade situada na referida ilha, ressalta: “O Estado está sendo morto com esta abominação, que é a exploração sexual, diante de uma cultura que perdeu o respeito à criança (...) quero gritar e dizer que é hora das nossas autoridades fazerem algo pela defesa das mulheres e crianças. (...) Há uma desorganização total do Estado. Falha do esquema básico (...) Falta autoridade para terminar com a impunidade” (CPI, 2010)).

Diante desta situação, somada ao que estava acontecendo nos demais municípios, inclusive em Belém, foi instalada em 2008, e concluída em março de 2010 a segunda CPI da Pedofilia,

⁶⁶ Considerada a maior ilha fluvial do mundo.

coordenada pelo legislativo. Teve como objetivo ouvir, em audiência pública, os relatos dos envolvidos nos casos de abuso e exploração sexual, não só os notificados pelas organizações assistenciais responsáveis, mas os que se encontravam em nível de sub-notificação⁶⁷. Diante das situações apresentadas, esta CPI recebeu apoio da sociedade civil organizada. Nas palavras do seu relator, "a realidade superou o imaginado tanto pela gravidade do crime, quanto pela sua incidência. Sinto-me envergonhado pelo atraso nesta discussão".⁶⁸

A CPI realizou audiências públicas em 47 municípios, incluindo Belém, dos 144 municípios que compõem o Estado do Pará. Dos 842 casos demandados, investigou 148, com 200 depoimentos, sendo que 173 formalmente. Os trabalhos da CPI levam-na a afirmar que nos últimos cinco anos aconteceram aproximadamente 100 mil casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes, sendo 20% na faixa etária até aos cinco anos. Esta estimativa pauta-se no argumento de que, para cada caso notificado, 10 ficam sem efetivar a denúncia - na sistematização dos dados da CPI, não são especificados os casos de abuso e os de exploração sexual. As conclusões da CPI ferem radicalmente os pressupostos da cidadania assegurada ao segmento infanto-juvenil nas diversas legislações, entre as quais o ECA, o que se pôde constatar nas falas dos integrantes da CPI, a seguir apresentadas:⁶⁹

"Crianças com olhar perdido, rosto pálido, envergonhadas, como se fossem culpadas deste ato hediondo. Dor, pranto e desproteção marcavam as suas faces".

"Crianças sangrando, abusadas, e a polícia e o judiciário não tomam nenhum posicionamento".

"Houve o flagrante do abuso, mas nada foi feito com os depoimentos, testemunhas. Dentro da lei o cidadão não foi punido".

"Pai que abusou da filha, confessou o crime. Foi solicitada a prisão preventiva, mas ele não foi preso e continua morando com a filha".

"Poderosos integrantes das redes zombam da justiça, do judiciário".

"Integrantes das redes de exploração, apoiados no poder econômico e político enfatizam: "Não vão tirar essas meninas bonitas de nós".

⁶⁷ Segundo o relatório da CPI.

⁶⁸ Relator da CPI, quando da apresentação do relatório à sociedade civil.

⁶⁹ Apresentação do relatório na Assembleia Legislativa, em Belém.

Os relatos retratam a “consciência coisificada” presente não só nos abusadores, mas nos operadores das garantias de direitos, de que o Estado é o principal responsável, pois se trata das suas instituições. Apesar das redes de exploração compostas por empresários e políticos terem sido denunciadas, seus integrantes arvoram-se do poder político e econômico que congregam para continuarem impunes, salvaguardados por *habeas corpus*. Inclusive, além de recusarem-se a comparecer as audiências, permanecem com os seus empreendimentos funcionando.

Com os trabalhos intensamente divulgados, a CPI conseguiu que fosse indiciado um deputado que abusou de uma criança, com menos de 12 anos, trazida do interior do Estado do Pará para trabalhar em sua residência, o que é ilegal. Para escapar da cassação em virtude da pressão da sociedade civil, renunciou. Foi preso, julgado, condenado a 21 anos, e mesmo assim colocado em liberdade pelo judiciário, através de um *habeas-corpus*. O mesmo aconteceu com o assessor da Governadora do Estado, que, foragido, foi amparado por um *habeas corpus* e irá responder ao processo em liberdade. O deputado, que ocupa um cargo público, antes da descoberta do abuso, votou contra a abertura dos trabalhos da CPI. O relato da sua vítima expressa a certeza da impunidade:

S.B 13 anos, município de Mocajuba, revelou no Pró-Paz acompanhada de uma Conselheira Tutelar, que veio para Belém com 9 anos de idade, trazida por um senhor chamado Estélio, com a promessa de trabalhar como babá, sendo levada para a casa do referido deputado, que no 3º dia residindo no local foi abusada sexualmente por este, com requintes de extrema crueldade, que durante o período que passou na casa, era obrigada a praticar sexo vaginal, oral e anal, era espancada e ameaçada. Revelou ainda que outra adolescente identificada como J, morou na casa do mesmo deputado, também passou pela mesma situação, e ele ajuda financeiramente esta jovem até hoje com presentes e outros agrados, embora ela não mais morasse na residência deste.⁷⁰

Este relato é um de muitos de um fenômeno que ainda se encontra na subterraneidade. É uma demonstração das relações de dominação imposta pelos que se julgam superiores aos seres que consideram inferiorizados. A revogação da prisão do deputado e do assessor, por

⁷⁰ Citação extraída do Relatório da CPI

representantes masculinos do poder judiciário, retrata que os pressupostos do patriarcado continuam presentes e se sobrepõem a todas as evidências.

O trabalho da CPI trouxe à luz a comercialização de DVD pirata com cenas de abuso sexual de crianças, nas feiras em Belém. A CPI teve contato com cenas impactantes, através da Internet, do abuso de bebês – “Em uma delas um bebê, com um pipo na boca, estava sendo anestesiado e abusado”⁷¹.

Famílias que permitem a violação de seus membros demonstram um comprometimento social e emocional acentuado, o que se pode perceber através dos relatos a seguir:⁷².

“Mãe vendeu a filha de 2 anos por 2 kg de alimentos”.

“Mãe entregou a filha de 10 anos para viver com um homem de 45 anos, só pedindo que ela estudasse e não apanhasse”.

Os trabalhos da CPI foram conclusivos e demonstraram que a fragilidade da família está imbricada com a omissão do Estado e das suas representações, e das políticas públicas e sociais, que carecem de efetividade. Os representantes do poder público que não demonstram sensibilidade à saga de infantes e adolescentes vitimizados pela violência sexual foram eles próprios crianças; há de se refletir, então, acerca dos valores que assimilaram na sua trajetória de vida, já que suas posturas parecem divorciadas dos mais elementares preceitos de humanidade.

Para a reversão do quadro de violência, inclusive a sexual, a PNAS tem um papel fundamental, já que coloca a família no centro da sua intervenção. Entretanto, os trabalhos que são referência no enfrentamento à exploração sexual, tanto no âmbito do Município (CREAS e Casa de Passagem), como o do Estado (Pró-Paz integrado), demonstram dificuldades em estabelecer um circuito conectivo entre si e com outras organizações correlatas. Observa-se, no plano da sistematização, uma pulverização de ações, pois apesar dos serviços e programas de enfrentamento, o governo federal lançou o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infante - Juvenil no Território Brasileiro – PAIR, coordenado pela Secretária de Justiça e Direitos Humanos – SEJUDH, que em Belém recebeu o nome de PAIR/GUARANI. Sob a sua responsabilidade esteve a qualificação de profissionais, através de diversas oficinas, que direta ou indiretamente atuavam em programas de enfrentamento à violência sexual, nos vários municípios, não só no âmbito da assistência, mas na saúde, educação,

⁷¹ Citação extraída do relatório da CPI.

⁷² Citação extraída do relatório da CPI.

habitação, comunidade. O que causa impacto é o fato de nessas oficinas, pelo menos em Belém, não estarem presentes representantes das equipes dos programas oficiais de enfrentamento. A elaboração, a posteriori, do Plano de enfrentamento também foi realizada com estas ausências. Somente em maio de 2010 foi realizada uma oficina coordenada pela SEJUDH, e ministrada por uma equipe da coordenação geral, de Brasília, com a participação das demais organizações. Soma-se a este quadro a ausência de conexão com o programa coordenado pelo Serviço Social da Indústria -SESI, que atende adolescentes de 16 e 17 anos, que recebem uma bolsa de R\$510,00 e mais a perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e do Projeto Jupiara, do Centro de Defesa dos direitos da criança e do adolescente -CEDECA-Emaus, organização não governamental, que atua no âmbito da prevenção.

Convém assinalar que, a partir de 2006, o CREAS/Comércio divide a responsabilidade no atendimento à exploração sexual com o Pró-Paz integrado, que anteriormente só atendia abuso sexual. A divisão foi feita por bairro, não por acúmulo de serviço, mas para facilitar a locomoção da demanda; mesmo assim, o atendimento é ínfimo e não condiz com a realidade, que dá mostras da sua multiplicação. Neste circuito está inserida a Casa de Passagem, que atende a multifacetadas situações de risco.

No período de 2002 a 2007, no levantamento que efetivei, foram efetuados nestas entidades 263 atendimentos, assim distribuídos:

QUADRO Nº 2 – AENDIMENTO INSTITUCIONAL

INSTITUIÇÕES	ATENDIMENTO						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	TOTAL
SENTINELA / CREAS - COMÉRCIO	10	18	15	09	08	05	65
PRÓ-PAZ	-	-	-	21	19	12	52
CASA DE PASSAGEM	-	25	31	18	33	39	146
TOTAL	10	43	46	48	60	56	263

Fonte: Elaboração própria da pesquisadora a partir dos dados coletados nestas unidades.

Identifica-se a dificuldade dos programas de enfrentamento concretizar os seus objetivos. O Pró-Paz integrado que começou a atuar sobre a exploração sexual apenas em 2005, consegue ter

uma margem bem maior de atendimento, já que de 2005 a 2007 atendeu 52 meninas, contra 22 pelo Sentinela/CREAS/Comércio no mesmo período. A Casa de Passagem recebe cotidianamente uma significativa demanda, inserida nas mais variadas situações de rua, e sob rótulos pré-determinados: uso de drogas, fugas, companhia de adultos suspeitos, horário impróprio de permanência na rua. A unidade atendeu, assim, no período de 2003 a 2007 mais que o dobro dos programas oficiais.

O atendimento ainda não reflete o que acontece em Belém. Se for feito um levantamento minucioso, em apenas dois ou três bares ou boates da cidade, em um final de semana, encontrar-se-á muito mais casos do que os que as instituições atenderam em cinco anos.

A mudança desta situação exige que os operadores dos programas considerem a situação estrutural e conjuntural do Estado, a acentuada desigualdade social, a ausência de conexão entre as políticas sociais, a ausência de investimento nas medidas protetivas desde a primeira infância, a ausência do atendimento à família na sua totalidade, o olvidamento da dimensão da subjetividade dos atendidos, o encastelamento da sexualidade, o não incremento de valores humanos nos diversos grupos e organizações institucionais que compõem o seu universo, bem como o engessamento de significativa parcela de profissionais.

Capítulo 5

EXPLORAÇÃO SEXUAL: REFLEXO DA AUSÊNCIA DE CUIDADO INSTITUCIONAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Este capítulo faz a conexão entre as discussões teóricas presentes na primeira parte e os discursos dos sujeitos deste estudo. Busco capturar a situação de exploração sexual infanto-juvenil como expressão da ausência de *cuidado institucional*, re-posicionando a leitura desse fenômeno, que não raro envereda para um ângulo economicista e psicologista. Aproprio-me de reflexões que possibilitem compreender a importância de inserir este cuidado em todas as esferas da vida humana e, conseqüentemente, na elaboração e execução de políticas sociais e públicas.

Como já foi informado no capítulo 3, que discute a metodologia, foram realizadas três oficinas sobre sexualidade com a participação de 45 integrantes do segmento infanto-juvenil. No que tange as entrevistas foram realizadas oito entrevistas com crianças e adolescentes atendidos institucionalmente; três mães, três gerentes das unidades de atendimento (CREAS, Pró-Paz, Casa de Passagem); e oito profissionais que atuam diretamente com este segmento.

Além dos sujeitos inseridos na esfera institucional, foram entrevistadas cinco adolescentes exploradas sexualmente nas ruas; três mães; duas adolescentes ribeirinhas; três adolescentes oriundas de classes ou frações de classe mais privilegiadas; dez profissionais que indiretamente trabalham com este tema; cinco professoras (lecionando em áreas consideradas de risco); seis comunitárias (residentes em áreas vulneráveis à exploração sexual); quatro conselheiros tutelares; um conselheiro estadual; um conselheiro municipal; um membro do conselho de assistência; um membro do conselho de educação; um presidente de centro comunitário; um policial militar; dois motoristas de táxi; um executivo; um dono de boate e um empresário (ambos pelo telefone). Através das entrevistas, propus-me capturar a rede de sentidos e significados associados às vivências dos sujeitos.

No que tange à análise documental, pesquisei 263 prontuários nas unidades, que serviram de base à elaboração de gráficos que permitiram a caracterização dos atendidos e, também a expressão de suas vivências. A abrangência da pesquisa incidiu em 378 participantes, sendo 263 indiretamente - através dos prontuários -, e 115 diretamente, por via das entrevistas e oficinas.

Procurei, assim, conectar a pesquisa empírica com o enfoque apresentado na primeira parte. A pesquisa procura assim avançar uma perspectiva analítica que serve de base para uma proposta

de reconfiguração dos eixos do serviço de enfrentamento à violência sexual que ficaram assim delineados – prevenção, defesa, atendimento, controle -, a partir de conceitos como os de *cuidado institucional* e seus construtos - responsabilidade raiz, ações sinérgicas, circuito conectivo -, e de suas balizas - síndrome do stand-by, subterraneidade do fenômeno, circuito fechado.

Neste capítulo é discutido, a partir da análise do discurso dos sujeitos, o primeiro eixo, prevenção e responsabilidade-raiz. São examinadas as consequências da ausência de *cuidado institucional* na primeira infância. Neste sentido, a possibilidade de reverter o quadro instalado exige um trabalho de base para que sejam lançadas as raízes dessa mudança.

5.1- Prevenção e responsabilidade-raiz: as consequências da ausência de cuidado institucional na primeira infância

A prevenção, enquanto eixo do programa de enfrentamento, requer cuidados preliminares que, como sementes, são cuidadosamente plantados, para que a condição de ser humano detentor de direitos seja efetivamente respeitada. A ausência de prevenção das situações de risco e de vulnerabilidades leva a que situações como as de exploração sexual encontrem um campo fértil para se desenvolver.

Como esse fenômeno tem como precedente a violação do corpo de crianças e adolescentes, não é possível discutir exploração sexual sem focar o abuso sexual, até porque esta é uma recordação muito forte no cotidiano do segmento infanto-juvenil, e que caracteriza a experiência da maioria das crianças e adolescentes atendidas. De certo que nem todas as pessoas vitimizadas pelo abuso sexual enveredarão por caminhos destrutivos, desde que sejam acompanhadas e apoiadas por instituições nas condições adequadas. Mas, ao não ter esse acolhimento por parte das organizações encarregadas de garantir os seus direitos, acabam sendo empurradas para essa situação.

GRÁFICO Nº 1
ATENDIMENTO INSTITUCIONAL REALIZADO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL- 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora, a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem

GRÁFICO Nº 1-a
ABUSO SEXUAL SOFRIDO PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM
SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL NO PERÍODO DE 2002 a 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem

Como uma epidemia, a violação se alastra em nossa sociedade, esfacelando a integridade do segmento infanto-juvenil e ganhando a cada ano multifacetados contornos. O pedófilo é

encontrado independentemente da classe social, do nível de escolaridade, do cargo ocupado. Do pedreiro ao deputado, do analfabeto ao doutor, a cadeia de violência multiplica-se sob o manto da impunidade. Das crianças e adolescentes exploradas sexualmente, aproximadamente 90% foram vitimizadas pelo abuso sexual. As demais não forneceram informação a esse respeito, o que não garante que não tenham sido também violadas e abusadas.

O fato de existir um disk denúncia⁷³, e de em Belém se contar com o trabalho do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente-CEDECA Emaús (Organização Não Governamental), que atua no âmbito jurídico, desde 1990, e do Programa Pró-Paz Integrado, do Governo do Estado, funcionando desde novembro de 2004⁷⁴, e do Sentinela, a partir de 2000, contribuiu para a maior visibilidade do problema. O Pró-Paz Integrado é referência significativa no atendimento aos vitimizados pelo abuso sexual, por ter em seu espaço organizações como a DATA, o Instituto Médico Legal, e oferecer atendimento médico e psicossocial. Não obstante este aparato, o problema consiste na ausência de celeridade dos organismos ligados ao programa, já que a congregação no mesmo espaço não acelerou os encaminhamentos. O fornecimento do laudo de conjunção carnal realizado pelo Instituto Médico Legal demora consideravelmente, mesmo em condições normais de funcionamento:

Levei duas crianças com suspeita de abuso sexual e já transcorreram quatro meses, e até hoje, não saiu o laudo porque o Instituto Médico Legal estava em greve. Isso é um absurdo pois atrapalha todo o nosso trabalho (H.M – Assistente social).

È necessário o laudo para que sejam tomadas providências no sentido de afastar a pessoa vitimizada do agressor; quando este processo não é viabilizado em tempo hábil, continuará sendo abusada, constituindo-se em mais uma violação de seus direitos. No que tange aos procedimentos investigativos, em sua maioria estão inconclusos, pois os denunciados ainda não foram ouvidos, segundo dados da CPI da exploração sexual de crianças e adolescentes (2005 e 2008). E isso evidencia a ausência de *cuidado institucional* em seu ápice, já que a atuação das instituições está colidindo com as legislações que garantem direitos.

⁷³ Basta ligar o número 100. A ligação é gratuita para a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência-ABRAPIA. É um serviço disponibilizado à população para denúncias acerca de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes.

⁷⁴ Este programa decorreu do Programa Girassol, desenvolvido no Hospital da Santa Casa de Misericórdia..

No ano de 2004, foram atendidos 83 crianças e adolescentes. Como o trabalho do Pró-Paz Integrado começou a ser alvo de divulgação à população, no ano de 2004 o atendimento incidu em 721 casos de abuso sexual, sendo 611 de meninas e 110 de meninos. No que concerne à procedência dos abusados, 58% reside em Belém, 20% em Ananindeua, município integrante da Região Metropolitana, 19% em Barcarena e apenas 3% nos demais municípios.

A estatística não expressa a gravidade do problema, ainda largamente coberto por um manto de silêncio. Inquietante é a situação dos municípios para além de Belém, tendo em vista que o Estado do Pará tem 144 cidades. Os baixos números de casos atendidos pode ser atribuído a ausência de informação, a dificuldades de deslocamento e encaminhamento, seja por desconhecimento, ou porque o município não possui conselho tutelar, atuante, ou porque o abusador pertence ao núcleo familiar da criança, ou porque a criança não revela o que está acontecendo, ou porque naquele município é comum o incesto, ou ainda porque a família, que muitas vezes é ameaçada, viu-se obrigada a desistir da denúncia. Daqui resulta uma situação de subnotificação.

Em 2006, houve 1005 atendimentos, em todo o Estado; 803 em 2007, 936 em 2008 e 1073 em 2009, totalizando em cinco anos 5.362 casos de abuso sexual. No primeiro semestre de 2010, o número de atendidos atinge 782. Estes dados ainda são incipientes perante a gravidade do fenômeno. Como já foi citado, a estimativa da CPI gira em torno de cem mil crianças abusadas sexualmente num período de cinco anos. Por cada notificação, há 20 casos que não são denunciados.

Um dado expressivo refere-se aos abusos intra-familiares que ocorrem em cerca de 70% dos casos. Nestes destaca-se a figura do pai como o principal abusador, o que desmistifica a crença de que o abuso é praticado por pessoas desconhecidas, fora do universo da criança. No caso do incesto pode-se inferir, em um primeiro momento, que a maior incidência ocorre nas cidades interioranas, principalmente em comunidades que estão isoladas, penalizadas pelas precárias condições sociais e econômicas, sem acesso a educação e a informação. Nestes locais, é uma prática habitual os pais serem os primeiros a manter relações sexuais com as filhas, afirmando que “a primeira cabaça é dele”,⁷⁵ porque as sustenta. São inúmeras as situações de pais que tiveram filhos com as suas filhas, tornando-se pais-avós, mas são poucos os casos em

⁷⁵ Designação popular do hímen, usada principalmente no interior do Estado.

que a filha denuncia o pai por assédio aos filhos-netos: "Meu pai dizia que primeiro tinha que ser ele, depois os outros" (N.J – 10 anos).

No contexto urbano, a estatística do Pró-Paz Integrado evidencia, também, a figura do pai ou padrasto. Neste cenário, a criança é seduzida violentamente, ou paulatinamente, através do emprego de mecanismos de sedução, como jogos eróticos, tocada em suas partes íntimas e induzida a tocar o abusador, sendo por vezes utilizada a força física. A criança também é atraída com brinquedos, doces, sanduíches, jogos de vídeo ou outros objetos familiares no seu universo. Acoplada à violência sexual encontra-se a física e a psicológica, que leva a criança, sob a coação habilmente perpetrada pelo abusador, a permanecer em silêncio, por motivos como não ter credibilidade a sua denúncia, perder a afetividade da família, ser vítima de castigos e de abandono. As consequências da violação afetam consideravelmente a estrutura física e emocional da criança, sendo esses efeitos expressos através da apatia, medo, solidão, erotismo precoce e doenças, comprometendo o seu desenvolvimento biopsicossocial.

No contexto do abuso intra-familiar, ressalte-se que, apesar das estatísticas apontarem a incidência de pessoas oriundas dos segmentos empobrecidos, o abuso acontece independentemente da classe social. Todavia, nos setores mais privilegiados, por medo do escândalo, o silêncio é de regra:

Sou filha de um advogado e de uma professora e tenho duas irmãs. Meu pai nos violentou com a conivência de minha mãe que não acreditava nas nossas denúncias. Convivi com esse horror durante toda a minha infância e adolescência, até que casei. Sabe o que aconteceu? Ele violentou os meus filhos, e eu não pude tomar as providências jurídicas, por medo do escândalo, afinal a nossa família é muito conhecida na sociedade, e ele sendo um advogado poderia ter a sua carreira comprometida (J.K – professora).

A omissão desencadeada pela preocupação com o que os outros vão pensar do acontecido, "o deixar pra lá", muito freqüente na nossa cultura, faz com que crianças e adolescentes vejam mais uma vez violados os seus direitos, mesmo por quem lhes deveria propiciar cuidados, mas que, ao recuar perante o poder do abusador, se remetem ao silêncio. Entre os segmentos empobrecidos, expressiva parcela foge de casa para não continuar sendo abusada pelos

familiares, e em muitos casos com a aquiescência da genitora, que, para não perder o companheiro, estabelece uma espécie de pacto de silêncio:

Meu pai me agredia violentamente com um pedaço de pau se eu não fizesse aquilo com ele. Era muito mal. Dizia que ia me matar se eu contasse para alguém. Preferi ir morar na rua (N.J - 10 anos).

Uma vez fui à piscina com o meu irmão. Na volta ele me violentou, eu tinha 11 anos. Meus pais me batiam com um ferro na cabeça. Tenho muito ódio da minha mãe que não ligou para o que eu falei (U. I – 12 anos).

Meu avô abusou de todas as netas. Parecia tão bonzinho, mas era um monstro. Nos dava muitas balas e doces. Minha irmã maior tem um filho dele. Acho que minha mãe e minha avó fingiam que não viam, porque eles sustentavam a casa, e ainda achavam que nós éramos as safadas. Não quero ver eles nunca mais. Tenho muito medo (S.K – 11 anos).

Essa violência torna-se mais complexa, quando se atesta a compreensão que significativa parcela das famílias tem acerca do ato cometido. Assim como há mães que pactuam com o silêncio, outras imputam às filhas a responsabilidade pelo ocorrido, desculpando o agressor, principalmente quando é o pai ou o padrasto. Em muitos casos, mesmo vendo que essas relações acontecem, fingem nada saber, com receio do abandono. Essa postura pode ser entendida enquanto manifestação da dominação masculina, que induz a mulher a um processo de seditização sem precedentes, situação que se agudiza quando depende financeiramente do seu companheiro:

Claro que as minhas duas filhas são culpadas. Deram porque quiseram. Ele é o homem da casa, é quem bota comida pra dentro de casa. Se ele for embora vamos passar fome. Tenho que ficar do lado de quem sustenta a gente (Q. W - 29 anos).

Quando conheci o rapaz com quem me amiguei, que é padrasto delas, falei para as meninas manerarem no short curto, blusas, mini-saia e calça apertada, mas elas não obedeceram e

aí deu esse problema. Ela já é bem grandinha, com 10 anos sabia o que estava fazendo (V. B - 30 anos).

Neste contexto, ocorre uma inversão da atribuição de responsabilidades, e essas mulheres acabam legitimando a violência. Para os homens que se consideram os fortes, os poderosos, a representação simbólica do seu poder é o pênis. O “órgão sexual masculino é associado à “madeira nobre”, ao “mogno”; por isso nas denominações cotidianas é chamado de “pau”, e o órgão sexual feminino é denominado de barata, aranha, inseto, tudo o que é menor, inferior”⁷⁶. Considerável parcela de homens cria fantasias nas quais ter relações sexuais com uma criança representa o máximo do seu poder. Dai a proliferação de leilões de virgens. “A minha virgindade foi leiloada por R\$100,00” (...) “A minha virgindade foi trocada por um farnel”. Essas são histórias de muitas Marias:

Penso que isso é muita falta de respeito, porque muitos homens que estupram, têm filha e filho, e se isso acontecesse com eles não iam gostar. Mas eles não respeitam a filha de ninguém e muitas vezes nem as deles (H. P-12 anos).

Estas relações estão tão enraizadas no cotidiano que, ao perguntar a uma adolescente de 13 anos por que ela não se insurgiu quando o pai, que ela não via há muitos anos, violentou-a, ela respondeu: “Mas ele era o meu pai, tinha que lhe obedecer”. Ainda é muito presente o poder de vida e de morte em relação ao corpo das mulheres, das meninas, por um pai que não conseguiu trabalhar os seus impulsos sexuais, não desenvolveu o amor filial, e que se impõe a uma menina que se submete às determinações do seu genitor, sem uma apreensão mais significativa da sexualidade, porque não teve educação sexual, não conhece os seus direitos sexuais.

Quando vem do interior do Estado para trabalhar como empregada doméstica⁷⁷ na capital, a menina é uma vítima em potencial do abuso sexual. Normalmente é entregue pelos pais aos pseudo - patrões para estudar na cidade. Aqui chegando, só conhece a violência:

⁷⁶ Sandra Fonseca, assistente social, assessora para garantia de direitos, do movimento de mulheres prostitutas da cidade de Belém –GEMPAC. Entrevista concedida à pesquisadora.

⁷⁷ Responsável pelos afazeres domésticos da casa. Normalmente não é remunerada. Existe a proibição do trabalho de crianças e adolescentes, mas a lei é violada com frequência.

O marido da minha patroa só esperou ela viajar. Me colocou em uma casa e me violentou, disse que adorava virgens, em seguida me ofereceu para os seus amigos. A minha irmã que veio trabalhar como empregada doméstica também foi violentada (R. D – 14 anos).

Meninas domésticas sofrem todo tipo de violência. Em dezembro de 2005, a mídia noticiou o caso de L. N, de 11 anos, espancada, violentada sexualmente e morta por seus patrões. Em virtude do grande impacto mediático do caso, o casal foi preso. Se essa pressão não tivesse existido, o caso ficaria impune, mais uma vez.

“A maior fábrica de exploração sexual é a casa dos patrões”, afirma A. M, líder comunitária. Muitas meninas, ao serem usadas e abusadas pelos patrões, são jogadas na rua e, conseqüentemente, acabam sendo exploradas sexualmente para poderem sobreviver. Apesar da pesquisa sobre trabalho doméstico realizada pelo CEDECA – Emáus, que contribuiu para que houvesse denúncias, e da conseqüente intervenção desse centro, e não obstante a lei que proíbe o trabalho a menor de 16 anos, essa prática multiplica-se.

O abuso sexual ainda é tão envolvido em silêncios que dilaceram, que significativo contingente da população e as próprias famílias ainda não denunciam o abusador, justamente por ser da família ou muito próximo a ela. Isso impede a identificação e atendimento dos casos, com graves conseqüências sociais e psicológicas para os vitimizados. Outras, quando fazem uma denúncia, abandonam o caso por medo, em virtude das ameaças sofridas:

Meus três filhos estavam em casa, e chegou um nosso amigo da igreja. Convidou os meninos para irem na casa dele. Eles foram, lá chegando deu bebida para eles, mas um fez que tomou. Ele violentou os dois meninos, o outro conseguiu fugir. Denunciei à polícia, mas a Delegada nem ligou, disse que a gente devia mudar daquele lugar. O homem que violentou os meus filhos diz que nos mata se insistirmos nas denúncias, por isso meu marido achou melhor não mexer mais no caso. Os meninos estão muito tristes, nem querem sair de casa” (J.L - comunitária).

A ausência de informação acerca dos procedimentos jurídicos e das conseqüências sociais e psicológicas para as crianças vitimizadas pela violência, aliada à ausência de procura de justiça e de indignação pelo ocorrido, impede considerável parcela de famílias de lutar pelos direitos dos

seus filhos. Ao sentirem-se ameaçadas recuam, o que acentua o sentimento de vulnerabilidade da pessoa vitimizada, que se sente ainda mais frágil, ao perceber que o abusador continua impune, solto e fazendo outras vítimas.

Crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, residentes em áreas onde o Estado não aparece, são espreitadas por maníacos sexuais que usam como atrativos bombons, doces, bolachas, sanduíches ou dinheiro, posteriormente violentando-as e matando-as. Diariamente, o noticiário registra casos de abuso sexual seguido de morte. Duas irmãs, de sete e nove anos, que passeavam de bicicleta em frente à sua residência, foram estupradas e mortas em um matagal por quatro rapazes. Uma jovem conheceu pela Internet um homem e, ao encontrá-lo, foi violentada, morta, esquartejada e jogada em um saco de lixo. Esses casos foram noticiados pela mídia, e por isso a cobrança pública por providências foi maior. Sentindo-se pressionadas, as autoridades procedem à investigação necessária, conseguindo muitas vezes prender os abusadores. Mas, ao mesmo tempo, há milhares de vozes silenciadas, que não conseguem ajuda para se fazer ouvir.

A tônica da maioria dos casos de abuso sexual é a impunidade, o que também contribui para que o abuso prolifere, pois os processos são lentos, dificultando a punição. Noutros casos, nem sequer há processos instaurados. Quando o crime é cometido por membros da família, normalmente, não há cobranças para a celeridade da justiça, até porque, como vimos, significativa parcela de famílias depende economicamente do agressor. Quando acontece a prisão e se verifica o histórico do abusador, percebe-se que é reincidente, ou seja, foi libertado e continua a fazer outras vítimas, porque os sentimentos que mobilizaram a agressão não são trabalhados, continuam invisibilizados, já que não existe um programa que o atenda. O fato de ainda não ter sido implantado o atendimento ao abusador contribui para a proliferação do fenômeno, pois a identidade do agressor constrói-se no cotidiano das relações sociais estabelecidas ao longo da sua vida. Ao não se instituir esse atendimento, contribui-se para que o abuso sexual alastre, dado que a criminalização, quando acontece e por si só, não é suficiente para que essa violência seja erradicada.

É frequente a situação de os abusadores terem sido, eles próprios crianças abusadas na infância ou na adolescência. Por outro lado, não se pode olvidar que, quando não é esse o caso, parece haver uma relação difícil, nem sempre reconhecida, com a sexualidade, centrada na figura feminina como alvo de grande mágoa, raiva, ódio, frustração ou de um profundo desprezo. O

menino pode ter assistido a cenas, por vezes frequentes, em que sua mãe era violentada, reproduzindo, na idade adulta, os comportamentos abusivos de seu pai ou de outros homens.

No cômputo geral, quando se discute o abuso sexual, é visível a existência de situações de extrema vulnerabilidade e fragilidade nas relações familiares, ausência de conhecimento acerca da sexualidade, ausência de educação sexual na escola e na família. A essas ausências é possível responder através do *cuidado institucional* às famílias e, em particular, às suas crianças, no contexto de políticas públicas e sociais. O sentido desse cuidado deve ser o de promover e apoiar o fortalecimento econômico, social, ético e emocional no quadro da família, para que a força dos laços afetivos entre os seus membros se torne habitual, obstaculizando assim a dinâmica de abuso e violência. Caso contrário, as crianças e adolescentes, se sentindo “coisas”, submetem-se ao jugo do abusador ou revoltam-se e fogem para as ruas. Aí acabarão, geralmente, trilhando o caminho da exploração sexual, tornando-se uma mercadoria.

GRÁFICO N ° 2

IDADE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL ATENDIDAS INSTITUCIONALMENTE – 2002 A 2007

a) Início da Exploração Sexual

Fontes: Elaboração da autora, a partir de dados do CREAS-Comércio, Pro-Paz e Casa de Passagem

GRÁFICO 2-B

b) Idade em que crianças e adolescentes em situação de exploração sexual foram atendidas institucionalmente

Fontes: Elaboração da autora, a partir de dados do CREAS-Comércio, Pró-Paz e Casa de Passagem

A ausência de cuidado institucional torna-se marcante quando se percebe que entre a idade em que a menina começa a ser explorada sexualmente e aquela com que foi atendida institucionalmente existe um fosso considerável. A que foi explorada aos sete ou oito anos só foi atendida aos 12 anos. A cegueira institucional não as encampou. Cabe perguntar: onde estava esta demanda durante todo esse período? Pressupõe-se que se encontrava em situação de vulnerabilidade desde a mais tenra idade. Muito embora as medidas de proteção estejam previstas no ECA, das meninas entrevistadas, e a partir dos relatos nos prontuários que foram estudados, nenhuma passou pelo espaço da creche nem participou de alguma atividade disponibilizada institucionalmente nos CRAS. E isto é um agravante de consideráveis proporções. A efetividade da rede de proteção requer o acompanhamento à criança desde o útero materno. No *cuidado institucional*, a articulação e a viabilização desse desenvolvimento conectam-se com as políticas sociais, tendo como suporte a responsabilização. Aos grupos explorados sexualmente faltou o investimento não só na primeira infância, mas em todo o seu período infantil e de adolescência.

A ausência de operacionalização de políticas públicas protetivas na primeira infância contribui para a situação de vulnerabilidade de significativo contingente de crianças e adolescentes que concebe a rua como o seu espaço de sobrevivência e existência, e têm na situação de exploração sexual uma das estratégias para sua subsistência. Esses retratos da

realidade cotidiana constituem-se na prova inequívoca da necessidade de um Estado “cuidador” que tenha nas políticas públicas e sócio-econômicas um instrumento central da promoção do bem-estar, uma necessidade que ainda parece estar longe de ser satisfeita.

E isto é evidenciado quando a prevenção não prioriza as creches. Esbarra-se em um número inferior de creches ao que de fato é necessário. Significativo contingente de mães, quando precisa trabalhar, não tem onde deixar os seus filhos com segurança; ou ficam nas ruas, ou com as vizinhas, o que contribui para a situação de risco pessoal e social. Outras mães, mesmo não trabalhando, os deixam nas vias públicas, à mercê de diferentes formas de violência. Identifica-se uma ausência óbvia de políticas protetivas desse tipo na agenda das políticas públicas.

Belém, com quase dois milhões de habitantes, tem apenas seis creches públicas, que atendem crianças até aos seis anos. Muito embora os CRAS disponibilizem programas e projetos direcionados à prevenção para o enfrentamento da situação de vulnerabilidade e de risco pessoal e social, isto só é possível na faixa etária de 7 aos 18 anos incompletos. E mesmo assim só atende uma parcela mínima da população, em função das metas estabelecidas. Desta forma, a grande maioria permanece excluída deste acesso.

A prevenção não pode ser entendida apenas a partir dos seis anos, idade em que as classes e frações de classe menos privilegiadas podem freqüentar as escolas públicas. Se as creches não assegurarem uma retaguarda, entendendo que este espaço não é apenas um depósito de crianças, mas um universo educativo formador de valores e possibilitador de um trabalho educativo, também com a família, as crianças ingressarão nas escolas - e muitas nem chegarão a ingressar -, com marcas de multifacetadas formas de violência. Se as relações econômicas e sociais construídas contribuem para a opressão, há de se considerar que a ausência de um número efetivo de creches está na contramão do que deve ser a prevenção na ótica do *cuidado institucional*, contribuindo para a vulnerabilidade e risco pessoal e social de significativa parcela de crianças e adolescentes, sendo uma das conseqüências dessa situação a exploração sexual.

Por outro lado, ao refletirmos sobre a prevenção básica, a partir de sete anos, materializada pelos CRAS, não se pode dizer que o problema seja de ausência de equipamentos institucionais, não obstante a necessidade da ampliação dos que existem. O que se percebe é que o segmento infanto-juvenil que chega aos programas de enfrentamento, se foi atendido no CRAS, demonstra a sua falta de efetividade, pois continuou em situação de vulnerabilidade e risco. A expressiva

maioria entretanto, não foi atendida no CRAS a partir de sete anos. Visível é que o *cuidado institucional* ainda não faz parte da dinâmica da maioria das instituições, contribuindo para que os padrões de dominação se reproduzam. O problema não é a ausência de programas e projetos, nem de legislações, que assegurem direitos, mas sim de uma engenharia institucional que construa práticas sociais humanizadoras, emancipatórias, rompendo com a *síndrome do stand by*, e isso não se produz sem conhecimento, ética e compromisso.

Combater as desigualdades sociais historicamente construídas requer um Estado “cuidador”. Enquanto mediadora dessa relação de “cuidados” a instituição, através da operacionalização de programas e projetos, que são respostas às questões sociais, se propõe estabelecer o atendimento à população. Significativo contingente de famílias, em decorrência da estrutura e conjuntura social e política, marcada por profundas contradições sociais, apresenta problemas de toda ordem: saúde, educação, habitação, alimentação, desemprego, violência. Esses problemas vêm se reproduzindo, tornando a interrupção desse ciclo um objetivo urgente das políticas sociais. Para isso, é imprescindível o investimento na primeira infância, o que exige que a família seja envolvida em uma dinâmica de “cuidados”, oportunizadora da desconstrução de relações sociais pautadas na exclusão, violência, dominação, negligência, desamor, cujo legado recebeu e reproduz. Requer-se, portanto, que as práticas sociais desmistifiquem e trabalhem os conteúdos geradores dessas situações, oportunizando que a família perceba a sua vital importância no desenvolvimento bio-psicossocial de seus filhos. Caso contrário, agravam-se as vulnerabilidades, muitas vezes com a exploração sexual em linha de fundo.

Prevenir implica mapear as situações de risco. As organizações assistenciais, porém, não vão ao encontro dessas famílias, para a prevenção; estão em *stand by*. E as parcerias que deveriam ser estabelecidas para o diagnóstico das vulnerabilidades, por exemplo, com as associações representativas da comunidade, desmancham-se no ar, seja porque não reconhecem a sua importância nesse enfrentamento, ou porque não despertaram para esse processo e por isso não instigam os centros comunitários a esse papel. Há um desconhecimento, por parte da população, em relação aos programas e projetos desenvolvidos pelas instituições, a não ser em relação ao Programa Bolsa Família e ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Ao percorrer os bairros periféricos, é evidente a presença de uma expressiva parcela de crianças literalmente nas ruas, desde tenra idade. A maioria, por ainda não ter seis anos, não está na escola, nem em uma creche. As que estudam nos demais períodos perambulam de um lado

para o outro, enquanto os responsáveis por elas estão trabalhando, ou dormindo, ou na porta, ou na casa dos vizinhos conversando, ou bebendo nos bares. Os que não têm uma atividade rentável declaram que não conseguem emprego, demonstrando uma apatia generalizada. Algumas crianças tomam conta de outras crianças pequenas, seus irmãos, porque os que por elas deveriam ser responsáveis ou estão trabalhando ou simplesmente as deixam sozinhas. E há as que se deslocam para o centro da cidade e outros bairros, ou mesmo no seu bairro, esmolando, trabalhando, sendo prostituídas, drogadas, sendo obrigadas por seus responsáveis a angariar alguma renda para sustentar a família. Quando não a conseguem são espancadas, o que as leva a cometer roubos e furtos para escapar da violência, ou, então, não suportando mais os maus tratos, a fugir dos seus lares. Tudo isso acontece em franco desrespeito ao ECA. As instituições que deveriam assegurar direitos a uma vida digna, conforme as legislações, permanecem, como já foi referido, em *stand by*.

A ausência de mapeamento das situações de risco, *in loco*, impossibilita a indagação da realidade dos excluídos, porque não há investimento no conhecimento-emancipação que deveria fecundar as práticas sociais para a saída do ciclo da miséria, estagnação e violência. A demanda que chega aos programas de enfrentamento à exploração sexual é mínima e foi encaminhada porque se encontrava nas vias públicas, ou devido a denúncia ao Conselho Tutelar. Mas a maioria ainda permanece na invisibilidade:

Meu pai me espancava violentamente, me deixava toda marcada. Tenho três irmãos, qualquer coisinha que eles falavam ele me espancava, como se quisesse me matar. Era necessário que os vizinhos viessem me socorrer. Minha mãe trabalhava na fábrica de castanha e ficava fora o dia todo. Depois que eles se separaram eu ficava na rua o dia todo. Nunca fui a uma creche e nem participei de alguma atividade institucional. Só depois que comecei a ser prostituta é que me mandaram para o Arte de Viver⁷⁸, confeccionar bonecas. (A.M – 14 anos, explorada aos oito anos).

Comecei a furtar com cinco, seis anos. Iniciei na prostituição⁷⁹ aos oito anos na rua. Meu tio, que abusou de mim, me ensinou a roubar relógios, carteiras, de acordo com o local em que a pessoa se encontrava. Não fui à Creche e nem participei de atividade em outro lugar

⁷⁸ Programa desenvolvido pelo Movimento de Emaús, que atende o segmento infanto-juvenil vitimizado pela violência sexual.

⁷⁹ A maioria das meninas usa a expressão prostituta ou puta.

Só fui atendida agora, por que me encontraram na rua” (Z. F – 12 anos, explorada aos oito anos).

Será que é preciso encontrar-se em situação de exploração sexual e ser denunciada ao Conselho Tutelar⁸⁰ para que as organizações assistenciais percebam a existência deste segmento? Se avaliarmos o quadro de atendimento institucional, torna-se patente que a pequena minoria que chega às instituições já está sendo explorada sexualmente há muitos anos, o que mostra a fragilidade dos programas que envolvem a rede de proteção.

Há crianças que continuam sendo exploradas, porque ou não houve denúncia da sua condição, ou porque o Conselho Tutelar não as retirou da situação em que se encontravam. Quando a denúncia encontra eco, as crianças são encaminhadas para o único abrigo do Estado, o Espaço de Acolhimento Provisório Infantil (EAPI), que acolhe crianças até aos seis anos. Este local, com capacidade para 60 crianças, vive permanentemente com a sua lotação esgotada. Ele demonstra bem a situação de vulnerabilidade dos infantes, pois abriga vários grupos de irmãos de uma mesma família que estão sob a tutela institucional, em decorrência de multifacetadas formas de violência – agressões físicas, sexuais, negligência, abandono –, a que eram submetidos por seus responsáveis. Segundo levantamento realizado por Oliva (2010), no âmbito da pesquisa “Muralhas institucionais à adoção: a trajetória de vida das crianças abrigadas no EAPI”, no período de 2004 a 2008 foram abrigadas 760 crianças, vítimas de diversas formas de violência. Dessas, 95% são filhos (as) de adolescentes que vivenciam a exploração sexual, ato infracional e drogas.

Na ausência de cuidado institucional, é possibilitada a proliferação de problemas que, ao não serem atacados na sua gênese, geram e desenvolvem a violência, inclusive a sexual. Nesse contexto, ao descuidar da proteção, contraditoriamente, as instituições contribuem para que as manifestações dos problemas sociais vicejem e se desenvolvam. E assim se vão desenvolvendo programas de alta e média complexidade sem conseguir atender aos que estão inseridos neste universo. Os trabalhos preventivos, qualitativos, deveriam servir de incentivo para outros, mas são extintos quando acontece a eleição de governos municipais ou estaduais, mudando os partidos no poder.

⁸⁰ Órgão responsável pelo atendimento e denúncia. É considerado o “coração” do sistema de garantia de direitos.

No período de 1996 a 2004, Belém foi dividida em cinco distritos, tendo como objetivo, entre outros, a identificação dos equipamentos institucionais sediados em determinados bairros. Isso facilitou também os encaminhamentos acerca do orçamento participativo. Entretanto, as práticas sociais não se apropriaram desse esquema para trabalhar as situações de vulnerabilidade da população.

O trabalho desenvolvido pelas instituições com as famílias continua sendo muito frágil, apesar de ser central na PNAS, e atende uma pequena parcela, justamente aquelas que têm os seus filhos inseridos nos programas. Mas existe um imenso contingente que se encontra ausente, invisível às instituições, envolvido em mecanismos diversos para conseguir sobreviver, nem sempre favoráveis aos seus filhos, que não acessam informações que poderiam auxiliá-las. Outras não buscam o acesso, porque também desconhecem a funcionalidade do programa, ou não encontraram vaga nele. Há um profundo desconhecimento da população acerca dos equipamentos institucionais e uma ausência de motivação para cobrar serviços de qualidade, porque estes não são entendidos enquanto direitos legalmente constituídos. Esta ausência de participação social e política, que deveria ser mobilizada pelas organizações assistenciais, em parceria com os centros comunitários, se encontra estagnada. Neste contexto, não é surpreendente que os problemas sociais tendam a se reproduzir. Um cenário de cuidados à criança requer a inclusão desta no espaço da creche e, a seguir, em uma escola. Essa situação, contudo, ainda está muito distante da experiência da maioria do segmento infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade.

GRÁFICO Nº 3
SITUAÇÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM
SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL – 2002 A 2007

a) Escolaridade

Fontes: Elaboração da autora, a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem

GRÁFICO Nº3-b

b)Condição atual de escolaridade

Fontes: Elaboração da autora, a partir de dados do CREAS-Comércio, Pró-Paz e Casa de Passagem.

As meninas em situação de exploração sexual, em sua grande maioria, estão inseridas na primeira fase do ensino fundamental, incompleto, reproduzindo a escolaridade de seus pais. As extensas horas, direcionadas a esta atividade, inviabiliza a permanência na escola, obstaculizando, também, os seus sonhos de uma vida melhor, que não passe pela exploração sexual. Uma sociedade que não cuida de suas crianças obstaculiza o processo de transformação pela educação. A educação, enquanto via de emancipação social e política, não consegue, ainda, ser parceira na construção de valores que possam vir a alterar os padrões de dominação, de exploração, não obstante os “parâmetros curriculares nacionais” - PCN, apresentarem eixos que apontam para a promoção do *cuidado institucional*”, principalmente quando colocam a ética como tema transversal. Mais uma vez ocorre um paradoxo, um hiato entre o que é proposto e a realidade. Em princípio poder-se-ia afirmar que os professores reproduzem a formação acadêmica que receberam, não atribuindo a devida importância aos temas transversais para a edificação de uma sociedade mais solidária.

Essa situação agrava-se por ainda não ter sido estabelecida uma parceria real entre família e escola. Por isso se acumula toda ordem de problemas, não existindo nos estabelecimentos escolares, com raríssimas exceções, assistentes sociais e psicólogos, apenas um orientador educacional, para intervir na gama de situações vivenciadas por alunos e professores. No meio rural, em muitas cidades, crianças e adolescentes não têm acesso a escola no local, tendo que andar ou remar durante horas para chegar a uma unidade de ensino que, via de regra, encontra-se em precárias condições, o que favorece o abandono. Há evidências de escolas em que os alunos deitam no chão porque não existem cadeiras – são conhecidos como alunos Jacaré. No meio urbano, evasões e repetências são frequentes, associadas muitas vezes a situações de exploração sexual.

Nesta cegueira institucional é vitalizada a subterraneidade do fenômeno, apesar das pistas que vão aparecendo quando se dá atenção às crianças e adolescentes: faltas, atrasos, aparência abatida, hematomas, agitação, desconcentração, abandono. Mas estes sinais não se tornam visíveis para o cenário educacional, consubstanciando-se em um circuito fechado, coexistindo com o silêncio e a indiferença de considerável parcela de educadores, que não consegue identificar e encaminhar os casos de violência vivenciados por seus alunos, porque não está sensibilizada e qualificada para isso.

Fiquei impressionada com o fato da professora não perceber o enorme hematoma na perna de uma criança que mal conseguia andar, porque era constantemente espancada pela madrasta. Ela batia em suas pernas com uma tábua com prego. A professora foi muito omissa ou estava com medo de se envolver na situação (U.N – Pedagoga).

A criança foi violentada no banheiro da escola e ninguém percebeu. A mãe quando foi buscá-la verificou que havia alguma coisa errada pelo seu andar e mais tarde quando foi lhe dar banho percebeu que havia sido violentada (R.S –Conselho Tutelar).

Em um número considerável de escolas, as pessoas não querem se envolver, nem a diretora, nem a professora, postura que pode estar a denotar a ausência de responsabilidade e de consciência ética. Soma-se a este quadro o fato de desconhecerem a penalização que pode advir desse tipo de situação - a **omissão** pode gerar a prisão por três anos, conforme preceitua o ECA; entretanto, expressiva parcela desconhece os preceitos do ECA, apesar de saber da sua existência, e não os coloca em discussão com os seus discentes. E também não se tem conhecimento dos que foram presos por omissão.

As situações acontecem na escola, mas sem que os que nela trabalham atuem sobre elas. A mídia publicou o caso de uma menina de 10 anos, que foi abusada por um homem de 40 anos e obrigada a permanecer, sendo violentada, na casa da sua própria avó, que ficou sem saber o que fazer. Durante meses, essa criança foi alvo do escárnio dos seus colegas na escola, que a chamavam com a mesma alcunha do seu estuprador. Todos na escola sabiam do ocorrido, inclusive os professores e a direção, mas, não tomaram nenhuma providência. Essa situação só foi resolvida porque a avó contou para uma tia da menina, que denunciou o caso à polícia. Em contrapartida, fazem a diferença os profissionais mais comprometidos que detectam os dramas pessoais e sociais dos seus alunos:

São tantos os problemas enfrentados por alunos: violência, agressividade, drogas, gangues, estupro, abuso e exploração sexual dentro e fora da escola, que não sei como resolvê-los. Faltam profissionais habilitados para trabalhar essas situações” (A.J – Professora).

Tem situações tão graves de meninas se prostituindo com os próprios colegas por R\$0,50. São até conhecidas como cinquenta centavos. É uma situação terrível. Sinto-me sem apoio, Já mandei chamar a mãe, mas ela não está preocupada com o que está acontecendo. A escola só manda chamar a mãe, aliás, quem manda chamar é a professora, quando se angustia com a situação (B.H – Professora).

A parceria entre a escola e a política de assistência social carece de pró-atividade no sentido de auxiliar as professoras a identificar e encaminhar estas questões, e a encorajar os alunos a identificar e denunciar os casos de violência sexual, também quando eles próprios são vítimas. Neste contexto, as *ações sinérgicas* não se materializam. Dos 263 prontuários consultados para esta investigação, apenas três faziam menção da denúncia de exploração sexual efetivada pela professora. São relatos de um cotidiano que, não obstante a sua reprodução, permanece em boa parte na subterraneidade:

A professora e a assistente social acompanharam ao CREAS, N. Y, 12 anos, que é explorada sexualmente desde os 7/8 anos. Denunciam a negligência e convivência da mãe com a situação. O pai é ausente. Tem um irmão autor de ato infracional. Em decorrência da vivência de rua e da multiplicidade de parceiros - tem apenas um que é fixo, Sr. P.J, 74 anos, com o qual manteve a sua primeira relação sexual -, está com DST e grávida de 4 meses. Levou outras meninas para serem prostituídas com o mesmo senhor P.J. Não está freqüentando a escola. Apresenta dificuldade de aprendizado⁸¹.

Diretora da escola onde R.M, 12 anos, estuda, fez a denúncia de suspeita de abuso sexual ao Conselho Tutelar devido ao comportamento da adolescente e dos irmãos menores, que estão sendo abusados pelo pai. A irmã mais velha foi abusada pelo pai e teve uma filha com ele que é criada pela mãe. R.M está em situação de exploração sexual. Foi encontrada a noite na rua, bêbada⁸².

Professora e Diretora da Escola em que J.F, 13 anos, estuda denunciam que a tia da adolescente cancelou a sua matrícula, e que a prostituía. J.F informou à direção da escola

⁸¹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

⁸² Id.

que suas ausências às aulas ocorrem porque é prostituta e que o dinheiro que arrecada com esta atividade é entregue à tia, que a obriga a pagar pelo fato de morar em sua casa. Soma-se a este quadro o fato de ser constantemente espancada por ela. O pai é ausente e a mãe morreu. A adolescente frequenta festas noturnas e já fez aborto. A Escola ofereceu curso de computação e pretende contratá-la para exercer atividade remunerada na própria escola⁸³.

No caso de J.F, a situação só veio à tona com o relato das professoras. Como a adolescente fugira, a tia, que a explorava, procurou o Conselho Tutelar para denunciar o ocorrido. O atendimento às pessoas envolvidas – tia e sobrinha - não aconteceu, porque não compareceram e a instituição também não foi ao encontro da menina para garantir-lhe direitos. Apenas foram ouvidas as integrantes da escola. A providência sugerida em relação à tia foi voltada para o cumprimento da lei, especificando os seguintes pontos: descumprimento dos artigos 4º, 5º, 19º, 70º da Lei Federal 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente; garantir o artigo 4º da Lei Federal 8069/90 do ECA; termo de advertência para o avô; descumprimento do artigo 17º da Lei Federal 8069/90 – ECA. Para além desta reafirmação de preceitos normativos, não houve qualquer outro tipo de ação por parte da equipe.

A ausência de sensibilidade em relação aos dilemas pessoais e sociais de seus alunos por parte de significativa parcela de educadores incentiva a violência, pois a escola não se assume como garantidora de direitos. É como se a sua função fosse apenas a de ensinar português, matemática, história, geografia e ciências. Olvida-se a sua função mais importante que é a formação pessoal e social do ser humano e do cidadão. Não se pode afirmar que não se constitua em diretriz nacional essa preocupação, pois os PCNS, já citados, expressam esse cuidado, através dos temas transversais. Mas considerável parcela de educadores não reflete sobre a importância do seu exemplo e da forma como assumem a cidadania, que pode mudar os rumos de histórias pessoais de alunos, encaminhadas para a violência:

A vida foi tão empobrecida de afeto e sem afeto eu não sou, eu estou no mundo. É o afeto, é o toque que diz : - ‘ você vale, você é importante, você não é mais um’. É o afeto que me diferencia. Você pode dizer assim: - ‘A minha mãe nunca ligou muito para mim, mas eu tive uma professora que um dia disse: “você pode, você vai”. Aquilo era tudo o que eu

⁸³ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

precisava escutar. Não interessa que outras professoras dissessem que não ia dar, mas aquela pessoa tinha uma representação tão forte para mim, a extensão do que ela preencheu no meu interior foi tão grande que eu acreditei e fiz daquilo uma verdade e fui (Menezes - Assistente social)⁸⁴.

A dimensão humana, ética, e política, que forma cidadãos críticos e conscientes que consigam perceber as contradições da realidade e invistam na participação lutando por justiça social, não é encampada pela maioria das escolas, e ao excluir-se desse processo o educador torna-se parceiro da violência. Uma destacada autoridade no setor da educação, em entrevista a um jornal televisivo, justificava o fato do desempenho médio das escolas do Pará no último exame nacional do Ensino Médio (ENEM)⁸⁵ ter ficado abaixo da média nacional, explicando que a prova centrou-se mais na solicitação de argumentos do que no conteúdo das disciplinas. A sua postura demonstra uma preocupação com o produto e não com o processo pedagógico de formação social, pessoal e para a cidadania.

Por outro lado, as interações com a comunidade não são vitalizadas, sendo tal justificado pelas diferentes formas de violência presentes nos bairros em que as escolas estão localizadas. Professores e alunos vivem temerosos com a possibilidade de serem alvos dessas violências, olvidando as que se encontram no próprio espaço em que trabalham:

Uma vez resolvi solicitar o espaço de uma escola para fazer uma atividade com 100 integrantes da comunidade. Apesar de ceder o espaço, a diretora avisou que nenhum funcionário ficaria na escola, porque a comunidade era muito barra pesada. Eu acreditei no pessoal e nenhum problema aconteceu. Eles utilizaram as quadras da escola numa boa, não teve nenhuma confusão. Fiquei até emocionado. Ficamos de marcar um outro encontro (J.L- Presidente de Centro Comunitário).

⁸⁴ Estela Menezes, desenvolve oficinas sobre sexualidade envolvendo profissionais do Movimento de Emaús - organização não governamental, que atua junto a crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Entrevista concedida à pesquisadora.

⁸⁵ O desempenho médio das escolas do Pará na prova objetiva do último Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), ficou em torno de cinco pontos abaixo da média nacional (31,924 contra 36,922), enquanto a diferença entre as notas das escolas de Belém, na mesma prova, foi de pouco mais de dois pontos – 34,647. Na média total (redação e prova objetiva), essa média se manteve – 45, 325, em todo o Brasil; 41, 924 no Pará – diferença de 3.401 -, e 43, 119 em Belém – diferença de 2.206 em relação a média nacional.(Liberal, 2006:1)

O esporte é um instrumento poderoso para fazer frente às situações de violência, mas é subutilizado em muitos estabelecimentos escolares, que reagem às situações de violência protagonizadas por seus alunos ou pela comunidade através da proibição de utilização dos espaços da escola ou da colocação da polícia na porta principal. Mas essas providências não surtem efeito: “A escola coloca polícia na porta para conter a violência, mas isso não resolve, pois o problema está dentro da própria escola”. (S.M – Professora).

A percepção de que a educação é essencial para romper o ciclo da violência, inclusive a sexual, não está incorporada em significativa parcela de escolas, por isso não se utilizam metodologias que despertem a atenção do segmento infanto-juvenil, no que tange a sua criatividade, e que podem ser importantes recursos na formação crítica das crianças e adolescentes. As **encenações** das situações de violência, que mobilizem a reflexão, é uma importante barreira à proliferação das drogas, das gangues, da violência sexual, mas prefere-se investir no efetivo policial e não na efetividade de um atendimento. Neste contexto, também não se discute a sexualidade, apenas se fornece informação biológica sobre a função e a composição dos órgãos genitais e sobre os métodos anticoncepcionais.

A preocupação exclusiva com o cognitivo não é apanágio, apenas, de muitas escolas públicas e municipais, ela está presente em muitas escolas particulares, que sofisticam os seus equipamentos intelectuais, mas não investem nas relações sociais e humanas, que certamente contribuiriam para formar cidadãos preocupados, inquietos com a realidade, e com a possibilidade de mudança nos contextos de desigualdade e de opressão. Considerável parcela de representantes da elite econômica e da política, que também passaram pela escola, evidenciam lacunas na sua formação ética e humana, demonstrando assim as debilidades tanto da socialização em meio familiar quanto da socialização em meio escolar.

Os programas de enfrentamento da violência nas escolas preceituam a paz; não obstante a importância da sua afirmação como princípio, a paz não é algo abstrato, ela é construída no cotidiano, inclusive no cotidiano do *cuidado institucional*. Investe-se em um programa para combater a violência, mas não há investimento nas medidas protetivas para que essa violência não aconteça. Neste contexto, há fissuras na conexão entre as políticas, apresentando ausências na sua operacionalização, de cuidado, de responsabilidade social, de compromisso com a transformação.

GRÁFICO Nº 4
USO DE DROGAS: CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM SITUAÇÃO DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL – 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora, a partir de dados do CREAS-Comércio, Pró-Paz e Casa de Passagem

A droga e o seu consumo aparece como um aspecto central da experiência das crianças e adolescentes que vivenciam a exploração sexual. Ela é utilizada por 90% do segmento infanto-juvenil. A cola de sapateiro é a de maior incidência, seguida de perto pela maconha, cocaína e crack. As denominadas ilícitas caminham *pari passu* com as consideradas lícitas, como o álcool e o cigarro. Este segmento utiliza a droga como mecanismo de fuga, pois ela se constitui em uma anestesia para a realidade dolorida, em que coexistem sentimentos como mágoa, revolta, culpa, rejeição. Acentua-se essa situação quando os pais também são usuários de drogas, gerando o incentivo ao uso através da convivência. Do outro lado encontram-se os que se envolvem com a droga em virtude da sua história, dos amigos do bairro, dos grupos de pares.

É acentuada a desproteção de significativa parcela de crianças e adolescentes criada por pessoas que, em decorrência da luta pela sobrevivência, ou porque não maternizaram ou paternizaram, ou porque estão em um nível de alienação acentuado, não conseguem propiciar a segurança material e afetiva que esse segmento precisa para o seu desenvolvimento pessoal,

social e como cidadãos. São famílias que também trazem uma história de subordinação e sofrimento, reproduzindo as suas vivências e expondo suas filhas a vulnerabilidade, a sensações de fragilidade e impotência, obrigando-as a arcar com a sobrevivência da família, o que faz com que estas encarem a droga como mecanismo para compensar a dor. Isso conduz a novas relações de opressão.

A reprodução das relações sociais em que se destaca o contexto de mando e obediência é percebida como um mecanismo de sobrevivência. Ou a menina subordina-se a estas regras sem questionar, ou vai procurar uma identidade, inserindo-se em grupos que elaboram os seus códigos e normas e nos quais a droga e a violência ocupam um lugar central. E, nesse contexto, a transgressão emerge e se materializa como forma de se sentir pertencendo ao grupo dos que têm poder, o qual tem como código de identificação o uso da droga. Nesse itinerário, as atitudes violentas e a situação de exploração sexual são desencadeadas sob o efeito da drogadição, ou para conseguir proventos para manter o vício:

Fumo maconha na rua (...) por lá passam pessoas e autoridades, ninguém liga pra gente. Garanto a compra com a exploração sexual (A.M – 13 anos).

Uso cola de sapateiro junto com o pessoal do grupo, na rua. Passamos um para o outro na frente de todo mundo (U.I– 12 anos).

Sempre fumo maconha ou uso cola para agüentar esses caras com quem transo. Acho essa vida horrível. Gostaria de casar, ter filhos, mas já passei muita fome, minha família é muito pobre, já transei até por um cacho de bananas. (Z. F - 13 anos).

Mãe de J.N, 14 anos, ameaçada de morte quando discutiu a situação da filha com os traficantes com os quais ela estava residindo depois de fugir do lar.⁸⁶

Mãe denunciou que sua filha foge do lar e está sendo explorada por mulheres traficantes que a induzem a comprar drogas e a seduzir os homens que trafegam na rua para depois

⁸⁶ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

roubá-los. Os referidos traficantes envolvem outras meninas. Ameaçaram a mãe de morte quando tentou discutir a situação da filha⁸⁷.

Abrigo denunciou que mãe compactua e induz a filha a praticar ato de mendicância, furto e exploração sexual, para a aquisição de drogas. Mãe é prostituta e leva os clientes para dentro de casa, mantendo relações sexuais e se drogando na presença da filha. A menina era obrigada a comprar drogas para a mãe e a amiga⁸⁸”.

Mãe viciada em pasta de cocaína leva a filha, C.J, 12 anos, diariamente, para ser explorada sexualmente. Apropria-se da renda auferida para a aquisição de drogas. C. J contou para a avó e enfatizou que ia matar a sua mãe porque ela tinha desgraçado a sua vida. Avó fez a denúncia ao Conselho Tutelar. O flagrante foi armado, através das informações da adolescente. Como ocorreu o flagrante, a mãe foi presa⁸⁹.

Crianças e adolescentes se drogando ou sendo drogadas para enfrentar a opressão e mães explorando sexualmente suas filhas para a aquisição das drogas são cenários cotidianos. Essas pessoas buscam apoio na droga, utilizando-a enquanto dispositivo externo para viver, o que se constitui em uma verdadeira muleta, estão consumindo-a como estratégia para manterem-se vivas, para se relacionarem com uma realidade opressora, que as exclui, e as trata como coisa.

A relação dialógica se constitui na chave mestra para este enfrentamento, mas é olvidada tanto na família como nas organizações assistenciais, porque o *cuidado institucional* ainda não foi encampado. Quando, no lar, na organização institucional, as crianças e os adolescentes se calam é porque, certamente, há adultos prolixos e autoritários que impedem a sua expressão. Para dissolver esta frieza, tem de ser criado um espaço para a construção de relações afetivas, de vínculos familiares, através de um trabalho com a família, como apregoa a Política de Assistência Social. Se isto fosse levado em consideração, em parceria com as demais políticas, se o atendimento estivesse sendo plenamente exercido, se a operacionalização de políticas públicas fosse conseqüente e eficaz, criar-se-iam condições para que crianças e adolescentes pudessem

⁸⁷ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

⁸⁸ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

⁸⁹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

deixar de buscar drogas ou de se submeter a exploração sexual, e para que as mães não participassem na exploração sexual de suas filhas.

Apesar da dimensão e dos impactos sociais, políticos e econômicos do problema do uso de drogas o poder público parece não conseguir enfrentá-lo com resolução, seja a nível jurídico, seja a nível de prevenção e tratamento. Quando se encontram drogaditos no espaço institucional, ou eles são encaminhados para um tratamento ambulatorial, ou são esquecidos através do conhecido chavão “Não temos retaguarda”, que se refere à ausência de meios adequados ao atendimento aos usuários, que deveria ser uma preocupação dos gestores municipais e estaduais. Além do tratamento ambulatorial, há apenas uma clínica pública para a internação, com apenas 15 leitos, o que é incompatível com a grande massa de pessoas drogadas. O tratamento particular é oneroso e somente os que dispõem de recursos financeiros podem acessar este serviço.

O trabalho com pessoas dependentes de drogas pertencentes às camadas empobrecidas, principalmente crianças e adolescentes está, pois, praticamente ausente das políticas setoriais. Acrescente-se a este cenário a ausência de uma eficaz política de saúde para o usuário de drogas, tradutora de um tratamento consistente. Pela sua desconexão, as políticas setoriais básicas acarretam graves problemas para o usuário que está no centro do processo. Segurança, saúde, educação necessitam de um planejamento básico para a prevenção, tratamento e combate ao uso de drogas.

Mudar a realidade social exige que os conselhos de direitos, enquanto responsáveis pela defesa e controle da política de atendimento ao segmento infanto-juvenil, respondam com efetividade a esta situação. Ao não cumprir o seu papel, comprometem o que está assegurado na lei. Por outro lado, a sociedade civil mantém-se alheia a este processo, não investindo em uma ampla mobilização no sentido de cobrar das autoridades competentes medidas que coíbam o tráfico e comercialização de drogas.

Sem o apoio institucional de que necessitam, crianças e adolescentes tornam-se presas fáceis das drogas e da exploração sexual. Soma-se a este quadro o fato de serem bombardeados pelos meios de comunicação com o incentivo ao consumo de bebida alcoólica, em virtude da ausência de legislação de publicidade, que sempre mostra pessoas sorridentes e felizes consumindo bebidas. É passada a idéia de poder associado ao consumo de roupas, sapatos e acessórios de marca, o que também contribui para o segmento infanto-juvenil vivenciar a situação de exploração sexual para poder custear essas despesas, e, contraditoriamente, muitos

acabam vendendo esses bens materiais para a aquisição de drogas. Fazer frente a este bloco requer ação política, de enfrentamento dos poderosos grupos econômicos atuando neste circuito.

As campanhas anuais empreendidas contra as drogas pelo governo federal não surtem efeito, porque navegam na superfície do problema. O mero discurso dos malefícios não conduz a resultados. E isso acontece porque a questão de base centra-se na ausência de relações afetivas, sociais, éticas, cuidativas, ou seja, na qualidade das interações vivenciadas pelas famílias. O investimento nas relações de afeto, de respeito é um patrimônio valioso que, certamente, atravessará gerações e contribuirá para o enfrentamento do círculo de escravidão em que o uso de drogas se constitui. A construção da cidadania implica em padrões éticos de reconhecimento do outro enquanto ser de direitos. Esse reconhecimento de direitos implica, também, em moradia digna, em bairros com saneamento básico, com equipamentos de saúde, de educação, de segurança. Mas o segmento infanto-juvenil explorado sexualmente reside em áreas de ocupação, sem os equipamentos necessários a um desenvolvimento saudável, convivendo com mazelas sociais de toda ordem, onde o comércio de drogas faz parte da rotina dos moradores. Nestes bairros, normalmente, o poder público só aparece em época de eleição.

GRÁFICO Nº 5
BAIRROS EM QUE MORAM CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM
SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL – 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora, a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem.

Expressiva parcela de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual é oriunda do distrito de Icoaraci, e dos bairros periféricos de Belém, mais precisamente, das áreas de ocupação, vivendo em condições miseráveis de sobrevivência.

A questão habitacional no Brasil, e, conseqüentemente, em Belém, é caracterizada, de maneira muito visível, por uma incapacidade de gestão das respostas às carências neste campo. Os assentamentos são, gritantemente, inferiores ao número de despossuídos de uma moradia, já que o *déficit* habitacional gira em torno de 400 mil unidades, somente na Região Metropolitana de Belém. Este quadro é agravado por um contingente significativo de pessoas que se encontra em áreas provisórias de que a qualquer momento podem ser expulsas, mesmo sem ter para onde ir. Como errantes, buscam outros espaços, e o cotidiano de humilhação e de subcidadania vai se agudizando.

Visando melhores condições de vida, as famílias deslocam-se do campo para a cidade. Aqui deparam com uma realidade assustadora em que seus auspícios rapidamente são sepultados. Depois de vagar pelos terminais, ruas ou casas de parentes, estas famílias, normalmente, buscam áreas de ocupação, construindo casebres em locais que não dispõem de infra-estrutura necessária para a habitabilidade, sem sistema de esgotos, equipamentos de saúde, educação, água potável, juntando-se, portanto, à população da própria capital que busca as áreas de ocupação porque não consegue pagar aluguel em outras áreas da cidade. Os segmentos empobrecidos não têm, pois, alternativa, a não ser morar em áreas de ocupação. Machado (2004: 8), informava que 76,4% dessa população é proveniente da própria zona urbana de Belém e só 23,6% vêm da zona rural. As residências construídas nesses locais são de madeira, com um ou dois compartimentos de exíguas dimensões, em que mal cabem todos os moradores:

Atendi uma família, com mais de 15 membros, que vivia em apenas um pequeno quarto. Para dormir, a metade dessas pessoas tinha que ficar na rua, enquanto a outra dormia, e assim se revezavam. (J.A – assistente social).

Normalmente as famílias são numerosas, o que propicia a quebra da privacidade, pois todos os membros dormem no mesmo espaço. As crianças assistem às relações sexuais entre os adultos, ou são obrigadas a ficar na rua enquanto elas acontecem. Muitas são vitimizadas pelo abuso intra-

familiar. Outras, quando as mães são prostitutas, assistem às relações entre as suas mães e os clientes, ou são abusadas por estes ou pelos companheiros das mães, seus padrastos.

Importa registrar que em Icoaraci⁹⁰, Distrito de Belém, que lidera o ranking dos locais de procedência da demanda prostituída, muitas meninas residem, com os adultos por elas responsáveis, em um lugar denominado “Buraco Negro”, literalmente uma imensa cratera, sem saneamento básico. Convivem no seu cotidiano com tráfico de drogas, assalto a mão armada, arrombamentos, casas de exploração sexual, bares, boates. Crianças crescem nesta convivência nociva ao seu desenvolvimento. Neste lugar não é permitida a circulação livre de pessoas de outros bairros, a não ser que sejam conhecidas dos moradores; para os estranhos é necessária a autorização do poder paralelo que controla de fato o lugar, que avaliará se a entrada será ou não liberada em função do que está sendo solicitado.

Neste contexto de exclusão, as relações sociais e econômicas engendradas na cidade contribuem para a materialização da pobreza, com habitações inadequadas ao convívio humano sediadas em locais que não possuem estrutura e infra-estrutura, constituindo-se a maioria nas denominadas áreas vermelhas, em que a violência é acentuada, justamente porque os direitos sociais são garantidos apenas a uma pequena minoria. A engenharia urbana e a estrutura tecnológica são usufruídas por uma pequena parcela da população; para as camadas pauperizadas sobram o abandono e a exclusão, sem bens e serviços imprescindíveis para uma vida de qualidade. Neste contexto, a degradação humana se manifesta em uma das suas faces mais cruéis: a exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Crianças e adolescentes são vitimizadas por um panorama em que a fome e as doenças são as companheiras na busca por um pedaço de gleba. E a terra que queriam ver dividida vai se transformando de um sonho em um pesadelo, em que na maioria das vezes as expulsões e a violência se tornam parte do cotidiano.

⁹⁰Palavra de origem indígena que significa “olhando a lua”.

GRÁFICO Nº 6
FAMÍLIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM SITUAÇÃO DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL – 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora, a partir de dados do CREAS-Comércio, Pró-Paz e Casa de Passagem.

Outrora consagrada como ideal, no contexto ideológico mantenedor, a família nuclear vai perdendo espaço em função do surgimento de novas organizações familiares. A própria estrutura nuclear modifica-se, pois se antes os lares eram formalmente construídos, cederam lugar a uniões não formalizadas legalmente. Os conflitos são mais visíveis em função das tensões econômicas e afetivas entre os cônjuges e entre estes e seus filhos.

Uma das mudanças de maior relevância para este estudo é a tendência para o crescimento das famílias monoparentais, tendo como responsável o pai ou a mãe, o avô ou a avó. A forma mais frequente é a da família chefiada pela mãe. Nesses casos, a mulher foi abandonada por seu companheiro, ficando com a responsabilidade de criar os filhos, via de regra de pais diferentes. A pesquisa realizada por Oliva (2010) sobre a trajetória de vida das crianças abrigada no Espaço de Acolhimento Provisório Infantil –EAPI - abrigo do Estado que tem sob a sua tutela crianças vitimizadas pela violência-, abre uma janela para uma abordagem mais precisa desta situação. Segundo essa pesquisa sobre as crianças do referido abrigo, cresce o número de irmãos vivendo neste espaço. A quase totalidade das mães dessas crianças, como já foi referido, é adolescente ou teve os filhos quando era adolescente, ou teve o primeiro filho na adolescência. Vivenciam um

cotidiano de festas e de frequência de bares, sendo drogadas e prostituídas, ou levando os filhos para pedir esmola, ou se tornam pedintes usando-os para sensibilizar a população. Estas mães deixam os filhos sozinhos em casa, e só retornam no dia seguinte ou dias depois. Quando esta atitude é denunciada ao Conselho Tutelar, as crianças são levadas ao abrigo. Quando os filhos estão no abrigo, as mães dificilmente os visitam.

A postura do pai é de completa omissão, de abandono. Apenas 1% dos pais visitou os filhos abrigados, ou solicitou a guarda dos mesmos. Os demais estão presos, ou casados, ou foram mortos e isso invariavelmente se reflete no cotidiano familiar e no institucional, afetando o desenvolvimento das crianças. A ausência de pai pode dever-se, também, a relações fugazes, sem bases afetivas sólidas, sendo a mulher abandonada quando comunica a gravidez ao companheiro. Noutros caso, a mulher é rejeitada porque o companheiro conheceu outra pessoa. Na nova relação, não colocou os filhos como prioridade, nem se responsabiliza pelo seu sustento

No universo da família monoparental, vale destacar a figura da avó; das 154 famílias identificadas, a avó responde por cerca de 50%, tendo a incumbência de criar os netos, seja porque a mãe abandonou os filhos ou, trabalhando como empregada doméstica, só vem para casa nos finais-de-semana; ou ainda porque entrou em nova união e o companheiro não aceita os seus filhos; ou porque mora com amigas que também vivenciam a situação de exploração sexual, ou porque vive literalmente na rua, drogada e prostituída, ou sofrendo de problemas mentais. A avó, portanto, com a renda da sua aposentadoria, subsidia financeiramente a família.

Neste caudal de acontecimentos, a mulher dificilmente aciona judicialmente o pai, ou os pais, de seus filhos, para concederem a mesada a que as crianças têm direito, seja por ausência de informação, ou porque acredita que não vai dar em nada, ou porque eles a ameaçam dizendo que abandonarão o emprego, quase sempre no mercado informal. Quando a justiça é procurada, muitos negam a paternidade, sendo necessária investigação de paternidade, incluindo exame de DNA, já facultado pelo judiciário.

As famílias recombinadas vêm se destacando, assim como os conflitos entre filhos, padrasto e madrasta. São inúmeras as fugas de crianças e adolescentes de casa, por violência, sexual, física e psicológica dos padrastos. Via de regra, as mães se colocam ao lado do companheiro, seja por ele ser provedor financeiro da família ou porque dependem emocionalmente dele. O fato é que, mesmo vivendo um processo de dominação, sujeita a

espancamentos diários, a mulher, nesta circunstância, ainda prefere ostentar a condição de ter um companheiro, como demonstração do seu valor:

J.R, 12 anos, apesar de ainda não menstruar, vive em situação de exploração sexual há muitos anos. Foi encontrada nas ruas usando drogas e sendo explorada sexualmente. Fugiu da casa da mãe, pois era abusada sexualmente pelo padrasto desde os sete anos de idade.⁹¹

Após a morte do marido, a mãe de A. W distribuiu os filhos entre os avós paternos e maternos. Quando foi viver maritalmente com um rapaz, reuniu os filhos. Mas a convivência com o padrasto foi conflituosa. Sua filha se envolveu com drogas, gangues e situação de exploração sexual.⁹²

X. T, 13 anos, abandonou, junto com o seu irmão de 14 anos, a residência materna em decorrência das agressões físicas e verbais do padrasto. Prefere ter como morada a rua, mais especificamente o Ver-o-Peso, onde fica cheirando cola e brincando no rio com primos e colegas de rua. Sua irmã, de 16 anos, tem três filhos, um de cada pai⁹³.

P.R, 14 anos, tem relação conflituosa com o padrasto, que é violento e agredia constantemente a adolescente. É usuária de bebida alcoólica e demais drogas. É integrante de uma gangue. Abandonou os estudos. Leva homens para a sua casa e mantém relações sexuais na cama da mãe. Diz que tem este comportamento porque detesta o padrasto. Pai, usuário de drogas, abandonou a família quando a adolescente tinha dois anos. Constituiu outra família, mas não visita os filhos. P.R vive em uma casa de exploração sexual na mesma rua em que sua família mora.⁹⁴

Estas famílias, independentemente da nomenclatura, vivem uma série de problemas, como violência, alcoolismo, desemprego, drogas, opressão, subordinação, dominação, abandono, rejeição, desamor, disputas por poder entre seus membros, sendo essas situações reiteradas de

⁹¹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

⁹² Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

⁹³ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

⁹⁴ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente

modo transgeracional. O cotidiano familiar é marcado, majoritariamente, por relacionamentos muito conturbados, em que não raro as agressões físicas e verbais constituem-se na tônica dessas relações.

GRÁFICO N° 7-a

SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS RESPONSÁVEIS PELAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL – 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem.

GRÁFICO N° 7-b

RENDA FAMILIAR DOS RESPONSÁVEIS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL - 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem.

As pessoas que se deslocam para a capital do Estado em busca de melhores condições de sobrevivência e existência deparam-se com um desemprego elevado, agravando-se a sua situação, pois a cidade não dispõe da infra-estrutura necessária para sediar os que a procuram. Estes grupos somam-se aos incorporados no cenário caótico da degradação social e da total destituição de direitos, acabando nas teias do desemprego, da fome, da ausência de educação, saúde e habitação, e da proliferação do trabalho infanto-juvenil.

Significativa parcela de responsáveis pelas famílias não terminou o ensino fundamental, o que os conduz a trabalhar no mercado informal e esporadicamente, como pedreiros, feirantes, lavadores de carro, ou como empregadas domésticas. Não há um programa de qualificação profissional continuada dirigido a estas famílias para a inserção no setor formal de produção, frente às exigências do mercado globalizado. A renda da maioria das famílias, de meio a um salário mínimo, é oriunda de bicos ou dos programas assistenciais. Há uma profunda apatia e naturalização da exploração dos filhos, que não são assumidos e protegidos. Desde muito cedo essas crianças são colocadas para serem pedintes ou vender alguma coisa que se traduza em renda, e no caso das filhas mulheres são inseridas no trabalho doméstico, ou incentivadas ou obrigadas a vivenciar a exploração sexual, reproduzindo, na maioria das vezes, a história das suas mães.

A maioria dessas famílias está inserida em algum programa de transferência de renda. Muitos beneficiados do PETI continuam trabalhando por imposição dos seus pais, mães, ou padrastos. Apesar do Programa Bolsa Família apresentar em suas diretrizes a qualificação profissional dos responsáveis como via para a sua autonomia, este procedimento ainda carece de aplicabilidade.

As crianças estão em muitos lugares, e as providências para responder a esta situação não são eficazes. A política econômica que exclui os seus pais - analfabetos funcionais e sem qualificação profissional -, e a política institucional que não inclui qualitativamente as famílias nas suas interações tornam-se também responsáveis pela exploração sexual do segmento infanto-juvenil.

5.1.1 – Corpo e sexualidade

GRÁFICO Nº 8
TIPO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL: CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS NO
PERÍODO DE 2002 A 2007.

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, Pró-Paz e Casa de Passagem.

Apesar de já ter sido convencionada a designação exploração sexual, ainda é presente em muitas discussões e prontuários institucionais o uso do termo prostituição, referindo-se as que não passaram por processos de tráfico, turismo e pornografia. Neste sentido, a exploração sexual urbana, na rua, nas boates, festas de aparelhagem, ou casa de prostituição (discutidas no próximo item), quando a menina ainda não foi traficada ou inserida no turismo sexual, é a mais frequente. Esta designação indica que a atividade é desenvolvida em contextos em que se destaca a relação de compra e venda, que estão presentes em toda e qualquer modalidade. Os registros sobre tráfico e turismo, apesar da sua importância e gravidade, são raros no atendimento institucional, e os de pornografia, voltados para as fotografias eróticas, não passam de cinco.

- *A proeminência do tráfico*

Nos programas de enfrentamento, os registros sobre tráfico são raros, não obstante a gravidade da situação. As denúncias, quando chegam, não saem da Delegacia.

Na Amazônia constam aproximadamente 76 rotas de exploração sexual infanto-juvenil, estando o Pará no eixo deste processo, constituindo-se em origem, intermediário ou destino. A maior incidência ocorre através dos municípios fronteiriços a Manaus, Maranhão e ao Amapá, em decorrência da proximidade do acesso à rota do tráfico no exterior. Crianças até aos nove anos são aliciadas nos municípios, contando com a cumplicidade das autoridades e da família. A capital, Belém, e os municípios de Barcarena, Bragança, Abaetetuba, Novo Repartimento, Tucuruí, Itaituba, além das ilhas do Marajó e Cotijuba, lideram ranking dessa forma de tráfico (PETRAF:2002).

Além do PETRAF, a mídia escrita e televisionada, através do jornalismo investigativo, também noticia que “nas fronteiras do Brasil com a Venezuela, Guianas e Bolívia, é propiciado trânsito livre ao tráfico de crianças e adolescentes, sendo incalculável o número das que foram e continuam sendo traficadas. Cerca de 80% das prostitutas que trabalham nas boates da Venezuela são brasileiras”. Neste caso, o convite aparece explícito ou emoldurado em outras atividades, como as de garçonne ou dançarina. Com facilidade atravessam as fronteiras ou embarcam nos aeroportos. Bolívia, Guianas e Venezuela, além de outros Países como Portugal e Espanha, se constituem no destino principal das jovens. Embaladas no sonho de auferir consideráveis ganhos, só percebem a dura realidade que as espera quando são mantidas em cárcere privado com os seus passaportes e passagens confiscadas.

Não obstante a legitimidade das denúncias efetivadas e a seriedade e importância das pesquisas desvelando a questão do tráfico, esse tipo de comércio expande-se sob o manto da impunidade. As autoridades convivem, pacificamente, com os aliciadores, o que serve de atrativo para as quadrilhas da Espanha e de outros países da Europa. Belém tornou-se, assim, um destino permanente na agenda dos traficantes.

No Aeroporto Internacional de Belém, em dias de vôo para o Suriname e Panamariço, é visível a presença de adolescentes acompanhadas de aliciadores, muitos já identificados pela polícia, embarcando e, com raras exceções, sem nenhum empecilho. As rotas de exploração sexual, já bem identificadas, não sofreram alterações porque não aconteceu a necessária intervenção por parte do Estado.

A vulnerabilidade ao tráfico não acontece ocasionalmente, ela é construída. A demanda composta por crianças e adolescentes de Belém, envolvida nessa situação, não raro expressa fragilidade, ou rompimento dos laços familiares, maus tratos, abuso sexual, precária situação

financeira, baixa escolaridade. São presas fáceis do processo de sedução, que lhes acena com uma vida melhor, quer seja explicitamente na situação de exploração sexual ou através do mascaramento da real intenção do aliciador.

Apesar de existir há muito tempo, o tráfico ganhou visibilidade em 1995, com a denúncia das mães de meninas que foram enganadas e vitimizadas pelo cárcere privado, o que foi acontecendo depois em várias regiões do País. Mesmo denunciados, os aliciadores e as chamadas cafetinas continuaram impunes, o que contribuiu para a multiplicação dessa atividade ilegal.

Apesar desses percalços, algumas jovens preferem permanecer nos prostíbulos a retornar a vida miserável vivida anteriormente, posto que com a precária escolaridade que possuem as possibilidades de emprego são escassas e os salários não atendem às suas necessidades de sobrevivência. Expressam ora a angústia, ora a determinação de mudar de vida, acreditando que para isso o único caminho é a exploração sexual.

A situação de exploração sexual se constitui para essas meninas em uma estratégia de sobrevivência, uma fuga da miséria e da fome. A busca de um outro local é mais uma alternativa, mesmo à custa da violência cotidiana à sua dignidade, amordaçando a sua voz com o dinheiro que auferem para ter acesso a alguns bens e serviços e ajudar financeiramente a família, modificando a vida dos que permanecem no seu local de origem. Essa mudança, dependendo da situação em que a menina está inserida, pode ser modesta, ou mais significativa.

As meninas que são levadas para trabalhar em boates, o que acontece sempre com a participação de um (a) aliciador (a), e não vivenciando a situação de cárcere privado, retornam para visitar a família, e algumas levam consigo irmãs e primas. A família declara que todas casaram e estão trabalhando.

A ausência de oportunidades, o medo da miséria e da fome são impulsionadores dessa situação, que tem como base a desigualdade social, aliada à ausência de *cuidado institucional* com a família, que se mostra alienada acerca da proeminência do tráfico e fala de forma natural que suas filhas estão em Caiena, “mandam todo mês dinheiro e já estão casadas”.

As adolescentes alentam perspectivas de sair desse tipo de vida. Sonham em guardar uma soma considerável de dinheiro para viabilizar essa possibilidade, o que mostra que não foi uma escolha feita deliberadamente, mas que as circunstâncias as empurraram a esse tipo de situação, direcionando-as a aceitar as regras do tráfico:

R.B, 14 anos, pais separados. Mãe desempregada, ausência paterna. Ficou em uma boate no Oiapoque com mais três meninas. Depois foi para uma boate em um garimpo no Suriname. Após denúncia o consulado a trouxe de volta. Submeteu-se ao tráfico para ganhar dinheiro. Por todo sofrimento que passou gostaria que os agenciadores fossem punidos. Denúncia articulação: um é o representante do dono da boate, a outra busca meninas interessantes para apresentá-las ao representante.⁹⁵

Quando as meninas são libertadas do cativoiro, a notícia é veiculada na mídia. Os traficantes são presos, mas a justiça os solta. Mesmo com todas as evidências, os famosos advogados que contratam para defendê-los conseguem um providencial *habeas-corpus*. Essa atitude contribui para que o tráfico não seja extinto. A impunidade é o combustível para novas formas de escravidão.

Como a situação de miséria é acentuada, as adolescentes alimentam o sonho de ganhar consideráveis somas sem serem encarceradas; isso só acontece para uma pequena minoria.

No decorrer da pesquisa fui descobrindo outras situações, como, por exemplo, o de duas meninas traficadas, exploradas sexualmente, mas não mantidas em cárcere privado, que conseguiram comprar casas em condomínios fechados de Belém, habitados pela classe média. Mas uma situação como essa constitui uma exceção:

Chama atenção o fato de duas meninas, que se prostituem no exterior, estarem comprando terrenos em um condomínio fechado. No condomínio em que eu estou construindo casas, três terrenos já foram adquiridos. Quando elas vão assinar o contrato, percebe-se a dificuldade, pois mal sabem ler e assinar o seu nome. Chama atenção, também, o fato de serem desprovidas de atributos físicos, e, certamente, passariam despercebidas aqui em Belém (P. L – arquiteta).

As mulheres paraenses atraem as atenções dos estrangeiros, em virtude das suas características físicas exóticas - mistura do afro, do índio e do português, exibindo, portanto, certo exotismo em seus traços, sendo consideradas amorosas e sensuais. Essa representação povoa o imaginário do homem, quer seja o aliciador, quer seja o consumidor.

⁹⁵ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente

Uma outra vertente do tráfico é constituída por algumas agências de casamento, que atraem um número considerável de mulheres que sonham em casar com um europeu. Quando esse empreendimento é mal intencionado, esse sonho acaba se tornando um pesadelo, pois as mulheres só percebem que foram vítimas do tráfico quando chegam ao local onde deveriam conhecer o cônjuge e são exploradas sexualmente:

Na Alemanha há inúmeros casos de homens que casam com mulheres brasileiras, inclusive paraenses, e quando elas vêm morar aqui são obrigadas a se prostituir. Quando efetivam a denúncia, as ajudamos a retornar ao Brasil, e denunciemos os responsáveis por esse ato criminoso (D. D – assistente social).

No contexto multifacetado do tráfico, existe a atuação na rota intermunicipal e interestadual. Apesar de não ser considerado pela legislação como tráfico o que acontece em nível nacional, este prolifera de forma acentuada: meninas são traficadas de um Estado para outro, do meio rural para o urbano, convencendo-as a este deslocamento promessas de uma vida melhor. Contudo, acabam sendo exploradas sexualmente. “No Centro-Oeste, o Estado de Goiás é o que tem o problema em maior gravidade. No Nordeste, é o Maranhão e no Norte são os Estados do Pará, Roraima e Amazonas” (PETRAF, 2002).

Como um polvo, com vários tentáculos, a rede de exploração sexual avança, nas suas variadas modalidades, destruindo na sua perversa dinâmica os sonhos das que buscam mudar de vida. Neste contexto, o turismo sexual configura-se como mais uma porta para o enriquecimento ilícito dos aliciadores.

- *O Turismo sexual*

Belém ainda não tem todo o seu potencial turístico desenvolvido, apesar do seu reconhecimento, não só nacional, mas internacional como um destino atraente para o turismo. Isso pode levar a deduções apressadas de que o turismo sexual não acontece de forma tão acentuada em nossa cidade. Certamente, não ao nível do que ocorre no Nordeste, mas de forma camuflada vai se solidificando:

A J.L é de outra cidade, conhecemos ela no shopping. Nos ofereceu uma boa grana para ficarmos eu, e outras meninas (total de 10) com uns 10 gringos, que viriam de fora só para nos encontrar, eles queriam garotas com menos de 15 anos. O nosso grupo tinha de 12 a 15 anos. No dia em que eles chegaram a J. L convidou mais duas amigas dela para fazer de conta que éramos suas filhas, aí ela dividiu o grupo e nós nos hospedamos no hotel sem nenhum problema. Os gringos já estavam nos esperando. Passamos três dias no bem bom, de lá fomos para Mosqueiro e Marajó. Foi uma tremenda farra. Rolou muita bebida e drogas. Os gringos adoraram e ficaram de mandar mais amigos. O problema é que J. L ficou com mais da metade do dinheiro. Limpo, eu ganhei 200 dólares. Comprei roupas e ajudei minha família. Antes eu fazia ponto na Praça da República, agora fico no shopping e a grana aumentou (P. J – 14 anos).

Importa registrar que, em geral, as que conseguem sair do espaço da rua são possuidoras de atributos físicos que agradam aos turistas, ainda que escondidos pelos maus tratos. Muitas aliciadoras vasculham as comunidades pobres em busca de tipos exóticos, do que chamam sangue novo. No início compram-lhes algumas roupas, que serão depois devidamente descontadas, para que possam se apresentar aos clientes. Buscam as mais novinhas, as que se encontram há pouco tempo na situação de exploração sexual. A menina é assim levada para outros espaços como os shoppings, locais normalmente visitados pelos turistas e onde aliciadores disfarçados de freqüentadores acertam os programas:

Essa questão de oferecer as meninas para os turistas é algo muito sério. Vim a Belém a negócios, supervisionar a filial da empresa em que trabalho, e, mal me instalei no apartamento, o recepcionista me liga e, entre as comodidades que informa que encontrarei na cidade, fala da mulher paraense e, sem constrangimentos, coloca que conhece meninas de várias idades. Informou meninas com idade da minha filha, com menos de 14 anos. Isso é absurdo. Óbvio que recusei a proposta (K. H – executivo).

Não obstante Belém não constar nas estatísticas nacionais do turismo sexual, os aliciadores instalados na cidade se aproveitam dessa ausência de visibilidade e, assim, organizam e multiplicam as suas atividades ilícitas.

É importante perceber que, como parte dessa dinâmica, muitas meninas deslocam-se de Belém para outras cidades, como por exemplo, Fortaleza, atraídas pelo turismo sexual que é mais ostensivo, e pela possibilidade de casar com algum turista:

Minha prima veio para Fortaleza fazer uns programas porque não conseguia arranjar emprego e numa dessas transou com um italiano cheio do dólar. Ele se apaixonou, casou com ela e viajaram para a terra dele. Ela tinha 17 anos e ele 50. No ano passado ele morreu e ela ficou cheia da grana. Quem sabe isso pode acontecer, também, comigo. Nem é preciso que ele morra, é legal ter uma família. Já estou aqui há três meses, fiz muitos programas com gringos, mas até agora nada de coisa mais séria (V. F-17 anos).

Descortina-se assim mais uma rota de deslocamento das adolescentes. Quando conseguem chegar até a cidade alencarina, objetivam conquistar um turista. As notícias enfatizam que são numerosos os estrangeiros, principalmente os italianos, que casam com as adolescentes em situação de exploração sexual:

A mulher paraense tem cabelo liso, é morena e cara de índia. Os gringos se amarram. Tenho um italiano, mais ou menos fixo. Quando ele chega, vai direto a minha procura. Quem sabe um dia ele resolve me levar pra longe dessa vida” (N. I - 14 anos).

Quando percebem que não conseguirão tão facilmente realizar esse sonho, desencantam-se, algumas retornam, mas outras continuam insistindo, acreditando que um dia o príncipe encantado aparecerá e as libertará da vida em que se encontram. A preferência dos turistas, como é de praxe, é pelas meninas mais jovens, na faixa etária de 10 a 17 anos:

Um dia levei um gringo do aeroporto para a casa de uma menina, que ele já conhecia e que tinha vindo do Estado do Pará. Estava morando em um bairro distante e muito pobre. Quando chegamos lá fiquei horrorizado, era uma menininha, 12 anos no máximo, magrinha, corpo de menina. O cara foi entrando e agarrando a menina. Deu vontade de bater nele. Isso é um absurdo! (L.J – taxista).

Evidencia-se, assim, o nível de comércio instalado em várias cidades brasileiras. Agências de turismo, donos de hotéis, de restaurantes e bares, policiais, motoristas de táxi, empresários, juizes, promotores, políticos, integram uma rede que, organicamente vinculada, auferem consideráveis lucros à custa do comércio de seres humanos.

Quanto a outro ramo do comércio do sexo, a pornografia, os registros institucionais apontam apenas cinco casos em que as adolescentes foram fotografadas nuas, não expressando o que realmente acontece neste âmbito:

A.R, 14 anos, pais separados. Sofre com a ausência do pai, que não contribui financeiramente com o sustento da família que sobrevive com dificuldade. Frequenta festas com um grupo de amigas. Foi fotografada nua na casa de um fotógrafo, seu conhecido; acreditou que seria modelo. Informou que tinha permissão da mãe para tirar fotos. A jovem demonstra cuidado com a aparência. Gosta de escrever versos e piadas no caderno.⁹⁶

Após denúncia, a polícia prendeu o acusado, que informou os nomes das vitimizadas por sua atividade. As adolescentes foram acionadas pela Delegacia especializada no atendimento a crianças e adolescentes - DATA. O fotógrafo era uma pessoa conhecida das famílias das envolvidas.

Torna-se evidente que a exploração sexual, em todas as suas modalidades, tende a ficar impune. No ranking de violação dos direitos humanos associado à exploração sexual, o Estado do Pará tem posição de destaque. O número de processos instaurados relacionados à exploração sexual é inexpressivo, e a condenação, quando acontece, atinge somente os pobres. Quando ocorre a prisão dos poderosos, são libertados, como já citado, por um providencial *habeas corpus*. O nível de impunidade chega ao ponto de cenas de abuso e exploração sexual serem veiculadas por diversos sites, não havendo leis que penalizem os crimes praticados via internet⁹⁷.

Apesar de já terem sido apresentadas ao Congresso propostas visando a alteração desse quadro, não entram em votação, sendo a matéria constantemente adiada, não fazendo parte das prioridades dos representantes do povo brasileiro. Dessa forma o manto da impunidade vai cobrindo mais pessoas e ampliando o raio de atuação dos exploradores.

⁹⁶ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

⁹⁷ Recentemente, hackers que roubaram milhões de contas correntes foram soltos em virtude dessa lacuna na legislação.

GRÁFICO Nº 9

LOCAL EM QUE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS VIVENCIAM A SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL – 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, Pro-Paz e Casa de Passagem.

Como o contexto sócio-econômico, político e cultural não contempla os pressupostos de justiça e equidade social, e, conseqüentemente do *cuidado institucional* com os segmentos em situação de vulnerabilidade, diferentes formas de sobrevivência vão se instituindo, como a mercantilização do corpo de crianças e adolescentes. Na parcela da população privada das condições básicas de existência, a exploração sexual, em tese, se manifesta de forma mais acentuada. São freqüentes as notícias de mães que pactuam ou incentivam este processo e apontam a situação sócio-econômica como determinante para essa sua atuação.

Em Belém, o cotidiano de miséria e exclusão social faz com que a venda do corpo seja vista com naturalidade por parcela relevante da sociedade. Contudo, essa questão precisa ser desmistificada, posto que se encontram nos segmentos mais privilegiados adolescentes em situação de exploração sexual, inseridas nessa teia de relações por outros mecanismos, entre os quais um desenfreado consumismo e a fragilidade das relações familiares. Essas adolescentes não

estão nos garimpos, nas feiras, nas praças, nas ruas, nos prostíbulos, nos registros institucionais, mas sim nos shoppings, nas boates de luxo, nas casas de massagem. Assim, independentemente da classe social, a mercantilização do corpo parece estar a ampliar-se. Com ambientações diferenciadas - de luxo ou de rua -, a venda de sexo constituiu-se em alternativa de sobrevivência e existência, mas também, em certos casos, como um modo de sustentar hábitos de consumo, para um contingente significativo de adolescentes.

A Promotoria da Infância e da Juventude informou, em 1997, a existência em Belém de 114 locais no circuito da exploração sexual; destes, 77 utilizavam crianças e adolescentes. Considerável parcela foi seduzida por aliciadores que fazem disso a sua profissão, auferindo lucros consideráveis.

Em 2003, a FUNPAPA – Fundação Papa João XXIII⁹⁸ – informou o mapeamento de 77 locais, o mesmo total informado, em 1997, pela Promotoria da Infância e da Adolescência. Parece haver aqui um paradoxo, pois os pontos levantados não incluem os “invisíveis”, sendo mapeados os que se encontram visíveis e não os que são escamoteados, que são a grande maioria. Em Belém, e Região Metropolitana, a exploração sexual está distribuída pela cidade. Em todos os bairros existem boates, bares, motéis, feiras, postos de combustíveis, praças, casas de exploração sexual – aparentemente residências familiares –, que servem, camuflada, ou visivelmente, para o exercício da exploração sexual.

Presente em todas as estatísticas desde há muitos anos encontra-se a Praça da República, considerada um dos mais belos pontos turísticos de Belém. Neste espaço, o movimento de crianças e adolescentes é constante, em meio à indiferença da população e das autoridades. Permanecem neste logradouro durante muitas horas, ausentando-se para fazer um programa e retornando em busca de outros clientes. No alvorecer de um novo dia voltam às suas casas. Muitas mães gerenciam a atividade.

Ao mapear os pontos de maior incidência de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, as instituições não avançam nessa diagramação, apontando sempre os mesmos locais, sem uma visão mais ampla do que está acontecendo. Entretanto, desoculte lugares ainda não mencionados nas estatísticas oficiais, retirados, também, dos próprios prontuários das crianças e adolescentes. Elas mencionam, nas entrelinhas, ruas, nome dos locais, dos

⁹⁸Instituição responsável pela execução da Política de Assistência Social em Belém, e, conseqüentemente, pelo CREAS/Comércio. Nos demais municípios o referido programa é coordenado pela Secretária de Desenvolvimento social – SEDES.

proprietários, além do que informaram no momento da denúncia; mas essas informações ainda não estão sendo percebidas e valorizadas, não entraram em circuito. Se as diversas instituições, que estão envolvidas no enfrentamento da violência sexual, articularsem os dados que possuem, certamente o número seria muito maior; mas diante da ausência de conexão os dados tornam-se pulverizados pela ausência de circuito conectivo.

Em vários bairros periféricos de Belém, encontram-se inúmeros prostíbulos clandestinos explorando sexualmente as crianças desde os nove anos, com a conivência das próprias mães. As ruas que circundam esses prostíbulos, onde as crianças residem, são miseráveis: “becos” escuros, estreitos, em que casebres são construídos destituídos de saneamento básico, sem a mínima infraestrutura, proliferando nestes espaços a criminalidade, os tóxicos, as doenças, as agressões e os abusos.

Um outro ponto, esquecido pelas organizações, é constituído pelas transversais da Avenida Almirante Barroso. Neste perímetro encontram-se crianças, adolescentes e mulheres adultas. Dos taxistas que fazem ponto nestes locais, alguns são agenciadores e usuários.

Ao lado de um dos mais famosos pontos turísticos de Belém, o Ver-o-Rio, existe uma comunidade com parcela expressiva de crianças e adolescentes cotidianamente aliciada para práticas sexuais, contando com a cumplicidade dos seus familiares. Ainda na esfera do Ver-o-Rio, um grupo de adolescentes entre 12 e 16 anos, diariamente exerce suas atividades na movimentada rua conhecida como Pedro Álvares Cabral, em frente a uma loja de importados. Dada a proximidade de uma parada de ônibus e de um estacionamento de caminhões, é muito visível o assédio aos e dos transeuntes. No Bairro do Umarizal, principalmente na Avenida Doca de Souza Franco, locus de muitos bares e restaurantes freqüentados pelos segmentos mais abastados, a circulação é freqüente.

Em alguns conjuntos habitacionais, são inúmeros os bares que servem de encontro para adolescentes e clientes; após o acerto do programa, dirigem-se aos quartos situados no mesmo espaço desses estabelecimentos, ou buscam as casas de exploração sexual estrategicamente situadas nas adjacências desses empreendimentos:

M.J, 12 anos, não tem dinheiro para pegar um ônibus. Usa álcool, drogas. Faz parte de uma gangue. Foi levada à exploração sexual por uma prima que também é prostituída. Faz

programas de segunda a sábado nos bares que são pontos de exploração sexual. Policiais fazem acordo com proprietários para não levarem as adolescentes.⁹⁹

R.D, 13 anos, prostituída aos 10 anos, fugiu do lar, onde vivia conflito familiar. Pai alcoólatra e agressivo com os filhos. Usuária de drogas lícitas e ilícitas. Durante dois meses morou em uma casa de exploração sexual nos fundos de um bar. Este empreendimento possuía segurança particular e os policiais avisavam quando ia ter ronda do juizado e do Conselho Tutelar para que as adolescentes pudessem ser escondidas. O ex namorado a encontrou e a tirou do local¹⁰⁰.

Os postos de gasolina, principalmente os localizados na Região Metropolitana de Belém, como Marituba e Ananindeua, constituem-se em campos férteis para essa atividade. Além de clientes em potencial, os caminhoneiros representam a possibilidade de sair da cidade, de buscar novos portos para ancorar os sonhos de uma vida melhor.

Icoaraci, distrito de Belém, tem portos onde atracam os navios estrangeiros, e é neste cenário que o comércio do sexo acontece diuturnamente. Chama atenção o fato dos aliciadores assediarem as estudantes e levaram-nas a este local. Apesar deste movimento, as autoridades encarregadas da defesa dos direitos da criança e do adolescente não empreendem ações para atacar esse comércio. Na orla marítima, é notória a presença de crianças e adolescentes disponibilizando-se a fazer programas. Outras vendem bombons, a um passo da exploração sexual.

O Ver-o-Pêso é uma feira de produtos variados e exóticos, em que há muitas décadas o comércio do sexo acontece de forma camuflada, principalmente à noite. E isso faz com que os desavisados acreditem que já foi erradicado.

Nas áreas ribeirinhas, muitas próximas Belém, onde a miséria é significativa, o comércio sexual é realizado com a conivência dos pais, ou seja, em troca de uma cesta básica, para matar a fome dos filhos.

A questão da exploração sexual, não só em Belém, mas no Estado do Pará, é tão grave que ensejou a presença na cidade do relator da Organização das Nações Unidas – ONU, da Comissão

⁹⁹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹⁰⁰ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI (2003), formada por integrantes do Congresso Nacional que têm a incumbência de investigar a exploração sexual de crianças e adolescentes, considerando que o Estado do Pará constitui-se em um dos principais roteiros do tráfico e exploração sexual infanto-juvenil no País. Esta situação não mudou durante os anos seguintes.

As redes montam um esquema sistematizado e organizado, com tentáculos em todas as modalidades da exploração sexual, envidando esforços para multiplicar e obter vantagens com esse negócio ilícito. Dessa forma, a exploração sexual continua a sua expansão, sofisticando os seus equipamentos em função das exigências da clientela. Para os mais aquinhoados, que podem pagar consideráveis somas por um programa, as agências disponibilizam os bookers com opções; um cardápio à escolha. Pelo telefone, a entrega é sem demora, como um disk pizza.

Os aliciadores organizam-se em micro ou macro quadrilhas, que geram pequenos, médios ou vultosos lucros. São homens que brincam com as suas filhas, mas exploram meninas de nove ou dez anos, participando de uma verdadeira máfia que lucra com o abuso, a exploração sexual e, demais dispositivos concernentes a esse fenômeno.

Enquanto clientes, em potencial, do segmento infanto-juvenil, encontram-se pessoas do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, como já mencionado anteriormente. São freqüentes as notícias veiculadas pela mídia dos que foram flagrados. Entretanto, não obstante o flagrante, a impunidade continua ser corrente.

Belém pode ser considerada uma cidade em que a ausência do *cuidado institucional* aos segmentos prostituídos é acentuada, o que serve de respaldo para os aliciadores. Em quase todos os bairros são encontrados prostíbulos, bares, e pessoas negociando encontros com crianças e adolescentes. Muitas estão famintas, esqueléticas. Quando chegam aos treze ou quatorze anos, já são consideradas veteranas:

A Sra. L S, tem articulação com muitos caras. Do preço do programa fica com 60% e eu com 40%. Normalmente o serviço completo chega a R\$40,00. Num dia considerado bom chego a transar com quatro, cinco caras. Mas tem dias que não consigo nada. Dou uma parte do dinheiro para a minha família e a outra gasto com roupas e drogas. Continuo morando num quarto feio e sujo. Comecei nesta vida com 10 anos (T. V. -14 anos).

Sei que a imprensa anda nos caçando, mas eu estou apenas ajudando essas coitadinhas. Eram esqueléticas, maltrapilhas, passavam muita fome e, hoje, já têm até celular. Por isso faço um serviço de utilidade pública, ajudando essas meninas e a sua família. Claro que tenho que levar uma grana, também, nessa parada, arranjo os caras e elas só têm que abrir as pernas. O trabalho é moleza (D.R- aliciador).

No centro comercial existem os denominados inferninhos, que funcionam nos sobrados durante o dia e no período noturno. São lugares sujos, mal iluminados, com muita fumaça. São freqüentados por meninas desde os doze anos - que usam maquiagem para lhes dar a aparência de mais velhas -, tendo como clientela os feirantes, lixeiros, trabalhadores braçais, que não dispõem de recursos financeiros para pagar um programa mais caro. Quando os proprietários percebem que a imprensa começa a noticiar essa conduta criminoso, ou que vai acontecer alguma blitz policial, criam estratégias que camuflem a permanência de meninas com menos de dezoito anos em seu espaço. As que se encontram nesta faixa etária são as que mais atraem a clientela, sendo denominadas de “sangue novo”, garantindo, conseqüentemente, maiores lucros:

Trabalho em uma boate o dia todo, tenho que beber, fumar e transar com os caras. Eles têm que tomar bastante bebida, senão o dono da boate nos tira de lá. Os quartos ficam no andar de cima e não têm porta, todo mundo vê quem está transando. Cobro de R\$10,00 a R\$20,00 e o dono da boate ainda fica com mais da metade. Detesto esta vida, mas não tenho outra opção. Nem ler sei direito. Meu pai abusou de mim e eu saí de casa. Odeio o meu pai” (T. V - 13 anos).

As meninas estão expostas aos mais variados riscos, como agressões físicas e doenças venéreas. Os clientes dos denominados inferninhos, conhecidos como “puteiros”, em significativa maioria, não admitem manter relações sexuais com camisinha e, contraditoriamente, não querem contrair doenças:

Muitos caras não querem usar camisinha; como preciso de dinheiro para não passar fome, transo assim mesmo. Já peguei muitas doenças venéreas. Falar pra não transar sem camisinha é fácil, eu quero ver se alguém com fome vai escolher. Muitas meninas

morreram de Aids, tenho medo que isso aconteça comigo. Na boate não é permitido recusar, senão apanhamos do cliente e do cara que nos trouxe pra cá (T. V - 13 anos).

Só quem transa com camisinha são aquelas meninas de boates finas, aqui nessas, do povão, não tem esse negócio. Todas as minhas amigas transam sem camisinha. Tem umas que já estão até meio podres de tanta gonorréia. Quando os caras ficam sabendo da situação delas, não querem mais transar. Mas, se eles não querem a camisinha, o que podemos fazer? Às vezes não conseguimos nenhuma grana e transamos com o primeiro que aparece (T. V - 13 anos).

Minha tia fazia o teste do limão pra saber se estava com doença venérea. Colocava o limão na “perseguida”¹⁰¹, se ardesse, era batata, tinha que ir ao médico. Faço a mesma coisa. Sempre procuro transar com camisinha, não quero estragar a minha vida, mas quando estou a perigo não tenho escolha: olho! se parece limpo, arrisco, mas isso não é freqüente. Quando fico preocupada faço o teste do limão (Z.G-17 anos).

Apesar de terem a informação da imperiosa necessidade de usar a camisinha, para que não contraíam doenças letais como a AIDS¹⁰², a sua utilização é descartada quando os clientes assim o exigem, sob a ameaça de deixar de ter clientes e de perder aquilo que é a sua fonte de renda e o seu modo de sobrevivência. As campanhas publicitárias não conseguem, pois, por si sós, atingir a finalidade imediata que é a prevenção, se não forem consideradas as circunstâncias que levam a que seja usada ou não a camisinha:

Quando comecei, o cara que arranjava clientes para mim, trazia uns garotos bonitos, limpinhos, mas isso só foi o começo; agora tenho que transar com velhos, doentes, um bando de caras fedorento, nem tomam banho, uns batem muito em mim e nas minhas colegas. Quando preciso de grana não tenho escolha, transo de qualquer jeito (P.A – 14 anos).

¹⁰¹ Nome com que popularmente se denomina o órgão sexual feminino.

¹⁰² O mesmo que SIDA.

Alguns agenciadores usam como estratégia inicial trazer clientes novos e saudáveis, mas quando percebem que as crianças e adolescentes já se adaptaram, as obrigam a ter relações sexuais com o todo tipo de homem, incluindo os doentes. Se a menina chegar sem o dinheiro daquele encontro, é espancada pelo agenciador. Depois de muita agressão física, a vida dessa menina é marcada pelo tempo da violência, até tornar-se uma rotina.

O sentimento de perda, a dor e a angústia estão presentes quando relatam o seu cotidiano marcado pela fome, violência física e abuso sexual, o que impulsionou a mercantilização dos seus corpos. Muitas vezes este sentimento é mascarado por atitudes que, para um observador menos atento, parece provocação. Algumas levantam a blusa, mostrando os seios, e têm atitudes consideradas obscenas, não só para seduzir quem transita pelo local. Seus gestos simbolizam, também, a contestação em relação a uma sociedade que as exclui e agride.

A mobilização pela subsistência é algo tão forte em suas vidas, que mesmo quando estávamos conversando, seus olhares não desviavam dos carros, nem dos transeuntes. O chamar, o correr atrás dos carros, negociar o preço do programa, entrar no veículo, ou acompanhar o transeunte, ou voltar porque não foi aceita, é como cumprir um ritual de sobrevivência. Para muitas pessoas que vêm a cena, "é uma falta de vergonha". Para elas, é a reprodução de atitudes e atos que lhe foram ensinados, para não morrer de fome. Em pleno século XXI, as pessoas continuam sendo exploradas sexualmente por um prato de comida.

As mães gerenciam também o faturamento das filhas, e este é usado basicamente para alimentação e vestuário. Quando se trata de um agenciador profissional, esse tem sob a sua tutela várias meninas, auferindo lucros consideráveis, mudando radicalmente de vida, normalmente integrando redes organizadas com conexões em todo o Brasil. Neste contexto, a vítima permanece pobre, miserável, dificilmente consegue comprar uma casa e mudar de vida, continua se drogando, sem frequentar a escola. A ínfima parcela que consegue ir para uma boate de luxo normalmente gasta tudo o que ganha, procurando assim compensar uma vida de privações e humilhações:

Fico andando de um lado para o outro, fazendo sinal para os carros, motos, bicicletas, sinto-me cansada. Mas só sei fazer isso. Parei de estudar na primeira série, nem ler sei direito. Chego aqui às 20 horas e às vezes fico até às 4 da manhã. Tem caras que passam e nos chamam de puta, as pessoas nos olham com desprezo, os caras transam com a gente

parecendo um animal. Prefiro não pensar muito no que faço, senão fico deprimida. O dinheiro que ganho levo para a minha mãe que é doente, para alimentar meus irmãos e sobrinhos, gasto tudo comprando comida (J.N – 14 anos).

Na boate as meninas ficam sentadas, fumando e andando nas mesas pra pegar os homens, mas aqui na rua é mais cansativo. Dá uma aflição quando faço sinal para alguém parar e uma vontade de chorar quando alguém custa a parar. É tudo muito rápido, às vezes o cara dobra a esquina, estaciona o carro e faço boquete,¹⁰³ ali mesmo, ou transamos. Moro em um quarto que vive com a luz cortada, pois nem sempre consigo dinheiro, isso me deixa nervosa, porque não quero passar fome, e nem ver meus nove irmãos sem comer. Minha mãe está desempregada. Parei de estudar na segunda série. Minha amiga J.N me trouxe para cá (M. L – 13 anos).

Pessoas se sentindo como coisa e permitindo que ajam com elas como coisas. Homens que utilizam os seus serviços e as tratam como objetos, descartáveis. As organizações assistenciais alardeiam o rastreamento dos pontos em que a exploração sexual camuflada ou explícita acontece, mas não conseguem organizar um conjunto de ações que consiga intervir, de forma compromissada e consequente, junto do segmento infanto-juvenil explorado sexualmente, nem empreender ações preventivas junto dos que se encontram em condição de vulnerabilidade, como uma barreira à situação de exploração sexual. E também não há um combate eficaz às redes de exploração sexual, envolvendo crianças e adolescentes, exauridas pela vida miserável, e que se tornam alvo fácil dos aliciadores e traficantes e da sedução de melhores ganhos.

As casas de exploração sexual existem em praticamente todos os bairros de Belém. Disfarçadas de casa de família, proliferam inclusive nos conjuntos habitacionais, longe do centro da cidade. As aliciadoras, consideradas como amigas, levam para estes espaços as meninas que compõem o seu círculo de amizades:

R.F, 15 anos, prostituída aos 13 anos, informava à mãe que tinha um grupo de amigas que freqüentavam uma casa de exploração sexual onde os clientes prometiam ganhos consideráveis. Na família de R.F existem muitos conflitos familiares. Fica imaginando

¹⁰³ Definição popular para o sexo oral.

todos unidos, passeando e felizes. Os pais discutem com frequência; o pai é muito rigoroso, moralista, mas já traiu a mãe.¹⁰⁴

Mãe denunciou a Delegacia de Atendimento à Adolescente - DATA que sua filha fugiu do lar e está morando com uma cafetina. Foi influenciada por amigas. Usa cigarro e bebida. Envolvimento com gangue. A casa da cafetina abriga várias adolescentes, prostituídas, drogadas, e com envolvimento em gangues. Para o flagrante a mãe acionou o Conselho Tutelar e a polícia especializada – CEPAS, mas a adolescente não se encontrava nesse momento.¹⁰⁵

A mãe de P.L, 13 anos, denunciou que sua filha conheceu uma mulher de 40 anos na porta da Escola, apresentada por uma amiga. A referida mulher reside com uma filha e a neta de dois anos. A adolescente fugiu de casa e passou a consumir drogas (cocaína) e a sair à noite com a filha da referida senhora. Esta agendava os encontros para a filha, para P.L e outras adolescentes que frequentavam a sua casa. Ligava de telefone público e os clientes vinham buscá-las na porta da residência, de carro.¹⁰⁶

Estes exemplos evidenciam que, na ausência do *cuidado institucional*, os *Puçás* se organizam, se multiplicam, se corporificam. Em contrapartida as redes de enfrentamento demonstram a extrema fragilidade das suas interações.

Os relatos enfatizam que crianças e adolescentes exploradas sexualmente gostariam de ter uma vida normal, estudar, trabalhar, namorar, construir uma família. A alternativa, como para qualquer ser humano, é ter condições econômicas, afetivas, emocionais e culturais para o desenvolvimento de uma vida digna, em que a cidadania se faça presente, para que a sexualidade não esteja associada à venda do corpo.

O fenômeno da situação de exploração sexual conduz a outros, em espiral, como o consumo da droga, ou a seqüência de gravidez indesejada da qual resultam filhos, que são entregues às instituições, após denúncias de vizinhos ou apreensão do Conselho Tutelar em virtude do abandono, sendo, posteriormente, disponibilizados para a adoção, quando se esgotam

¹⁰⁴ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹⁰⁵ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹⁰⁶ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

todos os mecanismos visando o restabelecimento de laços. Quando permanecem nas instituições, significativa parcela dessas crianças evade-se, vivendo nas ruas, praticando delitos ou sendo explorada, reproduzindo o quadro vivido por suas genitoras.

No cômputo geral, todas as formas de exploração sexual estão em alta em Belém, em franco processo de negociação da intimidade do segmento infanto-juvenil, que continua não sendo respeitado e valorizado na sua integridade.

GRÁFICO Nº 10

PREÇO DO PROGRAMA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL – 2002 a 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem.

GRÁFICO 11

DESTINO DA RENDA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL – 2002 a 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem.

Em pleno século XXI, crianças e adolescentes, para sobreviver, transformam o seu corpo em mercadoria, num contexto de ausências de *cuidado institucional* e de materialização de políticas públicas eficazes, apesar dos pressupostos de justiça e equidade social que as deveriam guiar. Os excluídos vão criando estratégias de sobrevivência, tendo como uma de suas piores ilustrações a situação de exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Uma dessas estratégias consiste em organizar grupos em pontos chaves da cidade, e estabelecem preços para o serviço disponibilizado ao cliente: R\$20,00 -sexo completo (vaginal, oral e anal); R\$10,00 (tradicional); R\$10,00 – boquete (sexo oral). Entretanto, na maioria das vezes, o sexo é vendido por alguns centavos. Este cenário mercadológico retrata o ser humano “destituído” da condição de pessoa, percebido somente como um corpo, que é usado para o atendimento de suas necessidades de sobrevivência e existência:

Desde que nasci vivo na miséria. Com quatro anos já ia para a CEASA¹⁰⁷ de madrugada buscar restos de verduras e legumes. Aos seis anos, alguns camioneiros já me convidavam para ir para trás dos caminhões para bolinação e me davam alguns trocados que eu dava para minha mãe. Aos nove anos fui abusada por meu pai, saí de casa e me joguei nesta vida. (N. J – 10 anos).

Este cotidiano retrata a exclusão social, a destituição de direitos desde o útero materno, em função da precariedade das interações sociais estabelecidas. Ao nascer, os filhos mal amados do

¹⁰⁷ Central de abastecimento de frutas, verduras e legumes.

sistema capitalista já se deparam com um cotidiano de extrema miséria, sem acesso à saúde, à educação, à habitação, a saneamento básico. Desta forma, sem perspectivas de um futuro digno, significativo contingente da população infanto-juvenil vive a situação de exploração sexual, acreditando ser esta a única alternativa para compensar as carências afetivas e econômicas sofridas:

Mal fui à escola, pois comecei a vender bombons muito cedo, na porta dos cinemas, bares e boates, ficava até de madrugada e tinha que vender tudo senão apanhava muito. Às vezes não conseguia vender e ficava com medo de ir para casa, dormia na rua. Alguns homens me convidavam para ir ao cinema e pediam para eu ficar bolinando, e assim me davam algum dinheiro. Para a cama foi um pulo. Não tinha outro caminho (L.D – 14 anos).

Os despossuídos socialmente dos direitos mais elementares convivem com a exclusão social. Os direitos que na lei lhes são assegurados entram em confronto com uma realidade em que se destaca a desresponsabilização dos gestores federais, estaduais e municipais. O caráter seletivo e compensatório das políticas sociais propicia uma situação de segregação de fato da maioria da população. A política de atendimento vigente não caminha *pari passu* com os postulados do ECA, que concebe direitos e deveres às crianças e adolescentes, sendo que os direitos devem ser assegurados pelo Estado, família e sociedade. Direitos violados tendem a impulsionar a situação de exploração sexual. Não considerando o contexto sócio-econômico e político no qual crianças e adolescentes estão inseridos, sedimenta-se, paulatinamente, a ausência de efetividade dos programas destinados a enfrentar esta questão, para que seja oportunizada a construção de vínculos necessários às transformações sociais, comprometendo-se a edificação da cidadania do segmento infanto-juvenil.

Todo o dinheiro que ganho gasto em comida, não aguento ver os meus irmãos passando fome. Minha mãe pede que eu guarde pra sair dessa vida, mas não dá pra guardar se não temos de onde tirar dinheiro. Meu pai sumiu, minha mãe é lavadeira e ganha muito pouco. Só estudei até a 2ª série, não tenho como sair dessa vida. Todos os empregos querem o 2º grau e assim eu tô fora. Para matar a nossa fome tenho que continuar nessa vida, é o único meio, pois o dinheiro se ganha fácil e rápido (L.D - 14 anos).

Um dia desses, estava almoçando em um restaurante da periferia, quando três crianças disseram que estavam com fome e eu lhes paguei o almoço. Quando terminaram a refeição, uma delas se aproximou e disse que a mais velha – 12 anos, estava perguntando se era necessário transar comigo. Fiquei impactado e disse que não. Percebi então, que aquelas meninas estavam acostumadas a só lhes darem comida se transassem. Que País é esse, que leva essas crianças a essa situação dramática? (Ferreira - Advogado).

Sexo, miséria e fome estão ligados em contextos de opressão. Essas situações são conhecidas e denunciadas sem que providências sejam tomadas, mais uma vez demonstrando a ausência de *cuidado institucional*. A exploração sexual acaba se constituindo em uma estratégia de sobrevivência, ainda que em patamares mínimos, já que não altera substancialmente as condições de vida dessa população. Apenas ameniza, minimamente, a sua condição de miserável, a partir do momento em que lhe permite o acesso à alimentação e ao vestuário, que substitui os andrajos com que cobria o corpo. Neste âmbito, a sexualidade é exercida como uma atividade que proporciona renda, na situação de miséria que é vivida.

Crianças e adolescentes são assim privadas da possibilidade de compreender as etapas de desenvolvimento da sua sexualidade, ou as conseqüências da promiscuidade, da exploração, da violência e das drogas, sem leitura crítica da exploração que lhes é imputada por determinados grupos, que enriquecem com o discurso de que um dia este segmento encontrará a riqueza, o poder. Da vulnerabilidade que daí decorre se alimentam os aliciadores:

Pretendo guardar dinheiro e viajar para os States. Penso em comprar uma boate. Mas a minha família é muito pobre, quase todo o dinheiro que eu ganho dou para minha mãe comprar comida, por isso continuo dura, não guardei nenhuma grana [...] Passo a noite batalhando, vou para casa pela manhã. Não é fácil agüentar estes caras. Gasto todo dinheiro em comida e desde que comecei não passamos mais fome. Durmo a manhã inteira, depois ajudo minha mãe nos afazeres domésticos e olhar os meus irmãos. Às 18:00h volto para a rua e começa tudo de novo(B.C-13 anos).

Quando criança carregava lata d'água na cabeça para os vizinhos, assim ganhava uns trocados. Que humilhação! Não agüentei essa vida. Com 13 anos fui procurar um outro emprego e conheci um cara que me convenceu a transar por uma grana. Passava fome, muita fome, não tive escolha. Depois de algum tempo conheci um cara muito legal. Ele me ajudou e eu consegui sair do quarto caindo, coberto com plástico, em que eu morava, e construir em seu lugar uma casa de madeira nova e coberta de telhas para a minha família (G. P- 16 anos).

Na venda do corpo como estratégia de sobrevivência, crianças e adolescentes são condicionadas a pensar nos ganhos que conseguirão auferir, hoje, para ter a sua fome saciada, ou garantir a alimentação da família, quando os laços com esta ainda não foram rompidos. Para significativa parcela oriunda das camadas populares, o importante é que no dia seguinte tenham o que comer.

Em 1997, Costa enfatizava que Belém era reputada pelos aliciadores, como o paraíso da exploração sexual infanto-juvenil. Em 2001, o programa de enfrentamento à violência sexual foi implantado. Em 2010, o Estado do Pará continua a ser notícia e a ser notificado pela violência sexual.

As crianças nas áreas ribeirinhas, vizinhas a Belém, pegam as suas canoas e remam até onde os navios se encontram, sendo recebidas pela tripulação. Cobram R\$1,00 se o homem usar camisinha e R\$2,00 se ele não usar, porque acreditam que com R\$1,00 a mais podem tomar alguma providência para proteger a sua saúde, se contraírem doenças.

A exploração sexual infanto-juvenil, como foi já observado, ocorre entre adolescentes de diferentes classes sociais. De um lado, as miseráveis atuando nos rios, nas ruas, nos prostíbulos, nos bares, nas casas de exploração sexual, na outra ponta as que pertencem às camadas mais privilegiadas, atuando em hotéis de luxo, casas de massagem, boates da moda, possuindo bookers nas agências. Sob o comando de renomados empresários da exploração sexual, o contingente que é mantido sob sua tutela adquiriu níveis consideráveis de sofisticação. Alguns negam esta atividade, mascarando-a com a fachada de agências de namoro, de matrimônio, de amizade. Outros, acreditando na impunidade, oferecem os serviços das tuteladas através da Internet, tendo como carro chefe a rede conveniada com hotéis, taxistas, agências de turismo e agenciadores estrategicamente colocados nos locais de maior permanência desta população, como, por

exemplo, os shoppings, os concursos de beleza, as boates de luxo, os centros de lazer, para arregimentá-las. No currículo das tuteladas, o marketing é ostensivo: descrição física – à perfeição da deusa Afrodite; especialidade – vorazes, aptas a proporcionar todo tipo de prazer; origem – oriundas de famílias tradicionais; escolaridade – universitárias.

Como a situação de pobreza, por si só, não é o único fator que conduz à situação de exploração sexual, é importante registrar o que motiva adolescentes dos segmentos mais privilegiados a ingressarem nesta atividade. Nos seus discursos, torna-se patente a sua adesão a um desenfreado consumismo, a fragilidade das relações familiares, a violência emocional e sexual, a situação de rejeição e abandono, a opressão:

Ano passado entrei na universidade. Meu pai é comerciante e minha mãe funcionária pública. Na verdade não preciso de dinheiro, mas sim de emoção. Tenho pouco contato com a minha família. Acho que nem prestam atenção no que faço. Normalmente esquecem que eu existo. O que ganho estouro em drogas e roupas de grife (L. J -17 anos).

Os discursos giram em torno destes mesmos temas e evidenciam os diversos matizes que atravessam a exploração sexual, e como, desta forma, o comércio do corpo prolifera. De luxo ou de rua, a exploração sexual não é uma opção deliberada, é uma busca de sentido na vida, nem que seja violentando o próprio corpo, e resultando, muitas vezes, em uma situação de escravidão, uma relação de mando e obediência; mas continuará significando não só alternativa de sobrevivência, mas de existência para uma parcela significativa do segmento juvenil.

Essa postura se sedimenta no cerne de uma sociedade que reproduz os valores de consumo veiculados abundantemente na mídia, associando o respeito ao poder, especialmente o que se obtém através do dinheiro. Advêm, portanto, desse contexto, a “exploração sexual de luxo e a de grife”. Na primeira modalidade, os corpos bonitos, malhados, definem o preço do programa, geralmente envolvendo quantias elevadas, que só podem ser satisfeitas por pessoas de alto poder aquisitivo. A exploração sexual de grife envolve adolescentes dos segmentos privilegiados que enveredam por esse caminho para a aquisição de mais uma roupa de marca renomada, ou como acompanhantes para um fim de semana, sendo o pagamento a roupa desejada. Os relatos enfocam que o prazer que sentem decorre do que pode advir monetariamente da transação, pois com o cliente a relação que se estabelece é de indiferença, apenas são encenados mecanicamente

“carícias e orgasmos”, quando o cliente assim o deseja. Chega ao ponto da total negação das emoções, dos sentimentos:

Não gosto de sexo, faço isso por dinheiro. É uma forma de aumentar a mesada que meus pais me dão. Minhas amigas andam na moda e eu não vou ficar por baixo (M.H – 17 anos).

Para quem se sente desvalorizada, a venda do corpo por quantias avultadas pode significar a valorização. Tem quem cobre R\$ 0,50 (cinquenta centavos), mas há também as que faturam R\$3.000,00, R\$5.000,00, R\$10.000,00, justamente as oriundas das classes mais privilegiadas, catalogadas como modelo, com bookers nas agências; são relativamente famosas. Para quem recebe essa quantia, ela corresponde ao reconhecimento de um valor, em uma sociedade em que a medida desses valor é o dinheiro. As carências afetivas, emocionais, financeiras, a ausência de referência familiar, certamente, vão gerar a busca de completude, mesmo que através da venda do corpo.

Para quem tem como valor fundamental o poder de compra, fazer um programa por R\$10.000,00 e não por R\$10,00 lhe propicia a sensação de valorização enquanto ser humano, não considerando como crucial a mercantilização do próprio corpo através de um serviço sexual prestado a alguém com quem não estabeleceu uma relação de afeto. Essa produção de sentido pode evidenciar que está buscando nesta relação o que não recebeu na infância de um pai, ou de uma mãe que a amamentasse com carinho, lhe dispensasse cuidados essenciais como o banho, a levasse à escola, falasse com ela, lhe desse atenção, a valorizasse. A ausência de afeto induz a essa busca de outras formas de realização constituindo-se em um círculo vicioso que vai propiciar uma ilusão de completude através do envolvimento com um homem que está pagando:

Para mim tudo é uma encenação. Procuro seduzir aquele que acredito ter mais grana, para aumentar o preço do programa. Meus gestos são mecânicos, repetitivos. Às vezes sinto nojo e na maioria das vezes muita indiferença. Enquanto estou ali a situação é de desafio, de conquista, quando termina compro um monte de roupas de grife para esquecer aquelas cenas. Na minha família sempre foi proibido falar de sexo. Cresci sem amor e atenção dos meus pais. Viviam viajando (P.S-17 anos).

Como a estruturação da criança e da adolescente não dá conta de suportar tanto vazio de reconhecimento, de valorização, é empreendida uma fuga, uma sublimação, uma defesa, e a exploração sexual pode ser uma dessas soluções, que parecem mágicas, para tapear a dor. Neste contexto, circula a notícia de que grupos de empresários que saem de Belém e vão para os grandes centros pagam consideráveis somas por um programa com “pessoas consideradas famosas” – Cr\$50.000,00 a 15.000.000, circulando essa informação e agregando à conquista o prestígio acrescido entre seus pares. O status é medido pela quantia desembolsada. A valorização do ser pelo dinheiro é apreendida pela pessoa que se encontra em situação de exploração sexual como uma válvula de escape, em função de suas carências, sejam econômicas, afetivas ou emocionais. Não faz a associação com o fato de estar sendo usada por alguém que a trata como um objeto, como coisa, descartável. Nesta relação de poder não é a jovem que interessa ao homem poderoso. Muitas vezes ele paga consideráveis quantias para manter relações sexuais com uma mulher que tem certa visibilidade, para reforçar o seu ego:

No meio em que vivo conheço inúmeros empresários que disponibilizam uma grana para transar com uma “pessoa famosa”, nem que seja celebridade instantânea, que tenha repercussão por algum tempo. Eu já paguei R\$ 8.000,00 e me senti o máximo. Não acho nada demais, o dinheiro tem que servir para nos propiciar coisas boas e embriagar de prazer e luxúria, caso contrário não vale a pena viver (S. A -54 anos, empresário).

Ao ser indagado se disponibilizaria a mesma importância em dinheiro para algum projeto que atenda crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, respondeu que “isso não é problema meu, o governo é que tem de dar conta disso”.

Independentemente da classe social, os conflitos familiares estão muito presentes nos discursos. A violência física e/ou psicológica, abandono, desamor, negligência, indiferença fazem parte do universo das vitimizadas pela exploração sexual. Enquanto umas tentam preencher a lacuna emocional vendendo-se por alto preço, outras enveredam pelo caminho da venda do corpo para saciar a sua fome e de seus familiares.

A relação entre remuneração e exploração sexual vem se constituindo no “ganha pão” de um segmento populacional que vê nesta atividade a única alternativa de sobrevivência, numa equação cruel entre trabalho e venda do corpo. Por outro lado, há os que incentivam com os seus

discursos e textos a liberdade sexual, acreditando ser uma estratégia de sobrevivência tão digna como qualquer outra e ainda os que apregoam a “legalização” das prostitutas enquanto categoria profissional olvidando que vivenciaram o abuso e a exploração sexual, desde que eram crianças. Neste contexto, a violência e a exploração sexual, tacitamente, vão se institucionalizando, na proporção em que o Estado, representado pelas instituições jurídicas, educacionais e sociais, não promove iniciativas eficientes para enfrentar o problema.

Os discursos que defendem a liberdade para qualquer categoria exercer a sua atividade podem estar a escamotear toda uma prática de exploração da mulher, tornando-a objeto do prazer alheio e não do seu. Os depoimentos enfatizam que essa situação não é prazerosa porque não envolve o lado afetivo, é meramente um encontro para satisfazer o outro, recebendo para lhe dar prazer. As mulheres sentem-se humilhadas e por isso recorrem às drogas para suportar essa situação.

Ao legitimar a prostituição certamente, se estará subscrevendo as condições que contribuem para a situação de exploração. A bandeira da legalização parece estar associada ao desconhecimento dos fatores que estão na origem do comércio do corpo e de como, na sua origem, estas situações dificilmente podem ser consideradas como configurando liberdade ou opção.

Campos, com muita propriedade enfatiza que a atividade escravagista redundava em relações de trabalho e nem por isso a história mostrou que era dignificante no sentido de ser humanizadora, de propiciar liberdade, emancipação. A exploração sexual pode ser encarada de maneira análoga; por isso ela suscita a reflexão sobre se é possível considerar como trabalho e como moralmente dignificante a imposição às pessoas da mercantilização da sua intimidade. A exploração sexual tem um componente destrutivo, a pessoa envolvida é motivada pela condição de pobreza ou pelo incentivo ao ganho rápido. Mas é preciso considerar até que ponto esta atividade humaniza esta pessoa, em que sentido lhe propicia a possibilidade de se tornar emancipada, um ser humano na plenitude do exercício das suas vontades e suas convicções. A maioria dessas pessoas pretende fazer uma receita para depois procurar outra ocupação. Parece, pois, haver a convicção de que não se trata de uma atividade dignificante. A intimidade é enriquecida com a afetividade e a exploração sexual não contempla esta dimensão, já que é constituída pela multiplicidade de contatos físicos. A afetividade envolve outros componentes e as pessoas se humanizam, não simplesmente na atividade sexual, mas na atividade afetiva,

amando a si, ao outro, considerando a si e ao outro, construindo modos de relacionamento em sociedade que não sejam baseados na violência ou na dominação. A intimidade é a esfera da afetividade, e a sua mercantilização é a negação dessa afetividade:

Pela ótica do trabalho dignificante há de se questionar, é um trabalho? Existem outras formas que não seja se violentando, sendo explorada. O trabalho tem que dignificar, é uma das formas que nos diferencia dos animais, ainda que a formiga, as abelhas tenham o seu trabalho, mas o trabalho do homem é de transformação da natureza, de transformação das relações e à medida que trabalha ele também se transforma, tem essa dimensão dialética” (Cristo - Psicólogo)¹⁰⁸.

Os seres humanos devem encontrar condições efetivas para o seu pleno desenvolvimento nos planos econômico, cultural, social, intelectual, político e sexual. Uma mulher, emocionalmente equilibrada, que tem uma profissão e uma situação financeira definida é senhora do seu corpo, da sua sexualidade. Situação totalmente diferente é a daquela que, por uma necessidade econômica, carência afetiva-emocional, relações familiares degradadas e ausência de educação sexual envereda pela exploração sexual, tendo como recurso o seu corpo, que é vendido como se fosse uma mercadoria. Por isso captar o modo como os sujeitos constroem as suas experiências dessa condição é um passo crucial para o que se poderia designar de prevenção e profilaxia da exploração sexual. As histórias de vida das pessoas em situação de exploração sexual precisam ser consideradas para que programas e projetos desenvolvidos pelas organizações assistenciais tenham a possibilidade de efetivar mudanças concretas na vida desse segmento.

Como afirma Theodor Adorno, fazemos parte de uma sociedade de pessoas danificadas. Nessa ótica, dependendo do grau de danificação, o homem paga para atingir o orgasmo com uma menina de 10 ou 11 anos, sem associar essa sua atitude a algo hediondo. Esses homens continuam impunes pela justiça e nem sempre são vistos como “anormais”, sendo banalizada essa situação, por isso seu comportamento vai sendo repetido, fazendo novas vítimas.

É importante considerar igualmente o fato da maioria das pessoas que passou a vida tendo a exploração sexual como condição de sobrevivência não ter conseguido modificar as suas condições de vida, a não ser no elementar para continuar vivendo: alimentação e vestuário. Não

¹⁰⁸ Manuel de Cristo. Desenvolve atividades junto às comunidades vulneráveis. Entrevista concedida à pesquisadora.

dispõem de casa própria, moram em quartos infectos destituídos de saneamento básico e conforto, ou então como agregadas em habitações minúsculas, já que não dispõem de recursos para pagar um aluguel. A saúde está minada, e não conseguem mais auferir renda em decorrência da sua idade e condição geral de existência:

No Grupo de mulheres prostitutas da área central – GEMPAC, atendíamos prostitutas na ativa ou que, sem condições de saúde, haviam deixado a atividade. Mulheres já idosas que passaram a vida na exploração sexual e não tinham absolutamente nada, nem saúde. Moravam em casas de madeira ou então como agregadas, de favor. Muitas estavam doentes com sífilis, desamparadas. (Fonseca - assistente social).

Não desejo essa vida pra ninguém. É horrível ter que receber todo dia um monte de homens que montam em cima como um animal, vomitam e nos tratam com desprezo. Apanhei muito dos caras, me chamavam de cadela, de vagabunda. Tanto sofrimento pra ganhar uns trocados. Hoje nem casa eu tenho, vivo da caridade dos outros, pois não ganho mais nem pra comer (V. J - 60 anos).

No cerne do problema está a questão de que nem todas as crianças e adolescentes dos segmentos pauperizados enveredam pela situação de exploração sexual. Tome-se como exemplo famílias oriundas de um bairro, em que quase 50% das crianças e adolescentes estão sendo exploradas sexualmente ou em situação de risco, conseguirem que suas filhas enveredem por outras atividades, como empregadas domésticas ou babás, exercendo, ainda que de forma tênue, um discreto acompanhamento. Algumas não as deixam se empregar em casas de famílias que tenham muitos rapazes ou em que os patrões não permitam que elas estudem. Convém assinalar, entretanto, que significativa parcela começa a trabalhar antes dos 16 anos – muitas vezes a partir dos 10 anos, o que é proibido por lei, sendo frequentes os casos em que as crianças são abusadas sexualmente pelos patrões. Outras famílias conseguem que seus filhos cheguem a cursar uma universidade, descobrindo novos rumos para suas vidas:

Morava numa área de invasão em um bairro muito pobre, sem água nem luz. Minha casa não tinha janelas, só havia o buraco. Quando chovia nos molhávamos todos. Percebia no

meio da minha pobreza que o meu pai e minha mãe eram muito unidos e nos ensinaram, a mim e a meus cinco irmãos, a pensar num amanhã melhor. Lembro que respeito e solidariedade eram bons exemplos que tínhamos. Eles tinham uma venda de carvão. Eram muito procurados pelas pessoas da redondeza para aconselhamentos e receitas de remédio com ervas medicinais. Todos os serviços de casa eram feitos pela família. Com 15 anos fui trabalhar no centro da cidade como empregada doméstica, mas meus pais vieram conhecer a família com quem eu ia morar e me visitavam sempre. Sentia que eles me amavam e não me abandonavam. Ainda estou trabalhando como empregada doméstica, mas continuo estudando, pretendo ser professora. Tive sorte, meus patrões são legais, mas conheço um monte de meninas com 12, 13 anos que trabalham como doméstica e os patrões não permitem que estudem e às vezes nem dão folga. Com muito sacrifício estamos conseguindo ajeitar a nossa casa. Muitas meninas que moravam perto da minha casa estão se prostituindo, se drogando e participando de gangues. Uma coisa muito triste (V.H.-comunitária)

Os valores construídos em uma família, como a solidariedade, o respeito, a afetividade, mesmo tendo contra o seu equilíbrio emocional uma série de adversidades, como as privações decorrentes da situação econômica, contribuem para que não apaguem a possibilidade do seu cotidiano, e esta se constitui em um elemento impulsionador de novas buscas:

O meu pai adorava ler, lia tudo, livros, jornais. Como não tínhamos dinheiro para comprar pedíamos emprestado na associação de moradores, e na biblioteca da escola. Isso me incentivava a leitura. À noite, na hora do jantar, contávamos para a minha mãe e nossos irmãos o que estava acontecendo. Todos esperavam a hora do jantar para ouvir as notícias. Isso é uma lembrança marcante na minha vida. Hoje trabalho como recepcionista e pretendo fazer vestibular para jornalismo. Ainda moro na área de invasão, mas estamos melhorando. Acredito que a informação é muito importante (M.P.- comunitária).

O cuidado com a relação familiar é imprescindível para o fortalecimento do ser humano, social e emocionalmente; nesse caso, a afetividade funcionou como um elemento de coesão do

grupo, foi potencialmente gerador de perspectivas qualitativas, a partir da estruturação estabelecida entre os membros da família:

Não tínhamos condições de ter boas roupas, frequentarmos boas escolas, uma casa bonita. Meu pai era lixeiro e minha mãe empregada doméstica. Eu era a mais velha de sete irmãos, e desde pequenos frequentávamos um grupo de crianças e depois de jovens na paróquia do bairro; isso impedia que vivêssemos na rua, já que meus pais passavam o dia fora. Quando chegavam se preocupavam em saber o que tínhamos aprendido na escola e que atividades tínhamos feito no grupo da Igreja. Principalmente na adolescência, esses grupos foram muito importantes para nós, pois fazíamos quermesses, visitas às pessoas do bairro, elaborávamos um jornal, tínhamos música, brincadeiras, festa, reunião, isso preenchia o nosso dia a dia e nos dava alento. Ainda estou estudando, pretendo ser professora (F.B. - comunitária).

Na sua história de vida, em função de suas trajetórias pessoais ou coletivas, as pessoas são incluídas ou excluídas na dinâmica da sociedade. Há situações em que se pode estar incluído em determinados contextos e excluído de outros. Mas o contexto que inclui pode proporcionar as estratégias necessárias para que não se enverede por situações que potenciam o risco pessoal e social. É por isso que é forte, no campo da assistência social, a convicção da necessidade do fortalecimento da família nas suas diferentes dimensões para que seja um espaço de acolhimento, de “cuidados”. O comércio sexual infanto-juvenil não se resolve com ações que primam apenas pela remoção deste segmento das áreas em que desenvolve sua atividade, ou mesmo com a tentativa de prisão dos intermediários ou usuários – que através de *habeas corpus* habilmente conseguidos, são soltos. Esta é uma questão que aglutina elementos sociais, econômicos, psicológicos, éticos, culturais, políticos, que precisam ser considerados, na esfera do *cuidado institucional*.

GRÁFICO Nº 12
AGENTE IMPULSIONADOR DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ATENDIDAS – 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, Pro-Paz e Casa de Passagem.

GRÁFICO Nº 13
CUMPLICIDADE DOS FAMILIARES NA SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS – 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, Pro-Paz e Casa de Passagem.

Nos dois gráficos apresentados acima, sobressaem as 89 pessoas que, no âmbito familiar, aparecem como aliciadoras para a exploração sexual. A figura da mãe destaca-se como a principal cúmplice deste processo. Há uma dinâmica familiar que favorece o desenvolvimento desta situação, a partir da injunção: “Vê se pelo menos tu prestas pra isso”.

Nas situações em que o contexto familiar torna-se cúmplice da exploração sexual, esta pode ser a reedição de uma história vivida anteriormente nessa família. Sem um retorno reflexivo aos enredos do passado, torna-se difícil a criação de condições favoráveis à construção de um presente diferente do que conduz à exploração sexual:

Vivo nessa vida desde os dez anos, minha tia me obrigou a entrar nessa vida; meu tio me violentou quando eu tinha sete anos, minha tia me viciou em drogas para que eu pudesse continuar nessa vida e lhe dar dinheiro. Eles não trabalhavam. Usei muita droga, tenho o corpo marcado (R.F. - 16 anos).

Considerável parcela do segmento infanto-juvenil foi estuprada pelo pai ou outro membro da família e inserida na exploração sexual com oito ou nove anos de idade, e isso acontece tanto na zona urbana como nas áreas ribeirinhas. Nestas, devido a condições de extrema miséria, as crianças são utilizadas como moeda de troca: sexo por uma cesta básica, por um farnel, por um pouco de óleo. As meninas são inseridas neste ritual no seu *habitat*; posteriormente, considerável número desloca-se para Belém ou às zonas de garimpo, ou às cidades em que se encontram instalados os grandes projetos, em busca de um acréscimo de renda.

Todas as vezes que chegam navios eu e minhas colegas pegamos nossos casquinhos e vamos fazer aquilo com os marinheiros. Minha mãe diz: vê se arranjam algum dinheiro com os barões. Eu já entendo o que devo fazer. Vi os animais fazendo e minha mãe e meu pai também. Um tio tirou o meu cabaço quando eu tinha nove anos”. Minha mãe sabe tudo o que eu faço (U. B. – 13 anos).

Um dia íamos as três e o casquinho virou, nadamos e chegamos molhadas no navio. Os homens começaram a rir, pois estávamos tremendo. Depois começaram a nos agarrar”. Meu pai tirou o meu cabaço quando eu tinha oito anos. Continua abusando de mim e manda eu arranjar dinheiro com outros homens (L.H. – 11 anos).

Existia um coronel que colecionava cabaços. Por R\$50,00 fui vendida para ele. Meu pai disse que não tinha nada demais, o importante é que tivéssemos o que comer” (N. L. – 10 anos).

Alguns homens são conhecidos como colecionadores de “cabaço”. São os que violam um maior número de meninas virgens. A menina que foi violentada, trocada por uma cesta básica,

que teve o hímen rompido pela violência é colocada no cotidiano como coisa e interioriza que não passa de coisa, descartável, evidencia o entorpecimento da sua dor e a alienação da sua condição de sujeito de direitos.

Não é exigido muito do menino, mas à menina é imposto que contribua com uma renda para a família ou para os seus responsáveis, não importando o que ela sente. O que interessa é que aquele corpo está sendo útil em termos de rendimento para a família, está sendo um corpo dócil:

J.M., de 14 anos, informou que desde os 10 anos era obrigada a se prostituir diariamente pela própria avó de 62 anos, mantendo aproximadamente cinco relações sexuais por dia. Os agressores pagavam de R\$20,00 a R\$30,00, sendo que juntava R\$ 100,00 e entregava à avó, ficando apenas com o dinheiro da merenda do colégio, que era de R\$1,00 a R\$2,00. Os encontros com os exploradores aconteciam na maioria das vezes na casa deles, mediados pela avó. Quando retornava sem dinheiro, a avó a agredia física e psicologicamente. Afirmou que os familiares se beneficiavam com esse dinheiro e sabiam que ela era explorada sexualmente por ordem da avó. Este fato só foi descoberto porque J. M. foi atraída por um zelador de um hotel no local em que mora que lhe ofereceu R\$10,00 para manter relações sexuais com ele no banheiro. Um vizinho da adolescente a viu e a seguiu, suspeitou e chamou a polícia. Foi quando ela contou à polícia a convivência da avó.¹⁰⁹

L.B., aos 11 anos, começou a ser explorada sexualmente pela cunhada, F.P., que a levava aos motéis. Além de agenciar os encontros, F.P. assistia às relações sexuais. Ficava de posse do dinheiro do programa, em torno de R\$70,00, do qual L.B. nada recebia. F.P. alicia crianças e adolescentes e a polícia tem disso conhecimento. Atualmente, L.B. tem 13 anos, reside com os avós paternos, continua sendo aliciada, abandonou a escola. Os pais são separados e também usuários de drogas. O pai constituiu outra família e não se relaciona com a menina”.¹¹⁰

¹⁰⁹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente

¹¹⁰ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

Meninas que são criadas por avós, tias, cunhadas que estão na condição de responsáveis por elas também são freqüentemente exploradas por estes familiares. Neste circuito familiar destaca-se a mãe. Significativa parcela de crianças e adolescentes, quando obrigada pela família, ora mantêm uma atitude submissa sufocando os seus sentimentos, ora manifestam todo o seu rancor, e quando isso acontece fogem de casa, elegendo a rua como o seu lar, envolvem-se com drogas e cometem atos infracionais.

- *A Mãe: cenas de um cotidiano opressor*

C.L., 15 anos, 8ª série, pais separados, explorada sexualmente pela mãe, J.M., que a obrigava com ameaças de morte, levando-a a diversos pontos de exploração sexual em que a apresentava como sua colega. Ficava com todo o dinheiro que a filha auferia com esta atividade. Apesar disso, C.L. passava fome, pois sua mãe não adquiria gêneros alimentícios. Na geladeira só havia água. O pai pagava pensão alimentícia, mas a mãe não investia na filha, e dizia-lhe diariamente: “Vai te virar e arrumar dinheiro”. Quando C.L. estava cansada e não queria sair com a mãe, esta a agredia e a ameaçava dizendo que a mataria e jogaria seu corpo na vala para não ser encontrado. Apesar de ter um namorado, sua mãe proibia os encontros, como garantia de que a atividade mercantil continuasse. Não freqüentava a escola diariamente porque sua mãe a impedia. Quando escutava de sua mãe: “Vai te arrumar que nós vamos sair”, entrava em desespero, pois era a senha para ser explorada. Quando mantinha relações sexuais com os clientes queria que tudo acabasse o mais rápido possível. Como consequência da situação engravidou e submeteu-se a um aborto por exigência da mãe. Não suportando mais a opressão fugiu, procurou o pai a quem informou o que estava acontecendo com ela. Este denunciou ao Conselho Tutelar, que a encaminhou ao programa especializado. No atendimento, em companhia do pai, a adolescente enfatizou: “Agora vou começar do zero. Vou residir com o meu pai”. A adolescente não pronuncia a palavra mãe; menciona o nome da genitora. Demonstra abatimento e diz não gostar de lembrar do que passou. Está apresentando dificuldade na escola e ansiedade em função do lento processo judicial contra a mãe. Deseja que a mãe seja presa¹¹¹.

¹¹¹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

Os que deveriam proteger e garantir a sobrevivência da família, contraditoriamente, assumem o papel inverso. Neste relato, torna-se patente que, após a separação dos pais, a filha se tornou inteiramente dependente da mãe, e o medo do abandono a condicionava a obedecer cegamente às suas ordens, permanecendo num circuito de dominação e opressão, suscetível às ameaças maternas. A situação tornou visível a extrema fragilidade da sua constituição emocional e a sua acentuada submissão à vontade da mãe. A escola também não percebeu a opressão vivida. Apesar da denúncia, a menina continua sendo vitimizada, pois nem em termos normativos esta situação foi encaminhada, apesar do ECA dispor que os pais que negligenciarem os seus filhos estarão sujeitos a uma pena de três anos, e, neste caso, a mãe é também aliciadora. Isto dificilmente é viabilizado, a não ser quando há flagrante. Esta situação está trazendo angústia e tensão a C.L, que manifesta revolta e desejo de que a mãe seja punida por todo o sofrimento que viveu. Apesar do inquérito ter sido instaurado, a morosidade continua sendo a marca principal do processo. Os sentimentos manifestados pelas meninas em relação a suas famílias retratam bem essa situação: medo, raiva, revolta, conformismo, abandono, solidão, culpa:

A adolescente D.A. odiava a sua mãe, mas tinha que passar o fim de semana com ela, para não ficar na instituição. A mãe a recebia com muita frieza, hostilidade, agressividade. Colocou-a para ser explorada, pois tinha que render alguma verba para a família, fosse na situação de exploração sexual ou através de roubo. Ela tinha muito revolta. O cotidiano era mesclado pela violência, agressividade, desamor. Um outro caso era de apatia total. Ela era do Baixo Amazonas, interior do Pará. Foi trocada por um farnel, e depois empurrada à exploração sexual (Fonseca - assistente social).

A dificuldade das instituições, no contexto das práticas sociais, trabalharem essas questões torna-se evidente, pois no caso de A.D., ela era praticamente empurrada para passar o fim de semana com a mãe, mesmo que a odiasse, já que era um procedimento institucional. Encontrava-se abrigada, em função da situação de risco, mas não estava sendo alvo de “cuidados” por parte da instituição. Por outro lado, a atitude de sua mãe expressa as situações de perigo para as crianças que podem acontecer quando a família não é priorizada na materialização das políticas sociais:

N.G. e L.M., respectivamente, 13 e 12 anos, pai alcoólatra, mãe T.P., de 40 anos, cega, sem renda fixa, cuida de mais cinco crianças, suas netas. Mãe acusada de aliciar as duas filhas para o Sr. G. R., 79 anos, aposentado. A filha do referido senhor confirmou que já viu as duas meninas se escondendo embaixo da cama e com ele na rede. Mãe nega o ocorrido. Diz que põe a mão no fogo por G.R. Meninas confirmam o envolvimento da mãe e informam que outras meninas frequentam a casa do referido senhor.¹¹²

F. K relatou que desde os 15 anos sua mãe a obrigava a manter relações sexuais com o Sr. R. J., residente no Estado do Maranhão. Em troca sua mãe recebia alimentos e dinheiro, pois o referido senhor é comerciante. Foi-lhe imposta a exploração sexual, quando sua genitora ficou sabendo que não era mais virgem. Era obrigada a ir a casa do abusador durante a noite e sair às cinco horas da manhã para que os vizinhos não a vissem. A exploração durou um ano. Juntou dinheiro, comprou passagem e veio para Belém. Genitora ameaçou a senhora com quem está morando de denunciá-la por rapto; a referida senhora procurou o Conselho Tutelar. Sentimentos de raiva, revolta e dor em relação às atitudes da mãe, angústia.¹¹³

O trabalho doméstico infanto-juvenil é, como foi já referido, uma realidade bem presente em Belém. Disso se aproveitam algumas mães para escamotear a exploração sexual de suas filhas:

À orientadora pedagógica da escola em que estuda, N.P., 12 anos, confidenciou que sua mãe a mandava à casa de um senhor que dizia ser seu padrinho, V.D., prestar serviços domésticos. Inicialmente era presenteada em troca de carícias. Posteriormente este violentou-a, aos 11 anos e ficou mantendo relações sexuais diariamente; lhe dava algum dinheiro que era entregue à genitora. Como os vizinhos começaram a comentar, a mãe informava que era apenas o padrinho. A partir do abuso sexual foi induzida a envolver-se sexualmente com homens e mulheres, que frequentavam a casa do referido senhor, em que

¹¹² Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹¹³ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

também outras meninas se encontravam. A mãe de N.P. foi avisada do ocorrido pela orientadora pedagógica, mas enfatiza que a filha está mentindo, apesar desta já ter lhe contado. Como a escola fez a denúncia ao Conselho Tutelar, este pressionou a mãe para que comparecesse ao projeto, junto com a adolescente, o que não foi viabilizado. Apesar da acusação de vender a filha, a mãe permanece em liberdade e sem nenhum atendimento no espaço institucional. O pai é pastor evangélico, continua morando na mesma casa que a esposa, mas mantém-se à parte da situação. N.P apresenta a “fantasia” de família feliz, lar com amor e carinho, ser amada. Tem medo de morrer jovem. Apresenta envolvimento com gangues. É usuária de drogas¹¹⁴.

K. S, 12 anos, começou a ser explorada com 11 anos. Foi abusada, com violência, por um vizinho. Quando contou à mãe esta respondeu: “Não posso fazer nada”. Pai alcoólatra, violento, cardíaco. Mãe autorizou a adolescente a morar com o cabeleireiro O.J. para realizar trabalhos domésticos, que se constituía em uma estratégia de exploração sexual. O contrato foi de R\$ 50,00 por semana... R\$50,00 o programa. K.S. ainda não menstrua. Tabela de K.S: boquete R\$10,00; transa completa R\$ 80,00. É o que cobra, o que gostaria de ganhar, mas na maioria das vezes recebe R\$ 5,00 ou R\$ 10,00, ou é enganada, ficando sem nada receber. Mãe não compareceu à entrevista na instituição.¹¹⁵

- *E as situações se reproduzem...*

D.A. e D.E., respectivamente de 13 e 14 anos, anteriormente vendiam bombons, atualmente são usuárias de drogas e praticam pequenos furtos. Inseridas na Medida de Liberdade Assistida¹¹⁶ por causa do flagrante do roubo de um colar. Moram, com a mãe, L.I., desempregada, e o padrasto, também desempregado, nos fundos da casa da avó. Vivem de cestas básicas. Mãe apresenta várias tatuagens pelo corpo; já foi presa, por pouco tempo, acusada de negligência e incentivo a exploração sexual das filhas. D.A. e uma amiga foram convidadas para juntas fazerem um programa pelo qual receberiam cada uma R\$ 5,00. O cliente só pagou uma, e a amiga de D.A. denunciou o caso à polícia que prendeu o cliente e

¹¹⁴ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹¹⁵ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹¹⁶ Medida destinada ao adolescente que comete ato infracional considerado leve. Durante seis meses é seguida por uma equipe interdisciplinar. Tem um orientador que acompanha o seu desenvolvimento.

a mãe de D.A., L.I. O referido foi solto com a interferência de um advogado que também contribuiu para a liberação de L.I. da prisão¹¹⁷.

As mães negam as acusações, quando atendidas institucionalmente, pois sabem que ao admiti-las podem ser presas. Os processos tendem, assim, a arrastar-se morosamente. Isso fez com que a adolescente C.L. ficasse estressada, pois quer a punição da sua mãe, o que ainda não aconteceu.

Transformar esse conjunto de situações requer conhecer a história dos sujeitos envolvidos nessa relação e para isso é necessária a criação de metodologias voltadas à dimensão sócio-econômica, política, ética, cultural, emocional dos atores. Porém, o que continua sendo instituído calca-se em uma dimensão formal, na racionalidade burocrática, olvidando-se a subjetividade dos membros da organização familiar e os elementos constitutivos da dinâmica da comercialização do corpo. Sedimentam-se em práticas na premissa de que a família é a célula base da sociedade, não se descortinando as graves questões sociais e emocionais que surgem e se intensificam no cotidiano familiar.

Nesse contexto, é notória a presença, ainda que de forma escamoteada, de algumas mães e pais das adolescentes, que se encontram em situação de exploração sexual. Os ganhos auferidos são administrados por esses familiares para a aquisição de roupas e a alimentação. Também montam pequenas vendas com o dinheiro arrecadado. As adolescentes não estudam, pois passam a noite inteira nestes locais e dormem no período diurno. Continuam morando em áreas de ocupação:

Está difícil arranjar emprego para adulto, não gosto de trabalhar como empregada doméstica e é só isso que me espera, pois não pude estudar. As minhas filhas são bonitinhas, novinhas, cheirando a leite, fazem uns programas e garantimos a comida e a roupa. Pobre não tem escolha, tem que ralar (L. M. - 30 anos).

Aqui é melhor, não é preciso o cafetão arranjar clientes para as meninas; eles são safados, as meninas transam e eles ficam com a maior parte do dinheiro. Nós é que vigiamos; o negócio fica em família (P. S. - 29 anos).

¹¹⁷ Elaboração da pesquisadora a partir do prontuário da adolescente.

Elas (as mães) acham que é muito bom, mas para a gente não é nada bom. Mas a gente tem que fazer porque elas dizem que é melhor assim do que passar fome (M. S. -12 anos).

Significativo contingente de famílias encara de forma aparentemente “natural” a exploração sexual de suas crianças e de suas adolescentes. Entretanto, percebe-se que este grupo de famílias está imerso em um conturbado quadro no que toca aos papéis de mãe e de filha, as suas fronteiras, e as suas responsabilidades. Através da dominação, as mães impõem as regras de sobrevivência, tendo a exploração sexual como sustentáculo dessa opressão. Sedimenta-se a inversão de responsabilidade. A mãe, que deveria estar protegendo e provendo economicamente o lar, estabelece uma relação de colegas, com afrouxamento da referência a princípios morais. Algumas mães podem estar reproduzindo um legado familiar: “Vocês vão trabalhar, mas se não ganharem dinheiro, vão ser putas”.

A força do legado familiar é muito forte. A mãe pode tê-lo recebido de uma avó, que também já o tinha vivenciado. Quando são estudadas as relações transgeracionais estabelecidas nas famílias, torna-se perceptível que estas “perdem o controle”, na terceira e na quarta geração. Se for feito um inventário dessa organização familiar, alguém viveu uma história parecida de exploração sexual. A história dessas meninas pode ser uma reedição dessas experiências de gerações anteriores:

Por muitos anos vivi na vida¹¹⁸, depois encontrei o pai dessa menina (Z.F) que resolveu morar comigo. Há cinco anos ele me trocou por uma vagabunda. Não é fácil pobre viver, ninguém vem ajudar. A minha mãe vivia na zona,¹¹⁹ eu me criei aos trancos e barrancos, cansei de ver ela transando. Com oito anos fui estuprada, minha mãe nem ligou, acho que até gostou, porque assim eu poderia também ganhar dinheiro. Se pudesse escolher até que queria que minha filha estudasse, mas iríamos todos morrer de fome. Fazendo programas elas são mais felizes (F.G. – 36 anos).

¹¹⁸ Viver na prostituição.

¹¹⁹ Conjunto de ruas com maior afluência de prostitutas.

Há casos de repetição da exploração sexual ao longo de três gerações numa família: a avó prostituta monta um bordel na sua residência; as três filhas, desde crianças, conviveram com aquela situação e com 12 anos seguiram o caminho da mãe. Hoje já têm filhas que estão percorrendo a mesma trajetória. A avó continua gerenciando o empreendimento sem ser incomodada pela polícia ou pelo Conselho Tutelar.

As situações se repetem, se não houver mecanismos que interrompam o ciclo. Por outro lado, há as mães que almejavam outro futuro para suas filhas; entretanto, estas enveredaram pela situação de exploração sexual, premidas pela situação econômica, pela fome e pela possibilidade de tentar um futuro melhor:

Não desejei para a minha filha essa vida. Desde pequena ela era diferente da irmã: uma era quietinha, ajudava os vizinhos fazendo mandados e recebia alguns trocados, mas a outra era rebelde, detestava pobreza, logo debandou, quando vi tinha caído na vida. Chorei muito quando fiquei sabendo, mas ela não quis saber de conselhos. Disse que fome não ia passar mais. A vantagem é que ela soube se dar valor. Nunca transou com pobre, só com gente de bem. Melhoramos de vida, tive que aceitar o que ela decidiu. Ainda bem que a outra casou na igreja, tem uma família (R.D. – 39 anos).

- *Relações de vizinhança*

A fragilidade das relações familiares causa uma desproteção que, transgeracionalmente, vai se repetindo, tornando vulneráveis crianças e adolescentes, e induz a uma outra forma de aliciamento, que identifiquei no decorrer desta pesquisa, ainda não capturada de modo adequado pelas organizações assistenciais: mulheres se instalam em determinadas comunidades, marcadas pela pobreza e pelo abandono, tornando-se vizinhas; aliciam as crianças para pessoas que possuem uma boa renda, desde aposentados até profissionais liberais com escritórios de advocacia montados no centro da cidade. Contando com a crença da família nas suas boas intenções ou com a negligência explícita desta, envolvem o segmento infanto-juvenil em um cenário de sedução. Chama atenção o fato destes exploradores terem acima de 70 anos e de inúmeros casos serem atribuídos aos mesmos aliciadores e aos mesmos exploradores. Vejamos o caso do senhor V.P., 70 anos, advogado, que contou com a aliciadora N.G., que lhe levou 10

crianças; o número real é certamente maior, mas somente esses casos foram denunciados. São meninas que residiam no mesmo bairro e na mesma rua:

Conheci N.G. quando eu tinha 10 anos. Ela era nossa vizinha. Morava com a irmã e o cunhado, em uma casa de propriedade do meu padrasto. Disse que seria minha amiga para sempre. Sempre pedia para a minha mãe para eu ir passear com ela. Primeiro me levava para o shopping, depois começou a me apresentar uns homens mais velhos, disse que eu ganharia muito dinheiro transando com eles. Ela pegava o carro deles junto comigo, ia na frente, eu ia escondida, embaixo do banco para o porteiro do motel não ver. Depois ela me encontrava e eu tinha que dar todo o dinheiro para ela. Depois passou a me levar ao escritório do seu amigo, V.P., que fazia um monte de coisas comigo (atos libidinosos). No escritório tinha bolo, refrigerante, muita coisa. Fazia isso, também, com minhas amigas do bairro. Quando eu não queria ir ela me ameaçava, dizia que ia contar para a minha mãe que eu tinha um namoradinho, eu ficava com medo de apanhar da minha mãe. Dizia também que ia matar a minha mãe. Eu contei para a minha mãe, que ela estava me ameaçando e me mandando roubar coisas de casa. Ela denunciou ao Conselho Tutelar. Todo mundo na rua ficou sabendo. Mudamos de bairro, voltei a estudar, quero ser estilista ou médica” (B.J.-14 anos).¹²⁰

N.G. me levou ao escritório de V.P., que anotou o dia do meu aniversário para me dar presentes. Me deu R\$ 10,00 e pediu que eu não contasse para ninguém. Algumas vezes eu ia só e em outras levava também outras meninas para ganhar presentes “ (M.A. - 12 anos).¹²¹

Minhas duas filhas, de 12 e 14 anos, foram aliciadas por N.G. e pela irmã dela. Eram levadas para um escritório no centro da cidade, onde um senhor de 70 anos, V.P., praticava um monte de coisas com elas, atos libidinosos e sexo oral, em troca de dinheiro e presentes (R.A. – 28 anos)¹²².

¹²⁰ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹²¹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹²² Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

Mãe denunciou que sua vizinha N.G. levava sua filha ao escritório de V.P no centro da cidade. Ela foi a primeira criança a ser levada. Depois de abusada passou a ter relações sexuais com ele, em troca de R\$ 30,00 (C.V. – 33 anos)¹²³.

N.G. e sua irmã estão foragidas, levaram inúmeras crianças do mesmo bairro e da mesma rua para serem abusadas por V.P., que está respondendo num processo em liberdade. Contratou um advogado de renome. Outras vizinhas continuam desafiadoramente desenvolvendo as suas atividades e ameaçando as suas subordinadas:

Com 11 anos conheci uma mulher, casada, bem mais velha do que eu (35 anos), minha vizinha. Ela também tinha uma filha e fiquei amiga das duas. Falei pra ela que gostaria de ter as minhas coisas, pois eu não tinha nada. Ela disse que tinha um trabalho para mim, que bastava eu transar com uns homens que freqüentavam a casa dela. O quarto para transar ficava nos fundos. Assim eu comecei. Ganhava R\$15,00 e tinha que dividir com ela. Eu ia de manhã e ficava esperando os caras aparecerem. Eram uns fumados. Eu transava em um quartinho na casa dela. Tinha nojo, fazia porque ela mandava e porque precisava de dinheiro. O cara melhor que eu conheci me levou para o Motel, e toda semana dizia que queria transar comigo. Durante anos fiz isso. Um dia nós brigamos, pois ela me acusou de ter roubado um celular. Eu disse: “Sou puta, mas não sou ladra”. Ela queria me matar com uma faca. Os outros vizinhos me salvaram. Depois foi feita uma denúncia anônima para o Conselho Tutelar de que ela explorava um monte de meninas. Quando chegou o chamado da delegada ela me ameaçou, disse que se eu contasse a verdade me mataria e também minha família. Fiquei com medo e disse na Delegacia que era tudo mentira. Depois ela me agrediu com uma faca, me furou e me ameaçou se eu complicasse a vida dela na Delegacia. Hoje participo do Projeto Arte de Viver em que confecciono bonecas; voltei à Delegacia e contei a verdade” (A.M – 14 anos).

A maioria das mães não trabalha, mas mesmo assim não percebe o que estava acontecendo com suas filhas. Não procuraram conhecer as vizinhas, e qualquer convite para levar as filhas

¹²³ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

para passear era aceito. As meninas exploradas por V.P., ganharam rótulo na rua de "meninas que recebem dinheiro do velho". Isso fez com que a família de B.J. mudasse para outro bairro. As vizinhas se aproximam justamente de meninas que têm laços familiares fragilizados. Ao ser questionada sobre se não percebera o que estava acontecendo com sua filha, a mãe de B.J. declarou:

B.J. sempre teve tudo. O padrasto procura dar o melhor para as minhas filhas. Comecei a perceber que havia alguma coisa errada quando minha vizinha passou a dar presentes caros para B.J., sapatos e roupas de marca. Também começou a sumir coisas de casa: dinheiro e celular. Fiquei muito abalada com o que aconteceu com a B.J., bati muito nela, mas não quis denunciar L.G. A minha irmã é quem denunciou, porque ela inventou para o meu marido que eu traía ele. Fiquei com medo de que ela continuasse a me caluniar e o meu marido me abandonasse. Ela também disse um monte de mentiras sobre a minha filha, tivemos até que nos mudar para outro bairro, pois minha filha era apontada na rua, foi uma vergonha. Ela disse que a minha filha transava até por R\$ 10,00.¹²⁴

Enquanto algumas mães denunciaram, ainda que tardiamente, o que estava acontecendo, outras pactuam e estabelecem aliança com a vizinha:

Meus pais são separados. Fui criada pelos meus avós e quando tinha cinco anos meu avô fazia aquilo comigo. Ele me dava R\$0,10 e bombons. Quando eu tinha 10 anos, minha avó me pegou no banheiro com ele e me expulsou de casa. Fui morar com a minha mãe, M.O., que é prostituta, e com minhas duas irmãs, 16, 17 anos, também prostitutas. Não tínhamos aonde morar, conseguimos abrigo com uma vizinha, T.N., 42 anos, tia do namorado da minha mãe{...}.Desde os 11 anos tenho que me prostituir em festas e na rua, para sustentar as 17 pessoas da casa onde moro. As pessoas só se alimentam quando eu chego. Ficam me esperando, por isso não posso ficar sem dinheiro, gasto tudo com comida para eles, e lanches para mim. A Sra. T.O., diz que este é o meu trabalho, e por isso saio todas as noites. Tive um namorado que é ladrão e está preso. Hoje namoro um outro rapaz que também é ladrão (Z.F. – 15 anos)¹²⁵

¹²⁴ Id.

¹²⁵ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

Z.F. está fora da escola. Apresenta problemas ginecológicos, mas não vai ao centro de saúde. Já fez dois abortos. Seu aspecto é de extremo desleixo, às vezes passa dois dias sem tomar banho. Quando pergunto sobre os seus planos para o futuro, diz que gostaria de ser professora, mas não acredita que consiga realizar esse propósito. Quando a incentivo, sorri e pergunta: “A senhora acha que é possível?” Age como se tudo lhe fosse impossível. Desenhou uma casa apenas com uma janela fechada. No que deveria ser a porta, desenhou uma pessoa sozinha, e na janela escreveu o nome de uma criança de um ano, por quem nutre imenso carinho, filha de uma das pessoas da casa onde mora.

A mãe de Z.F. apresenta aspectos de negligência e apática, e mesmo sabendo da situação da filha afirma não poder fazer nada. Quando questiono porque não provém o sustento das filhas adolescentes, diz que não encontra emprego, mas também não o procura. É analfabeta. Apresenta aspecto bem cuidado, em franco contraponto ao de Z.F.

Neste complexo panorama da exploração sexual permanece a figura do aliciador tradicional, aquele que faz plantão nas festas, nos bares, nas escolas, nos shoppings, nas ruas, à espreita de uma vítima. É sagaz e observador, sabe o exato momento em que deve se aproximar e chama a si as crianças e as adolescentes, em situação de vulnerabilidade, prometendo-lhes a saída da fome e um nível de vida melhor através da venda do corpo. Identifiquei nos prontuários e nas entrevistas com as adolescentes exploradas sexualmente 36 aliciadores apontados pelas meninas, sendo 17 do sexo feminino. Nenhum se encontra preso:

Os aliciadores M.J. e Y.Z. agenciam cerca de 10 adolescentes na faixa etária de 12 a 14 anos, submetidas a programas com caminhoneiros, que freqüentam um dos postos de gasolina da cidade, a partir das 20:00h das sextas, sábados e domingo. O programa custa R\$50,00. Deste total, R\$40,00 é para o aliciador e R\$10,00 para a adolescente. Os aliciadores ameaçaram matar a família de M.J. caso fossem novamente denunciados¹²⁶.

Q.K., 12 anos, foi criada pela avó, que reside no interior do Estado, desde que nasceu. A mãe permanece na residência em que é caseira. Pai abandonou a família e não a ajuda financeiramente e nem afetivamente. Q.K. pratica sexo grupal. O aliciador T.A. fazia a lista

¹²⁶ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

dos que participariam do sexo grupal, normalmente em torno de 16 rapazes e só Q.K. do sexo feminino. Outras vezes, ficava no quarto e entravam um por um. Em alguns momentos tentou desistir, T.A. não permitia e a ameaçava de morte.¹²⁷

Apesar das denúncias, T.A., M.J e Y.Z continuam impunes, porque não houve flagrante. Mas, quando este ocorre, os aliciadores são favorecidos por um *habeas corpus* e pela inércia das autoridades. Neste caudal de impunidade, o enfrentamento à exploração sexual não se materializa, eficazmente, em virtude da ausência de *cuidado institucional* em todos os âmbitos. Agudiza-se este cenário em decorrência do segmento infanto-juvenil não ter orientação e formação sexual que lhe permita posicionar-se contra o assédio.

3.1.2 – O afeto do avesso

GRÁFICO Nº 14

DIMENSÃO SÓCIO-AFETIVA PRESENTE NA VIVÊNCIA DOS RESPONSÁVEIS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL- 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, Pro-Paz e Casa de Passagem.

GRÁFICO Nº 15

CARACTERÍSTICAS REPRODUZIDAS PELOS RESPONSÁVEIS NAS VIVÊNCIAS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL- 2002 A 2007

¹²⁷ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem.

As histórias dos/das responsáveis pelas meninas envolvidas na exploração sexual são marcadas por um processo ora de negligência, ora de violência, configurando formas particulares de dominação. O conhecimento dessas histórias, permitindo o acesso a sentimentos amordaçados que convergem para diversos conflitos, entre os quais os familiares, e que obstaculizam mudanças, é a condição para qualquer intervenção que pretenda modificar valores e atitudes que contribuam para uma vida mais digna. Por enquanto, as situações continuam a se reproduzir, ancoradas na frieza de práticas centradas em uma racionalidade burocrática:

Fui violentada pelo meu padrasto dos sete anos aos dezessete anos, quando tive minha segunda filha do meu namorado, pai também da primeira. Desde a primeira vez que ele abusou de mim contei para minha mãe o que tinha acontecido, ele fez a mesma coisa com a minha irmã, mas ela disse que se tivesse que escolher entre as filhas e o meu padrasto escolheria ele, pois era quem nos sustentava. Quando comecei a namorar, o meu padrasto me batia muito. Quando estava gestante de minha primeira filha, com 15 anos, ele me batia durante a gravidez, e no resguardo e continuava abusando de mim. O mesmo problema aconteceu com a minha segunda filha, na gestação e depois. Cansada desta situação ameacei denunciá-lo; minha mãe falou que se eu fizesse isso nunca mais me daria um grão de feijão. Resolvi ir embora para Macapá e deixei minha filha com eles. Minha mãe morreu e meu padrasto levou minha filha para uma amiga dele que a maltratava muito. Consegui encontrá-la e a trouxe para morar comigo. Ela tinha cinco anos. Hoje estou separada, tenho

um outro companheiro que trata muito bem a minha filha, que foi prostituída por uma vizinha. Bati muito nela, mas hoje já estou me controlando¹²⁸ (I. V. - mãe de B.J.).

Pai e mãe ficam fora de casa e não demonstram interesse acerca do que acontece com a filha, mesmo esta chegando com dinheiro, alcoolizada e drogada. Não emitem preocupação pelo que ela pode estar fazendo no seu cotidiano.¹²⁹

Fui entregue a um casal para ser criada. Minha relação com eles era muito difícil, pois eu gostava de ir para festas e transar. Tive a primeira filha aos doze anos e mais duas filhas, dezessete e vinte anos, que também estão se prostituindo e já quiseram me bater, pois dizem que sou culpada pela vida que elas levam. O pai delas me espancava violentamente, principalmente na cabeça, e as filhas também. Por conta desta situação minha filha foi entregue a várias pessoas, até que ficou na casa da minha mãe e o meu pai abusou dela. Dizem que fiquei um tempo perturbada, tirava a roupa no meio da rua, e fui presa, aparecendo na TV em programa policial¹³⁰ (F.G. – mãe de Z.F.)

M.R., 33 anos, foi estuprada pelo padrasto, morou na rua, comeu restos de comida, sofreu violência física e sexual, vivencia a situação de exploração sexual. Agride violentamente a filha, que é prostituída. Mãe diz não gostar dela por ser ladra e homossexual. Apresenta revolta pelos maus tratos sofridos.¹³¹

Essas mães ficaram à margem dos programas institucionais. Consequentemente, o ciclo de opressão que vivenciaram no grupo familiar, ao não ser interrompido, reproduziu-se com a família que construíram. São pessoas que trazem muitas dores e entorpecimento desse sofrimento, que se traduz pela indiferença, mas também pela violência. Procuram não tomar conhecimento do que acontece em seu lar. Ora manifestam total negligência em relação aos seus filhos, como se estes estivessem completamente fora da esfera das suas relações afetivas, relegando-os a própria sorte, ora despejam sobre eles suas frustrações, expressando-as em

¹²⁸ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹²⁹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹³⁰ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹³¹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

agressões físicas, sexuais, psicológicas. As crianças assim tratadas desde cedo aprendem a não ter amorosidade, proteção, acolhimento; são incentivadas ou obrigadas a adentrarem no circuito da exploração sexual, continuando o ciclo iniciado pelas suas mães:

Mãe, prostituta, agenciava programas para a filha, 12 anos, e a obrigava, diariamente, a manter relações sexuais com vários homens. Gastava o dinheiro que a filha recebia com drogas. [...] Mãe vivencia a exploração sexual e obriga a filha, de 12 anos, a fazer o mesmo, desde 10 anos. Atualmente, faz ponto, junto com ela, em uma das ruas movimentadas da cidade. Espanca violentamente a filha quando se recusa a acompanhá-la [...] Mãe prostituta, vive na rua. Demonstra negligência com a filha. De forma irônica negou as acusações do Conselho Tutelar de que prostitui a filha¹³².

Estes recortes da realidade requerem que as organizações assistenciais trabalhem histórias de vida que estão no contexto das experiências transgeracionais. Entretanto, estas mães são atendidas apenas uma ou duas vezes, depois, não comparecem mais na instituição, que, também, não mobiliza recursos e procedimentos que procurem assegurar a continuidade do atendimento. É assim sedimentado o *stand by*. Desta forma, o ciclo prosseguirá, criando novas vítimas em gerações sucessivas, continuando a negar a efetivação de direitos de cidadania aos que são inseridos no circuito da exploração sexual.

GRÁFICO Nº 16

DIMENSÃO SÓCIO-AFETIVA RELACIONADA AOS PAIS: CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL– 2002 A 2007

¹³² Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

Fontes: Elaboração da autora a partir de dados do CREAS-Comércio, Pro-PazAZ e Casa de Passagem.

A dinâmica para a construção da auto-estima deve vir desde o contato no útero materno. A psicologia afirma que o feto sente a aceitação ou a rejeição. Quando a criança nasce e se desenvolve, atitudes como a amamentação - uma mãe que amamenta olhando para todos os lados, menos para o filho, que não pensa este momento como um ato de amorosidade é diferente daquela que amamenta olhando, conversando, da que amamenta balançando a criança, ou da que amamenta com ressentimentos, ou da que não amamenta por causa da estética do seu corpo -, o ajudar a tomar banho, o aprontar para ir à escola, o diálogo, o carinho, os limites, o respeito a si e aos outros, a solidariedade, aliadas às condições dignas de sobrevivência, são fundamentais para que possa haver auto-estima.

O aleitamento materno é um momento importante. O olhar da mãe marca o primeiro sentimento de pertencimento, o peito da mãe é uma extensão importante à medida que este toque vai acontecendo. E se num dia essa criança buscar o olhar da mãe e este estiver disperso, não a acolhendo, e se essa atitude passar a ser constante, começa a ser comprometido o processo de pertencimento, da sua identidade, razão porque o ser humano, normalmente, apresenta dificuldades de olhar; olhar o outro, olhar o mundo, olhar internamente, olhar-se e olhar a todos e onde estão (Menezes – assistente social).

Quando a criança não recebe carinho, não tem a percepção do toque, do próprio corpo, não experimenta determinado tipo de sensação, e isso contribui para uma representação subjetiva importante, de ausência. São dimensões da constituição da subjetividade que vão se dando desde o ventre materno. Se a mãe faz carinho na barriga, se conversa com o feto, isso constrói um tipo de vínculo. Tudo isso vai formando a subjetividade da criança e a relação que ela estabelece com o corpo, favorecendo a criação de uma imagem corporal que pode ser de felicidade, ou de nojo, ausência de contato consigo mesma, ou uma visão moralista, pecaminosa.

O cuidado no desenvolvimento de uma criança pode sofrer entraves, em função não só do desconhecimento da sua importância para a construção da identidade do ser humano e das consequências do “descuidar”, mas em virtude das relações sociais e humanas estarem mais voltadas para processos de sobrevivência, do ter, e não de sensibilidade, o ser.

Expressivo contingente de crianças e de adolescentes vive à margem dos cuidados elementares indispensáveis ao seu pleno desenvolvimento, inclusive com o corpo. Este é negligenciado, o banho é secundarizado. Uma criança percebe como estão lhe dando banho: de qualquer jeito, fazendo carinho, molestado sexualmente. Essas atitudes lhe transmitem algo, pois sente a forma como é tocada.

No que respeita à negligência da higiene corporal, há relatos de meninas que desde tenra idade permaneciam durante dias sem tomar banho, com as roupas sujas, não lhes sendo ensinado como cuidar da sua higiene. A falta de aprendizagem sobre como cuidar do próprio corpo poderá, assim, resultar na desvalorização deste:

Desde pequeninha permanecia com as mesmas roupas durante muitos dias, sujas, até as calcinhas; minha mãe dizia que não podia gastar dinheiro com sabão. Ninguém se preocupava em trocar as minhas roupas e nem eu sabia o que podia fazer. Vivia perambulando pelas ruas. Apanhava muito da minha mãe e do meu pai sem saber nem o porquê. Na rua, fazendo a vida, continuei apanhando dos homens, meu corpo é muito sacrificado (J. D. - 14 anos).

Essas situações de negligência comprometem a maturação emocional de crianças e de adolescentes. Quando se desenvolve auto-estima, a tendência é buscar situações que propiciem bem estar. Mas quando a auto-estima é comprometida, propicia-se a inclinação para a busca de com situações destrutivas que ensejam a repetição da violência, como vítima ou como agressor.

A ausência do *cuidado institucional*, desde a primeira infância, que oportunize o envolvimento da família oriunda dos segmentos empobrecidos, é acentuada, acarretando consequências que poderiam ter sido evitadas, e uma delas é a exploração sexual:

Meu pai me batia e minha mãe nunca ligou muito para mim, nem conversa comigo. É como se eu nem existisse. Minha mãe não participa da minha vida. Meu pai me abandonou e me deu uma surra no meio da rua. Toda vez que me encontra quer me agredir. Moro com a minha avó paterna e com minha tia. Elas não trabalham. Todos sabem que eu faço a vida, mas não ligam. Não atenderam a notificação do Conselho Tutelar (A.M.- 14 anos).

Adolescente vivenciou conflitos e agressões físicas. Pais separados. O Pai não assumiu responsabilidades com os filhos. A adolescente demonstra muita mágoa. Apesar de ter 11 anos, fala como uma criança de seis anos, que está sendo alfabetizada, mas tem comportamento de uma pessoa adulta. Sente-se abandonada, por isso emitia sucessivas fugas do lar. Nestes momentos ficava na rua, em frente a um motel. Às vezes vendia bombons. Pratica sexo oral, e anal quando está menstruada. A primeira vez foi com um rapaz hospedado em um hotel. Tinha 10 anos.¹³³.

A. C., 13 anos, reside com a prima. Submeteu-se a três abortos. É usuária de drogas, pertence a uma gangue, envolve-se em muitas brigas. Frequenta bares, acompanhada de policiais, que diz serem seus amigos. Informava aos familiares que ia para a escola, mas deslocava-se aos bares e motéis. Foi expulsa da escola em virtude das constantes brigas. Fugas constantes do lar para viver a situação de exploração sexual e usar drogas. Prefere homens mais velhos. Prática de furto de objetos da família. A.C. foi abandonada pela mãe, usuária de drogas - utilizava, inclusive na gravidez -, quando tinha dois meses. A mãe também foi abandonada pela mãe biológica. Sente angústia e revolta por ter sido abandonada e nunca mais procurada. Ameaça os primos dizendo que vai chamar os seus amigos policiais para prendê-los se baterem nela. Não se sente querida pelos familiares, mas desprezada e inferior, sozinha no mundo. Sentimento de baixa auto-estima. Não tem

¹³³ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da criança.

apoio dos familiares nem para cuidados médicos (dor de cabeça e nos seios). Gostaria de ter apoio da sua irmã biológica que vive com o pai no Sul do Pará¹³⁴ (R.J. – 13 anos).

Quando penso na minha mãe sinto revolta e quero que pague todo o mal que me fez, pois me obrigava a transar com vários homens desde os 10 anos. Ela destruiu a minha vida e tem que pagar por isso, mas até agora a justiça não fez nada[...] Minha mãe está presa porque me usava para ser pedinte e me prostituía me oferecendo para vários homens, minha avó é quem fez a denúncia para o Conselho Tutelar e para a polícia. Como houve o flagrante ela foi presa. Disse que quando sair vai me matar. Sinto muita angústia com esta situação tão triste (P.F. – 14 anos).¹³⁵

Estes são retratos chocantes de uma realidade que envolve abandono, rejeição, intensa agressão física, psicológica, sexual. Os relatos das meninas convergem sempre para a mágoa, a angústia, o medo. Estas vivências ao não serem trabalhadas, de maneira intensiva, pelas práticas sociais, dificultam a possibilidade de construção de alternativas positivas de sobrevivência e existência. Neste âmbito, a defesa do direito a uma vida em que seja acolhida socialmente e afetivamente é um dispositivo importante para o enfrentamento da exploração sexual, sendo que a realização desse direito depende da intervenção efetiva das instituições que deveriam garanti-lo.

¹³⁴ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹³⁵ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

Capítulo 6

DEFESA E CIRCUITO CONECTIVO: A AUSÊNCIA DO CUIDADO INSTITUCIONAL COLIDINDO COM A LEGISLAÇÃO

Este capítulo discute a colisão entre o que é propugnado nas diversas legislações, materializado através dos programas de enfrentamento à violência sexual, e a em que vive significativo contingente do segmento infanto-juvenil inserido neste contexto. O seu enfoque principal será na atuação das instituições para a garantia de direitos.

6.1. O Conselho Tutelar em ação

GRÁFICO Nº 17

DENÚNCIAS RECEBIDAS PELOS ÓRGÃOS DE DEFESA: CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATENDIDAS NO PERÍODO DE 2002 a 2007

Fontes: Elaboração da autora a partir dos dados do CREAS-Comércio, Pro-Paz e Casa de Passagem.

A responsabilidade pela defesa dos direitos de crianças e de adolescentes está atribuída a um conjunto de órgãos, que incluem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente – COMDAC; o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA; o Conselho Tutelar; o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA – Emaús; o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a Polícia e o Judiciário.

A atuação mais expressiva é a do Conselho Tutelar, que inclui funções de defesa e de atendimento. O Conselho Tutelar é considerado o coração do sistema de garantia de direitos, tendo como atribuições, segundo o ECA, receber a denúncia sempre que crianças ou adolescentes forem violados em seus direitos, chamar os responsáveis pela situação, ouvir as partes envolvidas, fazer o acompanhamento das situações apresentadas, visando a sua resolutividade, e quando isso não acontecer encaminhar o caso ao Ministério Público. A legitimação dessas competências passa pelo processo de escolha dos seus representantes. Na sua forma atual, a eleição destes faz-se sem a participação social e política da população.

A escolha dos conselheiros constitui-se em um dos pontos nevrálgicos da questão da defesa dos direitos e da proteção a crianças e adolescentes. Pela importância da função, a eleição deveria ser nos moldes das que acontecem para outros órgãos, como os do poder municipal, mobilizando, de fato, a totalidade do eleitorado. Atualmente, e apesar da importância do cargo, não é efetivada uma ampla campanha na comunidade, nem através da mídia, para que se torne pública a plataforma de trabalho e o curriculum vitae dos candidatos, assim como não há participação dos cidadãos eleitores no processo de escolha dos conselheiros, mesmo tratando-se de uma eleição política para um órgão que tem poder de decisão. O que acontece é uma tímida votação, em que os grupos empobrecidos são arregimentados para votar sem a necessária informação. Para considerável número de candidatos tornou-se mais uma fonte de emprego, assegurado por eleição, disputada acirradamente, até porque o salário, de aproximadamente R\$1.700,00, está muito além do salário médio da população paraense:

Enquanto universitária, participei como mesária da eleição para conselheiro tutelar e fiquei estarecida com o que vi: alguns, não todos, chamavam as pessoas na rua para votar, falavam qualquer coisa e a pessoa meio que assustada votava sem nem saber de que eleição se tratava, nem conhecia o candidato” (B.C. – Comunitária).

Esse processo eleitoral precisa ser reorganizado. Quem realmente deveria ser eleito, pois tem trabalho na comunidade, fica de fora. Os espertos entram, fretam até ônibus pra levar os desavisados e lucrar com isso (J.D. – Comunitária).

Se fosse feito um levantamento pra saber quem tinha trabalho comprometido com a comunidade, o resultado mostraria que muitos não sabem nem o que é isso. São despreparados, não conhecem nem o Estatuto da Criança e do Adolescente” (N.J. – assistente social).

Assegurar direitos requer compromisso com causas, conhecimento aprofundado e acumulado dos riscos e vulnerabilidades vivenciados pelo segmento infanto-juvenil e credibilidade nas medidas, que enquanto conselheiro pode contribuir para que aconteçam. Exige o estabelecimento de um circuito conectivo, capitaneado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDAC, ao qual os Conselhos Tutelares estão ligados, já que esse é o órgão responsável pelo monitoramento e avaliação da atuação dos Conselhos.

O processo de monitoramento implica que sejam mensuradas as situações atendidas – encaminhamentos, resolutividade e conectividade com as demais políticas, programas e projetos. Quando falha esta conexão e aparecem as denúncias, cabe ao COMDAC verificá-las. Isso envolve as providências tomadas pelo conselheiro e a efetividade e acompanhamento desses procedimentos:

Efetivei duas denúncias em determinado Conselho Tutelar. Nenhuma foi resolvida. Fiquei impressionada com o despreparo e ausência de compromisso. A primeira, eles já tinham conhecimento, mas nada fizeram. A situação é a seguinte: uma mãe de três crianças, inclusive um bebê, deixava-os constantemente na rua ou em casa sozinhos; é alcoólatra e se droga constantemente. Os dois filhos, de sete e nove anos, já estão nas ruas se drogando. Depois de alegar ausência de transporte, mas diante da minha insistência, uma conselheira fez a visita, e como casualmente a mãe das crianças se encontrava naquele momento, achou que estava tudo bem. Apenas deu-lhe um encaminhamento para as crianças fazerem uma atividade em uma instituição. Qualquer pessoa, com um mínimo de esclarecimento, saberia que ela não cumpriria a orientação, como de fato não cumpriu. A conselheira nem voltou

pra saber o que aconteceu. Resultado: as crianças estão, literalmente, na rua. Vão morrer, ou ser exploradas sexualmente, ou praticar violência, e eu pergunto: quem vai pagar por isso? Na outra situação uma criança era espancada, diariamente, pela madrasta, de forma cruel; novamente acionei o conselho, fizeram a visita, depois de muita insistência minha. A madrasta parou o espancamento por uns dias, depois a situação continuou. Denunciei a omissão do Conselho Tutelar através de uma carta ao COMDAC, e sabe o que aconteceu: nada! Nem responderam. Estou revoltada (M.A. - pedagoga).

O cidadão sente-se como em um barco à deriva, sem saber onde ancorar quando as denúncias não encontram eco. Comprometem-se os encaminhamentos quando a fragilidade os envolve. No caso citado, a conselheira preferiu deixar as crianças com a mãe, mesmo em situação de vulnerabilidade, de risco social e pessoal, do que encaminhá-las a um abrigo, não levando em consideração que essa situação já existia há muito tempo e outras denúncias já tinham sido efetivadas. Mas também não foi propiciada à mãe a possibilidade de mudança de comportamento através do acesso à rede de serviços e acompanhamento por esta, nem às crianças um lugar onde pudessem ter segurança:

Fico impressionada não só com a omissão, mas com encaminhamentos equivocados e frágeis, eles não vão a fundo na questão que é denunciada. Quando é para mandar para o abrigo, eles não mandam e quando não é eles mandam. No abrigo em que eu trabalhava chegaram duas crianças com denúncias de maus tratos. Nos sucessivos atendimentos foi percebido que tinha alguma coisa errada, pois as crianças não apresentavam sintomas que levassem a constatação desse fato. Descobriram então, que uma vizinha, para se vingar da mãe das meninas, com quem havia discutido, inventou essa situação, com o intuito de feri-la, já que era uma mãe dedicada e adorava os seus filhos. Para informar o que realmente tinha acontecido a assistente social então acionou o Conselho Tutelar e ainda teve que lidar com a arrogância do conselheiro (P.Q – assistente social).

Encaminhamentos conseqüentes acerca das múltiplas situações apresentadas requerem que os conselheiros tenham conhecimentos não só acerca das legislações, mas do contexto cultural, sócio-econômico, relacional, em que se movimentam os envolvidos, porque têm a

responsabilidade do acompanhamento. Isso mostra seriedade e confere legitimidade aos conselheiros e ao próprio Conselho junto às comunidades quando os trabalhos são profícuos e compromissados, o que remete a um processo avaliativo da formação política e social do conselheiro, que determinará o seu nível de compromisso:

Levamos uma criança com suspeita de abuso sexual ao Conselho Tutelar e pensei que eles a encaminhariam para o Pró-Paz integrado. Não foi tomado esse procedimento, que seria o primeiro, para a constatação ou não do abuso. Agravou-se essa situação, porque mandaram chamar o pai – que era o principal suspeito -, para levar a criança ao Pró-Paz integrado. Claro que o pai nem apareceu. Só não ficou por isso mesmo porque resolvemos ir direto ao Pró-Paz” (J.L. – psicóloga).

Se você não tiver convicção de que deseja assegurar direitos à uma criança, você desiste no momento em que liga para determinados conselhos, porque os conselheiros são frios, impessoais e não demonstram sensibilidade e interesse diante da narrativa da situação. É preciso muita insistência, parece até que estão fazendo algum favor, dizem logo que não tem transporte, é só o que sabem dizer” (P.H. – socióloga).

A primeira justificativa quando cobrados da omissão é que a instituição a que estão subordinados administrativamente - FUNPAPA -, não disponibiliza, diariamente, um veículo para que façam a visita. Ônibus, taxi, caminhadas, não faz parte da rotina dos conselheiros. Em um dos casos de abuso sexual de uma menina de sete anos, denunciado pela imprensa, pois o Conselho Tutelar foi acessado e não tomou nenhuma providência, a primeira justificativa foi a da ausência de transporte (H.M – assistente social).

Durante duas semanas liguei diariamente para o conselho denunciando a situação de uma criança de 11 anos que foi trazida do interior para ser empregada doméstica e era violentamente espancada pelos patrões e poderia estar também sofrendo abuso sexual. Os conselheiros apenas informam que não tem carro. Isso é revoltante. Não conseguem pegar um ônibus¹³⁶ para verificar o que está acontecendo. Se não for um carro especialmente para

¹³⁶ O mesmo que auto-car

eles, não arredam pé. E nós é que pagamos o salário deles; o conselho virou um cabide de emprego. Como o conselheiro não se interessou em encaminhar a situação, eu procurei descobrir onde residiam os seus familiares e os avisei do que estava acontecendo; imediatamente vieram buscar a menina. A postura do Conselho Tutelar é revoltante, se fosse extinto, não faria diferença (K.E. – comunitária).

Nestes depoimentos, afirma-se claramente a idéia de que as limitações de infra-estrutura são fundamentais, mas não devem sobrepor-se ao compromisso ético e servir de justificativa para a impossibilidade de constatação de denúncias. Quem deseja assegurar direitos constrói estratégias para o enfrentamento dessas situações, não deixando sem atendimento uma criança vitimizada. A questão de fundo chama-se compromisso, envolvimento. A omissão demonstra, que ainda não foi efetivado o link com o *cuidado institucional*, do qual deveriam ser os guardiões.

Por outro lado, outros conselheiros honram o papel de guardiões de direitos, contrapondo-se à omissão, manifestando consciência social dos objetivos associados ao cargo:

Uma menina denunciou que era obrigada por sua mãe a se prostituir. Em um desses encontros me avisou e eu acionei a polícia. Como o homem com o qual ela manteria encontro naquele dia era poderoso, o delegado não queria tomar as providências necessárias, mas eu insisti. A menina foi para o motel, junto com a mãe, esperar o referido homem. Como ele era muito conhecido, acho que a polícia o avisou, pois não apareceu, mas demos o flagrante na mãe que foi presa. Ela ameaçou me matar assim que sair da prisão (U.B. – conselheira tutelar).

Estou jurada de morte por um traficante que estava com uma menina de 14 anos em sua residência, explorando-a sexualmente. Nenhum conselheiro de onde atuo quis encaminhar essa situação, eu me predispos e acionei a polícia. Trouxemos a menina e a entregamos à mãe, mas ela fugiu e retornou à casa do traficante, pois ele não ficou preso, continuando em situação de risco. Comecei a sofrer ameaças. Os meus colegas dizem que é por isso que não querem se meter nessas situações complicadas, pois vai sobrar pra eles. Vivem me criticando e me isolando. Sinto-me sozinha. Quero resolver essas situações, mas não tenho

apoio de ninguém. Como já me envolvi em outras situações dessa natureza e fui ameaçada, acredito que estou marcada para morrer (U.Y. – conselheira tutelar).

Aqueles que tentam interferir no instituído encontram resistência, e isso constitui um obstáculo ao adequado desempenho do Conselho Tutelar, que na maioria dos casos recebe a denúncia e deve não só encaminhá-la judicialmente, mas acompanhar todo o processo e proceder ao atendimento. O Conselho Tutelar, de fato, existe para dar acompanhamento sistemático aos casos de violência:

Uma grande dificuldade do Conselho Tutelar é o registro que deixa muito a desejar. Por exemplo, se tem um caso na delegacia, e o delegado informa que a denúncia veio do Conselho Tutelar, quando se buscam os dados no conselho, não se encontra o registro, foi perdido - cadernos são perdidos, pastas são perdidas. O processo de acompanhamento é frágil; ele apenas encaminha. Não faz o processo de acompanhamento e nem sequer aparece na delegacia para perguntar como está sendo encaminhado o processo. Isto se constitui em um problema gravíssimo que não é apenas em Belém” (Q. I. - assistente social).

A fragilidade do conhecimento implica na deficiência do atendimento, pois pautar-se-á apenas nos mecanismos burocráticos. O COMDAC tem a responsabilidade em propiciar processos capacitatórios aos conselheiros, e as suas comissões em planejá-los. Esse procedimento deve propiciar aprofundamento teórico e metodológico para o enriquecimento da atuação:

Chamamos os representantes dos conselhos para montarmos a programação de capacitação. Eles não foram receptivos, pois diziam que sabiam como atuar. Depois de muita discussão e de estresse, ficaram de discutir com os colegas e dar um retorno, que nunca aconteceu. Os conselheiros mudam, mas permanece tudo igual. À maioria falta competência e compromisso para atender com ética e responsabilidade a população; vivem em reuniões e a população esperando. Não há fiscalização das atividades dos conselheiros; o COMDAC e a FUNPAPA parece que os temem, pois eles fazem o que querem, chegam para trabalhar

no horário que bem entendem e não são descontados. Qualquer trabalhador tem um horário a cumprir e, se falta, tem desconto no contra-cheque. Foram escolhidos através de uma votação que eu questiono, pois não são legitimados pela população, que muitas vezes nem conhecia os candidatos anteriormente” (R. S. – ex-conselheiro municipal).

O Conselho Tutelar é um desafio. Um dos entraves é porque muitos conselheiros ainda não têm o perfil mínimo necessário. A maioria assume a função sem conhecer nem o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras dificuldades. Eles reclamam sempre de infraestrutura. O COMDAC deliberou uma parte de recursos que vai permitir a melhor estruturação dos conselhos e isso vai dar um salto de qualidade muito grande no atendimento. É fundamental fazer com que entendam a proposta da rede criança e caminhem junto com a gente (M.C. – assistente social).

Em 2001, M.C. demonstrava preocupação com a atuação dos Conselheiros. Em 2005 a situação continua na mesma, e em 2007, não se vê nenhuma alteração. Em 2010, é reiterado o discurso dos conselheiros sobre a falta de infra-estrutura, e dos agentes institucionais que cobram deste órgão um atendimento e encaminhamento conseqüente e eficaz das situações atendidas. Soma-se a este quadro o discutido perfil dos conselheiros, o que gera muita polêmica, em razão de, em termos de escolaridade, o ECA exigir apenas que sejam alfabetizados. Foram colocados alguns assistentes sociais para dar suporte nos casos mais difíceis:

Na Creche em que eu trabalho atendi, durante cinco meses, uma criança de seis anos, M.J., vítima de violência física e psicológica e suspeita de abuso sexual, praticado pelo padrasto. Fiz um minucioso estudo de caso, em que foi possível desvendar o drama vivenciado por essa criança. Elaborei um relatório, com cópia, e entreguei, e pessoalmente relatei o ocorrido. Investiguei o novo endereço de M.J., levei-a ao Pró-Paz integrado para os procedimentos necessários, fiz tudo para que eles não deixassem de solicitar a presença dos responsáveis. Como o caso era muito grave, encaminharam para a assistente social do conselho. No dia da audiência, M.J., pressionada pelos responsáveis, negou tudo e o profissional, que passou anos em uma universidade, acreditou na menina e nos seus responsáveis, indo contra todas as evidências e provas dos maus tratos, relatados não só por mim, mas pela professora, pela direção da creche, e pelos vizinhos, ou seja, desqualificou o

meu estudo. Conclusão: a menina continua sendo maltratada. O conselho se desresponsabilizou, mas eu não desisti de garantir direitos a essa criança, procurei a assistente social, discuti a situação, cobrei o posicionamento que teve, e ela limitou-se a dizer que estava transferindo o caso para o conselheiro. Diante de tanta inércia, estou denunciando o caso ao Ministério Público (H. M. – assistente social).

O Conselho Tutelar é um órgão que congrega poder de decisão; os conselheiros que dispõem desse poder podem sentir dificuldades em compartilhá-lo. O fato de ser alocado um outro profissional ao atendimento gera ameaça a esse poder, e o técnico, no afã de desincubir-se da responsabilidade com uma decisão equivocada em um caso polêmico, retorna o poder de decisão ao conselheiro e dessa forma perde espaço e legitimidade. A ausência não só de conhecimento, mas de sensibilidade, constitui-se em um grande impasse para que os direitos de crianças e adolescentes sejam de fato assegurados.

Em relação à ausência de sensibilidade destaca-se a atuação do Conselho Tutelar em algumas cidades do interior do Estado, que efetua o encaminhamento em bloco das violadas sexualmente ao Pró-Paz integrado: “Eles juntam até cinco ou mais casos de abuso sexual para encaminhar ao Pró-Paz” (T.A. – assistente social). Tal procedimento é uma forma de violência institucional, pois reforça um procedimento burocrático em detrimento da situação emocional e física das crianças e adolescentes envolvidas, que ficam esperando outros casos acontecerem. Esta situação é rotineira, sem que providências sejam tomadas para alterar essa prática.

Destaca-se no cenário da defesa o CEDECA - Emaús, organização não governamental, que presta assistência jurídico-social ao segmento infanto-juvenil vitimizado pela violência sexual, visando a defesa e garantia de seus direitos e interesses em todos os níveis, podendo para tal utilizar os meios previstos no ordenamento jurídico vigente, particularmente os estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Apesar da importância do trabalho desenvolvido pelo CEDECA-Emaús, esta instituição não consegue atender o número crescente de vitimizados, o que suscita a necessidade de outros centros que possam viabilizar a defesa do segmento infanto-juvenil perante os inúmeros mecanismos mobilizados no terreno do judiciário para postergar os casos e evitar a condenação dos envolvidos, como o *habeas corpus*.

6.2 A polícia civil e militar

Assegurar direitos ao segmento vitimizado pela violência sexual é uma batalha, dado que o sistema de organização das redes de proteção ainda é muito frágil. Em relação ao abuso sexual, o inquérito, na maioria dos casos que chegam ao Pró-Paz integrado, diretamente, ou encaminhado pelo conselho tutelar é instaurado na delegacia especializada de atendimento à criança e ao adolescente - DATA. Há, apesar de tudo, nestes casos, um percurso que normalmente é seguido, o que não acontece na mesma proporção em relação à exploração sexual:

Existem casos de meninas se vendendo por R\$ 5,00 na praça, o aliciador também é pobre, ou seja, sem notoriedade no âmbito da sociedade, que colocá-lo como caso exemplar não seria relevante. Existem casos maiores, envolvendo pessoas poderosas, com alto poder aquisitivo, mas estas situações foram investigadas a partir da CPI. A rede de atendimento se volta muito mais para o abuso sexual, pois se consegue chegar até a notificação a partir de todo um processo de campanhas, mobilizações (Q. I. - assistente social).

O fato de existir uma unidade da DATA, no Pró-Paz integrado, constitui um salto qualitativo considerável. Não obstante este avanço, a investigação não acontece de forma célere, seja porque o laudo pericial só é liberado com 45 dias, pelo Instituto Médico Legal, ou ante a ausência do flagrante, que deve deliberar a prisão imediata, terão que ser realizadas oitivas e isso implica encontrar os envolvidos. O inquérito policial não consegue indiciar os abusadores em todos os casos, ou porque estes se evadiram, ou os denunciantes forneceram o endereço errado, ou não há investigadores suficientes para encontrá-los. Muitos casos ficam assim sem resolução, já que não são expressivos os casos enviados ao judiciário e, conseqüentemente, a impunidade contribui para a proliferação da violência.

Na outra ponta encontram-se as delegacias comuns a todos os cidadãos, que também recebem denúncias das quadrilhas que atuam na esfera da exploração sexual. Enquanto órgão que deve propiciar defesa à população, a polícia tem um papel conturbado, porque a sua atuação vai depender dos policiais que constroem o seu cotidiano. Quando existe leniência, desta se aproveitam os que desenvolvem atividades ilícitas. Dessa forma, o ciclo de pessoas que tratam as outras como “coisas”, descartáveis, amplia-se, encorajado pela impunidade:

A polícia sabe as quadrilhas que lucram com a exploração sexual de crianças e de adolescentes, mas é omissa e isso nos deixa à mercê dos bandidos. Atendi a mãe de duas adolescentes – 13 e 14 anos –, que fugiram de casa e estavam vivendo com dois perigosos traficantes de drogas e exploração sexual. Consegui resolver a primeira situação, a menina foi retirada da casa do traficante e levada à casa da mãe, mas fugiu, retornando ao convívio do traficante. A outra, eu nem consegui resolver, pois a polícia não me deu apoio. Dizem que os policiais recebem dinheiro para não os prender (R.R.- conselheira tutelar).

As quadrilhas que lucram com a exploração sexual se beneficiam da omissão da atuação institucional, e assim se viola de maneira repetida o ECA. Crianças e adolescentes nas ruas, cometendo ato infracional, drogadas, prostituídas, praticando ou sendo alvo de multifacetadas formas de violência convivem com a indiferença da sociedade e de muitas das instituições que atuam em seu nome. Isso demonstra que os direitos humanos ainda não estão associados à condição de cidadania. Ao serviço especializado da polícia no atendimento a crianças e adolescentes – CEPAS, cabe conduzir este segmento às instituições quando se encontra em situações que implicam vulnerabilidade e risco social e pessoal. Entretanto, os atendidos pelo CEPAS são quantitativamente inferiores aos que se encontram literalmente com os direitos violados, mas sendo essa violação invisibilizada.

No bojo de um processo em que os direitos de cidadania não são assegurados, a polícia militar é responsável pela segurança dos cidadãos, e conseqüentemente das crianças e adolescentes.

A Praça da República constitui-se em um dos pontos turísticos da cidade de Belém, sendo o local que aglutina um contingente significativo do segmento infanto-juvenil, nas mais variadas situações, inclusive a de exploração sexual. A polícia militar foi deslocada a essa área para propiciar segurança à população e coibir o comércio sexual, impedindo que os aliciadores e agenciadores transitem nesse espaço. Mas o que sucede é bem diferente:

A cumplicidade dos policiais com a atividade da exploração sexual agride muito, porque eles estão ali trabalhando, bancados pelo dinheiro do poder público. Grosso modo é correto afirmar que eles estão se divertindo com o dinheiro do contribuinte (...) O que mais causa

indignação é atestar que os próprios policiais militares que atuam na praça não só acobertam a prática da exploração sexual como fazem uso das garotas (Costa, 1997: 6).

Em 1997, Costa expunha as relações estabelecidas na Praça da República no cenário da exploração sexual. Doze anos depois, guardas continuam sendo deslocados ao referido logradouro para manter a segurança dos cidadãos. Após as denúncias, o segmento infanto-juvenil migrou para outros locais ou permanece neste de forma mais discreta:

Os guardas nos obrigam a transar com eles e temos que fazer tudo o que eles querem, e não pagam nada. Ainda ganham às nossas custas, porque nos arranjam para outros caras, ou são amigos dos que arranjam programas pra nós (Z.F - 14 anos).

Com estas posturas, os policiais, que deveriam estar atuando na defesa dos grupos prostituídos, denunciando os aliciadores, acabam por, contraditoriamente, contribuir para a manutenção das práticas ilegais ligadas ao comércio sexual.

De acordo com a diligência da CPMI da exploração sexual - 2004, “é omissa a postura das polícias civil e militar, pois além de não combater a exploração sexual de crianças e de adolescentes, ainda presta serviços de segurança para estabelecimentos onde ocorre a prática de exploração sexual infanto-juvenil”. Membro da CPMI, a deputada federal Ana Pontes (PMDB – PA) ressalta que a “impunidade é um dos principais fatores para que a exploração sexual continue a progredir. Precisamos romper com a cultura da impunidade. É necessário criar a cultura da denúncia, da conscientização e da participação de toda a sociedade no combate a esse crime”. Em 2010, a CPI constatou o mesmo panorama.

Torna-se patente que, em relação às teias de exploração, há uma acentuada dificuldade da polícia em criar mecanismos para desbaratar tanto as grandes, que estão conectadas em rede, como as pequenas quadrilhas, em virtude das estratégias que elas vão criando:

O comprometimento de alguns integrantes da polícia é significativo, pois nem as bocas de fumo, de pequeno porte, pobre, envolvendo crianças e adolescentes que serviam de avião, ou são prostituídas conseguem ser desbaratadas. Esses policiais são corrompidos com dinheiro; cedo já estão no local pegando a sua parte. Todo mundo sabe disso. Nós já

denunciamos, a imprensa noticia, mas as providências não são tomadas. São os podres poderes (Q.I – assistente social).

Os educadores de rua, do CEDECA-Emaus, identificaram redes de exploração sexual, denunciadas pelas próprias meninas que são exploradas. Ostensivamente, os integrantes circulam sem se importar com a polícia. Os educadores encaminharam um relatório para o Ministério Público. Foi feita uma investigação e retiraram as meninas da rua; todavia, elas retornaram. Essa visão da repressão continua sendo a ação primordial no sistema de justiça e segurança. Pouca coisa mudou durante estes anos (Q.I. - assistente social).

Ao permitir que os policiais envolvidos continuem em seus postos de trabalho, sem uma avaliação dos seus procedimentos, a polícia reforça uma relação de poder e de submissão dos grupos violados. E assim a repressão se institucionaliza, o que repercute na retirada das meninas dos locais em que se encontram sem que haja uma ação planejada. Entretanto, este segmento retorna às ruas porque não existe um circuito conectivo entre as redes de atendimento capaz de criar proximidade às meninas nos seus espaços.

Poder-se-ia inferir que existe uma cegueira institucional protagonizada pelos profissionais que deveriam assegurar direitos e que se colocam como transgressores, pois esses se encontram em seus postos de trabalho, quando muito respondem a um processo administrativo, o que não é freqüente, ou são exonerados quando os casos se tornam públicos. “Na pesquisa realizada sobre tráfico de seres humanos, em Manaus, encontramos delegadas da Delegacia da Mulher, donas de bordéis. Só após a identificação e pressão é que foram exoneradas em virtude da repercussão” (Q. I. – assistente social).

Significativa parcela de crianças e adolescentes de Belém e de outras cidades do Pará é traficada para Manaus, contribuindo para aumentar os proventos dos donos de bordéis. Compromete-se o poder público quando os seus representantes são proprietários desses estabelecimentos, constituindo-se essa atitude em uma afronta às legislações, e com a impunidade se alimentando da morosidade da justiça. São freqüentes as denúncias de que pessoas que detém o poder, estão ligadas, camuflada, ou ostensivamente, às atividades que exploram sexualmente o segmento infanto-juvenil; outros colocam à frente de seus empreendimentos pessoas de sua confiança, para que não sejam identificados nas suas atividades ilícitas.

6.3- O Ministério Público

A participação da sociedade civil organizada para combater a multiplicação da violência sexual contra crianças e adolescentes vem ensejando propostas que conclamam a população a uma parceria efetiva com as instituições públicas. Uma dessas propostas foi denominada de disk denúncia. Não obstante este serviço carecer de maior divulgação, constitui um avanço considerável no âmbito da garantia de direitos. Em Belém, está à cargo do Ministério Público receber e encaminhar as denúncias feitas através desse meio.

A missão institucional do Ministério Público, conforme os artigos 1º, 3º e 127º da Constituição Federal do Brasil de 1988, está assim delineada: defender a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses sociais e os interesses individuais indisponíveis, fundamentado na dignidade da pessoa humana, na cidadania e no Estado Democrático de Direito, para, como fim último, realizar a Justiça Social, e nesse contexto fiscalizar se as leis estão sendo cumpridas.

Conforme a própria missão institucional estabelece, cabe ao Ministério Público a defesa dos direitos violados. O disk-denúncia torna-se um dispositivo que permite ao MP atuar sobre as violações, quando estas são denunciadas. As denúncias chegam de vários municípios, muitas vezes enquanto as situações denunciadas estão acontecendo. Muitos ligam mais de uma vez clamando pela intervenção da justiça. As providências do Ministério Público são tomadas através de um profissional que recebe a denúncia, preenche uma ficha, e encaminha à Promotoria da Infância e da Juventude um ofício com a denúncia em anexo. A promotora distribui as denúncias às comarcas dos municípios, mas não tem conhecimento da efetiva tomada de providências cabíveis, porque não é informada, e também porque não é exigida resposta dos promotores desses municípios:

Tenho a impressão que os promotores assinam os ofícios, mas não lêem as denúncias, por isso não têm conhecimento da realidade. Já denunciei três casos de exploração sexual: dois de Belém e um de outro município. Nada foi resolvido. Quando é um caso, noticiado pela mídia, imediatamente o Ministério Público se posiciona. Mas, e os outros? Essa postura compromete o disk-denúncia (M.Z. – presidente de centro comunitário).

Já perdi a conta de quantas vezes liguei. A violência no município em que moro é imensa. Preocupada com a retaliação dos envolvidos, pois sofremos ameaças, recorro ao disk-

denúncia. A única resposta que me dão é que já encaminharam para a Comarca. Mas não são tomadas providências e as crianças continuam abusadas, exploradas e espancadas” (Z.N. – psicóloga)

É patente a intensificação da burocratização de muitos serviços, quando a preocupação com a caracterização quantitativa de sua atividade se sobrepõe aos encaminhamentos propiciadores de resolutividade. O profissional designado para receber a denúncia deve ter sensibilidade para a resolução do caso. O promotor, comprometido com a causa, deve transmitir essa indignação às comarcas. A reversão da violação de direitos não se faz com uma atuação centrada na impessoalidade. As interconexões não se materializam, se as instituições não agirem em função da obrigação da proximidade e do cuidado às vítimas de violência, de abusos e de exploração.

Às instituições de defesa cabe não só o acolhimento da denúncia, mas a conexão com os outros poderes para o encaminhamento e atendimento das situações de violação.

Na pesquisa nacional que o Centro de Estudos e Referência Crianças e Adolescentes - CECRIA realizou sobre tráfico de seres humanos, envolvendo todas as regiões brasileiras, incluindo o Norte, constatou-se a fragilidade das instituições ao lidar com situações de violação de direitos.

Há fragilidade em todos os órgãos e isto beira ao caos, desde a polícia federal, que é o grande poder da investigação no caso do tráfico, o Conselho Tutelar - que não consegue relacionar fuga e desaparecimento à possibilidade de tráfico -, e do judiciário. Em um determinado local a juíza enfatizou: ‘Nós não temos tráfico, mas eu autorizo a ida de crianças e adolescentes para o exterior porque preciso autorizar legalmente. Se a mãe diz que quer levar a filha ao exterior, para conhecer o pai, é a minha obrigação, eu não posso dizer não. Mas vocês trazem uma situação e antes eu não percebia que eu posso estar facilitando este processo (QI.– assistente social).

Apesar de o ECA, no seu artigo 83, determinar que “nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial”, o juiz tende a conferir credibilidade às informações da solicitante, sem as conectar com o que está acontecendo em termos de tráfico, dado que as rotas para o Suriname, Venezuela, Guiana, estão sediadas na região Norte e a solicitação de autorização para viagens incide

justamente nesses países. Daí a necessidade de averiguações sobre a autenticidade dos documentos apresentados, se realmente a solicitante é a mãe da criança/adolescente, e, se for, que condições apresenta para tê-la em sua companhia, pois pode estar sendo explorada sexualmente e levando-a para a mesma atividade.

No âmbito da justiça e da segurança encontra-se ainda o argumento de que adolescentes que são levadas para fora do país, assim como as que aqui se encontram, sabem o que estão fazendo. Isso demonstra o desconhecimento de uma realidade social marcada pela miséria e pela violência. O cotidiano está recheado de situações em que as instituições de direito não conseguem fazer valer a legislação, e que alimenta a impunidade daqueles que exploram crianças e adolescentes das camadas populares nos prostíbulos, nas boates, nas ruas, nos motéis ou através do tráfico.

6.4. O judiciário

A ausência de formação social e humana de expressiva parcela dos operadores da garantia de direitos contribui para a morosidade e ineficácia da atuação das instituições responsáveis por operacionalizar os eixos do programa de enfrentamento. Soma-se a este quadro a demora do judiciário em relação aos processos vinculados à violência sexual, o que encoraja a impunidade, mesmo com a implantação de uma vara especializada, em 2005, para o atendimento de multifacetadas formas de violência. Esta constitui, apesar de tudo, um avanço significativo, dado que anteriormente os processos eram distribuídos para varas comuns e se perdiam em meio a outros que o juiz acreditava serem mais urgentes. Entretanto, a dificuldade não só em apurar, mas em sentenciar os envolvidos em crimes contra crianças e adolescentes continua sendo um fato comprovado até pela CPI Nacional e regional da violência sexual infanto-juvenil. No primeiro semestre de 2010, foram instaurados apenas 30 processos, sendo que o Pró-Paz Integrado, nesse mesmo período, atendeu 782 casos de violência sexual. É de realçar, a sentença condenatória de um deputado federal e de um assessor da governadora, ambos condenados, mas que seriam soltos sob invocação de *habeas-corpus*.

Nestes casos, alguns juízes mostraram-se contrários às sentenças condenatórias e libertaram os envolvidos, mostrando que mesmo dentro dos dispositivos que deveriam promover a luta contra a exploração sexual, existem práticas que contrariam os objetivos proclamados na constituição e na lei. Tende a agravar-se esse quadro quando se constata que juizes, promotores,

policiais¹³⁷, advogados, empresários, deputados, vereadores, promotores, padres, professores, médicos, pessoas consideradas geralmente, pela sua posição social, acima de qualquer suspeita, integram o rol de clientes dos grupos prostituídos, e essa será uma razão adicional para os entraves ao enfrentamento da exploração sexual.

O fato de estarem envolvidas nessa questão, como clientes ou beneficiários, pessoas do legislativo, executivo e judiciário se constitui em um acentuado entrave à desarticulação das redes de exploração sexual: “O grande problema no enfrentamento a esse tipo de crime está sediado justamente no interior dos poderes públicos que não asseguram medidas enérgicas para extirpar esse câncer da sociedade já que usufruem desse serviço”¹³⁸. As autoridades que deveriam estar combatendo essa situação e defendendo o segmento infanto-juvenil, contraditoriamente, se colocam ao lado dos transgressores.

O aparelho judiciário está ainda eivado de vícios, de corrupção, de procura da utilização do direito para a obtenção de lucro fácil. Quem tem dinheiro continua, em muitos casos, a comprar e a fazer a justiça. Se o juiz, o advogado, o político estão envolvidos em práticas delituosas, como pode a justiça puni-los sem se auto-punir? A tendência é, assim, para que sejam engavetados os processos, protelados até atingir os prazos de arquivamento, de tornar sem efeito, de paralisar a justiça. Em muitos casos de omissão e protelamento, mais do que descuido, há o propósito deliberado de “adormecer” os processos, permitindo assim ganhar tempo aos perpetradores para arquitetarem a sua inimizabilidade. A prescrição é apenas um dos procedimentos jurídicos que possibilitam que o processo seja levado à extinção e, conseqüentemente, arquivado. A inexistência de uma pressão maior da sociedade sobre todos os poderes através de denúncias, fiscalizações, campanhas contribui para esse resultado. O País toma conhecimento de escândalos, amplamente divulgados pela mídia, acerca da participação de autoridades ligadas ao judiciário em atos delituosos, com favorecimentos, vendas de sentenças, de *habeas corpus*, ao crime organizado, além do ostensivo envolvimento com máfias envolvidas no tráfico de tóxicos, de combustíveis, ou na exploração sexual. Assim se pode compreender uma das causas da resistência, pelo judiciário, ao seu controle, em nome da máxima “eu sou o juiz, eu julgo, eu condeno, eu absolvo, eu sou intocável”. A Constituição Federal, de fato, estabelece, de maneira

¹³⁷ Informações disponíveis na CPI da violência sexual.

¹³⁸ Deputado Orlando Fantazzini (PT-SP), coordenador da Subcomissão para a Criança e o Adolescente da Câmara Federal.

que já tem suscitado interrogações, três prerrogativas do magistrado: a inamobibilidade, a irredutibilidade do salário e a irrecorribilidade da sentença final:

a) *inamobibilidade*: o juiz que exerce a sua função em determinada comarca só poderá dela ser removido por merecimento ou por aposentadoria, o que tende a eternizar a permanência dos juizes nos mesmos lugares; isso ocasiona que ele fique estável naquela comarca;

b) *irredutibilidade do salário*: se for afastado da função, o juiz será aposentado compulsivamente, mas continuará a receber a aposentadoria correspondente ao seu nível salarial no momento da aposentação;

c) *irrecorribilidade*: a decisão do juiz não é suscetível de recurso, o que pode beneficiar os suspeitos ou arguidos poderosos. Torna-se assim difícil desarticular organizações ou redes criminosas, quando o magistrado tem a prerrogativa de não exercer as suas prerrogativas; pode fazer avançar, parar ou de recuar um processo, sem que essa decisão possa ser escrutinada por instrumentos que, atualmente, não estão previstos na lei, como uma ouvidoria interna ao judiciário.

Foi possível o *impeachment* de um Presidente da República, mas isso não é viabilizado contra um Juiz do Supremo Tribunal Federal, contra os Presidentes dos Tribunais de Justiça do Estado. Eles estão protegidos por um sistema que remonta ao período imperial. Assim se criam as condições para o exercício de funções no judiciário de uma forma que acaba por beneficiar os que violam a lei. O recurso restante, tanto para o cidadão comum como para o operador do direito consciente da sua responsabilidade, é a denúncia.

Está prevista na lei orgânica da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB a figura da representação. Se o juiz está se comportando de modo equívoco, prejudicando a causa que está sendo julgada, o advogado pode denunciá-lo através de uma representação na OAB. Um cidadão comum possui igualmente essa prerrogativa. Entretanto, muitas pessoas se sentem inibidas em “mexer” com uma autoridade como a de um juiz, por receio de represália, através de um processo. O cidadão comum teme o investigador, o policial, o delegado de polícia; ainda olha

para o juiz com o receio e o respeito devidos a uma autoridade considerada intocável, infalível e poderosa.

A mudança na cultura da população em relação ao judiciário estará ligada, sobretudo, a um maior investimento na educação, a uma promoção da compreensão dos direitos e à assunção efetiva da condição de cidadão e dos direitos a ela inerentes. Ela implica conhecer a existência de um aparato institucional que pode proteger o cidadão contra as represálias, contra as retaliações. Mas esta condição está longe de ser generalizada. O surgimento de casos, mesmo que sejam poucos e isolados, é, nesta situação, de grande importância. Ele propicia a emergência de um repertório de instâncias exemplares, que demonstram a viabilidade e a eficácia da ação cidadã através da denúncia.

O acompanhamento do controle externo do judiciário aparece, assim, como uma exigência de cidadania, comparável ao controle do legislativo, que permite sancionar com a não reeleição aquele senador, aquele vereador ou aquele deputado que não tenham cumprido as suas promessas de campanha. O cidadão comum pode puni-los através do voto; o poder executivo também pode ser alvo de punição através de uma ação pública, de um processo de *impeachment*, de um conjunto de instrumentos legais existentes. Mas quando se trata do poder judiciário, esses instrumentos são muito limitados, e o seu exercício é mais difícil e envolve riscos para os que os acionam. Entretanto, é através das ações sinérgicas que se torna possível abrir um espaço de atuação sobre as injustiças praticadas pela própria justiça.

Neste processo, como sucedeu com a criação das diferentes instâncias de controle social do poder executivo, o poder das redes democráticas enquanto conexões força, promovendo a participação de todos os setores da sociedade, constitui uma condição-chave para a democratização do judiciário. Por agora, as redes autoritárias, associadas à exploração e a interesses poderosos, parecem estar vencendo a luta.

Capítulo 7

ATENDIMENTO E AÇÕES SINÉRGICAS

Este capítulo discute, de maneira sistemática o eixo atendimento. A reflexão sobre este atravessou já os capítulos anteriores, certamente. Mas importa olhar mais de perto a operacionalização das práticas associadas à intervenção social e como os profissionais compreendem e se relacionam com o cotidiano dessa intervenção. Tanto o diagnóstico da situação como o protagonismo na intervenção e o controle são, aqui, de importância central, e por isso merecem uma abordagem detalhada.

7.1. Programas de inclusão e metodologias de trabalho

GRÁFICO Nº 18

ATENDIMENTO INSTITUCIONAL REALIZADO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE EXPLORAÇÃO SEXUAL - 2002 A 2007

Fontes: Elaboração da pesquisadora a partir de dados do CREAS-Comércio, Pró-Paz e Casa de Passagem.

GRÁFICO Nº 19
ATENDIMENTOS REALIZADOS PELOS PROFISSIONAIS DOS PROGRAMAS
ESPECIALIZADOS ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE
EXPLORAÇÃO SEXUAL –2002 a 2007

Fontes: Elaboração da pesquisadora a partir de dados do CREAS-Comércio, PRO-PAZ e Casa de Passagem.

Retomo o gráfico que apresenta o número total do atendimento institucional efetivado no período de 2002 a 2007, e o número de atendimentos aos envolvidos. Em função das situações discutidas, nesta tese, como desencadeantes da exploração sexual, seria improcedente acreditar na reversão da situação com um insuficiente número de atendimentos. A evasão é considerável. As meninas abandonam o atendimento e a instituição permanece contaminada com a *síndrome do stand-by*.

Como já foi referido, a maioria dos casos que chega aos programas de enfrentamento é encaminhada pelo Conselho Tutelar – que recebeu a denúncia -, dado que a equipe que trabalha com esta demanda não se desloca às áreas de concentração dos grupos explorados sexualmente, para a efetivação da abordagem. Por isso, o número de atendidos não condiz com o número real de casos, pois nenhuma menina se desloca espontaneamente para o primeiro atendimento. O fenômeno continua, assim, em grande medida, na subterraneidade.

Os atendimentos nestes espaços organizacionais não têm seqüência, as equipes não se deslocam às residências quando ocorre a evasão, que acontece em 95% dos casos atendidos, assim como não existe um trabalho de abordagem nas áreas em que a demanda explorada se

encontra concentrada ou dispersa. A abordagem poderia ser suprida pelo “projeto educador de rua”, da FUNPAPA, que tem como atribuição o contato com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que fazem da rua o seu espaço de sobrevivência e existência, inseridas nas mais diversas situações. Contudo, em relação aos grupos prostituídos, o contato é muito tênue. Foi possível observar, nos prontuários dos atendidos, que em 90% dos casos o encaminhamento foi feito pelo Conselho Tutelar. A maioria dos casos fica, assim, excluída do atendimento.

Normalmente, é colocado como grande entrave para a operacionalização do trabalho com o segmento prostituído o fato de as crianças e adolescentes nessa situação serem arredias e desconfiarem das instituições e dos seus representantes – muitas vezes em função de experiências anteriores e correntes de contacto com estas... -, tornando a abordagem na rua muito difícil. A atribuição de responsabilidade por realizar a abordagem não foi assumida por nenhuma equipe. Diante deste impasse, crianças e adolescentes continuam no mesmo lugar, na mesma situação, sendo apontadas e conhecidas pelos que trabalham na área, mas permanecendo à margem do atendimento institucional.

Os Centros de atendimento continuam enfrentando o mesmo problema de base: ausência de construção de estratégias de abordagem que possibilitem essa aproximação com crianças e adolescentes prostituídas nos locais em que se encontram. Como a equipe não consegue contactá-las, e a procura não se faz espontaneamente, o trabalho fica inviabilizado, gerando o efeito que tem sido aqui designado de *stand by*. A abordagem requer criatividade e atenção ao movimento do grupo. É necessário criar, pensar, refazer, buscar, experimentar:

A CEASA - Central de abastecimento, constituía-se em um espaço acentuadamente procurado por crianças e adolescentes em busca de restos de frutas, legumes e verduras. Essa população era denominada de “carapirá”¹³⁹. Dirigiam-se para esta feira desde as primeiras horas da madrugada, sendo freqüentes as denúncias de exploração sexual. Nas madrugadas em que era desenvolvido o plantão institucional, em 1985, neste espaço, pensei que, realizando o Cooper, atrairia a atenção dessas crianças e adolescentes e foi o que aconteceu. Convidei-as para praticar esse esporte. No início, ficaram envergonhadas, mas, paulatinamente, foram aderindo. Após a corrida fazíamos alguns exercícios e estabelecia-se o diálogo. Descobri que gostavam de dança moderna, então organizei o grupo que se

¹³⁹ Pássaro que cata restos de alimentos.

interessava por essa atividade e todas as manhãs era ensaiada a coreografia, que eu improvisava, pois nunca tinha feito dança moderna. Após a atividade, discutíamos assuntos relacionados ao seu cotidiano. A partir do momento em que os laços de confiança foram estabelecidos, falavam sobre os seus sonhos, a sua família, as agressões que sofriam, a solidão das madrugadas em que a busca da sobrevivência era fundamental para garantir um prato de comida. Esses encontros foram abruptamente interrompidos porque fui transferida para outra unidade e não se deu continuidade a esta atividade (A.O – assistente social).

Esse exemplo mostra a importância da inovação para o sucesso de estratégias de abordagem que permitam consolidar a aproximação. O argumento do alegado caráter “arredio” das crianças e adolescentes poderá, assim, ser mais um revelador da necessidade de amadurecimento dos profissionais do que uma característica própria dos grupos com quem estes devem trabalhar.

É visível, aqui, uma lacuna significativa entre o que é proposto programaticamente e o modo como são realizadas as intervenções. Parece haver recusa ou resistência dos profissionais à abordagem. Em termos gerais, poder-se-ia dizer que existe um preconceito que não é assumido, que obstaculiza o reconhecimento das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Assim, constata-se apenas a situação de exploração sexual e não se intervém de modo a induzir ou promover alterações qualitativas dessa situação. Desta forma, os eixos programáticos em que se embasa o enfrentamento à exploração sexual são comprometidos por uma ação inadequada e ineficaz, que não consegue dar resposta ao crescimento do número de crianças e adolescentes exploradas sexualmente. O sucesso das estratégias para a abordagem, parece, assim, depender de uma associação adequada ao atendimento.

Transformações qualitativas da situação dependem da existência de um projeto institucional em que os profissionais se percebam como agentes de mudanças e concebam o segmento em situação de exploração sexual como sujeito da história, com condições de construir um novo projeto de vida. Para isso, é primordial uma prática política pedagógica emancipadora, que tem de passar por uma estratégia de proximidade, de envolvimento.

Existe uma questão de fundo que é a concepção teórica e metodológica mobilizada para a intervenção junto dos grupos prostituídos. Ela decorre da filosofia institucional e, conseqüentemente, das posições dos seus gestores, que influenciam as equipes com as suas

concepções, que podem ser autoritárias ou emancipatórias. A morosidade da instituição e da sua atuação acaba, assim, por aparecer como manifestação da falta de confiança na possibilidade de mudar as situações, levando muitos profissionais a perder identificação com o trabalho.

As condições que moldam a esfera da exclusão e que influenciam a vida do segmento prostituído, como a condição sócio-econômica, a família, a sexualidade ou a subjetividade, podem estar sendo secundarizadas ou olvidadas no cotidiano da intervenção, quando não se mergulha no processo, ao contrário daquilo que é preconizado pelo programa de enfrentamento.

A intervenção, num período inicial, demonstrava fragilidades que foi possível observar também quando da realização de uma das oficinas sobre sexualidade, no âmbito deste estudo, com a presença de 20 crianças/adolescentes. O Sentinela/Belém encaminhou apenas uma, que nem fora informada do que se trataria na oficina. Informou que foi uma vez ao programa, que lhe fizeram um monte de perguntas e que marcaram um outro dia para retorno: “Como só fizeram indagar a minha vida, dei graças a Deus que nem me procuraram, a não ser para estar aqui” (M.L. - 15 anos).

A equipe tem vários problemas, entre si, com a coordenação, e por isso o trabalho não avança. Lamento o que está acontecendo. Nem sei informar o que consta nos prontuários porque a equipe não me deixa ter acesso (M. J. – Gerente - 2002).

Na sua gênese, a atuação limitava-se ao preenchimento de um cadastro, já que muitos profissionais enfatizavam que não havia possibilidade de realizar um trabalho qualitativo porque faltavam salas e, conseqüentemente, uma estrutura mais adequada. Escudados nessa justificção, perdiam um tempo valioso comprometendo o atendimento, prejudicando aqueles que deveriam estar atendendo.

A situação do Sentinela/Tambatajá¹⁴⁰ foi denunciada no fórum de direitos, do qual participam as instituições, que direta ou indiretamente estão ligadas ao atendimento ao segmento prostituído. No período de 2002 a 2010, o programa teve oito gerentes; cada um permaneceu na gestão por um período de mais ou menos um ano e meio. Em 2005, o Sentinela/Tambataja começou a sua terceira gestão, com a mudança do governo municipal, passando a chamar-se Sentinela-Belém. Em 2007, mais uma vez ocorreram mudanças na direção e na estrutura

¹⁴⁰ Quando da implantação do programa em Belém, este recebeu a nível de município o nome de Tambatajá.

organizacional – agora não é mais um programa, está inserido como um serviço no CREAS-Comércio. Em 2009, mais uma vez, o gerente e alguns membros da equipe foram substituídos:

Essas mudanças comprometem o trabalho. Quando estamos começando a construir metodologias mais efetivas, ocorre a troca de gerente e profissionais, e mais uma vez os que ficam têm que ensinar os que estão chegando, que vêm sem experiência nesta área (H.I. – psicóloga).

Mudanças sucessivas, como as que foram referidas, decerto que obstaculizam a sistematização do trabalho e vão ter repercussões nos atendidos. Por outro lado, é possível mostrar que em relação ao abuso sexual o trabalho consegue ter funcionalidade, avança, ainda que carecendo de maior sistematização; mas há ausência de um direcionamento específico para a exploração sexual. Este condicionamento também é visível no atendimento efetivado no Pró-Paz, que consegue ser referência em relação ao abuso sexual, mas não consegue ter efetividade em relação à exploração sexual.

Nesta ciranda, a Casa de Passagem, citada neste estudo, tem uma participação indireta, cumprindo o seu papel institucional, já que recebe a demanda vulnerabilizada por um período de 72 horas, realiza o estudo da situação, e efetiva o desligamento ao Conselho Tutelar, que deverá tomar as providências cabíveis, encaminhando-as ao Pró-Paz ou ao CREAS Comércio.

É possível citar como exemplos algumas situações das meninas que são plurireincidentes, atendidas na Casa de Passagem, o que demonstra como a ausência de *cuidado institucional*, que culmina na inoperância das instituições de atendimento e congêneres, desde a prevenção, contribui para que a garantia de direitos, muitas vezes, não saia do papel:

B. A. , 13 anos. Usuária de drogas. Toma remédio controlado. Quinze (15) entradas na Casa de Passagem no período de 2003 a 2006. A responsável é a avó materna. Mora em área de ocupação. Anteriormente morava com a mãe no Rio Guamá. Tem Bolsa Família apesar de não frequentar a escola; parou na 1ª série - foi expulsa, pois os colegas chamavam sua mãe de ladra e ela os agredia. Sofreu violência do pai e do padrasto que abusaram dela dos cinco aos 10 anos. Vítima de maus tratos, tem marcas no corpo das queimaduras que sofria como forma de castigo. Não recebeu cuidados médicos; tem corrimento. Sente-se rejeitada pela

mãe. Dorme em um banco, em frente a um dos shoppings da cidade, pois os seus tios, filhos da sua avó, lhe batem muito. Prefere ficar na rua. Atua como pedinte. Alimenta-se com o dinheiro que ganha como pedinte e na situação de exploração sexual. Sua avó também é pedinte e a explorava. Já foi acolhida no abrigo, atendida no CREAS / Ananindeua. No terminal rodoviário foi entregue por um senhor ao CEPAS.¹⁴¹

D.E., 15 anos, pais separados, usa drogas, não estuda, explorada sexualmente. Mãe negligente. Ingressou, 6 vezes na Casa de Passagem. A saga institucional começou desde 2002, ou seja, desde os 11 anos perambula por espaços institucionais. Foi encaminhada ao Abrigo, mas fugiu. Quando o seu desligamento foi feito no Conselho Tutelar, este a entregou à genitora e não a encaminhou ao programa especializado. Sugestão do técnico que a atendeu: Termo de Advertência à genitora por abandono e negligência.¹⁴²

L.J., 15 anos, usuária de drogas, pais separados. Pai, sem emprego fixo, eventualmente, realizava alguns “bicos”, utilizando o dinheiro para a aquisição de drogas, bebida alcoólica. Mãe, empregada doméstica. L.J. ingressou 4 vezes na Casa de Passagem. Desde os 11 anos sua situação foi denunciada ao Conselho Tutelar. Já esteve no Abrigo. Não estuda. Foi abusada sexualmente pelo genitor que ficou preso durante 8 meses. L.J não recebeu acompanhamento de nenhum programa ou projeto, nem a sua família. Esta situação arrastase há pelo menos 5 anos. Envolveu-se com drogas em virtude do abuso sexual sofrido. Cotidiano marcado pela exploração sexual, violência física, carência emocional e financeira.¹⁴³

G.T., 14 anos. Mãe morreu em um acidente. A avó é a responsável. 3 entradas na Casa de Passagem. Usuária de drogas: Thinner e maconha. Situação de rua, de exploração sexual. Pratica assalto à mão armada, utilizando faca, para manter o vício. Rouba relógio, celular,

¹⁴¹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹⁴² Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

¹⁴³ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

Vende a própria roupa. Participa da gangue “Queremos sangue”. Encaminhada ao abrigo.¹⁴⁴

Estas histórias são provas cabais da violação dos direitos humanos e das consequências da ausência de *cuidado institucional*. Repetem-se de forma intensiva no cotidiano das instituições. São situações que exigem indagações intensivas, o que requer que um planejamento seja traçado, envolvendo as organizações assistenciais diretamente ligadas à operacionalização das políticas públicas, responsabilizando-as. Para que essa interconexão aconteça, as instituições precisam dialogar, ter uma referência.

O fato dos programas e serviços de enfrentamento não conseguirem ainda construir um trabalho com efetividade pode ser atribuído a lacunas epistemológicas e metodológicas, traduzidas na mobilização de uma forma inadequada de conhecimento e de metodologias ineficazes. Há ausência de aprofundamento da realidade vivenciada pelos grupos prostituídos, de criatividade, de ousadia, de construção de estratégias para aproximação com a demanda, de possibilidades. Soma-se a esse quadro a cultura organizacional que ainda não prioriza profissionais com experiência comprovada para esse tipo de trabalho:

As pessoas, amigas do gestor, são contratadas para formar uma equipe; mas se não tiverem compromisso de estudar, aprofundar, irá complicar o atendimento, pois são inseridas nestas equipes, pessoas que trabalharam, por exemplo, na área de saúde, e estão sem emprego. O prefeito não vai colocar o profissional mais competente, vai colocar aquele em quem confia (Q.I. – assistente social).

O fato do segmento prostituído, quando encaminhado aos programas de enfrentamento, não permanecer no atendimento é emblemático dessa situação. Agrava-se tal quadro quando, como é comum, a equipe também não sabe responder o que aconteceu com a menina atendida. “Elas somem, outras vezes o endereço está errado, ou o telefone não funciona.” (J.P. – Assistente social).

¹⁴⁴Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da adolescente.

A infra-estrutura dos prédios em que estão instalados os programas de enfrentamento e, especificamente, as salas em que o segmento infanto-juvenil é atendido não transbordam calor humano, não constituem um ambiente que seja ao mesmo tempo acolhedor, com atividades que despertem o encantamento das meninas, apostando na sua criatividade, no seu potencial de reconstrução, e estimulando o desejo de retorno ao atendimento.

A metodologia utilizada pelos programas centra-se na determinação dos fatos, objetiváveis. Não é possível conhecer a história de vida da menina e da sua família com atendimentos que são poucos e sem a devida sistematização. E o que é feito, a seguir, com os dados que servem para estabelecer os fatos objetiváveis? Que tipo de reflexão se faz sobre eles? Um dos problemas maiores, contudo, é mesmo a falta de sequência dos atendimentos. A maioria acontece uma única vez, e os demais casos (três) no máximo três ou quatro vezes. Dos atendidos, 90% não retorna ao atendimento.

Esse alheamento (ou fuga) da instituição deve ser analisado criticamente através de uma avaliação criteriosa junto à clientela acerca do que está contribuindo para essa situação. Como não se avalia o trabalho, e como os órgãos responsáveis, como por exemplo, os conselhos e o Ministério Público, não efetivam monitoramento, perde-se a possibilidade de saber o que está obstaculizando esse processo.

Torna-se evidente a dificuldade da equipe estabelecer uma parceria com a demanda, e isso é uma perda significativa, pois ao se projetar para ela, e não com ela, insiste-se nos mesmos erros e nega-se a condição de sujeito de direitos da população que se procura atender, uma condição cotidianamente verbalizada através de discursos, mas pouco presente no cotidiano institucional. Se as opiniões da demanda tivessem eco, é possível que já algumas mudanças, significativas mesmo que modestas, pudessem ter ocorrido no atendimento:

Penso em um lugar que tenha computador, material para fazermos cartões para os nossos amigos. E um grupo onde pudéssemos discutir os nossos problemas (B.J - 14 anos).

Seria legal se tivesse muito esporte: quadra de tênis, de vôlei, de basquete. Queria fazer computação, pois assim é mais fácil arranjar um emprego que não ganhe uma miséria (A.M. – 15 anos).

Queria que tivesse dança moderna, balé, ginástica, judô e karatê. Tive um amigo que me ensinou uns golpes, achei legal (L.V. – 13 anos).

Deveria ter violão, bateria, guitarra, pandeiro. Música, muita música, poderíamos fazer um grupo, tipo Moulin Rouge. Só nos levam para ambientes tristes e sem graça. Tô fora dessa parada (J.N. -14 anos).

As adolescentes mostram, através dos seus relatos, a necessidade de ter um espaço aglutinador de atividades a que elas normalmente não têm acesso, mas que fazem parte das suas aspirações. Isso serviria de estratégia para um atendimento conseqüente e eficaz. Desta forma, a sua trajetória de vida poderia ser reorientada através das atividades esportivas, culturais e psicológicas realizadas de forma conjugada, num investimento em metodologias prazerosas, instigantes. O fato de se encaminhar, uma ou outra vez, a menina para alguma atividade da comunidade, normalmente não surte efeito, pois ela sente-se deslocada ao ser inserida em um meio ou grupo que muitas vezes lhe parece hostil.

Inequivocamente, os programas de enfrentamento refletem a busca de um caminho em que a rede de proteção e de defesa dos direitos da criança e do adolescente ainda não conseguiu estabelecer um circuito conectivo, e onde o atendimento patina, sem estabelecer as vinculações geradoras de novas possibilidades, nem desfazendo as amarras que obstaculizam as mudanças.

Um dos problemas parece encontrar-se justamente nos operadores dessa assistência, que podem estar se constituindo em obstaculizadores e não em potenciadores da Política de Assistência Social, em virtude da fragilidade da sua qualificação profissional e da sua atuação.

7.1.1 A Qualificação Profissional

Quando acontece o encontro da incompletude dos saberes com o descompromisso profissional, tem-se como resultado a inércia institucional. A realidade está recheada de exemplos, em todas as áreas, de ausência de conhecimentos elementares para o encaminhamento das situações de exploração sexual, o que torna frágeis os trabalhos levados a efeito, em todas as áreas.

Em relação à área da justiça e da segurança detectam-se, também, grandes ausências no que tange a uma efetiva contribuição para que os problemas possam ser resolvidos. Os

posicionamentos pré-concebidos mostram o nível de desconhecimento da realidade social e política com que têm de lidar os profissionais e agentes institucionais:

A promotora, o promotor, ainda tem aquela idéia: - ‘Eu não posso pedir a condenação de um pai porque essa menina vivia o tempo todo na rua e ainda dava dinheiro para os pais’! Teve uma menina de 11 anos que a juíza disse que ela era a culpada - ainda hoje temos a sentença -, porque na conversa com a menina percebeu um alto grau de conhecimento, de informação, por isso ela sabia tudo, o homem foi envolvido pela “lábria” da menina. Têm profissionais que não acreditam na palavra da criança, e por isso não conseguem trabalhar todas essas complexidades. O ideal seria que pudéssemos nos trabalhar para trabalhar com as pessoas (Q.I. – assistente social).

O patamar da ausência de *cuidado institucional* é tão desafiador, que no Rio de Janeiro existe o “Visitário”, um local para que pais e mães com algum tipo de comprometimento, ou que estejam presos, recebam a visita de seus filhos nesse espaço, por determinação judicial. Através da mídia, as mães relataram que são obrigadas a levar as crianças, como por exemplo, as que foram abusadas pelo pai, para visitá-los, caso contrário serão penalizadas pela justiça. Inclusive, há crianças que apresentam sintomas de revitimização quando saem das visitas. A atitude dos magistrados em nenhum momento foi contestada por algum órgão de defesa de direitos, e o Visitário só veio a ser discutido depois que uma criança desapareceu, apesar da presença de profissionais nesse espaço.

É notória a ausência de conhecimento sociológico, antropológico, cultural, psicológico, nas determinações judiciais de significativa parcela de juizes, que não consegue perceber as graves seqüelas para quem é vítima de qualquer tipo de violência. Falta conhecimento além da dimensão jurídica, para que a justiça se não confunda com a aplicação de normas de direito. É necessário, portanto, admitir a incompletude e a necessidade de fusão de muitos saberes, para que a justiça não continue cometendo injustiça, quando a sua função é de proteger e assegurar direitos ao segmento vitimizado. Por isso, sensibilidade, compromisso em face dos dilemas e dramas sociais e pessoais, e capacitação para a atuação, deveriam ser condição da atuação dos agentes da proteção de crianças e adolescentes.

É num contexto caracterizado por este patamar de desconhecimento que o Ministério Público, junto com outras entidades, empreende as já citadas ações de ronda¹⁴⁵. Após a retirada, as crianças e adolescentes são encaminhadas à Casa de Passagem, abrigos ou ao Conselho Tutelar; mas como resposta a esta ação retornam aos lugares em que se encontravam, pois fogem de um espaço que lhes parece hostil ou de uma família cujos laços estão esfacelados.

O Conselho Tutelar expressa de forma significativa essa situação, com alguns agentes chamando a atenção para ocorrências e situações que consideram aberrantes:

Denunciei ao Conselho Tutelar o caso de uma criança que estava sendo violentamente espancada, pois entendi que era situação de risco, de vulnerabilidade. A conselheira informou que situação de risco é quando a criança já está morrendo, e no caso que denunciei, ela não poderia fazer nada porque a criança era bem alimentada (V.C. – comunitária).

Perante uma resposta destas, cabe perguntar: o que terá a conselheira aprendido na capacitação em que participou, visto que demonstra desconhecimento acerca da proteção que toda criança deve ter, assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, da qual o Conselho Tutelar deve ser o guardião, e das consequências da sua omissão?

Essa situação não é diferente das que se encontram nas polícias civil e militar, que contam, inclusive com órgãos específicos para a capacitação; no entanto, a atuação de expressivo contingente de policiais sugere a pouca eficácia desses processos de capacitação e necessidade da sua revisão.

Estende-se essa situação para os profissionais que se encontram na esfera do atendimento, pois se identifica ausência de conhecimento e entendimento do universo do segmento infanto-juvenil prostituído. Essa carência de capacitação qualitativa acentua-se não só em Belém, como também nos municípios em que o Programa Sentinela foi implantado. As equipes são formadas sem que seja exigida a experiência necessária para lidar com questões que exigem um conhecimento amplo e profundo. O que parece prevalecer, principalmente no interior do Estado, é o nível de confiança que o gestor deposita no profissional. Assim, a equipe é composta sem que

¹⁴⁵Estas ações consistem em retirar das ruas crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, incluindo as meninas exploradas sexualmente.

o acompanhamento seqüencial nos planos psicológico, social, cultural e econômico seja, na maioria dos casos, realizado de fato. Ao alocar técnicos sem afinidade com o tipo de trabalho a realizar, compromete-se mais uma vez o atendimento.

É muito complicada essa relação, porque quando você entra na instituição não te perguntam em que trabalho gostaria de atuar. No meu caso, não tenho segurança para trabalhar com abuso e exploração sexual, sinto-me insegura, me causa aflição, não tenho clareza suficiente; mas tem gente que aceita sem contestar porque precisa. No meu caso, eu tive que argumentar muito para que me encaminhassem para outro trabalho. Acho que a pessoa tem que ter consciência para não comprometer o trabalho (K.K. - assistente social).

Essa é a realidade vivenciada, e enquanto as equipes não conseguem se fortalecer, as redes de exploração sexual avançam corrompendo os direitos e a dignidade de significativa parcela de crianças e adolescentes. Por outro lado, quando os cursos de capacitação são realizados, são mais voltados para as informações acerca dos eixos estratégicos do Programa Sentinela, sem procurar avaliar se aquele profissional se encontra mobilizado ou não para essa atuação, se tem identificação com a proposta, qual o conhecimento que apresenta, qual o seu grau de compreensão das situações em que deverá intervir.

Essas questões são ignoradas ou postas à margem, contribuindo para a invisibilidade dos problemas e para um crescente hiato do discurso das instituições e das suas práticas. As instituições realizam um trabalho calcado em uma racionalidade burocrática em detrimento do embasado em uma racionalidade substantiva. A postura do imobilismo conflitua com o que é proclamado pela lei, pois os programas foram instalados, mas o segmento infanto-juvenil continua sendo explorado sexualmente. Essas lacunas se dão em cadeia e o trabalho em rede continuará a não surtir efeito enquanto o *cuidado institucional* estiver ausente do centro das preocupações da instituição e dos seus agentes:

Há 13 anos faço supervisão profissional aos estagiários concluintes do curso de psicologia em várias instituições, públicas, privadas. O que tenho visto, com muita frequência é a não sistematização do trabalho, não apenas do dado estatístico, falta o planejamento das ações, acompanhamento das que são realizadas, clareza de objetivos, trabalho de equipe; sem ação

sistematizada não se consegue fazer nada qualitativo. São execuções de programas e projetos, que, quando muito, têm uma cópia do projeto originário na gaveta e que todo profissional que vai entrando - porque saiu o que era temporário, foi transferido ou demitido - vai lendo. Não há discussão sobre o que é feito, nem se tem relação com o original ou não; cada um chega e vai fazendo o trabalho do seu jeito. Há uma discrepância entre o que se faz e o que se escreve. Quando se escreve um projeto é bem diferente de quando se executa. Executam-se sem se dar conta do que foi colocado no projeto (Cristho - psicólogo).

A equipe de determinado município é muito receptiva, mas tem dificuldades em lidar com os atendidos. A psicóloga que vai mexer com o universo da criança demonstra preconceitos. Tem coisas do universo do profissional que interferem e que precisam ser trabalhadas. Isso existe em qualquer profissão, e na justiça principalmente (Q.I - assistente social).

Investir em uma capacitação avançada, com conteúdos que associem conhecimentos oriundos das diversas ciências é fundamental, longe dos sectarismos que comprometem a formação qualitativa, imprescindível para a ação profissional. Entretanto, muitas capacitações, quando acontecem, segundo os profissionais ouvidos, limitam-se apenas a relato de experiências e à exposição de algum palestrante a respeito do assunto:

Atuo no interior com uma equipe de quatro pessoas. Quando acontece a capacitação em Belém, eu venho participar, mas não percebo grandes alterações. Para o local em que trabalho é necessário ter uma equipe com um ótimo nível para nos assessorar, mas a equipe destinada para cumprir essa tarefa está precisando se capacitar primeiro, pois não nos entusiasma, em função da precariedade dos conhecimentos” (R.L. - Socióloga).

Tanto em nível de Belém, cuja responsabilidade é da Prefeitura - FUNPAPA, quanto dos demais municípios, cuja responsabilidade é do Estado - SEDS, o problema é o mesmo. Os gestores não têm conhecimento, interesse, por isso não contratam profissionais que realmente entendam do assunto, para integrar as equipes, e também para ministrar a

capacitação. Já vi cancelarem cursos, que realmente nos auxiliariam, porque seria dado por um profissional reconhecido, justificando que não havia verba, e depois colocarem pessoas que muito pouco, ou quase nada, acrescentaram (B.A. – assistente social).

A capacitação vem se dando de forma tecnicista, não mergulhando na subjetividade dos profissionais, suas crenças, valores, tabus, atitudes, medos, preconceitos, para que, conhecendo seus limites e potencialidades, possam traçar uma prática social viabilizadora de mudanças. A conexão com os sentimentos potencia o enfrentamento dos entraves, trazendo a possibilidade da intervenção ser reelaborada. Para que isso aconteça, o profissional deve ser foco habilitado para o “cuidado”, para que possa empreendê-lo na sua prática social junto ao segmento prostituído, conectado com a dimensão crítica das condições de vida, de classe, de direitos, questionando a realidade para transformá-la. Com um adequado repertório de capacidades que o habilitem nos planos emocional, relacional, crítico, e político, o profissional poderá aglutinar condições de atender ao segmento vitimizado pela exploração sexual, trabalhando fatores especialmente desafiantes, como a própria sexualidade. E esta é uma das questões que precisam ser compreendidas e desmistificadas no cotidiano da intervenção profissional.

7.1.2. Sexualidade e preconceito

O sexo, no contexto da exploração sexual, apresenta-se ligado à promiscuidade. Por ausências no plano da educação sexual, mas também em decorrência das suas experiências com o sexo, a sexualidade tende a ser banalizada, subjugando significativo contingente de crianças e adolescentes a desejos e impulsos de adultos que não foram educados.

Crianças e adolescentes não conhecem os seus direitos sexuais, e esta situação é perpetuada pela ausência de educação sexual, tanto na família como na escola. A sexualidade envolve um conjunto de características que propiciam prazer e bem estar ao ser humano, estando intrinsecamente ligada à construção da personalidade. O sexo é apenas uma dessas dimensões; entretanto, para significativa parcela da população, o ato sexual é o cerne da sexualidade. Neste contexto, o sexo como expressão de ternura e carinho, ou de autodestruição, ou de perversão, ou de “sacanagem”, vai depender de como tiver sido estruturada a identidade da pessoa.

Tem muitos profissionais que apresentam preconceito quando a menina tem mais de 12 anos e é explorada sexualmente, reproduzem o pensamento machista vigente na sociedade. Mas ela tem uma história de violação da sua sexualidade (R.G. – assistente social).

O corpo é fundamental em todo o processo de individuação e de construção da identidade. O corpo vai tomando consciência de que é corpo por intermédio do toque, do olhar, do carinho, do acolhimento.

Todo o processo de conquista amorosa começa no olhar, não é a toa que na cultura popular afirma-se: ‘O perigo está se o meu olhar cruzar com o teu e ele ficar’. É o olhar que dá o feeling e diz: Eu abro a porta e você pode entrar e me conhecer, por isso que se diz: ‘O olhar é a porta da sua alma’. Tem toda uma literatura, uma simbologia sobre o olhar. Depois do olhar, esse toque do acolhimento, de que você tem valor, você é importante no meu mundo (Menezes – assistente social)

Apesar da necessidade de uma discussão pública e aberta acerca da educação sexual, esta ainda se encontra envolvida em tensões entre, a repressão e a permissividade. Daí a importância que cada vez mais se atribui ao contato com os medos, os tabus e os anseios que a sexualidade pode provocar, e que se expressam através de mecanismos de defesa, de fuga e de sublimação. Só assim é possível acolhê-los e trabalhá-los, para que possa ser construída uma sexualidade saudável. E isso se torna fundamental para pais, mães e educadores, no sentido de auxiliar a compreensão de crianças e adolescentes em relação às características presentes nas diferentes fases da trajetória de vida em que se constitui a identidade sexual do ser humano, de forma a construir uma sexualidade responsável:

Quando cursos de capacitação são realizados, na hora da ação, o discurso é o seguinte: ‘Eu posso até elaborar esse trabalho de educação sexual para ser executado nas escolas, nas instituições, mas eu tenho muita dificuldade de falar a respeito da sexualidade (Menezes - assistente social).

Na escola, nas organizações assistenciais, são veiculadas informações sobre sexualidade voltadas para métodos anti-conceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, mas a formação básica para que se possa ter uma educação sexual, e ética, ainda caminha a passos lentos, não sendo viabilizada a discussão acerca da intimidade que gera esse lado mais humano da sexualidade. Isso ocorre em virtude do tabu que persiste de que é preciso conversar a respeito da sexualidade com distância da emoção. E a emoção é a alma da sexualidade humana. É afirmada a necessidade de estar distante da discussão acerca do contato, do impulso sexual, da excitação, porque isso ainda é visto como pecado, como algo vergonhoso, que é preciso esconder, negar, porque se a pessoa se mostrar será rotulada como amoral:

Uma senhora estava separada e convivia com os filhos com muito diálogo e ternura. Um dia, ao chegar em casa tirou a blusa, estava sem sutiã. Um dos filhos disse: “Mamãe! Não faça mais isso!” e saiu correndo para o quarto. Espantada com a reação do menino, deixou-o ficar um pouco sozinho, e depois foi conversar com o filho: “O que foi que aconteceu?” E ele pediu: “Mamãe, não faz mais isso, não tira a roupa na minha frente porque o meu pinto fica duro quando te vejo assim”. Ela olhou e disse: “Meu filho, não tem nada de anormal acontecendo com você, você olhou para a sua mãe, achou o peito da mamãe bonito e o pinto ficou duro”. Ele ouviu-a atenciosamente e então ela disse: “Olha! Toda vez que isso acontecer, você conversa com o seu pinto” – ela usou o pinto como uma metáfora do desejo – “e diga para ele: Essa é minha mãe, não pode, e aí ele vai se acalmar”. Nada mais, nada menos, essa mulher estava trabalhando o desejo desse menino, ajudando-o a lidar com aquilo, não como uma coisa nojenta: ‘eu estou sentindo isso pela minha mãe, que coisa horrível! Que crime!’ – mas ajudando-o a trabalhar com aquele sentimento, aquela emoção, aquela sensação que ele estava tendo (Mouzinho - psicóloga)¹⁴⁶.

Um médico estava deitado na rede com a filhinha de três anos e naquela história de carinho para cá, cheirinho para lá, ele ficou com o pênis ereto. A reação imediata, a sensação imediata, a emoção imediata foi de vergonha dele próprio: – “Puxa vida! A minha filhinha de três anos, que absurdo!”. De repente, a razão veio e ele percebeu o seguinte: – “O que aconteceu foi uma reação fisiológica, meus hormônios não sabem que ela é minha filha”.

¹⁴⁶ Lena Mouzinho, especialista nos temas da sexualidade e drogas. Entrevista concedida à pesquisadora.

Esse homem percebeu, trabalhou, educou o desejo que estava sentindo e isso nós podemos e temos que trabalhar a vida inteira. (Mouzinho - psicóloga)

O impulso sexual não é uma impureza, é um impulso como todos os outros, mas encontra-se dificuldade em trabalhá-lo porque existe o medo da própria sexualidade, por não saber lidar com ela, em razão da sociedade tê-la colocado no porão, num lugar bem escuro onde não se pode estar conversando. Entretanto, existe o impulso, o desejo e, não sendo permitida a sua discussão, para que possa ser trabalhado e educado, compromete-se o desenvolvimento de uma sexualidade responsável por si e pelos outros:

Eu atendi uma menina que foi estuprada aos oito anos pelo pai, e explorada sexualmente desde os nove anos. Essa menina foi recolhida para uma instituição, e toda sexta feira ela tinha que fugir de qualquer jeito. Tinha que transar porque o corpo dela foi estimulado para isso desde os oito anos; transava nem que fosse por um picolé¹⁴⁷. A mente dela foi condicionada a transar por alguma coisa em troca. Quando era no sábado, ela dormia com um pipo na boca e uma fralda, porque ela queria ser a criança que nunca pôde ser. Essa criança foi destruída e o corpo dela respondia ao estímulo de uma mulher. Há um processo de condicionamento e um comprometimento psicológico. Pra nossa sociedade ela era uma menina prostituta, a sociedade nunca vai para cima de quem a explorou. Há outros níveis de processos psicológicos em que a menina entra para a agressividade, para o roubo, para o homicídio. Há uma degradação pela violência e o outro pela total inércia diante da vida (Fonseca – assistente social).

Essa criança foi vitimizada, como milhares, pela ausência de educação do impulso sexual do genitor. As etapas do seu desenvolvimento foram atropeladas. A nossa sociedade está em um processo de desmontamento da sexualidade do ponto de vista de uma ética mais humana, as pessoas estão se brutalizando, e as crianças assistindo as cenas em que o sexo é ligado à submissão, à violência:

¹⁴⁷ O mesmo que gelado.

A Sra. L.S relatou que o seu companheiro tinha a seguinte tara: Quando ele brigava comigo, me dava “porrada”, quebrava tudo, mas eu já sabia o que ia acontecer: depois de me bater, ele me trancava no banheiro, eu tomava um banho e ele me “comia”¹⁴⁸. Ela se sentia amada, pensava: Ele me bate, mas não pode viver sem mim, ele pode ter todas as mulheres, mas ele me deseja, eu tenho uma representação, eu tenho um significado, eu faço sentido na vida dele. (Menezes - assistente social).

Esse aprendizado está na história dessa mulher quando criança. São situações que podem remeter a um pai sádico, que a espancava, e que depois vinha acariciá-la e pedia desculpas. É uma relação muito presente nas formas relacionais dos homens com as mulheres, dos pais com as meninas, nas histórias das meninas exploradas sexualmente. Muitas mulheres acabam achando natural que a saga de agressividade tenha prosseguimento com os seus companheiros, creditando o seu comportamento a uma forma violenta de amar, mas acreditando que tem valor para aqueles que as subjagam e esse valor é representado pelo ato sexual. Não é tarefa fácil a desconstrução dessa dominação, e a sensibilização para que o segmento infanto-juvenil valorize o seu corpo, a sua integridade, a sua dignidade:

Nas minhas oficinas sobre sexualidade com os jovens, que denomino de vivências corporais, trabalho os seguintes motes: conhecendo o meu corpo, tocando o meu corpo, sentindo o meu corpo, o que é sagrado nesse corpo, o que é divino nele, por que eu preciso me apropriar da minha morada?.Trabalhamos na seguinte dimensão: ‘se o meu corpo é a minha morada, é como uma casa, eu não posso abrir a porta para qualquer um’. Entretanto, é um desafio representar isso no corpo desses jovens porque a casa deles é extremamente evasiva, nessa casa não há limites, privacidade, não há essa cultura, em função da ausência de acompanhamento a essas famílias, por toda uma condição de ausência de uma educação integral, que abra o mundo a partir do mundo vivente das pessoas (Menezes - assistente social).

A maioria dessas meninas convive, desde cedo, com cenas de sexo, de violência física, pois moram em casas que se constituem em apenas um quarto no qual dormem todos os

¹⁴⁸ Como popularmente é denominado o ato sexual.

membros da família. A representação do próprio corpo que vai se amalgamando demonstra o nível de deterioração da sua sexualidade. Por isso, quando agredidas fisicamente pelas pessoas com quem se relacionam, reputam isso como natural, porque já têm uma história de desvalorização do seu corpo. E neste contexto o processo de autodestruição vai se agudizando.

O nível de deformação da sexualidade apresenta perversões consideráveis, com um grupo que aceita esses comportamentos pela necessidade de sobrevivência. Há enfoques de taras dos clientes que deixam os seres em situação de exploração sexual ainda mais humilhados, como os que defecam em seu rosto. Se alguém tiver uma parefelia – manter relações sexuais com animais, com cadáveres -, certamente obrigará a menina a atender aos seus caprichos. Como está pagando, acredita que pode utilizar aquele corpo, da forma que melhor lhe convier. O fato da discussão sobre a sexualidade ainda ser um tabu certamente contribui para gerar esses tipos de comportamentos.

As cenas do cotidiano mostram a imperiosa necessidade de trabalhar a sexualidade em todos os grupos sociais de que a criança faz parte. A escola tem uma importância fundamental para debater a sexualidade humana com ética e responsabilidade, não se centrando apenas nas informações - tendência que se tornou prioritária em função do aparecimento da AIDS -, sendo secundarizada ou olvidada a ética sexual, as emoções, nas relações humanas.

A situação de barbárie expressa na exploração sexual precisa contar com o *cuidado institucional* em todos os níveis, e a sexualidade é uma expressão que deve ser entendida no cerne das relações sociais, com respeito a si, ao outro, envolvendo a ética nesse universo, para que relações mais humanas sejam construídas.

No âmbito das crenças e valores, a discussão sobre a sexualidade e a subjetividade ainda é um tabu no contexto da intervenção, é como se ela não existisse, é colocada no porão. No contexto dos programas oficiais constituiu-se em uma ausência o fato das oficinas sobre sexualidade com as equipes, que são um recurso valioso, não serem materializadas como deveriam, não obstante a sua imperiosa necessidade. Esse tipo de evento normalmente é realizado com os “educadores de rua” do Movimento de Emaús, organização não governamental, que atua com o segmento infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade, como é o caso da exploração sexual, mas não acontece com as organizações oficiais responsáveis pelo atendimento:

Significativa parcela de educadores sempre pede para não entrar nas oficinas porque têm muitos bloqueios, muitas dificuldades como adultos. Quem não tem bloqueios? Todos nós temos. Entretanto, é importante ter a consciência do que eu quero, do que eu preciso, do que posso e do que eu faço com tudo isso. O movimento nos dá a possibilidade de resgatar essa interação do organismo com o ambiente porque nada está dissociado (Menezes-assistente social).

No cômputo geral, considerável parcela de profissionais apresenta resistência a trabalhar elementos relacionados à sexualidade que possam desnudar os seus conflitos internos, não oportunizando o auto-conhecimento, o enfrentamento dos seus bloqueios e a busca de superação. Sentem-se “mais à vontade” com a velha retórica de falar de sexualidade e corpo de maneira formal: métodos anticoncepcionais, doenças venéreas. Veicula-se a informação que é necessária, mas deixa-se no porão os sentimentos, as emoções e as dores.

Falar de corpo sem entender o corpo, sem compreender as suas memórias, trabalhar a dor sem a emoção, apenas no domínio do racional, não tem como surtir efeito junto ao segmento explorado sexualmente, assim como o desconhecimento das questões que geram e desenvolvem essa realidade social não lhe auxiliará a entender criticamente a sua situação. Ela pode até compreender que essa condição é aviltante, mas não percebe o que a empurra para esse precipício, além da impulsão imediata - a fome. As crianças e adolescentes sabem do risco, mas essa noção é associada a um sentimento de pouca valência que vai levando na vida diária a um movimento de autodestruição, que faz morrer “por dentro”. É um sentimento de desesperança.

A ausência de conhecimento dos mecanismos impulsionadores dessa condição e como trabalhar visando a elaboração de um novo texto compromete a prática social, pois intervir junto a este segmento requer estudos aprofundados e experiência profissional. Ao não priorizar este procedimento, exclui-se essa população de um atendimento qualitativo que poderia efetivamente estar contribuindo para o enfrentamento do problema, através de um reordenamento da intervenção.

É possível, por meio do levantamento da história da família das meninas exploradas sexualmente, identificar quais são as experiências culturais, sociais, educacionais, grupais que as marcaram e como elas influem na estruturação da sua personalidade, em particular a experiência da situação de exploração sexual. No decodificar da concepção do corpo, é necessário percebê-

lo como uma fonte de energia, que inscreve a configuração social e emocional do ser humano, identificada no corpo que representa a nossa morada.

Precisa ser oportunizada aos grupos prostituídos a penetração nas zonas ainda desconhecidas ou recalçadas do seu ser, revisitando sua história e a da sua família. A identidade corpórea que começa a ser moldada na infância com a família é muito comprometida com a herança judaica-cristã, que permeia toda a cultura ocidental e que insiste em dissociar o corpo da alma, do espírito, do sentimento. Essa separação interfere com a consciência do nosso corpo. Para algumas mães, que nunca puderam falar de sexualidade, se a menina menstrua, ou mesmo se nem menstrua, e se os seios já despontam, ela já é mulher e poderá contribuir através da venda de sexo para o orçamento familiar. O corpo é vinculado a um processo de dominação que obstaculiza a consciência desse corpo como a “morada do eu”.

7.1.3. Planejando e reinventando a prática social

Ainda no âmbito da capacitação, importa mencionar o trabalho da Escola do Governo – EG-Pa -, um órgão que objetiva capacitar o funcionário público através da viabilização de uma série de cursos, em áreas diversificadas, inclusive mediante parcerias em que pode ser solicitado o tema do curso e seus conteúdos. Apesar dessa proposta já estar sendo desenvolvida há aproximadamente oito anos, ainda não foi alvo de interesse dos programas de enfrentamento.

Outra situação que se torna evidente, no contexto dos cursos oferecidos pela Escola do Governo, é que nem todos os setores estão sensibilizados para a importância da capacitação de seus funcionários, haja vista que muitos são impedidos de neles participar pelos gestores:

Sou professora, e toda vez que desejo participar de um curso, a Diretora da escola em que trabalho não libera. Penso que deveria ser obrigatoriedade a liberação e que deveriam também ter cursos especialmente para nós. O governador deveria baixar um ato, pois a maioria dos professores passa por essa situação. O professor precisa ser ouvido, tenho várias alunas vitimizadas pelo abuso e pela exploração sexual, e não sei bem o que fazer. É necessário discutir as questões das escolas que são muito complicadas, e às vezes o próprio professor e a direção contribuem para isso (U.G. – professora).

Sou da policia militar e acho importante a gente participar dos cursos porque teríamos muito a dizer. As pessoas só sabem nos criticar, mas não percebem que também temos uma série de problemas. Eu gostaria, mas os chefes não acham importante, por isso dificilmente nos liberam. Como lidamos com a exploração sexual de crianças e adolescentes, preciso saber mais a este respeito (I.T. – polícia militar).

À EG-Pa falta afirmar a sua presença e importância na formação dos agentes do Estado envolvidos nas políticas públicas. O fato de estes não serem liberados para a frequência dos cursos é um revelador importante da ausência de comprometimento das instituições em relação ao aprimoramento da capacitação dos seus agentes e da sua intervenção.

Há de se considerar a necessidade de alteração profunda nos eixos de sustentação dos programas de capacitação, e para isso é necessária uma avaliação crítica que mapeie o nível de qualificação dos que são responsáveis pela execução dos programas de políticas sociais. Gasta-se tempo, energia, dinheiro, mas as equipes continuam em *stand - by*. Falta imprimir o cuidado não só nas intenções, mas principalmente nas ações.

A ausência do *cuidado institucional* no cotidiano da intervenção impregna também a maioria dos setores ligados ao enfrentamento da exploração sexual, onde os reflexos do descuidar desde a primeira infância vão desaguar. A qualificação, que em tese, contribuiria para uma prática social conseqüente e capaz de contribuir para fazer a diferença não se legitima, e o resultado é a incapacidade de interromper o movimento que continua a levar aos espaços da rua, bares, boates, casas de exploração sexual, levas de crianças e adolescentes prostituídas.

Imersos na síndrome do *stand by*, os agentes não organizam a intervenção, não planejam o trabalho a ser executado, não avaliam os seus efeitos pautando-se em uma racionalidade substantiva. O fato das meninas continuarem na situação de exploração sexual e apresentarem um estranhamento em relação aos programas de enfrentamento é a prova inequívoca de que algo está errado. O discurso comum entre os funcionários é o da necessidade de retaguardas, que permitam fazer funcionar uma rede que ainda não é sinérgica. Visível é que ainda não se percebe um planejamento estratégico de vida para essas meninas, para a família, em que sejam mapeadas as possibilidades de mudanças.

Para a consecução de um trabalho emancipador é necessária a construção de estratégias de aproximação com a demanda. Não basta retirá-la das ruas e encaminhá-la a um abrigo ou à

família, que na maioria das vezes nem quer recebê-la. Isto não surtirá efeito, se as ações não estiverem conjugadas com o fortalecimento à família – quando ainda for possível o restabelecimento de laços -; o penetrar nos subterrâneos dos sentimentos que estão camuflados, para que possam ser compreendidos, refletidos e trabalhados; os encaminhamentos à escola, às atividades culturais e esportivas que sintam prazer em desenvolver; as que lhes possam possibilitar alguma renda – como aprendiz, a partir de 14 anos, e 16 anos como profissional. Igualmente importante é trabalhar a questão da sexualidade e os valores do corpo, dissociando-os da exploração sexual.

O planejamento de ações que sejam sinérgicas exige conexão com todos os aspectos da vida da criança e da adolescente: familiar, psicológico, social, econômico, político, cultural. Deve ser feito com, e não por e para ela. Com a sua presença, cria-se a participação, estudam-se as possibilidades de concretização, buscam-se alternativas e discutem-se os obstáculos. Na execução de um projeto estão presentes aspectos da singularidade, quando essa menina precisa de um atendimento mais específico, quando ainda não tem condições de participar em grupo, e no encaminhamento de uma outra estratégia de sobrevivência a partir das suas aspirações. Por outro lado, trabalha-se a dimensão particular, quando se materializam as oficinas sobre sexualidade - fundamentais para o seu reconhecimento enquanto ser, para a sua valorização como mulher -, quando realiza atividades desportivas, de lazer.

Um grave problema pode advir da falta de valorização do discurso da população. Os projetos já vêm prontos, elaborados por pessoas que acreditam ter a chave para a resolução do problema. Desta forma, estabelece-se um paradoxo, pois a construção da cidadania, objetivo proclamado dos programas, envolve a participação social e política, e se a população é excluída da elaboração de um programa que lhe é destinado, está a ser negada aos seus membros a condição de sujeitos de direitos. O reconhecimento dessa condição é um decisivo passo em frente rumo à elaboração e execução de políticas, capazes de contribuir para realizar a cidadania.

Essas atividades precisam voltar-se, também, de forma intensa, para a família. É preciso criar espaços em que esta seja atendida tendo em conta os seus diferentes aspectos e a sua complexidade. O espaço institucional precisa ser mobilizador de calor humano, mas, contraditoriamente, na maioria das vezes exala impessoalidade. Nas equipes, cada profissional deveria ser responsabilizado pela elaboração e execução do planejamento para determinado grupo de meninas e suas famílias, tendo que avaliar sequencialmente os entraves e os saltos

qualitativos associados ao projeto vinculando-os a novos projetos de vida. Dessa forma, seria fomentada uma cultura da responsabilidade e não da transferência de responsabilidade.

O ser humano normalmente privilegia, na sua trajetória de vida, a construção do futuro, projetando-o e aglutinando esforços para que esse planejamento seja equacionado, sendo, portanto, necessário que condições favoráveis se sobreponham às dificuldades. Nas classes populares, apesar da projeção do futuro acontecer, este fica seriamente comprometido, quando as pessoas se vêem excluídas de sistemas importantes para o seu desenvolvimento enquanto seres humanos. Em muitos casos, a menina, apesar da sua situação de penúria, poderia ser capaz de resistir a trilhar o caminho da exploração sexual enquanto estratégia de sobrevivência se pudesse sentir-se mais incluída na família, na escola, no lazer, na comunidade, e concomitantemente, se a sua família também estivesse incluída em programas que lhe permitissem prover à subsistência material e emocional de seus membros. Entretanto, quando a fragilidade dessa inclusão se faz presente, multiplicam-se não só os problemas de ordem financeira, mas a violência emocional, física, e sexual. A exploração sexual acaba se configurando como uma alternativa não só de sobrevivência, mas também de existência, embotando, assim, os sonhos, que todavia permanecem latentes.

Para as pessoas inseridas nessa atividade, a vida termina no aqui, agora. O prazer da vida é do tamanho da “farra” que envolve o ato sexual: beber, fumar. Por isso é preciso procurar compreender qual é o ideal daquela menina. Se não tem um ideal, vai viver em função do curto prazo. O desafio é identificar o que pode agregar um ideal de futuro, qual é o amanhã desejado? Na atividade de exploração sexual retira-se das pessoas a perspectiva do amanhã. O que importa é o que vai fazer hoje, quanto vai ganhar hoje (Campos – cientista político). Na construção do futuro é imprescindível capturar as manifestações do segmento infante – juvenil, investir e dar crédito ao seu potencial, descobrir uma ponte entre o hoje e o futuro desejado:

Gostaria muito de ser bailarina. Quando estou na Praça da República e vejo eles entrando no Teatro da Paz, fico com uma vontade danada de estar lá. Até faço alguns passos. Como será que se faz para ser uma bailarina? Dizem que é coisa de rico, mas que eu gostaria, gostaria... queria muito ter uma família que não me fizesse mal (N.J - 10 anos).

Adoro escrever poesias que falam de um mundo legal, com muitos amigos, sem violência, uma família maravilhosa que me trataria muito bem, um marido bom, que não bebesse e nem me batesse, muitos filhos, muito amor, amor, amor(...) seria legal escrever um livro... tenho muita coisa guardada (A.M - 14 anos).

Na roça aonde eu morava, minha avó criava galinhas, porcos. Tinha um burrinho velho. Eu gostava de cuidar dos animais, quando o burrinho se machucava eu passava remédio. Acho legal aquele médico que cuida dos animais (...). Mas precisa muito dinheiro para ser médica... Isso não é para pobre (M. S - 14 anos).

Gosto muito de desenhar, desenho muito bem, principalmente paisagem. Desde pequena ando de barco e acho bonito o rio, a mata... o verde. Queria pintar uns quadros e depois vender para arrumar uma grana (G.K - 14 anos).

Quero ter minha casa, meu carro, meu celular, minha suíte. Quero ser cantora e conhecer a Disney. Quero também ser estilista. (B.J - 14 anos).

Queria ser secretária, trabalhar com o computador, entrar na Internet. Escrevo direitinho e sei fazer contas (K. P -13 anos).

Seria ótimo se fizesse um curso para modelo ou manequim. Sou alta e magra, mas não tenho grana para pagar um curso, pois preciso arranjar dinheiro para eu e minha família não passarmos fome. Gosto de desfilar para as minhas colegas verem. Dizem que levo jeito (T. V - 13 anos).

Gostaria de ser modelo. Por que não bancam um curso desses para nós? È porque acham que somos umas perdidas?. Como modelo poderia ganhar dinheiro desfilando. Seria maneiro. Quero também ter uma família que me ame (P. J -14 anos).

Eu queria ser advogada pra mandar prender os caras que nos exploram. Penso em casar com um cara legal, numa igreja bem bonita e ter três filhos (Z. F - 15 anos).

Gostaria de ser professora. No dia que eu sair dessa vida, vou ter uma família legal, filhos, e vou criar tudo nos conformes. Tive dois, de caras diferentes, não tive como criar e dei para outras pessoas. Não sei aonde andam, mas devem estar melhor do que comigo. Como sai de casa, não tinha quem cuidasse deles, não dava para eles morarem comigo na rua (V. F - 15 anos).

Quero ser dançarina. Me imagino dançando com um cara bonito e cheiroso. Um dia ainda vou estudar, ter um emprego, um namorado legal, que não me bata e que goste muito de mim, me trate como uma flor (P. A - 14 anos).

Quero ser estilista ou advogada (J.P – 13 anos).

Quero ser professora (L.D – 14 anos).

Quero ser secretária, ou fisioterapeuta (J. S – 14 anos).

Quero ser médica ginecologista, ter meu carro, meu celular, meu apartamento, minha suíte (T.R– 14 anos).

Quero ser cantora ou meteorologista. Ajudar minha avó e minha família. Depois, conhecer a Disney (N.V – 12 anos).

Significativa parcela destas adolescentes já passou por abrigos, centros de internação, por estar em situação de vulnerabilidade ou ter cometido ato infracional – nestes casos a exploração estava na subterraneidade-, ou porque foi encaminhada pelo conselho tutelar em função da denúncia de exploração sexual; outras permanecem esquecidas nas ruas. Para as que chegaram até a instituição, segundo os seus relatos, ninguém lhes perguntou sobre os seus sonhos. Percebi que apresentavam dificuldades em verbalizá-los, como se não lhes fosse permitido sonhar, e só quando se sentiram mais confortáveis com a revelação da sua intimidade, timidamente, foram-nos colocando.

As adolescentes dão pistas valiosas que necessitam ser planejadas e encaminhadas. É necessário descobrir os elementos motivadores da construção de um futuro, que deveriam ser viabilizados. Disponibilizar cursos que não as motivam as levará a não identificar, nessas

atividades, uma ponte entre o presente e o futuro, porque são pessoas que estão envolvidas em situação de exploração sexual que, se não lhes proporciona prazer emocional e afetivo, pelo menos lhe dá respostas materiais importantes. Essa visão do aqui, agora, está muito centrada em uma vida em que diariamente têm que lutar por um prato de comida para si e seus familiares; então o que importa é o rendimento que proporcionará o atendimento desta necessidade básica:

Nada de manicure e pedicure. Tô fora. Minha mãe rala fazendo isso, e o que consegue não chega nem perto do que consigo ganhar. É pouco, mas dá para comprar comida e algumas roupas, mas no outro dia tô dura e começa tudo de novo (R.D. -12 anos).

Os programas trazem atividades, mesmo que não as executem, que não possibilitam um salto do aqui e agora para uma projeção de futuro, até porque não entram em sintonia com atividades que poderão propiciar o emergir da potencialidade do segmento a que se dirigem. Isso requer investimento no que lhes pode agregar um ideal de futuro. Para que uma possibilidade seja credível, é imprescindível um trabalho de conquista, atividades que tenham a ver com as suas aspirações, e formação profissional:

Quando se lida com garotos envolvidos em drogas, com situações de rua, e se faz convênios com os clubes de futebol e lhes é oferecido à oportunidade de brincar naquele espaço, ou mesmo de participar de times, isso lhe causa prazer e serve de sustentáculo, de motivação, para sair da situação em que se encontra, tendo em vista que muitos meninos pobres querem ser jogadores de futebol. É uma atividade prazerosa que agrega possibilidade. No caso das meninas em situação de exploração sexual os programas oficiais não investem no que lhes motiva. É preciso investigar o que as meninas que estão envolvidas nessa atividade mercantil querem. O que vão oferecer a elas? Porque tem um cálculo, mesmo que não haja uma ação consciente, racional, mas em curto prazo ela faz um cálculo: o que vou ganhar com isso? O trabalho tem que ser neste sentido, ela vai perder por um período para poder ganhar no futuro, enquanto hoje ela ganha por um período e vai perder para o futuro (Campos – cientista político).

É preciso, pois, investir no conhecimento de demandas, expectativas, sonhos, frustrações, porque se verifica que não é apenas a pobreza material que leva à situação de exploração sexual. É necessário atentar para a dimensão singular, particular, os anseios de cada jovem, planejando, conjuntamente, a sua nova rota, buscando outras alternativas caso não consiga realizar os seus sonhos, fazendo-a perceber os entraves e possibilidades. É fato notório que as políticas coletivizadas não estão trazendo resultados porque a frequência a esses programas é mínima e de alguma forma acaba afugentando o segmento que procuram captar.

Entretanto, existe uma opacidade política, uma cegueira profissional, um estrabismo institucional nas práticas levadas a efeito, que amputam os encaminhamentos, desde os mais elementares como a abordagem. E como esse processo permanece truncado, outros mitos aparecem. Não é sem razão que se tornou habitual, nos meios ligados às políticas sociais, pensar que a inserção em um programa de transferência de renda e na escola, são suficientes para que o segmento prostituído abandone a situação de exploração sexual. Essa postura tende ao fracasso, quando não se percebe o feixe de causas, igualmente graves, da procura dessa estratégia de sobrevivência.

Normalmente, dentro das políticas públicas, é priorizado o encaminhamento à escola, tendo em vista que expressiva parcela do segmento em questão abandonou os estudos, outras mal sabem ler, e não têm condições de prosseguir, ora em decorrência do tempo que permanecem desenvolvendo essa atividade, em geral a noite toda, dormindo durante o dia, ora porque há ausência de motivação necessária, já que a luta é pela sobrevivência. Aparece como essencial, por contraponto a esta situação, o fortalecimento da auto-estima de crianças e de adolescentes e do sentido do seu valor enquanto seres humanos. Isso implica um processo de reconstrução de trajetórias de vida no meio da opressão, do estigma, do preconceito, do medo, da dor, da solidão, do abandono, do 'eu não posso'. A partir do momento em que essa reconstrução aparece como possível, poderá ser viável, estar em conjunto elaborando projetos de vida, e nesse contexto pensar na escola e numa profissão, como qualquer outra pessoa. A viabilidade do projeto é crucial para não gerar um grau de expectativa tão alto que acabe redundando em mais dor. E isso implica em tratar crianças e adolescentes como protagonistas da sua própria vida, ouvi-las.

Uma outra leitura da situação de exploração sexual de crianças e de adolescentes que é frequente entre as equipes é a de que essa situação poderá ser sazonal ou fruto de uma crise econômica. Se o segmento em questão for inserido em um programa de transferência de renda,

provavelmente essa situação será superada. Essa visão estreita não dá conta de que a desvalorização da mulher advém dos padrões sociais de dominação masculina em relação à figura feminina; as próprias mulheres adultas, que se constituem como referência para essas meninas, trazem uma história de desvalorização no seu papel de mulher, na sua auto-imagem. Não é fácil para essa mulher que tem outras mulheres sob a sua alçada, ainda meninas, reconstruir uma imagem diferenciada, a não ser que seja auxiliada nesta travessia.

Os meandros da história de vida do segmento prostituído constituem-se em material de extrema riqueza. Todavia, esse enredo só será descortinado a partir do momento em que crianças e adolescentes se sentem verdadeiramente acolhidas, no espaço institucional, em que os laços de confiança são estabelecidos, e em que conseguem responder ao empenho do profissional em compreender a sua história. Os que se envolvem nesse trabalho precisam se constituir em ativos investigadores da realidade social, compreendendo as suas nuances e detalhes, e identificando aquilo que pode contribuir para abrir um novo caminho.

No afã da sua afirmação como técnico e da correspondente posição de alegada neutralidade, o profissional se esquece de ser pesquisador, porque o pesquisador, por excelência, precisa ser uma pessoa curiosa. É o buscar conhecer, o ouvir, sem estar, necessariamente, com grande abertura intelectual. É preciso ter ouvidos para ouvir, escutar. Como bem coloca Rubens Alves (2000), na sociedade atual, ao abrir o jornal, se percebe muito curso de “oratória”, mas nunca de “escutatória”; e isso é essencial porque todo o processo de educação precisa ter como elemento-chave a escuta, é entrar num padrão de troca, de aprendiz e educador, educador-educando, como dizia Paulo Freire. O primeiro procedimento, portanto, é se educar para escutar e indagar: ‘o que é que eu sei do mundo do outro’? É preciso ouvir a história dessas meninas para que possa ser reelaborada a intervenção profissional.

Isso faz todo o sentido para as pessoas envolvidas. Ao falarem das suas histórias, vão tendo possibilidade de se escutar internamente, num movimento reflexivo que, por sua vez, se torna num elemento importante para romper com a cultura do aconselhamento: ‘Eu quero isso, eu não quero. Se eu não quero, eu vou dar um tempo, eu passo a me respeitar’. Esse é um processo de regulação interna que vem pelo corpo, é o corpo que vai ser o grande auxiliar nesse processo. Isso requer dos profissionais uma vontade e um desejo de se reeducar.

Somente a partir do momento em que são propiciadas as condições adequadas para romper os grilhões que aprisionam a demanda prostituída à sua situação é possível tomar consciência do

corpo, respeitá-lo, valorizá-lo. E para isso a presença do profissional é fundamental. Não uma presença fria, impessoal, mas aquela que procura trabalhar os seus bloqueios, os seus preconceitos, para ter condições de trabalhar com o segmento prostituído. A escuta é fundamental, e trabalhar histórias requer tempo, compromisso, diminuir a angústia e a ansiedade de levar resultados que precisam ser mensurados estatisticamente nos programas, em detrimento da qualidade do conhecimento que inscrevem e da sua efetivação. É preciso criatividade para poder usar esses recursos dentro dessas políticas e garantir o atendimento individual e em grupo. É preciso entender que a memória é incorporada. É impossível apagar uma história inscrita no corpo. O que deve ser trabalhado é o resignificar do olhar de cada menina a partir das coisas que traz.

É como se você convidasse essas pessoas a ver a sua mala. Todos nós temos uma mala interna e trazemos muita coisa nessa mala. Não precisa jogar fora, e não tem como as pessoas jogarem fora as suas histórias, mas elas podem refazer a sua história de um jeito diferente, e isso vai mexer com pudor, com frustrações, com valores.

Esta abordagem exige um conhecimento plural. É essencial resignificar o olhar, reconstruir a intervenção, trabalhar os preconceitos e estigmas ao lidar com este segmento. Deve ser uma intervenção em que nós, que estamos indo com as nossas malas, com as nossas histórias, vamos precisar nos olhar, rever, para poder compreender o conteúdo das malas trazidas pela demanda. O trabalho fica impossibilitado quando os profissionais não desenvolvem a linguagem do acolhimento. Deve ser um trabalho em que nós devemos ter o intuito de rever os nossos posicionamentos e atitudes. O entendimento das pessoas atendidas não pode estar desconectado da indagação sobre as suas condições concretas nos multifacetados âmbitos:

Ao conversar com uma prostituta sobre a sua atividade, ela disse algo que eu nunca mais esqueci: ‘Quando eu me deito com um homem todos os meus sonhos se levantam, quando eu me levanto todos os meus sonhos se deitam’. Este estilo de vida não agrega rigorosamente nada para o futuro, o que existe é o presente fantasioso e seguido de frustração, e no lugar daquilo que é a festa, a encenação, que nem sempre é o prazer vem à frustração. O mecanismo é o abandono do real (Campos - cientista político).

Para essa fundamental apreensão, a qualificação, o compromisso político e ético de cada equipe é imprescindível, para que o trabalho possa ser executado com competência ética e responsabilidade, e não um atendimento sem pessoal devidamente qualificado, comprometendo a sua efetividade. As meninas continuam a ser exploradas sexualmente e torna-se “um acinte” não se ter um trabalho em que se consiga pelo menos em um primeiro momento reuni-las.

No dizer de Santos (2000:125), “a mudança da realidade exige um projeto; não havendo projeto, a rotina é o melhor seguro contra o futuro incerto. A rotina é o governo do conhecido pelo conhecido. É a força de quem não tem força, ou, tendo-a, não sabe que a tem ou acha desperdício ou perigoso exercê-la. Na rotina é-se contra o método, o rigor e a previdência em nome da facilidade, do comodimento e do bom senso naturais do deixar correr”.

Essa estrutura de conhecimento, de planejamento, de cuidados, de ações sinérgicas, precisa estar bem articulada, e para isso a presença da comunidade é essencial no processo de construção de projetos orientados para a mudança.

Como afirma a feminista alemã Roswitha Scholz, “na pós-modernidade, o patriarcado não some, antes “se embrutece” e se estilhaça em formas múltiplas de barbárie. Este é o mundo que transforma crianças em assassinos e psicopatas”. É um mundo em que crianças são violadas desde tenra idade, inseridas na exploração sexual como estratégia de sobrevivência, tendo também a família como incentivadora desse processo. É um mundo em que a sexualidade é entendida na relação com o corpo como mercadoria. Neste cenário é esmaecida a construção de valores de cidadania, respeito, amor, justiça social e solidariedade, com distribuição de renda equitativa para todos e acesso aos direitos universais preconizados na Constituição Federal, na Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, os quais são cotidianamente desrespeitados. A consolidação de “espaços do cuidado” em todos os âmbitos da sociedade poderia contribuir para a promoção e defesa efetiva desses direitos. Para isso é necessário o conhecimento profundo da demanda explorada e do universo das suas famílias.

A partir do enfoque da sociologia das ausências, as pistas e sinais apontados, ainda não são considerados como parte de uma realidade dinâmica e cotidianamente produzida, continuam sendo secundarizados nos planejamentos institucionais. Na perspectiva da sociologia das emergências, por sua vez, não se fortaleceram os mecanismos que deveriam propiciar esse encaminhamento, que não parece, por isso, aceitável enquanto possibilidade. Essa situação

decorre das próprias dificuldades dos gestores das práticas sociais e dos agentes sociais, que têm uma visão linear do fenômeno, desconectada de conhecimento da produção dessa realidade, das formas de encaminhamento para que a resolubilidade possa e deva ser pensada como possibilidade e, sobretudo, de ausência de responsabilidade social e política. Somente quando for estabelecido o elo entre a competência técnica e o compromisso político será possível reconstruir a intervenção e isso não se faz sem uma luta que passa, também, pelo enfrentamento do conhecimento e das rotinas estabelecidas.

7.1.4. Interações Sociais e Relacionais

As interações são processos compartilhados intersubjetivamente pelos atores sociais. A forma como são materializadas suscitarão determinados sentidos no seu cotidiano, que expressam o significado das suas ações:

Não temos o mesmo posicionamento quando se trata da exploração sexual de meninas com mais de 12 anos. É como se alguns profissionais já as considerassem adultas e responsáveis pelos seus atos. Sinto-me incomodada com isso (R.P. – assistente social).

No abuso ainda percebo alguma movimentação, pelo menos a criança ou a adolescente é atendida, mas em relação à exploração sexual há uma grande distância, a não ser quando é uma menininha. No geral parece que muitos profissionais sentem-se tolhidos, mas ninguém conversa sobre os seus temores, a prova maior deste afastamento é que elas continuam sendo exploradas e a maioria não atendida (O.L. – Socióloga).

A aquisição de conhecimento e informação não necessariamente implica sabedoria. Os agentes sociais agarram-se a idéias bloqueadoras, como o preconceito, fincadas em sentimentos de defesa, do que parece sólido, potencializando o encarceramento. Desta forma obstaculiza-se a *libertação celular*. Esta postura de defesa passiva tem produzido impossibilidades e invisibilidades, já que estão centradas em dogmas, crenças, valores, presentes e enraizados na sociedade. As posturas centradas em velhas concepções são regidas pelo imobilismo, construídas no cerne de padrões estáticos, contribuindo para a recusa de conhecimentos fora do pré-estabelecido. A mudança neste itinerário exige o acolhimento da flexibilidade, para que sejam produzidas novas idéias.

A produção de sabedoria implica, portanto, transcender o aparente, capturando os nexos configuradores de uma determinada situação no cerne das subjetividades, dos sentidos e dos significados, e assim ampliando as possibilidades de outras respostas e novos caminhos. Neste contexto, a sabedoria fecunda a atitude, abrindo itinerários ainda não percebidos, na medida em que propicia o conhecimento de si, do outro, do grupo, da sociedade.

A distância entre a atitude e a defesa pode ser alargada ou diminuída com a ressignificação dos valores ou com a sua reafirmação. Essa dinâmica é oportunizada pelo relacionamento, um dos esteios da *articulação orgânica*, quando este se processa amparado em interações emancipatórias:

As pessoas não conseguem dialogar porque não têm a visão do todo, trabalham de forma pontual, depende do gestor, de quem está ali, da proposição, dos mecanismos políticos, ideológicos que são postos, do comprometimento, objetivos próprios que prevalecem em detrimento do coletivo. Tem uma correlação de forças partidária (A.P. – Socióloga).

Os Conselhos, os Fóruns, não são articulados, estão contaminados; poucas pessoas se destacam nessa militância. No Fórum Estadual de enfrentamento da violência sexual, o debate das idéias não era em torno da criança e do adolescente, era em torno da vaidade pessoal, da vaidade do órgão que estava representado - quem faz, o que faz, o que deixa de fazer. Acho que as pessoas estão contaminadas desse processo, estão segregadas; é esse tipo de valor que impede que elas avancem e não tem avanço porque cada um se fecha de copas e tenta tomar conta do seu próprio espaço como se fosse um reino, uma redoma (S.A. – Assistente social).

Há falta de diálogo com os parceiros em rede. Mas, que rede nós temos? Só se for da incompetência e da falta de articulação. Os órgãos estão perdidos, gastando muito dinheiro, mais o resultado é insignificante (Coordenadora do Conselho Estadual).¹⁴⁹

O relacionamento implica participar de processos sociais compartilhados na sua interatividade. Mas se ele não for potenciado no contexto de um paradigma mais humano em que

¹⁴⁹ Trecho da palestra proferida na apresentação da CPI da Pedofilia.

tenha prioridade a situação de opressão vivida pelos grupos atendidos ou que estão invisibilizados, se estará caminhando na contra-mão dos direitos humanos. As interações não são estabelecidas por normas, protocolos, representações, acordos, mas pela força dos sujeitos que pensam a transformação dessas relações de dominação e por isso estabelecem a conjugação de responsabilidades. As respostas aos problemas sociais estão imbricadas na *articulação orgânica* que potencia o relacionamento.

Entretanto, se os agentes sociais *mergulharem* na fogueira de vaidades, preocupando-se com a afirmação própria, comprometerão o enfrentamento da realidade social vivenciada pelos grupos prostituídos, na medida em que não acontece a busca de significados de determinadas ações, obstaculizando processos de descobertas individuais, grupais e coletivas:

As políticas públicas não estão consolidadas, não estão articuladas, não estão efetivamente dialogando entre si, acaba sendo questão pontual, compensatória, imediatista que compromete o atendimento {...} é como se nós estivéssemos travando uma batalha interna. Não se consegue que o atendimento e a evolução dos grupos violados sexualmente aconteçam com a mesma rapidez que essa perversidade também acontece (M.C. – assistente social).

Há um processo de adoecimento na equipe. Há uma sensação de impotência quando percebemos que as coisas não andam porque a rede de atendimento não funciona como deveria e não conseguimos falar a mesma linguagem (X.C.- socióloga).

O relacionamento, quando vinculado a interações propositivas e emancipatórias, envereda na captura dos significados que as pessoas envolvidas nessas interações atribuem a si, aos outros e aos grupos com quem interagem, desnudando a sua essência. A compreensão da rede de significados que envolve um fenômeno como o da exploração sexual não se estabelece divorciado do modo como as pessoas percebem as suas vivências, quer estejam na condição de atendidas ou na de agentes sociais a quem incumbe a responsabilidade do enfrentamento de situações de exploração. O descuidar é potenciado quando os órgãos encarregados do controle

social não mapeiam tanto os saltos qualitativos os entraves que as instituições encontram junto a seus assistidos.

7.2– O controle e a saga do (des) cuidar

O descuidar ainda se encontra muito presente nos órgãos de controle das ações desenvolvidas pelas instituições. O controle implica em monitoramento e avaliação. Deste devem participar as instituições que têm assento no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDAC, entidade que congrega várias organizações governamentais e não governamentais, para a constante supervisão das práticas sociais levadas a efeito junto ao segmento prostituído. Contudo, “há dificuldade para todos os membros das comissões se encontrarem e isso dificulta os encaminhamentos” (R.S. – Assistente social). Em 2002, B.S informava sobre a situação das comissões; em 2005, após outras duas gestões, a situação permanecia inalterada, e assim estava ainda em 2007. Este *stand by* obstaculiza que o COMDAC se consolide enquanto espaço de garantia de direitos:

Entra gestão, sai gestão, mudam-se os coordenadores, as organizações governamentais e não governamentais, mas a situação continua a mesma, o Conselho Municipal não consegue se impor. Nunca se consegue falar com a pessoa responsável. Cansei de ligar, para denunciar a omissão, em alguns casos, do conselho tutelar, e o trabalho do programa de enfrentamento antes do CREAS/Comércio. Afinal, o que fazem os membros que foram eleitos? Nada muda (J.B. - comunitária).

Há uma ausência de monitoramento e avaliação das práticas das instituições que sediam o programa de enfrentamento, o que contribui para o descuidar, agravando-se as situações vivenciadas pelo segmento infanto-juvenil. Frequentemente, o COMDAC refere que, enquanto mecanismo de controle, está construindo a rede de atendimentos, indispensável para o enfrentamento da violência sexual. A grande questão é fazer sair do papel as intenções, para que o atendimento se torne efetivo:

Estamos construindo a rede já há dois anos. Em 2000 construímos o sistema de informação. Acredito que com a rede daremos um salto qualitativo muito grande. Todas as

instituições que no momento tiveram alguma forma de investimento participam da rede, a qual é financiada pelo BNDS, com cerca de um milhão e 500 mil. Um milhão e 200 mil são do BIRD e o restante da prefeitura. Estamos finalizando a parte de recursos e implantaremos pólos nos distritos. Uma das tarefas da entidade pólo é agregar outras em torno, discutir a documentação de compromisso, formalizar os padrões (B. S. – assistente social).

Em 2001, R. S. fazia referência à entidade-pólo, ao sistema de informação, com a função de estabelecer uma rede de enfrentamento nos distritos de Belém. Em 2005, foram implantados dois pólos, em Mosqueiro e em Icoaraci. Em 2007 continua da mesma forma, sem expressão, sem legitimidade, contaminado por uma verdadeira anemia institucional. O banco de dados não foi criado, apesar dos recursos disponíveis. Mais uma vez, o orçamento foi elaborado, a verba disponibilizada, mas o segmento alvo da ação continua não sendo atendido.

Os pólos são inegavelmente um grande apoio, mas que não funcionará de maneira adequada se cada membro da rede não estiver em sintonia com os demais. A rede precisa constituir-se em importante vetor de resolubilidade e compromisso, imprescindível para a funcionalidade institucional, e não apenas ser um amontoado de instituições que não se interconectam e nem se responsabilizam, e que não conseguem se perceber enquanto espaço democrático, de fusão de conhecimentos, de cuidado nos encaminhamentos, de ética nas relações institucionais e inter-institucionais.

A qualidade do atendimento não pode ser delegada aos recursos tecnológicos, como se estes por si sós suprissem todos os meandros que compõem o cotidiano dos sujeitos prostituídos. Isso requer recursos humanos afinados com uma proposta emancipatória, que percebam a validade do que a tecnologia pode agregar ao trabalho, mas que sejam, sobretudo, profissionais éticos, conscientes, autônomos, pró-ativos e que tenham um projeto de sociedade calcado na justiça social.

É preciso que audiências públicas sejam realizadas mostrando o nível de comprometimento, ou omissão, das instituições e dos seus agentes. A divulgação na mídia informando o porquê dos saltos qualitativos e dos entraves certamente mexeria com os bríos dos gestores das instituições que têm assento na rede, que ou assumiriam os desafios ou deixariam que outros, com maior empenho, se articulassem e, desta forma, contribuíssem para o que denomino de conexões força.

Falta ainda realizar um trabalho adequado de mapeamento das situações de risco e de vulnerabilidade. A sua ausência acaba contribuindo para a desproteção do segmento alvo. Por outro lado, a ausência de reconhecimento ao trabalho do outro é um dos problemas enfrentados, até porque não existe a discussão de casos em que as várias instituições estão envolvidas, e isso mostra a ausência de entendimento do que realmente constitui um trabalho em rede:

Nós temos o caso de três irmãs que estão no abrigo, a mãe morreu, o pai a matou, abusou das filhas, foi preso e condenado. No final do cumprimento da pena, estava requerendo a guarda das filhas. A juíza autorizou a visita ao abrigo, o promotor também foi favorável e isso causou um trauma muito grande às crianças. Isso é uma prova de que o trabalho não é em rede, porque a juíza e o promotor não ouviram o técnico da instituição, não perguntaram se as crianças estavam preparadas para receber a visita do pai. As meninas se desesperaram, entraram em pânico, mas ele foi ao abrigo. Em face desta situação, houve a intervenção do CEDECA/Emaús, da imprensa, para que a juíza e o promotor voltassem atrás, e assim a visita fosse suspensa, e foi, depois de muita pressão. O diretor do abrigo disse que podia ser preso, mas não ia abrir a porta do espaço para aquele pai (Q. I - assistente social).

Neste caso aconteceu a mobilização de órgãos para reverter a decisão judicial, e uma postura ética do gerente; mas não é o que se passa em muitos casos que contam com a convivência das decisões judiciais e, em outras situações, com a inércia institucional. Existe uma profunda dificuldade de se trabalhar em rede, e isso causa seqüelas graves ao segmento em questão, justamente porque cada um faz apenas a sua parte, desconsiderando o conhecimento, as informações, os esclarecimentos importantes para o encaminhamento e resolubilidade da questão, e a importância dos outros integrantes da rede organicamente vinculados àquela situação. As conexões ainda não ganharam força. Quando se estuda um caso e o circuito percorrido na rede, percebe-se a ausência de conexões força porque o trabalho encontra-se ainda em nível de discurso. Em relação ao agressor, a resolubilidade se resume ao confinamento, se e quando ele acontece, porque na maioria dos casos fica impune.

Na outra ponta encontra-se o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente-CEDCA, responsável pelo controle do trabalho institucional em todos os municípios, inclusive o

de Belém, através do COMDAC. Sucodem-se, também, as várias gestões, mas a atuação continua sem visibilidade, principalmente na esfera do segmento prostituído:

O trabalho do CEDCA é meramente burocrático, não há o monitoramento e nem a avaliação nos municípios. Quando se recebe a denúncia de exploração sexual, apenas se informa aos programas de enfrentamento. Não existe a preocupação em acompanhar a situação. No caso das meninas balseiras, a situação continua existindo, sem que nenhuma providência mais contundente tenha sido tomada. A relação com o COMDAC é praticamente inexistente. Os fóruns estaduais e municipais caminham separadamente (R.L.- ex integrante do CEDCA).

O Conselho de Assistência, que deveria estar somando na esfera do controle, também, ausenta-se e, desta forma, não só o programa de enfrentamento, mas as demais ações operacionalizadas nos CRAS, via de regra, podem ser seriamente comprometidas.

É visível é que os programas direcionados, principalmente, ao segmento prostituído continuam sem controle das suas ações, e isso se estende, também, ao Ministério Público, que tem como um dos seus objetivos “o acompanhamento da implementação das políticas públicas, ampliação das parcerias e gestão participativa”. Das estratégias que o MP utiliza para alcançar esses objetivos, destaco a que visa “fortalecer os órgãos de administração, de execução e de apoio do Ministério Público (Procuradorias e Promotorias de Justiça) visando contribuir e acompanhar, por meio de instrumentos próprios, da formulação e implementação das políticas públicas no âmbito local, garantindo-se a participação da sociedade na defesa da cidadania” (MP, 2006).

Como já é hábito, o discurso é muito bem elaborado, mas a sua materialização é mais complicada, até porque, no âmbito da exploração sexual, a participação do Ministério Público no disk-denúncia, como já foi referido, resume-se a receber e a encaminhar as denúncias às comarcas, sem monitorar nem avaliar as ações dessas comarcas do interior do Estado.

Para conferir legitimidade ao controle social, a participação da comunidade precisa ser efetivada, através dos seus órgãos representativos, como centros comunitários ou associações de moradores, entre outros. Essa participação constituir-se-ia em peça importante não só da defesa de direitos, contribuindo para o mapeamento das situações de risco, mas também para a prevenção da violência, ou para o enfrentamento do que já está instituído, denunciando os casos

de violação, e ainda na esfera do controle. Acontece, porém, que nem essas organizações nem as instituições despertam para a importância de uma parceria. E isso acontece porque as representações da comunidade foram se descaracterizando, perdendo a sua legitimidade junto à população, e hoje se resumem a diretorias ou a inexpressivas e frágeis ações. Reverter este quadro exige um intenso trabalho, que pode gerar saltos qualitativos significativos, pois a comunidade pode exercer poder de pressão sobre os órgãos de atendimento, monitorando-os e avaliando-os. O profissional, pode ser a ponte entre a instituição e a comunidade, mas para isso precisa ser propositivo, pensar mecanismos, propor estratégias, articulações. É imprescindível contextualizar o conhecimento da realidade da própria população, para uma execução adequada e consequente dos projetos.

É necessário ter espaços nas comunidades em que sejam oportunizados processos de vivência, de interação, incluindo a população na rede de recursos da comunidade, através de ações conjugadas e de organizações articuladas. O centro comunitário precisa se constituir em um espaço para se refletir e pensar as relações vivenciadas no cotidiano, de uma forma organizada. As instituições podem ser parceiras nesta implantação de núcleos de vivências nas comunidades, incluindo as universidades. É necessário reforçar os recursos para os projetos e ações, mobilizando os profissionais dessas instituições para a capacitação e orientação de agentes de trabalho. Acrescente-se a esse cenário pessoas da comunidade que podem se engajar em um trabalho desta natureza e que poderiam constituir grupos como, “amigos da criança” ou “amigos da família”. Seriam possíveis, assim, radiografias das situações de risco presentes em cada bairro, e os grupos trabalhariam no monitoramento das situações que demandam intervenção. Entretanto, as justificativas para a não implantação de um trabalho de parceria com a comunidade continuam a aparecer, porque não são valorizadas as pequenas iniciativas, que se tornam grandes quando se convertem em intervenção. Pleiteia-se infra-estrutura adequada, aprazível, e olvida-se o que pode ser feito nas condições já existentes, mobilizando o trabalho com a população. Se uma rede de solidariedade já estivesse sendo viabilizada, o trabalho poderia ser descentralizado. É preciso valorizar os recursos de cada bairro, potencializar as forças existentes, para que a ação profissional enquanto expressão de compromisso político se constitua na reflexão e busca de conhecimentos, estratégias e encaminhamentos acerca das situações que demandam intervenção.

A parceria com a comunidade é essencial para reverter a exploração sexual que aprisiona o segmento infanto-juvenil, através de campanhas educativas sistemáticas, nas rádios, nos jornais,

na televisão, nos outdoors, buscando todas as alternativas: discussões nas escolas, nos centros comunitários, nos órgãos representativos das diversas categorias, nas universidades, na família, nas audiências públicas, para contribuir para o processo de conscientização do cidadão de todas as classes sociais, para que seja despertado o sentido do “cuidado” com crianças e adolescentes. Tudo isto pressupõe a capacidade para a denúncia de situações de exploração, pois o silêncio, o virar as costas e ir para casa “porque não é comigo, não é com a minha filha”, é uma maneira, ainda que indireta, de estimular a exploração sexual. A rede comunitária, mesmo que ainda não mobilizada, constitui-se em importante mecanismo no enfrentamento de todas as formas de vulnerabilidade e risco pessoal e social.

É possível a mudança desde que a participação da sociedade seja incentivada e apoiada por todos aqueles que têm compromisso com ela. É na sinergia entre as comunidades, as instituições e as organizações que será possível escrever uma nova história. Como bem dizia Vandrê (1965),¹⁵⁰ “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

¹⁵⁰ Geraldo Vandrê, compositor de “Pra não dizer que não falei de flores”, considerada o hino contra a ditadura militar no Brasil, no período de 1964 a 1984. Foi torturado em virtude dessa canção, tendo sido forçado ao exílio.

Capítulo 8

A VIDA E SUAS HISTÓRIAS

Neste capítulo, as discussões anteriores são vinculadas à apresentação detalhada de três casos emblemáticos da situação vivenciada pelos grupos prostituídos. São três das muitas histórias que consubstanciam as experiências das crianças e adolescentes sujeitas à exploração sexual, mas também as histórias dos seus (des)encontros com as instituições que deveriam defendê-las e promover os seus direitos.

8.1 – Cenas da vida cotidiana

CASO Nº 1

VITIMIZADA: R.J. - 6 anos

EXPLORADOR: L.C. -73 anos

ALICIADORA: Mãe – M.P. - 28 anos

SITUAÇÃO: abuso e exploração sexual

- *Procedimentos metodológicos:*

A fim de reconstruir a história de R.J., pesquisei prontuários nos lugares por onde ela passou – Conselho Tutelar, Pró-Paz integrado, Espaço de atendimento provisório infantil - , EAPI –, e Centro de Valorização da Criança - CVC, onde atualmente se encontra. Além deste procedimento realizei entrevistas com os profissionais que a atenderam e contatos com a própria, no CVC. Tendo em conta a sua idade, foi necessário encontrar procedimentos adequados de aproximação. Um consistiu na participação de uma oficina de desenhos que estava sendo realizada com todas as crianças, incluindo R.J., procurando perceber como se encontrava e como estava se projetando para o futuro. Visitei o local em que ela morava e entrevistei sua mãe, que se encontra na Penitenciária, para compreender os detalhes da sua situação.

- *Resumo da situação:*

R.J, seis anos, aparenta idade menor do que a que tem, parecendo um bebê que há pouco deixou a chupeta (pipo). Foi aliciada por sua mãe, M.P, que em troca de R\$4,00 (quatro reais) e gêneros alimentícios, a obrigava a manter relações sexuais, diariamente, com L.C., de 73 anos,

levando-a até a casa desse senhor. Quando se recusava a ir ou chorava era violentamente espancada pela mãe. M.P. é prostituta, alicia várias crianças para o referido senhor, incluindo a sua filha. Não trabalha. Recebe Bolsa Família, dado que R.J. frequenta a escola. Supõe-se que sua mãe a matriculou apenas para receber o benefício. Em sua companhia morava uma filha de 16 anos, que também é prostituída, iniciando-se com o mesmo Sr. L.C. As tias de R.J. sabiam da exploração a que era submetida, mas fizeram um pacto do silêncio, compactuando com a situação. O caso foi denunciado, após algum tempo, por um vizinho. A criança foi retirada da casa, a mãe e o senhor L. C. presos. A mãe foi encaminhada para uma penitenciária e o explorador para uma delegacia. O laudo pericial constatou a violência sofrida, vestígios de sêmen foram encontrados no corpo da menina, A criança era vitimizada por atos libidinosos e sexo anal.

- *A realidade social*

R.J. morava em um bairro periférico, anteriormente área de ocupação (invasão). Este local congrega significativa parcela de pessoas oriundas, principalmente, do interior do Estado, sem escolaridade e qualificação profissional. Por razões de precariedade econômica, a família alojou-se nesta área. Posteriormente, receberam o título da terra ocupada. Neste logradouro existem muitos bares, homens bebendo durante o período diurno e noturno que estão sem emprego, alguns vivem de bico. Famílias passam o tempo jogando baralho; considerável número de crianças e adolescentes transita de um lado para o outro, alguns roubando, se drogando, outras sendo vítimas de aliciadores, abusadas, prostituídas. Neste cenário nasceu e cresceu R.J. O relacionamento tumultuado entre sua mãe e o seu suposto pai levou-os à separação. Foram poucos os contatos com o pai, não criando laços afetivos.

R.J. vivia com a mãe em um quarto de madeira de dimensões exíguas (3x3m), deteriorado, construído em um terreno com vários outros quartos de madeira; nos demais moravam suas tias. O banheiro é coletivo. O ambiente é sujo e precário. A vila é cheia de crianças, sujas, maltrapilhas, desnutridas, descalças, perambulando, em aparente abandono. Sua mãe é prostituta, analfabeta, sem documentos. Teve seis filhos; um morreu, dois foram entregues para adoção, duas filhas moram com ela – R.J. e sua irmã, também prostituída. R. J., vivia em constante situação de risco, pois além da exploração sexual que sofria realizava mandados para sua mãe, que solicitava que fizesse compras nos vários estabelecimentos do bairro.

A Sra. M.P teve a primeira filha com 12 anos, já em situação de exploração sexual. Segundo suas irmãs, M.P sempre foi muito agressiva, chegando a cortar a mão da própria mãe. Seu relacionamento com os vizinhos se destacava pelas brigas e ameaças. Era conhecida pelo fato de aliciar várias meninas para a exploração sexual, principalmente para L.C, auferindo alguma renda com esta atitude. Mesmo com este comportamento, só foi denunciada passado muito tempo, por prostituir a própria filha, momento em que os órgãos de defesa de direitos retiraram a criança da casa da mãe e prenderam os aliciadores. R.J, apesar da tenra idade, sustentava a família com o dinheiro oriundo da sua exploração, repetindo um cenário semelhante àquele que a sua mãe tinha conhecido em criança.

- *Travessias institucionais*

O Conselho Tutelar, que já havia sido acionado em outras ocasiões, sem que o êxito fosse logrado, desta vez cumpriu o seu papel e retirou R.J do lar, encaminhando-a para o EAPI – abrigo do Estado que tutela crianças até aos seis anos, vitimizadas por diferentes formas de violência -, a fim de garantir os seus direitos, conforme preceitua o ECA. Após o acolhimento pelo Serviço Social e procedimentos higiênicos, pelo setor de enfermagem, tendo em vista que a criança “adentrou na unidade com prurido fétido na vagina e no ânus”(sic), foi efetivado o encaminhamento ao Pró-Paz Integrado, para que fosse submetida a exames periciais e atendimento psicossocial. Ao ser atendida pela assistente social, a criança, visivelmente traumatizada, dizia, aos prantos: “Prendam L. C, ele fazia “aquilo” comigo”. Olhando assustada para a assistente social, indagava: “Tu vais me bater?” A profissional procurou confortá-la para que se sentisse mais segura; o correto acolhimento levou-a a novas revelações: “Minha mãe me bate muito e me obriga a deixar L.C. fazer aquelas coisas comigo – passa a mão na minha periquita e coloca o pinto no meu buraco”. Falava sempre de cabeça baixa, demonstrando constrangimento”.¹⁵¹

Ao ser indagada se ainda naquele dia o Senhor L C tinha feito isso com ela, baixou a cabeça e perguntou: “Se eu contar você vai dizer para minha mãe?”; diante da negativa do profissional, sentiu-se encorajada, e com o polegar apontado para cima, sacudiu a cabeça afirmativamente, enfatizando: “Sempre que o Sr. L.C. faz isso comigo, leva comida, pipoca e entrega dinheiro para a mamãe”. Ao ser indagada se sua mãe trabalhava, informou: “Ela pega

¹⁵¹ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da criança no Pró-Paz Integrado.

dinheiro lá em Outeiro (cidade praiana próxima a Belém).” Referiu, também, que sua irmã, que está esperando bebê, beija o Sr. L.C. na boca e que sua mãe sabe de tudo. Ressaltou que gostaria de morar com o pai, pois “ele não faz isso comigo”. Durante o atendimento, a criança perguntava pela mãe, demonstrando preocupação e pedindo que não contasse o que ela havia relatado para a genitora. Revelou que “minha mãe arranca as folhas do meu caderno e coloca mato para fumar”, e, concomitante, solicitava: “Não vai contar o que estou lhe falando para o policial senão ela pode ser presa¹⁵²”.

Após os exames no Pró-Paz Integrado, R. J. foi encaminhada ao EAPI, o abrigo do Estado responsável pelo atendimento do segmento infanto-juvenil de 0 a 6 anos, vitimizado pela violência. É uma unidade ampla, arejada, dividida em dormitórios, por faixa etária. Todos têm uma cama, e local para guardar os seus pertences. Tem refeitório, biblioteca, sala para recreação. Dispõe de uma equipe interdisciplinar e de cuidadoras, para o trabalho com esta demanda. O EAPI, encontra-se na esfera das medidas protetivas propugnadas pelo ECA.

R. J., no início, teve dificuldades em interagir com os colegas e penetrar no mundo infantil, pois as suas vivências estavam concentradas no mundo adulto. Aprender a brincar com bonecas e demais atividades lúdicas daquele universo foi um processo doloroso. Não gostava de participar das atividades, irritava-se facilmente, apresentava dificuldade em se adequar às regras e às normas institucionais. Na brinquedoteca, ficava paralisada diante de uma boneca de fraldas. Suas memórias incorporadas certamente se faziam presentes, vindo à tona sua própria situação. Emergiam os sentimentos pisoteados em virtude da negligência, maus tratos e violência da genitora; demonstrava desamparo, solidão, isolamento, choro. Posteriormente, foi interagindo com os colegas e já participava das atividades recreativas. Gostava muito de pintar, sempre com cores escuras em que sobressaía uma casa e uma família. Dizia: “Quero uma família, uma nova mãe que não me obrigue a fazer aquilo”¹⁵³.

Transcorridos os primeiros momentos de laconismo, R.J, começou a contar para os seus colegas o que havia acontecido; mas ficava envergonhada quando, no atendimento com profissionais da equipe, essa situação era verbalizada. A estimulação que sofreu desde a tenra idade ocasionou a queima de etapas em relação à sexualidade infantil. Frequentemente beijava os colegas na boca, pegava em seus órgãos genitais e pedia que fizessem o mesmo com ela. Foi

¹⁵² Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da criança no Pró-Paz.

¹⁵³ Síntese do caso pela autora a partir do prontuário da criança no EAPI

encontrada, algumas vezes, embaixo das cobertas com alguns meninos. Dizia que uma das colegas, por saber da sua situação, estimulava alguns meninos a tocar-lhe, dizendo que ela era “a namorada do velho”. A sua exacerbada sexualidade foi alvo de vários atendimentos em que era discutida a importância de respeitar o seu corpo e o corpo dos colegas.

Através da equipe do Abrigo, foi contatado o pai de R.J. Depois de inúmeras solicitações, o mesmo compareceu, mas não demonstrou nenhum afeto pela criança, inclusive não quis vê-la, alegando que estava com pressa. Em decorrência da situação vivenciada, a equipe solicitou ao Juizado a destituição do poder familiar, dando assim a R.J. a oportunidade de encontrar uma nova família. Entretanto, apesar de um ano já ter transcorrido, o juiz ainda não a liberou para a adoção. Como R.J. completou sete anos, não pode mais permanecer no abrigo, principalmente pelas situações relacionadas à sexualidade, que estava envolvendo outras crianças. Foi encaminhada a um outro espaço, para meninas.

O novo local em que R.J. se encontra é uma ONG, o Centro de Valorização da Criança – CVC. Tem aparência de uma casa comum: sala, quarto, cozinha, varanda. E é esta conotação que a equipe tenta passar para as abrigadas. Trata-se de um espaço aconchegante para 13 crianças vitimizadas pelo abuso sexual intra-familiar. A equipe é composta por uma assistente social, uma pedagoga e uma psicóloga, além das cuidadoras. Neste universo, R.J. é atualmente, a única menina que além de abusada era explorada sexualmente. Consegue interagir com as outras crianças, mas gosta de impor as suas vontades. Continua gostando muito de desenhar uma casa e uma família. A sensação de dor e angústia ainda é muito presente. Está estudando, mas apresenta dificuldade na aprendizagem, característica presente nas meninas que passaram por processos de extrema violência..

A situação vivenciada por R.J, já despertou a atenção de casais que pleiteiam a sua adoção, que ainda não pode ser efetivada em decorrência da morosidade da justiça, que com esta postura encontra-se na contra-mão dos direitos, tendo em vista que, apesar de todo o sofrimento por que passou, R.J. ainda não pode ser adotada por uma família.

- *A mãe*

A mãe está presa na penitenciária feminina, e ainda não foi julgada. Permanece em uma cela com mais cinco detentas, que não sabem a verdade sobre o delito que cometeu, caso contrário já teria sofrido represálias. Apesar de todas as evidências, nega a acusação, dizendo que

ela era quem mantinha relações sexuais com o Sr. L.C. Quando questionada sobre as provas existentes, desconversa e permanece calada. Em relação a sua história, percebe-se que vivenciou a exploração sexual desde muito cedo. Não enfatiza se foi obrigada pela mãe, mas tentou cortar a sua mão, uma vez, o que evidencia fortes conflitos familiares. É analfabeta, não tem documentos, nunca trabalhou. A renda que auferia era proveniente da exploração sexual de outras crianças e de sua própria filha. Afirma desejar que R.J vá viver com sua irmã, o que é descartado pela equipe, dado que a tia da criança compactuava com a situação.

CASO Nº 2

VITIMIZADA: J.C.

IDADE: 12 anos

ALICIADORA: P.N. - Mãe

IDADE: 33 anos

SITUAÇÃO: abuso e exploração sexual

- *Procedimentos metodológicos:*

Pesquisando os prontuários da demanda vitimizada pela exploração sexual atendida no Pró-Paz Integrado, encontrei o de J.C, e verifiquei que ela não comparecera aos atendimentos marcados após o primeiro acolhimento. Na semana posterior, durante um levantamento semelhante na Casa de Passagem, encontrei um novo prontuário de J.C, e percebi que ela havia sido recentemente atendida naquele espaço. Foi encaminhada a um abrigo que atende adolescentes na sua faixa etária. Foi neste local que a entrevistei.

- *Resumo da situação:*

J C., 12 anos, é receptiva e atenciosa. Foi encontrada, perambulando em via pública, altas horas da madrugada. Desde os sete anos - é o que consegue lembrar, pode ser que tenha sido com menos idade - é explorada sexualmente por sua mãe, sustentando a família com essa atividade. Fugiu de casa inúmeras vezes, para se libertar desta situação, mas era encontrada pela mãe e sua saga continuava. Passou pelos programas oficiais de combate e enfrentamento da exploração sexual, mas sua situação apenas se acentuou. Na última fuga foi encontrada pelo CEPAS, após denúncia, e encaminhada à Casa de Passagem. Em seguida aos procedimentos de praxe -

entrevistas com a adolescente, tia e mãe -, foi direcionada a um abrigo, dado ser impossível o retorno à família.

- *Realidade social*

O bairro em que J.C mora, Condor, tornou-se famoso, na década de 60, por seus cabarés e prostíbulos voltados à exploração sexual. Atualmente, estes pontos encontram-se “oficialmente” desativados, mas na clandestinidade continuam funcionando, com a conivência de significativo contingente de policiais. Há muitos assaltos, troca de tiros com a polícia, pontos de droga, festas de aparelhagem. Identifiquei parcela considerável de crianças perambulando e jovens ociosos, pessoas desempregadas bebendo nos bares. Faz fronteira com o bairro do jurunas, um dos mais populosos e detentor de um dos maiores índices de violência da cidade de Belém. Neste contexto, cenas de abuso e exploração sexual marcam o cotidiano da população. A casa de J. C. é de madeira, dois cômodos, com poucos utensílios domésticos, apenas televisão e geladeira. J. C. percebe as mazelas do local em que mora e enfatiza: “Onde moro é muito perigoso, tem muito bandido, assalto, confusão, e muitas meninas que são prostituídas porque são obrigadas pela mãe. Ao lado da minha casa tem uma que faz isso com as filhas”. Constatando a pobreza do lugar, ressalta: “É muito ruim ser pobre. Eu comia pouco, porque quase nunca tinha comida em casa, sentia muita fome”.

Com o olhar distante, como se viver fosse um grande peso, com a voz entrecortada por momentos de silêncio e com uma postura de contorcer-se, a todo momento, evidenciando as suas memórias incorporada, relata de forma entristecida a sua história:

“Sou filha de P.M, 33 anos, analfabeta, tenho cinco irmãos de pais diferentes. Moro em uma casa de madeira, de dois cômodos, com minha tia, que é a dona da casa, minha mãe, minha irmã de 19 anos e um irmão de 14 anos, que também se prostituem; minha mãe também obrigou eles a transarem desde os oito anos. Estou fora da escola, há três anos, parei na 2ª série, não tinha material escolar. Meus pais não moram juntos. Conheci pouco o meu pai, ele nunca ligou muito para mim. Durante algum tempo morei com ele, que me batia muito porque eu ia para a rua. Minha mãe não trabalha, nunca trabalhou. Minha infância foi muito ruim. Acho que nunca brinquei; nunca tive uma boneca, um brinquedo. Desde os sete anos minha mãe me obrigava a sair com ela para transar com uns homens, ela também transava com outros homens. Tinha uma

vizinha, que dizia para a minha mãe me colocar para ganhar dinheiro porque ela fazia isso com as filhas dela.

A primeira vez foi horrível. Ela me mandou à casa de um vizinho, casado, fazer não sei o quê; ele mandou que eu tirasse a roupa, me agarrou com força e abusou de mim; doeu muito, chorei bastante. Depois ele deu para minha mãe R\$ 30,00. Todos os dias eu era obrigada a transar com vários homens, que me davam em torno de R\$ 5,00, R\$10,00 ou R\$20,00, mas às vezes não davam nada. A maioria não usava camisinha. Faziam sacanagem de frente e de costa. Uns me batiam, outros me xingavam, poucos me tratavam bem. Eu chorava, outras vezes ficava indiferente. Uma sensação de morte.

Todos os dias nós íamos, eu e minha mãe, ou para o bairro do jurunas, para uma casa de exploração sexual, ou para a Doca, onde os clientes tinham carro. Ficava próxima a um posto de combustível, e os homens de carro me chamavam, ia também para outras ruas, como a serzedêlo com a caripunas. Às vezes eles preferiam ela, outras eu. Outras vezes eu tinha que ir sozinha. Ficava das 19 horas à uma hora. Se eu não concordasse em ir para estes lugares, ela me batia muito. Me chamava de prostituta e vagabunda. Várias vezes fugi, não agüentava mais transar com tantos homens, peguei doença. Mas ela ia atrás de mim porque precisava de dinheiro. Minhas tias sabiam de tudo, mas nada faziam. Uma das tias marcava por R\$5,00 um encontro meu com um barqueiro. Acho que elas ficavam caladas porque recebiam dinheiro da minha mãe - o que eu ganhava com os homens. Eu contei para o meu pai o que estavam fazendo comigo, ele deu porrada na minha mãe, mas depois não se meteu mais.

Quando eu fugia, ficava andando pela rua, pedindo dinheiro para me alimentar. Ficava em lugares como o Ver-o-Pêso, o terminal rodoviário, o shopping, a praça Batista Campos, a doca. Dormia na rua, mas a polícia não me encontrava. Nunca ninguém me levava para um lugar em que me tratassem melhor; só agora é que a polícia me pegou, porque um senhor, pra quem eu pedi comida, me viu andando tarde da noite e chamou a polícia.

Em uma das vezes, que fugi, acho que já fugi 20 vezes, minha mãe também me encontrou, mas eu disse que não voltava. Ela então foi à delegacia. Me levou até a DATA. Acho que ficou preocupada em não ganhar mais dinheiro se eu não voltasse. Lá chegando, não agüentei e resolvi contar tudo para a delegada o que ela fazia comigo. Ela foi chamada, junto com a minha tia, mas não deu em nada. A assistente social me atendeu, depois não voltei mais lá. Minha mãe continuou fazendo isso comigo. Uma vez perguntei porque ela me tratava deste jeito, disse que era porque

precisava de dinheiro. Perguntei porque ela não trabalhava, disse que não gostava de trabalhar. Não quero morar com minha mãe, nem com minha tia, nem com meu pai, quero ir para um lugar em que seja bem tratada e não seja obrigada a transar com vários homens.

- *A mãe... A tia...*

A mãe nega as acusações da filha. Pouco se manifesta, permanecendo de cabeça baixa. É contraditória nas suas respostas, mas suas expressões deixam transparecer o seu envolvimento na situação de J.C. Sua história de vida pauta-se, também, pela exploração sexual, desde os 10 anos. Não enfatiza se sua mãe a obrigava, mas relata que a genitora pouco se importava com ela, se ia para a escola ou não, se estava doente ou saudável, se comia ou passava fome. Quando trazia o dinheiro adquirido com a sua condição de prostituída entregava-o para a mãe, que, também não trabalhava. Não conheceu o pai. Tem duas irmãs, filhas de pais diferentes. Mora com seus três filhos na casa de uma delas.

Em relação à situação de J.C, sua tia, apesar de dizer que sabia o que a irmã fazia com a sobrinha, desde os sete anos, e enfatizar a crueldade dessa atitude, compactuava com a exploração da criança e agenciava encontros para ela. Os vizinhos, acostumados com esta situação, comum naquele bairro, assumiram-na como mais uma e nunca denunciaram a genitora por este comportamento.

- *As travessias institucionais*

Em um primeiro momento, J.C foi encaminhada à DATA e desta delegacia ao Pró-Paz. Neste programa, após os atendimentos, retornou à casa da genitora, permanecendo na mesma condição de dominação. Continuou fugindo, acentuando-se a sua situação de vulnerabilidade. Só foi encontrada porque um vendedor procedeu à denúncia, sendo a polícia assistencial acionada, levando-a à Casa de Passagem, em que a permanência acontece até 72 horas. Nesta unidade foi verificada, após entrevista com J. C. e sua mãe, a gravidade da sua situação, sendo determinado o abrigo, o que para ela pareceu o princípio da libertação. Foi enfática ao dizer: “Não quero morar com meu pai, nem com minha mãe nem com minhas tias. Quero ficar em um lugar que me tire desta situação”. Instalada no novo espaço institucional, afirmava: “Estou gostando do abrigo, das meninas que estão aqui, das tias”. Gosta muito de desenhar, desenhou uma “mucura”, pequena, sozinha, sem os demais membros da família.

Quanto aos planos para o futuro, quando lhe pergunto, ressalta: “Quero voltar a estudar, ser adotada por uma família que me trate com carinho e amor; quero ter a profissão de delegada para prender ladrão e quem maltrata as crianças, quero casar e ter filhos. Em seguida enfatiza: “Nunca tive um namorado, não gosto de festas, gosto de ir à igreja católica. Nunca usei drogas apesar de me oferecerem várias vezes”. Timidamente, pela primeira vez, sorri, ao assinar o papel em que eu coloquei os seus planos para o futuro. J.C. não se sente segura ao escrever, por isso auxiliei-a nesta tarefa. Percebi que esta discussão mobilizou-a. Muito prestativa, auxiliou-me a recolher o material que havia levado, informando, quando perguntei se eu não havia esquecido alguma coisa, que caso isso acontecesse, ela voltaria à sala que utilizáramos para procurar.

- *Revisitando as histórias*

As situações apresentadas são, sem dúvida, impactantes e reveladoras da complexa realidade da exploração sexual. Não é raro a culpa recair na “mãe”, no “abusador”, “no explorador”, no “aliciador”. Parece que o mundo se divide entre bons e maus. O afastamento destes da sociedade através de processos coercitivos soa como a grande solução para o problema. No entanto, se esse tipo de violência fosse compreendida como uma das consequências da ausência de *cuidado institucional* em termos de investimento sócio-cultural e na formação axiológica dos cidadãos, certamente o cenário seria outro. As vitalizações de individualismo, a baixa coesão social têm seqüelas nem sempre explicitadas. A vitimização decorrente de ausências quanto a esse investimento gera vitimizadores. Nesse sentido, a categoria cuidado institucional pode ser especialmente útil no plano da análise sociológica, permitindo estabelecer ligações entre teorias sociais que nem sempre são conciliáveis em termos analíticos, tais como as de Weber, Marx, Adorno, Bourdieu ou Foucault, entre outros.

Weber (1989), com muita propriedade ressalta que as relações sociais pautam-se na relação de duas ou mais pessoas que, reciprocamente, delineiam as suas condutas em função dos respectivos comportamentos. Estes são materializados através do sentido da relação, que pode apresentar conteúdos diversificados, tais como negligência, agressividade, conflito, violência sexual, dominação, subordinação. Quando a dominação se institui em uma relação, a expectativa é a subserviência do dominado.

A dominação sedimenta-se a partir do momento em que na sociedade se encontram pessoas que não questionam as ordens recebidas de outras. Um conjunto de sentimentos evidencia-se

neste contexto: medo, tradição, crenças, insegurança, conveniência. A dominação enquanto relação social traz a marca da autoridade do dominador, que coage o dominado, regendo as suas atitudes, mantendo-o nesta relação pela obediência incondicional às suas determinações.

Nas relações familiares de R.J e J.C, o poder da mãe é incontestado. Como a mãe era a pessoa de referência da família, suas ordens eram cegamente obedecidas. O medo do abandono fez com que as crianças oprimidas se cristalizassem na condição de coisas. A autoridade que o papel de mãe congregava ampliava o poder de coação, os dominados respondiam com a obediência.

A genitora reproduz um enredo do passado, que está sendo transmitido transgeracionalmente: situação sócio-econômica, negligência, desamor, opressão, dominação, subjugação, conflitos. Pode-se dizer que o *habitus* dos membros do grupo familiar deriva da organização e matriz desta instituição, o que está intrinsecamente ligado aos valores e princípios norteadores das condutas na relação da família com os seus membros, nomeadamente os que parecem mais frágeis, como, nos casos enfocados, as crianças. Neste contexto, o *habitus* foi transmitido através dos códigos e valores e incorporado automaticamente no universo familiar, garantindo a sua reprodução nas práticas cotidianas.

R.J e J.C são um exemplo bem visível não só do abandono familiar, afetivo, emocional, e econômico, no cotidiano das suas histórias, mas, com o mesmo grau de responsabilidade, da fragilidade dos programas voltados para as medidas de proteção. Desde tenra idade, quando deveriam estar numa creche, ou inseridas na programação de um centro de assistência, estavam excluídas destes serviços, sendo exploradas sexualmente pelas respectivas mães, com a convivência do núcleo familiar. Com a obrigatoriedade de entrega à atividade mercantil, constituíam-se na garantia econômica de sustentação da família, numa clara inversão de papéis. Neste contexto, evidencia-se a total ausência de investimento na primeira infância. Como bem coloca Adorno (1995), “se quisermos evitar as situações de barbárie devemos investir na primeira infância”. Um investimento, cultural, educacional, emocional, ético, econômico. Um *cuidado institucional*. Desta forma podemos contribuir para que seja interrompido o ciclo de dominação. Entretanto, essas histórias vêm se repetindo de geração em geração, sem que as organizações assistenciais intervenham no que está acontecendo no seu entorno. Nos bairros em que residem estas meninas estão sediados, o CRAS, responsável pelas medidas de proteção básica, o conselho tutelar, que tem a incumbência de garantir direitos ao segmento infanto-juvenil e os centros

comunitários, que devem ser a representatividade daquele local. Assim, apesar da sua incontestável situação de vulnerabilidade, de risco pessoal e social, as medidas protetivas não adentraram em suas vidas, para libertá-las do jugo do dominador. É identificável, neste cenário, a ausência institucional na comunidade, a fragilidade de uma rede de serviços que ainda não se conecta enquanto alicerce imprescindível para que os direitos não sejam violados.

Se as organizações estivessem atentas a essas vulnerabilidades, os dramas e dilemas vivenciados por R.J e J.C não teriam começado, ou teriam sido interrompidos através da intervenção institucional. No caso de R.J, de cinco anos, somente após quase um ano é que a situação foi denunciada por um vizinho; mesmo que a comunidade tivesse conhecimento da situação, omitiu qualquer ação em relação a ela. No caso de J.C., depois de cinco anos de agruras, começados aos sete anos, foi encaminhada, aos 12 anos, a um abrigo.

Frequentavam a escola para que as mães pudessem beneficiar do Programa Bolsa –Família, mas a escola não percebeu as suas vulnerabilidades, que, certamente, seriam identificáveis através de seus comportamentos e atitudes. Em suas constantes fugas para proteger-se da opressão, J.C. não foi encontrada pelo CEPAS, nem pelos educadores de rua, nem pelas rondas do comissariado, responsáveis em contatar as situações de risco pessoal e social, encaminhando-as. Ela só foi encontrada depois de muitos anos, mesmo sendo explorada sexualmente na rua, e quando fugia alojava-se em logradouros movimentados, onde esses serviços eram comuns.

O primeiro atendimento só aconteceu porque a mãe ficou com receio de perder a fonte de renda que era a sua filha, levando-a à DATA. Foi atendida no programa oficial, em que a DATA está inserida, pela delegada, momento em que denunciou a exploração que sofria, e pela equipe técnica, responsável em realizar o estudo de caso para posterior atendimento e encaminhamento. A mãe e a tia foram chamadas para depor. Mas o inquérito para apurar os fatos ficou paralisado, como tantos outros. Neste programa também foi realizada perícia e constatada a exploração a que a criança fora submetida durante anos. Os atendimentos psicossociais não prosseguiram, J.C não retornou; a equipe não procurou, através da visita domiciliar, saber o que estava acontecendo.

Mesmo tendo sido constatada a sua situação de risco, J.C não foi encaminhada a um abrigo, conforme preceituado pelo ECA. Para R.J foi providenciado um abrigo de imediato, até porque o caso teve uma repercussão significativa na mídia. No caso de J.C o que deveria ser um canal para a proteção acabaria por a reconduzir à desproteção, com a mesma rotina de violência. A mãe, não

sofrendo nenhuma penalidade, reforçou o seu domínio.¹⁵⁴ A rotina de dor e sofrimento levava J.C a constantes fugas, encontrando uma trégua só quando se deu a denúncia de um vendedor ambulante para quem ela foi pedir comida, pois estava com muita fome. Ele acionou o CEPAS, que a levou à Casa de Passagem, sendo a seguir encaminhada a um abrigo, depois de constatada a sua vulnerabilidade.

J.C é reincidente. As organizações assistenciais que não perceberam a sua presença no mundo, o núcleo familiar que a tratou como coisa, descartável, expressam bem a falta de *cuidado institucional* na operacionalização das políticas públicas. Aos 12 anos, quando adentrou pela primeira vez no espaço institucional, J.C. foi vista como mais um dado e não como expressão viva de uma história que se repete em muitas realidades.

Há de se considerar, também, as omissões que se manifestam quando não são estudadas as vivências que levam as mães de R.J e J.C a conceberem a sua atitude de aliciadoras como normal. Aqui, reaparece uma história de exploração sexual na família que já deve vir se desenvolvendo há algumas gerações: mães prostitutas, cujas genitoras, através de posturas negligentes e coercitivas, as haviam incentivado à exploração sexual. Os valores que lhes foram inculcados estão associados à sexualidade como algo que se reduz ao sexo, comprado e vendido; não entendem como crueldade as suas atitudes em relação a suas filhas, e por isso negam, de forma dissimulada, a responsabilidade pela participação nas histórias vividas por suas filhas.

Poder-se-ia inferir que os atendimentos se calcam em uma racionalidade burocrática, com a impessoalidade como mola mestra, reduzindo cada caso a mais um registro de atendimento, a um dado. Os sujeitos dessas histórias não são escutados com profundidade. Secundariza-se a racionalidade substantiva em que é priorizado o ser e, conseqüentemente, os sentimentos, a emancipação, a garantia de direitos.

J. C cita inúmeras colegas que moram no seu bairro que são prostituídas pelas mães, que inclusive as levam aos locais onde desenvolvem a sua atividade. Algumas ficam aguardando o dinheiro que suas filhas recebem. Isto acontece em muitos outros bairros, é do conhecimento das instituições, já tendo sido denunciado pela mídia; entretanto, as equipes técnicas não se deslocam, não se mobilizam para atender esta demanda, permanecendo em *stand-by*.

Com esta postura, nega-se a oportunidade desta demanda reconfigurar a sua caminhada, investindo na possibilidade, na emancipação. O sorriso aparece pela primeira vez no rosto de J.C,

¹⁵⁴ Segundo o ECA, a pena aplicada poderia ser de até três anos de reclusão.

quando a incentivo a se projetar para o futuro, o que demonstra a necessidade que tem de acreditar em novas possibilidades. Deseja voltar a estudar, quer ser delegada. Evidencia-se que, além do possível fascínio pelo poder associado a essa profissão, J.C vislumbra a oportunidade de prender os opressores. Ao considerar a possibilidade da adoção, mostra a necessidade que todo ser tem de ser cuidado. Neste ínterim lidará com a burocracia institucional, dado que a adoção tardia, e no caso de J.C, muito tardia, não é comum entre os brasileiros, ainda que seja frequente entre os europeus. J.C busca apagar da sua história a sua família, afirmando que não quer morar com a mãe, nem com o pai, nem com a tia. Quer uma família substituta que não a coloque na rua e que a trate com amor e respeito.

Chama atenção o fato de J.C. ter desenhado uma mucura, sozinha. A mucura é um bicho que só enxerga á noite, quando sai em busca de alimentos. O horário em que J.C. buscava os clientes era justamente no período noturno. A mucura também é considerada, por grande parte da população, como fedorenta e suja. Por tudo que passou, provavelmente, é como enxerga a sua sexualidade, o seu corpo. Não desenhou nenhum familiar da mucura, expressando desta forma a sua solidão e as relações sociais opressivas, das quais quer se libertar.

Construir uma outra história faz-se necessário, tendo como pilar de sustentação o mapeamento das ausências, para que as emergências possam ser encaminhadas, tornando possível a emancipação. Neste contexto, urge trabalhar a racionalidade substantiva, investindo no ser, na subjetividade, nas emoções e sentimentos presentes nestas histórias, construindo outros valores, trabalhando a dor e as consequências da sexualidade mercantilizada.

O ciclo que foi transgeracionalmente repetido por suas mães precisa ser interrompido, caso contrário os seus filhos, se vierem a tê-los, podem ser as próximas vítimas. E neste contexto a prática social é de suma importância, investindo na emancipação, criando uma cadeia de possibilidades, para que R.J e J.C sejam agentes do processo de mudança, capazes de criarem possibilidades de superação da sua condição presente. Como no mito da caverna, elas precisam ver a luz para contar às companheiras que existe um outro mundo, outras realidades.

Torna-se, portanto, fundamental, investir na construção de seres resilientes que resistam às adversidades e façam das suas histórias itinerários de crescimento pessoal e social. Para isso é necessário, conhecer, mapear o desenvolvimento das características que congregam proteção à pessoa, e de que forma influenciam e modificam o seu percurso individual e as relações humanas e sociais que contribuem para a sua configuração.

A assistência social, enquanto política pública deve se constituir em um conjunto de ações, garantidoras de direitos sociais, assegurando-os também na articulação com outras políticas, contribuindo assim para a qualidade de vida educacional, ética, emocional, moral, cultural, sanitária, habitacional, conforme proclama a Constituição Federal. Entretanto, entre o que está assegurado na lei e a realidade existe um hiato considerável, que é bem vincado quando se considera a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. Evidenciam-se falhas na instituição, na gestão, na intervenção dos programas de enfrentamento da violência e da exploração sexual.

Isso acontece porque há uma gritante ausência de monitoramento e avaliação, e neste contexto os dados não ganham circuito, continua sendo um fenômeno subterrâneo. O processo avaliativo, para ser eficiente, precisa utilizar os dados gerados pelo monitoramento. Assim poderiam ser identificados os pontos fortes e os pontos vulneráveis dos programas. A partir do mapeamento desses pontos, seria possível construir estratégias para melhorar a eficácia do atendimento, com práticas mais participativas e eficazes, tecnologias adequadas de intervenção, e implementação de estratégias com sucesso. Como não há vitalização desse processo, o caos se instala; na ausência de um trabalho sistematizado, interventivo, que monitore todas as frentes do programa, ele se torna apenas uma espécie de pronto socorro municipal, que trata, precariamente, os sintomas, mas não as causas dos problemas e dessa forma, não chega a contribuir para a transformação efetiva das condições que caracterizam a demanda atendida.

CASO Nº 3

VITIMIZADA: L.G.

IDADE: 15 anos

EXPLORADORES: Presidiários do Município de Abaetetuba

SITUAÇÃO: abuso e exploração sexual

- *Procedimentos metodológicos:*

Para a história de L.G, recorri à análise dos prontuários nos locais em que ela passou: Conselho Tutelar de Abaetetuba, Pró-Paz Integrado, Casa de Passagem. Busquei, também, as reportagens dos principais jornais que cobriram de forma enfática a situação vivenciada pela adolescente. Não foi possível o contato direto com L.G., em virtude de estar incluída no

programa de proteção à testemunha e ter sido deslocada para outro Estado, por estar sendo ameaçada.

- *Resumo da situação*

L.G., 15 anos, foi presa por furto e designada pela Delegada da Delegacia de Abaetetuba a ficar em uma cela com cerca de 20 homens, de 21 de outubro a 14 de novembro de 2008, ou seja, durante 24 dias, em prisão mantida pela juíza. Neste período, a adolescente foi abusada e explorada sexualmente pela maioria dos presos, pois além de submeter-se aos desejos dos encarcerados era prostituída em troca de comida, já que a refeição é levada pela família dos presos e a família de L.G não fora avisada da prisão. Foi torturada com pontas de cigarro acesa, teve o cabelo longo cortado com um facão. A situação foi denunciada ao Conselho Tutelar por um preso que obteve liberdade condicional. A adolescente foi encaminhada aos órgãos de defesa em Belém, contando com o acompanhamento do CEDECA-Emaús. Para o atendimento institucional foi encaminhada ao Pró-Paz, tendo atendimento psicossocial e efetivação de exames para o laudo pericial. Em virtude da repercussão nacional e internacional do caso, as autoridades envolvidas foram destituídas. L.G sofreu inúmeras ameaças, e foi inserida, junto com seu pai, no serviço nacional de proteção a vítimas e testemunhas, sendo transferida para outro Estado. Este programa, além de garantir a segurança, prevê assistência em termos de saúde, educação, cultura, esporte, alimentação. A mãe e os irmãos ficaram em Belém, sendo inseridos, depois do acontecimento, em programas sociais.

- *A realidade social*

L.G. vivia, transitoriamente, nas ruas da cidade de Abaetetuba, município com 139.819 mil habitantes, distante 97 km de Belém. A referida cidade destaca-se pelo comércio de drogas, sendo o tráfico efetuado através do seu porto. Neste contexto, crianças e adolescentes tornam-se alvo fácil de traficantes, seja pela miséria vivenciada por significativo contingente da população, seja pelos frágeis laços familiares. L.G estava imersa nestas situações. Estudou até a primeira série, depois abandonou a escola. Seus pais são separados. Dos cinco aos 10 anos viveu com sua mãe, seu padrasto e dois irmãos em um casebre de madeira de um cômodo, na periferia da cidade de Barcarena, destituída de condições dignas de sobrevivência e existência. Sua mãe não trabalha. Seu pai é agricultor e reside em outro município. A renda da família era proveniente de pequenos

bicos do padrasto, que a gastava com bebidas alcoólicas, tornava-se violento e agredia freqüentemente a mulher e seus filhos. O cenário de violência física e psicológica contribuiu para que L.G buscase a rua, tornando-se conhecida na cidade. Frequentemente, dirigia-se ao município de Abaetetuba. Vivía em situação de risco, sendo prostituída e drogada. Como estratégia de sobrevivência praticava pequenos delitos, como tentativa de furto. Em face a este comportamento, foi presa quatro vezes. Contra ela existem oito processos tramitando na comarca de Abaetetuba. Um dos processos foi arquivado por falta de prova, segundo avaliação da juíza e do Ministério Público. Antes de arquivar a juíza substituta impetrou a fiança de R\$180,00. Mas, como não podia pagar esta quantia, a jovem foi solta. Outras vezes foi detida pelo mesmo motivo. Era tratada como adulta quando comparecia às audiências. Nos processos identifica-se a ausência de defensores públicos, direito que todo cidadão possui. Também não há registro de contato com familiares. Na última prisão foi encarcerada pela delegada de plantão e a prisão mantida pela juíza, sendo recolhida em uma delegacia masculina, em que estavam alojados 20 homens.

Na carceragem sofreu violência sexual, física e psicológica, diariamente, por um período de 24 dias. Era obrigada a manter relações sexuais com os presos para obter alimentação. “Eles me batiam e tiravam minha comida quando não fazia o que queriam; cortaram com um facão o meu cabelo”(SIC). A situação era conhecida não só pelas autoridades, mas também pelos moradores da cidade, tendo em vista a visibilidade da delegacia, instalada em um galpão de 80 metros quadrados, com três banheiros exíguos e uma cela de segurança; da rua em frente podia-se perceber toda a movimentação que ocorria no seu interior; apenas um portão enferrujado separa a carceragem da rua. Segundo relato de alguns moradores entrevistados, “a menina pedia ajuda aos que passavam na rua, mas as pessoas tinham medo de denunciar a situação”. “Ela pedia socorro e comida para quem passava pelo local.” “Aqui todo mundo tem medo de morrer. Se a delegada põe uma menina na cela com os homens, e a juíza a mantém, quem sou eu pra denunciar? Aliás, denunciar para quem”?

Sem conseguir ser ouvida e obter ajuda, L.G apelou para um companheiro de cela, S.R., que obteve liberdade condicional, para provar que era menor de idade, já que ninguém acreditava nela, apesar de sua aparência de 11 anos. Solicitou que pegasse a sua certidão de nascimento no colégio em que estudou. S.R., de posse do documento, dirigiu-se ao fórum e a promotoria, mas não conseguiu ajuda. A saga de L.G. continuaria até que o Conselho Tutelar interviesse. S.R. declarou que “a jovem estava sendo vítima de abusos e que possivelmente até policiais

estivessem envolvidos”. No mesmo dia, os conselheiros tutelares dirigiram-se a prisão, mas não conseguiram libertá-la. No dia seguinte foram informados que a adolescente havia fugido. A este respeito L. G. informou que foi retirada da cela pelos três policiais que fizeram a sua apreensão e que disseram para ela sumir. Pretendia pegar um barco para Manaus quando, três dias depois, os mesmos policiais a levaram de volta com mais ameaças. A adolescente reiterou aos conselheiros tutelares que sofreu abuso sexual na prisão e que teve de manter relações sexuais com os presos em troca de comida. A jovem apresentava queimaduras nos pés e hematomas, e teve o cabelo cortado na carceragem. Quando foi libertada L.G. continuava com a mesma roupa com que foi presa: saia curta e mini-blusa, tendo em vista que sua compleição física não permitiu que utilizasse as roupas dos detentos. Desta forma permaneceu sem a mínima higiene.

Quando atendida no Pró-Paz, pela assistente social e pela psicóloga, L.G. informou que foi chamada pela delegada de plantão de “safada, vagabunda, mentirosa, quando no momento da prisão disse que era menor de idade, era ainda esbofeteada pelos policiais sempre que referia a sua menoridade”. Reiterou que a cela em que ficou tinha 40 homens e não 20 homens, como foi noticiado. O primeiro preso a levou à força para o banheiro e a estuprou. Relatou também, no atendimento, que a polícia, ao tomar conhecimento que o conselho tutelar a estava procurando, foi até à cela e os policiais tiraram metade dos presos. Enfatizou que foi ameaçada de morte pela delegada caso contasse o que acontecia na prisão. Durante os atendimentos, a adolescente manifestou diversas vezes que não queria mais falar sobre o assunto, pois os jornais já haviam escrito tudo o que acontecera “Em dois dias, já contei a mesma história para mais de 20 pessoas”.

Demonstra medo em função das ameaças, sabe que está correndo perigo junto com sua família. Durante a segunda entrevista realizada pela assistente social no alojamento em que se encontrava, “segurou um travesseiro sobre seu corpo como se estivesse procurando algo para protegê-la”. Apresenta ansiedade, inquietação, agressividade ao falar do assunto. Segundo o laudo psicológico, “desenvolveu sintomatologia quanto ao abuso sexual, pois está apresentando comportamento regredido com dependência materna, episódio isolado de fobia acrescida de choro persistente quando da possibilidade de separar-se da mãe; este comportamento pode ter sido desencadeado pela situação de stress vivenciada, favorecendo surgimento de sintomas”. Ainda segundo o referido laudo, a adolescente, que foi chamada de débil mental pelas autoridades no afã de defenderem-se, é plenamente normal, “movimenta-se sem agitação

psicomotora, com discurso condizente com o conteúdo do pensamento, com intelectualidade adequada à faixa etária, pensamento inalterado”.

Posteriormente, foi encaminhada à Casa de Passagem e ao Abrigo Dulce Accioly. Nestes dois lugares, passou a optar pelo silêncio. Enfatizou que estava cansada de repetir a situação que vivenciou, recusando-se a tecer mais qualquer comentário. Do abrigo foi diretamente, com seu pai, para outro Estado, tendo sido incluída no programa de proteção à testemunha.

- *A família*

O pai, A.P., tem 42 anos e é analfabeto, reside em Igarapé – Miri e trabalha na agricultura. A mãe tem 39 anos, não trabalha, mora em Barcarena. Os pais separaram-se quando L.G. tinha 22 dias. O pai ficou com a criança. Os pais se reconciliaram e tiveram mais uma filha, P.C. Separaram-se de novo, e quando L.G. tinha cinco anos voltou a morar com a mãe. Atualmente o pai tem uma companheira e a mãe, logo que se separou uniu-se a um outro homem, tendo mais dois filhos. A mãe relata que P.C. também foi vítima de abuso sexual.

O relacionamento de L.G. com a mãe foi marcado por conflitos. A mãe compara a filha a um passarinho, pois gosta de voar livremente. Não sabia que a filha estava presa; o pai também desconhecia. Quando ela sumia achavam que estava na casa do outro, por isso não a procuravam. O pai foi avisado pelo delegado do que havia acontecido e a mãe pelo conselho tutelar.

Segundo o genitor, o Delegado titular da Delegacia de Abaetetuba foi buscá-lo em sua residência, ofendeu-o chamando-o de “corno”, afirmando que a menina poderia não ser filha dele, já que fora registrada pelo companheiro da genitora da adolescente. O delegado estava de posse da cópia da certidão de nascimento que comprovava que L.G. tinha 15 anos, mas exigiu que o pai fosse até a Igreja, onde os policiais conseguiram uma certidão de batismo que informava que a adolescente já tinha completado 19 anos. Posteriormente, foi descoberto que era uma fraude.

A mãe informa que a menstruação da filha está atrasada, quer que a adolescente faça aborto. “Não quero um neto da desgraça”. Diz querer justiça, pois sua filha teve que fazer sexo para não morrer de fome. Reitera que foi um absurdo cortarem com um facão os cabelos longos e encaracolados de sua filha.

- *A trajetória institucional*

O caso de L.G ganhou notoriedade nacional e internacional, principalmente devido ao jornalismo investigativo. Com a publicidade as autoridades envolvidas tentaram desvirtuar o foco da investigação atribuindo a adolescente a responsabilidade pela situação. A delegada plantonista responsável pela prisão em flagrante foi afastada de suas funções e a juíza está sendo investigada pela Corregedoria de Justiça. Segundo a delegada, a adolescente foi colocada em uma prisão masculina em virtude da inexistência de uma cela para mulheres. O superintendente da Polícia Civil informou não saber que era menor de idade; entretanto, alguns presos interrogados confirmaram que a menina informou que só tinha 15 anos. Em seguida, outra versão veio à tona, em que o pai da adolescente aparecera com uma certidão que informava ter L.G. 20 anos, e que era uma prostituta; posteriormente, o genitor esclareceu que a certidão era falsa e que fora forçado a fazer isso. O exame de arcada dentária confirmaria que L.G. tinha apenas 15 anos.

As cobranças da imprensa e da sociedade civil organizada geraram acusações múltiplas entre as autoridades envolvidas, as quais tentaram minimizar o acontecimento e denegrir a imagem da adolescente imputando-lhe a culpa pela situação. Desde que o caso veio a público, cinco delegados já foram afastados: o delegado-geral da polícia civil, o superintendente da polícia civil em Abaetetuba, o delegado titular da delegacia local e a delegada plantonista responsável pelo flagrante. As investigações apontam também falhas do sistema judiciário. Em sua defesa, o delegado geral esclareceu que a adolescente declarara ter 19 anos. Enfatizou que “essa moça se prostitui por R\$ 2,00, é viciada em drogas e dorme pelas ruas”. Afirmou que apresentara à corregedoria um documento informando à juíza da 3ª Vara Criminal do Pará que uma jovem estava presa com homens. Todavia, nenhuma providência foi tomada. O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) também se envolveu no caso e vai investigar a conduta da juíza. O caso chamou a atenção da CPI do Sistema Carcerário, que convidou a governadora do Pará e o delegado-geral do Estado a depor. Na sessão no Senado Federal, em sua defesa, o delegado geral afirmou que “a moça apresenta problemas, alguma debilidade mental, pois em nenhum momento alegou ser menor de idade”. Após esta declaração foi exonerado.

Sucedem-se, assim, as desculpas. Mas as evidências multiplicam-se. Em depoimento, três carcereiros e o delegado supervisor informam que foi efetivada a visita de promotores à cadeia no dia 13 de novembro, mas se preocuparam em fazer um mutirão para libertar presos provisórios, não se voltaram para a situação da adolescente. No depoimento, um dos carcereiros informou:

“ tentei alertar a juíza da presença da adolescente”, mas ela declarou que “já tinha dado uma chance a ela e, como havia aprontado novamente, teria que aguardar.”

A delegada corregedora encarregada inicialmente da sindicância informou que os três delegados disseram, em depoimento, que não freqüentavam as celas e que não tinham conhecimento do que acontecia na carceragem. Posteriormente, a referida delegada foi afastada da investigação pela Secretária de Segurança Pública por ter, em entrevista à imprensa, “minimizado a culpa dos policiais no caso e jogado a responsabilidade pelos abusos sofridos na própria garota”: “Foram levados a erro”, disse. “Eles têm responsabilidade, alguma negligência houve, mas não é o caso de demissão”, enfatizou. Ainda na tentativa de minimizar os fatos, afirmou que a todos os delegados ela se apresentava como maior de idade. “Não acredito que eles estejam mentindo. São pessoas que têm formação”, disse, insinuando ainda que a menina teria algum problema psíquico. Após a exoneração a Secretária de Segurança Pública, também foi substituída. Ainda está em andamento a sindicância aberta pela Corregedoria da Polícia Civil para apurar a conduta dos delegados e policiais civis na prisão da adolescente.

A juíza da Comarca de Abaetetuba, ao ser ouvida na Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI, utilizou a prerrogativa do cargo para impedir a entrada da imprensa em uma das salas do Tribunal de Justiça. Somente foi permitida a presença de um fotógrafo da Comissão, com a recomendação de que não fotografasse o rosto da juíza. Negou as denúncias que lhe eram imputadas, culpando o Corregedor das Comarcas do Interior, do Tribunal de Justiça do Estado, pela demora na transferência da menina para uma penitenciária feminina. Em sua defesa, o referido corregedor afirmou que a juíza deixara de cumprir algumas normas internas do TJ, como a comunicação imediata à corregedoria da situação de presos provisórios, como fora o caso da menina, e ainda de determinar a transferência de mulheres presas em delegacia sem condições para abrigá-las. O desembargador afirmaria no relatório, aprovado por unanimidade pelo Pleno do TJ, que a juíza só enviara a comunicação da prisão de L.G. quando o caso já era público, carimbando o documento com data retroativa. Por conta das supostas falhas cometidas, e por adulterar a data do ofício, o corregedor recomendou que ela fosse afastada do cargo enquanto o processo disciplinar estivesse tramitando no Conselho da Magistratura. A pena, em caso de condenação, varia de advertência à demissão do serviço público.

O relator da CPI enfatizou: “Quero saber quem está mentindo, se a juíza ou o corregedor, porque cada um diz uma coisa”. Para o referido relator, há uma tentativa dos representantes dos

órgãos públicos de jogar a responsabilidade pela prisão da menina para outro órgão. “A relatoria tem plena consciência de que os órgãos públicos de Abaetetuba omitiram-se e cada um tentou jogar a responsabilidade no outro. Vamos sugerir o indiciamento de todos os que se omitiram no caso: juízes, promotores, defensores públicos e delegados. É um jogo de empurra-empurra, ninguém sabe nada, ninguém viu nada, ninguém tem responsabilidade”.

Em relatório preliminar da comissão externa da Câmara que acompanha o caso, a coordenadora ressalta que o Estado do Pará tem tomado providências, “porém de forma pontual e dispersa”. O relatório propõe o afastamento das autoridades envolvidas, a demolição da delegacia e a inclusão na pauta de votações do Congresso de projetos que endurecem as penas para violação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O documento aponta “negligência, omissão e até mesmo conivência das autoridades da Corregedoria Regional da Polícia Civil, dos promotores do Ministério Público e dos representantes do Poder Judiciário.

Em março de 2008, apesar de todas as evidências de culpabilidade, a juíza foi considerada inocente pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Pará, no processo administrativo instaurado contra ela, ensejando a manifestação dos órgãos de defesa, que recorrerão da decisão. No final de 2009, a juíza foi aposentada compulsoriamente, passando a receber R\$20.000,00 (vinte mil reais). Em agosto de 2010, os quatro delegados foram exonerados das suas funções. Entretanto, nenhum dos envolvidos foi processado criminalmente.

- *Revisitando a história*

A degradação institucional e social no caso em tela revela a postura dos representantes dos poderes públicos, centrada na omissão generalizada, na ausência de *cuidado institucional*. São representantes institucionais com uma consciência coisificada. Trataram a adolescente como coisa, descartável. Parafraseando Adorno, é possível dizer que, as situações de barbárie que cercam a violência sexual não mais existiriam se a indiferença, a impessoalidade não continuassem povoando o cotidiano social e institucional.

As instituições que deveriam proteger L.G., contraditoriamente foram seus algozes. A ausência de sensibilidade, de ética, de conhecimento e aprofundamento das questões sociais, mostra a incompletude do saber, da formação humana e profissional, dado que foram desconsideradas as relações sociais, econômicas, psicológicas e culturais que geram e

desenvolvem a desigualdade social. Esta postura oportuniza a visão maniqueísta do bem e do mal. A menina era tratada como algo nocivo à sociedade.

Como era considerada pelas autoridades uma pessoa de má índole, a punição exacerbada constituiu-se em mágica solução. Na sua fala, a menina coloca as ameaças que sofreu da delegada, as agressões físicas, morais e psicológicas quando ressaltava a sua menoridade. A adolescente jamais poderia estar respondendo em processos como adulta, e muito menos ter ficado em uma cela com mais de vinte homens, cerca de quarenta, como afirmaria quando atendida no Pró-Paz Integrado. Mesmo que estivesse em uma cela sozinha, o Estatuto da Criança e do Adolescente já estaria sendo infringido.

Em relação ao ato infracional é preciso sair da visão maniqueísta do bem e do mal. Pelo fato de ter cometido um delito, a jovem passara a ser reputada pelas autoridades como pessoa nociva à sociedade, o que demonstra a falta de conhecimento da realidade social. Ninguém nasce matando, roubando, assaltando, torna-se assim pelas relações sociais que são construídas no cotidiano.

O ECA, quando trata das medidas sócio educativas destinadas ao adolescente em conflito com a lei, enfatiza que o adolescente de 12 a 18 anos incompletos, quando do cometimento de um ato infracional, será sentenciado com uma medida sócio-educativa, assim delineada: medidas de meio aberto: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade – PSC, liberdade assistida – LA, destinadas aos que cometem delitos leves como furtos e roubos, devendo ser cumpridas, em meio aberto, por um período de seis meses. As medidas de privação de liberdade, como internação e semi-liberdade, são destinadas aos atos considerados graves, como por exemplo o homicídio, devendo ser cumpridas por um período de três anos em local apropriado para adolescente.

Como em Abaetetuba não existe Centro de Internação, o adolescente que comete ato infracional sentenciado pelo juiz com a medida de internação deve ser encaminhado para Belém e, se se tratar de furto, como nos caso em tela, deve ser sentenciado com uma medida de meio aberto – LA e PSC -, que já existe em Abaetetuba; entretanto, apesar de ser conhecida na cidade e de suas idas e vindas ao Fórum, a condição de pessoa em desenvolvimento da jovem foi ignorada. Por outro lado, o programa Sentinela, já desenvolvido em Abaetetuba através do CREAS, destinado às crianças e adolescentes em situação de exploração sexual, não chegou até ela, permanecendo em *stand by*, contribuindo para invisibilizar o fenômeno, pois mesmo

prostituída, vivendo nas ruas, o que aparecia perante a lei era o ato infracional. O conselho tutelar também poderia ter se antecipado a este caso, saído do *stand by* e contatado com a menina que vivia na rua, não esperando a denúncia. Mas, para isso, a própria dinâmica institucional deveria materializar o contato com as áreas em que crianças e adolescentes vivem à deriva.

As autoridades envolvidas, no afã de desresponsabilizar-se do episódio, enfatizavam que a jovem “era portadora de algum problema mental, pois não disse que era menor de idade”. O laudo psicológico mostrou que a adolescente é considerada normal. Clamou por sua menoridade, mas ninguém quis ouvi-la, chegando a ser agredida física e psicologicamente. Por outro lado, a delegada que preside ao inquérito e que fora afastada atribuiu à adolescente comportamento lascivo, como tomar banho nua e provocar os presos. Se isso realmente tivesse acontecido, pode-se perguntar: onde estava o delegado, cuja sala ficava ao lado da cela, que não vira o que estava sucedendo?

Das autoridades envolvidas no caso, a maioria é constituída por mulheres: dos quatro delegados, três são mulheres; um dos dois promotores é mulher, a juíza é mulher. Estas mulheres se constituíram em algozes da adolescente. Ao jogarem a culpa, literalmente, a esta, mostraram que o patriarcado não morreu, que o poder patriarcal e a dominação masculina não são apenas exercidos por homens. Apressou-se o Governo do Estado, em assinar o Termo de Compromisso de Enfrentamento a todas as formas de violência contra mulheres, exploração sexual de crianças e adolescentes e tráfico de mulheres. O Pará foi o segundo Estado a fazê-lo, sendo o Rio de Janeiro o primeiro. Entretanto, não basta um documento para que situações como esta sejam erradicadas.

O caso em tela expôs o processo de dominação vivenciado pelo segmento infanto-juvenil prostituído e a omissão generalizada do poder público. A movimentação para a garantia de direitos foi intensa porque a mídia noticiou enfaticamente o caso. Quando isso acontece, apressam-se as autoridades e as organizações assistenciais a encaminhar a situação. Quando esta sai do foco da mídia, retorna a *síndrome do stand-by*. Existem milhares de L.G.s oprimidas, amordaçadas, clamando por cidadania, mas as instituições estão surdas, embriagam-se com os seus discursos de garantia de direitos e justiça enquanto continua predominando a exclusão e a injustiça.

CONCLUSÕES

A tese apresentada buscou romper com o simples uso da categoria cuidado, procurando atribuir-lhe um conteúdo sociológico preciso, propondo para isso um novo construto: o do *cuidado institucional*. Essa exploração do conceito de cuidado e da sua extensão para a caracterização da atuação de instituições responsáveis pela defesa, atendimento e promoção dos direitos de cidadania através de políticas foi realizada a partir de um estudo sobre as situações de exploração sexual de crianças e adolescentes numa cidade do Norte do Brasil, Belém do Pará, e das respostas ou ausência de respostas institucionais a essas situações.

Em que pese o avanço científico e tecnológico e as mudanças nos paradigmas de compreensão da realidade, situações como a exploração sexual persistem, agravam-se. Isso não pode ser creditado apenas ao sistema capitalista e conseqüentemente à lógica do capital, dado que existem exemplos de como essa exploração existiu e existe em sociedades que não são capitalistas. Nestas, contudo, a exploração sexual assume contornos que incitam à proliferação do fenômeno sob formas e numa escala sem precedentes. Alastram, como uma epidemia, as cenas de abuso sexual, violência física e psicológica, exploração sexual, que povoam o dia-a-dia de um contingente significativo de crianças e de adolescentes – dentro e fora de seus lares –, premidas pelo descaso do poder público, pela fome, pelo analfabetismo, pela subeducação, pelas relações sociais e familiares violentas, pela operacionalização de programas sociais sem consistência, pelas políticas públicas que não se conectam, pela ausência de retaguardas, que lhes propiciem pensar em outras possibilidades para sobreviver.

Neste contexto, a sexualidade é agregada a outros fatores relacionais e vai ao encontro da situação de exploração sexual enquanto estratégia de sobrevivência. Na falta de perspectivas, a menina busca o mundo da rua. As sensações propiciadas parecem mais acolhedoras do que o hostil universo familiar. Rompidos os laços familiares, constroem-se novos relacionamentos no mundo da rua e neste espaço, as drogas, o ato infracional e a exploração sexual passam a convergir. Somam-se a este quadro as relações transgeracionais em que a mãe exerce a dominação prostituindo a filha, reproduzindo a sua própria experiência. A pertinência da categoria *cuidado institucional*, na sua dimensão mais ampla, está precisamente na forma como permite caracterizar não processo de reprodução do descuido, coisificando as relações humanas, não obstante as legislações que postulam o cuidado, mas também, positivamente, delinear o que

poderão ser respostas efetivas a essa reprodução do descuido, por via da ação das instituições públicas e dos seus agentes, mas também da sua parceria com a sociedade.

Indubitavelmente, as legislações são fundamentais para assegurar direitos, apesar de constantemente desrespeitadas. Não obstante os pressupostos do Estatuto da Criança e do Adolescente legitimarem direitos e deveres ao segmento infanto-juvenil, independentemente da classe social, o cotidiano ainda demonstra que entre a legislação e a realidade existe um hiato significativo. Soma-se a esse quadro um acentuado desconhecimento de significativa parcela da população acerca do ECA, da Constituição Federal, da LOAS, ou seja, de todas as legislações que procuram garantir uma vida digna. Por isso, torna-se premente o debate amplo com a comunidade acerca dessas leis, posto que essa discussão só produzirá encaminhamentos concretos quando for possível o movimento da sociedade em forma de participação cobrando a operacionalização dessas conquistas.

A metodologia dos programas de defesa, de atendimento, de controle ao segmento que já se encontra em situação de exploração sexual, precisa ser reconstruída, revitalizada, e isso passa pela afirmação de valores humanos incorporados na ação dos agentes de defesa, posto que a responsabilidade social na elaboração e operacionalização de políticas públicas não está dissociada e nem se realiza à revelia dos valores éticos e humanos de seus gestores, dos profissionais, que deverão direcionar a política no sentido de instigar e garantir a construção coletiva de cidadania.

No conjunto de fatores evidenciados nesta tese acerca da exploração sexual de crianças e de adolescentes, estão presentes as conseqüências da ausência do *cuidado institucional* e a emergência da sua apropriação, sublinhando a necessidade de conhecer, compreender para que as práticas institucionais produzam resultados efetivos. O trabalho em rede precisa não só de articulação, mas de compromisso com os destinos dos seres humanos, e neste contexto, o investimento na primeira infância é essencial para a construção de uma mentalidade voltada para o cuidado, que resultará na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Entretanto, o aparelho institucional ainda é muito frágil; a relevância centra-se nos programas de transferência de renda, em que as famílias continuam sendo tuteladas e não se investe em um trabalho que possa assegurar-lhes uma existência digna. Na outra ponta investe-se nas blitzs, ou seja, ações que causam impacto na mídia. Tais encaminhamentos carecem de eficácia, pois as crianças e os adolescentes retornam às ruas e prostíbulos quase imediatamente.

Quando são atendidas, institucionalmente, não permanecem no atendimento, e isso é uma indicação de que as práticas sociais necessitam ser recriadas e trabalhadas, no contexto sócio-econômico, político, cultural, psicológico, e não de forma simplista e linear. A falta de conhecimento adequado da realidade compromete a realização dos objetivos avançados por programas dirigidos à proteção e atendimento de crianças e de adolescentes em risco e sem conseguirem, de fato, chegar a tocar de maneira significativa as vidas dos que são objeto dessa exploração no sentido da promoção da sua cidadania e dos seus direitos.

Parece pacífico, tanto entre responsáveis políticos como entre profissionais da intervenção social que esta situação precisa ser enfrentada, pois se na esfera do abuso sexual se conta com programas como o Programa Pró-Paz integrado, que, não obstante os seus percalços, está se constituindo em referência, no contexto da exploração sexual o caos está instalado, em razão de os programas oficiais permanecerem ainda em *stand-by*. As amarras que inibem a atuação das equipes impedindo o deslocamento às áreas em que a demanda prostituída se encontra, e a ausência de qualificação aprofundada comprometem a intervenção profissional. Sendo assim, as meninas seguem a sua saga, continuando submetidas ao abuso e à exploração.

É já frequente, hoje, no Brasil como em outros países, a denúncia do abuso sexual, um problema que tem merecido grande exposição mediática e a que os poderes públicos têm sido obrigados a responder. Mas tal já não acontece, de maneira significativa, em relação à exploração sexual, que permanece, em boa medida, no silêncio, juntamente com as suas vítimas. Visibilização do problema passa pela sua discussão pública, numa diversidade de espaços e de fóruns, a começar pela escola. É aí que é possível associar essa discussão à da sexualidade, de uma maneira que, evitando os vieses moralistas e/ou redutores, esta seja abordada nas suas diferentes dimensões, desde a procura do prazer físico, às suas implicações emocionais, relacionais e sociais. Na ausência dessa abordagem, a experiência da sexualidade poderá ser capturada por uma compreensão redutora e desumanizada, que a associa a comportamentos que violentam o semelhante, coisificando-o, como acontece com o abuso e a exploração sexuais. Recorde-se que, na mídia, há pouca informação e divulgação de situações de exploração sexual, especialmente de crianças e de adolescentes, e menos frequente ainda são as denúncias dessas situações.

Mas o enfrentamento da exploração sexual não passa apenas pela escola e pela mídia. Ela exige uma intervenção eficaz de instituições públicas que têm como missão a defesa dos direitos

dos que são explorados, mas também a mobilização da sociedade, tanto através de ações coletivas, que poderão envolver parcerias com instituições públicas, como através das ações de denúncia de cidadãos, de ativistas e de organizações e movimentos, junto das autoridades, da justiça e das instituições de defesa. O enfrentamento da exploração sexual é possível, desde que seja entendido como um combate longo e difícil, travado com competência e responsabilidade em todas as frentes em que o problema se manifesta, desde a família ao próprio judiciário. A exploração sexual não se combate nem erradica apenas com a sua criminalização.

Uma convicção que ganhou força junto de certos setores da sociedade, e mesmo entre profissionais e agentes institucionais envolvidos no combate à exploração sexual, é a de que o aumento das penas para os casos de violência sexual, principalmente do abuso, é suficiente para coibir esse tipo de crime, argumentando que a impunidade incentiva crimes sexuais. Acredito, entretanto, que não apenas a mudança na legislação é necessária e indispensável, mas que é imprescindível ampliar o combate a outros campos, de modo a promover uma adesão robusta de todos os cidadãos a valores sociais e éticos fundados no respeito aos direitos humanos, na aceitação das diferenças, na solidariedade, no que Pierre Lévy (1999) designa de inteligência coletiva, um combate que deve ser iniciado na primeira infância.

A implantação, no judiciário, de vara específica para crimes sexuais, visando a celeridade dos processos, inegavelmente é um salto qualitativo; todavia, não é garantia de funcionalidade. Esta só acontecerá se os magistrados absorverem o compromisso de fazer valer direitos, e se as instituições responsáveis pelo atendimento à violência sexual, implantarem um trabalho psicossocial gerador de resultados positivos junto ao segmento prostituído e suas famílias, sem esquecer a necessidade desse trabalho aos abusadores e aliciadores, eles próprios, muitas vezes, vítimas de situações de abuso e de exploração que reproduzem quando chegam à idade adulta. Essa é a condição para que a punição possa ser associada a uma efetiva prevenção das reincidências.

Para além da dominação baseada na diferença sexual, as diferenças de classe, etnia, raça, servem de suporte às práticas de exploração sexual. Os que procuram afirmar a sua superioridade através do exercício da violência sexual e da prática da exploração sexual encontram amparo nas falhas dos grupos e instituições fundamentais à socialização e formação pessoal dos seres humanos, como a família e a escola. As instituições, por sua vez, reproduzem, muitas vezes em nome da eficácia e da razão burocrática, valores dominantes avessos à solidariedade e ao respeito

pelos direitos humanos, que acabam muitas vezes, por ser incorporados por aqueles que nelas trabalham e incorporados nas suas práticas.

Na ausência de valores orientados para a solidariedade, o reconhecimento e respeito dos outros e a justiça, embasados na defesa dos direitos humanos e dos direitos de cidadania, a violência e a barbárie encontram terreno fecundo. A exploração sexual denota cabalmente como é submetida, uma situação que lembra a escravidão, a fatia da sociedade considerada inferior. A mudança desta situação passa por uma transformação nos modos de relacionamento e na relação aos valores que deve ser promovida desde a primeira infância. Um importante ponto de partida, no presente, para essa mudança, é a transformação do ethos e das práticas dos agentes institucionais ligados às políticas públicas de defesa dos mais vulneráveis.

Para os que são vítimas do desrespeito aos direitos humanos, torna-se imprescindível criar possibilidades de reconstrução das suas trajetórias de vida, abrindo ou renovando a crença nas possibilidades de outros futuros, que muitas vezes se desenham já nas aspirações das crianças e das adolescentes exploradas, quando se cria espaços em que elas podem se exprimir e fazer-se ouvir. A criação desses espaços não pode ser apenas o resultado de estudos como o que aqui foi apresentado, mas terá de ser um objetivo explícito de todas as intervenções. É essa, talvez, a mais importante componente de uma abordagem às políticas sociais enformada por aquilo que aqui se designou de *cuidado institucional*.

No cerne da situação de exploração sexual encontram-se, além da exclusão social, econômica e política, concepções do mundo, das relações interpessoais, do corpo, do sentimento e do afeto, da dignidade e da necessidade que vão sendo forjados nos diversos grupos e contextos em que a criança se envolve. O reconhecimento deste aspecto é fundamental, não só para entender as experiências dos segmentos explorados sexualmente, mas também as dos seus abusadores e aliciadores. É aí que nascem muitas das disposições que contribuem para encaminhar crianças e adolescentes para a exploração sexual, mas também para “fabricar” aliciadores e abusadores, peças de uma máquina de exploração que, como vimos, tem outras ramificações, mas que não poderia existir sem eles. Muitas vezes, como vimos, é na própria família que esses “operacionais” da exploração emergem, reiterando disposições adquiridas através de experiências pessoais de abuso e exploração.

O contrato social que precisa ser realizado para que todos possam ter acesso à equidade e à justiça social necessita da participação das instituições comprometidas, pela sua missão, com

esses valores. Delas se espera que promovam condições de vida dignas para toda a população, pelo acesso generalizado à saúde, educação, lazer, trabalho, saneamento básico, habitação, justiça, participação social e política. Esse acesso não deve ser moldado em função das classes social, da raça, do sexo ou orientação sexual dos cidadãos. Daí que seja contraditória a idéia de criar uma cidadania de baixa intensidade, uma cidadania dos mínimos sociais, que acentuaria a distância entre a experiência das carências do presente e as expectativas de um futuro de realização plena das promessas da cidadania. Muitos dirão que isso é uma utopia, mas a utopia, como lembra Boaventura de Sousa Santos, só é utopia enquanto não for realizada. É por isso necessário construir outras atitudes, que oportunizem a construção de sujeitos críticos e conscientes, capazes de se organizar e mobilizar pelos seus direitos.

Enquanto essas alterações de fundo não são viabilizadas, há combates urgentes a travar, que poderão e deverão passar pela divulgação em diferentes meios, como jornais, revistas, rádios, residências, boca de ferro, rádios comunitárias ou Internet, do nome e da foto de todos os que atentarem contra a dignidade da população, através de atividades como o abuso sexual, a exploração sexual, o trabalho infantil, o trabalho escravo, o turismo sexual, o tráfico de seres humanos, os salários de fome, os programas que não funcionam, os que contribuem para que a miséria prolifere e a fome mate. Poderá passar por aqui um sobressalto de cidadania, capaz de servir de impulso a transformações de maior fôlego.

As histórias de vida de crianças e de adolescentes em situação de exploração sexual retratam de forma inequívoca o desamparo das políticas públicas às famílias em condição de vulnerabilidade, apesar das leis instituídas para a proteção do segmento infanto-juvenil e, conseqüentemente, para a garantia de uma convivência saudável na família.

A violência sexual, as humilhações, as privações passadas na infância, os sentimentos pisoteados, a fragilidade dos laços familiares e, nomeadamente, dos subsistemas que poderiam ter sido a sua retaguarda, contribuem para que a situação de exploração sexual possa aparecer como uma saída para a fome e a miséria.

Na transformação de fundo que urge promover, certamente, os valores do segmento infanto-juvenil acerca da família, da sexualidade, do consumismo, das relações humanas precisam ser trabalhados. A sua subjetividade deve ser compreendida e reelaborada para romper os grilhões que a aprisionam ao círculo da exploração sexual e da sua relação com a satisfação das expectativas relativas ao consumo, mas também com a procura de meios de sobrevivência.

As feridas abertas sangram e não serão suturadas se não forem capturadas as conexões que direcionaram a este tipo de posicionamento no mundo. Isso é tarefa dos programas de atendimento. No contexto das políticas públicas, as intervenções dirigidas à família deverão procurar fortalecê-la no sentido da sua transformação em esteio de solidariedade e de relações de respeito mútuo. Na ausência de *cuidado institucional* materializado em práticas dirigidas a objetivos como os que foram apontados para a família, as situações de exploração, violência e exclusão tenderão a proliferar. A Constituição Federal de 1988, a lei magna do País, através do seu artigo 227, enseja iniciativas nesse sentido. No referido artigo, a Constituição outorga à família, a responsabilidade – que deverá ser partilhada com o Estado e com a sociedade -, pelo desenvolvimento biopsicossocial de seus integrantes. Todavia, os encaminhamentos para esse fortalecimento não lograrão êxito enquanto se centrarem em uma dimensão burocrática, apenas na transferência de renda, enquanto a subjetividade, a singularidade, forem esquecidas nos porões da burocracia e da falta de sensibilidade às condições sociais.

O compromisso com a execução de políticas públicas, a responsabilidade ética e política dos nossos gestores com o ser humano, a criação de valores como a honestidade, solidariedade, humanidade, nas gerações atuais e futuras constituem-se na chave do saber que deverá informar e permear o propósito de combater a coisificação dos seres humanos como objetos de consumo e fontes de lucro, contrapondo-lhes a promoção dos direitos humanos e da concepção de todos os seres humanos como sujeitos de direitos.

Uma população esclarecida, mobilizada, pode escrever a sua história e contribuir para que outras pessoas enxerguem a luz e saiam da escuridão, como no mito da caverna, imortalizado por Platão. Mas, para que isso aconteça, é necessário que as relações patriarcais sejam enfrentadas com outra forma de educação nas instituições e organizações, para que os valores humanos sejam construídos sobre pilares como a ética, a solidariedade e a justiça; que a sexualidade seja educada e não sufocada; que a desigualdade social seja combatida, para que possa dar lugar a um acesso universal e aos direitos cívicos e políticos, econômicos, sociais e culturais, que constituem a cidadania; que ninguém precise ser explorada sexualmente em troca de comida; que as leis que postulam direitos sejam realmente materializadas; que toda e qualquer criança seja respeitada no seu desenvolvimento bio-psicossocial, centrado em relações saudáveis; que os valores de solidariedade, humanidade, respeito ao próximo estejam presentes em todas as instituições e grupos sociais; que o quadro de família feliz saia do mundo da publicidade para a realidade; que a

impunidade ceda lugar à ética, à consciência social; que todo ser humano seja respeitado e valorizado, independentemente de raça, etnia, classe e gênero. Estes propósitos só se realizarão se tiverem como base o *cuidado institucional*, que não é mais do que a superação do hiato entre a proclamação de princípios e objetivos pelas instituições comprometidas com a proteção e promoção dos direitos e a efetividade das suas práticas. E para isso são centrais os seguintes procedimentos:

- Todos os gestores devem ser escolhidos por sua sólida formação social e política, por sua sensibilidade aos problemas sociais, por sua ousadia na busca de resolutividade, aliada a competência comprovada, in loco, na área pela qual foram responsabilizados, incluindo a formação em gestão. Todos os coordenadores e equipes técnicas de execução devem ser pró-ativos, com comprovada experiência na área e identificação com o trabalho.
- Deve ser responsabilidade das instituições legitimadas para a operacionalização das políticas sociais o mapeamento das situações de vulnerabilidade de crianças e famílias. Este procedimento deverá ocorrer através da parceria entre profissionais e comunidade, deslocando-se os primeiros aos terrenos em que a sua instituição atua e assumindo no planejamento e práticas de intervenção junto às famílias e comunidades o seu compromisso e responsabilização com a mudança na situação detectada.
- Os gestores das organizações assistenciais e equipe técnica serão responsabilizados pelos programas e projetos sob a sua custódia. Prestarão, através dos órgãos de comunicação, fóruns e seminários, contas à população acerca do trabalho realizado, convocando o público a visitar programas e projetos e verificar as mudanças efetivadas.
- Todos os gestores vinculados à administração das diversas secretarias: de assistência, de saúde, de educação, de segurança, de economia, deverão visitar sistematicamente as instituições que operacionalizam programas e projetos e as áreas de origem da demanda atendida.
- As crianças dos segmentos empobrecidos terão direito, de preferência no seu bairro, a uma creche, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente. Os gestores municipais assumem a responsabilidade de construí-las em local adequado e de provê-las qualitativamente. A creche compromete-se com a sua formação humana, ética e social, detectando os problemas vivenciados no espaço doméstico, encaminhando-os e

trabalhando junto às famílias a mudança nas situações evidenciadas. Utilizará os conselhos tutelar e de direitos, para garantir os direitos da demanda, denunciando publicamente a violação desses direitos por omissão;

- A criança, após o término de seu período na creche, deve ser encaminhada à escola a partir dos seis anos, com um histórico do seu desenvolvimento social, emocional e familiar e assinalando as situações que precisam de maior atenção. A escola deverá ter uma equipe interdisciplinar formada, entre outros, por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, sociólogos para continuar o acompanhamento do seu aluno e da família deste. Deverão ser mobilizadas as retaguardas que poderão apoiar este processo e denunciados os casos de desresponsabilização;
- Os educadores que estão nas ruas articularão com as diversas instituições e secretarias um plano de atendimento emergencial e seqüencial às crianças e aos adolescentes que se encontram nas ruas;
- Os conselhos tutelares serão eleitos pela população, devendo o processo de eleição ser antecedido de uma campanha na televisão em que todos os candidatos apresentarão a sua plataforma política;
- Os conselhos estaduais e municipais deverão efetivar o monitoramento e avaliação das ações institucionais e disponibilizar informação sobre elas à população;
- As famílias deverão ser qualificadas, e os seus membros adultos auferir um salário digno, interrompendo a reprodução transgeracional das opressões;
- As instituições deverão orientar-se por uma racionalidade voltada para o ser, e não apenas para a operacionalização dos planos de atividade de equipes e de instituições.

Quando estes pontos tiverem sido cumpridos, teremos escrito as primeiras páginas de uma reorientação de uma história até aqui caracterizada pela violência, pelas desigualdades e pela exploração. Esse resultado dependerá, certamente, da mobilização, da capacitação, da conscientização, da organização e da participação de todos os setores da sociedade, assumindo que todos os seres humanos são sujeitos da história, agentes do processo de mudança.

Na reversão do quadro de dominação, crianças e adolescentes precisam descobrir a sua porção águia¹⁵⁵, para que possam voar e encontrar o elo perdido entre a esperança e a alegria de viver. Viveram tanto tempo como galinhas, aprisionadas e ciscando no em torno, que não conseguem enxergar o infinito e nem se projetar para maiores vôos. Os executores das políticas sociais necessitam, como em uma sinfonia, acompanhar esse vôo, descobrindo a sua dimensão águia, auxiliando o segmento prostituído nessa empreitada.

Como bem afirma Boff (2003), o ser humano não deve aceitar permanecer na dimensão-galinha, obediente aos mandos dos seus opressores. É preciso combater o conformismo, o comodismo, o oportunismo, que se consubstanciam em fugas aos desafios que precisam ser enfrentados com alternativas mais concretas e que oportunizem a sustentabilidade para os humanos e para a Terra.

Acredito que essa é uma tarefa que necessita de sinergia entre os humanos, as nações, instituições e organizações, que a mentalidade voltada para o *cuidado institucional* pode implantar. É preciso compreender que a conjugação da solidariedade, da vontade política, e do compromisso social e ético das organizações assistenciais constituem-se em peças fundamentais para a paulatina recuperação das asas da águia ferida que significativo contingente de seres humanos carrega no seu âmago. Concordo com Boff (2003:108), quando afirma que: “um fraco mais um fraco não são dois fracos, mas um forte. Porque a união faz a força. Uma asa mais uma asa não são duas asas, mas uma águia inteira que pode voar, ganhar altura e recuperar a sua integridade e a sua libertação”.

Miremo-nos na fábula da galinha e da águia e comunguemos do que majestosamente nos coloca Paulo Freire: “Precisamos dos outros para ser e para nos libertar, ninguém se liberta sozinho; libertamo-nos sempre juntos”.

¹⁵⁵ Na fábula “a águia e a galinha”, Boff (2003), faz uma analogia com a essência da natureza humana, que não obstante estar impregnada da dimensão águia é convertida, pelas relações de opressão dominantes na sociedade, em galinha, sufocando o seu potencial e a possibilidade de buscar os seus sonhos, sendo necessária, para a libertação da condição de galinha, a sinergia entre os humanos, as nações, instituições e organizações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, Theodor. W (1995) “Educação após Auschwitz”. In: Adorno, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução: Maar, Wolfgang Leo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 119-138.
- Antunes, Ricardo. (1999). *Adeus ao Trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Aristóteles. *Ética a Nicômaco* (1992). Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. A. Pickard. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).
- Bachofen, Johann (2002) *El matriarcado: una hermenêutica sobre la ginecocracia en el mundo antiguo según su naturaleza religiosa y jurídica* (2ª ed.). Tapa Blanda. Três Cantos.
- Badinter, Elizabeth. (1985). *Um amor conquistado. O mito do amor materno*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira.
- Barembliet G. (1996). *Compêndio de Análise Institucional*. Rio de Janeiro: 3ª. Edição, Rosa dos Tempos.
- Boff, Leonardo. (2003) *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Boff, Leonardo. (2003^a). *A águia e a galinha*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Boff, Leonardo. (2010). Que ética vai prevalecer? In Adital – notícias da América Latina e do Caribe. Acedido em 20/07/2010, [http://www. Adital.org.br/noticias](http://www.Adital.org.br/noticias) 2.
- Bourdieu, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre. (1999). *A dominação masculina*. Oeiras. Celta.
- Brasil. *Constituição Política do Império do Brasil de 25 de março de 1824*. Acedido em 27 de julho de 2010, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao24.htm.

Brasil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891*. Acedido em 27 de julho de 2010. <http://www.planalto.gov.br/ccivil.03/constituicao/constituicao91.htm>.

Brasil. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934*. Acedido em 27 de julho de 2010. <http://www.planalto.gov.br/ccivil.3/constituicao/constituicao91.htm>.

Brasil (1988) *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8069/90 de 13 de julho de 1990. Belém: Grapel.

Brasil (1993). *Lei Orgânica da Assistência Social*. Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília.

Brasil (2001). *Estatuto da Cidade*. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Ministério da cidade. Brasília.

Brasil. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. Brasília.

Brasil (2004). *Política Nacional de Habitação*. Ministério das cidades. Secretária Nacional de Habitação. Brasília.

Brasil (2005). *Sistema Único de Assistência Social. Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. Brasília.

Buvnich, Manuel. Rojas. (1999). *Ferramentas para o monitoramento e avaliação de programas e projetos sociais*. CSD 10. Unicef.

Cabral, Juçara. T. (2000). *A sexualidade no mundo ocidental*. Campinas: Papirus.

- Campos, Edval. B. (1998). *Pobreza e Assistência Social: A Regulação dos Excluídos*. Dissertação de Mestrado. Belém: UFPa / NAEA.
- Carvalho, Maria. C. B. de e Neto, João. Paulo. (1994). *Cotidiano, Conhecimento e Crítica*. São Paulo: Cortez.
- Castells, Manuel. (1999). *A sociedade em rede: A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra
- Chauí, Marilena. (1997). *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática.
- Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (2004). *Relatório final sobre as situações de violência e redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: Congresso Nacional
- Comissão Parlamentar de Inquérito (2010). *Relatório final sobre a violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes no Estado do Pará e especialmente na Região do Marajó nos últimos cinco anos*. Belém: Assembléia Legislativa.
- Costa, Josué. (1997). *Guerra à exploração sexual infantil*. O Liberal, Belém, 05 dezembro.
- Costa, Antônio Carlos Gomes (2000). *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. Salvador: Fundação Odebrecht.
- Delors, Jaques.(1998). *Educação: um tesouro a descobrir*. Brasília, UNESCO/MEC.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos: *Trabalho de crianças e adolescentes* (2010).Belém. Diesse
- Durant, Will (1926) *História da Filosofia – A Vida e as Idéias dos Grandes Filósofos*, São Paulo, Editora Nacional, 1.ª edição em 1926.
- Dussel, Henrique (1995). *Filosofia da libertação: Crítica à ideologia da exclusão*. São Paulo: Parus.

- Engels, Friedrich. (1982). *A origem da família, da Propriedade privada e do Estado*. Ed. Alfa Omega/obras escolhidas.
- Faleiros, Eva. (1995). *A Criança e o Adolescente – Objetos sem valor no Brasil colônia e no império*, in Rizzini, Irene e Pelotti, Francisco. *A arte de governar crianças. A história das políticas sociais, da legislação e da Assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro. Instituto Interamericano Del Nino, Editora universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora.
- Faleiros, Vicente. P. (1997). *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Faleiros, Vicente. P. (1998). *Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção*. Brasília: CECRIA.
- Faleiros, Eva. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília:Thesaurus.
- Ferreira, Fernando (2004). *Histórias da Amazônia*. Belém: Mimeo.
- Fonseca, Guido. (1982). *História da exploração sexual em São Paulo*. São Paulo: Forense Universitária.
- Fonseca, Sandra. (1998). A influência da mídia na sexualidade de crianças e adolescentes. In *Seminário Sexualidade na área urbana*. Belém. Anais. Unama.
- Foucault, Michel. (1987). *Vigiar e Punir. A história da violência nas prisões*. São Paulo: Antonio Ramos.
- Foucault, Michel. (2004). *A Hermeneutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freire, Paulo. (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, Paulo. (2000). *A Educação na Cidade*. 5ª ed. São Paulo: Cortez.

Fundação Papa João XXIII – FUNPAPA (2003), *Relatório de situação da população de rua*. Belém: FUNPAPA.

Gagnebin, Jeanne Marie.(1996). *Lembrar escrever esquecer*: 34ª Edição. São Paulo.

Geertz, Clifford.(1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara.

Gilligan, Carol. (1982). *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Grigson, Geoffrey. (1976). *The goldes of love*. Londres.

Habermas, Jurgen. (1996) *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Heidegger, Martin. (1989), *Ser e Tempo*. Rio de Janeiro: Vozes.

Heller, Agnes. (1980). *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

Houaiss, A. e Villar, M. S. (2001). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

Husman, Denis (1980). *Dicionário dos filósofos*. Rio de Janeiro: Martins Fontes.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1995). *Pesquisa nacional por amostra de domicílio-Pnad*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), *Censo Demográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2001), *Pesquisa nacional por amostra de domicílio-Pnad*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2004), *Pesquisa nacional por amostra de domicílio-Pnad*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2005), *Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). *Pesquisa nacional por amostra de domicílio-Pnad*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2007). *Pesquisa nacional por amostra de domicílio-Pnad*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009), *Pesquisa nacional por amostra de domicílio-Pnad*. Rio de Janeiro: IBGE.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), *Pesquisa nacional por amostra de domicílio-Pnad*. Rio de Janeiro: IBGE.

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2003). Rio de Janeiro. Planalto.

Índice de notificação de nascidos vivos (2010). Assembléia Legislativa. Acessado em 23 de julho de 2010 no site da Assembléia Legislativa do Estado do Pará..www.alepa.pa.gov.br. ALEPA. Belém.

Kant, Immanuel. (1980). *Textos selecionados. Os pensadores*, V.25. São Paulo: Abril Cultural.

Kant, Imanuel. (1994) *Fundamentação da metafísica dos costumes*. In Textos selecionados. São Paulo. (Col. Os Pensadores).

Kaplan, B., Maxwell, J.A (1994). *Qualitative research methods for evaluating computer information system*, in Evaluating Health Care Information Systems: methods and applications, J.G. Anderson, C.E. Aydin & S.J. Jay (eds.) Sage, Thousand Oaks, CA, pp.45-68.

Karsch, Úrsula. (1998) *O Serviço Social na era dos serviços*. São Paulo. Cortez.

Kierkegaard, Soren A (1972). *O Conceito de Angústia*. São Paulo. Hemus.

- Leal, Maria Lucia. e Leal, M. F. (org) (2002). *Relatório sobre tráfico de mulheres crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil - PETRAF*. Brasília: CECRIA.
- Lefebvre, Henri. (1991). *A Vida cotidiana no mundo Moderno*. São Paulo: Artica.
- Lukács, George. (1979). *Introdução a uma Estética Marxista: sobre a categoria da particularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lévy, Pierre. (1999) *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 2ª. Ed..Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola.
- Machado, Paulo (1999). *Situação Sócio-Econômica em Belém*. O Liberal. 04 ago. Caderno Paineis.
- Mapa da Exclusão Social do Estado do Pará (2009). Belém: Palácio do Governo.
- Marx, Karl. (1970). *O Capital; Crítica da Economia Política*. São Paulo: Cortez.
- Maslow, Abraham. (1970). *Motivation and Personality*. 2ª Edição. Harper & Row.
- Masten, A. S., e Coastworth, J. D. (1998). The development of competence in favorable and unfavorable environments. *American Psychologist*, 53, 205-220.
- May, R. (1989). *Love and Will*.
- Menezes, Estela (1998). Família e sexualidade. In seminário *Relações Familiares e Adolescência..* Anais. Belém. Unama.
- Ministério Público. *Boletim Informativo da cidadania* (2006). Belém. Centros de Apoio Operacional.
- Mouzinho, Lena. (1998). A família e os ritos de passagem da adolescência. In Seminário *Relações familiares e adolescência*. 1998. Belém. Anais. Unama.
- MDS (2010). *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília: MDS.

- Noddings, Neil. (1984). *Caring: A Feminine Approach to Ethics*. Berkeley: University of Califórnia
- Nogueira, Roberto (1998). *Los proyectos sociales: de la certeza omnipotente al comportamiento estratégico*. Santiago de Chile: Cepal.
- O' Faolain, J. e Martino, L. (1973). *Not in God's image*. Londres
- Olafson, F. (1998) *Heidegger e o fundamento da ética*.
- Oliva, Ângela Maria N. (2003). *O Estatuto da Criança e do Adolescente: um estudo sobre as medidas sócio- educativas e a reincidência*. Belém: UNAMA.
- Oliva, Ângela Maria N. (2008). *Adolescente autor de ato infracional: a trajetória de vida dos egressos das medidas sócio-educativas no Estado do Pará*. Belém: UNAMA
- Oliva, Ângela Maria N. (2010). *Muralhas institucionais à adoção: a trajetória de vida das crianças abrigadas no Espaço de Atendimento Provisório Infantil*. Belém: UNAMA
- Pará (1991). *Constituições do Pará, 1989 a 1891*. Belém: Assembléia Legislativa. Cejup.
- Pinto, L. F (1985) Trombetas: os desafios de um projeto concebido por multinacionais na Amazônia. *Revista da Associação profissional dos sociólogos do Pará: Teoria, Debate, Informação*. Belém.
- Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual (2000)*. Brasília. Conanda.
- Platão.(1985). *A República: livro VII*. Tradução Elza Moreira Marcelina. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Pontes, Reinaldo. (2007). *Pobreza e cidadania: a dialética dos conceitos na política de combate à pobreza (Brasil, 1995/2002)*. Tese de doutoramento. Madri. Universidade de Complutense de Madri.

- Ramos, A. G. (1989) *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2ª. Edição. FGV. Rio de Janeiro.
- Ramos, Fábio Pestana. (1997). *A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI*. In História das Crianças no Brasil. Org. Mary Del Priore. Rio de Janeiro: Cortez.
- Roberts, Nickie. (1998). *As prostitutas na história*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Reed, Evelyn. (1979). *Women's Evolution*, Nova York. Mac Millan Library.
- Reich W T (1995). *History of the notion of care*. In: Reich WT, editor. Bioethics encyclopedia. 2nd ed. [CD ROM]. New York: Mac Millan Library.
- Ruiz, Don Miguel. (1999). *O domínio do amor: o livro da filosofia tolteca*: Rio de Janeiro. Ed. Best Seller.
- Rutter, Michael (1987). Psychological resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry* 57, 316-331
- Santos, Boaventura de Sousa. (2000). *A crítica da razão indolente - contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Boaventura de Sousa (2002), Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.
- Schnitman, D.F (1996). Novos paradigmas, cultura e subjetividade (org) In *Ciência, Cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas. P. 9-21
- Serva, Mauricio. (1997). *A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa*. Revista de Administração de Empresas. v. 37, n. 02. São Paulo. FGV.
- Silva, Ana. P. L. et al (1997). *Exploração sexual e Adolescência-Exploração sexual juvenil no interior do Pará-Trombetas e os garimpos do vale dos Tapajós*. Belém.Cejup.

- Sjöö, Mônica. e Mor, Bárbara. (1981). *The Ancient Religion of the Great Cosmic Mother of All*, Trondheim. Norway. Rainbow Press.
- Sposati, Aldaíza (1988). *Vida Urbana e Gestão da Pobreza*. São Paulo: Cortez.
- Sposati, Aldaiza. (1997). Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania. *Serviço Social e Sociedade*, n. 55, São Paulo, Cortez.
- Tavares, J. (2001), *Resiliencia e Educação*. São Paulo: Cortez.
- Thurnher, R. (1991): "Heideggers Denken als 'Fundamentelethik'?", in Margreiter e Leidlmair (orgs.) .
- Tragtemberg, Mauricio. *Burocracia e ideologia*. São Paulo. Ática.
- Tronto, Joan. C. (1997). *Mulheres e cuidado: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?* In: Jaggar, Alison M; Bordo, Susan R. (Eds.). *Gênero, corpo, conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Tronto, Joan C. (2007). Assistência democrática e democracias assistenciais. In *Sociedade e Estado*. Brasília, V.22, nº 2. p . 285-308.
- Vaz, Marlene; Koller Silvia et al (2007). *Exploração sexual de crianças e adolescentes: um estudo com caminhoneiros brasileiros*. Brasília. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Vol 23 nº 3, pp. 263-272.
- Young, J. (1997): *Heidegger, Philosophy, Nazism*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Weber, Max. (1989). *Economia e Sociedade*, editora Universitária de Brasília.

ANEXOS

EIXOS PARA A ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS E GESTORES

- 1- percepção da violência contra a mulher como um problema histórico e social;
- 2- Compreensão acerca dos fatores que geram e desenvolvem a exploração sexual infanto-juvenil
- 3- Concepção acerca da violência contra a mulher;
- 4- Dificuldades para identificar, intervir e prevenir a exploração sexual infanto-juvenil; .
- 5- Política de Assistência Social;
4. Atuação da rede de enfrentamento à violência sexual;.
6. Papel dos órgãos de garantia de direitos no âmbito da prevenção, defesa e atendimento aos vitimizados pela exploração sexual;.
- 7- Burocracia e espaço institucional;
- 8- Planejamento, estratégias e metodologias de ação;
- 9- Sexualidade;
- 10-Interações sociais e relacionais;
- 11- Monitoramento e avaliação,

ROTEIRO PARA A PESQUISA NOS PRONTUÁRIOS

- 1- Atendimento institucional realizado.
- 2- Abuso sexual sofrido pelas crianças e adolescentes atendidas.
- 3- Idade das crianças e adolescentes - início da exploração sexual.
- 4- Idade em que foram atendidas institucionalmente.
- 5- Situação escolar.
- 6- Condição atual de escolaridade.
- 7- Uso de drogas.
- 8- Bairros em que moram.
- 9- Família das crianças e adolescentes.
- 10- Situação sócio-econômica dos responsáveis.
- 11- Renda familiar dos responsáveis.
- 12- Tipo de exploração sexual.
- 13- Local em que vivenciam a exploração sexual.
- 14 - Preço do programa.
- 15 -Destino da renda.
- 16- Agente impulsionador da exploração sexual.
- 17- Cumplicidade da família
- 18- Dimensão sócio-afetiva: vivência dos responsáveis.
- 19- Características reproduzidas pelos responsáveis.
- 20- Dimensão sócio-afetiva relacionada aos pais.

- 21- Denúncias recebidas pelos órgãos de defesa.
- 22- Atendimento institucional realizado.
- 23 - atendimentos realizados pelos profissionais dos programas especializados.
- 24 – Captura dos discursos dos atendidos
- 25 – Síntese do caso a partir do prontuário

ENTREVISTA LIVRE E/OU NARRATIVA COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Procedimentos:

- 1- Atenção a todos os detalhes das comunicações, transmitindo interesse pelo que está sendo colocado;
- 2- Atitudes de acolhimento e estímulo à verbalização, com gestos, e expressões verbais;
- 3- Criação de um ambiente interativo para estimular a fala sem constrangimentos ou receios acerca da sua vida e dos seus dramas pessoais e sociais;
- 4- Respeito aos sentimentos e emoções que subjazem das suas vivências;
- 5- Não interromper abruptamente o que está sendo colocado;
- 6- Não contaminar com as suas concepções o que está sendo colocado.

OFICINAS

Eixos norteadores:

- 1- Adolescência e Sexualidade
- 2- Violência sexual
- 3- A vivência na rua